

ISSN 0102-8030

TERRA
LIVRE

21



Movimentos sociais:
multiplicidade teórica
e metodológica

associação
dos geógrafos
brasileiros



Terra Livre

Campo e cidade: multiplicidade teórica e metodológica



**ASSOCIAÇÃO DOS
GEÓGRAFOS BRASILEIROS**

Associação dos Geógrafos Brasileiros
Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2002/2004)

Presidente

Bernardo Mançano Fernandes
(Presidente Prudente/SP)

Vice-Presidente

Carlos Augusto Amorim Cardoso
(João Pessoa/PB)

Primeiro Secretário

Fábio Marcos Rodrigues
(São Paulo/SP)

Segundo Secretário

Júlio César de Brito Rudgeri
(Goiânia/GO)

Primeiro Tesoureiro

Rafael Straforini
(Campinas/SP)

Segundo Tesoureiro

João Roque da Silva Neto
(João Pessoa/PB)

Coordenador de Publicações

Titular: Eliseu Savério Sposito
(Presidente Prudente/SP)
Suplente: Denise Elias
(Fortaleza/CE)

Representação no sistema CONFEA/CREAs

Titular: Renato Emerson Nascimento dos Santos
(Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Hugo José Scheuer Werle
(Cuiabá/MT)

Comissão de Relações Internacionais

Titular: Ana Luíza Coelho Neto (Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Roberto Verdum (Porto Alegre/RS)

Mestre de Edição do sítio da AGB

Hindenburg Francisco Pires
(Rio de Janeiro/RJ)

Representante na Conferência das Cidades

Jan Bitoun
(Recife/PE)

Correio eletrônico: agbnacional@yahoo.com.br
Na internet: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>

ISSN 0102-8030

Terra Livre

*Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros*

ANO 19 – Vol. 2
NÚMERO 21

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v.2, n. 21	p. 1-290	Jul/dez.2003
-------------	-----------	--------------------	----------	--------------

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Aldo Paviani – Álvaro Heidrich – André Martin – Antonio Carlos Vitte
Antonio Cezar Leal – Antonio Nivaldo Hespanhol – Antonio Thomaz Junior
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Beatriz Soares Pontes – Bernardo Mançano
Fernandes

Blanca Ramírez – Carlos Walter Porto Gonçalves – Dirce Maria Suertegaray
Eliseu Savério Sposito – Everaldo Santos Melazzo – Georgina Calderón
Heinz Dieter Heidemann – Horiestes Gomes – Jayro Gonçalves Melo
José Antonio Segrelles – José Borzachiello da Silva – Lylian Coltrinari
Manuel Correia de Andrade – Marcos Alegre – Messias Modesto dos Passos
Michel Rochefort – Nelson Rego – Nídia Pontuschka – Raul Borges Guimarães
Rosalina Braga – Ruy Moreira – Sandra Lencioni – Sérgio Braz Magaldi – Sérgio
Martins – Silvio Bray – Tomoko Iyda Paganelli

Editor responsável: Eliseu Savério Sposito

Editoração e revisão dos textos originais: Eliseu Savério Sposito

Capa: Caio Beltrão Sposito,
a partir do motivo da capa do nº 19

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Impress
Av. Joaquim Constantino, 1880 - Fone: (18) 231-3444 / 231-8134
e-mail: impress@pluri.g12.br

Endereço para correspondência:
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História - Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo//SP - Brasil - Tel. (0xx11) 3818.3758
ou Caixa Postal 64.525 - 05402-970 - São Paulo/SP

FICHA CATALOGRÁFICA

Terra Livre, ano 1, n. 1, São Paulo, 1986. São Paulo, 1986 – v. ilustr. Histórico	
1986 – ano 1, v. 1	1991 – n. 8, n. 9
1987 – n. 2	1992 – n. 10
1988 – n. 3, n. 4, n. 5	1992/93 – n. 11/12 (editada em 1996)
1989 – n. 6	1994/95/96 – interrompida
1990 – n. 7	1997 – n. 13
10. Geografia – Periódicos	1998 – interrompida
10. AGB. Diretoria Nacional	1999 – n. 14
Revista Indexada em Geodados – www.geodados.uem.br	2000 – n. 15
ISSN 0102-8030	2001 – n. 16, n. 17
	2002 – Ano 18, v. 1, n. 18; v. 2, n. 19
	2003 – Ano 19, v. 1, n. 20; v. 2, n. 21

CDU – 91(05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ARTIGOS	
The logic of multilingual cities and their political problems <i>Paul CLAVAL</i>	11-23
As relações campo-cidade no Brasil do século XXI <i>Paulo R. R. ALENTEJANO</i>	25-39
Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência <i>Larissa Mies BOMBARDI</i>	41-53
O habitat e a questão social no Noroeste Fluminense <i>José GRABOIS, Lucia Helena da Silva CEZAR, Cátia Pereira dos SANTOS, Genésio GREGÓRIO Filho</i>	55-71
O conceito de classe camponesa em questão <i>Rosemeire Aparecida de ALMEIDA</i>	73-87
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: Uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra <i>Bernardo Mançano FERNANDES, Anderson Antonio da SILVA, Eduardo Paulon GIRARDI</i>	89-112
Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil <i>Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA</i>	113-156
Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso <i>Julia Adão BERNARDES</i>	157-167
Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço matogrossense <i>Silvana de ABREU</i>	169-181
A busca do desenvolvimento sustentável na gestão dos recursos hídricos brasileiros <i>Cristiane Fernandes de OLIVEIRA</i>	183-192
A construção da paisagem no Pontal do Paranapanema - uma apreensão geo-foto-geográfica <i>Messias Modesto dos PASSOS</i>	193-223

Empresas na pesca e aquíicultura: anotações do uso do território <i>César Augusto Ávila MARTINS</i>	213-223
<i>Desterritorialização da violência no capitalismo globalitário: o caso do Brasil e do Espírito Santo</i> <i>Cláudio Luis ZANOTELLI</i>	225-240
Mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas: conceitos e metodologias Rúbia Gomes MORATO, Fernando Shinji KAWAKUBO e <i>Ailton LUCHIARI</i>	241-248
A natureza nos interstícios do social - uma leitura das idéias de natureza nas obras de Milton Santos <i>Wendel HENRIQUE</i>	249-262
Mapeamento do crescimento urbano em áreas de várzea na passagem do rio corumbataí por Rio Claro/SP <i>Andréia Medinilha PANCHER e Maria Isabel Castreghini de FREITAS</i>	263-279
RESENHA	
Dinâmica Regional e Diversificação Industrial <i>Eliseu Savério SPOSITO</i>	281-284
Compêndio dos números anteriores	
	285-290
Terra Livre - normas para publicação	
	291-292
Sumário - Summary	
	293-294
Ficha de assinatura	
	295

Apresentação

Mais um número da Terra Livre é editado. Desde que ela se semestralizou, a AGB tem conseguido, mesmo com sua escassez financeira, característica histórica que ainda não se inverteu, aos poucos, tramitar os textos entre os pareceristas, formatar o volume e apresentá-lo aos sócios. E isso não seria possível, em primeiro lugar, se não houvesse a confiança dos autores que buscam a revista como meio de divulgação de suas reflexões. Em segundo lugar, por causa de um plano de gestão, traçado como ponto de programa em 2002 e cumprido para que a publicação da revista não tenha retrocessos.

Em maior parte dos artigos do número 21, são trabalhadas temáticas que analisam, por diferentes prismáticas, questões ligadas ao campo. São os artigos de Paulo Alentejano, Larissa Bombardi, José Grabois e outros, Rosemeire de Almeida, Bernardo Fernandes e outros, Ariovaldo de Oliveira e Julia Bernardes. A cidade e suas características multilinguísticas é apresentada por Paul Claval. Outros aspectos ligados à cidade, também são estudados: mapeamento de qualidade de vida por Rúbia Morato e outros, e as áreas de várzea por Andréia Pancher e Maria Isabel de Freitas. O regional é trabalhado por Silvana de Abreu, os recursos hídricos por Cristiane Oliveira, a pesca por César Augusto Martins, a paisagem por Messias dos Passos e a violência por Cláudio Zanotelli. Há, finalmente, o artigo sobre a natureza no pensamento de Milton Santos, de Wendel Henrique. No final da revista, há uma resenha de tese de doutorado.

É preciso lembrar que a Terra Livre tem publicado poucas resenhas de teses e livros, o que demonstra a falta de hábito dos membros da comunidade geográfica em estabelecer suas críticas aos textos lidos. Essa seção deverá merecer mais atenção dos geógrafos para que as trocas de idéias ocorram com mais frequência, utilizando-se desse espaço na revista.

Como se vê, diferentes formas de enfoque de temas geográficos, abordando as relações entre sociedade e natureza, demonstram a riqueza e a multiplicidade teórica e ideológica na produção dos geógrafos. E essa riqueza, acreditamos, é uma das heranças que mantêm forte a Geografia, com todas as suas cores e nomes.

Que este número seja, como os anteriores, fonte para consulta e matéria prima para os debates essenciais para a construção do pensamento geográfico.

Eliseu Savério Sposito
Editor

THE LOGIC OF MULTILINGUAL CITIES AND THEIR POLITICAL PROBLEMS

A lógica das cidades multilinguísticas e seus problemas políticos

La lógica de las ciudades multilinguísticas y sus problemas políticos

Paul CLAVAL

University of Paris-Sorbonne

Abstract: As they are fundamentally meeting points organized to facilitate all forms of social and economic intercourse, cities attract people speaking different languages, but exchange has to rely on shared codes: hence the role of official languages and *linguas francas* and the frequency of diglossy. The need to communicate induces a tendency towards the generalization of one, or a few, standardized languages.

They are many reasons, for linguistic groups, to withstand this process. An important autonomy was often granted to linguistic minorities in preindustrial cities. Industrial revolution was synonymous with the progress of urbanization and linguistic rationalization. Today, linguistic groups are more active in struggling for the free use of their mother tongue: the decline of Western ideologies and the on-going globalization explain this evolution.

Key Word: City, communication, diaspora, diglossy, globalization, industrial revolution, language, mother tongue, traditional society.

Resumo: Como são, fundamentalmente, pontos de encontro organizados para facilitar todas as formas de intercursos sociais e econômicos, as cidades atraem pessoas falando diferentes línguas, cujas trocas são baseadas em códigos compartilhados: daí, o papel das línguas oficiais e das *linguas francas*, e a frequência das perdas. A necessidade de comunicação induz à tendência para a generalização de uma ou de várias línguas estandarizadas.

Há muitas razões para que os grupos linguísticos resistam a esse processo. Uma importante autonomia linguística era frequentemente concedida para as minorias linguísticas nas cidades pré-industriais. A revolução industrial era sinônimo do progresso da urbanização e da racionalização linguística. Atualmente, os grupos linguísticos estão mais ativos na luta pelo uso livre de suas línguas mães: o declínio das ideologias ocidentais e a crescente globalização explicam essa evolução.

Palavras-chave: cidade, comunicação, diáspora, perdas, globalização, revolução industrial, linguagem, língua mãe, sociedade tradicional.

Introduction

Multilingual cities are numerous and diverse. Because of the increasing mobility of persons and news and of the growth of giant metropolises attracting migrants from faraway countries, many people think that they constitute one of the major specificities of modern societies. The history of multilingual cities is in fact an old one : they date back from the earliest forms of urban development. Even then severe problems of communication were experienced : they were conducive to tensions and feuds - remind of the myth of Babel!

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v.2, n. 21	p. 11-23	Jul/dez.2003
-------------	-----------	--------------------	----------	--------------

We think that a look back to the history and theory of cities is useful when trying to understand what is going on today. After a first paragraph on the genesis of multilingual cities, we shall analyze multilingualism in the perspective of the dominant theories of cities : communication (paragraph 2), urban advantages (paragraph 3) and cultural identity (paragraph 4). All these theories are focused on macro-processes and ignore the role of individual or collective decision making. We shall consider it in the 5th paragraph. It will be then easier to understand the political problems of multilingual cities (paragraph 6).

The nature of multilingual cities

1- Multilingual cities are a natural outcome of urban growth and life : they attract migrants speaking different dialects or languages, and serve as meeting points to people coming from distant places. Bilingual cities have often developed on the limit, or close to the limit, of linguistic areas : in Switzerland, Bienne and Fribourg, which are the two officially bilingual cities in the Confederation, are on the border of the French and German speaking areas. In Canada, Montreal is in a similar situation : the English speaking part of Canada starts from the Western part of the metropolis.

The setting of Brussels is akin to the preceding ones : the city, where Flemish was originally spoken, was so close to the Walloon area that it early attracted a French-speaking population. With the Independence of Belgium, in 1830, Brussels became the capital city of an officially French-speaking kingdom, which gave a distinctive advantage to the French language, which became predominant in the city itself.

Multilingual cities are not restricted to the areas where linguistic areas meet. Their development is often linked to their economic attractivity, which induces people coming from foreign countries to settle in. As long as there was no air warfare, the security was generally higher in cities than in the open country : many inhabitants came originally as refugees, but did not move back to their home regions when peace came back.

Multilingual cities of today are still fed by migrants who look for jobs, higher wages, a better access to culture or social welfare. They wish to enjoy the economic security offered by urban institutions.

The bigger the city, the bigger its attractivity, the higher the chance to find in it a multiplicity of groups practicing different languages.

2- Multilingual cities differ by the statutory position given to the different languages their inhabitants are using (Laponce, 1984).

- In some cases, there are two or several official languages : they can be used for business, relations with the public administration, cultural or religious activities. These situations can be observed in States where there are two, or more than two, official languages. The different languages enjoy the same statute : there are used on an equal basis for business, public administration, justice, cults, etc.

- Generally, the statutory position of the different languages are unequal. In many cases, one is official and has to be used in political life and public administration. The other languages are used by minorities in their domestic or communitarian life. In 17th century Brazil, *tupi* was used practically by every one in São Paulo. The *bandeirantes*, who raided the hinterland of the city for Indian slaves, used them as home servants and had children with Indian women : hence the place of *tupi* language. However all the official aspects of life went on in Portuguese. In this type of cities, diglossy was widespread, which meant that the linguistic problem was transferred from the political sphere to the domestic one.

In modern cities, when an industrial firm recruits exclusively its manpower in one linguistic group, its language is often used in the workshops or plants. Multilingualism does not only function in the domestic or communitarian field. It is important in the economic sphere.

Transactions between different groups may also rely on the use of a *lingua franca*, which is not necessarily the official language.

Communication and the logic of cities

1- In order to understand the problems of multilingual cities, it is good to start from the theories of cities. The more general ones emphasize the role of urban centers in the processes of communication and exchanges (Tsuru, 1963; Lopez, 1963; Meier, 1966; Remy, 1966; Claval, 1981; Derycke, Huriot et Pumain, 1996). An analogy with telephone exchanges is good to understand the nature of urban areas, and more particularly, of their centres - their economic centres, their Central Business Districts, or CBDs. When calling someone, the main cost comes from the difficulty to get in touch with him : hence the idea to draw lines connecting directly all the people who have a telephone with a telephone exchange. Its function is to allow for the easy and cheap switching from one partner to the other. Originally, a switchboard operator inserted the pin corresponding to your line in the plug of your correspondent.

Cities developed in order to answer the same problem, but in situations when there were no telecommunication facilities. Information could not travel independently from the people who had it in their possession. When a person had to meet a multiplicity of partners, the best solution was to give appointments to all of them in the same place : it reduced the time lost in switching from one to the other. The central parts of cities, with their market places, shops and offices, the convergence of transportation facilities and accommodation for the people coming from distant places, were in fact communication exchanges. The city lived basically from the possibilities these districts offered for transferring informations from one partner to the other. Many productive activities relied on access to fresh information sources : the best location for them was within, or close to, the central business district of cities.

Many relations depend today on telecommunications, which are, in a way, substitute to cities. It is no more necessary to meet people in order to buy things and to pay for them. You can phone and order the food or services you need. However, whenever you try to evaluate the sincerity or capability of your economic partners, face to face relations remain the best solution. If in many fields, contacts do not play the same role than a century ago, it is not true for important economic decisions. Financial executives have to know personally the managers of the firms with which they work, to which they lend money, in which they invest. They need contacts with them and all the enterprises which can provide valuable informations on the risks involved in economic activity. As a consequence, financial institutions generally stuck to the CBDs at the time when many activities left them.

2- In the field of administrative life, the situation is in many respects similar. Rulers have to know what is happening in the areas they govern. The best way for them to get informed is to organize a network of observation and controlling places - or administrative centers - all over the country (Foucault, 1975; Lepetit, 1988). The information on what is happening all over the area is collected in these centers, processed and transferred to higher points in the administrative hierarchy.

In political life, decisions have to be negotiated. Athens and other Greek cities developed, during the 5th centuries B.C., the prototypes of modern democracies : in Athens, they relied on the meeting of all the citizens on the Pnyx, where power found its legitimacy. Everyone was able to expose his ideas or to ask questions before voting : the political process involved the centralization and exchange of information. The need for collecting and processing information is as strong for representative democracies or non-democratic regimes as for direct democracies. Since they rely on the delegation of power and the use of bureaucratic structures for controlling people, they involve networks of hierarchized cities, dominated by a capital city.

3- In order to build efficient communication systems, it is necessary to provide them with particular spatial structures : we call them cities. They are machines devised in order to facilitate all forms of interactions between people - social, cultural, economic as well as political ones (Claval, 1981).

The centralization of communication is most efficient when all the partners use the same codes, the same language. The logic of cities involves that everyone is able to understand everyone and to be understood by him when he uses his own language. When there are only two languages, a generalized bilingualism may function. With more languages, it is problematic.

In the European institutions in Brussels, the delegates or representatives of each country use their own language, each intervention being translated into the others. Until 1972, there were 6 countries : 36 channels of translation were needed. In the 90s, with 15 States, 225 were required. In 2004, there will be 25 States, with 625 channels ! The costs keep jumping. Highly developed countries with high incomes are able to pay for such a system, but it is heavy to manage and relatively inefficient.

The normal solution is for everyone to master a common language. States have imposed official languages. In economic life, partners use *linguas francas* for their transactions. All over the World, the English language is spoken for that reason. French was for a long time the *lingua franca* in many part of Europe, the Mediterranean countries and Indian ocean. It was the language of diplomacy until the negotiation of the treatise of Versailles in 1919.

In West Africa, *diola* and *hausa* were the more widely used *linguas francas* before European colonization and have maintained their positions in some areas. *Suabili* was developed as a commercial language on the Eastern coast of Africa, before becoming the official language of some modern States.

The use of a common language makes communications easier, but there is no necessity to use the same one for economic relations, political life, cultural activities, etc. In the same African city, the official language, the only one to be used for administrative purposes, may be the French one, and the *lingua franca* for economic transactions the English or an African one. In Europe, religious communication of a high level relied, until recently, on Latin in the Roman Catholic communities, and on Greek in a part of Orthodoxy.

4- The logic of communication is in this way conducive to situations in which people have to know at least two languages : in order to participate to the transactions which occur in a city, its is necessary to master, besides the mother tongue, the language(s) which serve(s) as support for economic and political relations. Those who do not practice the official or dominant languages rely, for their relations, on intermediaries able to make translations. It is necessary to pay for their services. Middlemen take often advantage of their position to retain some piece of relevant information. This possibility gives them opportunities to exploit their partners and exercise a power on them. Political theory has stressed the role of notables in societies when only a minority was fluent in the official language : the power of the provincial elites in many parts of Western Europe relied on this situation until the generalization of the school system.

Multilinguism is in this way conducive to situations of diglossy (Laponce, 1984) : the people who master the different languages spoken in a city know the situations when they have to use one or the other. Immigrants in Montreal switch from French for school, justice and domestic life to English in the productive life and their mother tongue at home. As a consequence, they have no need to diversify their own language for expressing all the aspects of reality : it was easier for them to switch from French or English when they had to express the economic or technical dimensions of modern life. In the languages of minorities, many terms or notions are directly borrowed from the dominant languages.

There are clear disadvantages in not been able to master the main languages - official ones or *linguas francas*. There are also good reasons not to rely uniquely on them : the minority languages are efficient instruments for keeping alive cultural traditions or developing counter-cultures.

5- Because of the modern technologies of rapid transport and telecommunications, globalization of economic activities has proceeded quickly during the last forty years. For an increasing proportion of enterprises in the fields of industrial production and tertiary activities, markets are now Worldwide. This evolution is important for multilinguism. It strengthens the role of the English language in economic transactions all over the World. At the same time, it gives advantages to cities where it is possible fo find persons able to speak the languages of distant markets : people pertaining to linguistic minorities are given new economic opportunities. They have however to speak the official language of the city in which they have settled as well as English in order to translate all the information required by the firms which employ them or hire their services as experts.

National diplomatic services and export-import firms located in the ports were the basic tools of international relations until fifty years ago. Inland cities had few direct relations with distant markets. The situation is now different. Continental locations suffered from a disadvantage vis-a-vis harbours, since long distance travel was mainly by sea. People now fly directly from the city in which they live, or from the nearest metropolis, to their final destination, or the nearest metropolis. Inland cities are as active as coastal ones in the field of long-distance economic relations. Globalization is an active agent of metropolization (Claval, 1989) : the share of the most important cities in long distance relations is growing. Productive *filières* have ceased to be generally encompassed within a national territory : they are located according to the comparative advantages of all the places in the World. It means that a growing proportion of enterprises are multi- or transnational corporations.

In the field of caritative relations, non-governemental organizations increasingly displace the older channels of interventions. Tourism develops direct contacts between populations who had no previous experience in this field.

When an international problem arises, rulers develop new strategies to solve it : instead of relying on their diplomatic services, they call directly their partners and meet them.

The overall structure of the contemporary World is increasingly based on networks (Badie and Smouts, 1992). National territories still play an important role, but international relations are increasingly direct ones, from persons to persons, enterprises to enterprises, cities to cities. It means that the status of linguistic minorities has changed. They have ceased to appear as a burden for the cities which harbour them. Diasporas confer them distinctive advantages (Prévelakis, 1996). The more cosmopolitan a city, the higher its advantages in the harsh competition in the World economy. In industrial countries two or three generations ago, the aim of national or urban authorities was to integrate immigrants and transform them into citizens. The perspective is now different : multilingual situations reflect, at the urban scale, the new structure of the economic scene. They do not constitute a drawback. They appear as an advantage. It would certainly be unwise to suppress them.

With the growing role of networks, diasporas gain more easily support from abroad : their political significance is growing. Urban authorities have to take them into account.

Urban advantage and multilingualism

1- Theories of cities do not stress only the role of cities as devices for maximizing all forms of interaction. Cities owe much of their dynamism to advantages which grow indirectly from their communication functions or have other bases (Tsuru, 1963; Remy, 1997; Remy and Voyé, 1992).

The first indirect advantage which cities offer is linked with information (Scott, 1988). Since there are many partners meeting and discussing in a business district, one has often a free access to a part of the information which is exchanged. In the ready-made clothes business, it is important to know what will be the next fashion : valuable information in this respect may be gleaned just listening to people chattering in bars and coffee-houses, getting on hire people coming from other workshops or frequenting buyers and sellers : hence the concentration of this type of industrial production in big cities.

As soon as the concentration of population in an urban centre is big enough, scales economies add their effects to external economies : local markets are big enough to absorb many products. Their labour markets offer many skills. When a big plant has to be operated, it is generally easier to locate it in an urban centre where the employers have not to house the workers (Vance, 1977), and where it is easier to hire or fire them. As soon as it was possible to use concentrated forms of energy thanks to the industrial revolution, cities attracted a large part of the new productions. From the end of the 19th century to the end of the 50s, industrial employment often counted for more than fifty percent of the active population present in a city.

2- The urban advantage is not only located in the productive sector of the economy. It results from the possibilities of benefiting from social aid, free medical care and other forms of social welfare. In Europe hospitals for sick and old people were built and food distribution to

the poor was practiced in many cities from the Middle Ages, which explained their attractiveness for people, even if they had no prospect to get a job (Duby, 1981; Heers, 1990).

The situation is similar today, but at a different scale. Many people coming from developing countries enjoy a better life depending on public welfare in European or American cities than working hard in their home countries. It means that the motivation behind many migration flows has changed during the last fifty years. Until the 50s, foreigners were mainly pushed to migrate and settle in Western cities by the opportunities of getting jobs in manufactures or domestic services. Today a fair proportion of them are just fleeing misery. They are not really looking for employment.

The attitudes of this type of migrants toward the urban society in which they live differ from those prevailing fifty years ago. Immigrants have less interest in learning the dominant languages of the city in which they have settled : their aim is not social promotion through work, but subsistence. They only wish to get all the advantages which are provided to the poor and unemployed persons. They do not try to develop their skills : the kind of jobs they occasionally practice need no qualification and are very unstable. It is enough to have somebody in the group to serve as a middleman with employers.

3- Other advantages were, or are, linked to the sheer size of cities. In the past, as soon as they were populated enough, they could protect themselves thanks to walls and fortifications. Citizens could buy weapons for themselves or pay for mercenaries. In time of war, cities were safer than villages or dispersed farmsteads. They could withstand the actions of pillaging groups and discourage many regular troops.

Physical security was one of the advantages of cities (Heers, 1990). Their population grew rapidly when troubles developed. Even if cities did not produce the food they used, they often escaped the worst famines thanks to the constitution of stocks.

Today, these advantages have disappeared, except in situations of guerrilla warfare. They are, or were, recently frequent in many parts of the World : Vietnam and Afghanistan in Asia, Algeria, Nigeria, Congo, Kenya, Angola, Mozambique, Rwanda, etc. in Africa, Columbia, Peru, Salvador, Guatemala in Latin America.

4- A part of the cultural advantages of cities are linked to their scale effects : theatres, opera houses, music halls can thrive only on a big enough public. The same is true for the museums. In the field of education, major urban centres offer schools for every type of knowledge, and possibilities of apprenticeship in any craft. When asking people the reasons for which they have settled in cities, cultural advantages rate high. Many of the migrants coming from the Third World have no ambitions for themselves, but wish to give their children better chances for life.

5- Urban advantages have not the same effects on multilingualism than communication. Many urban dwellers are not active in the field of information processing or exchange. They are working in the industries attracted in the cities by external or scale economies. They try to benefit from the housing facilities and welfare programmes of big cities. For them, there is no direct interest in learning the official language or the *linguas francas* used in economic exchange. They have no reason to concede prominence to a specific language only because it allows for a better integration in the fields of communication, either economic, political or cultural. They are glad with their own languages and wish to maintain their use. Since their economic expectations are relatively low, they will not earn much if practicing the dominant language. Since they have no use of it in their daily life, they often prefer to pay translators and middlemen.

Cultural life, identity and multilingualism in cities

1- During the 50s, 60s and 70s, theoretical reflexion on cities stressed their economic life and delved deep into their functioning. It did not care for their symbolic value and role.

As any other places, cities are loaded with sense and values by the people who inhabit them or by those who reside outside. Urban centres are located in a beautiful valley, with a big river which give them some grace, or have grown on an arid plateau. They enjoy a mild climate or suffer from periods of excessive heat or cold. Their physical environment is more or

less pleasant. It is an important element in the attractiveness of a city.

Townscapes speak about the past, of the grandeur of former rulers, the religious faith of city dwellers, the wealth and taste of elites. Monuments are reminiscent of important historical events. The centre of the city, where churches, palaces and beautiful mansions are numerous, is imbued with symbols.

Archeology and Ancient History have proven that in many countries, cities were initially ceremonial centres (Adams, 1966; Wheatley, 1971). They had no economic functions so that their permanent population was rather small. Their main role was to attract people from the rural areas all around for rituals of collective significance. They often concerned fertility - the fertility of soils or women - and the relations between cosmic and terrestrial orders. Later, the symbolic role of cities remained associated with religious events (Racine, 1993). Rulers soon discovered the benefit they could gain in giving a supernatural legitimacy to their power : hence the frequent association of religious and political symbolisms.

In modern societies, legitimacy has ceased to be rooted in transcendental realms. Governments represent the people. Cities have become symbols of groups, and capital cities of nations. They also exhibit the faith in human justice and scientific progress which guarantee better futures for their population.

2- The symbolic value of a city is not the same for all its inhabitants. People attend churches, temples, synagogues or mosques. The ruling elite manifests more attachment to the symbols of authority and power than the lower classes. Since a fair proportion of urbanites are newcomers, they cling to their places of origins as symbolic centres.

Jean Laponce proposed an interesting model of the mental maps of urban dwellers (Laponce, 1984). For him, these maps are strongly polarized. They are structured around the point where the highest collective values are invested. For the ruling elite and those who share its interests because they have reverence for the establishment and long for success for themselves or their children, mental maps are focused on the oldest part of the city, which is also generally its central business district. Immigrants have still a part of their heart in the area where they were raised. Achievement is still equated for them with the value they have adopted when they were young. To succeed according to the criteria of the dominant urban elite has no meaning for them. Their mental maps are generally centred on their home places.

Jean Laponce used this model to explain the situation in Montreal, which is a bilingual city since the end of the 18th century, and increasingly a multilingual one. For the English-speaking part of the population, what was important was economic achievement and material prosperity. The centre of the city was devoted to Imperial grandeur and business. The English-speaking part of the population recognized itself in the CBD.

For the French-speaking part of the population, the situation was different. For it, the major achievement was to live according to the Roman Catholic faith, have a big family and raise children honestly. The centre of collective life was the parish church, in East Montreal, and the village where a large share of the extended family still lived. Mental maps of French Canadians did not focus on the central part of the city, but on peripheral or external points. The church and the municipality, which were strongholds of the French Canadian societies, struggled in order to maintain French symbols in central Montreal, or close to it - the City Hall, Roman Catholic churches, mainly the Cathedral - but until the 1940s, there were no collective effort to transform central Montreal into a French-speaking area.

3- Depending on the periods and motivations behind the decision to settle in a city, the mental maps of city dwellers changed. Before the industrial revolution, many cities in Europe were similar to 19th century Montreal : there were dominated by a ruling elite, knowing and using the official language. An important part of the population came from the rural areas all around. They were speaking dialects - often, a wide range of dialects or vernacular languages when the region was peopled by a mosaic of groups. Since these groups gave more importance, as symbols, to religion (either christianism or judaism) than to power and wealth, they willingly accepted to practice the kind of diglossy in which the mother tongue is used at home and in the community, and official or economic languages for the other aspects of life : they located their

major symbols outside city centres.

Multilingualism did not appear as a political problem : there were often many languages spoken in a city, but their use was restricted only to well defined areas or circumstances - *tupi* served at home in 17th century São Paulo.

4- The industrial revolution was conducive to rapid urbanization and the growth of big cities, which drew a part of their population from distant areas : the diversity of languages was strengthened. As far as the immigrants were employed in the industrial sector of the urban economy, they could use their own language at work as soon as a few of them were able to translate orders. The foreman often spoke the dominant language and acted in this case as an agent of linguistic unification, but the situation was not universal.

Since immigrants longed for a better situation for their children, they were glad to see them learn the dominant language. Their mental maps were centred on their home countries, but because they worked for the future as much as the present, they were not hostile to the generalization of a bilingualism in which their own language was restricted to domestic or communitarian use. There were no linguistic political problems. The only difficulty was to organize an efficient school system for the newcomers and to pay for it.

5- The situation differs today. Migrants are less open to the values of the host population. Critiques of Western civilization are universal (Said, 1978). Everyone is glad to benefit from the facilities provided by technical progress, but the prevailing feeling is that too much progress is dangerous both for nature and humanity. In such conditions, people coming from areas of non-Western traditions cease to strive for integrating Western values.

Since a part of the migrant population is living on social welfare, the necessity to learn the official or dominant language(s) is less vital. Because travel expenses are lower, trips shorter and telecommunications provided by radio or T.V give news from the home country, the people who had personally migrated maintain closer ties with their home country than in a recent past. Their children often do not master perfectly well the mother tongue of their parents, but they idealize it.

Because of the failure of its traditional system of values, Western civilization is going through an identity crisis. People are searching for strong symbols in order to build their egos. The symbolism displayed in central cities reflects history, the hopes and ideals of local ruling elites and bourgeoisies, and the successive forms of political power. Young people from foreign families are not really interested in these symbols of past. They long for a closer and more emotional foundation for their identities : hence their interest in their own traditional cultures, and the way they invest languages.

Until the 1950s, the structure of the mental maps of urban dwellers reduced the tensions which might have arisen from multilingualism. The situation is today different. Newcomers have still mental maps partly centred on their places of origin, but they draw from that fact a new sense of dignity for their language : they wish to have it granted an official recognition.

6- Urban areas have grown rapidly since a century : their extension is caused by demographic expansion, higher standards of life which induce people to inhabit larger homes or apartments, and facilities offered by private or public transport.

There are two possibilities for people to locate in a multilingual city : to live close to those using the same language in domestic life, or to mix with people using other languages. There are examples of both situations. Mosaic is perhaps more frequent when people are living in detached houses, and mixity when apartments are dominant, but there are many exceptions to this rule.

In many big cities, urban sprawl was so rapid that political units did not evolve fast enough for preventing the multiplication of municipalities. Minorities are sometimes able to dominate some of these localities. They lie either in the periphery or in the heart of the urban area itself. The nature of political problems in multilingual cities change.

Individual and collective strategies in multilingual cities

Theories of urban forms and life as developed until the 80s generally used global approaches : they analyzed the structures of costs inherent to different patterns, and supposed that the cheapest and most efficient ones will be chosen. They ignored the decision makers.

Today the situation is different. The analysis of decision making plays a central role in contemporary theoretical developments.

1- A first hypothesis relies on the idea that decisions are the outcome of individual choices. People are able to withstand the pressures of their social environment. They have preferences and transform them into action. Economic theory relied, and still relies on these basic tenets.

In the linguistic field, what are the strategies for people who do not practice the official language or the economic *lingua franca* of the place where they live ? To learn them has a cost. It is time consuming. For an adult, it is always difficult to get rid of a foreign accent : it reduces the advantages he can expect from learning the official language of the host country. Mastering it enables him to establish direct contacts, but his partners will immediately recognize in him a newcomer. They will invest him with all the prejudices they nurture against foreigners.

On the other hand, even if learning the official language is never completely successful, it offers serious advantages : easier access to all the informations useful for daily life and economic activities, and a guarantee against the unfair pretensions of middlemen. It opens many opportunities and makes people freer.

Economic rationality generally favours the choice of linguistic integration.

2- The theoreticians who insist on the individual character of decision making, recognize at least one social dimension in it : the familial one. They consider that the Western structure of small families, parents and their young children, is a rational one. As a consequence, people do not choose only for themselves. They do not try only to maximize their personal happiness. They take into account in their analyses the interests of their children. If they learn when still young the language(s) of the city in which they live, they will speak it (or them) without a foreign accent. Their integration in the global society will be easier, the opportunities open to them in the economic competition, greater. Hence the strategy often developed by migrants : they learn enough of the language of the host city to be able to buy whatever they need and to understand the orders which are given to them in the workshops or plants where they work, but did not strive for its perfect knowledge. Their efforts of assimilation mainly concern their children. They send them to the best local schools. They often force them to speak the dominant language at home, and use it with them.

3- Sociologists and ethnologists differ from economists : for them, decision making is basically a collective venture, since individuals are conditioned by the environment in which they live and are not really free of their choices.

The sociological analysis of linguistic minorities generally stresses the strength of the solidarities which exist inside their communities. They are based on shared values and habits. They result also from power structures.

When a migrant settles in a city, he is unable to succeed if he is not backed by relatives or fellow countrymen. He has to pay them for that - up to one third or half of his wages in some cases - but he accepts because of the security he is gaining.

The pressures which limit the individual liberty of choice last after the initial stage of integration. They have several components. To refuse to maintain relations with his countrymen in the host city can have negative consequences on the situations of relatives still living in the home country. There are often forms of organizations stretched over both the native land and the new locations of the group. In Algerian Kabylie, political authority is traditionally decentralized. Villages are self-governed units. They are ruled by councils of family heads. All the decisions have to be controlled by them - marriages for instance. There are numerous Kabyls in Paris. They do not constitute ethnic neighborhoods, even if there are important concentrations of North African populations in some of the Parisian arrondissements (mainly 12th, 18th, 19th,

20th) or in the suburbs (mainly in the first suburban ring to the North and South-East of Paris). But the villages do exist in Paris as well as in Kabylie : the council of family heads in the native country is doubled by a council of family heads in Paris. It meets regularly in coffee-houses and treats of all the problems which were traditionally dealt with in Algeria - the marriages of the young women for instance. Parents are not free to authorize their daughters to marry a Frenchman : they have first to refer to the council of family heads, which is generally critical towards such decisions.

In some cases, the collective structures which stretch over the immigrant group and the home country are of the mafia kind : all the activities, or a large part of the activities, of the foreigners are controlled by these organizations. They have to pay for the shops they have opened. A percentage is levied on salaries. These transactions are not one-way ones : individuals and families are rewarded in job opportunities and security.

4- Decision making is both an individual and a collective process. The share of personal initiative varies according to the cultures and values of the linguistic group under scrutiny, its social organization in the native country and the way it takes advantage of the host country institutions to organize itself. It depends also upon the prestige of the host country culture and its institutions.

Multilingualism, political life and political problems in cities

1- Problems of multilingualism are fundamentally political problems, since they concern the daily life of everyone and his rights and opportunities to participate in the economic, cultural and political activities of the city in which he lives.

In traditional societies, multilingualism appeared in fact more as a problem for individuals than a political question : everyone could normally speak his own language at home or with his neighbours. Since school education was still a privilege of elites, children naturally learnt the language of their parents. It was up to them to rely on translators or notables when they were dealing with other groups, or make the effort of mastering the official language or the prevailing economic *lingua franca*. In that case, they generally accepted diglossic practices - reserving each language for a different type and level of activity.

The prevailing political structures were not democratic, even when mayors and town hall officials were elected : the electorate was a narrow one, and all the people have not the same weight when they were consulted. In many cases, cities were ruled in an authoritarian way by an appointed governor.

When town halls did exist, they often did not deal directly with the linguistic groups. Since the political system combined a representative system, at the upper level, and clientship relations lower in the hierarchy, linguistic groups supported influential families and were protected by them.

In Venice, the Councils dealt directly with the problems of foreigners. They parked the Jewish community in the ghetto. Foreign merchants were attached to the warehouse and commercial facilities of their nation - the *Fondaco dei Tedeschi* for the German speaking ones.

When cities were ruled in an authoritative way, governors often acted along lines similar to those practiced in Venice : they allocated neighborhoods to ethnic and linguistic groups and gave them a large autonomy. When these groups played an important role in the economy of cities, they enjoyed royal protection - it was the case for the Jewish or German merchants in many Eastern European countries. The Moslem custom was also to allocate neighborhoods to the different groups and let them settle their internal problems : it was the *millet* system (Hjarpe, 1997). The rulers did not interfere as long as there were no feuds with the dominant Moslem population, or with other linguistic (and ethnic and religious) groups.

Pre-industrial societies did not offer individuals much room for their personal initiatives. The social structures in the host cities and in the rural areas from which came linguistic minorities had a strongly hierarchized component. People had to conform with the prevailing models of choice. There was often no way open for integration in the host population : the only possibility left was to accept the rules of the communities of fellow countrymen.

2- With the industrial revolution and the rise of democratic regimes in Western Europe and North America, the political problems and the way to tackle with them changed. Since formal education became a part of the democratic system, school problems were important. To deal with foreigners was partly to decide of the languages used in the schools attended by their children. In some countries, a complete freedom was left to the parents, at least if people were able to pay for the education of their boys and girls - it was the case in some South American countries, which allowed for the existence of multilingual elites for a long period : their members were able to speak Portuguese or Spanish, according to the country, English or French as a cultural language, and the language of their home country when coming from abroad.

The majority of linguistic groups were made of blue collars. They could not pay for the education of their offspring. They depended on the State - or City - system of public education. Generally, it was a monolingual system. In some cases, where two languages were officially recognized, there were some possibilities of choice, but not always. In the Province of Quebec for instance, Protestants had to send their children to the English speaking schools, and Roman Catholics to the French speaking ones. Since the prevailing attitudes of immigrants favoured integration at the political level, the school problem was more an economic one - how to pay for the State or City supported system ? - than a political one.

In the countries where naturalization occurred rapidly - mainly North American - linguistic groups soon discovered the power they could gain through electoral bargaining. Political parties had to win the support of enough people to get elected. They proposed platforms in which they afforded the different groups a more or less substantial part of what they asked. It gave linguistic communities a strength they could not achieve elsewhere, in Western Europe for instance. It was the reason for which collective bargaining and collective decision making were more significant in North America than in Europe (Dahl, 1961). It did not hamper the process of assimilation, but it made it longer : integration took generally two generations.

Industrial revolution had a strong influence on the strategies available to linguistic groups. Because the labour market was buoyant, controls on immigrants and minorities were relaxed. Newcomers and outsiders had more opportunities to carve their ways through the host society. Industrial cities were parts of modern open societies. The values promoted by these cultures appeared attractive for many foreigners, since they stressed more the role of individual initiatives, work and personal energy than inherited positions. They made people dream of happiness for everyone. In such contexts, many people accepted to sever their links with the traditional societies in which they had been raised. Linguistic minorities organized their communities according to the prevailing values of the host country more than along the lines adopted in their home countries. Conditions for a high permeability between linguistic communities were optimal. The predominance of individual objectives in decision making was conducive to integration, and the progressive reduction of linguistic diversity.

3- Today democratic structures are present all over the World. Cities are ruled by elected mayors. In many countries, the process of naturalization is shorter than half a century ago. In some Western European countries, immigrants vote in local elections even if they are not citizens.

Because of urban sprawl, many metropolitan areas are divided between several municipalities - a few hundreds in the case of Paris. It offers sometimes possibilities for linguistic minorities to control specific areas.

School problems are still important, but their solution has changed. Monolingual school systems are less universal than formerly, even in nations where the policy is still to teach the same official language to all the children : it often appears wise to start reading and writing using the mother tongue and to move later to the official language. These measures are often strongly supported by the linguistic minorities, since they give them better opportunities for the preservation of their languages. Many parents of the linguistic minorities are however against such policies, since they reduce the opportunities for their children to succeed in the school system - it was particularly true in Eastern Socialist Countries, former Yugoslavia for instance, where each national group had an obligation to use its own language in education.

Today labour markets of the majority of Western countries are depressed and job

opportunities are scarce, specially for immigrants and people unable to speak the prevailing language(s). Many newcomers are in fact more interested in consumption opportunities than in employment : they are glad to live on social welfare, which does not need a high degree of proficiency in the official languages, nor any technical skills. They are aware of the critiques against the Western societies and do not dream to integrate them. Second generation migrants stick to the values which prevailed in the home country of their parents in order to build their identity.

It does not mean that we are back to the situation when urban people were caught in rigid social structures. There is today more room for initiative. What has changed is the way these initiatives have to be taken. What appears important is to achieve the promotion of whole groups rather than the success of individuals. It is the reason for which collective decision making is important in the contemporary context.

Because of the growing significance of networks in social and economic life, the role of small linguistic group in foreign cities is changing. Traditionally, there was only one choice open to them: to stick to an organization modeled on the home country, or integrate the host society on an individual basis. Today diasporas serve often as social laboratories for innovations : it is in the big cities of the World that people can develop new social and professional skills and accept new values. A part of their initiatives is then channeled back to the home countries. The process is particularly evident for developing countries : modern forms of cultures or counter-cultures in Turkey owed much to the Turkish communities in Germany. The situation is similar for North African communities in France, and North African countries.

In a World where international competitiveness is harsh, it is important for cities to attract people with the kind of skills useful for business or production. Since the competent specialists are often foreigners, who have no intention to settle permanently in the country, it is important to offer them opportunities to have their children educated in their own languages. Even in countries where the official policy is to stick to monolingualism, some exceptions are made in order to strengthen the attractiveness of major cities. In Paris, the international *lycées* offer opportunities to be trained both in French and another language.

Because of the rising sensibility to problems of identity, attitudes of many linguistic groups have changed: they now struggle for the legal recognition of their languages. It explains that linguistic problems are increasingly political ones. It is evident when looking at the evolution of immigration in the United States. *Latinos* are increasingly conscious of their number and strength, and try to get the right to use Spanish instead of English in many circumstances, at least in the cities along the Mexican border and in Florida, where Cuban refugees are specially numerous.

Conclusion

The perspectives opened by theoretical reflection on the nature and form of cities are useful for understanding the evolution of multilingual cities and their problems. As they are fundamentally meeting points organized to facilitate all forms of social and economic intercourse, cities attract people speaking different languages, but exchange has to rely on shared codes : hence the role of *linguas francas* and official languages. The need to communicate induces a tendency towards the generalization of one, or a few, standardized languages.

There are many reasons, for linguistic groups, to withstand this process : they cling to their own cultures, values and religions since the use of a particular language makes easier the defense of a separate identity. At a time when networks play a growing role in international life, linguistic minorities are less isolated than in the past : they keep closer relations with the mother-tongue areas. As diasporas, they are given opportunities to be active actors in the process of globalization : it may be interesting to serve as intermediaries in the economic relations with their home countries.

The historical perspective explains why autonomy was often granted to linguistic minorities in preindustrial cities. Industrial revolution was synonymous with the progress of urbanization and linguistic rationalization. Today, linguistic groups are more active in struggling for the free use of their mother tongue : the decline of Western ideologies and the on-going globalization explain this evolution.

Bibliography

- ADAMS, R. M. *The Evolution of Urban Society: Early Mesopotamia and Pre-Hispanic Mexico*. Chicago: Aldine, 1966.
- BADIE, Bertrand, SMOUTS, Marie-Claude. *Le Retournement du monde. Sociologie de la scène internationale*. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences politiques and Dalloz, 1992.
- CLAVAL, Paul. *La Logique des villes*. Paris: Editions Techniques, 1981.
- CLAVAL, Paul. « L'avenir de la métropolisation ». *Annales de Géographie*, vol. 98, n° 550, 1989, p. 692-706.
- DAHL, Robert. *Who Governs? Democracy and Power in America*. Yale: Yale University Press, 1961.
- DERYCKE, Pierre-Henri, HURIOT, Jean-Marie, PUMAIN, Denise. *Penser la Ville. Théories et modèles*. Paris: Anthropos, 1996.
- DUBY, Georges (ed.). *Histoire de la France urbaine*, vol. 3, *La Ville classique*. Paris: Seuil, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- GOTTMANN, Jean. "The city is a crossroads", *Ekistics*, vol. 34, 1972, p. 308-309.
- HEERS, Jacques. *La Ville au Moyen Age*. Paris: Fayard, 1990.
- HJARPE, Hans Georg. "The functioning of a multi-ethnic and multi-religious State: the Ottoman Empire". *European Review*, vol. 5, n° 3, 1997, p. 257-265.
- LAPONCE, Jean A. *Langue et territoire*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1984.
- LOPEZ, Robert S. "The crossroads within the wall", in Handlin (O.), Burchard (J.) (eds.), *The Historian and the City*. Cambridge (Mass.): M.I.T. Press, 1963, p. 27-43.
- LEPÉTI, Bernard. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*. Paris: Albin Michel, 1988.
- RÉMY, Jean. *La Ville, phénomène économique*. Bruxelles: Les Editions Vie Ouvrière, 1966.
- RÉMY, Jean. *La Ville et l'urbanisation*. Gembloux: Duculot, 1974.
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane. *La ville: vers une nouvelle définition*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- MEIER, Richard L. *A Communication Theory of Urban Growth*. Cambridge (Mass.): M.I.T. Press, 1965.
- PRÉVELAKIS, Georges (ed.). *Les Réseaux des diasporas. Networks of diasporas*. Paris: L'Harmattan, Nicosia, Kyrem, 1996.
- RACINE, Jean-Bernard. *La Ville entre Dieu et les Hommes*. Paris: Anthropos, Arare, Presses Bibliques Universitaires, 1993.
- SAID, Edward. *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.
- SCOTT, Allen J. *Metropolis*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1988.
- TSURU, Shigeto. 1963, "The economic significance of cities". In: HANDLIN O., BURCHARD, J. (eds.), *The Historian and the City*. Cambridge (Mass.): M.I.T. Press, 1963, p.44-55.
- VANCE Jr, James E. *This Scene of Man. The Role and Structure of the City in the Geography of Western Civilization*. New York: Harper & Row, 1977.
- WHEATLEY, Paul. *The Pivot of the Four Quarters*. Chicago: Aldine, 1971.

AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI

The rural-urban intercourse in Brazil during the XXI Century

Las relaciones campo-ciudad en el Brasil del siglo XXI

Paulo Roberto R. ALENTEJANO

Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ
Professor da UERJ.

Resumo: O presente artigo aborda a problemática das relações campo-ciudad neste princípio do século XXI e defende que o embate em torno da concepção de reforma agrária está no centro de uma discussão maior a respeito do modelo de desenvolvimento no Brasil. Conclui-se que a solução para a crise que se abate sobre as cidades brasileiras e o caminho para construir uma sociedade mais justa e democrática passa pelo aproveitamento do imenso estoque de terras inaproveitadas e mal aproveitadas pelos latifundiários brasileiros (e estrangeiros) para o assentamento massivo de trabalhadores rurais e urbanos, oferecendo a estes infra-estrutura adequada, apoio à produção agrícola e não-agrícola e condições para o livre exercício de sua cidadania. Isto seria o princípio de um processo de revolução da nossa organização social e territorial. Porém, para que a reforma agrária retome seu papel de política protagonista da transformação sócio-espacial é preciso abandonar a orientação "resolução pontual de conflitos/determinação pelos mercados" que caracterizou a política de assentamentos nas últimas duas décadas e voltar a ser pensada como política estratégica de combate às desigualdades estruturais, tanto pelas transformações diretas que pode produzir no mundo rural, como pelos efeitos indiretos que pode ter sobre o emprego, a renda, a alimentação e a qualidade de vida nas cidades.

Palavras-chave: reforma agrária; modelo de desenvolvimento; transformações sócio-espaciais.

Abstract: This article approaches the subject matter of the rural-urban intercourse in this beginning of the XXI century and argue that the debate surrounding the conceptualization of the Agrarian Reform is in fact in the middle of a broader discussion about the development model in Brazil. We are led to the conclusion that the solution to the crisis assaulting Brazilian cities, as well as the route to build a more fair and democratic society, must make use of the huge amount of unused and by the *latifundia* (owned both by Brazilian and foreigners) misused land, in order to intensively settle rural and urban workers, offering them an appropriate infra-structure, supporting agricultural and non-agricultural production and providing them conditions to free exercise their citizenship. This would be the start of a revolution in our social and territorial organization. However, in order to allow the Agrarian Reform to regain it's role as the protagonist policy of the social-space transformation, it is mandatory to abandon the so called "targeted conflict resolution/ market determined" orientation that has been a characteristic of the settlement policy in the last two decades. The Agrarian Reform must again be faced as a strategic policy to fight the structural iniquities, not only for the direct changes that it can make in rural sphere, but also for the indirect effects it may have on employment, income, nourishment and standard of living in the cities.

Key-words: land reform; development model; social-space changes.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 25-39	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	----------	---------------

Resúmen: El presente artículo aborda la problemática de las relaciones campo-ciudad en este principio del siglo XXI y defiende que el combate entorno de la concepción de la reforma agraria está en el centro de una discusión mayor respecto al modelo de desenvolvimiento en el Brasil. Se concluye que la solución para la crisis que ocurre en las ciudades brasileñas y el camino para construir una sociedad más justa y democrática pasa por el aprovechamiento de la inmensa existencia de tierras inaprovechadas y mal aprovechadas por los latifundarios brasileños (y extranjeros) para el asentamiento masivo de trabajadores rurales y urbanos, ofreciendo a éstos infraestructura adecuada, apoyo a la producción agrícola y no agrícola y condiciones para el libre ejercicio de su ciudadanía. Esto sería el principio de un proceso de revolución de nuestra organización social y territorial. Pero, para que la reforma agraria retome su papel de protagonista de la transformación socio-espacial, es preciso abandonar la orientación "resolución puntual de conflictos/determinación por los mercados" que caracterizó la política de asentamientos en las últimas dos décadas, y volver a ser pensada como política estratégica de combate a las desigualdades estructurales, tanto por las transformaciones directas que puede producir en el mundo rural, como por los efectos indirectos que puede determinar del empleo, la renta, la alimentación y la cualidad de vida en las ciudades.

Palabras-claves: reforma agraria; modelo de desenvolvimiento; transformaciones socio-espaciales.

Introdução

Neste princípio de século XXI o debate acerca das relações campo-cidade encontra-se numa encruzilhada. Diferentemente da segunda metade do século XX, quando o avanço, a generalização (e as vantagens) da urbanização eram considerados inexoráveis, o que se vê nos últimos anos é a proliferação de estudos que apontam para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização.

Tais estudos destacam de um lado as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos, cada vez mais marcados pela violência, a miséria e a poluição; de outro, ressaltam a qualidade de vida possível num meio rural dotado de infra-estrutura básica, mas com preservação ambiental e boa qualidade de vida, recuperando, de certa forma, uma visão idílica perdida do rural.

No entanto, não há acordo acerca do significado desta revalorização do rural. Para uns, esta deve necessariamente implicar a revisão completa e absoluta do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no país, associando-se, portanto, à reforma da estrutura fundiária e da política agrícola que historicamente garantiram o domínio do grande capital e da grande propriedade sobre o meio rural brasileiro.

Para outros, trata-se, ao contrário, de mais uma possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo, ou seja, teríamos uma espécie de "revalorização conservadora do rural" à semelhança da modernização conservadora da agricultura brasileira dos anos 1960/1970, pois ao contrário de estar apoiada na reforma agrária, permitiria nova sobrevivência para o latifúndio. A incorporação do turismo rural pelo agronegócio pode ser apontado com uma destas tendências, especialmente alguns segmentos deste, como o dos hotéis-fazenda e das museus-fazenda.

Neste contexto, o próprio debate acerca da importância da reforma agrária como uma política de reestruturação espacial das sociedades tem sido recolocado. Sem dúvida, trata-se de questão polêmica, uma vez que para os representantes do patronato rural e alguns estudiosos da agricultura brasileira o que está em jogo, pelo contrário, é a expansão do modelo agrícola vigente no país. Para estes setores a reforma agrária não traria nenhuma contribuição para a sociedade brasileira, uma vez que a agricultura já se encontraria fortemente modernizada, não fazendo sentido pensar na massificação da pequena produção familiar no campo, mas sim retomar uma política de apoio à agricultura patronal que amplie ainda mais seu processo de modernização, repetindo a estratégia adotada nos anos 1960/70. A pauta da reivindicação destes setores é clara: liberalização comercial, incentivo às exportações e liberação da produção de organismos geneticamente modificados (transgênicos), consolidando o que seria na versão destes a "nova revolução verde".

A crítica a essa posição vem se encaminhando em duas direções básicas¹: de um lado, estão os que, concordando com o sentido geral da afirmação, criticam o caráter socialmente

¹PALMEIRA e LEITE desenvolvem uma interessante crítica às próprias interpretações críticas do processo de "modernização conservadora", destacando as fragilidades embutidas nesta concepção, em suas diversas matizes, pois, são extremamente datadas e limitam *a priori* as possibilidades de interpretação da realidade agrária nos dias de hoje.

perverso e caro desta modernização e preconizam medidas que promovam maior equidade social no campo e não dependam de recursos estatais hoje cada vez mais escassos²; de outro estão os que destacam o caráter parcial e localizado - em cadeias produtivas e regiões - deste processo de modernização baseado no latifúndio, contrapondo-o ao padrão europeu de modernização da agricultura calcado na produção familiar, para afirmar o caráter econômico, social e ecologicamente mais justo deste último em relação ao primeiro.³

Ambas as visões são importantes contribuições para o debate da reforma agrária nos dias de hoje, porém, cometem a meu ver um erro estratégico fundamental: mantêm a discussão praticamente restrita ao universo da agricultura e do meio rural.

Há nesse tipo de formulação outro problema essencial: não há meio termo entre a modernização e a inviabilidade da agricultura familiar. Consideramos tal idéia bastante problemática, uma vez que elimina a possibilidade de se pensar estratégias de desenvolvimento alternativas dentro da agricultura e reifica um modelo que, a rigor, também nada tem de inovador, isto é, o modelo mecânico-químico de modernização da agricultura *à la* revolução verde.

Isto nos parece um brutal equívoco, uma vez que tal modelo tem produzido resultados sociais e ambientais perversos - como ressalta a maioria dos autores -, assim como econômicos, dado que os índices de produtividade têm se mostrado decrescentes e os custos - pelo contrário - crescentes, assim como a dependência de financiamentos cada vez mais elevada, tornando o agricultor cada vez mais vulnerável, seja às grandes indústrias fornecedoras de insumos e sementes, aos bancos, ou às processadoras e intermediárias.

O grande salto no debate atual da questão da reforma agrária deve ser a inserção deste no contexto da discussão do modelo de desenvolvimento a ser implantado no país, o que significa, retomar, de certa forma mas em direção oposta, o sentido original dos debates agrários que de algum modo se perderam ao longo do tempo, de modo contraditório, uma vez que isto se dava ao mesmo tempo em que a agricultura se industrializava e a sociedade se urbanizava. Isto, ao contrário de fazer com os debates acerca dos rumos do agro se integrassem cada vez mais às discussões acerca do modelo de desenvolvimento, transformou-os em secundários, como se os processos agrários passassem a ser um mero resultado da dinâmica urbano-industrial, perdendo suas especificidades.

Se cabe retomar o sentido do debate dos anos 1950/60, onde a reforma agrária era pensada como uma solução para os entraves ao desenvolvimento industrial ou à plena disseminação de relações capitalistas ou ainda como caminho para a transformação acelerada da sociedade rumo ao socialismo, cabe reposicioná-lo, pois não me parece que qualquer destes aspectos seja hoje válido.

O caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira deve ser o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, mas não para negar importância à reforma agrária, mas para afirmá-la como essencial para, no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática.

Antes de retomar de forma mais consistente a discussão sobre a importância da reforma agrária no contexto atual, analisaremos mais detidamente as transformações em curso no rural brasileiro, a partir das contribuições de alguns dos principais analistas deste processo.

O velho e o novo no rural brasileiro

Graziano da Silva (1996) tem sido um dos principais autores a defender a existência de uma nova dinâmica no campo brasileiro, marcada fundamentalmente pela urbanização. Em sua concepção o rural não pode mais ser associado à atividade agrícola como tradicionalmente o fora. Um outro lado de sua formulação diz respeito ao profundo processo de modernização da agricultura patronal e de parcelas da agricultura familiar, particularmente os integrados, que por seu grau de tecnificação e integração em circuitos financeiros e informacionais também

²GRAZIANO da SILVA e MÜLLER podem ser apontados como defensores desta posição, ainda que com enfoques diferenciados.

³ABRAMOVAY, ROMEIRO e VEIGA, entre outros, podem ser considerados como defensores desta concepção.

não mais poderiam ser classificados como rurais. Assim, estaria em curso um duplo processo de urbanização do campo brasileiro: uma expansão da lógica de produção urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou.

Essas formulações de Graziano da Silva contêm três problemas básicos: em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade.

Ao abandonar a perspectiva de promoção de reestruturações mais radicais do modelo agrário brasileiro, a visão acima aproxima-se das formulações que preconizam apenas a adoção de medidas compensatórias no enfrentamento das desigualdades sociais e da miséria. A principal proposição destes autores é que os programas de combate à pobreza rural devem incorporar a dimensão urbana do espaço rural e incluir, nas perspectivas de ação no campo, o incentivo à geração de atividades de caráter não-agrícola intensivas em mão-de-obra, como é o caso dos serviços.

Numa direção oposta, Delgado & Cardoso Jr. (1999) sustentam que se há uma nova realidade no campo brasileiro, essa pode ser observada pela importância do segmento familiar, que tem na renda previdenciária fonte complementar à produção de subsistência para garantir uma melhoria na qualidade de vida, ou fonte de financiamento dos investimentos na produção agrícola.

Na concepção desses autores, essa "nova realidade" presente no campo brasileiro é fruto, justamente, do atraso estrutural do campo brasileiro, que faz com que parte expressiva dos agricultores familiares permaneça como produtor de subsistência em condições de pobreza acentuada, e também da crise que se abateu sobre o setor nos anos 1990, que fez regredir à condição de pobres do campo uma expressiva quantidade de pequenos produtores.

Delgado & Cardoso Jr. sustentam que a regularidade, a segurança e a liquidez monetária que caracterizam os pagamentos previdenciários podem estar exercendo a importante função de ampliar as oportunidades e a recorrência de gastos com a manutenção de atividades voltadas seja para o autoconsumo familiar, seja para a geração de pequenos excedentes comercializáveis. A despeito do valor unitário reduzido do benefício previdenciário em termos absolutos (1 salário mínimo ao mês, na esmagadora maioria dos casos), ele parece desempenhar um papel significativo na sustentação das estratégias familiares de sobrevivência, tanto nas áreas rurais como nas pequenas cidades fortemente dependentes das atividades agrícolas.

Guanzioli e seus colaboradores buscam um caminho intermediário, destacando a persistência de problemas tradicionais no meio rural brasileiro, mas chamando atenção também para as mudanças.

[...] a redução relativa das ocupações agrícolas em geral é o resultado não surpreendente, por um lado, da modernização da agricultura e, por outro, das dificuldades de acesso à terra e de reprodução da pequena produção familiar. No que concerne ao crescimento da oferta de ocupação não-agrícolas no espaço rural, esse, sem dúvida, reflete também tendências novas, embora não surpreendentes, como a descentralização industrial e a expansão imobiliária em áreas rurais. (GUANZIROLI et al.: 2001: p. 34).

Chamando atenção para a precariedade dos dados estatísticos na identificação do peso das rendas não-agrícolas no meio rural, sustentam que a maioria das ocupações não agrícolas pode ser categorizada como "emprego refúgio" (Weller, 1997, apud GUANZIROLI et al.: 2001: p. 35), incluindo trabalhos de baixa qualificação como pedreiro, servente, domésticas, etc. Assim, a tendência seria a retomada do trabalho agrícola caso houvesse maior apoio público à agricultura, o que sustentam estar acontecendo desde a criação do PRONAF.

A maior oferta de ocupações não-agrícolas no espaço rural pode estar configurando, portanto, muito mais um reforço às estratégias tradicionais dos agricultores: por exemplo, ante a falta de crédito de custeio para financiar a safra seguinte, muitos agricultores recorrem tradicionalmente a outras atividades e/ou biscates visando reforçar seu capital de giro na entressafra; mas o objetivo principal é plantar no verão, ou seja, manter e consolidar seus sistemas produtivos agropecuários. (GUANZIROLI et al.: 2001: 35).

Para sustentar sua argumentação, os autores destacam que o desenvolvimento da pluriatividade na Europa foi resultado do amplo apoio estatal à agricultura familiar, enquanto que no Brasil, até o momento, decorre da ausência deste, o que significa dizer que o desenvolvimento de uma forte política pública de apoio ao vasto contingente de produtores familiares descapitalizados ou semicapitalizados existente no Brasil poderia gerar inclusive um efeito multiplicador de empregos rurais não-agrícolas, não de baixa qualidade como os atuais, mas de alta qualidade como os europeus.

A par da nossa discordância em relação à real contribuição do PRONAF para a transformação da realidade da agricultura familiar brasileira, consideramos que o importante a salientar nas observações dos autores acima, diz respeito à visão limitada em relação às transformações em curso no meio rural do ponto de vista das atividades não-agrícolas, pois, se de fato predominam entre os empregos rurais não agrícolas aqueles que exigem baixa qualificação dos trabalhadores, é inegável o desenvolvimento de uma série de atividades de comércio e serviços que não podem ser reduzidos a esta qualificação. Ou seja, reforçam uma visão dicotômica na interpretação do rural brasileiro.

Nesse sentido parecem-nos mais interessantes as conclusões de Ferreira (2002), para quem a precariedade do rural brasileiro em termos de infra-estrutura limita sua expansão como local de moradia e lazer de populações de origem urbana, limitando-se praticamente às áreas próximas das regiões metropolitanas.

A nova paisagem e os processos produzidos pela integração de atividades não agrícolas nos estabelecimentos rurais e pela pluriatividade dos agricultores e seus familiares, o aumento de uma população rural não agrícola e de aposentados que moram no campo, trazem um fenômeno de diversificação no meio rural. No entanto, não se pode pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países do capitalismo avançado: nossa realidade não dá suporte para uma representação do rural como predominantemente não agrícola. (FERREIRA, 2002: p. 36/37).

Outra interpretação do problema é a de Veiga para quem o debate sobre a relação entre rural e urbano no Brasil sofre de um problema de origem que é a definição administrativa desses espaços. Segundo o autor, o decreto de 1938 que transformou todas as sedes municipais em cidades deu origem ao mito do desaparecimento crescente do rural no Brasil, pois mesmo pequenas localidades com dinâmica absolutamente apoiada na agricultura passam a ser consideradas urbanas. Segundo ele, somente El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana utilizam o mesmo critério do Brasil para distinguir áreas rurais de urbanas.

Como alternativa, propõe a adoção do critério da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que estabelece 150 hab/km² como limite para a definição de áreas urbanas, o que corresponderia no Brasil a apenas 411 municípios. Por oposição, 70% dos municípios brasileiros onde a densidade demográfica é inferior a 40 hab/km², seriam classificados como rurais, o que reduziria a 60% a população urbana brasileira. Assim, a real população rural brasileira seria de 52 milhões de habitantes, com uma PEA rural da ordem de 25 ou 26 milhões e PEA agrícola, embora não exclusiva, de 20 milhões.

Em consonância com essa interpretação, Veiga considera fundamental centrar o enfoque no desenvolvimento local, rompendo-se a visão dicotômica que tem predominado e apostar na diversificação de atividades como forma de dinamizar as economias locais.

[...] mais do que se perguntar qual é (ou será) a importância relativa da agropecuária para a criação de empregos e redução da pobreza no espaço rural, deve-se perguntar qual pode ser a influência da diversificação agropecuária para a diversificação das economias locais. Em outras palavras, o que interessa é saber se atividades rurais dos setores secundário e terciário que certamente geram maiores rendas per capita que as do setor primário têm mais chance de brotar no entorno de grandes fazendas especializadas em pecuária de corte, grãos ou cana-de-açúcar, ou no entorno de concentrações de sítios familiares poliprodutivos. (VEIGA et al., 2001: p. 49).

Reconhecendo a precariedade predominante hoje no rural brasileiro, onde aproximadamente ¼ da renda das famílias sobrevive dos repasses da Previdência Social, considera vital desenvolver ações que favoreçam a articulação das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas.

As economias rurais dinâmicas são as que mais se diversificam, tornando o setor terciário muito mais decisivo que o primário. Espaços dominados por atividades primárias muito especializadas, que travam a diferenciação da economia, são justamente os que permanecem subdesenvolvidos, mesmo quando fazem parte das nações mais avançadas do planeta. (VEIGA et al, 2001: p. 17).

As formulações de Veiga, em geral corretas, apresentam dois problemas: de um lado, sua crítica do superdimensionamento estatístico desconsidera as inúmeras áreas agrícolas que pelo mesmo critério administrativo que critica, estão hoje enquadradas como áreas urbanas, pois muitos municípios definiram-nas desta forma como meio de cobrar impostos de seus habitantes⁴; de outro, desconsidera as especificidades brasileiras ao propor a transposição dos critérios da OCDE para o país.

De certa forma, esse é o mesmo problema presente nas formulações de Rua (2002), que num instigante artigo propõe o uso da noção de "urbanidades" que seriam a expressão da antecipação da urbanização ideológica, cultural, extensiva, difusa ao processo físico, formal da urbanização.

[...] não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, pois, desde o início, chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. Desse desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e as "urbanidades" são uma verdadeira "ponta de lança" [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação. (RUA, 2002: p. 34).

Na realidade, Rua propõe ultrapassar o corte tradicional rural/urbano tomando por base as "novas territorialidades" constituídas na interação do global com o local, rompendo com o que denomina "formalismo reducionista do rural definido a priori, por exclusão do urbano." (Rua, 2002: p. 34).

Rua rejeita a idéia de "novas ruralidades" por considerar que tal expressão obscurece o comando urbano do processo de reestruturação espacial do mundo contemporâneo, assim, compreende que:

O rural será compreendido como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano mas guardando algumas especificidades [...] que são "oferecidas", "descobertas", "exploradas" como atrações locais [...] (RUA, 2002: p. 35).

Defendendo-se previamente de possíveis acusações de imprecisão, o autor sustenta que a noção que propõe não é fruto de indecisão teoria ou ecletismo conciliador, mas decorrência das necessidades de interpretação de uma realidade multifacetada. Porém, a nosso ver, o problema é outro, qual seja: a persistência da idéia de que o que move o rural e lhe dá dinamismo é o urbano e não a própria dinâmica do rural, ou seja, embora Rua insista que o rural deve continuar a ser percebido em suas especificidades, ao atribuir à influência das "urbanidades" as transformações que não são tão profundas como as produzidas pela urbanização, o autor permanece no campo dos que não atribui dinamismo próprio ao rural.

Assim, torna-se necessário buscar uma outra direção, pois se mantivermos o sentido atual da discussão só nos restarão duas direções: aceitar a idéia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano e, portanto, não é mais uma categoria descritiva ou explicativa útil, ou

⁴ Enquanto o ITR é um imposto federal, o IPTU é municipal, o que tem levado muitas prefeituras, especialmente nas regiões metropolitanas e seu entorno, a considerar todo seu território como urbano, aumentando assim a arrecadação municipal.

considerar que rural e urbano sempre foram categorias inúteis para a análise.

Uma terceira opção - que buscaremos seguir - é a de considerar que ainda há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, mas seu significado atual mudou. Consideramos fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado. Assim, não se trata de ver o rural como sinônimo de atraso, de agrícola, de natural, enfim de vê-lo como

o oposto de uma visão estereotipada do urbano que o coloca como o locus por excelência do progresso, da modernização, da indústria e da técnica. Tais visões estereotipadas, típicas de interpretações dualistas e dicotômicas, precisam efetivamente ser superadas, mas não às custas da negação de um dos pólos, o que só faria reforçar o caráter dual da abordagem, como ressalta corretamente Martins (1986).

Assim, a tarefa fundamental no sentido de afirmar a atualidade do uso do par rural-urbano está em definir o novo significado que o par teria na atualidade. Antes, é preciso dizer que os que consideram que tal par jamais foi útil para a análise, confundem o uso dicotômico que muitas vezes teve com sua utilidade conceitual. Para usar uma consagrada expressão popular, trata-se de jogar fora a criança junto com a água da bacia, o que nos parece uma falsa saída para a questão. Dito isto, tentemos demonstrar que caráter poderia assumir hoje o uso do par rural-urbano como elemento de interpretação da realidade.

A primeira tarefa neste sentido é a de desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial. Esta tarefa já foi satisfatoriamente feita por antropólogos, economistas, geógrafos, sociólogos, etc., quando demonstraram que:

a) a modernização do campo, entendida como a difusão de tecnologias e relações de trabalho e produção baseadas na racionalidade técnica e na divisão do trabalho, em alguns locais foi inclusive mais acentuada que nas cidades, onde muitas vezes persistem setores onde predominam técnicas e relações de trabalho arcaicas;⁵

b) o domínio da técnica e da artificialidade não é exclusivo do meio urbano, seja porque o espaço rural é cada vez mais transformado e produzido pelos homens, como pelo fato de que cada vez mais se busca a construção de cidades menos artificializadas, onde haja espaço para a preservação da natureza;⁶

c) a indústria não é e nunca foi um fenômeno tipicamente urbano, como o provam as primeiras manufaturas que se instalavam nas áreas rurais, onde então se concentrava a mão-de-obra, e as atuais fábricas que buscam fugir das grandes concentrações urbanas, em função dos problemas de custo gerados pela aglomeração excessiva - salários, tarifas, impostos e outros gastos elevados -, tendo se concentrado nas cidades em função de condições econômicas, sociais e tecnológicas específicas de um dado momento do desenvolvimento.

Embora o padrão industrial moderno tenha se baseado na grande indústria e na concentração espacial, nos últimos anos, com o advento da chamada "Terceira Revolução Industrial", observa-se crescente redução da escala das plantas industriais e desconcentração espacial destas, bem como a expulsão de atividades de dentro das unidades fabris, desdobrando-se numa complexa relação entre fábricas menores e unidades artesanais familiares, resultando inclusive em redução das relações de assalariamento.⁷

No terreno da desmistificação, cabe ainda dizer que características como isolamento, visão de mundo provinciana e relações interpessoais restritas, porém densas, atribuídas ao

⁵ Enquanto a produção agropecuária moderniza-se violentamente, com o crescente uso de modernas técnicas de produção e com a difusão do assalariamento em substituição a relações pré-capitalistas de produção, muitos ramos de atividades tipicamente urbanas baseiam-se em reduzidos níveis de tecnificação e relações de trabalho que passam ao largo do assalariamento formal, como é o caso de boa parte do setor de serviços nos países subdesenvolvidos. Ver a este respeito, entre outros, Oliveira (1981 e 1989).

⁶ Os exemplos vão desde o desenvolvimento da hidroponia e da criação de terrenos por aterro na Holanda às inúmeras técnicas de recuperação e melhoria da qualidade dos solos e à constante melhoria da infraestrutura rural de um lado e, à busca incessante de preservação ou recuperação dos espaços naturais das cidades, com a valorização de florestas, lagos, rios e outros ambientes que fujam à artificialidade que historicamente marcou o espaço urbano nos dois últimos séculos. Ver entre outros Goodman et al. (1990), Harvey (1992), Mathieu (1998) e Sachs & Abramovay (1997).

⁷ Ver a este respeito, entre outros, Mingione & Pugliese (1987), Harvey (1992), e Saraceno (1994).

rural, são hoje também altamente questionáveis. A difusão dos meios de comunicação integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades, ao mesmo tempo que no espaço urbano multiplicam-se exemplos de grupos sociais que vivem um profundo isolamento do resto do mundo, como ocorre com jovens moradores de condomínios da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, que demonstram não conhecer sequer o seu próprio bairro, tamanha é a concentração de sua vida nos limites do próprio condomínio.

O que todas essas observações nos permitem afirmar é que os tradicionais estereótipos que definiriam campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isto não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia nos levar a sucumbir à tentação de dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais.

Não concordamos, entretanto, com esta visão particularista - tão em voga nestes tempos "pós-modernos"⁸ - que nega qualquer possibilidade de teorização acerca da realidade, sob o argumento de que isto representaria uma simplificação da complexidade do real. Acreditamos ser possível produzir interpretações teóricas que orientem a análise da realidade sem retirar-lhe o dinamismo e a complexidade.

Também não concordamos com posições como as de Tavares dos Santos (1991) e Saraceno (1994), que propõem substituir as noções de rural e urbano por outras como processos sociais agrários e economia regional, respectivamente, por considerar que, ao fazerem isso, apenas fogem do debate acerca da necessária reconceitualização do rural e do urbano nos dias de hoje.

Qual seria hoje, então, o sentido das expressões rural e urbano? Ao nosso ver, se há um ponto em que podemos nos apoiar para definir a natureza do rural, este seriam as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra.

Temos então uma nova dicotomia, dirão alguns, mas não se trata disto. Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que, enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas.⁹

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias.

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida.

Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Assim, para falarmos num novo mundo rural seria necessário avançar em formulações

⁸ Discordamos das formulações pós-modernistas que negam a possibilidade da construção de interpretações totalizantes da realidade social. Estamos de pleno acordo com as críticas feitas por Wood (1999) ao pensamento pós-moderno, por seu caráter imobilizador, irracionalista e aistórico e consideramos que a pretensa valorização do espaço presente neste significa, na realidade, o esvaziamento do conteúdo e da densidade do espaço.

⁹ Não se está negando aqui a discussão sobre a questão fundiária urbana, a qual tem sabida importância social e econômica, mas realçando-se a menor importância que estas questões têm para o urbano em relação ao rural, onde a centralidade da questão fundiária é indubitável.

que rompem com a dicotomia rural/urbano. Do mesmo modo, a efetiva construção de um novo rural brasileiro passa pela difusão de serviços e atividades, tidas como urbanas, no campo, com um alto grau de dispersão espacial e uma territorialidade intensa.

Aqui o debate acerca das transformações no mundo rural aproxima-se definitivamente das discussões acerca do caráter territorializado do desenvolvimento, o que nos leva ao debate sobre o desenvolvimento rural territorializado ou desenvolvimento rural de base local/regional.

Articulando o novo rural com o desenvolvimento local/regional

Um dos autores pioneiros deste debate no Brasil é Abramovay, para quem somente nos últimos anos têm se multiplicado estudos voltados para compreender as razões do desenvolvimento de determinadas regiões em detrimento de outras. Para este,

Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. (ABRAMOVAY, 1999: p. 2).

De acordo com o autor, duas correntes contemporâneas de pensamento têm convergido na análise do desenvolvimento rural, enfatizando respectivamente a dimensão territorial do desenvolvimento e o capital social. Sua proposta é associá-las.

Segundo o autor, a noção de capital social tem sido crescentemente utilizada pelas instituições internacionais como o BIRD, a FAO, a CEPAL e a UNCTAD, representando, do ponto de vista teórico, uma resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. De acordo com essa visão, mais importante que as sanções sociais para viabilizar a cooperação é a interiorização nos indivíduos da percepção de que ela favorece o conjunto. Os fundos de aval e as cooperativas de crédito representariam os principais exemplos de formação de capital social.

Já a noção de desenvolvimento territorial tem se apoiado na concepção de que o território, mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações.

Tal visão se contrapõe à tradição da economia que tem historicamente negligenciado a dimensão espacial/territorial do desenvolvimento, enfatizando as dimensões temporal e setorial. Para Abramovay é preciso levar em consideração três traços básicos dos processos de desenvolvimento territorial relacionando-o com a noção de capital social para pensar o desenvolvimento rural: conjunto diversificado, porém integrado, de empresas familiares; ambiente de inovações e troca de informações onde a colaboração é tão ou mais importante que a concorrência; interação entre campo e cidade.

[...] um ambiente de cooperação entre empresas - no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região - é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1999: p. 10).

Assim, no caso brasileiro, os principais obstáculos ao desenvolvimento rural de base local seriam a falta de confiança dos agricultores em sua própria capacidade, a ingerência política na dinâmica dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, a resistência das prefeituras que vêem esses espaços como concorrentes do executivo, a baixa participação da sociedade civil, principalmente jovens e mulheres e a limitada capacidade dos técnicos para lidar com esses novos canais de participação.

Para Abramovay, visto como mera base territorial para a atividade o meio rural não escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural:

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo

em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. (ABRAMOVAY, 1999: p. 17).

Esta é, em termos gerais, a mesma idéia defendida por Cazella & Mattei (2002) que apostam na diversificação de atividades para criar capital social capaz de impulsionar o desenvolvimento dos territórios.

[...] a presença de agricultores familiares diversificados, que transformam e vendem de forma direta ou a totalidade da produção e que auxiliam na ampliação das atividades de lazer e de vida local, contribui de forma decisiva para a criação de um capital social capaz de transformar o espaço local banal num território de desenvolvimento. (CAZZELA & MATTEI, 2002: p. 17).

Concepção semelhante é desenvolvida por Vilela (1998) para quem a migração de retorno para o campo ou para pequenas e médias cidades, o crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural, a revalorização da natureza e ascensão de novos atores sociais recolocaram o campo em evidência.

De acordo com Vilela, a substituição da diferenciação rural/urbano pelo uso da noção de economia local, não é capaz de dar conta da complexidade das transformações em curso no meio rural e em sua relação com o urbano.

Para o autor, o revigoramento da dimensão local está associado à crise do Estado, sendo o local feito de memória coletiva e relações sociais ligadas à sua própria exploração. Porém, destaca a necessidade de inserir o local em sua relação com o global:

[...] as diferenciações territoriais são resultado da interrelação entre os aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade determinada conjuntamente com as ligações de natureza variada que ela tem com o resto do mundo (o mercado global). (VILELA, 1998: p. 17).

Nesse sentido, propõe a construção da noção de desenvolvimento rural territorializado como alternativa à noção de economia local, para dar conta das especificidades do rural neste novo contexto.

[...] esta nova dinâmica, observada no meio rural, também parece variar consideravelmente de região para região - sejam blocos econômicos continentais, países, regiões, micro-regiões - fazendo com que a ênfase nos tipos de atividade geradoras de renda no meio rural também varie nas mesmas proporções. Para cada região a escolha das atividades a serem estimuladas e desenvolvidas dependerá de um contexto intra e extra-local que venham a favorecer processos endógenos e/ou exógenos de desenvolvimento. (VILELA, 1998: p. 25).

Assim, a diversidade é a marca fundamental deste novo rural, onde o capital avança sobre novas realidades (turismo rural, produção agroecológica), buscando apropriar-se delas, e a territorialização do desenvolvimento está diretamente vinculada à diversificação das formas de desenvolvimento rural. Segundo sua concepção, cada tipo de agricultor desenvolve diferentes formas de articulação com o sistema social e econômico, por conseguinte, constrói diferentes espaços, por meio de redes que se sobrepõem, mas não se confundem.

A abordagem do desenvolvimento rural/local requer uma leitura dos processos sociais e econômicos, antes territorial que setorial, pois o território como unidade analítica parece mais apropriado para avaliar aspectos da competitividade e as mudanças ocorridas ao longo do tempo e no conjunto das políticas. (VILELA, 1998: p. 30).

Assim, para Vilela, a diversidade territorial deve ser vista como estratégica para a implementação de políticas, as quais devem ser um conjunto articulado de ações intersetoriais integradas territorialmente.

Em direção semelhante, Campanhola & Graziano da Silva (1999), analisando as possibilidades de mudança na orientação das políticas públicas para o meio rural brasileiro, destacam que a heterogeneidade das áreas rurais brasileiras vem aumentando com a incorporação

de atividades urbanas e a diferenciação crescente entre as regiões

[...] crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas, que tem contribuído para que a população residente no meio rural busque maior estabilidade econômica e social. (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 1999: p. 1).

Para os autores, a descentralização das políticas públicas favorece organização e articulação local dos agricultores, sendo o planejamento local identificado como o principal caminho para o aprofundamento da democracia e da sustentabilidade. De acordo com esses, é necessário superar o principal equívoco das políticas públicas que é o fato de geralmente serem elaboradas setorialmente, sem considerar as especificidades locais:

[...] o planejamento local vai possibilitar o delineamento de políticas públicas que dêem suporte à pluriatividade no meio rural, com o objetivo de aumentar a renda familiar. (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 1999: p. 6).

Assim, propõem como diretrizes básicas das políticas de desenvolvimento local: (a) identificar as potencialidades agrícolas e não-agrícolas; (b) organizar a participação das comunidades locais; (c) solucionar os entraves de infra-estrutura; (d) reestruturar a dimensão institucional para favorecer as ações inter-setoriais; (e) incorporar a gestão por bacias hidrográficas, consideradas mais homogêneas do ponto de vista da geografia agrária.¹⁰

[...] as bacias hidrográficas, que se constituem primariamente em unidades de gestão geo-ambiental, podem se transformar em unidades adequadas para a gestão de outros recursos sociais e econômicos, favorecendo a articulação institucional e a participação da sociedade civil de uma micro-região ou mesmo de uma região. (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 1999: p. 11).

Dentre as políticas concretas de desenvolvimento para o meio rural, os autores destacam o estímulo à livre organização associativa e cooperativa das comunidades rurais; a expansão da infra-estrutura, com ênfase na comunicação; o desenvolvimento de uma política de habitação rural, inclusive como forma de geração de empregos, dada a precariedade das habitações rurais e a importância da moradia rural para trabalhadores urbanos; a revisão da formação e da orientação do sistema de pesquisa e extensão rural avessos ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas e acostumados a uma ação paternalista e a revisão da legislação, restritiva ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural.

De acordo com os autores, apesar de as mudanças em curso no meio rural brasileiro não serem homogêneas há aspectos comuns: aumento dos empregos não-agrícolas, principalmente nos serviços, indústria, comércio e construção civil; urbanização do meio rural.

O que se propõe é que as novas oportunidades geradoras de renda para a população rural sejam contempladas por políticas públicas e que o Estado e suas instituições sejam agentes incentivadores dessas transformações. (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 1999: p. 20).

Wilkinson & Mior (1999), por seu turno, no contexto de uma análise voltada para a identificação de processos de construção social de mercados pela agricultura familiar, afirmam que:

[...] o novo mundo rural se constitui num continuum abrangendo a inserção mais autônoma nas cadeias tradicionais, a produção artesanal e o turismo rural dentro de estratégias locais e regionais de reconversão. (WILKINSON & MIOR, 1999: 31).

¹⁰ Tal afirmação nos parece bastante questionável, pois há inúmeros indícios de alta heterogeneidade na estrutura agrária de bacias hidrográficas, seja na escala das microbacias, seja em escalas menores.

Desse modo, estes autores iluminam novos campos de atuação da agricultura familiar e ampliam o próprio alcance da noção de “novo mundo rural”, além de realçar a importância da dinâmica regional de tais processos.

Percebe-se assim, que entre os analistas da questão agrária brasileira que têm procurado trabalhar com a concepção de desenvolvimento regional, há uma forte tendência a valorizar noções como a de capital social, assim como uma aposta no fortalecimento dos mecanismos de participação social como forma de promover a valorização crescente do rural e a melhoria das condições de vida da população. Há, entretanto, diferenças expressivas no que diz respeito à ênfase conferida às atividades agropecuárias ou às não-agrícolas como motor desse novo processo de desenvolvimento. Portanto, as formas de articulação entre as transformações no meio rural e as perspectivas de desenvolvimento regional são múltiplas.

Como já destacamos anteriormente, nosso entendimento da dimensão territorial do desenvolvimento rural nos leva a relativizar as formulações dominantes neste debate brasileiro, especialmente em relação ao otimismo dos autores no que diz respeito à possibilidade de criar ambientes virtuosos que impulsionem definitivamente o desenvolvimento de determinadas regiões e especialmente a aposta na possibilidade de criação de amplos consensos em torno deste desenvolvimento local/regional.

A nosso ver a criação de um padrão de desenvolvimento no meio rural pautado pela equidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, em consonância com a diversidade regional brasileira, não pode prescindir de uma reestruturação radical da estrutura fundiária, razão maior das desigualdades econômicas e sociais existentes no meio rural brasileiro. E tal reestruturação jamais será consensual, pois atinge um dos pilares da riqueza e do poder no Brasil. Reordenar o espaço agrário brasileiro através de uma ampla e massiva reforma agrária é o passo primordial para construir um novo padrão de desenvolvimento rural, o que por sua vez é requisito fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o conjunto do país, rompendo com séculos de dependência, miséria e desigualdade.

A reforma agrária como base para o reordenamento democrático da sociedade brasileira

O fundamento do argumento apresentado ao longo deste artigo é a incapacidade da sociedade urbano-industrial, calcada nas modernas tecnologias da informática e da robótica, incluir o enorme contingente de trabalhadores que habitam hoje as periferias das cidades. A realização de uma ampla reforma agrária poderia ser capaz de reverter este quadro, possibilitando moradia, trabalho e cidadania a essa massa de explorados e excluídos, primeiro passo para a construção de uma sociedade para e pelos trabalhadores.

Não se está falando aqui de uma reforma agrária que fizesse esses trabalhadores retornarem à situação da qual muitos saíram, isto é, o minifúndio sem qualquer infra-estrutura e submetido aos mais sórdidos controles por parte de comerciantes e grandes proprietários. Fala-se aqui de uma reforma agrária que é acima de tudo diversificada, atendendo as diferenças regionais e de trajetória destes trabalhadores, incorporando atividades não-agrícolas e disseminando infra-estrutura social e produtiva nas áreas rurais.

Trata-se de ampliar o número de pessoas que mora e que come, mas também que tem acesso a lazer, a cultura e a participação política.

Os processos de desconcentração espacial em curso na indústria mostram que é possível a construção de um novo padrão de organização do território que não o da metropolização. Aliás, as evidências da regressão da metropolização remontam aos anos 1980, quando já se observa redução do ritmo de crescimento das metrópoles em relação às cidades médias.

A constituição de agrupamentos de assentamento rurais - mas não exclusivamente agrícolas - compartilhando de infra-estrutura econômica e social pode representar uma forma nova e democrática de ocupação do território. Os custos disto não seriam superiores aos enormes gastos com o aparato de segurança¹¹ e com as gigantescas obras públicas constantemente realizadas para tentar viabilizar o inviabilizável: as grandes cidades como o Rio e São Paulo.

¹¹ Segundo estimativa publicada no Jornal do Brasil no dia 25/06/2003, os gastos com a violência nas três principais metrópoles brasileiras (Rio, SP e BH) corresponde a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, atingindo um total de R\$ 12,8 bilhões.

Cabe responder ainda a duas questões: há trabalhadores urbanos dispostos a ir para o campo?; a falta de experiência agrícola destes não transformaria tal empreitada num fracasso absoluto?

A primeira pergunta tem duas respostas: a realidade está provando que há, pois diante do desemprego e da miséria urbanos, muitos trabalhadores estão buscando esta alternativa, como o provam os inúmeros desempregados e subempregados de origem urbana presentes nos acampamentos do MST e de outros movimentos sociais rurais; sem dúvida que estes não estão dispostos a viver em áreas sem qualquer infra-estrutura, mas não é que isso que está sendo proposto aqui como objetivo desta reforma agrária.

A segunda pergunta tem quatro respostas: ao longo de todo o seu processo de industrialização, o Brasil transformou agricultores e habitantes do meio rural em trabalhadores urbanos, o que nos permite considerar o oposto como viável, afinal, a história não é uma via de mão única; já há casos, principalmente em Rio e São Paulo, de assentamento em áreas rurais de trabalhadores de origem urbana e não há qualquer prova de que a origem destes produtores tenha inviabilizado sua reprodução social¹²; não se está propondo a constituição de assentamentos estritamente agrícolas, mas de áreas onde se desenvolvam inúmeras atividades geradoras de renda e trabalho, aproveitando-se as potencialidades do território e da trajetória social dos assentados; os recursos utilizados atualmente para reciclar trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, poderiam, com resultado muito melhor ser destinados a apoiar a adaptação destes trabalhadores a estas atividades desenvolvidas nos assentamentos, pois, a tendência nas cidades é claramente a de redução cada vez maior dos postos de trabalho, tornando o processo de reciclagem praticamente estéril.

Portanto, a solução para a crise que se abate sobre as cidades brasileiras e o caminho para construir uma sociedade mais justa e democrática passam pelo aproveitamento do imenso estoque de terras inaproveitadas e mal aproveitadas pelos latifundiários brasileiros (e estrangeiros) para o assentamento massivo de trabalhadores rurais e urbanos, oferecendo a estes infra-estrutura adequada, apoio à produção agrícola e não-agrícola e condições para o livre exercício de sua cidadania. Isto seria o princípio de um processo de revolução da nossa organização social e territorial.

Porém, para que a reforma agrária retome seu papel de política protagonista da transformação sócio-espacial é preciso abandonar a orientação "resolução pontual de conflitos/determinação pelos mercados" que caracterizou a política de assentamentos nas últimas duas décadas e voltar a ser pensada como política estratégica de combate às desigualdades estruturais, tanto pelas transformações diretas que pode produzir no mundo rural, como pelos efeitos indiretos que pode ter sobre o emprego, a renda, a alimentação e a qualidade de vida nas cidades.

Tal mudança depende, além do fortalecimento dos movimentos sociais e de alterações mais gerais no plano do pensamento político dominante no país, da transformação do atual paradigma de reforma agrária, a partir de uma nova visão de rural e do papel do território no desenvolvimento. Este novo paradigma deve considerar o rural com algo vivo e em transformação e contribuir decisivamente para a revigoração deste, dentro de uma perspectiva que tenha a agricultura como centro deste processo, mas não se limite a esta, explorando as diversas potencialidades oferecidas pelos territórios. Da mesma forma, deve considerar a possibilidade de incorporar diferentes segmentos da sociedade, inclusive trabalhadores urbanos, superando preconceitos arraigados e injustificados que sustentam a idéia de que a trajetória rural-urbana é natural e sinônimo de evolução social, ao passo que a trajetória inversa sequer é admitida.

Dentre os inúmeros sentidos que este novo paradigma de reforma agrária deve ter, certamente está o do combate radical à exclusão social, como sustenta Ferreira:

No Brasil a perspectiva de pensar o rural como *território do futuro* é demonstrada de forma exemplar pela mobilização dos sem-terra e pelos assentamentos rurais que

¹² Em minha dissertação de mestrado (ALENTEJANO, 1997), analisando dois assentamentos do Rio de Janeiro, demonstro que tal afirmação não se sustenta.

evidenciam sua potencialidade para uma política de combate à fome e à exclusão social. (FERREIRA, 2002: p. 41 – grifo no original).

Porém, os desafios são ainda maiores e envolvem:

1. o estímulo à cooperação e ao exercício da solidariedade, fazendo dos assentamentos espaços não apenas de cooperação interna na produção, mas de exercício de solidariedade em relação à população de seu entorno;
2. a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, capaz de gerar renda e alimentos suficientes para a garantia de uma boa qualidade de vida para a população, mas também de garantir a qualidade dos alimentos produzidos, a preservação (ou recuperação) ambiental, de modo que a preservação do ambiente seja parte do modo de vida dos assentados e contra-exemplo à tendência dominante de apropriação privada do que resta de recursos naturais preservados.
3. a retomada do princípio de que os especuladores devem ser punidos por manterem a terra improdutiva, dados os custos que isso gera para a sociedade e a injustiça presente neste fato, tomando como base para a definição do valor pago pelas desapropriações não o valor de mercado, mas o declarado no ITR, sabidamente subestimado pelos proprietários;
4. recolocar em pauta o confisco das terras exploradas com base em trabalho infantil, escravo e outras formas ilegais;
5. negar a compra de terras, por seu caráter de prêmio aos especuladores e aos latifundiários;
6. retomar o debate acerca do estabelecimento de limites máximos para o tamanho das propriedades, como base para a geração de uma melhor distribuição de riqueza e renda;
7. recolocar o debate acerca da melhor forma de titulação da terra, negando a proposta imposta hoje de forma unilateral pelo governo de distribuição de títulos de propriedade, e afirmando o princípio da garantia da terra pública e de seu usufruto em benefício da sociedade.

A conjugação destes processos pode então permitir que a reforma agrária torne-se o cerne de uma ampla reorganização do espaço no meio rural brasileiro e parte fundamental da construção de um novo ordenamento do território brasileiro, na direção da democracia, da cidadania, da justiça social e da sustentabilidade ambiental, enfim, da construção de uma nova sociedade pautada pela solidariedade, a cooperação e o bem estar coletivo. Enfim, seja a base para a revalorização democrática do rural brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. "Agricultura familiar e capitalismo no campo". In STÉDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, junho/1999.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.
- CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. Campinas: UNICAMP (mimeo), 1999.
- CAZELLA, Ademir Antonio & MATTEI, Lauro. *Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais*. Florianópolis: (mimeo), 2002.
- DELGADO, Guilherme C. & CARDOSO Jr., José Celso. *A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90*. Brasília: (mimeo), 1999.
- DELGADO, Guilherme C. & CARDOSO Jr., José Celso. *Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. in LEITE, Sérgio Pereira. (org.) *Políticas públicas e*

- agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. "Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras." in *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 18. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril/2002.
- GOODMAN, David, SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira." In *Brasil em artigos*. São Paulo: SEADE, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
- GUANZIROLI, C. E., ROMEIRO, A., BUAINAIM, A. M., SABBATO, A. D. & BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MATHIEU, Nicole. "La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix." in *Économie Rurale*. n. 247. Paris, septembre/octobre, 1998.
- MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. "A difícil delimitação do "urbano" e do "rural": alguns exemplos e implicações teóricas". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.22, abril/1987.
- MOREIRA, Ruy. "O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa." PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO-UFF. *Território Territórios*. PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002.
- MÜLLER, Geraldo. "Brasil agrário: heranças e tendências." In *Brasil em artigos*. São Paulo: SEADE, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária*. Debates CPDA, nº 1. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, set/1997.
- ROMEIRO, Ademar R. "Reforma agrária e distribuição de renda." In STÉDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- RUA, João. "Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas." in MARAFON, Gláucio José & RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.
- SACHS, Ignacy e ABRAMOVAY, Ricardo. *Laços rural-urbanos: da oposição à sinergia*. São Paulo: (mimeo), 1997
- SARACENO, Elena. "Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy." In *European Review of Agricultural Economics*. Berlin: Walter de Gruyter, 1994.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*. Ciências Sociais, Hoje, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.
- VEIGA, José Eli da. "Reforma agrária hoje." In STÉDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- VEIGA, José Eli da. et alii. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: FIPE/IICA - MDA/CNDRS/NEAD, 2001.
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. *Uma "nova" espacialidade para o desenvolvimento rural: sobre meio rural, desenvolvimento local e território*. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1998.
- WILKINSON, John e MIOR, Luiz Carlos. "Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces." in *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 13. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, out/1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. *O que é a agenda "pós-moderna"?* In: WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Agrarian Geography and science's social responsibility

La Geografía Agraria y la responsabilidad social de la ciencia

Larissa Mies BOMBARDI

Geógrafa, Mestre e Doutoranda em Geografia Humana
Universidade de São Paulo (USP).
Endereço eletrônico: larissab@usp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão a respeito da importância dos conceitos com os quais trabalhamos. Esta importância diz respeito à geografia, enquanto ciência, mas evidentemente, não só à ela, posto que o conhecimento produzido cientificamente tem ação direta na sociedade e, sem dúvida, dá respaldo às políticas públicas. Algumas idéias e conceitos têm sido importados pela geografia agrária, de autores da economia ou da sociologia, sem que uma reflexão aprofundada sobre o significado dos mesmos tenha sido feita. Entre estas idéias tem tomado força a "de novo rural", segundo a qual o campo brasileiro tem se tornado mais moderno e cada vez menos agrícola e mais "plural". Há três grandes perigos nesta concepção: o primeiro é o de não enxergar a peculiaridade do campesinato enquanto classe social e, portanto, negligenciar a especificidade de sua ação e trajetória. O segundo é que neste caminho de entendimento não há possibilidade de compreender a ação dos movimentos sociais no campo, que têm como bandeira a execução de uma reforma agrária ampla. O terceiro, particularmente do ponto de vista da geografia, é que não se consegue abarcar a transformação do território em toda a sua contraditoriedade, determinada pelo modo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Geografia Agrária, campesinato, movimentos sociais, reforma agrária e ideologia.

Abstract: The objective of this article is to make a reflection about the importance of the concepts that we work. That importance is about geography, as a science, but evidently, not just to it, since the knowledge produced scientifically makes a direct action in society, and certainly, give foundation to the public policy. Some concepts and ideas have been imported by the agrarian geography, from economy or sociology authors, without a profound reflection on its significations. Among this ideas has gain strength the idea of "new rural, according to which the brasilian country have becoming more modern and less and less agricultural and more "plural". There are three big dangers in this conception: firstly is about don't see the peculiar of the peasant as a social class and, thus, neglect the specify of its action and trajectory. Secondly is that in this way of understanding there aren't possibility to comprehend the action of the social movement in the country, that have as flag the accomplishment of a wide agrarian reform. Thirdly, particularly on the geography point of view, is not possible to comprise the territory transformation in the totality of its contradictions, determined by the capitalist way of production.

Keywords: Agrarian Geography, peasant, social movements, agrarian reform and ideology.

Resúmen: El objetivo de este artículo es una reflexión al respecto de la importancia de los conceptos con los cuales trabajamos. Esta importancia dice respecto de la geografía como ciencia, pero evidentemente, no sólo a ella, puesto que el conocimiento producido científicamente tiene acción directa en la sociedad y, sin duda, da un respaldo a las políticas públicas. Algunas ideas y conceptos fueron importados por la geografía agraria, de autores de la economía o de la sociología, sin una reflexión profundizada sobre el significado de los mismos que ha sido hecha. Entre las ideas ha tomado fuerza la de "nuevo rural", según la cual en el campo brasileño se ha tornado más moderno y cada vez menos agrícola y más "plural". Hay tres grandes peligros en esta concepción: el primero es el de no mirar a la peculiaridad del campesinato como clase social y, por lo tanto, negligenciar la especificidad de comprender la acción de los movimientos sociales en el campo, que tienen como bandera la ejecución de una reforma agraria ancha. El tercero, particularmente del punto de vista de la geografía, es que no se consigue abarcar la transformación del territorio en toda su contraditoriedad, determinada por el modo de producción capitalista.

Palabras-clave: Geografía agraria, campesinato, movimientos sociales, reforma agraria e ideología.

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão a respeito da importância dos conceitos com os quais trabalhamos. Esta importância diz respeito à geografia, enquanto ciência, mas evidentemente, não só à ela, posto que o conhecimento produzido científicamente tem ação direta na sociedade e, sem dúvida, dá respaldo às políticas públicas.

Algumas idéias e conceitos têm sido importados pela geografia agrária, de autores da economia ou da sociologia, sem que uma reflexão aprofundada sobre o significado dos mesmos tenha sido feita.

Entre estas idéias tem tomado força a "de novo rural", segundo a qual o campo brasileiro tem se tornado mais moderno e cada vez menos agrícola e mais "plural". Os camponeses, nesta concepção, vão deixando de dê-lo para tornarem-se agricultores familiares (uma espécie de pequenos empresários do campo) ou simplesmente assalariados.

Há três grandes perigos nesta concepção: o primeiro é o de não enxergar a peculiaridade do campesinato enquanto classe social e, portanto, negligenciar a especificidade de sua ação e trajetória. O segundo é que neste caminho de entendimento não há possibilidade de compreender a ação dos movimentos sociais no campo que têm como bandeira a execução de uma reforma agrária ampla. O terceiro, particularmente do ponto de vista da geografia, é que não se consegue abarcar a transformação do território em toda a sua contraditoriedade, determinada pelo modo de produção capitalista.

A Geografia enquanto ideologia

Sabemos que a Geografia se institucionalizou enquanto ciência muito mais como uma ideologia do que propriamente uma filosofia, já diria Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova*.

Este caráter ideológico da Geografia não se restringe ao passado, a própria história do pensamento geográfico é em si ideológica, uma vez que alija de nosso conhecimento autores como Élisée Reclus e Piotr Kropotkin.

Foi justamente no âmbito de produzir um pensamento para a reprodução da ordem estabelecida que a geografia se institucionalizou enquanto ciência, ou de maneira ainda menos sutil, a geografia investigou diretamente conhecimentos necessários para a expansão do capitalismo:

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu trabalho *De Geografia às Geografias: Um mundo em busca de novas territorialidades*:

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo

homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (GONÇALVES, 2001:2).

De fato, nossa geografia oficial foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a “missão civilizadora” da Europa, portadora da visão moderna à qual Carlos Walter se refere.

Por outro lado, felizmente, o pensamento científico geográfico não aflora apenas como ideologia, ao contrário, surpreende-nos ler as palavras de KROPOTKIN (1986:6-7):

Quando um político francês proclama recentemente que a missão dos europeus era civilizar algumas delas [as outras raças] – ou seja, com as baionetas e as matanças de Bac-leh-, não fazia mais do que elevar à categoria de teoria os mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente.

Até agora os europeus têm civilizado os selvagens com whisky, tabaco e seqüestro; os têm inoculado com seu vírus; os têm escravizado.

Percebe-se com que fantástica clareza o *geógrafo libertário* vê a “missão civilizadora européia” e, deixa antever o papel da ciência enquanto ideologia, ao qual ele se opõe radicalmente, especialmente quando afirma claramente que o papel da geografia é ser um meio para anular os estereótipos e combater os preconceitos inculcados com relação às “raças inferiores” (os não brancos).

Se a geografia aflora colonialista e ideológica, o que é verdade, ela também aflora libertária, ainda que “exilada” em sua própria história e, Kropotkin, como Reclus, viveram este exílio literalmente no cotidiano de suas vidas.

Surpreende-nos hoje, portanto, ler os geógrafos que conseguiram ter uma visão para além de seu tempo, na contra-mão da ideologia. O trecho abaixo, de Kropotkin (1842-1921) foi escrito em uma época em que o pensamento malthusiano estava no auge:

Em suma, podemos dizer que a teoria de Malthus, ao revestir de uma forma pseudocientífica as secretas aspirações das classes possuidoras da riqueza, veio a ser o fundamento de todo um sistema de filosofia prática, que, penetra na mente de todas as classes sociais, veio a reacionar (como sempre faz a filosofia prática) sobre a filosofia teórica de nosso século. (KROPOTIN, 1986:25-6).

É fantástico o pensamento do “geógrafo libertário”, sobretudo se considerarmos a época em que viveu: revela a “pseudo-ciência” como forma de reproduzir no nível do pensamento as idéias necessárias para a reprodução da desigualdade social.

Não é mero acaso portanto, que tenha sido “esquecido” na história de nosso pensamento. Kropotkin morreu em 1921, quantas e quantas obras depois da sua, foram feitas sem sequer tangenciar o tipo de pensamento que ele produziu?

Carlos Walter tem um trabalho muito importante para a reflexão sobre a história do pensamento geográfico que é “A geografia está em crise, viva a geografia!”. Este trabalho foi publicado no BPG 55, como resultado de sua fala no Encontro de Geógrafos em Fortaleza de 1978, Encontro que foi considerado um marco no pensamento da Geografia Crítica brasileira.

Neste texto ele aborda a passagem de uma corrente para outra no pensamento geográfico, por exemplo do determinismo para o possibilismo, mostrando como estas mudanças foram sempre no sentido de permanências: mudava-se o enfoque, mas o objetivo da geografia enquanto ciência ainda permanecia o mesmo.

O possibilismo realmente obstaculizou a compreensão deste caráter de dominação que o imperialismo assume. Ao isolar cada comunidade para o estudo das inter-relações homem-meio, cumpria bem o seu papel de dividir o espaço, segmentá-lo em regiões estanquizadas, deslocando assim a análise do espaço do seu real movimento. Desta forma foi eficiente em sua missão de preparar o terreno para a expansão do capital monopolista financeiro, para a partilha do mundo segundo os interesses imperialistas”. (GONÇALVES, 1978:15).

É evidente que a geografia agrária fez parte do mesmo processo de construção ideológica. Temas como por exemplo o do latifúndio, foram abordados por Reclus e voltaram a ser abordados novamente apenas com o desenvolvimento da geografia crítica, cerca de quase cem anos mais tarde.

A reflexão que Reclus nos propõe, por incrível que pareça, é extremamente atual. Vale à pena que retomemos um trecho grande de seus escritos para que tenhamos a real dimensão da abordagem que ele propunha:

Seja por efeito da herança feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude de conquista, como na Irlanda, seja por grandes aquisições, como na Austrália, a divisão da terra em latifúndio tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no terreno produtivo. Cita-se principalmente o exemplo clássico do norte da Escócia, onde o território está, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados, muitos dos quais não conseguiriam atravessar sua propriedade a galope em um dia; em contrapartida, a maior parte sequer se preocupou em explorá-la, bastando-lhes receber a renda. (grifos meus).

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultivo, se trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos onde são aplicadas as mais recentes técnicas, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou de animais ou ainda praticaram processos de produção desconhecidos até então, é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985:84-5).

Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma de suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se quisesse, na economia geral da França, medir com minúcia, de um lado, todos os excedentes de lucro devidos à gerência de um só em vastas propriedades, e de outro, todos os desperdícios causados às comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, pelos territórios de caça, pelos matagais que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse bem para o lado do prejuízo e a grande propriedade continuasse para os povos modernos o que ela foi para os antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonogados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985:90-1).

Reclus nos coloca questões extremamente importantes do ponto de vista social, que estamos refletindo na atualidade, e que são indispensáveis na discussão da questão agrária. Entre outros elementos ele aborda a maneira como é feita a apropriação da terra e propõe que esta deva ter um caráter social. Ele aborda também os efeitos nefastos da grande propriedade sobre o meio ambiente e, ainda mais, mostra que as pequenas propriedades são mais produtivas que as maiores! Enfim, põe em discussão a terra como reserva de valor e como mercadoria.

Vê-se que o pano de fundo de suas reflexões é a compreensão da sociedade, de como ela se estabelece e se reproduz e, mais do que isto, a busca e a proposição de uma sociedade mais justa. Transparece em sua obra o entendimento da sociedade (e não do homem) como eixo central da preocupação geográfica. A insurgência (ou o incômodo) de seu pensamento fica ainda mais evidente quando pensamos a época em que viveu, foi por exemplo contemporâneo de Vidal de La Blache, que nasceu apenas 13 anos antes que Reclus.

Não é novamente, obra do acaso, que tenha sido deixado de lado na história do nosso pensamento, ou, como diria Carlos Walter (Gonçalves, 1978:13): "O esquecimento de Reclus evidencia que as instituições burguesas sabem selecionar dentre os cientistas aqueles que lhes permitem desenvolver e reproduzir a sua forma de regime social". Nada mais pertinente para a reflexão da ciência como ideologia.

Pode-se dizer que a raiz da geografia agrária brasileira se encontra fundamentalmente na escola historicista alemã, sobretudo naquilo que resultou das oposições positivistas e historicistas no seio da geografia, tendo o conceito de região a partir de Hettner tomado lugar central. Quando Leo Waibel, discípulo de Hettner, introduz a geografia agrária no Brasil (em 1946, a convite do Conselho Nacional de Geografia) o faz trazendo a idéia de que o papel do geógrafo é de descrever as diferenças espaciais da agricultura enquanto um fenômeno da superfície terrestre. As relações sociais estavam longe de ser o eixo central nas análises realizadas, e a neutralidade da ciência era posta como um ponto indiscutível.

É, portanto na escola historicista, que surge o pensamento da geografia agrária clássica. Evidentemente, não há um "purismo historicista": há traços de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela busca da "neutralidade científica".

Obviamente não encontraremos no trabalho de Waibel a referida neutralidade, pelo contrário:

Numa de suas constatações, publicada no texto "O homem no espaço sul-africano", Waibel afirmou que: "o espaço sul-africano é hoje um espaço do homem branco; só ele é proprietário de terras e é produtivo através do seu trabalho. O autóctone perdeu a sua autonomia econômica e trabalha como empregado a serviço do homem branco".

E concluiu dizendo que: "o futuro de toda a população branca na África do Sul é colocada em jogo, quando a questão racial não é corretamente abordada. O espaço é terra do homem branco, aqui ele pode viver e trabalhar e ele deve, em favor de seu próprio interesse, excluir a população negra do direito à terra e ao trabalho". (ETGES, 1997: 29-30)

Não só seu trabalho não se aproximava de uma neutralidade, como, pelo contrário, era carregado de preconceitos e justificador do colonialismo alemão.

Em sua definição de geografia agrária Waibel (1958:4) afirma que "Para a geografia ... a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes". Nota-se que o papel da geografia restringe-se à descrição da agricultura e sua diferenciação espacial.

Reclus, 50 anos antes, quando publicou "O homem e a terra" afirmou que "o problema da agricultura deve ser estudado não à parte, mas em suas relações com o conjunto da questão social" (1985:95).

Infelizmente a geografia não prosseguiu no caminho apontado por Reclus, continuou alterando-se para permanecer a mesma em sua missão reprodutora dos valores e conhecimentos da/para expansão capitalista.

Pierre Monbeig, que veio compor os quadros da Universidade de São Paulo na década de 30, substituindo Deffontaines e permanecendo por 12 anos na direção da AGB, também teve uma importância grande na formação dos primeiros geógrafos que trabalharam com a temática agrária, entre os quais podemos destacar Nice Lecoq Müller e Pasquale Petrone.

Monbeig escreveu a conhecida obra "*Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*". Representante do historicismo clássico, Monbeig, como Waibel, tinha um olhar centrado no desenvolvimento, no moderno, o que de outra forma significou que não lograva fazer uma análise centrada nas questões reais que estavam por trás da sociedade que via, assim, viu o índio brasileiro com um olhar repleto de preconceitos. Segundo Bray (1983:84):

... o pensamento da "escola francesa" no Brasil que teve em Pierre Monbeig um ilustre e competente representante, incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina, e a abordagem sistêmica-organicista como prática; predominando a teoria do equilíbrio entre o homem-natureza e dos homens entre si através da geografia da solidariedade.

A idéia de equilíbrio entre homem e natureza em Monbeig escamoteava os conflitos sociais que estavam colocados, "homem-meio" como sempre - o homem genérico que perdurou no discurso geográfico - nega a ação que é fundamentalmente social em qualquer apropriação que é feita do espaço.

Esta postura de entendimento começa a se transformar com a produção geográfica que aparece nos trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade.

Valverde, em sua obra *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, afirma que há quem duvide da existência de um problema agrário brasileiro por conta da sua posição na produção

agropecuária mundial ou por conta da dimensão de sua área, entretanto, argumenta que não são estes elementos que indicam se há problema agrário ou não, mas sim, "a resposta a esta pergunta: Qual é a situação do homem rural no contexto sócio-econômico do país?" (1981:232).

Orlando Valverde avança assim em uma direção completamente oposta àquela de seu mestre, na medida em que passa a colocar no centro de sua preocupação o contexto "sócio-econômico", ou seja, discutir a questão agrária no âmbito da geografia proposta por Valverde passava necessariamente por compreender a maneira como a terra estava sendo apropriada e o que isto significava do ponto de vista social.

Valverde, grande admirador de seu mestre Leo Waibel, deixa a "neutralidade" que era central na escola historicista e passa a uma abordagem marxista-historicista, em função de seu posicionamento político. Rompe, de certa forma, com o próprio dualismo que vivia: o da ciência separada da compreensão e postura frente à realidade social (OLIVEIRA,1978).

Manuel Correia de Andrade, caminha na mesma direção quando escreve *A Terra e o Homem no Nordeste*, estudando a questão agrária procurando enxergar o modo de produção predominante no campo, as relações sociais e a luta pela terra (FERNANDES, 1998).

Ainda em Estudos de Geografia Agrária Brasileira Valverde, em um capítulo que havia sido escrito em 1961 "Regionalização da Reforma Agrária", diz que para a reforma agrária ser democrática dois grupos devem ser ouvidos: os técnicos e os camponeses da região. Afirma também que não se deve fazer reforma agrária em terras longínquas "assim o desejam os opositores da reforma agrária" e que o único objetivo fundamental da reforma agrária: "é o soerguimento econômico e social das populações rurais" - adotando uma postura deliberadamente política, já em total consonância com sua abordagem científica.

O legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando consideramos o salto dado com relação à geração anterior.

É no desenvolvimento da Geografia Crítica como um todo, que a geografia agrária adquire o caráter despontado por Valverde. O Marxismo passa a ter preponderância na compreensão da realidade e o espaço passa a ser compreendido como fruto de uma relação que é por excelência social.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira tornou-se o principal representante desta corrente onde a preocupação social não só é admitida como é deliberada, neste âmbito é que temas como conflitos por terra, violência e movimentos sociais no campo passam a ser abordados. De acordo com (FERNANDES,1998:106):

... um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos de Geografia Agrária é a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira "*Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen*". Este trabalho 'introduz os conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil'.

Esta corrente dentro da geografia agrária tem permitido que abarquemos o campo em sua totalidade, possibilitando-nos compreender desde os movimentos sociais, passando pela expansão do capitalismo no campo e a concomitante reprodução do campesinato neste processo.

O velho rural brasileiro

Tem virado moda nos últimos tempos ouvirmos falar em um "novo rural brasileiro". Há alguns meses, em uma destas listas de Geografia da rede internet havia uma mensagem cujo título era este: "O Novo Rural Brasileiro". O conteúdo da mensagem tratava dos resultados de uma pesquisa coordenada pelo nosso Ministro Especial da Fome, José Graziano. Esta pesquisa indicava que o rural hoje já não é mais apenas rural (quer dizer relacionado apenas à agricultura) e mostrava como o nosso rural é plural: com produções desde aves raras, passando por alface hidropônica até um grande número de pesque-pagues e hotéis-fazenda.

Curiosamente nada foi mencionado sobre a terra no Brasil, a maneira como tem sido apropriada e os movimentos sociais no campo.

Fazer uma abordagem social da realidade implica necessariamente enxergar como são as relações sociais. Parece óbvio, mas não é.

Não é possível tentar compreender o campo no Brasil, em sua totalidade, sem compreendermos como se deu e como se dá a apropriação da terra. Não é possível pensar o rural negligenciando os movimentos sociais no campo que têm aumentado sua ação de pressão em função de uma expectativa positiva de um governo popular como o Governo Lula.

Sabemos que a grande raiz da fome no Brasil está na nossa formação territorial cujo capítulo especial é o da maneira como a terra foi e está sendo apropriada. A nossa Lei de Terras de 1850, apesar do nome, foi elaborada justamente para impedir o acesso à terra. Foi, antes de mais nada, a transformação da terra em propriedade privada, em mercadoria. Toda a formação do nosso campesinato esbarrou na propriedade da terra, o campesinato brasileiro em grande parte sempre foi sem terra. (Martins, 1990).

O Governo Fernando Henrique fez um grande esforço para convencer a todos nós que havia um "novo rural". Esse novo rural brasileiro seria moderno e socialmente mais justo, fruto da ação de seus dois mandatos.

Ocorre que os acontecimentos dos últimos meses têm demonstrado de maneira inegável toda a força e vitalidade do "velho rural brasileiro".

Cai diante de nossos olhos a fina maquiagem com que se tentava fingir rejuvenescer o nosso *velho rural*.

Um grande empenho midiático foi feito neste sentido, mostrando nas redes de televisão as porteiras abertas para o "trabalhador pacífico", que para alcançar a sonhada terra bastava fazer uma inscrição no correio.

Claro que o esforço não foi apenas midiático, foi um esforço muito bem estruturado com sustentáculos também no âmbito da justiça, através da criminalização das ocupações de terra (através da Medida Provisória 2318), e da Ciência. Ciência com "C" maiúsculo com seus papas afirmando que a reforma agrária estava sendo realizada no Brasil a contento (não seria realmente necessário assentar muita gente pois a juventude, nesta concepção, não quer ficar no campo – ver Boletim NEAD nº 131) e que o país estava conhecendo um "novo rural", mais "moderno" e justo.

Ocorre que as últimas ocupações de terra e marchas dos movimentos sociais têm posto a nu o poder do latifúndio no Brasil.

O Brasil não só foi um dos países com pior concentração fundiária do mundo, como ainda é. Oliveira (2003) nos mostra que temos as pequenas propriedades, com menos de 100 hectares - que são 84% dos estabelecimentos agrícolas - ocupando apenas 17% da área total. Em contrapartida os maiores estabelecimentos - com mais de 1000 hectares - que correspondem a apenas 2,4% do número total de estabelecimentos - ocupam 50% da área. Oliveira (2003) nos mostra também que se somarmos a área das 27 maiores propriedades rurais no Brasil, temos uma área equivalente ao estado de São Paulo inteiro.

Estes dados são uma fotografia da nossa realidade.

O mecanismo do latifúndio hoje - que espantosamente é improdutivo ou extremamente produtivo da monocultura (excludente de pessoas e devastador do meio ambiente) - se apresenta exatamente da mesmíssima maneira como já havia se apresentado em outros momentos de nossa história quando da atuação de outros movimentos sociais. O que nos permite jocosamente dizer que ao contrário de estarmos diante de um novo rural, estamos na verdade, diante de nosso "Velho Rural".

Vemos nas primeiras páginas de nossos jornais a população saqueando caminhões com alimentos, no nordeste. É preciso frisar: são alimentos saqueados e não qualquer outra coisa.

Josué de Castro escreveu o "*Geografia da Fome*" na década de 40. Portanto, sessenta anos depois estamos vivenciando exatamente o mesmo problema. Enquanto isso o Brasil - não bastasse a enorme concentração fundiária - tem cerca de 60% de suas terras agriculturáveis improdutivas.

Não há dúvida de que um dos maiores, senão o maior motivo, da origem da fome no país é a apropriação que foi feita deste território.

É isso que os movimentos sociais, em especial o MST, estão trazendo para a ordem do dia. Estes movimentos estão colocando em questão a incoerência de um país com 60% das terras improdutivas e 30 milhões de miseráveis.

Em contrapartida, desta ação dos movimentos sociais, colocando em questão a apropriação da terra, temos visto nos jornais e canais televisivos a expressão da tremenda força que o

latifúndio tem no Brasil: João Pedro Stédille, um dos líderes do MST é chamado de "Stalin" pelo Arnaldo Jabor (Rede Globo, Jornal Nacional de 25/07/2003) em um canal que atinge 99,9% das casas brasileiras e em um horário em que a audiência está no pico.

Abrimos o jornal e lemos títulos de matérias como:

"ruralistas se organizam na Babia e contratam milícias" (O Estado de São Paulo, 9/8/2003) e *"Exército particular está a postos no Ponta"* (O Estado de São Paulo, 3/7/2003) com declarações de latifundiários desse tipo: *"Nossa linha é de evitar o confronto do produtor com o sem-terra, mas estando, inclusive disposto a fazê-lo não descartando a possibilidade de usar recursos mais violentos"* (O Estado de São Paulo, 9/8/2003).

Estamos diante de declarações públicas como esta, à luz do dia, e isso não é "caso de polícia" no Brasil! Ao contrário, houve uma proposta da bancada ruralista para que fosse aberta uma CPI para investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, após o Presidente da República ter recebido membros do movimento e ter colocado na cabeça o boné que recebeu de presente. Curiosamente nunca houve uma CPI pra investigar, por exemplo, a grilagem de terras no Brasil.

Josué de Castro escreveu o *"Geografia da Fome"* em 1946, justamente no período em que estavam surgindo as Ligas Camponesas, um movimento social enorme de luta pela reforma agrária que surgiu no Nordeste e acabou se alastrando pelo Brasil todo durante a década de 50.

Em 1961 foi aberta uma CPI no Congresso para investigar a atuação das Ligas. Ou seja, quarenta anos depois vemos a força dos latifundiários agindo exatamente da mesmíssima maneira.

Talvez por isto é que a primeira frase que o Josué escreve no *Geografia da Fome* é: "O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso".

De fato o assunto é bastante delicado e perigoso pois diz respeito à forma como a terra foi e está sendo apropriada no Brasil.

Há poucos anos vivemos no Brasil dois grandes massacres de sem-terra - mostrados ao mundo inteiro - além de todas as outras mortes que a Comissão Pastoral da Terra tem cuidadosamente documentado (todas elas sem o julgamento adequado, quando chegam a julgamento).

Só em 2001 tivemos 880 conflitos no campo totalizando 29 pessoas assassinadas e ainda assim vemos a imprensa "trabalhando duro" para mostrar a legitimidade dos ruralistas se armando. (Comissão Pastoral da Terra, 2002).

Há alguns momentos de nossa história recente que nos mostram com uma clareza irrefutável a semelhança com o momento atual.

Durante os nos 50 tivemos no Brasil as Ligas Camponesas, movimento que teve início no Nordeste ainda no final da década de 40 e se espalhou pelo país todo na década seguinte. Foi um movimento social enorme de luta pela reforma agrária que começou em um engenho de açúcar de Pernambuco e tomou grandes proporções justamente no período da Guerra Fria.

Em 1958, foi eleito em Pernambuco um governador de esquerda, Cid Sampaio, comprometido com os projetos da Carta de Salvação do Nordeste. O Governador "desengavetou" um projeto para a desapropriação da Fazenda Galiléia. Essa ação foi realizada com o apoio de parte da população (que havia participado do Congresso de Salvação do Nordeste em 1955) e com a pressão de centenas de camponeses, que se reuniram em torno da Assembléia onde os deputados aprovaram a desapropriação - "justa, prévia e em dinheiro" da área. (Bastos, 1984).

Esta medida causou uma enorme polêmica. A imprensa evidentemente assumiu o "seu papel". O Jornal o Estado de São Paulo (o mesmo das matérias mencionadas anteriormente) posicionou-se absolutamente contra a desapropriação, afirmando que tal medida era um atentado à propriedade privada, o começo de uma revolução, entre outras coisas.

O fato é que, no final da década de 50, só no Nordeste, as Ligas tinham por volta de setenta mil associados, o que preocupou a elite em demasia, de forma que foi aberta uma CPI, em 1961, para investigar a atuação das Ligas que já estavam espalhadas pelo país.

Ora, que "coincidência" com o momento atual, não é mesmo?

Os latifundiários muito bem representados na imprensa e no Congresso: uma CPI para investigar as Ligas. Como agora, a proposta de uma CPI para investigar o MST, 40 anos depois!

Será mesmo que estamos diante de um novo rural?

Às vésperas do Golpe Militar não só as Ligas no Nordeste estavam extremamente bem articuladas como tivemos diversos outros movimentos sociais no campo. Em São Paulo houve o movimento do Arranca Capim, em 1959 em Santa Fé do Sul, e a ocupação de uma fazenda em Marília, em 1960, por posseiros organizados pelo Partido Comunista.

As décadas de 40 e 50 marcaram o campo paulista com movimentos sociais e expansão do Partido Comunista. Os documentos da polícia são extremamente reveladores. Entre eles podemos ver um radiotelegrama de 1942 do delegado de Londrina dirigido ao delegado de Marília solicitando que este o informe o que há contra o Sr. Bento Paiva nesta delegacia "*Afim de instruir inquérito policial flagrante contra o comunista ... esteve preso nesta cidade ... envolvido em acontecimentos subversivos no município de Porecatu nesse Estado...*" e outros documentos com caráter parecido ao longo da década de 50.

Neste contexto foi aprovada em São Paulo, no Governo Carvalho Pinto, uma Lei chamada Lei de Revisão Agrária que objetivava assentar de 500 a 1000 lavradores anualmente (um número reconhecidamente pequeno já naquela época) em terras públicas ou privadas, neste caso mediante indenização em dinheiro. Os recursos para a implantação da Lei viriam do Imposto Territorial Rural (que naquela época era recolhido pelos estados da União) que seria cobrado progressivamente quanto maior e menos produtiva a propriedade.

O Governo do Estado de São Paulo, justamente para conter os movimentos sociais, se adiantou naquilo que mais tarde veio a ser o Estatuto da Terra, para o qual várias pessoas envolvidas na elaboração da Lei de Revisão Agrária foram chamadas a participar.

Ocorre que houve uma reação tremenda à Lei.

Setores conservadores da Igreja Católica (Ligados à TFP – Tradição Família e Propriedade) fizeram uma manifestação contrária à sua aprovação publicando em um livro - intitulado "*Reforma Agrária: Questão de Consciência*", (escrito por Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos e Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho) – a seguinte análise da Lei de Revisão Agrária:

Revisão agrária, "Reforma agrária" e socialização agrária total não serão três etapas de uma mesma revolução?... Em 1959 houve o lamentável ato do Governo de Pernambuco, desapropriando as terras do engenho Galiléia, ilegalmente ocupadas pelos seus rendeiros, arregimentados pelas Ligas Camponesas daquele Estado, para venda aos mesmos usurpadores do direito de propriedade. É o primeiro caso do gênero no País, que pode vir a ter graves conseqüências para a sobrevivência do regime de livre-iniciativa no Brasil, pois, uma vez que a propriedade particular deixa de ser garantida pelo poder público, retira-se do sistema uma das mais importantes molas propulsoras da atividade econômica e, por conseguinte, do progresso material da Nação... chama a atenção a debilidade a que ficaria reduzida a propriedade privada caso tal projeto [da Revisão Agrária] fosse aprovado, sem modificações, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo... A Secretaria da Fazenda poderá eventualmente estabelecer reavaliações tais que "decapitem" cada ano toda uma nova categoria de estabelecimentos rurais. Assim, em última análise, ficarão numerosíssimas propriedades postas à mercê do Poder Executivo.

Os bispos autores deste livro estiveram na Assembléia Legislativa em São Paulo, em 1960, falando aos deputados paulistas com o propósito de evitar a aprovação da Lei de Revisão Agrária. A revista da Sociedade Rural Brasileira "A Rural" trouxe em sua edição de novembro de 1960 uma propaganda deste livro, que tinha o seguinte caráter: "*Todos devem ler! ... 2 bispos e 2 intelectuais escreveram este livro, no qual apontam os aspectos socialistas e anti-cristãos da Reforma Agrária*".

A lei de Revisão Agrária, não decapitava os estabelecimentos rurais, ao contrário, reforçava o direito de propriedade na medida em que indenizava em dinheiro (em valor de mercado) as propriedades desapropriadas. Mesmo assim, tocar na questão da propriedade da terra estava fora de cogitação.

A propriedade estava acima da vida.

Os rendeiros das Ligas Camponesas foram chamados de "usurpadores"! É muito parecido com o "manifesto" de São Gabriel em que os ruralistas chamam os sem terra de ratos. Ratos ou usurpadores, são sinônimos.

Vivemos, já naquela época, uma retórica extremamente bem tecida onde as vítimas passam a ser os réus!

Várias associações de ruralistas posicionaram-se contra a Lei de Revisão Agrária, sob o argumento de que era uma lei de confisco e fundada em princípios socialistas.

Abrimos os jornais e vimos, após o encontro de Lula com o MST, a declaração do Presidente da Sociedade Rural Brasileira de que havia entre os ruralistas a sensação de *frustração e raiva* com relação ao Presidente da República. Lemos também declarações do presidente da Confederação Nacional da Agricultura que a imagem de Lula ficou *maculada*, por ter colocado o boné do MST. Declarações de que Lula agiu como um sindicalista e não como Presidente da República. Ou seja, esperam do atual governo uma ação em direção contrária dos pressupostos que o elegeu.

Estas declarações são “amostras grátis” do poder do latifúndio no país. Um país com 60% de suas terras agriculturáveis improdutivas e a vergonhosa posição de destaque em ter a segunda pior concentração fundiária do planeta. Tudo isto em um Brasil de 32 milhões de miseráveis. Ainda assim os grandes “proprietários” se dão o direito de ficarem “ofendidos” e produzem documentos de incentivo ao genocídio. De novo à luz do dia.

Onde está o novo rural?

O Governo Fernando Henrique produziu números (literalmente) para provar que estava fazendo reforma agrária (CPT, 2002). Utilizou-se longamente de comerciais na televisão para comprovar que estava concretizando a reforma agrária, víamos a porteira aberta ao “trabalhador pacífico”.

O Governo Fernando Henrique contou também com intelectuais prontos para afirmar que a reforma agrária estava sendo realizada a contento e que estávamos diante de um novo rural.

Ocorre que a farsa dos números de Fernando Henrique não criaram um novo rural.

É o mesmo velho rural que se movimenta da mesma forma a cada vez que a estrutura agrária é “ameaçada”, e se mexe com os mesmos instrumentos, sempre com a mesma reação.

Ou melhor, estamos diante de um latifúndio que tem agora duas faces pois o caso do Brasil é muito particular: o capitalista também é proprietário de terras. Segundo Oliveira (2002: 26):

Essa modernidade produziu contraditoriamente, capitalistas latifundiários e latifundiários capitalistas, os agribusiness que não se cansam de clamar pelo fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, insistem em pleno século XXI, na recusa de aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra a aqueles que querem produzir e viver no campo.

Na iminência da apresentação do II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) lemos nas manchetes dos jornais “*Plano de Lula deixa ruralistas inquietos*” (O Estado de São Paulo, 26/10/2003). Há no interior da reportagem um tom de intimidação por parte dos ruralistas que se manifestam da seguinte maneira: “*só espero que eles não estejam pensando em nos apresentar o plano depois de pronto*” (Declaração do Presidente da Sociedade Rural Brasileira – João de Almeida Sampaio Filho).

Dois dias depois, no mesmo jornal, lemos na ante-capa um artigo de Xico Graziano (devidamente identificado como: agrônomo, ex-presidente do Incra e ex-secretário da agricultura de São Paulo, para que o leitor esteja convencido de que trata-se de um profundo conhecedor do assunto) cujo título é “*A Farsa dos sem-terra*”. No referido artigo o autor desqualifica completamente o movimento social, chegando mesmo a ser extremamente preconceituoso, dizendo a respeito do acampamento em Presidente Epitácio, que “*famílias pobres e desempregados em geral se juntaram a aposentados, comerciantes, açougueiros, botequeiros, prostitutas, tudo quanto é tipo de gente*”, ou seja, as palavras escolhidas para adjetivar os sem terra vão em um crescendo assustador (até porque, comerciante, proprietário de açougue ou de bar, são sinônimos) para que nas entrelinhas fique a sensação de “tudo quanto é tipo de gente” não tem direito à nada, quanto mais à reforma agrária.

Afirma levemente que “*quando receberem o lote, eles o transformarão em terra de negócio e não de produção*”, para depois, contraditoriamente comparar os níveis de produtividade de grãos dos assentamentos e de produtores capitalistas. Níveis que evidentemente não são comparáveis, como já diria o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária (em 07/11/2003).

Para fechar o “artigo”, Xico Graziano, termina por dizer que “*Pode ser que, no Brasil, existam 160 mil famílias inscritas na fila da terra. Acampadas, mesmo, não ficam metade. E sem-terra de verdade não restam tantos. Sorte do Governo. Poderá driblar o embuste e cessar a sangria de recursos públicos num modelo furado de reforma agrária*”.

O que há por trás de seu artigo é a idéia de que o Governo Federal não deve assentar as famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois elas não ficarão no campo. Querem terra para negócio, são dadas à "trambiques" (palavra que ele utiliza), não têm "aptidão e cultura rural", como se o Brasil não fosse mais urbano do que rural há pouquíssimo tempo, como se na cidade não existisse o sonho do retorno à terra (até mesmo entre os de segunda e terceira geração na cidade), como se não houvesse aquilo que Klass Woortmann chama de campesinidade, como se por acaso, quando os trabalhadores do campo vieram para a cidade tivessem que ter tido "aptidão industrial ou cultura urbana" para serem operários.

O que há por trás deste discurso tão "amarrado" é o respaldo que os ruralistas necessitam para tentar inviabilizar o II PNRA. Então, o "agrônomo experiente" dá o veredicto científico e o jornal nos "informa" os resultados da "pesquisa científica", para que estejamos certos de que não há necessidade de reforma agrária no Brasil.

Em um *novo rural* não estaríamos vivenciando isto, não estaríamos com praticamente um terço do Congresso nas mãos dos ruralistas que conseguem da noite para o dia levantar a proposta de uma CPI para investigar o MST. Um novo rural não teria saque de alimentos no Nordeste, quase 60 anos depois de Josué de Castro ter escrito o "*Geografia da Fome*".

O que temos é um problema ainda não resolvido, uma questão agrária latente em um país miserável!

Temos o mesmo velho rural da nossa estrutura fundiária hedionda, com propriedades griladas, camponeses presos e assassinados e ruralistas fazendo ameaças públicas. Em um país em que praticamente 50% das terras estão nas mãos de menos de 2% dos proprietários.

Estamos diante de um tripé ideológico extremamente bem articulado, como já estávamos há 40 anos atrás, em que temos em cada uma das pontas: a imprensa, a justiça e a ciência.

Cada uma destas pontas cumpre perfeitamente seu papel de maquiagem a realidade agrária para nós todos.

A ciência produz "informação" de que o campo já está suficientemente modernizado e que não há como competir com a agricultura capitalista (negando ou desconhecendo o valor da produção camponesa) e que, portanto, não é necessário realizar a reforma agrária.

A imprensa cuida de nos trazer estas "informações" para nos provar que a reforma agrária é ineficiente. O Jornal o Estado de São Paulo produziu em agosto (a partir do dia 16) uma série de "reportagens" sobre a reforma agrária. O título na primeira página é: "*Radiografia da reforma agrária*". Abrimos o jornal e lemos: "*favelas rurais*" e "*um custo alto para um benefício discutível*".

Vimos, como afirmado, o Arnaldo Jabor chamando João Pedro Stédille de Stálin.

E, finalmente a Justiça, age realmente com os olhos vendados.

Vemos abertamente declarações de genocídio, podendo ler nas primeiras páginas dos jornais: "*UDR vê conflito iminente com os sem terra*" e, por outro lado José Rainha preso em uma "emboscada" feita pela própria justiça.

Estamos em um país cuja Constituição que diz claramente que a terra tem uma função social e que aquela terra que não está cumprindo esta função deve ser desapropriada e, ao mesmo tempo, temos os nossos juizes expedindo 54 mandados de prisão contra os sem terra.

Curiosamente não tem nenhum mandado de prisão para os fazendeiros do *Primeiro Comando Rural* que mostram os fuzis que têm, no Jornal Nacional.

Estamos diante de presos políticos.

O Juiz Átis de Oliveira (da região do Pontal do Paranapema) que decretou a prisão de José Rainha e Diolinda, acusa os líderes do movimento social de "chefes de quadrilha".

O Coronel Pantoja, por exemplo, o comandante do Massacre de Carajás foi condenado e está recorrendo em liberdade porque é "réu primário". Enquanto isto Diolinda, que luta pelo cumprimento da Lei estava até recentemente na cadeia, numa cela com outras nove mulheres, entre elas várias traficantes.

Isto é a criminalização da luta pela terra.

Não há CPI para averiguar a grilagem de terras e o manifesto de São Gabriel não é caso de polícia. Não ganha os jornais. A ameaça de despejar gasolina sobre os acampamentos de sem terra certamente não é tão séria quanto a expressão sabiamente manipulada de "ganhar a reforma agrária no tapa".

Em 1985 vimos a UDR se formar sob nossos olhos quando os movimentos sociais estavam reaparecendo e José Gomes da Silva esteve à frente do que seria o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. O resultado foi um fracasso.

Passados 20 anos, estamos vivendo um momento muito parecido. Os ruralistas novamente se organizando e, o que é pior, se armando para que uma reforma agrária séria não seja efetivada.

Vimos nos jornais televisivos de 01/11/2003 um fazendeiro da região do Pontal do Paranapanema preso pela Polícia Federal por ter um verdadeiro arsenal dentro de casa. A Polícia desenhou sobre uma mesa, com carreiras das balas encontradas, as iniciais PF, tal era a quantidade encontrada. Evidentemente nenhum destaque foi dado ao caso, nem mesmo nos jornais do dia seguinte, em que ao invés de tomar as primeiras páginas, as fotos eram pequenas e no interior de reportagens cujo título principal não era associado diretamente ao assunto.

Aí está o desafio do Governo Lula: lidar com o Velho Rural Brasileiro, que se arma fortemente a cada vez que a propriedade da terra é colocada em discussão.

Considerações finais

Os conceitos com os quais trabalhamos não são de maneira alguma neutros, é necessário que tenhamos consciência da raiz teórica com a qual trabalhamos e do que há por trás dos conceitos com os quais operamos, sob o risco de acharmos que, por exemplo, estamos diante de um novo rural, quando na verdade, o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que se poderia supor, tem provocado o acirramento dos conflitos no campo.

Neste mesmo caminho há o risco de acharmos que os conceitos de campesinato e agricultura familiar são sinônimos, quando na verdade não são, expressam sim formas diferentes de interpretação da realidade e de posicionamento teórico dentro da própria geografia.

A compreensão da agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil.

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global.

A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária.

Por isto o legado de Reclus e Kropotkin, por exemplo, é tão importante: se não estivermos atentos para a história do pensamento geográfico, especialmente no que diz respeito à interpretação que fazemos da realidade, acabamos por achar que estamos construindo o "novo" quando na verdade estamos apenas maquiando o "velho", ou seja, reproduzindo a geografia enquanto uma ideologia.

É neste sentido que temos ouvido falar em "novo rural brasileiro" quando na verdade estamos diante do "nosso velho rural latifúndio" (muitas vezes maquiado/travestido pelo capital) que se arma todas as vezes que o tipo de apropriação da terra é questionado pelos movimentos sociais.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. de. "Prefácio". In: ANDRADE, M. C. (Org.). *Étiséé Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- ANDRADE, M. C. de. "Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 72, São Paulo, 1994, p. 63-82.
- BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- BRAY, S. C. "O Pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40". *Revista de Geografia da UNESP*, Volume 2, São Paulo, 1983, p. 83-90.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2001*. Goiânia: Loyola, 2002.
- DOM MAYER, A. C. et al. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.
- ETGES, V. E. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, B. M. "Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.
- GONÇALVES, C. W. P. "A geografia está em crise. Viva a geografia!". *Boletim Paulista de Geografia*, nº55, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1978, p. 5-29.
- GONÇALVES, C. W. P. *Da Geografia às Geo-grafias*. Texto apresentado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacioanal. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. mimeo. 41p.
- KROPOTKIN, P. "Teoria e Método". *Seleção de Textos*, São Paulo: AGB, nº13, , 1986.
- LACOSTE, Y. Le passé des territoires. *Herodote*, n. 74, 3º trimestre, p.3-5. 1984.
- LACOSTE, Y. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos". *Seleção de Textos*. n.11. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, agosto de 1985.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1978.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. "Mitos e verdades sobre o campo". *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 1, nº 23, 7 a 13 de agosto de 2003.
- OLIVEIRA, A. U. "O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie". *CPT – Conflitos no Campo Brasil 2001*. Edições Loyola, Goiânia, 2002. p. 26-29.
- PAOLIELLO, R. M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP.
- RECLUS, É. "A natureza da geografia". In: ANDRADE, M. C. de (Org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- RÉCLUS, É. "A Origem da família, do Estado e da propriedade". In: ANDRADE, M. C. de (Org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. *Revisão Agrária: Projeto de Lei nº 154/60*, São Paulo, 1960.
- VALVERDE, O. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VALVERDE, O. "Metodologia da Geografia Agrária". In: VALVERDE, O. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC .1964. p. 11-37.
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*, pp. 11–73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.

O HABITAT E A QUESTÃO SOCIAL NO NOROESTE FLUMINENSE

Habitat and social question in the Noroeste Fluminense

El habitat y la cuestión social en el Noroeste Fluminense

José Grabois

Prof. Adjunto do Departamento de Climatologia e Meteorologia - IGEO - UERJ
Doutor pela USP, Pesquisador AI do CNPq. jgrabois@hotmail.com

Lucia Helena da Silva Cezar

Mestre em Geografia pela UFRJ.
Prof^a do Estado e do Município do Rio de Janeiro. luciacezar@yahoo.com.br

Cátia Pereira dos Santos

Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFF.
Prof^a do Estado do Rio de Janeiro e do Município de São Gonçalo. catiaps@usp.br

Genésio Gregório Filho

Licenciado em Geografia pela UERJ.
Pós-graduado (especialização) em Educação para Gestão Ambiental pela UERJ
Prof. do ensino médio particular do Município Rio de Janeiro. genesiogreg@ig.com.br

Resumo: O presente artigo resulta do terceiro e último relatório de pesquisa sobre o Noroeste Fluminense. Contendo 190 páginas, 66 fotos, 7 mapas, 12 plantas e 3 gráficos e aprovado pelo CNPq, encerra ciclo de oito anos de trabalho sobre esta porção do Estado do Rio de Janeiro. Consoante a proposta do trabalho, que é identificar e explicar a estrutura e dinâmica do habitat na sua diversidade na região, tratou-se do processo de povoamento em sua íntima ligação com a evolução econômica regional e seus reflexos nas sucessivas transformações do habitat, classificando e interpretando as diferentes formas de organização das habitações no campo, nas vilas e cidades. Pôde-se concluir que o processo de produção do espaço regional traz fortes distorções, traduzidas numa rede urbana onde se evidenciam os problemas inerentes ao processo de modernização capitalista, com hipertrofia da cidade de Itaperuna e graves perdas quantitativas e qualitativas dos demais centros.

Palavras-chave: Evolução da economia agrária; Povoamento; Grupamento e dispersão; Habitat e estratificação social.

Abstract: This article results of the third and last research report about the Northwest of State of Rio de Janeiro. Containing 190 pages, 66 photos, 7 maps, 12 plans e 3 graphs and approved by CNPq, it ends a cycle of eight-year-work. According to the work proposal which is to identify and to explain the structure and dynamic of the habitat in its region diversity, we dealt with settlement process linked to the regional economy evolution and their reflections in successive habitat changings, classifying and interpreting different forms of housing countryside, villa (seat of a minor civil division) and cities organization. We conclude that the process of production of regional space brings hard distortions, reflected in an urban network where the problems concerned to the process of capitalist modernization are framed with hypertrophy of Itaperuna city and severe quantitatives and qualitatives losses of other centers.

Keywords: Agrarian economy evolution; Settlement; Cluster and scatter; Habitat and social stratification.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 55-71	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	----------	---------------

Resumen: El presente artículo resulta del tercero y último relatorio de pesquisa sobre el Noroeste del estado de Rio de Janeiro. Conteniendo 190 páginas, 66 fotos, 7 mapas, 12 planes y 3 gráficos y aprobado por CNPq, termina un ciclo de ocho años de trabajo sobre esta parte del Rio de Janeiro. Según la propuesta del trabajo, que es identificar y explicar la estructura y dinámica del habitat en su diversidad en la región, nos ocupamos del proceso de ocupación ligado a la evolución regional de la economía y de sus reflejos en los cambios sucesivos del habitat, clasificando e interpretando distintas formas de organización de las habitaciones en el campo, en las villas y en las ciudades. Concluimos que el proceso de producción del espacio regional trae fuertes distorsiones, reflejadas en una red urbana donde los problemas propios al proceso de la modernización del capitalismo se evidencian con la hipertrofia de la ciudad de Itaperuna y las severas pérdidas cuantitativas y cualitativas de los otros centros.

Palabras claves: Evolución de la economía agraria; Pueblamento; Agrupación y dispersión; Habitat y estratificación social.

Introdução

"E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas" (LOBATO, 1959, p.3).

O estudo do habitat assume importância paramétrica como expressão sintética de um processo histórico na sua manifestação espacial. Reflete formas de ocupação humana, não se podendo pensar a casa como simples elemento material da paisagem.

"Chama-se habitat o modo de distribuição dos lugares habitados no interior de uma determinada região. Sendo a noção de lugar inseparável, neste caso, da noção de seu conteúdo humano, pode-se igualmente escrever que habitat é o modo de distribuição da população no interior de um espaço considerado" (GEORGE, 1982, p.123).

Sobre ao habitat rural, SORRE (1952) sustentou analogamente que seu estudo baseia-se, num primeiro momento, *em análise rigorosa do povoamento*. Lembra que a casa associa-se aos campos e caminhos e que a fazenda isolada ou o aglomerado de fazendas estão ligados a um conjunto de campos cultivados e aos modos de ocupação dos mesmos. Estabelece, assim, que a segunda etapa *é compreender o povoamento nas suas relações com o modo de exploração da terra, isto é, com todo um complexo de sentimentos, de necessidades, de concepções econômicas e sociais, resgatando-se com isso para o conceito de habitat a riqueza da qual ele fora despojado*.

• L'habitat rural apparait ainsi comme une expression historique. Ses formes naissent, s'épanouissent et meurent pour faire place à de nouveaux types que correspondent à d'autres équilibres des sociétés rurales. Elles doivent être étudiées dans leur genèse. Une théorie de l'habitat rural se couronne donc, si l'on nous permet ce langage, par une dynamique du peuplement rural • (SORRE, 1952, p. 91-92).

Entendemos o habitat rural como reflexo do povoamento de determinado espaço agrário, traduzido por distintos padrões de uso da terra, realizados conforme diferentes sistemas agrícolas e formas de apropriação da terra. Não pensamos os sistemas agrícolas meramente como um conjunto de técnicas; devemos entendê-los, sem negligenciar o papel dos fatores naturais, em sua inserção num contexto histórico, daí decorrendo uma forma específica de organização espacial, traduzida na morfologia agrária.

Sendo uma das preocupações da Geografia a permanente reordenação do espaço, cabe lembrar que o habitat, além de refletir o momento atual, evidencia o fenômeno da latência que permite reconstituir o dinamismo das paisagens rurais do passado. Estas constituem verdadeiros "palimpsestos", onde se sobrepuseram diferentes formas de organização espacial ao longo da história. É, portanto, nossa percepção a de que o habitat consiste num fenômeno altamente dinâmico; por isso, além da descrição das diferentes formas de distribuição espacial das habitações e de sua estrutura, estaremos sempre em busca da interpretação do seu significado social e econômico como um dos fatos mais representativos das interações sociedade-espaço que no Noroeste Fluminense se evidenciam na forte estratificação social refletida com clareza

meridiana no habitat.

A proposta do trabalho foi identificar e explicar, no Noroeste Fluminense, a estrutura e a dinâmica do habitat rural, em suas diferentes formas, sem negligenciar o papel desempenhado pelas cidades na organização regional como elemento importante de um espaço ainda marcado pela atividade agrária.

Tal proposta participa da concepção de que a sociedade é um conjunto de relações organizadas de trabalho e convívio social, incluindo formas mais ou menos elaboradas de consciência coletiva. Estruturada em classes sociais, essa sociedade se sustenta num determinado espaço, que é modificado e aproveitado pela população através de técnicas e formas de produção e intercâmbio, historicamente condicionados.

A proposta é perpassada pela consideração do desenvolvimento capitalista em suas diferentes etapas nas quais se analisam as transformações da economia e do espaço agrário daí decorrentes. Estudou-se a evolução das formas do habitat até a atualidade, ao longo das sucessivas etapas do povoamento e suas bases sociais e econômicas, conforme os pressupostos apresentados. Apesar da necessidade da caracterização do habitat nas suas origens, isto é, no contexto da fazenda de café, a pesquisa teve seu foco principal demarcado pela falência da cafeicultura que se completa no início da década de 1960, quando a pecuária leiteira já se tornara a principal atividade econômica, à qual se liga o forte esvaziamento demográfico, principalmente na zona rural.

Leva-se em conta, nessa porção desprivilegiada do Sudeste brasileiro, não só a escala específica do conjunto estudado, mas a abordagem de suas interações com o regional e o nacional, sem deixar de lado as questões ligadas à divisão internacional do trabalho, vale dizer, o mercado internacional e as necessidades dos países dominantes.

Nota-se, no Noroeste Fluminense, um conjunto de mudanças na organização do espaço, resultante das transformações econômicas e sociais que têm afetado a região. A riqueza criada pelo café promoveu o crescimento da população rural, principalmente dispersa, que gerou aglomerações onde eram procurados os serviços ainda elementares por elas oferecidos. A população urbana, menor, teve de início, crescimento lento.

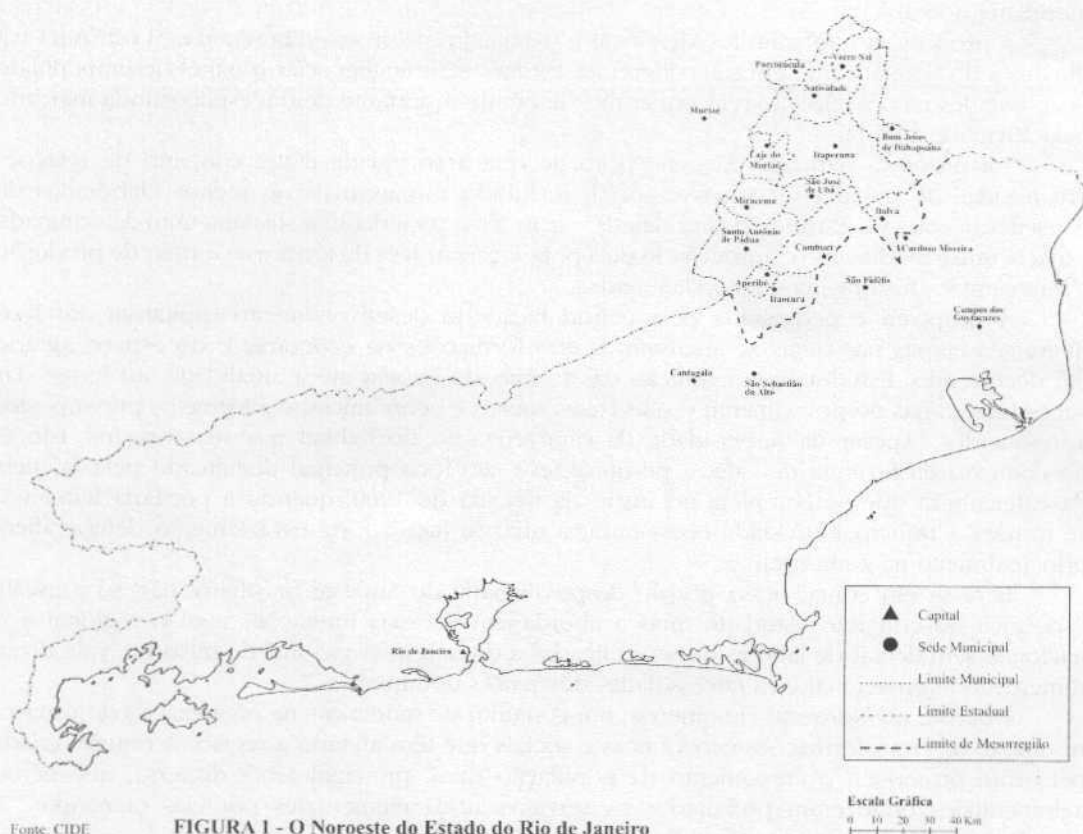
Há reordenações referentes às formas do habitat grupado, como a formação e desenvolvimento das periferias nas cidades e vilas, estas, a nosso ver, em geral, verdadeiras aldeias. A dispersão continua a criar a concentração, principalmente nas periferias urbanas e, secundariamente, em algumas vilas. Hoje, ao contrário da época do café, a sua contrapartida é a quase completa extinção do habitat disperso.

A importância teórica da proposta é a de se recuperar os estudos do habitat, desde que o consideremos produto das relações sociais expressas no local de morada do homem. Sem perder de vista o habitat urbano, enfatizamos o habitat rural através do estudo de um exemplo brasileiro, resgatando o que, a nosso ver, é um elemento-chave de compreensão de um processo socioambiental impresso tão nitidamente na paisagem.

A abordagem aprofundada do problema do habitat na escala do Noroeste Fluminense ao longo da sua formação territorial é pensada como contribuição para o conhecimento do drama social que é a questão da habitação no Brasil.

A área em estudo

A área de abrangência do estudo, o Noroeste Fluminense, é formada pelos municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai; com 5.525 km², ocupa 12% do território do Estado do Rio de Janeiro. Limita-se a Leste com São Fidélis, Cardoso Moreira e Campos; a Oeste com a Zona da Mata de Minas Gerais; ao Norte com o Sul do Espírito Santo e ao Sul com Cantagalo e São Sebastião do Alto (GRABOIS, 2001) (Fig. 1).



Fonte: CIDE

FIGURA 1 - O Noroeste do Estado do Rio de Janeiro

Escala Gráfica
0 10 20 30 40 Km

Nota-se a pequena importância econômica da região através da sua participação no PIB estadual, 0,49%, a menor dentre todas as regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (GRABOIS, 2001). Constitui área pouco dinâmica, caracterizando, desde o início do povoamento, uma extensão da vizinha Zona da Mata de Minas Gerais, não deixando de sofrer, contudo, influência da zona canavieira de Campos a Leste e a Sul.

O Noroeste Fluminense é um bom exemplo da questão fundiária brasileira. A distribuição dos estabelecimentos rurais aponta uma clara predominância das pequenas unidades: 84,2% em 1985 e 81,3% em 1995/1996 dos estabelecimentos possuíam até 50 ha. Contudo, estes dados não deixam de mostrar grande concentração da terra. Em 1985 os estabelecimentos até 10 ha representavam 54,7% do total, o que correspondia a somente 5,4% da área; aqueles com mais de 200 ha correspondiam a 3,1% do número e pouco mais de $\frac{1}{3}$ da área total. Na década seguinte essa concentração se intensificou, reduzindo-se os estabelecimentos até 10 ha para 45,4% do universo e a área para 4,7% do total, enquanto os com mais de 200 ha, mesmo somando 3,7% do universo, englobavam 37,8% da área. *Ao fenômeno da redução progressiva do número de estabelecimentos liga-se a rarefação do habitat rural* (GRABOIS, 2001).

A região sofreu forte esvaziamento demográfico, principalmente entre 1940 e 1980, reduzindo-se o número de habitantes de 305.066 para 242.648. Mesmo registrando crescimento entre 1991 e 2000, (273.062 e 297.512 habitantes), apesar de decorrido mais de meio século, ainda não foi atingido o contingente populacional de 1940. Em 1991 a população do Noroeste Fluminense correspondia a 2,1% do total do estado, mantendo-se inalterada em 2000 (GRABOIS, 2001).

Até 1960, havia franco predomínio da população rural. O crescimento da população urbana só se intensifica na década de 1960, mas é na de 1970 que em boa parte dos municípios predominam os habitantes citadinos. Em 2000, mesmo sendo a população rural ainda significativa, todos os municípios do Noroeste Fluminense mostram o predomínio da população urbana, excetuando-se São José de Ubá, onde a população rural é maioria, com $\frac{2}{3}$ do total (GRABOIS, 2001).

O povoamento, as formas do habitat e sua classificação

• Povoamento e a evolução da economia agrária

Até o início do século XIX todas as áreas situadas entre os altos divisores do Vale do Itabapoana e do Muriaé, chamadas "Sertão da Pedra Lisa", permaneceram sem ocupação efetiva de origem européia, apesar da concessão de sesmarias durante o século XVIII pelo governo colonial. O mesmo ocorreu ao norte do rio Paraíba do Sul, entre os atuais municípios de São Fidélis e Santo Antônio de Pádua (HENRIQUES, 1952).

A exploração se fez por duas vias principais: a partir da Zona da Mata Mineira, no início do século XIX, pelo vale do rio Pomba e, na década de 1830, através dos vales do Carangola e do Muriaé. Pelo Paraíba, estabeleceu-se uma via de penetração menos importante. Missionários capuchinhos de Campos fundaram as reduções indígenas de Coroados e Puris, que foram a origem de São Fidélis de Sigmaringa (atual São Fidélis), no final do século XVIII, e São José da Leonissa (atual Itaocara) e Santo Antônio de Pádua, no início do século XIX. Com efeito, as reduções representavam apenas pontos isolados na mata, sendo muito limitada a exploração agrícola. Tais áreas constituíam o território dos Puris e, secundariamente, dos Coroados, Guarulhos e Goitacazes. Originalmente os Goitacazes viviam numa área que se estendia desde Campos até o ribeirão de São Domingos. Todas essas tribos foram deslocadas pouco a pouco do litoral para esta região e para a Zona da Mata de Minas Gerais. Tal movimento significou um verdadeiro genocídio que se repetiu quando da ocupação do alto Muriaé.

Por outro lado, a expansão dos canaviais da Baixada de Campos limitou-se aos baixos cursos do Muriaé e do Paraíba, não atingindo os contrafortes das serranias do "Sertão do Muriaé". Incompatíveis com a escala de plantio da cana-de-açúcar da Baixada, estas áreas não interessavam aos campistas que restringiram sua ocupação ao curto trecho navegável até o atual município de Cardoso Moreira. LIGIÉRO (1960) afirma que em certo ponto do Muriaé estava 'o *cachoeiro*', à montante do qual ele se fez praticamente impenetrável. Ao mesmo tempo, as várzeas estreitas e a malária fizeram essa população ficar nas terras já conquistadas, próximo dos seus engenhos.

O alto Muriaé sofreu "(...) nos primórdios da civilização mineira, a influência dos faiscadores de ouro e de pedras preciosas" (LIGIÉRO, 1960, p.35). Não se caracterizou aí, porém, o quadro da zona de mineração de Minas Gerais. Além disto, nos séculos 18 e 19, o alto curso do Muriaé foi alvo de exploradores de madeira da Baixada de Campos, formando as chamadas "Bandeiras do Jacarandá" (LAMEGO, 1950).

É importante lembrar que a formação territorial do Noroeste Fluminense, perpassada por forte estratificação social, materializada no habitat, além de nos remeter às origens da pequena produção, é exemplo do modelo de povoamento brasileiro.

"É que a divisão do solo se fazia, arbitrariamente, pelo sistema de sesmarias sob cujas possessões os potentados levavam muita vantagem sobre os pobres ou desfavorecidos do bafejo oficial. O processo da aquisição da sesmaria era longo para os que dispunham de pouco recurso ou, para os que não contavam com os favores dos governantes, enquanto os ricos faziam do assunto verdadeira indústria, conseguindo despachos burocráticos imediatos. De posse do título, vendiam o posseamento para em seguida, obterem outros, sempre levando vantagens financeiras" (LIGIÉRO, 1960, p.38).

A organização territorial do Noroeste Fluminense se concretizou após a da Baixada dos Goitacazes, apenas quando a cafeeicultura assumiu maior expressão.

"(...) o alto Muriaé guardou-se, íntegro, para participar inteiramente da vida da Zona da Mata, já que não houvera participado da vida econômica, social e agrícola da Zona da Baixada Campista, por ocasião do ciclo da cana-de-açúcar, ou da zona central de Minas Gerais, por ocasião do ciclo do ouro" (LIGIÉRO, 1960, p. 85-86).

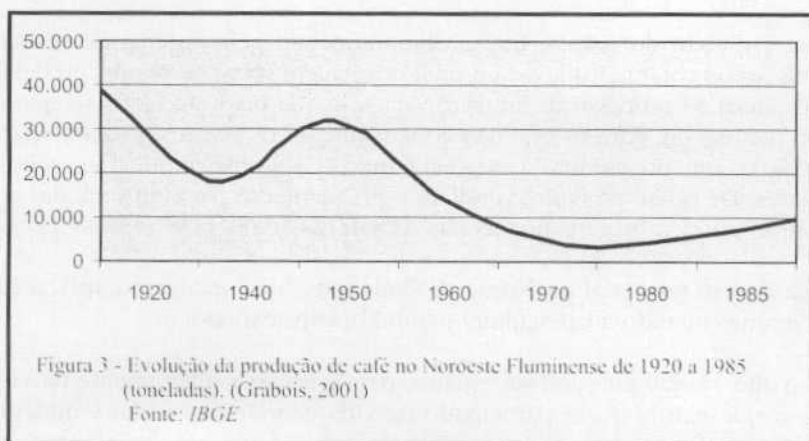
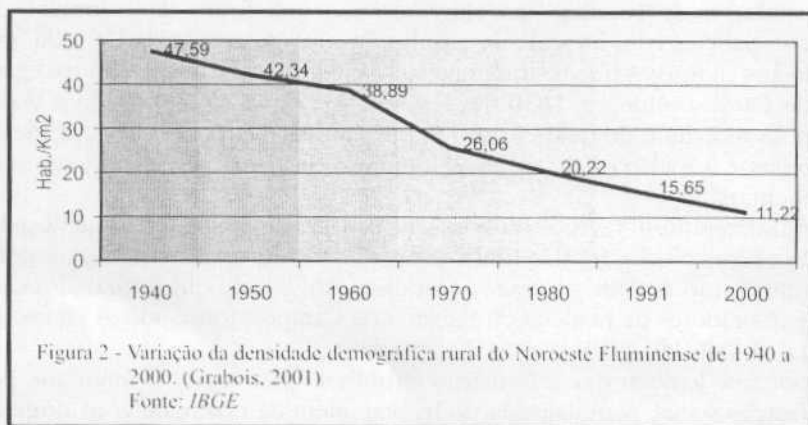
Fruto da expansão da economia da Zona da Mata de Minas, diferentemente dela e do Médio Vale do Paraíba, a intensificação do povoamento da área com base na expansão dos

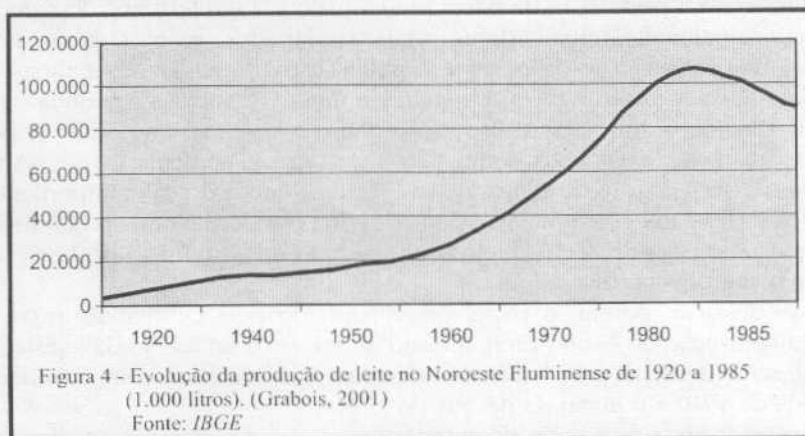
cafezais se dá somente após a década de 1850 (VALVERDE, 1958), transformando Itaperuna mais tarde num importante centro comercial.

Ligado à expansão ferroviária, o período áureo da cafeicultura no Noroeste Fluminense se dá entre as duas últimas décadas do século 19, estendendo-se até a crise de 1929. Com as ferrovias, a produção atingiria grande vulto, sendo mais rapidamente transportada para o porto do Rio de Janeiro e, principalmente, o de São João da Barra.

Mesmo vencida a crise, a cafeicultura, ainda base da economia, perde importância gradualmente, sobretudo a partir de meados da década de 1950, com a queda de preços no mercado internacional. Cada vez menos rentável, o golpe de misericórdia vem no início de 1960, quando se executa a política de erradicação dos cafezais improdutivos.

O esvaziamento da região, em particular o da zona rural, pode ser visto como resultado da substituição gradual da cafeicultura pela pecuária leiteira. As pastagens passam a ocupar as colinas e grande parte das várzeas, dando a tônica da atual organização do espaço agrário. Exigindo menor mão-de-obra, a pecuária foi incapaz de agregar o antigo contingente de pequenos produtores, sobretudo colonos. Daí decorre a forte rarefação populacional e as profundas alterações do habitat. A densidade demográfica rural caiu de 1940 para 2000, de 47,6 para 11,2 hab./km² (Fig. 2, 3 e 4).





A paisagem rural reflete, além da dispersão, forte rarefação do habitat. As construções mais comuns são as sedes das fazendas e das pequenas propriedades e, com menor freqüência, casas dos colonos. As casas das fazendas do Noroeste Fluminense, menores e mais simples, raramente lembram a grandiosidade das sedes do Médio Vale do Paraíba do século XIX retratando a menor importância econômica da região.

Dispersão e concentração

Considerando a distribuição espacial das habitações rurais, pode-se falar de duas formas opostas: a dispersão e o grupamento. Quanto à forma, a dispersão pode ser de dois tipos: *coup de plomb* e organizada, geralmente de forma linear. TRICART (1956) pensa a dispersão organizada como “o prelúdio do grupamento”. A mais importante forma de grupamento rural é a aldeia, definida de início como local predominantemente habitado por camponeses. Tentando aprofundar tal conceituação – mesmo compreendendo que se trata de um assunto mais ligado, por exemplo, a um quadro europeu, muito distante no tempo e no espaço da realidade do Noroeste Fluminense – cabe citar GEORGE (1982) que distingue três tipos de aldeia. Ao lado das aldeias puramente agrícolas e das aldeias de residência para os trabalhadores urbanos, as aldeias-dormitório, aparece uma categoria de aldeia “urbanizada” de forma mais completa: a aldeia-centro ou centro rural. Essas aldeias tendem a concentrar novas funções necessárias à vida de relações no meio rural: serviços públicos e privados, comércio diversificado, equipamento médico, de vivência, escolar etc. DERRUAU (1973), sem falar em “aldeia-dormitório”, também considera as aldeias funcionalmente diferentes, ressaltando, por isso, a importância do estudo da estrutura profissional e social de sua população.

O povoamento da região se dá conforme um padrão linear predominante: cidades, vilas e casas isoladas no meio rural acompanham os fundos de vale, também percorridos por estradas e caminhos. Essa linearidade associa-se ao relevo, caracterizado pela oposição entre colinas e várzeas, estreitas na sua grande maioria. As casas rurais ocupam geralmente a baixa encosta das elevações, estendendo-se, às vezes, pela média encosta. Em alguns casos, dado o grande número de vales afluentes e subafluentes, o habitat aparenta um tipo *coup de plomb* não perdendo, porém, sua organização linear.

Tendo como pano de fundo o valor do solo urbano, no caso dos aglomerados, a distribuição dos bairros em relação à topografia reflete a estratificação social, localizando-se as periferias ou as pontas-de-rua nos extremos destes núcleos ou nas médias e altas encostas das colinas.

Define-se ponta-de-rua como expressão de domínio popular, que identifica as partes mais pobres de cidades do interior, referindo-se aos seus precários prolongamentos que, a partir dos extremos das ruas, abrigam construções mais ou menos rústicas, bem piores do que as do restante do núcleo urbano. Alguns autores têm empregado esta denominação para identificar bairros periféricos dessas cidades, representando um tipo específico de expansão urbana, isto

é, aquela relacionada à população de baixa renda, realizada em terrenos de menor valor, onde se instalam principalmente trabalhadores rurais assalariados, ex-moradores de engenhos e fazendas, expulsos ao longo do processo de capitalização das atividades agrárias.

Fundam-se fazendas com colonos e grande número de médias e pequenas propriedades, sítios de café. Origina-se um habitat disperso e denso e o seu contraponto, os povoados e as vilas. No quadro de esvaziamento demográfico da região, particularmente na zona rural, a policultura associada à criação de suínos e aves, ligada à época do café, importante no passado, quando caracterizava uma economia camponesa, entra em decadência, achando-se atualmente quase extinta. Numa fazenda de 100 alqueires (484 ha) onde, no início de 1960, havia 50 casas hoje há no máximo dois ou três colonos.

Deve-se destacar, porém, o papel desempenhado pela cultura do arroz, intensiva de trabalho, na amenização do êxodo rural, mesmo no início da aplicação da legislação trabalhista ao campo. Presente desde os primórdios da cafeicultura, estendeu-se como atividade importante entre a década de 1940 e o início da década de 1990.

Da mesma forma que o ocorrido anteriormente com a economia cafeeira, é considerável a ligação da rizicultura com o crescimento das vilas, particularmente nas periferias, para onde vieram ex-colonos.

A modernização do capitalismo no campo promove, entre outros efeitos, o recrudescimento do processo de pecuarização, verificando-se a desorganização da vida rural agrícola nos últimos trinta anos do século XX e a conseqüente intensificação do esvaziamento demográfico das áreas rurais da região. Neste sentido, um exemplo da atual economia agrária do Noroeste Fluminense é dado por uma pequena empresa de tratores cujo objetivo é a formação de pastagens. Sua área de atuação é bastante ampla: ultrapassa os limites de Itaperuna e alcança grande parte do município de Natividade. É uma prestação de serviços terceirizada e diretamente ligada à atividade agrária. Os fazendeiros a utilizam com o sentido de não deixar capital investido em máquinas, levando em conta sua manutenção, mão-de-obra qualificada, mais cara, e tempo ocioso.

O fenômeno da desruralização significa não só a acentuação da dispersão no campo, mas também mudanças de função das casas rurais, muitas abrigando agora pessoas que trabalham na cidade. A outra face da desruralização traduz-se no que podemos chamar simbolicamente de "desurbanização", que consiste, por um lado, na perda de funções urbanas, com intensidade variável, da quase totalidade das cidades e vilas. Por outro lado, num aparente paradoxo, formam-se periferias nessas mesmas cidades e vilas onde vive uma população que, na sua maioria, trabalha em atividades urbanas, principalmente em Itaperuna, dada a sua marcada centralidade.

O crescimento das periferias das cidades e das vilas é, assim, parte do mesmo processo. Os mais jovens buscam emprego urbano face às dificuldades de sobrevivência no campo e/ou às perspectivas de ascensão social oferecidas pela cidade através da educação formal. Nas antigas unidades de produção camponesa, muitas na origem sítios de café e, hoje, descaracterizadas diante da perda da força de trabalho, só os mais velhos permanecem e a tendência é que desapareçam junto com a propriedade.

Em outros casos, a divisão por herança não significa, necessariamente, o desaparecimento da propriedade. Os herdeiros têm a posse de poucos hectares sendo comum que sejam aproveitadas casas antigas, algumas reformadas, ou construídas casas novas. A terra perde sua função agrária, pois os descendentes do antigo produtor, apesar de nela residirem, trabalham na cidade. *Esta é, porém, uma situação residual: historicamente a população tem tido como perspectiva a vida urbana.* Busca hoje, além de Itaperuna ou Rio de Janeiro, pontas-de-rua de cidades e vilas da região que têm basicamente a função de dormitório.

No Alto Noroeste o habitat rural disperso e rarefeito do conjunto da região ganha um relativo adensamento face à predominância de pequenos sítios de café e à permanência de alguns colonos em propriedades cafeicultoras maiores. Situado mais ao norte da região, é formado pelos municípios de Varre – Sai, Porciúncula e parte de Natividade e Bom Jesus do Itabapoana. A denominação Alto não se prende à sua maior altitude, que alcança até 900 m, mas sim à sua posição.

No entanto, as antigas unidades de produção camponesa estão, hoje, em extinção,

por conta do caráter especulativo da cultura, dos custos dos insumos, da descapitalização e do agravamento do problema da carência de mão-de-obra representada pelos mais jovens. Estabelece-se, assim, a falência gradual da economia camponesa no último reduto do café na região, nos mesmos moldes que se assistiu há cerca de meio século no conjunto do Noroeste Fluminense.

Contraditoriamente, é neste mesmo subespaço que uma atividade agrária, ao invés de criar, extingue o habitat preexistente. A modalidade de produção que atinge o limite extremo da extinção é aquela realizada por proprietários de origem urbana dedicados à cafeicultura. São pequenos empresários, profissionais liberais ou funcionários públicos, que adquirem parcelas de terra de pequenos proprietários de origem camponesa. Eles obtêm uma renda adicional com a produção de café, dela não dependendo para o sustento próprio. Apesar de pequenos, podem agir como grandes produtores, uma vez que, capitalizados, estocam o produto à espera de valorização. Têm possibilidade de manter os cafezais muito bem cuidados e empreender técnicas de produção modernas, utilizando um administrador e diaristas, que vivem fora da propriedade. *Na maior parte dos casos, inexistente qualquer forma de habitat.*

Pode-se fazer um paralelo entre esta situação e a da horticultura do tomate que, salvo algumas exceções, consiste num outro exemplo de atividade agrária que não cria condições para a implantação de qualquer forma de habitat. O fato é comum em São José de Ubá, principal área produtora da região.

Essa lavoura, na maior parte inserida no território da fazenda de gado, marca pontualmente a paisagem. De pequenas dimensões, em torno de 1ha, os tomates se encontram quase que exclusivamente nas encostas; a única construção existente é uma cobertura tosca de bambu e palha, onde são selecionados e embalados os frutos.

Além da terra ser arrendada, na maioria dos casos, ocorre, a cada safra, um deslocamento dos tomates devido a uma característica agrônômica da planta, boa hospedeira para a bactéria *Pseudomonas solanacearum* (Smith) Douls que vive no solo, e para o fungo *Fusarium oxysporum* *F. Lycopersici* Snyder & Hansen. Assim, só numa safra, o número de bactérias e/ou fungos aumentará fortemente, provocando, quase sempre, a destruição da lavoura do ano seguinte, se ela for aí repetida. Isto explica a extrema mobilidade dos campos de tomate, o que dificulta a fixação do habitat.

As formas dispersas

Sobre o habitat disperso observa-se tanto a sobrevivência de "paleoformas", como o surgimento de novas formas do habitat rural. As primeiras ligam-se ao que restou das pequenas unidades de colonos na fazenda de café e às casas dos pequenos proprietários. As mais recentes, na sua maioria, nada têm a ver com o agrário, apesar de situadas no meio rural. Coexistem com o vazio próprio das fazendas de gado.

Conforme GEORGE (1982, p.128),

"Pode também ocorrer que o habitat permaneça inalterado, apesar das mutações dos sistemas de cultura e mesmo da estrutura agrária: o conteúdo sofre modificações importantes, mantendo-se, porém, imutável o continente."

Levando-se em conta a vinculação das alterações do habitat disperso às ligações existentes entre a casa e as relações sociais de produção, vale dizer, as alterações continente/contéudo, elaborou-se a seguinte tipologia.

Casas de colonos. As casas de colonos típicas da época do café, ainda encontradas na região, se bem que em número muito menor do que as construídas posteriormente, localizam-se geralmente no sopé das encostas. Habitualmente com 4 a 5 compartimentos, possuem área em torno de 30/40m². A estrutura de madeira, com troncos trabalhados de forma rústica, compõe-se de quatro estacas e oito vigas que sustentam telhado, chão e paredes. Estas, feitas de estuque, geralmente com armação de bambu às vezes são (re)construídas com tijolos maciços e, mais modernamente, com tijolos furados. Tal estrutura, a rusticidade das janelas, portas e esquadrias, os telhados, na maioria de quatro águas, o chão de tábuas e o fato das casas elevarem-se em estacas para evitar a umidade, são características peculiares da época do café. A prevalência da

madeira como material de construção prende-se à existência de significativas áreas florestadas naquela época.

Remanescentes da economia do café, podem ser observadas em toda a região; ocorrem, porém, em número reduzido, tanto pela antiguidade como em função da predominância quase absoluta da pecuária extensiva que torna o habitat cada vez mais rarefeito. Caracterizam o que, anteriormente, definimos como paleoforma em extinção.

Na esteira do contínuo esvaziamento do campo, permanecem elementos residuais do habitat que denominamos paleoformas. Um primeiro tipo "(...) é o que chamamos de 'paleoformas em vias de extinção'. Trata-se de casas, cada vez mais raras, de moradores, mais ou menos antigas e de diversos padrões que ainda são vistas nas terras de usinas, engenhos e fazendas de banana das Terras Altas" (GRABOIS, 1993, p.118).

Outra situação é tipificada pelo aproveitamento de antigas casas de colonos obtidas por herança, sendo tal fenômeno mais comum nas médias propriedades.

Estas formas do habitat, por sua vez, caracterizam o que se denominou, no trabalho acima referido, de paleoformas funcionais.

Enquanto a primeira forma citada, representando mais autenticamente o fenômeno da latência, tende a se extinguir, as 'paleoformas funcionais', pelo menos até o presente momento, mantêm uma certa estabilidade. Não acreditamos que elas representem rigorosamente a latência, mas talvez sua representação atual, calcada na 'recriação' da forma antiga. Esta forma é paradoxal porque marcada pela presença de um habitat disperso – e certamente menos denso do que as formas originais – dado pelas casas dos moradores num anacronismo tão claramente explicitado na paisagem (GRABOIS, 1993, p.121).

Casas abandonadas e/ou em ruínas. Encontra-se nesta situação, marcando apenas o local do antigo habitat, grande número de antigas casas de colonos (sendo raras, porém, as da época do café), algumas de pequenos proprietários e, até mesmo, sedes de fazendas (Fig. 5).



Figura 5 – Ruína de casa rural em Itaperuna (Grabois, 2000).

Sedes de fazenda. Antigas sedes de fazenda de café, quase sempre restauradas ou reconstruídas, pertencentes a pessoas de classe média e classe média alta, são hoje casas de fazendas de gado, o que não exclui a permanência de fazendas de café, todas no Alto Noroeste. Tais casas são utilizadas para lazer ou como habitação permanente do proprietário.

Em geral, as sedes das fazendas são rústicas, traduzindo, muitas vezes, uma situação de pobreza e abandono. A maioria das sedes mais antigas, algumas seculares, foi construída com estrutura em madeira de espécies nativas e as paredes erguidas em taipa; as mais recentes foram construídas em alvenaria, prevalecendo a simplicidade da arquitetura frente às sedes das regiões cafeeiras mais ricas do Médio Vale do Paraíba (Fig. 6).



Figura 6 – Sede restaurada da Fazenda Paraíso em Itaperuna (Grabois, 2000).

Há, entretanto, um número expressivo de sedes de fazendas de menor porte, compatível com a estrutura fundiária regional. Em certas situações, são hoje ocupadas por caseiros, retireiros, campeiros, entre outros trabalhadores assalariados permanentes. Trata-se de mais um caso de manutenção do continente com mudança de conteúdo.

Situada entre Natividade e Varre-Sai, um exemplo é o da antiga casa de fazenda de café que se transformou em fazenda de gado. O vaqueiro mora na sede da fazenda, que se encontra em precário estado de conservação. São duas épocas, duas economias que se traduzem numa mudança de conteúdo: quem mora na propriedade não é mais o fazendeiro de café ou o dono atual que vive na cidade do Rio de Janeiro, mas sim o empregado. Ele ganha um salário mínimo mensal e sua mulher trabalha apenas eventualmente como doméstica diarista. Os filhos estudam e ajudam o pai nas atividades cotidianas. As relações de trabalho são bastante complexas, pois além de assalariado, o entrevistado tem lavouras de milho e feijão, criando também pequenos animais. Esses traços de uma economia camponesa revelam a diversidade das relações de trabalho em uma mesma propriedade.

Posses. Em geral são terrenos de 360m², dimensões de lote urbano em zona rural, cedidos pelo fazendeiro ao antigo colono para de evitar o pagamento de indenizações na justiça do trabalho. Neste caso, o proprietário dá uma antiga casa de colono desocupada ou constrói outra. Pode ocorrer que o dono da terra compre a casa numa periferia urbana ou de vila; tal circunstância exemplifica, mais uma vez, o fenômeno da desruralização.

Casas de pequenas propriedades. Muito frequentes, são habitações simples, podendo seu número aumentar face ao crescimento da família e/ou divisão por herança. Forma-se, às vezes, um habitat nucleado, geralmente não mais se ligando à atividade agrária.

Um exemplo interessante de criação de habitat disperso ocorre em São José de Ubá. Ao longo do processo de substituição da cafeicultura pela pecuária, boa parte dos trabalhadores expulsos do campo migrou para a sede deste antigo distrito ou para as cidades de Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e da Baixada Fluminense. Porém, muitos dos que conseguiram indenização, compraram propriedades em torno de 5 ha em locais que hoje são pequenas comunidades, algumas lembrando povoados; além da terra, possuem os instrumentos de trabalho. Em algumas destas comunidades praticam policultura comercial e de subsistência, criando, ao mesmo tempo, pequenos animais para o sustento da casa. A mão-de-obra é familiar, existindo também o mutirão.

Este fenômeno, além de uma estratégia do campesinato para manter-se numa região que se define pelo esvaziamento demográfico, consiste numa clara indicação da existência de condições concretas para a realização de uma reforma agrária.

As formas grupadas

O povoamento do Noroeste Fluminense foi a princípio predominantemente disperso e denso, gerando pequenos núcleos, vilas e cidades. As mudanças econômicas refletem-se na forte rarefação do habitat disperso e na transformação desses núcleos que assistem um aumento até então desconhecido de suas periferias (Fig.7).



Figura 7 – Ponta-de-rua em Comendador Venâncio (Grabois, 2001).

As vilas. Parte das vilas da região, diante das funções criadas no passado, teve caráter de aldeia-centro. Hoje o quadro econômico regional revela alterações na estrutura e funções destas vilas, transformadas em aldeias-dormitório.

O estudo detalhado da vila de Comendador Venâncio (Itaperuna) traz subsídios a respeito das controvérsias colocadas. Este núcleo teve origem no pequeno patrimônio de Limoeiro, a cerca de 2 km a oeste da atual vila, na margem esquerda do rio Muriaé.

O nascimento do núcleo liga-se à implantação da Estrada de Ferro Carangola, cuja estação intensificou o comércio e atraiu população para o local, elevado à categoria de vila apenas em 1938. Nas origens Comendador Venâncio foi entreposto comercial da Zona da Mata e de Laje do Muriaé, vanguarda da expansão cafeeira de Minas Gerais, de onde vinham tropas de mulas com a carga a ser escoada pela ferrovia.

A vila alcança seu apogeu na década de 1950. Sua prosperidade é inerente não só ao contexto da economia cafeeira que se estende até o início da década de 1960, mas também ao momento em que tanto a pecuária como a rizicultura, já haviam alcançado um patamar bastante significativo. Mesmo com população de apenas 518 habitantes em 1950 e 784 em 1960, suas funções urbanas pouco se diferenciavam daquelas próprias de uma aldeia-centro, servindo à densa população dispersa do entorno. Tinha, então, duas bombas de gasolina, um hotel, duas agências bancárias, um posto de saúde, três máquinas de beneficiamento de café, três máquinas de beneficiamento de arroz e o cinema São Roque, que substituiu o antigo cinema mudo da década de 1930.

O distrito foi um dos muitos lugares onde a rizicultura assumiu posição mais importante; aí passaram a morar muitos parceiros do arroz. *A debacle da rizicultura resultou na intensificação do deslocamento de boa parcela da população rural para áreas urbanas em busca de emprego.* A redução acentuada da população rural de 1940 para 1950 e daí para 1960 (9.728, 6.273 e 4.961 habitantes, respectivamente), reflete o declínio da cafeicultura. A estagnação demográfica no período 1960/1991 (4.961 e 4.266 habitantes) é explicada pela presença da rizicultura que seguramente amenizou o esvaziamento populacional do distrito. Esta correlação é comprovada pela forte queda da população rural, de 4.266 para 1.252 habitantes, no curto intervalo 1991/1996, associada à quase total extinção dessa lavoura ao longo da década de 1990. Se, por um lado, a população urbana cresceu quase cinco vezes entre 1940 e 1996 (de 503 para 2.393 habitantes), por outro nota-se declínio acentuado da população total no mesmo período, de 10.231 para 3.645 habitantes (GRABOIS, 2001). Os dados secundários e nossa experiência de campo mostram que este é um fenômeno geral no Noroeste Fluminense. Além do mais, o número de habitantes nos remete diretamente ao questionamento da expressão "*intensa ocupação humana*", empregada pelo IBGE na definição de áreas urbanizadas e que entendemos como vaga. Mesmo que nessa vila a população seja de 2.393 habitantes, isto não significa "*intensa ocupação humana*". Da mesma forma são criticáveis os termos "*construções*" e "*arruamentos*" aplicáveis até para um povoado. Partindo da nossa experiência na região, questionamos até onde é válido considerar

as vilas como aglomerações urbanas, conforme os critérios do IBGE. A população das vilas tem aumentado, mas elas se transformam em aldeias-dormitório, com importância econômica menor que outrora.

Ocupando uma várzea alongada num fundo de vale, a vila cresceu em torno da estação e ao longo dos trilhos. *Strassendorf* modificado subiu as encostas, ganhando ruas paralelas e transversais, na maior parte pavimentadas, que formaram cinco bairros.

O Centro, lugar de habitação da classe média, possui algumas construções antigas, que dão idéia de como era a vila no passado. Aí se encontram um pequeno comércio, a Igreja, a escola municipal e o armazém do IBC, hoje transformado em colégio estadual. Na antiga estação, reformada, funcionam o cartório e o escritório da Emater. O Bairro Serraria, com casas mais modestas, fica num prolongamento da avenida principal para oeste, sendo o nome ligado a uma serraria que beneficiava a madeira da floresta tropical hoje quase totalmente destruída. O bairro Ferroviário é assim chamado por ter sido o primeiro local de habitação dos empregados da ferrovia. De forma alongada estende-se para leste da avenida principal. Suas casas são humildes, de material barato e muitas estão inacabadas. Expandindo-se para o sul, o Bairro Morro do Posto tem grande número de casas simples. A ocupação alcança a meia encosta das colinas e as ruas são ladeiras íngremes, pavimentadas com paralelepípedos. O bairro Usina possui uma única rua, localizada em estreita várzea entre o sopé de uma colina e a margem esquerda do rio Muriaé. O nome do bairro liga-se à usina hidrelétrica construída na fazenda da Fumaça em 1913 e hoje desativada. Foi exemplo da autonomia e importância da vila, fornecendo energia para a área de Laje do Muriaé até Pirapetinga e Tombos (MG). Há algumas casas antigas, com moradores, outras em ruínas e construções mais recentes. Aí está uma das raras ruas não calçadas da vila.

A decadência de Comendador Venâncio está simbolicamente representada pela desativação da ferrovia em 1972. Restam apenas serviços essenciais e grande parte da população está desempregada ou subempregada. Um outro aspecto a ser considerado no crescimento da vila prende-se ao dinamismo próprio de Itaperuna onde a valorização do solo urbano é maior. Foram conhecidas situações em que as pessoas venderam suas casas em periferias, como o bairro Aeroporto, cujos terrenos planos são alvo de uma população mais abastada e que passa a construir ali residências de alto padrão. Com a valorização progressiva, o número de casas vendidas aumenta e seus ex-proprietários mudam-se para periferias menos valorizadas de Itaperuna ou para as das vilas, como é o caso de Comendador Venâncio. Não se pode negligenciar, porém, o fator posição traduzido na centralidade de Itaperuna: é curta a distância entre as duas localidades, havendo linhas regulares de ônibus entre Laje do Muriaé e Itaperuna via Comendador Venâncio e Retiro do Muriaé.

Outro exemplo é Nossa Senhora da Penha (Itaperuna) que tipifica um caso extremo de esvaziamento demográfico e funcional tangenciando a extinção física, sendo disto exemplo as ruínas do cartório e da coletoria. A infra-estrutura é tão precária que é difícil entender como esta localidade é sede de distrito. Suas poucas ruas, em torno de dez, não são pavimentadas; não existem calçadas. Há apenas uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde, com visita semanal do médico. O fornecimento de energia elétrica é precário, tendo em vista as constantes quedas de voltagem. O abastecimento de água é feito em péssimas condições: o local de tratamento é aberto, passível de poluição por pessoas e animais, sendo a captação da água do rio feita um pouco à jusante da saída do esgoto. A isso acrescenta-se o grave problema do "lixão" situado muito próximo das casas, extremamente vulneráveis a esse foco de doenças. Responsabilidade da prefeitura, que aluga o terreno por R\$ 200,00 mensais, sua localização é a mais forte evidência do total estado de abandono em que se vê a vila. Quando chove, a água pútrida escoia pela rua, obrigando os moradores a construir valas para evitar que ela invada as casas.

Apesar de estar inserida no mesmo contexto regional das outras vilas, esta, decadente, representa uma realidade muito diversa da encontrada na maioria dos demais núcleos, onde ainda há algum dinamismo.

Foi, nas origens, uma aldeia ligada à extração da madeira e à cafeicultura. Era grande o número de sítios onde se praticava a policultura de cereais e a pequena criação. Os produtos eram comprados por um comerciante que atravessava o rio com uma balsa para chegar à

estação ferroviária de onde as mercadorias seguiam para o Rio de Janeiro. *Posteriormente, os pequenos sitiantes começariam a vender suas propriedades para os fazendeiros, o que confirma o processo de concentração fundiária e do capital.*

A atividade que se sucedeu foi a produção canavieira que resulta da expansão da economia da Baixada dos Goitacazes. Os moradores da vila trabalhavam no canavial e na usina. Seu fechamento, na década de 1970, provocou forte abalo, expulsando grande parte da população da vila, marcando o início da sua decadência. Ainda que a fábrica de cimento Paraíso tivesse freado um pouco esse processo, sua quase total paralisação intensificou o esvaziamento do núcleo. Hoje a atividade mais importante é a pesca, subordinando-se os pescadores aos interesses de um único atravessador. Sendo essa ocupação a única fonte de renda, a maioria, não registrada, trabalha também durante a piracema, correndo o risco de ações de fiscalização do IBAMA. Esta prática se justifica pela baixa remuneração, de um salário mínimo mensal, paga pela Prefeitura neste período.

A infra-estrutura muito precária, o baixo dinamismo econômico, o esvaziamento populacional, o descaso da administração municipal e a clara situação de miséria e abandono revelam o retrocesso das funções da vila, agora centralizadas por Arê, povoado do distrito de Nossa Senhora da Penha. Contando com o fator posição, pois está localizada próxima à estrada que liga Itaperuna a São José de Ubá, esta localidade ergue-se contrastando com a vila decadente.

As cidades

« Pendant des siècles, dans certains cas des millénaires, la masse de la population a vécu à la campagne, dans les civilisations les plus diverses; les villes, même quand elles étaient lieux de pouvoir et de prestige, ne rassemblaient qu'un faible minorité de la population. La fin du XX^e siècle nous place au terme d'un renversement de tendance généralisé, quels que soient les formes et le niveau de développement.[...]

« Il s'agit donc, dans le cadre de la croissance générale de la population mondiale, d'une nouvelle forme d'implantation. Les liens avec l'agriculture étant modifiés, au point de devenir de plus ténus, la domiciliation de la population procède à la fois de phénomènes d'attraction objective d'activités diverses et nouvelles, et du refus des contraintes du milieu rural considérées comme de plus en plus pesantes. L'équilibre de population des campagnes est ébranlé de manière différente dans les pays à évolution technique rapide et dans les pays demeurés à l'écart des effets les plus immédiats de la 'révolution industrielle'. Dans les premiers, c'est la mécanisation et, par voie de conséquence, la concentration des exploitations, qui poussent les hommes vers les villes. Dans les seconds, c'est la surcharge [...] qui pousse une partie de la population de la misère rurale à celle des 'sous-villes' » (GEORGE, 1992, p.84-85).

Escolheu-se Itaperuna por ser referência básica para entender o processo de reordenação espacial da região, envolvendo as relações campo-cidade e cidade-cidade. O papel de centro sub-regional é dado por seu tamanho e dinamismo; possui 33,5% da população urbana da região e 77,6% daquela do Município (GRABOIS, 2001).

Exemplo típico de aglomerado em sítio de fundo de vale, instalou-se, na origem, no sopé dos morros à margem esquerda do Muriaé, onde uma várzea mais ampla facilitou seu crescimento. Seu embrião foi a estação Porto Alegre da Estrada de Ferro Carangola.

Apesar da maioria dos migrantes da zona rural ter se deslocado para a Região Metropolitana, Itaperuna representou, em relação às demais cidades, maior atrativo para esta população. Se as décadas de 1960 e 70 foram de formação e crescimento das periferias com população proletária ou pequena classe média, as de 1980 e 90 assinalaram mudanças de estrutura e dinâmica. O crescimento da cidade nestas quatro décadas ocasionou uma reordenação do espaço urbano marcada por fortes contrastes.

As áreas mais valorizadas, como o Centro, estão nas várzeas e baixas encostas. Os bairros periféricos, localizados em várzeas mais distantes do Centro e colinas que perlongam o vale do Muriaé, tiveram seu crescimento intensificado na década de 1960. Os bairros mais antigos,

como Aeroporto, Niterói e Vinhosa, foram aos poucos incorporados à cidade, com as ruas principais pavimentadas e redes de abastecimento de água, energia e telefonia implantadas. A periferia Horto Florestal, situada numa colina que faz parte do Centro, é exemplo didático de segregação, própria do processo de urbanização numa sociedade fortemente estratificada. Conforme as normas municipais de ocupação do espaço urbano, até a média encosta, só são permitidas construções cuja planta atenda a padrões correspondentes à população mais abastada. A população proletária e subproletária, vive acima deste limite, *onde a declividade se acentua e a infra-estrutura, no que respeita ao fornecimento de água e serviços de transporte, é muito precária.*

Chama atenção o padrão arquitetônico dos bairros periféricos: não se pode mais defini-los, na maior parte, como proletários porque aí não há homogeneidade e sim uma grande mistura nos tipos de construção. São exceções os bairros de classe média Presidente Costa e Silva, Fiteiro e boa parte de um grande espaço situado a oeste de Itaperuna, denominado Cidade Nova. O contraste na arquitetura das periferias segue a lógica da valorização do solo urbano, visto como mercadoria. Coexistem vários patamares de classe média e proletariado que vai gradualmente perdendo espaço. O crescimento vertical no Centro e a formação de bairros de classe média alta em áreas distantes, obedece à mesma lógica.

Itaperuna vem criando novas funções, o que não acontece com os demais núcleos urbanos do Noroeste Fluminense que, menores, não possuem esta capacidade de recuperação e permanecem estagnados. Concentram-se, em Itaperuna, os principais estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços da região que somam 1.817 firmas registradas representando 31,24% do total regional. Itaperuna torna-se mais importante a partir da década de 1950 com as transformações econômicas que afetaram o Noroeste Fluminense. Entretanto no que concerne à memória histórica materializada na arquitetura, quase nada de significativo existe; é apenas o habitat rural que nos lembra esse tempo. É justamente nas outras cidades onde se percebe maior preservação das construções típicas da época do café (GRABOIS, 2001) (Fig.8).



Figura 8 – Sobrado de 1925 em Miracema (Grabois, 2001).

Considerações finais

Sem dúvida a década de 1960 registra uma intensificação do processo de urbanização no Brasil e disto não se exclui o Noroeste Fluminense.

Assim, a primeira preocupação em rastrear o habitat tradicional, foi pensar as profundas transformações sofridas, tanto quantitativa quanto qualitativamente, pelas zonas rurais e urbanas em função da falência da economia cafeeira, atividade intensiva, e de sua substituição pela pecuária extensiva. O binômio pecuarização/periferização, próprio de muitos outros pontos do território brasileiro, exprime didaticamente a dinâmica atual do processo de organização do espaço também no Noroeste Fluminense.

O campo sofre intenso esvaziamento traduzido por uma redução drástica do número de habitações, muitas das quais ainda visíveis por suas ruínas. Se verificamos que o fenômeno

está ligado a causas econômicas, não podemos negligenciar o fato de que a acentuação da dispersão adquire uma dinâmica própria, ligada a razões de ordem social, cultural e psicológica: a população remanescente, sem vida de relações, se vê de tal forma isolada e, portanto, insegura, que acaba por migrar. Esta interpretação ressalta a importância do trabalho de SORRE (1952) sobre a teoria do habitat, quando relaciona habitat, necessidades, estrutura e técnica das sociedades rurais.

O desaparecimento das escolas rurais é comprovação cabal do esvaziamento, dada a perda da sua razão de ser frente à forte rarefação do habitat. Assim, os habitantes da zona rural, quando isto é viável, vão estudar em vilas ou cidades.

Verifica-se, além disso, uma alteração da relação conteúdo/continente, traduzida na mudança das funções das casas rurais isoladas, seja as de fazenda, as de colonos ou de pequenos proprietários. A casa rural perde, freqüentemente, sua função de habitação do trabalhador do campo; é grande o número de habitações, especialmente aquelas próximas de cidades, cujos ocupantes trabalham em serviços urbanos, sendo a zona rural lugar de residência. São exemplos do que chamamos de paleoformas funcionais.

O outro lado da moeda, o fenômeno da formação de periferias, se faz ver nas cidades e também nas vilas. De tal quadro não se pode isolar a perda de funções urbanas como, por exemplo, o desaparecimento de vários tipos de lojas, "máquinas" de arroz e café, bancos, postos de gasolina, cartórios e coletorias (estes dois últimos específicos das vilas) que afeta a maioria das cidades e vilas da região. Pensamos, assim, que as vilas constituem não só agora, mas desde suas origens, verdadeiras aldeias.

A centralidade de Itaperuna, manifestada no seu crescimento e capacidade de criar novas funções, não mais vinculadas às atividades agrárias, relaciona-se a uma redução mais ou menos intensa das funções urbanas das demais cidades e vilas da região. É importante ressaltar o fator posição, pois a cidade ocupa local estratégico no eixo do povoamento regional, o vale do Muriaé, a jusante da sua confluência com o rio Carangola. Por ambos deu-se a expansão ferroviária e, posteriormente, rodoviária, favorecendo a drenagem da riqueza produzida: o café, o leite e o arroz. As rodovias asfaltadas reforçam as funções comercial e de serviços de Itaperuna, ao mesmo tempo em que delas esvaziam as outras cidades do Noroeste Fluminense.

Essas transformações fazem parte do que se entende como desruralização que tem sua contrapartida no que simbolicamente chamamos de "desurbanização". Inseridos num mesmo processo, esses fenômenos, tal como os definimos, devem ser compreendidos como parte do complexo de relações orgânicas campo-cidade. Neste contexto, ocorre uma transposição dos excedentes demográficos rurais para as vilas e cidades, o que nos reporta às "sub-cidades" mencionadas por GEORGE (1992).

Boa parte das cidades e vilas assumiu a função dormitório. Formam-se periferias, áreas onde o dinamismo demográfico é sempre maior; nota-se aí forte concentração de população proletária ou subproletária. Em algumas as condições de habitação, alimentação, vestuário, emprego/salário, educação, higiene e saúde são muito precárias. A população ocupada das periferias trabalha principalmente em atividades urbanas, sendo incontestável a preponderância de Itaperuna na oferta de empregos. Verifica-se, deste modo, que as mudanças de função das habitações ocorrem, estejam elas dispersas ou em aglomerados. A periferização assume, em alguns casos, feição bastante cruel, em que a segregação social é levada ao limite, como acontece no "Beira-rio", em Itaperuna.

Inseridas numa política pública federal da década de 1970, implementada através das prefeituras, as melhorias implantadas nas periferias reforçam sua funcionalidade: aí vive e se reproduz a força de trabalho necessária à realização das relações capitalistas de produção. Isto é próprio de um modelo que procura, através de ações localizadas sobre a estrutura urbana, manter o equilíbrio de uma sociedade fortemente estratificada.

Do processo de periferização, de raízes socioeconômicas, e das políticas públicas a ele ligadas, não se pode desvincular a base ideológica. Exemplo paradigmático é a frase de funcionário graduado de uma prefeitura quando lhe foi indagado o nome de um bairro, um conjunto habitacional: "*Não é bairro; é um povoado dentro da cidade.*"

Na questão social estão embutidos problemas ambientais e o Noroeste Fluminense mostra sérios problemas de degradação, que se manifesta tanto no campo, afetado por sistemas

agrários predatórios, mas também nas cidades e vilas. Por conta da especulação imobiliária, são, freqüentemente, ocupadas áreas de risco, dadas as condições de relevo colinoso e clima tropical. Percebe-se a necessidade premente da fixação de critérios mais rigorosos de análise para aprovação de loteamentos e licenças para construções.

A organização espacial da região ocorre de forma distorcida, manifestando-se num processo de urbanização fixado em um único núcleo – Itaperuna, numa rarefação de população rural extremamente acentuada e na perda de funções urbanas da grande maioria de cidades e vilas. *Ressalta, nesta região empobrecida, o papel de Itaperuna como centro concentrador/expropriador da riqueza e do trabalho: a rede urbana revela a problemática trazida pela modernização capitalista: à bipertrofia do centro sub-regional corresponde a atrofia dos demais centros.* Tal quadro comprova o caráter perverso do atual estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por fortes contrastes, onde a exclusão e a segregação são a tônica do processo de reordenação espacial.

Referências bibliográficas

- DERRUAU, Max. *Geografia Humana*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973, v. 1.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: Difel, 1982.
- GEORGE, P. *La Géographie à la poursuite de l'Histoire*. Paris : Armand Colin, 1992.
- GRABOIS, José. *Que urbano é esse? Características e problemas do habitat nas Terras Altas da Transição Agreste/Mata do Norte de Pernambuco*. Niterói: UFF, 1993 (Tese para concurso de professor titular).
- GRABOIS, José. *Rastreamento o habitat tradicional no Noroeste Fluminense - o habitat e a questão social*. Inédito, 2001.
- HENRIQUES, P. *A Terra da Promissão*. Rio de Janeiro: Aurora, 1952.
- LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1950.
- LIGIÉRO, M. *O homem, o rio e a terra – o rio Muriaé e a Freguesia da Lage.*, 1960 (Mimeogr.).
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1959, 9ª. ed.
- IBGE. *XI Recenseamento Geral do Brasil*. Manual de delimitação dos setores de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
- SORRE, Max. « L'habitat – Conclusion Générale ». In : SORRE, M. *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Paris : Armand Colin, 1952. v. 3.
- TRICART, Jean. (1956) « L'habitat Rural ». In : TRICART, J. *Cours de Géographie Humaine*. Paris: C.D.U. n. 1.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 1, 1958, p. 3 – 82.

O CONCEITO DE CLASSE CAMPONESA EM QUESTÃO

The concept of peasant class at issue

El concepto de la clase campesina con relación a la discusión

Rosemeire Aparecida de ALMEIDA

Geógrafa, professora adjunto do CPTL/UFMS

Doutora em Geografia Humana.

Correio eletrônico: raalm@ceul.ufms.br

Resumo: O presente artigo não pretende retomar todas as nuances que cercam as interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo e os destinos do campesinato, mas discutir as principais teses sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e suas influências mais profundas na interpretação do capitalismo agrário brasileiro, principalmente no tocante ao entendimento do debate histórico que cerca o tema do campesinato em nossa história. Por conseguinte, assumimos o pressuposto de que o não desaparecimento da classe camponesa se faz contraditoriamente como uma relação não-capitalista. Por sua vez, sua (re)criação não pode ser entendida pela unilateralidade do capital; é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência como classe peculiar. Insistindo em perpassar diferentes sociedades vão mantendo sua situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores.

Palavras-Chave: Identidade – Diversidade – Classe – Campesinato – Capitalismo

Abstract: The present article does not intend to retake all the nuances about the interpretations on the development of the capitalism and the destinies of the peasant, but it aims to discuss the main theses about the development of the capitalism in the land and its deepest influences in the interpretation of the Brazilian agrarian capitalism, mainly regarding to the understanding of the historical debate about the theme of the peasant in our history. Therefore, we assume the purpose that the non disappearing of the land class is contradictorily done as a non-capitalist relation. Being so, its (re)creation cannot be understood through the one-sidedness of the capital, because the peasant has guaranteed his permanence as a peculiar class through the daily struggle for the land and in the land. By insisting on passing by different societies the peasant keep their double social and economic situation, as they are, at the same time, land owners and workers as well.

Keywords: Identity – Diversity – Class – Peasant - Capitalism

Resumen: El presente artículo no tiene la intención de retomar todos los matices al rededor de las interpretaciones del desenvolvimiento del capitalismo y los destinos del campesinado, y si debatir las principales tesis a respecto del desenvolvimiento del capitalismo en el campo, y sus influencias más intensas de la interpretación del capitalismo agrario brasileño, sobretudo el enternecedor entendimiento de la controversia histórica que envuelve el asunto del campesinado en nuestra historia. Inmediatamente, encargamos el presupuesto de que la no-desaparición de la clase campesina, se hace contradictoria como una relación no-capitalista. Entonces su (re)creación no puede ser comprendida por la unilateralidad del capital. En la guerra diaria por la tierra y en la tierra, que el campesino tiene garantizado su subsistencia como clase singular. Aferrando en repasar en diferentes sociedades, van manteniendo su situación económica social doble: son al mismo tiempo poseedores de tierras y trabajadores.

Palabras-clave: Identidad – Diversidad – Clase – Campesinado - Capitalismo

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 73-88	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	----------	---------------

Introdução¹

A formação do campesinato brasileiro é marcada pela mobilidade espacial, isto é, por um intenso caráter migratório. Desse modo, é um campesinato que teve o acesso a terra historicamente bloqueado, portanto sua luta para entrar na terra, seu desejo de enraizamento², tem sido a marca de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem no feudalismo, portanto parcelar, do tipo europeu.

Falar em classe camponesa é necessariamente admitir o não desaparecimento do campesinato e, em alguns casos como o brasileiro, a "recamponezação" do sem-terra. Neste sentido, Wolf (1979) destaca o campesinato não só como uma incógnita no sentido de sua permanência na cena da história como também pela sua decisiva participação nas revoluções que abalaram o século XX: Mexicana (1910); Russas (1905 e 1917); Chinesa (1921 em diante); Vietnamita (1961); Argelina (1954); e, Cubana (1958). Nesta linha de interpretação, destaca-se também o apontamento de Teodor Shanin (1980, p. 76-77) que, a respeito da participação camponesa na guerra do Vietnã, escreve:

Podemos explicar satisfatoriamente a derrota do maior, mais rico e tecnologicamente mais adiantado complexo militar industrial, sem levar em conta a estrutura social especificamente camponesa de 90% dos vietnamitas? [...] basta comparar o Vietnã com outras áreas que tentaram desafiar a potência militar imperialista para admitir a importância analítica crucial de se considerar a especificidade camponesa neste caso.

Que fatores explicam tamanha tenacidade e capacidade de resistência do campesinato? A estranheza é ainda maior se considerarmos as características comumente ao camponês atribuídas: isolamento; trabalhador solitário; conservador.

Estudos como o de Wolf apontam como o combustível que impele o campesinato à rebeliões a eminente ameaça de perda da sua condição camponesa. Portanto, paradoxalmente, é a própria tentativa de manter a tradição camponesa que torna o camponês um revolucionário.

Contudo, é possível analisar o campesinato como parte do processo de compreensão da totalidade capitalista ou seria ele um modo de produção³?

A especificidade camponesa

Primeiramente, falar em especificidade camponesa é dizer que o "campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla" (SHANIN, 1980, p. 63).

Assim, cumpre ressaltar que a especificidade do campesinato não se relaciona ao fato de ele representar um modo de produção⁴ e muito menos ser uma transferência "intermodos" ou um resquício feudal, como pensou Guimarães (1989) e que dispensa comentários. Ainda que os camponeses convivam com desigualdade/diferenciação interna de classe, elas não são maiores que as externas. Desta maneira, não existe um modo de produção camponês porque eles não possuem uma "estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente têm sido, de modo geral, externos a eles" (SHANIN, 1980, p. 63).

Desse modo, podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe "pura" do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores⁵, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista. Aceitar tal assertiva implica em trabalhar com a noção de formação econômico social na concepção marxista, que a empresa

¹ Este artigo é parte da Tese de Doutorado intitulada: "Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul". FCT/UNESP, 2003.

² No texto "Cultura e desenraizamento", Bosi (1992) considera o enraizamento um direito humano vital, porém esquecido, logo a constante busca daqueles que foram desenraizados (migrantes) pelo direito à raiz.

³ Autores como Garcia Jr. (1975, p. 12) defendem a concepção do campesinato como modo de produção, contudo um modo de produção subordinado cujo movimento é dado por outro modo de produção, no caso, o capitalista.

⁴ Entendemos por modo de produção o movimento da sociedade no sentido de prover as necessidades materiais no decurso de seu desenvolvimento. (MARTINS, 1986).

⁵ Agradeço ao prof. Martins e a ele crédito o apontamento a respeito da dupla e contraditória situação do campesinato.

para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Por outro lado, dizer que o campesinato é uma relação não-capitalista significa avançar na teoria de Chayanov, ou melhor, acrescentar à lógica camponesa por ele desvendada o lugar a ela reservado na dinâmica de reprodução do capital. Em outras palavras, resolver o eterno problema de como os camponeses se relacionam com a sociedade circundante, tão cara ao autor. Neste sentido, a fim de esclarecer o lugar do campesinato no capitalismo afirmação de Oliveira (1981, p. 08) é elucidativa:

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista.

Martins (1981) corrobora nesta direção por meio das discussões acerca da renda da terra. Assim, da mesma forma que o capitalismo removeu a irracionalidade que a terra representava à expansão do capital por meio da transformação da renda pré-capitalista em renda capitalizada, também (re)criou relações de trabalho e produção não-capitalista como o campesinato. Todavia, é insuficiente dizer que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, seja como contradição ou funcionalidade, porque poderia indicar um determinismo do capital. Portanto, é preciso considerar a luta dos homens, suas utopias, desejos, tradições, não esquecendo que os camponeses são revolucionários por princípio.

Cumprir lembrar, no sentido do erro da unilateralidade do capital, que Lênin⁶ chegou a admitir o campesinato como uma relação que representava obstáculos à penetração capitalista. No entanto, ao decretar o seu desaparecimento pela força homogeneizadora do capital, ou melhor, "enquanto tendência básica", não ponderou a luta dos homens e, portanto, a resistência camponesa, inclusive como possibilidade de re-camponização (sem-terra), como parte contraditória do processo de produção do capital. Logo, a (re) criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de trabalho. Situação contraditória que do limite (a luta pela propriedade da terra) traz a possibilidade (a luta anticapitalista).

É possível também falarmos de outro avanço em relação aos escritos de Chayanov, uma vez que, ao centrar seus estudos na natureza econômica da família como elo explicativo da lógica de reprodução camponesa, não explorou dimensões outras da vida como, por exemplo, os laços de compadrio, parentesco, o sentido de família extensa que ultrapassa a distância física e que, na maioria das vezes, ajuda a reprodução de quem ficou a despeito das pesquisas que vêm na saída a desagregação da família e o fim da história do campesinato.

O camponês que vem do Leste e do Nordeste para o Sul envia à família, que mantém vínculos com a terra, uma parte dos salários obtidos com a venda de trabalho na fábrica, na grande propriedade agrícola, na construção civil, na barragem. Essa atitude cria um fio de conexões permanente entre duas ou mais partes da família, espalhadas pela formação social. As cartas remetidas, as visitas periódicas para as festas natalinas ou de padroeiro ou até mesmo para pagar a conta da venda obedecem a essa lógica. Essas práticas não atingem só os sitiantes; também os posseiros que hoje lutam pela terra na Amazônia adotam esse modo de pensar e viver a realidade familiar. Ao menos no que toca o camponês brasileiro, não é possível confundir distância com rompimento. A separação física da família não corresponde a separação social: quem é parente, ativa, à distância, essa condição (MOURA, 1986, p. 28).

⁶ A respeito das dificuldades de penetração do capitalismo no mundo camponês, logo, de desintegração do campesinato, Lênin (1985, p. 121) destaca as relações econômicas e sociais baseadas no regime de pagamento em trabalho.

Assim, no sentido de reiterar a importância do conceito de camponês, acreditamos que a generalização da especificidade camponesa nos possibilita analisá-los enquanto classe. Por outro lado, o debate sobre a existência da classe camponesa não pode ser feito sem que se faça referência a Marx, uma vez que sua autoridade tem sido com frequência chamada para fundamentar o discurso contrário, tanto que...

A leitura dos textos de Marx – *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e as Lutas de classes na França de 1848 a 1850* – onde o autor se refere ao campesinato parcelar francês como o 'barbarismo na civilização', tem levado estudiosos a uma absolutização a-histórica desses termos (MOURA, 1986, p. 46, grifo da autora).

Entendemos que a desconsideração da principal preocupação de Marx, qual seja, o estudo da sociedade capitalista e das classes que lhe são fundamentais: burguesia e proletariado, está na raiz do erro e, portanto, da generalização destas análises de Marx acerca do "barbarismo do campesinato", o que em última instância acaba por suprimir o contexto em que foram produzidas. E, mais, acrescida da não observância de que Marx, quando analisou o campesinato, o fez de forma periférica porque não era sua preocupação central.

Por outro lado, esses mesmos autores, que buscam em Marx análises sobre o campesinato, omitem, por exemplo, que o autor em questão, ainda que tenha negado, naquela conjuntura, o campesinato como "*classe para si*", o considerou como realidade objetiva, isto é, "*classe em si*" ou, parafraseando Shanin, "a mais numerosa classe da sociedade francesa". Também não elucidam que, segundo Martins (1986), os fundamentos explicativos da transformação da renda pré-capitalista em renda capitalizada e de que a sociedade dominada pelo capital abre possibilidades de (re) criação de formas não-capitalistas foi dado pelo próprio Marx.

Assim, o campesinato tem representado um papel preponderante no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especificamente na reprodução ampliada do capital através da recriação de formas não-capitalistas. Portanto, tal afirmação implica pensar o campesinato como uma classe ou, nas palavras de Shanin, como a generalização da especificidade.

Acreditamos que, para pensar o campesinato como especificidade, é necessário, acima de tudo, considerar que o "saco de batatas" não existe como determinação social. Por outro lado, a especificidade não se manifesta enquanto modo de produção distinto. A produção camponesa expressa-se enquanto produto e contradição da expansão/desenvolvimento capitalista e, portanto, ao contrário do que pensava Chayanov (1974), o camponês é parte inseparável do modo de produção capitalista.

Em face do exposto, é interessante resgatar o fato de que, para Marx, a grande lei da marcha da história era a luta entre classes e que uma *classe em si* pode transformar-se em uma *classe para si* (ter consciência de classe) a partir do momento em que os membros dela estão comprometidos numa luta contra outra classe, isto é, quando criam identidade de interesses e consciência do antagonismo de interesses em relação à classe oposta. "[...] Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência" (MARX e ENGELS, 1982, p. 84).

Situação que precisa ser pensada para que possamos entender a própria separação que Marx fez entre camponês revolucionário e camponês conservador. O primeiro morador de Cevènes - região montanhosa da França - promovia levantes e lutava contra impostos. O segundo, retratado no "*18 Brumário*", é formado pela "simples adição de grandezas homólogas". Desse modo, fica evidente nestas análises paradoxais que Marx está retratando acontecimentos conjunturais. No caso mais emblemático, o do "*18 Brumário*", se tratava da aliança conservadora do campesinato com Bonaparte, não do destino histórico desta classe. Isso significa dizer que, em relação às contribuições de Marx acerca do campesinato, depreendemos duas questões básicas: Marx o reconheceu como "*classe em si*", e não decretou a sua impossibilidade histórica como "*classe para si*".

O Conceito de camponês e de agricultor familiar: debates e embates

Cumpra salientar que o campesinato, depois de um longo ostracismo teórico, ressurgiu, no período pós-Vietnã, como tema em moda. Para Shanin (1980) esta fase foi caracterizada por uma explosão de publicações e debates e "isso significou um rápido aumento da utilização da palavra como truque editorial". Contudo, como todo modismo tende a desgastar o produto pelo uso excessivo e sem profundidade, o resultado é a busca de novos conceitos para inserir à moda. Assim sendo, o ciclo em que vivemos, especialmente no Brasil, é o de substituição do conceito de camponês, fora de moda, por trabalhador familiar, na moda. Neste sentido, vale a reflexão de Shanin (1980, p. 76):

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado esse conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de 'capitalismo', 'proletariado' e, é claro, 'modo de produção', potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se se dito corretamente que 'o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância'. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

É, conseqüentemente, neste contexto de mudança de idéias e conceitos e, portanto, de mistificações, que a Reforma Agrária vem abandonando o ideário da "segurança nacional" que assumiu no período militar para preconizar o da "segurança alimentar", que, na essência, traz os mesmos enganos porque oculta o sentido político da questão agrária, como o embate entre camponeses e latifundiários e, portanto, entre a lógica camponesa e a lógica capitalista da terra.

Desse modo, o entendimento da agricultura brasileira passa a caminhar com destino à viabilidade econômica, ou seja, aos resultados quantitativos do modelo, sendo que, nesta moderna economia, o agricultor familiar toma lugar do camponês sem-terra. Neste sentido, a interpretação/classificação que Abramovay faz das unidades produtivas no campo é sintomática desta leitura arraigada nos resultados econômicos e, portanto, descolada do universo e da lógica camponesa.

Mas é interessante observar que mesmo em países com forte peso da tradição latifundiária, ao lado de milhões de unidades que podem ser consideradas a justo título como precárias, pequenas, gerando uma renda agrícola extremamente baixa, desenvolve-se também um segmento familiar dinâmico capaz de integrar-se ao sistema de crédito, cujo comportamento econômico difere da famosa e tão estudada aversão ao risco, que adota a inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Quando se faz a opção pelo uso de trabalhador familiar em substituição a camponês⁷, o argumento básico é torná-lo límpido, todavia a forma como vem sendo utilizado produz em contrapartida um reducionismo, em função do esforço para trazer estes homens e mulheres para a moderna economia. Logo, neste processo, perde-se a dimensão da terra como conteúdo moral, *terra de trabalho*, e passa-se a trabalhar a partir de uma concepção mercantil da terra. Assim como explicar, operando com a lógica do trabalhador familiar, leia-se do mercado, estratégias camponesas como a *alternatividade*, indiscutivelmente um recurso defensivo que permite às famílias se refugiarem na produção de subsistência nos momentos desfavoráveis às culturas comerciais (GARCIA JR., 1989). Situação que, no limite, gera uma autonomia e que somente a especificidade camponesa permite, pelo simples fato de esta classe ser a única a ter a terra e a força de trabalho amalgamados num só agente social e, por sua vez, operar a partir de uma lógica não-capitalista que tem como centro o grupo familiar.

É, também, por conhecer o comportamento camponês e sua capacidade de resistência, que se entende a proposta de Oliveira (1994, p. 21) à crise agrícola vivenciada pelo campesinato, que é uma agricultura defensiva como alternativa e caminho possível:

⁷ Estratégia nada original, uma vez que já ocorreu, como nos lembra Moura (1986, p.13), quando se pensou em fazer a substituição do conceito de camponês por pequeno produtor.

Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros.

Na perspectiva da superação do conceito de camponês florescem os trabalhos sobre a *agricultura familiar*⁸ e inúmeras pesquisas são realizadas para provar que ela não é sinônima de pequena produção. Inclusive, com o estranho argumento de que a categoria *agricultura familiar* demarca os limites em termos de classe, ao contrário do conceito de campesinato que se encontra condenado econômico e politicamente. Portanto, trata-se, mais uma vez, do velho discurso que, na aparência, fala da necessidade de um conceito mais puro, claro, mas na essência, nega o campesinato como classe com demandas conflitivas específicas. Desse modo, com o objetivo de demonstrar que uso do conceito de agricultura familiar é o mais adequado para explicar a realidade brasileira, Navarro (1996, p.15) é enfático:

Promissor foi, certamente, a disseminação da categoria 'agricultura familiar' e sua explicitação entre os movimentos sociais e suas organizações, nestes anos recentes. Esta é, inegavelmente, um das mudanças de amplas conseqüências políticas, ainda pouco percebidas, porque a substituição de noções antes existentes como 'pequena produção' (e, ainda mais inadequado, 'camponeses'), representa um divisor político de enorme significação nas possibilidades dos segmentos sociais subalternos do mundo rural. Permite, antes de mais nada, separa-los claramente das outras classes rurais ligadas à grande propriedade territorial [...] A categoria 'agricultura familiar', pelo contrário, é essencialmente política e delimitadora de limites sociais, em termos de classe, o que poderá abrir campos de compreensão e definição de iniciativas mais 'afinadas' com os interesses de grupos sociais inscritos neste conceito (Grifo do autor).

Navarro parece não perceber que o importante é entendermos quem é o camponês, como vive, sua utopia, visto que só assim será possível separá-lo, ou melhor, entender como está separado "porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence à outra classe social [...]" (MARTINS, 1991, p. 15).

Neste conjunto de debates que cercam a questão agrária, cumpre destacar os documentos da FAO que insistem em desideologizar a Reforma Agrária como pressuposto para sua aceleração. Desideologizar aqui entendido no sentido da limpeza do conteúdo político, ou melhor, de classe da Reforma Agrária. Diante desta avalanche economicista, resta perguntarmos: por acaso existe possibilidade de uma redistribuição ampla e irrestrita da propriedade da terra no Brasil fora do marco da luta de classes?

Neste início de século, parece ser este o grande nó: insistir no economicismo, na viabilidade econômica dos assentamentos ou assumir o caráter de classe da Reforma Agrária, isto é, o enfrentamento entre terra de trabalho (camponeses) *versus* terra de negócio (capitalistas). Caso o caminho seja a primeira opção, deixaremos de questionar a estrutura do poder, isto é, a ruptura do pacto terra-capital, fazendo a Reforma Agrária do Estado que combina o arcaico e o moderno, por conseguinte, agradando a elite fundiária pela possibilidade que cria de ser justa, lenta e com prévia indenização.

E, mais, embora o conceito de camponês tenha sido importado pelo partido comunista na década de 1950, o seu uso ainda hoje no Brasil se explica pelo efeito de unidade que carrega, ou seja, é o único capaz de dar visibilidade à classe, ao contrário de trabalhador que é genérico. Por outro lado, não podemos esquecer que falar em classe camponesa é apenas uma

⁸ As características que definem a agricultura familiar, segundo Gasson e Errington apud Abramovay (1997, p. 02), são: 1. A gestão é feita pelos proprietários; 2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3. O trabalho é fundamentalmente familiar; 4. O capital pertence à família; 5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; 6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.

estenografia conceitual, porque é no trabalho empírico que demonstramos e definimos quem são os camponeses. Lembramos também que o mesmo vale para o proletário, ou seja, nossos trabalhadores urbanos dificilmente se identificam como proletariado, trata-se também de uma estenografia conceitual.

Ainda trilhando o caminho do debate, concordamos em parte com a idéia de Moreira (1999, p. 16) de que estamos vivenciando, nestas últimas décadas, a chamada "autonomização" do capital financeiro-rentista com a conseqüente transformação da sociedade em produtora de várias formas de valor não-capitalista.

A hipótese é que a escala do espaço da circulação possibilita a conversão pelo capital rentista de múltiplos segmentos de população espalhados pelo mundo (camponeses, famílias urbanas, comunidades indígenas, pesquisadores científicos, profissionais - formas proletarizadas, numa interpretação livre do dizer de Lefebvre: 'a classe operária distingue-se do proletariado mundial, este inclui também os camponeses arruinados'), em produtores de valor não-capitalista para o fim da acumulação capitalista (seria isso a expropriação de renda ao pequeno produtor rural realizada atualmente em escala multiplicada?), sua produção e extração em uma forma permanente e contínua.

Nossa ressalva ao pensamento de Moreira refere-se a compreensão que o autor apresenta sobre o campesinato. Portanto, no sentido de marcamos a diferença, acrescentamos que a "autonomização" do capital rentista apontada pelo autor não é, no caso brasileiro, recente fruto do estágio supremo do capitalismo. Na verdade, a formação e a reprodução do camponês no Brasil sempre foi parte contraditória do modelo de desenvolvimento, onde a renda da terra é parcela fundamental no processo de acumulação capitalista. Conseqüentemente, a lógica que explica a reprodução camponesa não passa pela interpretação deles (os camponeses) como parte do proletariado mundial, como afirma Moreira (1999).

Ressaltamos que, para reafirmar a importância do conceito de camponês, partimos do pressuposto de que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo está marcado pela intensa relação entre a indústria e a agricultura. No entanto, ao contrário de presenciarmos o desaparecimento das explorações familiares camponesas, o que vemos é o seu contraditório crescimento. O capital expande a produção capitalista no campo, mas gera também o latifúndio e a reprodução dos camponeses. Esta lógica de desenvolvimento é explicada por uma característica que o capitalismo assumiu no Brasil: o predomínio dos latifúndios não representa, em momento algum, entrave para o capital. É sim, a possibilidade, através da especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, o que nos revela a face rentista deste capitalismo.

[...] Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra (MARTINS, 1994, p. 129).

Por outro lado, o crescimento das explorações familiares camponesas tem representado o seguro fornecimento de alimentos à mesa do trabalhador e a transferência de renda para o capital, que passa a ser auferida na circulação da mercadoria. Desse modo, o capitalista ganha duas vezes: pelo envio de alimentos baratos à mesa do trabalhador urbano para sustentar o achatamento geral dos custos da força de trabalho e pela transferência de renda, o que comprova, ou melhor, reforça o caráter rentista do modelo de desenvolvimento em que vivemos.

Martins (1981) coloca a compreensão do processo de formação do capital como elemento primordial no entendimento da contradição terra-capital que, por sua vez, permitirá desvendar a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo, ou seja, a renda proporcionada pela terra.

Assim, o conceito de *renda* é fundamental para compreendermos o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como a classe que vive da renda fundiária – os proprietários da terra. Em síntese, a renda da terra é sempre o lucro extraordinário obtido acima do lucro médio. Nesse sentido, Marx é elucidativo:

[...] no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo simplesmente às condições gerais de mais-valia e do lucro (MARX, 1974, p. 728, grifo nosso).

A origem da renda fundiária reside no fato de que um grupo de pessoas detém a propriedade do solo em detrimento do restante da sociedade que, por sua vez, necessita pagar um tributo para que essa terra seja disponibilizada para a produção.

[...] o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre (MARX, 1974, p. 727).

A discussão da renda fundiária é importante porque permite entendermos a formação das classes sociais a partir da identidade da remuneração com sua respectiva fonte. Assim, para Marx, as três classes fundamentais do modo capitalista de produção são os assalariados, os capitalistas e os proprietários da terra, que vivem respectivamente de salário, lucro e renda fundiária.

É mister percebermos que Marx não coloca a classe camponesa neste esquema das classes fundamentais, no entanto, mais importante que essa omissão é o fato de que ela revela a separação que ele faz entre a classe dos camponeses em relação as demais classes. No nosso entender, Marx não coloca o campesinato como uma das classes fundamentais do modo de produção capitalista porque sua construção de classe fundamental passa primeiramente pela busca da identidade "pura" entre remuneração e sua fonte, por exemplo: a classe dos assalariados vive do salário que provém do seu trabalho; a classe dos capitalistas vive do lucro, fruto da exploração do trabalho; e, a classe dos proprietários da terra vive da renda paga pela sociedade derivada da propriedade fundiária. E, no caso do camponês, há um imbricamento de posição no processo produtivo, ou seja, ele é, ao mesmo tempo, proprietário de terra e trabalhador e, sobretudo, um trabalhador que não vive de salário porque o trabalho a ele pertence. Daí a consideração como classe *sui generis* do capitalismo.

Portanto, no caso do campesinato, essa separação dos instrumentos de produção não é pura como o das outras três classes. O campesinato não vive exclusivamente da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato, logo, apenas uma parte do produto de seu trabalho (excedente) assume a forma de mercadoria. Primeiro, para que houvesse apropriação da renda por parte do campesinato, este teria que produzir para o mercado e, sobretudo, conseguir escapar da sujeição da renda. Contudo, neste caso, temos dois problemas: parte do que o camponês produz fica para o consumo interno e, quando consegue, em conjunturas favoráveis, produzir para o mercado, o capitalista intermediário fica com a renda. Depreendemos, portanto, como já advertia Marx, que o camponês, só em situações excepcionais, consegue auferir renda. Mesmo assim, nesses casos, é renda não-capitalista, ou melhor, renda camponesa.

Justamente nessa forma de propriedade [a camponesa] deve-se geralmente admitir que não existe renda absoluta, que o pior terreno não paga renda, pois a renda absoluta supõe que, além do preço da produção, se realize um excedente do valor do produto, ou que um preço de monopólio ultrapasse o valor do produto. Mas, uma vez que a agricultura aí se destina em grande parte a subsistência imediata e a terra é indispensável campo de atividade do trabalho e do capital, para a maioria da população, o preço regulador de mercado do produto só atingirá o valor deste em circunstâncias excepcionais (MARX, 1974, p. 922, grifo nosso).

Por outro lado, o camponês não é um capitalista que vive do lucro, como explica o próprio Marx (1974, p. 923):

[...] Para o pequeno camponês cultivar a terra para cultivar, não é necessário, como nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado seja bastante alto para proporcionar o lucro médio, e isto é mais válido ainda para um suplemento, na forma de renda, acima desse lucro médio.

Por conseguinte, o camponês também não é um assalariado. Ele é dono de sua força de trabalho e do meio de produção terra, "o camponês aí é proprietário livre da terra, que se patenteia instrumento principal de produção, o indispensável campo de ação de seu trabalho e de seu capital" (MARX, 1974, p. 921). Se radicalizarmos a leitura considerando como classe apenas aqueles que dispõem dos meios de produção por um lado, em contraposição aos que não possuem estes meios, por outro, acabamos por gerar uma dificuldade de compreensão da recriação camponesa. Portanto, no caso da discussão do campesinato, é preciso considerar a situação dúplce dele enquanto classe e, mais, as conseqüências políticas deste entendimento.

Portanto, é a partir do entendimento marxista de renda que Martins desvenda o caráter capitalista da terra e explica porque esta classe camponesa, embora *sui generis*, não pode ser compreendida como pré-capitalista, na verdade, é parte das contradições do capital. Desta forma, definindo capital como trabalho social acumulado pelo capitalista, ele descarta a possibilidade de a terra ser capital, pois ela não é produto do trabalho. No entanto, da mesma forma que o capital se apropria do trabalho, que também não é fruto do trabalho (não tem valor), ele consegue se apropriar da terra, mediante o pagamento de um tributo, a renda. A apropriação capitalista da terra vai transformá-la em equivalente de capital, tornando possível a subordinação do trabalho agrícola. A renda que será paga ao proprietário da terra não nasce na produção, ela somente será transferida a ele no momento da distribuição da mais-valia, considerando que é na produção que a mais-valia é originada, mas é somente na circulação da mercadoria que ela se realiza. Martins (1981, p. 169) consegue desvendar a origem do pagamento da renda da terra: ela é paga pela sociedade⁹.

O processo de formação do campesinato brasileiro: breves considerações

Discutido a forma de recriação do campesinato, resta ainda indagar: qual a origem do campesinato brasileiro? Para pensarmos a respeito desta indagação e encontrar o lugar político do campesinato brasileiro, é necessário entendermos o modelo de desenvolvimento adotado nos primórdios da nossa colonização.

Na produção colonial, que tinha seu sustentáculo na expansão dos mercados, ou seja, num sistema mercantil voltado para a monocultura de exportação, o escravo era renda capitalizada. Desta feita, emerge a contradição entre produção direta dos meios de subsistência e produção para o mercado. Portanto, cabia ao escravo as atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias, como explica Franco (1997, p. 35):

Houve mesmo certa regularidade de aproveitamento do trabalho de brancos livres e sem posses nas fazendas. Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas, ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ainda, as ocupações ligadas à criação de gado.

Destarte, nasce o nosso campesinato, homens expropriados, sem vínculos diretos com a produção para o mercado, à margem do sistema colonial. Entretanto, a ele ligado, não por funcionalidade, mas por contradição. Neste sentido, vale a crítica a Franco (1997), pois, ao mesmo tempo que encontra o homem pobre livre na ordem escravocrata, a representar os primórdios do campesinato, não consegue desvendar sua lógica de (re)criação.

Daí sua afirmativa de que eram "homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e os deixava sem razão de ser" (p. 14). E, mais, interpreta seu desenraizamento, imbuída do preconceito que tem marcado o campesinato, como o do jeca tatu, por exemplo, responsável único pelo atraso brasileiro.

⁹ A incorporação da propriedade fundiária pelo capitalismo não eliminou a irracionalidade do pagamento do tributo pelo uso da terra, mas transformou a renda pré-capitalista, aquela que era paga individualmente pelo servo feudal, em renda capitalizada que é paga agora por toda a sociedade, pelo fato de uma classe deter o monopólio da terra. (MARTINS, 1986)

Reclama por não receber o chão para as suas roças, mas também sua instabilidade o leva a não plantar, mesmo quando o recebe. Ademais, os seus hábitos descansados fazem com que o trato das suas próprias roças lhes pareça uma sobrecarga, após o trabalho devido nas fazendas (FRANCO, 1997, p. 241-242).

Por fim, Franco destaca que a economia colonial, baseada no latifúndio e na escravidão, excluiu das relações de mercado os homens pobres livres, deixando incompleto o processo de expropriação destes trabalhadores; logo, impediu a formação de uma verdadeira sociedade de classes, leia-se, burguesia *versus* proletariado. Desse modo, Franco parece desconsiderar a persistência e resistência camponesa, a luta secular contra a exploração e expropriação capitalista enquanto conquista a impelir a constante (re)criação dos pobres do campo que se negam a desaparecer enquanto classe para facilitar a constituição, no Brasil, das classes sociais modernas, ou melhor, clássicas do capitalismo: burguesia e proletariado.

Assim, diferentemente do camponês europeu, o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista-latifundiário-exportador. A ele não foi dado o direito à terra, restando a posse como alternativa. No entanto, a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros, cabendo ao fazendeiro decidir sobre sua permanência ou não na situação de agregado.

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e, sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendem que ela se determina fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão (MARTINS, 1981, p. 38).

A respeito desta discussão sobre as origens do campesinato, destacamos também as contribuições de Cardoso (1987), que chama a atenção para a necessidade de aprofundarmos os estudos sobre a história econômica do Brasil no tocante ao abastecimento de alimentos para o mercado interno. Neste ponto, diverge de Franco (1997), pois defende a tese de que esta produção dos meios de vida da colônia teria ampla participação não só de homens livres, mas do próprio escravo índio e negro. Por conseguinte, teríamos o que ele chama de "brecha camponesa" em pleno período escravocrata. Este protocampesinato índio e negro existente no Brasil colônia era semelhante ao de outros países da América, daí o caráter estrutural da "brecha camponesa".

Ainda segundo suas formulações, a resistência em admitir a importância das atividades autônomas dos escravos, isto é, a formação de um campesinato desde à colônia, decorre de uma concepção classificatória na qual o escravo é visto a partir das necessidades do capital, não como sujeito social.

Dizer que não há diferença, que as mesmas relações de produção prevaleciam nos canaviais e nas parcelas dos escravos só revela, em nossa opinião, uma profunda ignorância de como funcionava a "brecha camponesa", do sentido que tinha e do próprio conteúdo das fontes mais detalhadas a respeito; revela, também, uma visão dogmática e rígida do que são um modo de produção e uma formação econômico-social como conceitos e como objetos históricos (CARDOSO, 1987, p. 122).

A lei de Terras de 1850 é o divisor de águas deste campesinato. É justamente no momento em que a terra torna-se mercadoria, antevendo o colapso do trabalho escravo, que o campesinato toma outra forma. É agora um campesinato que explicita suas diferenças de classe, encobertas pelo sistema escravocrata, e que, em tese, pode tornar-se, pela venda de trabalho, um proprietário de terras. O laço que vai agora subjugar o seu trabalho livre é a propriedade fundiária. Assim, com a iminência da abolição, teremos o oposto do período escravista: no qual a concentração fundiária era produto do comércio negreiro e, no raiar da República, passa a ser o monopólio de classe sobre a terra o fator principal da sujeição do trabalho.

[...] Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser

outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (...) (MARTINS, 1981, p. 43).

O desvendamento do lado contraditório da expansão capitalista, expresso na constante recriação de formas não-capitalistas de produção, no caso específico, o campesinato, tem na análise da sujeição da renda ao capital a evidência de que este vai assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador. Desse modo, Martins contribui com novos contornos à discussão sobre a luta pela terra e sobre a Reforma Agrária brasileira, demonstrando que a luta é, acima de tudo, contra o capital.

[...] não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 14).

Para compreendermos o papel do campesinato, é preciso considerar a formação de uma classe camponesa no Brasil, uma classe que, longe de ser resquício feudal, também não pode ser reduzida à condição de assalariada, sendo esta última questão um ponto de divergência em relação ao pensamento de Caio Prado Jr. (1981). Acreditamos também que a ausência de conceituação precisa, bem como a tentativa de escamoteamento de sua formação, é conseqüência da exclusão camponesa do processo histórico brasileiro. O resultado dessa exclusão ideológica é o desmerecimento dos movimentos sociais e a classificação evolucionista que procura concebê-los como pré-políticos os quais somente uma organização de fora pode transformá-los em políticos.

Desse modo, no sentido de resgataremos a luta política desta classe é interessante destacar o impacto que a opção, em 1850, pela mercantilização da terra provocou na vida dos posseiros. É novamente Martins (1981) quem chama atenção para o fato de que foi justamente nos locais mantidos à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, que o advento da terra-mercadoria foi marcado por convulsões sociais.

Nesta perspectiva adotada por Martins, o movimento caracteristicamente político veio a ocorrer na década de 1950, com as Ligas e a sindicalização no campo. Contudo, isso não representaria um processo etapista; outras formas de resistência como o próprio messianismo continuariam presentes, todavia com menos significado.

Face à premissa do papel central que a terra possui no desenvolvimento capitalista brasileiro, favorecendo a acumulação de capital através da renda da terra, é revelador o fato de que os vários movimentos surgidos entre o final da década de 1940 e o golpe de 1964 (Teófilo Otoni; Governador Valadares; Trombas e Formoso; Porecatu; regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema; Santa Fé do Sul; Engenho Galiléia) possuíam um elo: a resistência em pagar a renda da terra.

Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estavam em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra (MARTINS, 1981, p. 79).

Esse é o ponto nodal da questão naquele período, isto é, a fusão da figura do burguês com a do proprietário de terras, situação desprezada por aqueles que se propuseram a orientar a luta camponesa daquele período, e que consistiu no desencontro do projeto político e no esvaziamento da luta pela terra.

Às Ligas, restou o isolamento, conseqüência da opção que fez pela Reforma Agrária radical, encarando o campo como o setor decisivo no projeto de Revolução e, assim, negando-se a compor a Frente Única preconizada pela esquerda brasileira.

Desse modo, os camponeses seguem, "homens livres" desde os Quilombos até o MST de nossos dias.

Considerações finais

A situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela (re)criação de sua condição de classe sui generis, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores; porém, um trabalhador diferente do operário porque não se defronta cotidianamente com a exploração de seu trabalho (a origem de sua exploração não é direta) e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição. O camponês sabe que o trabalho pertence ao próprio trabalhador, e é neste saber que se funda sua autonomia e, contraditoriamente, sua oposição à propriedade capitalista como explica Martins (1989, p. 21-22).

A nova cultura está centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade de quem trabalha e na contestação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. Com a crise da dominação pessoal, ocorreu uma restituição do trabalho a quem trabalha. Embora uma ficção, ela se mantém pela marginalização e exclusão dos expulsos e despejados. Nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida.

Neste sentido, cabe ainda acrescentar que os camponeses não lutam e nem entendem a luta a partir de um mesmo formato, e, mais, essa distinção não anula sua identidade enquanto classe.

Na beira das estradas, no sindicato, trabalhando de parceria ou como empregado do fazendeiro, o sem terra quer ser proprietário familiar e ter um pedaço de chão para ficar em cima, ele deseja se reproduzir como camponês, dentro da lógica que conhece. Lógica interna que não precisa do outro, do diferente, porque ela tem seus fundamentos na comunidade local, na liberdade, no trabalho familiar, na autonomia. Na luta dos posseiros na Amazônia, Martins (1981, p. 131) já escrevia:

[...] a pedra de toque está na terra, mas há este outro elemento, ideológico, que marca muito a existência e os movimentos dos posseiros que é o problema da sua liberdade, a sua liberdade de trabalho familiar, a sua liberdade de trabalho autônomo, a sua liberdade de locomoção, a sua liberdade de decisão.

Sua luta, a princípio, não é pela transformação do capitalismo - a não ser como potencialidade - mas para a realização de seu modo de vida, modo de vida ambíguo que será plenamente vivenciado quando da conquista da terra. Modo de vida no qual lugar de morada e de trabalho, dentre outras coisas, serão parte indivisa de um único ser social: o camponês.

Por outro lado, o *habitus*¹⁰ específico lhe confere opções de luta intimamente relacionadas com sua história fora e dentro da terra; porém, este *habitus* específico e as estratégias de distinção geradas por ele não impedem a possibilidade de um sentido de classe, ou melhor, de uma classe de *habitus* a lhe conferir uma direção comum, um estilo. Dito de outra forma, a opção de ocupar, acampar ou trabalhar coletivamente, não pode ser considerada um divisor de águas do campesinato, é apenas a diferenciação/diversidade contida no *habitus* se pronunciando. Desse modo, estes sujeitos não deixam de ter um sentido de classe camponesa com sua singularidade e especificidade porque uns cortaram a cerca e outros não. É, portanto, uma identidade tecida ao lado de uma gama de outras diferenças.

¹⁰Segundo Bourdieu (2000), o *habitus* é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Isso significa dizer que indivíduos vivendo as mesmas condições de vida e experiência, tendem a incorporar as mesmas disposições que com o passar do tempo se transformam em verdadeiros traços de personalidade, em *habitus*.

Ao afirmarmos que o campesinato, ao lutar por terra, não está lutando necessariamente pela destruição do capitalismo, estamos querendo dizer que a situação econômica e histórico-social da classe camponesa não permite que se atinja de forma clara, por este caminho, a resolução da contradição maior do capital que se centra na produção coletiva da riqueza versus sua apropriação individual, basicamente porque este embate é típico do enfrentamento entre capital e trabalho.

Essa impossibilidade se dá basicamente porque a classe camponesa não é uma classe "pura". Embora seja também discutível o critério de pureza da classe, fundamentalmente porque ele tem se dado com base na posição no processo de produção; isto é, nas relações econômicas, assumimos esta caracterização em virtude da singularidade do campesinato. Ou seja, é a única classe que detém o bem finito, terra (é proprietária) e o controle da força de trabalho (é trabalhadora); o que, por sua vez, lhe confere uma situação dupla, desprovida de pureza no processo de produção.

Este caminho também encontra respaldo no fato de autores, como Lukács (1974), creditar a Marx a interpretação, a despeito da obra que trata com exclusividade do problema das classes ter sido interrompida quando ele inicia a discussão acerca da determinação destas, de que a divisão da sociedade em classes dever ser definida pela posição dos homens no processo de produção e, mais, destacar a importância desta consideração para a discussão da consciência de classe, esta entendida essencialmente como a reação adequada que corresponde à situação objetiva de classe.

Por outro lado, isso não significa que estamos reduzindo o ir e vir da história às determinações de classe do modo capitalista de produção; apenas que as relações econômicas, embora interajam com os demais campos da vida social como o cultural, político, simbólico, na determinação das classes têm, na maioria das vezes, se sobreposto a eles.

A dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo gera conseqüentemente uma consciência de classe ambígua¹¹ - expressão social desta contradição. Logo, como proprietário, pensa na terra e nos frutos dela; mas, como trabalhador, também pensa, o que, em última análise, gera conflito em relação ao conhecimento claro de sua situação de classe, portanto, de sua consciência de classe (MARTINS, 2003). Por conseguinte, seus interesses na esfera econômica, nunca se revelam nitidamente, na realidade, eles tendem a se apresentar de forma mística porque mesclados aos elementos religiosos, simbólicos, culturais, políticos. Dito de outra maneira, a ambivalente posição de classe do camponês dá uma idéia confusa de sua situação histórica e social no processo de produção capitalista e, por conseguinte, dificulta a possibilidade da consciência do fundamento econômico das relações sociais.

Os camponeses, de forma geral, vivem uma situação de autonomia em relação à forma organizacional de diferentes sociedades, expressa, sobretudo, na capacidade para suprir suas necessidades alimentares, o que tem despertado histórica incompreensão e intolerância, particularmente dos Estados capitalistas e das recentes experiências socialistas.

Entretanto, o camponês não pertence a uma sociedade pré-capitalista, já que não vive como autarquia econômica não desempenhando qualquer papel na vida econômica do conjunto da sociedade. Na verdade, sua autonomia e liberdade manifestam-se como contradição no processo do capital, sua (re)criação segue uma lógica inscrita nas próprias necessidades do capital, já que vive cotidianamente a transferência de riqueza que a sujeição da renda da terra determina. A compreensão e superação da sua situação social não vêm, portanto, de dentro de sua condição contraditória de classe. É somente quando o capital procura transformá-lo num trabalhador para o capital, um expropriado da terra e vendedor apenas da força de trabalho que ele pode desnudar sua consciência ambígua e se ver plenamente como classe para si. Assim, o anticapitalismo do camponês nasce contraditoriamente da sua própria dubiedade como classe; portanto, se a ambigüidade tem sido o limite da consciência de classe, ela também é prenhe de potencialidades.

¹¹Segundo Chauí (1994, p. 178), a ambigüidade não é falha, defeito, mas a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, constituídos, não de elementos separados, mas de dimensões simultâneas.

Isso posto, seguimos afirmando que o camponês não vive na busca de superação de sua situação ambivalente. Ao contrário, pelega para tentar harmonizá-la; o que, por vezes, faz com que lute alternadamente numa ou noutra direção do conflito de classes por se ver, na maioria das vezes, impossibilitado de se organizar pautado em seu próprio interesse que, na essência, é contraditório. Ação, por sua vez, que tem lhe rendido o título de conservador. (MARTINS, 2002). Assim, por um lado, muitas vezes apóia movimentos em defesa da propriedade e cobra da sociedade a renda da terra que tem direito como proprietário; por outro, se insubordina quando, como trabalhador, planta, colhe e vende, e, mesmo não tendo seu "salário" tomado concretude e se destacado dos demais custos de produção, percebe a transferência de riqueza por meio do produto de seu trabalho no mercado, porque os preços pagos, muitas vezes, não cobrem as despesas.

O proletário, ao lutar contra a exploração capitalista, tende a descobrir e a colocar em questão o conjunto do processo de coisificação que torna tudo e todos equivalentes de mercadoria. Logo, para se libertar da exploração, tem que libertar a sociedade inteira. Para o camponês, ao contrário, sua luta não pode necessariamente revelar a essência da reprodução capitalista: a exploração do trabalho (MARTINS, 2000).

Cabe explicar que não se trata aqui de admitirmos, por um lado, a existência da classe camponesa (classe em si) e, por outro, negarmos sua consciência de classe (classe para si), até porque, na perspectiva de Thompson, seria uma interpretação destituída de significado. Neste sentido, vejamos o que este mesmo autor nos diz acerca da problemática da classe e da consciência de classe:

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é 'algo' ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica (1998, p. 105).

Concordamos com Thompson quando ensina que atribuir o termo classe a um grupo privado de consciência de classe é anular a classe como categoria histórica, construída ao longo do tempo pela regularidade de resposta das pessoas em situações análogas, uma vez que é no decurso de tal processo de luta que se descobrem a si mesmas como uma classe, vindo a desvendar a consciência de classe. Desse modo, a formação da classe e da consciência de classe são faces de um mesmo processo. Acreditar no contrário é criar um modelo de desenvolvimento da classe por etapas, em que a consciência seria uma espécie de derivação da etapa superior da classe.

Estamos, portanto, concebendo o campesinato como classe com consciência de classe. No entanto, uma consciência de classe que se expressa por meio da ambigüidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambigüidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo, não é o final da história. A permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital.

Desse modo, necessário se faz marcamos o contraponto em relação ao pensamento de Martins (2002a), quando escreve que as populações camponesas, mesmo protagonizando movimentos sociais são incapazes de se expressar como classe para si, são no máximo uma classe em si. Para o autor, essa impossibilidade de ter uma consciência de classe faz com que, no limite, o campesinato se manifeste contra seu perecimento e não contra a transformação do capitalismo.

Como classe social, o campesinato é classe em si, que nessa condição pode ser observada objetivamente. [...]. Embora sua vivência dramática, e não raro trágica, permita aos membros dessa classe uma aguda consciência crítica do que a expansão territorial do capitalismo representa para os camponeses e o que é, de fato, como fenômeno histórico, o campesinato, em princípio, não tem como se constituir em classe para si. Isto é, classe social dotada de consciência de classe. Não tem, porque sua existência social não é constitutivamente mediada pelas abstrações próprias da igualdade formal do mundo da

mercadoria, em que a força de trabalho tenha sido convertida, ela própria, em mercadoria (2002a, p.100, grifo do autor).

No entanto, paradoxalmente, é o próprio Martins que nos dá os elementos para pensarmos no contraponto, ou seja, na possibilidade da consciência de classe do campesinato, embora uma consciência ambígua própria de um ser social dúplice.

O fato da luta pela terra diferir da luta entre o capital e o trabalho não significa que o campesinato não pode ser o protagonista de conflitos abrangentes e anticapitalistas. Ao contrário, é a classe que ainda pode lutar para não viver a expropriação; logo, experimentar a desumanização do capital em sua totalidade, como o próprio autor em questão aponta em seus trabalhos.

Cumprе então reafirmar nosso entendimento desta situação de ambigüidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe a luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada.

É, portanto, essa radicalidade contida na sua ambigüidade que representa a potencialidade da classe camponesa. Ou seja, por ser, ao mesmo tempo, conservador e radical, ele cria a possibilidade, ao ser radical, de abrir brechas de enfrentamento ao capital.

Dizer que aqui e ali tem agricultor familiar ou, até mesmo, classe trabalhadora conta muito pouco desta história de reciprocidade e de desencontro, de libertação e de aprisionamento, desta consciência conservadora e radical que, na luta pela (re)criação camponesa, resiste a tudo que nega o não-camponês e que, por isso, coloca em questão a sociedade inteira.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura Familiar: a base da valorização do meio rural*. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO. *Relação de Trabalhos*. Rio de Janeiro, 1997. 1CD-ROM.
- ALMEIDA, Rosemeire A. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2003.
- BOSI, Ecléa. "Cultura e Desenraizamento". In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 16-41.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou camponês?* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FRANCO, Maria S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- GARCIA Jr, Afrânio R. *O Sul - Caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GEORG, Lukács. "A Consciência de Classe". In: _____. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpões, 1974, p. 59-96.
- GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro séculos de latifúndio*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperioig. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- MARTINS, José de Souza. *Publicações eletrônicas* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <raalm@ceul.ufms.br> em 2002/2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 03 - O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Buni e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MOREIRA, Ruy. *A diferença e a Geografia*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. (Mimeografado).
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.
- NAVARRO, Zander. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Processos de Democratização em Áreas Rurais Brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In: *XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu/MG, Outubro de 1996.
- NAVARRO, Zander. "Mobilização Sem Emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil". In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 58, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Agricultura Brasileira: as transformações no final do século XX*. São Paulo: [s.n.], 1994. (Mimeografado).
- PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação- o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*. Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.
- THOMPSON, Edward P. Algumas Observações sobre a Classe e "Falsa Consciência". In: NEGRO, Antonio. L.; SILVA, Sérgio (orgs.). *Textos didáticos*. nº 10, 3ª ed., v. 02, 1998. p. 95-109.

**DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA:
UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO ESTUDO DA TERRITORIALIZAÇÃO
DA LUTA PELA TERRA¹**

**DATALUTA – Banco de Datos de la Lucha por la Tierra: una experiencia de
investigación y extensión en el estudio de la territorialización de la lucha por la
tierra**

**DATALUTA - Land Struggle Information Project: an experience of research and
extension on Land Struggle territorialization study**

Bernardo Maçano FERNANDES

Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da - FCT/UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente.

Coordenador do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projeto de Reforma Agrária.
www.prudente.unesp.br/dgeo/nera
nera@prudente.unesp.br

Pesquisador do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Correio eletrônico: bmf@prudente.unesp.br

Anderson Antonio da SILVA

Bacharelado do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/
UNESP – Campus de Presidente Prudente. Coordenador Adjunto do NERA – Núcleo de
Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Bolsista CNPq – Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Correio eletrônico: aas@estudante.prudente.unesp.br

Eduardo Paulon GIRARDI

Mestrando em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP – Campus de
Presidente Prudente. Membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma
Agrária. Bolsista FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

Correio eletrônico: girardi@estudante.prudente.unesp.br

Resumo: Neste artigo apresentamos o projeto DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Destacamos os procedimentos metodológicos, bem como os resultados obtidos. O DATALUTA é elaborado nas escalas nacional, estadual e microrregional. A base de dados que o constitui é organizada em escala municipal. Os dados pesquisados no DATALUTA são referentes às ocupações, acampamentos e assentamentos rurais. As informações são representadas em mapas, gráficos e tabelas, que são utilizadas para elaboração de projetos de políticas públicas, para projetos de pesquisas e pela imprensa em geral. Em 2002, inauguramos uma nova experiência com a criação do DATALUTA – MST. Ampliamos a pesquisa primária, aprimoramos a metodologia e a leitura dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

Palavras – Chave: Dataluta, MST, Metodologia, Questão agrária, Luta pela terra

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 89-112	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	-----------	---------------

¹ - Projeto financiado pela Pró – Reitoria Extensão Universitária – PROEX / UNESP e pelo Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

Abstract: This article presents the Land Struggle Information Project, the DATALUTA Project. The information is categorized by municipal district and grouped for analysis at the state, regional and national levels. The article emphasizes the methodology used in data collection and analysis, as well as the results obtained. The data analyzed refer to land occupations, camps and rural settlements. The information is presented in the form of maps, graphs and tables and references state projects and policies as well as events that have received considerable press attention. The article also describes a new project inaugurated in 2002 as DATALUTA - MST. For DATALUTA - MST utilizes a revised methodology, more source material, a broader research base, and more fully examines the spacialization and territorialization processes of the struggle for land.

Key words: DATALUTA, MST, Methodology, Agrarian question, Land Struggle

Resumen: En este artículo presentamos el proyecto DATALUTA – Banco de Datos de la Lucha por la Tierra. Destacamos los procedimientos metodológicos, así como los resultados obtenidos. El DATALUTA es elaborado en las escalas nacional, estadual y micro-regional. La base de datos que lo constituye está organizada a escala municipal. Los datos pesquisados en el DATALUTA se refieren a las ocupaciones, acampamientos y asentamientos rurales. Las informaciones se representan en mapas, gráficos y cuadros estadísticos que son utilizados para la elaboración de proyectos de políticas públicas, para proyectos de investigación y para la divulgación por los medios de comunicación en general. En 2002, inauguramos una nueva experiencia con la creación del DATALUTA – MST. Ampliamos la pesquisa primaria, mejoramos la metodología y la lectura de los procesos de espacialización y territorialización de la lucha por la tierra.

Palabras clave: DATALUTA, MST, Metodología, Problemática Agraria, Lucha por la Tierra

Introdução

Neste artigo, apresentamos o projeto DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, com ênfase no desenvolvimento da metodologia. Este é um dos projetos de pesquisa e extensão do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, vinculado ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente.

O projeto DATALUTA foi criado em 1998, com o objetivo de termos um banco de dados das ocupações de terra, dos acampamentos e dos assentamentos rurais. Essa proposta nasceu a partir de um convênio com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o NERA. Nossas dificuldades de acesso, principalmente, aos dados referentes aos assentamentos rurais nos levaram a tomar essa decisão. A criação do DATALUTA facilitou o acesso às informações, de modo que seus dados pudessem ser sistematizados das mais diferentes formas, fornecendo os resultados ao próprio MST e a todos os interessados na questão agrária.

Desde a sua criação, o DATALUTA evoluiu em diferentes versões e escalas como pode ser observado no organograma do DATALUTA - BRASIL. No ano de 2002, criamos a versão DATALUTA – MST que também é apresentada neste texto e pode ser visto no organograma do DATALUTA – MST.

Atualmente existem três entidades que documentam as ações dos movimentos socioterritoriais: a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o NERA, por meio do DATALUTA. Essas entidades trabalham com diferentes metodologias de pesquisa, de modo que os dados sobre um mesmo tema, algumas vezes, podem ser diferentes. Todavia, são as principais referências para os estudiosos e interessados em compreender o movimento da questão agrária no Brasil.

Nosso objetivo, com este artigo, é proporcionar uma melhor compreensão do DATALUTA. Nesse sentido, destacamos os procedimentos metodológicos utilizados e seus resultados. Também relevamos a estrutura do DATALUTA e suas diferentes versões em distintas escalas geográficas. Apresentamos, como e alguns dos resultados na forma de mapas, gráficos e tabelas.

Outras versões poderão ser criadas, de acordo com a demanda. Pretendemos ampliar este projeto, criando a Rede DATALUTA com a inserção de pesquisadores de diversas universidades.

Metodologia do DATALUTA

As informações organizadas no DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra resultam do levantamento de dados em escala municipal e a sua representação em três escalas geográficas: nacional, estadual e microrregional, correlacionadas a três versões: ocupações, acampamentos e assentamentos.

Em escala nacional elaboramos o DATALUTA – BRASIL, na Estadual o DATALUTA – SÃO PAULO

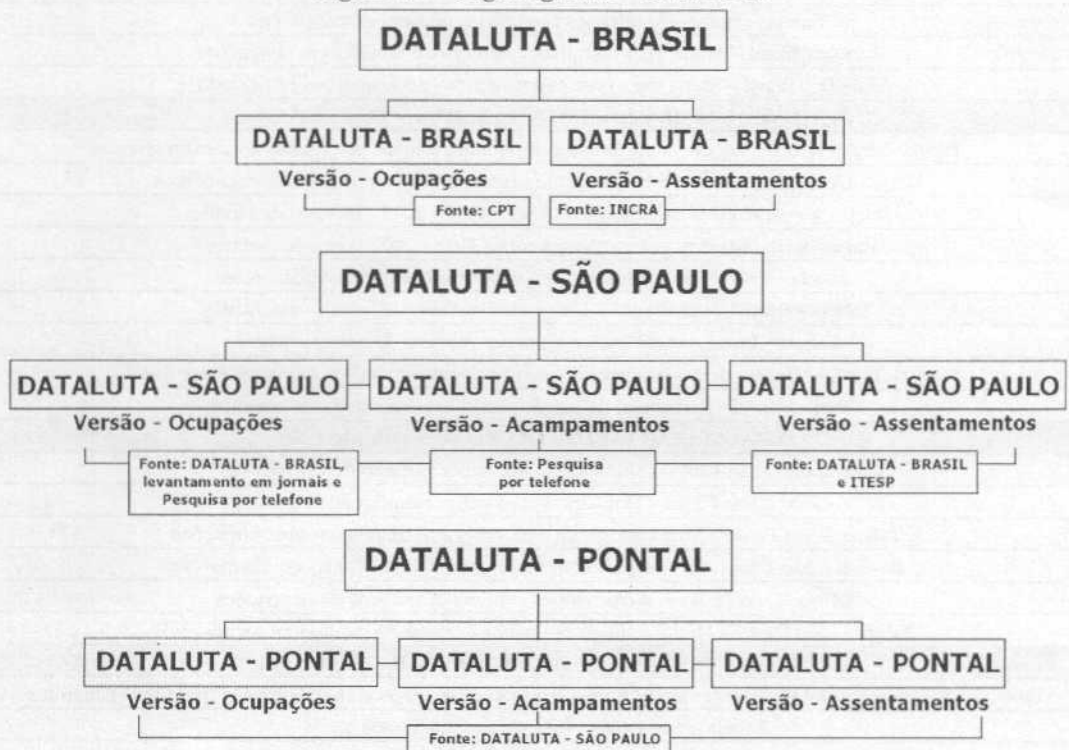
e na microrregional o DATALUTA – PONTAL DO PARANAPANEMA, conforme pode ser observado na figura 1. Para as versões pesquisadas, utilizamos como fontes: O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, o ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” e os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Imparcial. As informações divulgadas por esses periódicos são conferidos durante o levantamento de dados junto às regionais do MST, por telefone. Para uma melhor compreensão desse processo, apresentamos separadamente cada parte do DATALUTA, de acordo com sua escala e versão.

A partir dessa forma de organização dos trabalhos, elaboramos mapas, gráficos e tabelas em diversas versões temáticas. Nossos objetivos são: a) contribuir com a realização de projetos de políticas públicas: referentes à infra-estrutura social, produção, educação, segurança alimentar, no desenvolvimento de nossas atividades de extensão; b) subsidiar pesquisas e fornecer dados atualizados para a imprensa em geral.

Esses trabalhos são realizados por bolsistas do NERA² que atualizam os bancos de dados: ocupações, assentamentos e acampamentos. Esses dados são sistematizados e representados por meio dos seguintes aplicativos: *Access, Excel, Arc View, Pbilcarto e Coreldraw*.

No quadro 1, apresentamos os resultados de todas as escalas geográficas, versões e temas do DATALUTA.

Figura 01 – Organograma – DATALUTA



Para chegarmos a esses resultados, desenvolvemos uma série de atividades, em diferentes escalas, conforme demonstrado a seguir:

Escala Nacional – DATALUTA – BRASIL

O DATALUTA – BRASIL está dividido em duas versões: ocupação e assentamento. Na primeira, reunimos informações referentes ao número de ocupações e famílias desde 1988. Na segunda versão, organizamos dados a respeito dos projetos de assentamentos rurais, com número de famílias assentadas e área em hectares desde 1955. As atualizações são feitas anualmente com dados do INCRA e CPT.

² Trabalham na atualização dos dados os bolsistas: Anderson Antonio da Silva, Eduardo Paulon Girardi, Fransérgio Noronha de Oliveira, Marli Batista Lenardon e Patrícia de Lima Silva.

Do DATALUTA - BRASIL elaboramos mapas, gráficos e tabelas, conforme os exemplos apresentados a seguir. Nas figuras 2 e 3, pode-se analisar a Geografia das ocupações de terra e a Geografia dos assentamentos rurais, observando a distribuição e a intensificação das ocupações e do processo de implantação de assentamentos. Nos gráficos 1, 2 e 3, representamos a evolução política e espaço-temporal dessas ações. Nas tabelas 1 e 2, apresentamos os dados em números absolutos e relativos por estado e macrorregião.

Quadro 1 – Conjunto das tabelas, gráficos e mapas, segundo as escalas geográficas, versões e temas do DATALUTA.

DATALUTA BRASIL – OCUPAÇÕES – desde 1988
Gráficos – Número de ocupações e de famílias
Tabela – Brasil – Total – de ocupações e de famílias por Estado e macrorregiões
Mapa - Geografia das ocupações de terras 1988 - 2002 - número de ocupações por microrregião
Mapa - Geografia das ocupações de terras 1988 - 2002 - número de famílias por microrregião
Tabela 02 - Brasil – Microrregiões com maior número de ocupações
Tabela - Brasil – Microrregiões com maior número de famílias em ocupações
Tabela - Brasil – Municípios com maior número de ocupações
Tabela - Brasil – Municípios com maior número de famílias em ocupações
Tabela – Brasil – Municípios com maior número de ocupações por Estado
DATALUTA BRASIL – ASSENTAMENTOS – desde 1955
Tabela - Brasil – total - de assentamentos rurais, famílias e áreas por Estado e macrorregiões
Mapa - Geografia dos assentamentos rurais 1955 - 2002 - número de assentamentos
Mapa - Geografia dos assentamentos rurais 1955 - 2002 - número de famílias
Mapa - Geografia dos assentamentos rurais 1955 - 2002 - área em hectares
Tabela - Brasil - Microrregiões com maior número de assentamentos
Tabela - Brasil - Microrregiões com maior número de famílias assentadas
Tabela - Brasil - Municípios com maior número de assentamentos
Tabela - Brasil –Número de assentamentos, segundo número total de municípios por estado
Tabela - Brasil - Percentual de municípios que possuem assentamentos
DATALUTA SÃO PAULO – OCUPAÇÕES – desde 1989
Tabela – São Paulo – Municípios com maior número de ocupações
Gráfico – São Paulo – Municípios com maior número de ocupações
Tabela – São Paulo – Municípios com maior número de famílias em ocupações
Gráfico – São Paulo – Municípios com maior número de famílias em ocupações
Tabela – São Paulo – Microrregiões com maior número de ocupações
Tabela – São Paulo – Microrregiões com maior número de famílias em ocupações
DATALUTA SÃO PAULO – ASSENTAMENTOS – desde 1981
Tabela - São Paulo – Total de assentamentos rurais, segundo municípios com maior número de assentamentos
Tabela – São Paulo - total de assentamentos rurais
Mapa – São Paulo – Número de assentamentos rurais por Município
DATALUTA PONTAL – OCUPAÇÕES – desde 1990
Tabela – Pontal do Paranapanema – Ocupações por município e por ano
Gráfico – Pontal – Ocupações por município
Gráfico – Número de famílias em ocupações por município
Mapa – Pontal do Paranapanema – Ocupações por município
DATALUTA PONTAL – ASSENTAMENTOS – desde 1984
Tabela – Pontal – Assentamentos rurais por município
Gráfico – Pontal – Assentamentos rurais por município
Tabela – Pontal – Assentamentos rurais por ano
Gráfico – Pontal - Assentamentos rurais por ano
Tabela – Pontal – Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema por município e ano
Mapa – Pontal do Paranapanema – Assentamentos por município

Figura – 2

Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2002

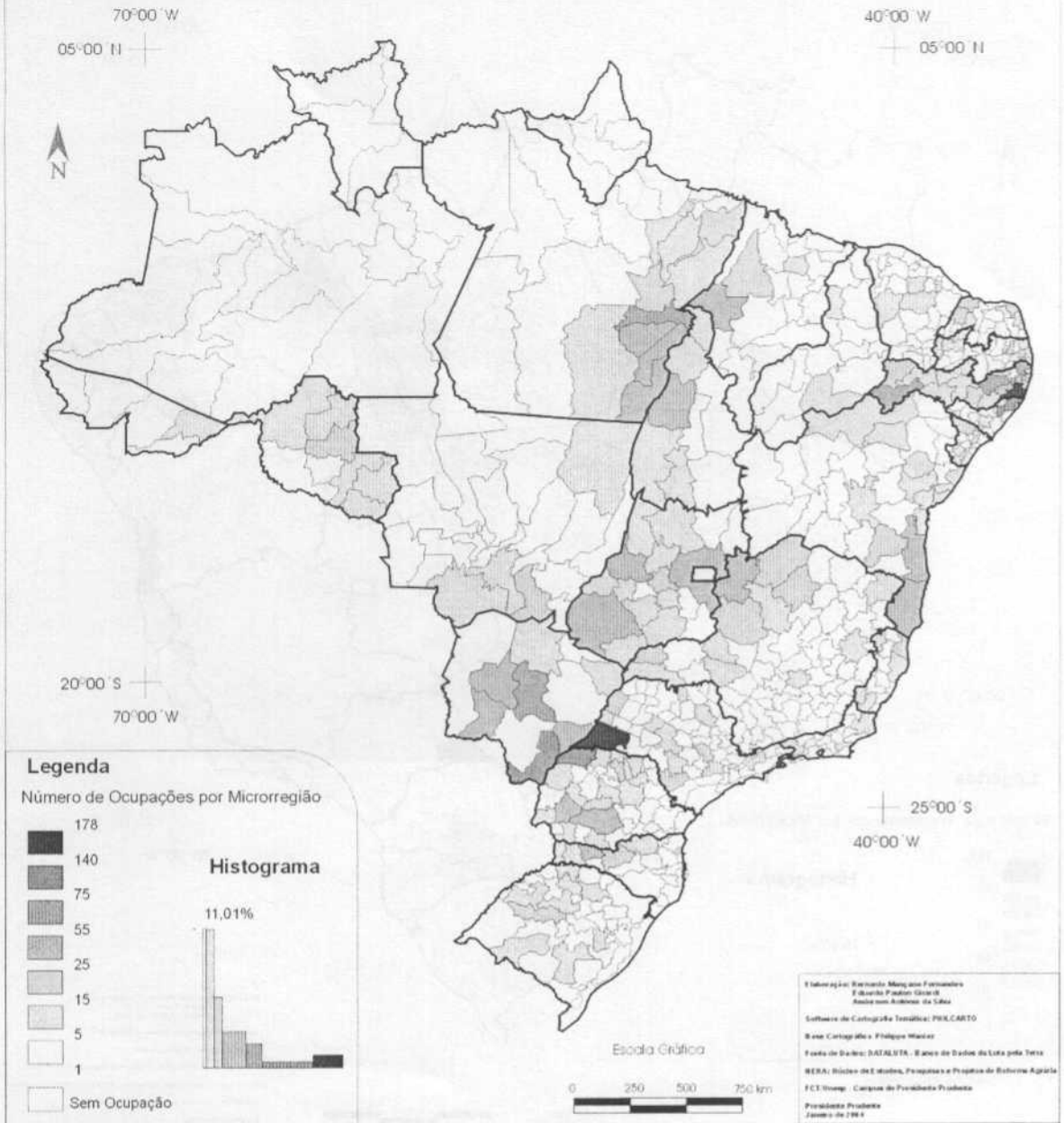


Figura - 3

Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1955-2002

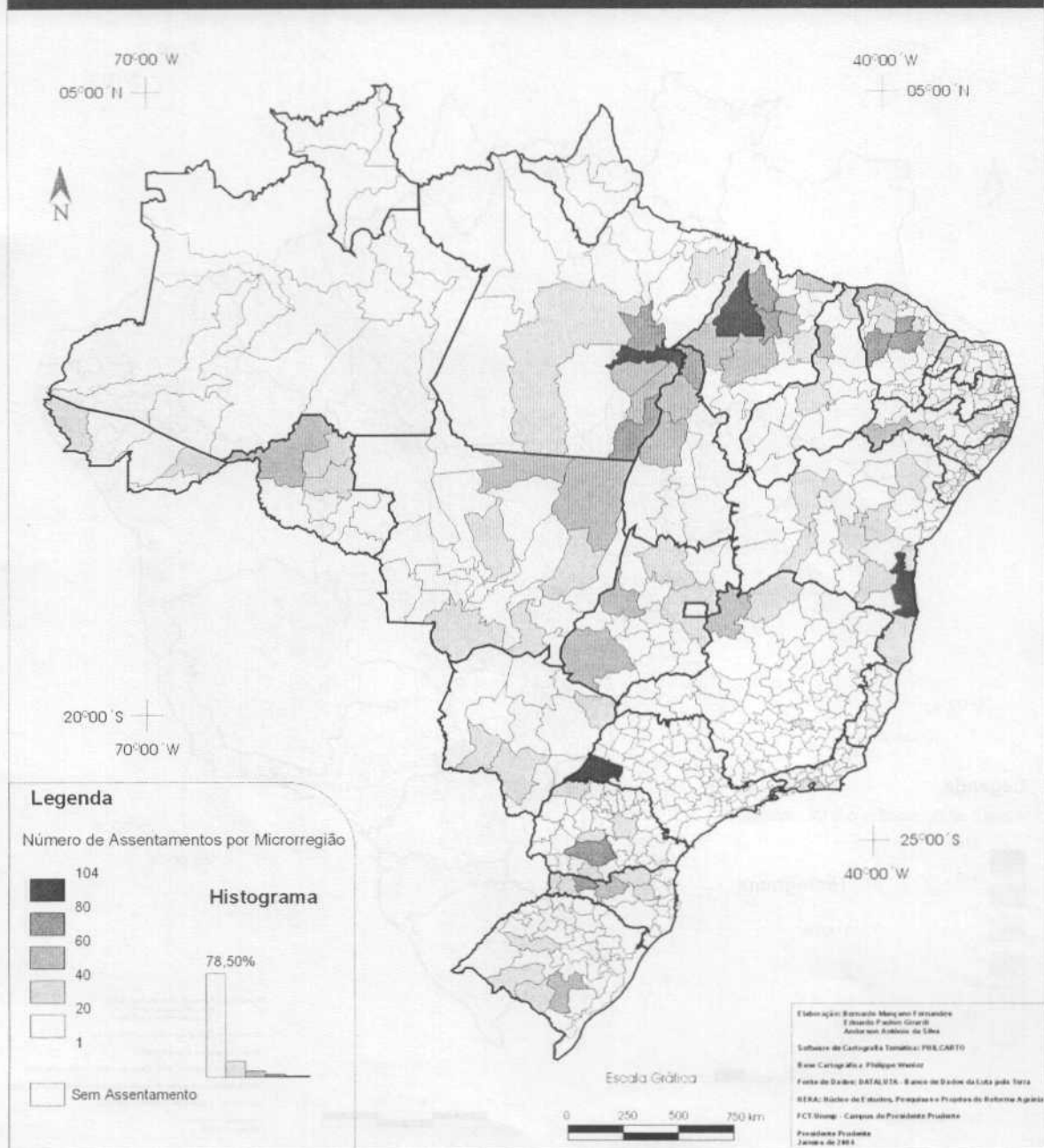


Gráfico 1 - Brasil - Numero de Ocupações de Terras por Estado - 1988 - 2003

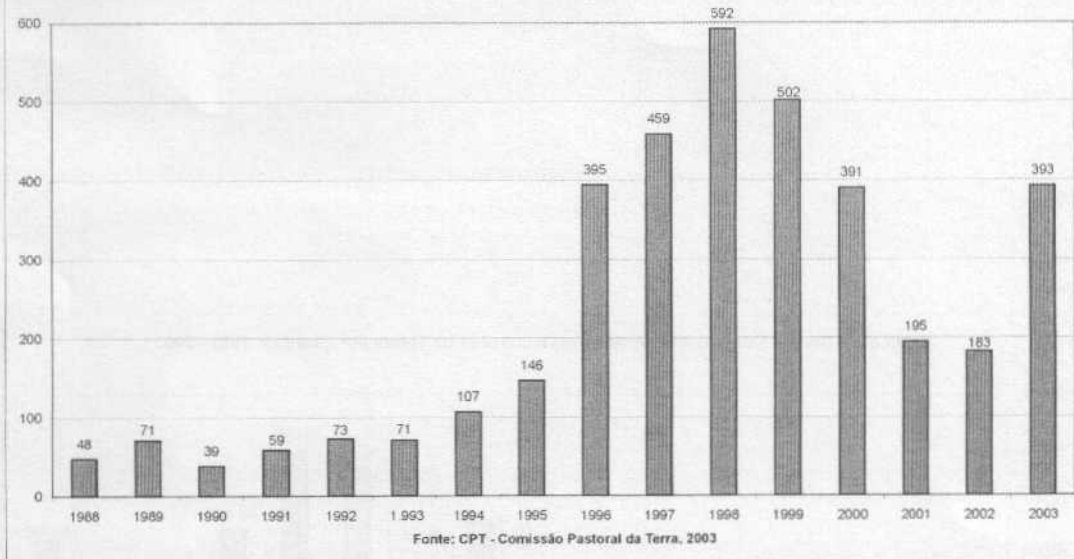


Gráfico 2 - Brasil - Numero de Famílias em Ocupações de Terras por Estado - 1988 - 2003

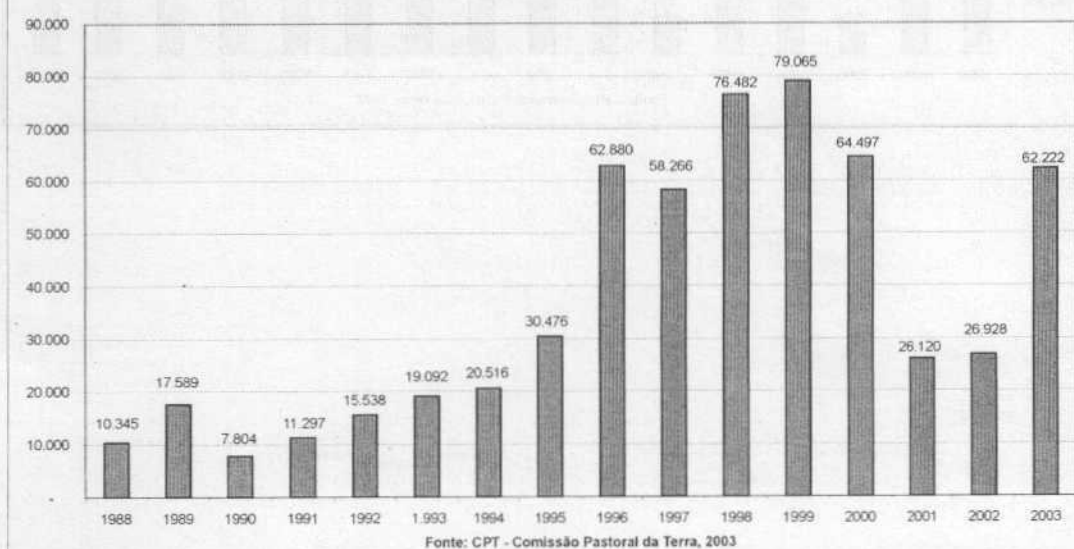
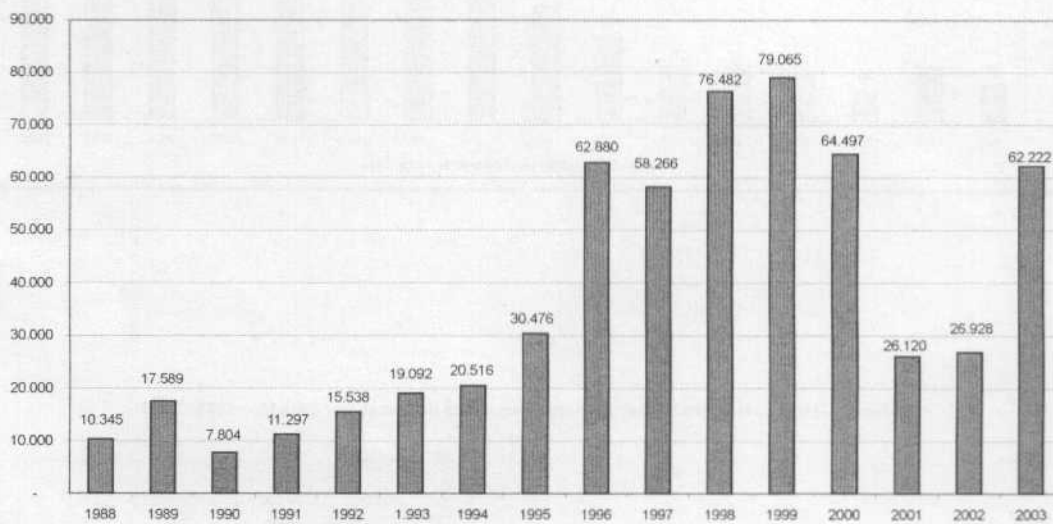


Gráfico 2 - Brasil - Numero de Familias em Ocupações de Terras por Estado - 1988 - 2003



Fonte: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2003

Tabela 1 – Brasil – Total de ocupações e de famílias por estado e macrorregiões – 1988 – 2002

Região/UF	Nº Ocupações	%	Nº Famílias	%
NORTE	383	10,8	53.073	9,8
AC	15	0,42	1.390	0,26
AM	4	0,11	2.024	0,37
AP	1	0,03	50	0,01
PA	241	7	37.774	6,97
RO	47	1	7.053	1
RR	2	0,06	48	0,01
TO	73	2	4.734	1
NORDESTE	1.358	38,3	199.215	36,8
AL	156	4	27.206	5
BA	220	6	41.087	8
CE	47	1	6.109	1
MA	74	2	11.282	2
PB	92	3	10.611	2
PE	590	17	76.718	14
PI	43	1	4.921	1
RN	85	2	10.878	2
SE	51	1	10.403	2
CENTRO OESTE	632	17,8	95.968	17,7
DF	10	0,28	849	0,16
GO	185	5	21.820	4
MS	363	10	55.392	10
MT	74	2	17.907	3
SUDESTE	642	18,1	99.744	18,4
ES	53	1	7.657	1,4
MG	245	7	22.740	4,2
RJ	32	1	5.495	1,0
SP	312	9	63.852	11,8
SUL	531	15,0	94.070	17,4
PR	324	9	40.177	7,4
RS	107	3	39.266	7,2
SC	100	3	14.627	2,7
BRASIL	3.546	100,0	542.070	100,0

Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra

Sistematização de dados – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003.

Tabela 2 - Brasil – Total de Assentamento Rurais, Famílias e Áreas por Estado e Macrorregiões 1955 – 2002

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
NORTE	1.014	16,6	250.623	38,0	19.586.366	55,5
AC	81	1,32	15.514	2,35	1.078.743	3,1
AM	41	0,67	24.789	3,75	3.737.340	10,6
AP	31	0,51	9.129	1,38	1.391.591	3,9
PA	456	7	117.318	17,77	6.092.954	17,3
RO	126	2	37.219	6	2.661.740	7,5
RR	35	0,57	27.255	4,13	3.637.332	10,3
TO	244	4	19.399	3	986.666	2,8
NORDESTE	2.821	46,1	225.105	34,1	7.209.944	20,4
AL	67	1	7.310	1	52.614	0,1
BA	456	7	37.476	6	1.185.025	3,4
CE	543	9	25.392	4	877.838	2,5
MA	620	10	77.876	12	3.189.540	9,0
PB	199	3	12.178	2	196.374	0,6
PE	305	5	17.538	3	230.510	0,7
PI	300	5	24.349	4	977.351	2,8
RN	229	4	16.214	2	397.869	1,1
SE	102	2	6.772	1	102.823	0,3
CENTRO OESTE	744	12,2	108.102	16,4	5.998.229	17,0
DF	5	0,08	431	0,07	4.181	0,0
GO	245	4	15.877	2	662.188	1,9
MS	119	2	19.067	3	507.153	1,4
MT	375	6	72.727	11	4.824.707	13,7
SUDESTE	571	9,3	38.630	5,9	1.092.055	3,1
ES	68	1	3.178	0,5	32.860	0,1
MG	251	4	15.958	2,4	670.555	1,9
RJ	65	1	6.671	1,0	82.886	0,2
SP	187	3	12.823	1,9	305.754	0,9
SUL	966	15,8	37.880	5,7	1.384.216	3,9
PR	357	6	20.138	3,0	570.932	1,6
RS	294	5	12.161	1,8	264.057	0,7
SC	315	5	5.581	0,8	549.227	1,6
BRASIL	6.116	100,0	660.340	100,0	35.270.810	100,0

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003.

Escala Estadual – DATALUTA – SÃO PAULO

Composto pelas versões: ocupações, acampamentos e assentamentos, o DATALUTA – SÃO PAULO é elaborado a partir das seguintes fontes: ITESP, DATALUTA – BRASIL, levantamento de dados em jornais verificados durante a pesquisa por telefone junto às regionais do MST. As atualizações são feitas mensalmente para as versões ocupações e acampamentos. A versão assentamentos é atualizada anualmente.

A respeito do número de ocupações e de famílias, levantamos dados desde 1989. Quanto aos números de assentamentos, de famílias e área em hectares, organizamos os dados desde 1981. Em janeiro de 2004, começamos a levantar e acompanhar informações referentes ao número de acampamentos e famílias acampadas.

As informações das versões estudadas são processadas parte no **Access** e parte no **Excel**, de maneira que a consulta de qualquer um dos dados registrados possa ser feita imediatamente por meio de filtros. A partir destes registros elaboramos tabelas e gráficos dos municípios e microrregiões conforme representado do quadro 1.

Para as atualizações do DATALUTA – SÃO PAULO, na versão ocupações, mensalmente extraímos do acervo de jornais do NERA, dados que são checados junto às regionais¹ do MST para conferição dos números e de outras ações não registradas pelos jornais. Essas informações, anualmente, são somadas aos dados filtrados do DATALUTA – BRASIL, referentes ao Estado de São Paulo. A atualização dos dados do número de acampamentos e de famílias acampadas da versão DATALUTA – SÃO PAULO também é feita por telefone com as regionais do MST.

Na atualização da versão assentamentos, exportamos do DATALUTA – BRASIL o número de projetos de assentamentos, famílias e área em hectares. A essa relação acrescentamos anualmente o número de projetos de assentamento criados no Estado de São Paulo, segundo dados fornecidos pelo ITESP.

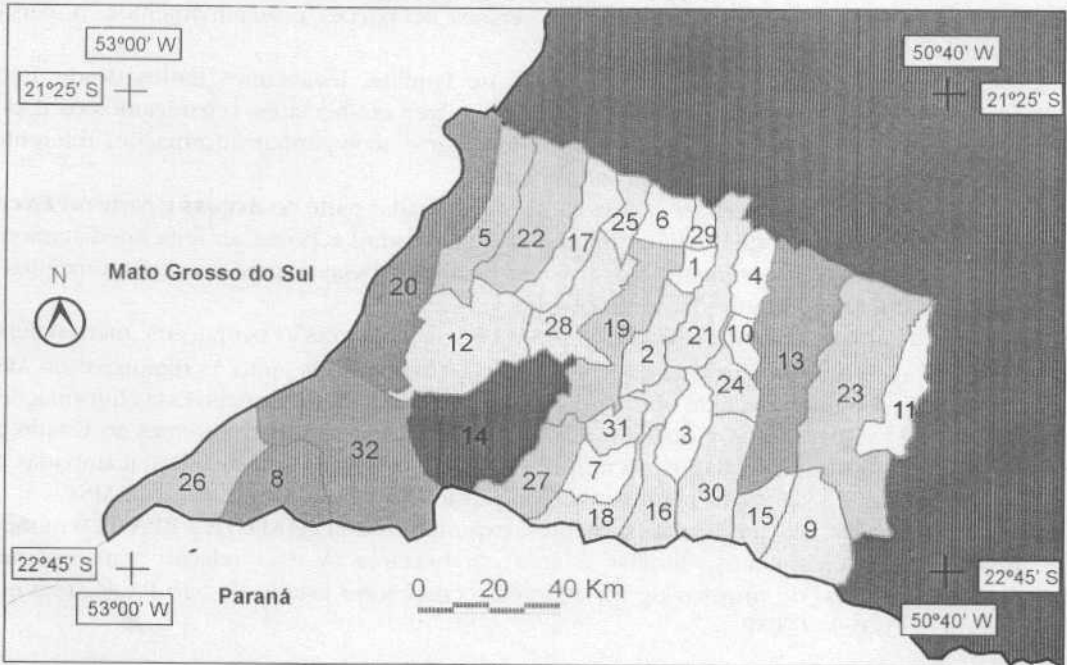
Escala Microrregional – DATALUTA - PONTAL

Elaborado a partir dos dados filtrado do: DATALUTA – SÃO PAULO, o DATALUTA – PONTAL organiza dados nas versões: ocupações, acampamentos e assentamentos. A exemplo da versão em escala estadual, as atualizações são feitas mensalmente para as versões ocupações e acampamentos, bem como a versão assentamentos é atualizada anualmente. Para representação dos dados, elaboramos mapas, gráficos e tabelas por municípios e por ano, conforme demonstrados nos exemplos das figuras 4 e 5 a seguir:

¹ São 10 as regionais do MST territorializadas no Estado de São Paulo. São elas: regional Pontal, Andradina, Promissão, Iaras, Itapeva, Sorocaba, Ribeirão Preto, Campinas, Grande São Paulo e Vale do Paraíba.

Figura - 4

Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações de Terras
Período de 1990 - 2003



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

Legenda

- Limite Estadual
- Limite Municipal

- 129 ocupações
- 21 a 30 ocupações
- 11 a 20 ocupações
- 1 a 10 ocupações
- 0 ocupações

Localização no Estado de São Paulo

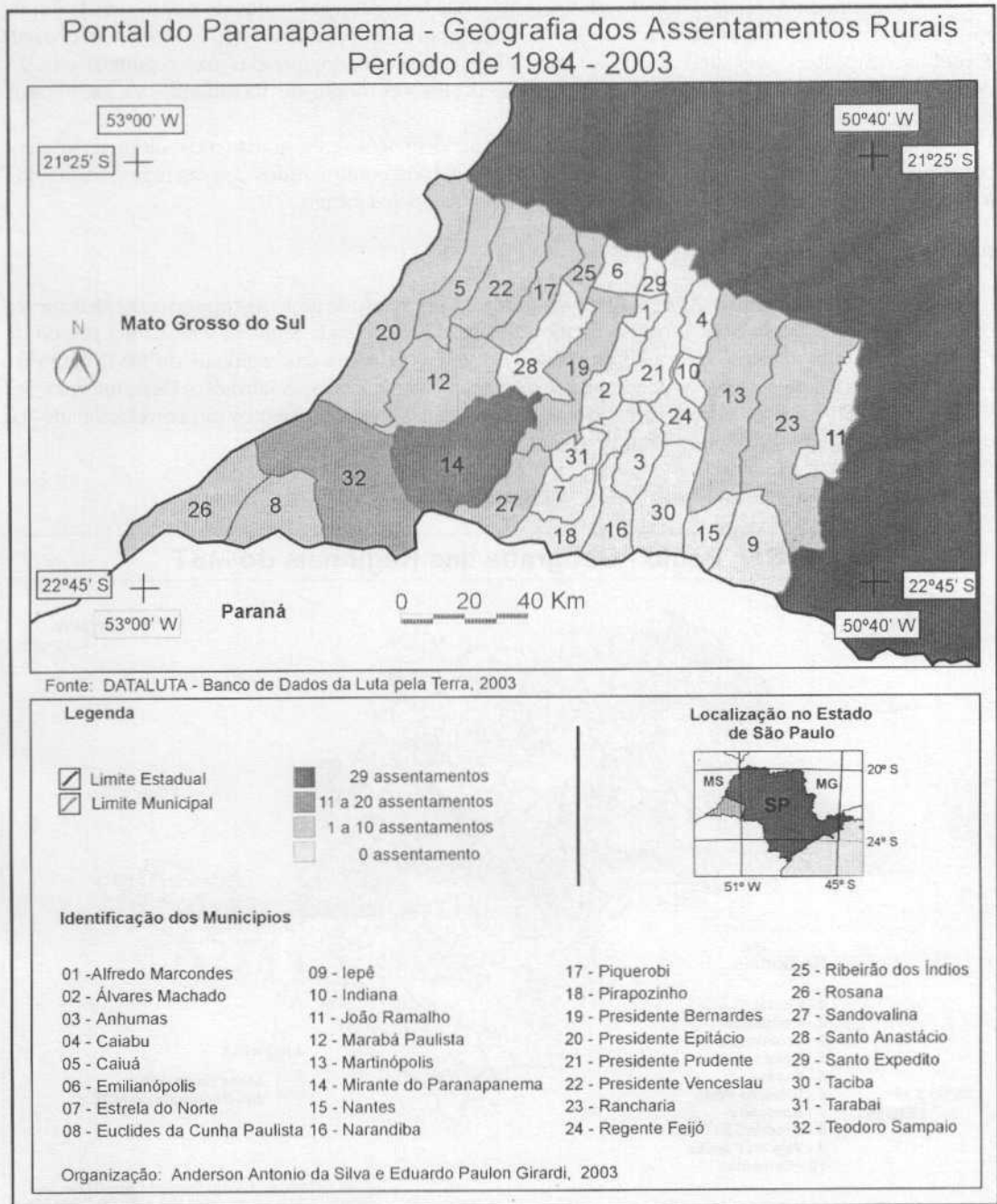


Identificação dos Municípios

- | | | | |
|---------------------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes | 09 - Iepê | 17 - Piquerobi | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado | 10 - Indiana | 18 - Pirapozinho | 26 - Rosana |
| 03 - Anhumas | 11 - João Ramalho | 19 - Presidente Bernardes | 27 - Sandovalina |
| 04 - Caiabu | 12 - Marabá Paulista | 20 - Presidente Epitácio | 28 - Santo Anastácio |
| 05 - Caiuã | 13 - Martinópolis | 21 - Presidente Prudente | 29 - Santo Expedito |
| 06 - Emilianópolis | 14 - Mirante do Paranapanema | 22 - Presidente Venceslau | 30 - Taciba |
| 07 - Estrela do Norte | 15 - Nantes | 23 - Rancheira | 31 - Tarabai |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 16 - Nandubá | 24 - Regente Feijó | 32 - Teodoro Sampaio |

Organização: Anderson Antonio da Silva e Eduardo Paulon Girardi, 2003

Figura – 5



Mensalmente, desde o ano de 1989, por meio de levantamento realizado nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Imparcial², registramos em planilhas eletrônicas do **Microsoft Excel** as ocupações noticiadas por esses periódicos. Essas são organizadas nas seguintes escalas: estadual, microrregional e municipal, e por nome do imóvel, nome do movimento socioterritorial, número de famílias e data.

Então, atualizadas as planilhas, filtramos as ocupações registradas nos últimos 30 dias, contados sempre a partir do dia 10 de cada mês. Por telefone confirmamos com as regionais do MST a existência dessas ocupações e de outras não registradas pelos jornais.

Pesquisa por telefone

Mensalmente, desde 2002, realizamos pesquisa por telefone junto às regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Em cada regional temos uma pessoa de referência que nos informa a respeito das ações do MST (ver mapa das regionais do MST, figura 6). Levantamos dados de ocupações de terras, dos acampamentos e sua espacialização. Essas informações são confrontadas com os dados levantados dos jornais. A esses procedimentos são correlacionados os dados do DATALUTA Brasil, por meio de filtragem em escala estadual.

Figura – 6



A pesquisa por telefone nos permite registrar mensalmente quantos são as ocupações e onde estão localizados os acampamentos de famílias sem-terra. Esse procedimento é inédito, pois até então o levantamento desse tipo de luta popular era feito apenas uma vez com o registro do ato de acampar, de modo que não possibilitava o acompanhamento do movimento da luta.

Com o levantamento mensal dos dados e contato permanente com os sujeitos da luta pela terra, podemos obter as informações necessárias para acompanhar as mudanças de localização dos acampamentos, por causa de despejos ou pelo desenvolvimento da própria luta. Desse modo, podemos também documentar o aumento ou diminuição do número de famílias acampadas. Com essa tabela,

² O jornal O Imparcial é impresso na Cidade de Presidente Prudente

podemos acompanhar a trajetória do acampamento, a sua espacialização por diversos municípios.

Na tabela 3, a seguir, de dezembro de 2003, apresentamos um exemplo deste trabalho. É importante observar que não há uma relação direta entre os números de ocupações e de acampamentos, como também não há entre os números de famílias que participaram de ocupações e o número de famílias que estão acampadas. Pois um acampamento pode se movimentar para outros municípios e desse modo fica registrada apenas a ocupação da terra naquele município, enquanto as famílias estão acampadas em outro município.

DATALUTA – MST / Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPcor), PROEX e PAE

Desde 2002, com o apoio do programa Políticas da Cor na Educação Brasileira - PPcor, financiado pela Fundação Ford, da PROEX – Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP e do PAE – Programa de Apoio ao Estudante da UNESP, criamos o DATALUTA – MST.

Essas formas de apoio têm por objetivo a permanência de alunos e alunas na universidade, com destaque para o programa Ppcor que promove os alunos negros. Todos os programas enfatizam a relação ensino – pesquisa – extensão, bem como a relação universidade – comunidade. Nesse sentido, os alunos – pesquisadores – bolsistas do DATALUTA –MST / PPcor foram selecionados a partir dos seguintes critérios: ser negro e vinculado ao MST.

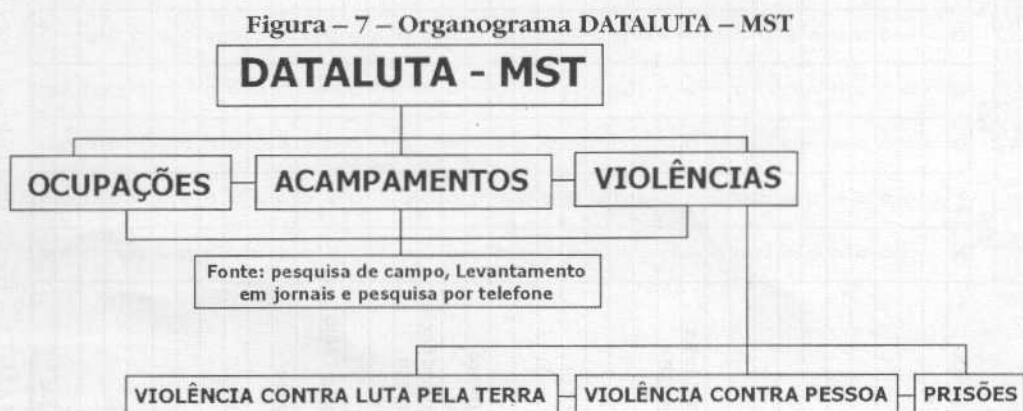
Metodologia do DATALUTA - MST

Com a criação dessa nova versão do DATALUTA, qualificamos metodologicamente nossa compilação de dados, uma vez que passamos a realizar a pesquisa primária e reunir informações somente de ações referentes ao MST.

Informações a respeito de ocupações, acampamentos e violências são coletadas por dezenove pesquisadores de campo, distribuídos nas seguintes unidades federativas: TO, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, SP, PR, SC, RS, MS, MT e GO. Esse levantamento é registrado mensalmente em planilhas eletrônicas do *Microsoft Excel* e enviado ao NERA, via correio eletrônico, onde são sistematizados por dois pesquisadores.

São três os tipos de planilhas utilizados para fazer o registro das informações: uma para o envio dos dados de ocupações, outra para o envio dos dados de acampamentos e a terceira para preenchimento das informações referentes às diferentes formas de violências sofridas pelos trabalhadores: prisão, violência contra a pessoa e contra a luta pela terra. No organograma do DATALUTA – MST (ver figura 7), demonstramos como sua estrutura encontra-se organizada.

A coleta e o envio destas informações seguem os seguintes procedimentos metodológicos. Uma vez por mês, os pesquisadores do NERA enviam, via Internet, as planilhas aos pesquisadores de campo. Eles obtêm as informações, ao longo do mês, através de contato direto com os coordenadores regionais do MST ou por telefone. Essas informações são registradas nas planilhas e reenviadas, via Internet, ao NERA para sistematização. Esses dados são representados em diferentes escalas espaço – temporal, por meio de mapas³ com a espacialização da luta pela terra (figuras 8, 9, 10 e 11), tabela 4 e nos gráficos 4, 5, 6 e 7, apresentados a seguir:



³ Os mapas apresentados neste artigo estão disponibilizados em www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Tabela 3 – São Paulo – Acompanhamento Mensal do Número de Ocupações e Famílias por Município e do Número Total de Acampamentos e famílias acampadas por ano.

MUNICÍPIOS	Acompanhamento Mensal do Número de Ocupações por Município - Até 31 de Dezembro - 2003												Total de Acampamentos até Dezembro de 2003													
	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez		Nº Acamp	Fam
	O*	F**	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F	O	F		
Adamantina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alambari	0	0	0	0	1	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	50	0	1	50
Andradina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	50	0	1	150
Araçatuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bauru	0	0	0	0	0	0	1	130	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Birigui	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	150	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajamar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	600
Campinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	450
Castilho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	407
Colina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Euclides da Cunha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	150
Franco da Rocha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	180
Guaracai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	57
Guarantã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	62
Iaras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	250
Ilha Solteira	0	0	0	0	0	2	120	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	50
Itaberá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	200
Itapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	20
Luiziânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	400
Marabá Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	87
Mogi Guaçu	0	0	0	0	0	0	2	240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Independência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	30
Pereira Barreto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	280
Pirapozinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	490
Porto Feliz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3000
Presidente Epitácio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	70
Promissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	250
Ribeirão Preto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	230	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rosana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	350
Sandovalina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	85
Serrana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Serra Azul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	150
Sorocaba	0	0	0	0	1	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sumaré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suzanópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	240	0	0	0	0	0	1	15
Taubaté	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	440
Tremembé	0	0	0	0	1	215	3	340	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	200
TOTAL	0	0	0	0	5	935	7	830	0	0	3	210	5	840	0	0	1	240	1	53	292	101	0	0	38	8.473

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

*O – N° de Ocupações

**F – N° de Famílias

Figura – 8

Brasil - Geografia das Ocupações - MST - 2002



Figura - 9

Brasil - Geografia das Ocupações - MST - 2003



Figura – 10

Brasil - Geografia dos Acampamentos - MST - 2002



Figura - 11

Brasil - Geografia dos Acampamentos - MST - 2003

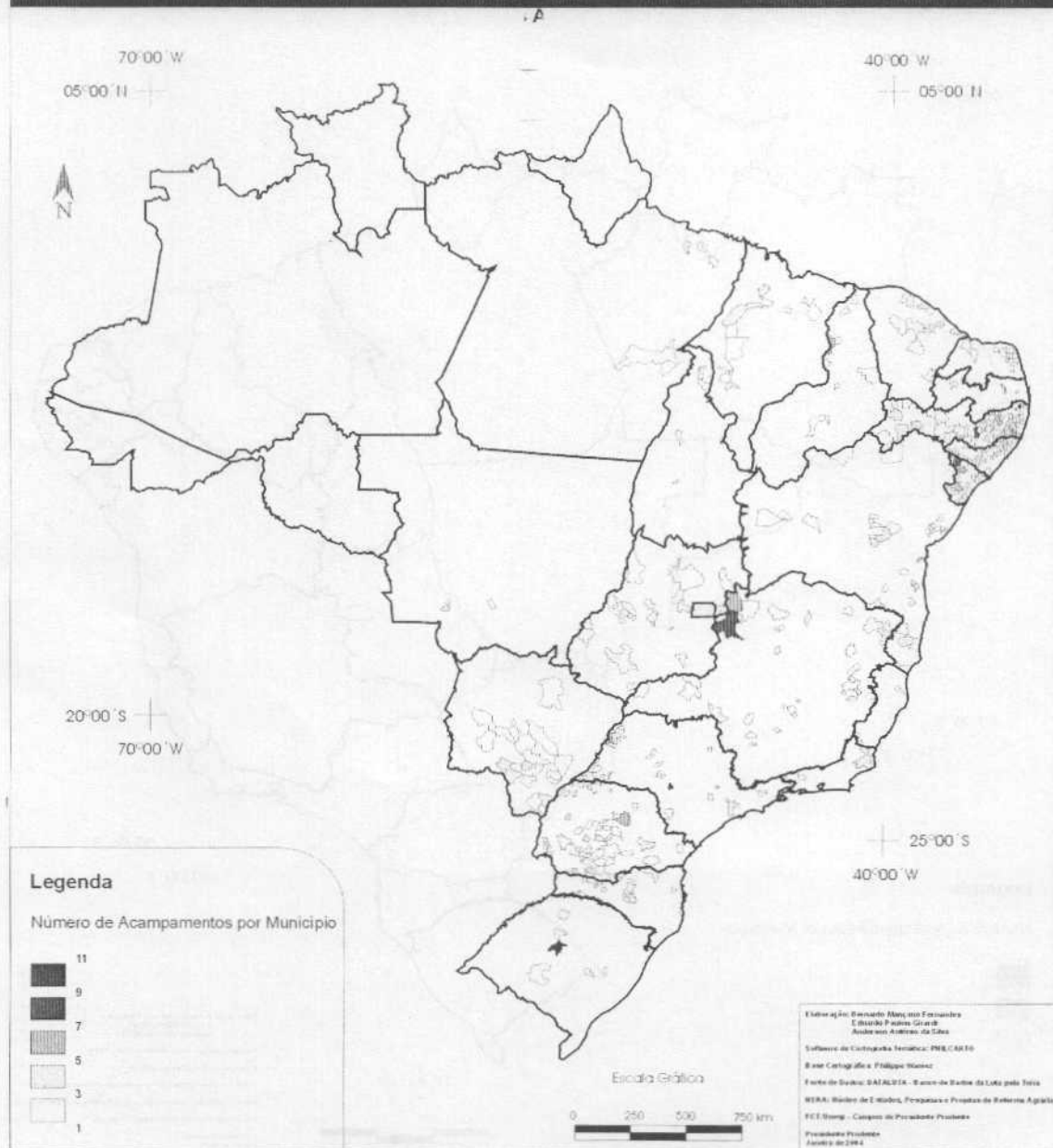
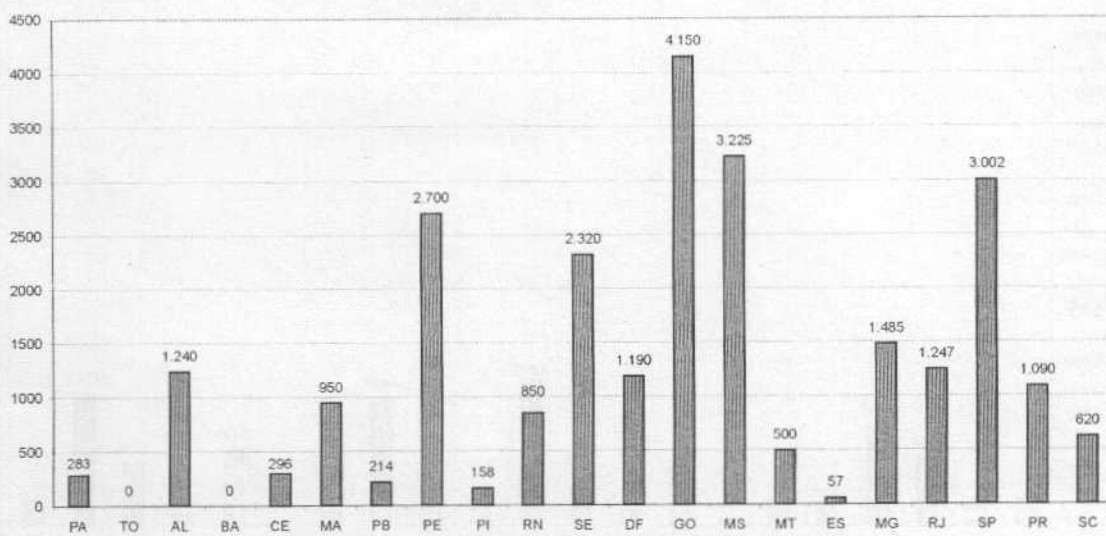
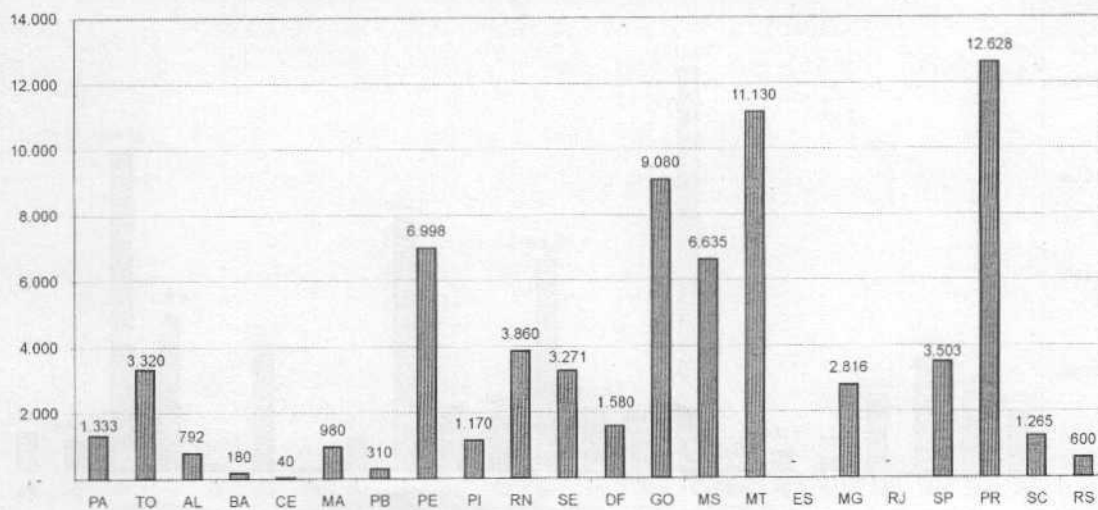


Gráfico 4 - Brasil - MST - Número de Famílias em Ocupações por Estado - 2002



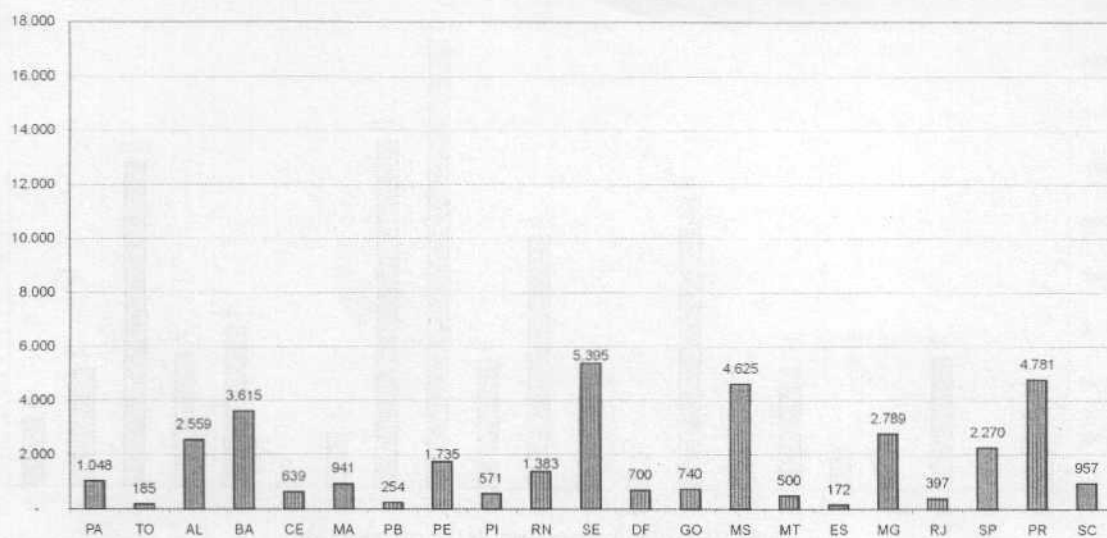
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002

Gráfico 5 - Brasil - MST - Número de Famílias em Ocupações por Estado - 2003



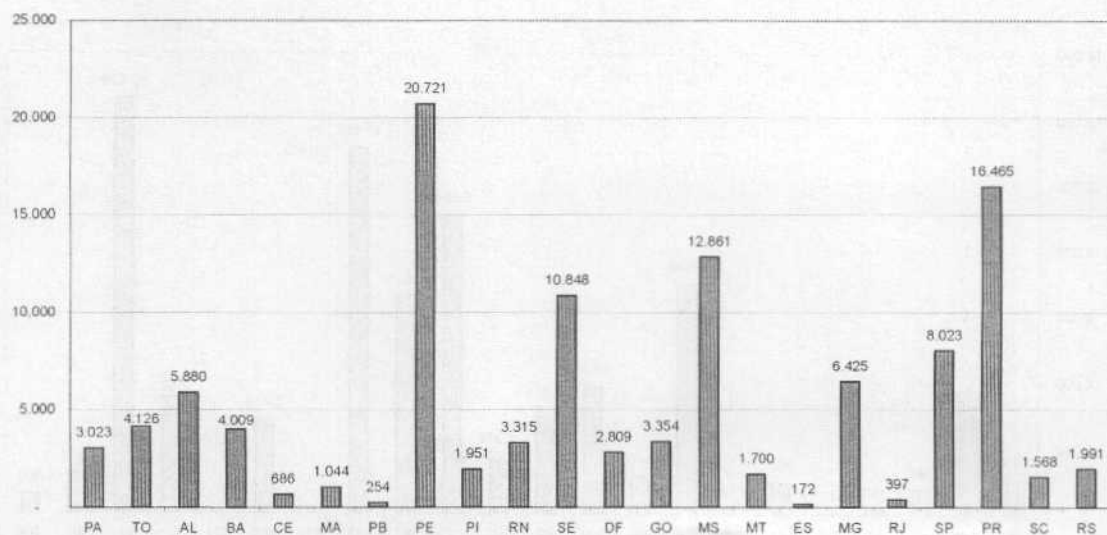
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

Gráfico 06 - Brasil - Número de Famílias Acampadas por Estado em Dezembro - 2002



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002

Gráfico 7 - Brasil - MST - Número de Famílias Acampadas por Estado em Dezembro - 2003



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

Tabela 4 - Brasil - MST- Número de Acampamentos e de famílias por Estado e Macrorregiões – Dezembro 2003

Região/UF	Nº Acampamentos	%	Nº Famílias	%
NORTE	20	3,0	7.149	8,5
PA	11	1,7	3.023	2,7
TO	9	1,4	4.126	5,8
NORDESTE	355	53,7	48.708	43,6
AL	49	7,4	5.880	5,3
BA	45	6,8	4.009	3,6
CE	14	2,1	686	0,6
MA	16	2,4	1.044	0,9
PB	4	0,6	254	0,2
PE	136	20,6	20.721	18,6
PI	16	2,4	1.951	1,7
RN	25	3,8	3.315	3,0
SE	50	7,6	10.848	9,7
CENTRO OESTE	86	13,0	20.724	18,6
DF	24	3,6	2.809	2,5
GO	21	3,2	3.354	3,0
MS	39	5,9	12.861	11,5
MT	2	0,3	1.700	1,5
SUDESTE	85	12,9	15.017	13,5
ES	3	0,5	172	0,2
MG	41	6,2	6.425	5,8
RJ	5	0,8	397	0,4
SP	36	5,4	8.023	7,2
SUL	115	15,1	20.024	16,2
PR	80	12,1	16.465	14,8
SC	20	3,0	1.568	1,4
RS	15	2,3	1.991	1,8
BRASIL	661	100,0	111.622	100,0

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

Referencial teórico do DATALUTA

O referencial teórico do DATALUTA é o paradigma da questão agrária (Fernandes, 2001). Compreendemos que as lutas pela terra e na terra acontecem no processo de diferenciação do campesinato no seio do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo (Fernandes, 2000).

Os mapas, gráficos e tabelas do DATALUTA possibilitam compreender os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. São referências importantes para analisarmos as ações dos movimentos socioterritoriais e as políticas governamentais.

Em nossos trabalhos de sistematização realizamos uma leitura geográfica desses processos, como por exemplo, na organização dos dados em diferentes escalas geográficas e a leitura da produção do espaço, como demonstrado no mapa das regionais criadas pelo MST.

Nesse sentido é importante discutir uma certa aversão que alguns pesquisadores possuem para com a utilização de dados quantitativos. A utilização desses dados é fundamental para uma análise teórica e política das realidades da questão agrária no Brasil. A falta de acesso aos dados é um impedidor para uma análise mais ampla da questão em estudo. O acesso e o controle dos dados é fundamental para acompanhar de modo rigoroso a polêmica a respeito

dos números da reforma agrária.

Os dados apresentados neste texto podem ser utilizados das mais diferentes formas. O que determina o tipo de leitura é o paradigma adotado pelo autor. Nesse sentido, pretendemos que os dados do DATALUTA possam contribuir com o desenvolvimento da luta pela terra e na terra, na luta pela reforma agrária e no desenvolvimento socioterritorial dos assentamentos rurais.

Considerações finais

Os dados do DATALUTA vêm sendo muito utilizados em instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiros, de diferentes áreas do conhecimento, na realização de seus projetos de pesquisa de graduação e pós-graduação, na elaboração de textos científicos para publicação, na realização de políticas públicas e por jornalistas de periódicos diversos.

O DATALUTA é também utilizado pelo MST em distintos projetos de desenvolvimento e para a realização de estudos.

Durante a elaboração dos dados, os bolsistas desenvolvem vários procedimentos de modo a adquirirem conhecimentos a respeito da representação e análise dos dados estudados. Essa prática relacionada com as leituras realizadas para debate nos colóquios do NERA, possibilita uma melhor formação dos alunos pesquisadores.

Todas as versões dos DATALUTA são sistematizadas e organizadas em um relatório que é publicado anualmente. Esta publicação é enviada aos órgãos financiadores do projeto, ao MST e ao Centro de Memória da Unesp, onde funciona o Fundo de Documentação do MST. Estes conteúdos são disponibilizados no sítio do NERA e podem ser acessados pelos interessados.

Desde das pesquisas primária e secundária à sistematização, organização e representação das informações, desenvolve-se um processo de construção do conhecimento através de uma leitura da realidade da questão agrária. Esse processo tem contribuído com a compreensão dessa realidade.

Bibliografia

- Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo, 2002*. Goiânia: Edições Loyola, 2003.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Convenio UNESP/MST/PROEX. Relatório 2003 – Versão preliminar. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT – Campus de Presidente Prudente.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Convenio UNESP/MST/PPcor. Relatório 2003 – Versão preliminar. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT – Campus de Presidente Prudente.
- FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V.; HEES, D. R. *Comunicação Cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

**BARBÁRIE E MODERNIDADE:
AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL¹**

**Barbárie y Modernidad:
Las transformaciones en el campo y el agronegocio en Brasil**

**Barbarity and Modernity:
The transformations in the agriculture and the agribusiness in the
Brazil**

Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do
Departamento de Geografia – FFLCH – USP
Correio eletrônico: arioliv@usp.br

RESUMO: Este texto aborda as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. De um lado está a marca da barbárie que deriva da ação dos latifundiários contra os Sem Terra. A luta intensa por direitos dos movimentos sociais na última década do Século XX, está sendo marcada pela violência dos conflitos e dos assassinatos no campo.

De outro, está a participação cada vez mais expressiva do agronegócio na economia em geral e, particularmente, na pauta de exportações do país. Procura-se desvendar o mundo do agronegócio, através de uma demonstração exaustiva de dados que revelam ser a pequena e a média unidade de produção, as responsáveis pela maior parte da produção agropecuária.

O texto aborda também o lugar do agronegócio no conjunto do capitalismo mundializado. Trata igualmente, das características básicas do processo de mundialização e da atuação do capital na agricultura.

A Reforma Agrária é analisada como alternativa importante para o desenvolvimento econômico, social e político para os camponeses Sem Terra do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura brasileira, agricultura camponesa, movimentos sociais, conflitos no campo, agronegócio e mundialização.

RESUMEN: Este texto, "Barbárie y Modernidad: Las transformaciones en el campo y el agronegocio en Brasil" aborda las contradicciones del desarrollo del capitalismo en la agricultura brasileña. Por un lado está la marca de la barbárie que es fruto de la acción de los terratenientes contra los Sin Tierra. La intensa lucha por derechos de los movimientos sociales en la última década del siglo XX, está siendo marcada por la violencia de los conflictos y de los asesinatos en el campo.

Por otro, está la participación cada vez más expresiva del agronegocio en la economía en general y, particularmente, en la pauta de exportaciones del país.

Se intenta desvendar el mundo del agronegocio, por medio de una exhaustiva demostración de datos que revelan ser la pequeña y la media unidad de producción, la responsable por la mayor parte de la producción agropecuaria.

El texto también aborda el lugar del agronegocio en el conjunto del capitalismo mundializado.

La Reforma Agrária es analisada como alternativa importante para el desarrollo económico, social y político para los campesinos Sem Tierra del Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Agricultura brasileña, movimientos sociales, conflictos en el campo, agronegocio, mundialización.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 113-156	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada para discussão em reunião da CPT Nacional – Goiânia-GO 22/10/2003. A segunda versão ampliada, foi apresentada no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguçu – PR, 19 a 24 de Janeiro de 2004.

ABSTRACT: This study "Barbarity and Modernity: the transformations in the agriculture and the agribusiness in the Brazil" is about the development of capitalism on Brazilian agriculture. There is the barbarity of the farmers against the Sem Terra. This intense fight is for social rights development at the last decade of the 20th Century, it has been marked to the violent conflicts and murders on the field.

On the other side, there are the greater participation of agribusiness on the economy, at the exportation in particular. Discovering the agribusiness world through statistics they have shown that small and medium rural property were the responsible for the biggest production.

The paper is about the capitalism and agribusiness in the globalization, too.

The Land Reform is analyzed as an important alternative to the economic, social and political development for Sem Terra peasants.

KEY WORDS: Brazilian agriculture, social movement, field conflicts, agribusiness and globalization.

INTRODUÇÃO

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem também, na recusa em aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso a terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo. Como tenho escrito em meus textos, não se trata, pois de um retorno ao passado, mas, de um encontro com o futuro.

A incansável luta pelo acesso a terra no Brasil, tem esta dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. No Brasil, há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de "tempo parcial" (*part-time farmer*). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam com apoio de parte da mídia brasileira que o campo urbanizou-se e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o "novo rural brasileiro", o "rururbano". O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a "estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem", como contou-nos um dia o genial economista José Juliano de Carvalho Filho da FEA-USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária do Governo LULA. Há também, entre estes intelectuais, aqueles que travam uma "briga falsa" com as estatísticas do IBGE. Como este Instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, este critério dos tempos getulistas, "esconderia" um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para eles, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é também nesta "ficção virtual da também virtual teoria" uma população rural.

Assim, o Brasil rural virou urbano ou então, o Brasil urbano virou rural. Certamente, nem mesmo os mais dialéticos dos filósofos imaginaria tamanha "dialética do virtual". Para estes intelectuais, que no campus universitário procuram entender o campo, as estatísticas servem *a priori* para justificar e fundamentar concepções contraditórias. É muito provável que nem um e nem outro tenha razão. É preciso ponderar que a amostragem das estatísticas da

PNAD está contaminada pela presença de grande número de amostras que caíram no urbano clandestino computado como rural. Não são somente as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas, há de fato, em todas as partes deste país continente, o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo. É possível, que tenha faltado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás, tem faltado realidade e Geografia do Brasil nos estudos destes intelectuais.

A BARBÁRIE

Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar as lutas travadas pelos movimentos sociais, procuram interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram. Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos, retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços, nem a repressão social democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não vêem esta realidade, são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para "entrarem na terra", para se transformarem em camponeses.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Mas, as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, vêem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privado capitalista da terra.

Assim, a lei vai sendo invocada por ambos: uns para mantê-la, outros para questionar o seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só, o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, sendo pública ela não é passível do reconhecimento da posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Mas, muitos magistrados apenas vêem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela Constituição. Neste momento, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça.

A luta e a própria Reforma Agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses processados e condenados. Instaura-se em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar os presos políticos em réus comuns. Aliás, de há muito neste país, história e farsa, farsa e história se confundem aos olhos dos mortais. Por isso, "por defender a implantação da Reforma Agrária no Brasil, 17 trabalhadores rurais ligados ao MST foram detidos em todo país. Em uma manobra para intimidar o Movimento, instâncias judiciais emitem mandados de prisão e abusam do seu poder. A detenção de cada um desses trabalhadores representa a prisão de todos os sem terra do Brasil, tratados como fora-da-lei por lutarem contra o latifúndio e pela terra".

Em São Paulo, foram três os militantes rurais detidos no Estado: José Rainha Júnior e Felinto Procópio, o Mineirinho, foram presos em 11 de julho, em Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, acusados de formação de bando e quadrilha. A esposa de Rainha, Deolinda Alves de Souza, foi detida em 10 de setembro. Suas prisões fazem parte de uma estratégia para criminalizar o MST que foi desencadeada pelo juiz Atis de Araujo que, em pouco mais de um

ano, decretou a prisão preventiva de 30 integrantes do Movimento, na região do Pontal. No Estado, a Justiça continua perseguindo os trabalhadores: a expedição de mandados de detenção inclui outros oito integrantes do MST: Cledson Mendes, Márcio Barreto, Messias Duda, Eduardo de Moraes, Zelitro Luz, Valmir Rodrigues Chaves, Sérgio Panteleão e Roberto Rainha.

No Estado da Paraíba, oito integrantes do MST... foram presos em junho de 2.002 ... Antônio Francisco da Silva, José Inácio da Silva, José Luiz dos Santos, José Martins de Farias, Marcelo Francisco da Silva, Severino José da Cruz, Severino Ramos dos Santos e Ivanildo Francisco da Silva...

No Estado de Goiás, desde 4 de julho ... quatro trabalhadores também foram presos: Josnei Dias, Claudinei Lúcio Soares dos Santos, Valdinei Vicente Silva e Milton Felipe de Moraes ... na cidade de Fazenda Nova.

No Mato Grosso do Sul, Carlos Aparecido Ferrari e Antonino Alves Lima, o Toninho Borborema, foram presos em 26 de agosto, na cidade de Dourados, em um presídio de segurança máxima. Os mandados de prisão estavam decretados desde dezembro de 2.000, quando o então juiz Eduardo Magrinelli Júnior decretou também a prisão de outros 19 trabalhadores rurais.²

São os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando as avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não ser compreendido pelas elites, em grande parte pela mídia, e o que tem sido mais cruel, não são reconhecidos por muitos intelectuais, cujo único trabalho tem sido ser pago com dinheiro dos próprios trabalhadores para pensar estratégias contra os mesmos. Dessa forma, parece que duas faces de um mesmo processo revelam que, em uma face está a realidade violenta e assassina das lutas no campo. Nela os latifundiários e seus jagunços continuam a assassinar os camponeses à bala. Na outra face, está uma parte dos intelectuais a "assassinar" em seus estudos os camponeses que lutam, morrem, mas continuam a lutar pelo direito de possuir no futuro, um pedaço de chão deste país continente apropriado privadamente por tão poucos.

Os números das estatísticas da CPT são implacáveis e revelam que os conflitos no campo seguem sua marcha ascendente. Em 2.000, aconteceram 660 conflitos; em 2.001, foram 880; em 2.002, registrou-se 925; e em 2.003 até o mês de novembro, já são 1.197 os conflitos. Entre os conflitos trabalhistas destacam-se aqueles relativos a superexploração e ao respeito aos direitos e particularmente, a presença do registro de 45 casos relativos à peonagem, também denominada de "trabalho escravo" em 2.001 e 147 em 2.002. Aliás, eles que diminuíram entre 1993 e 1998, quando foram registrados 14 casos, voltaram a crescer atingindo o maior número de casos desde 1990. A situação em 2003, segundo documento da CPT de 17/12/2003, recrudescceu:

"O trabalho escravo, apesar de toda a ação do governo, também apresenta considerável crescimento. Foram recebidas denúncias de 223 situações onde estaria havendo ocorrência de trabalho escravo, envolvendo um número de 7.560 pessoas. 51,7% maior que o total do ano 2002, com 147 situações, e 35% maior no número de pessoas, 5.559. 144 destas situações foram fiscalizadas e 4.725 trabalhadores libertados. O Pará continua sendo o estado com o maior número de ocorrências, 169 denúncias envolvendo 4.464 pessoas. 80 destas denúncias foram fiscalizadas (47,3% do total das denúncias) e 1.765 trabalhadores libertados".

Como se não bastasse a execrada existência e prática do "trabalho escravo", o limite da barbárie não tem fim. No dia 28 de janeiro de 2.004, quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram fuzilados quando realizavam vistorias em propriedades onde havia denúncia de "trabalho escravo":

"Fiscais de trabalho escravo são assassinados em Minas."

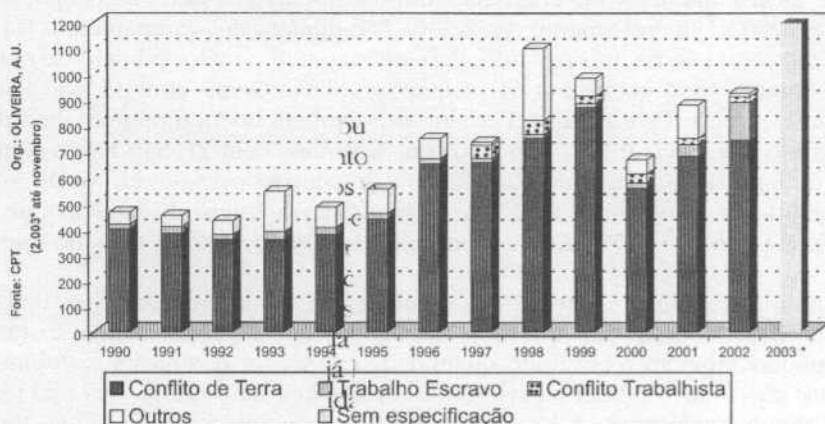
Três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram mortos com tiros na cabeça, ontem, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unai, no noroeste de Minas. Na região são comuns as denúncias de trabalho escravo. Eles fiscalizavam a colheita de feijão e costumavam receber ameaças de fazendeiros e de 'gatos' – pessoas que intermediam a contratação da mão-de-obra.³

² Jornal dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA, ano XXII, número 233 – setembro de 2.003, p. 10.

³ O Estado de São Paulo – 29/01/2004, primeira página, A1.

É, a já quase permanente barbárie que a modernidade capitalista produz no Brasil, para a sua contínua e histórica acumulação primitiva do capital. O **Gráfico 1** ilustra este processo recente.

Gráfico 01
BRASIL - CONFLITOS NO CAMPO - 1.990 a 2.003*

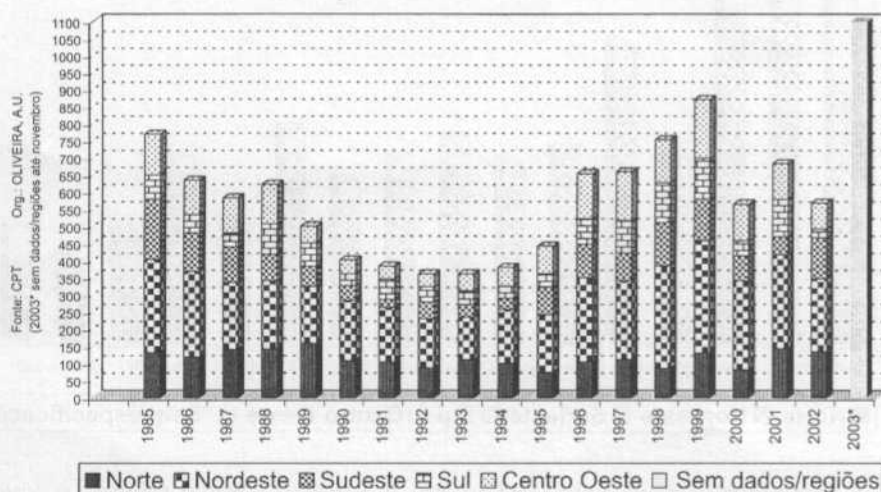


Sobre o crescimento dos conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra em 17/12/2003, manifestou-se da seguinte forma em sua nota à sociedade:

“A CPT registrou de janeiro a novembro deste ano, 1.197 conflitos no campo, número 36% maior que o registrado em igual período de 2002 (879). Destes, 181 foram no Pará, 160 em Pernambuco e 113 no Paraná”.

Os conflitos relativos a terra indicam, portanto, que após o crescimento contínuo entre 1993 e 1999, quando se saltou de 361 conflitos para 870, a pequena queda registrada no ano 2.000 (556 conflitos), não sinalizava um novo período de queda dos mesmos como havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2.001 e os 743 de 2.002, voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já em pleno século XXI. Inclusive, em 2003, eles atingiram 1.099 casos. (**Gráfico 02**)

Gráfico 02
BRASIL - CONFLITOS DE TERRA - 1985 a 2003*



Continuando, o documento da CPT sobre os dados atualizados referentes aos conflitos de terra em 17/12/2003, trouxe a essência que marcou a diferença na estratégia de ação

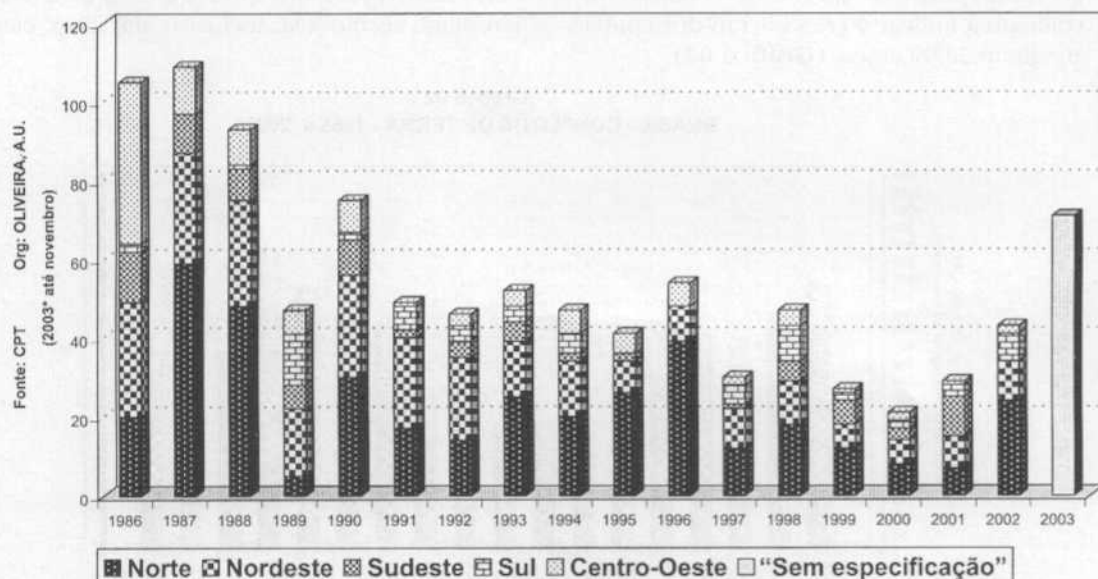
dos movimentos sociais face ao novo quadro conjuntural gerado pela vitória de LULA: **era necessário disputar politicamente o governo LULA**. E passaram a fazê-lo, pois, esta tem sido sua já longa história e suas conquistas somente nasceram das lutas. A continuidade da luta foi o caminho:

“Os conflitos de terra foram 1.099 até novembro de 2.003, contra 742 em 2.002. As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável, foram 328 ocupações, em 2003, contra 176, em 2002. Um crescimento de 86.36%. Já o número de acampamentos foi 209% maior neste ano, 198, contra 64 no ano passado. Pernambuco tem o maior número de ocupações, 83, seguido do Paraná, onde ocorreram 51 ocupações; Minas Gerais com 35, São Paulo com 23, Mato Grosso, 17, Goiás, 15, e Pará 14. Pernambuco também lidera o número de acampamentos com 40, seguido por Goiás e Pará com 24 cada, Tocantins com 21, São Paulo com 19 e Bahia com 15. O número de famílias que participaram de ocupações este ano foi de 54.368, contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6% a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087, contra 10.750, durante todo o ano passado, 310% a mais do que todo o ano de 2002.”

Quanto à distribuição territorial dos conflitos por terra verifica-se que, embora a maior parte violenta deles ocorram na Amazônia, as regiões brasileiras de ocupação historicamente antigas continuam também registrando quantidade expressiva dos mesmos. Assim, a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo ela está fechada como escreveram alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, leste a oeste.

Outro indicativo da barbárie produzida pela modernidade é sem dúvida alguma os assassinatos no campo. Eles que com pequenas oscilações vinham caindo entre 1.998 e 2.000 (de 38 para 20) também voltaram a aumentar em 2.001 chegando a 29 assassinatos; em 2002, subiu para 43; e até novembro de 2.003, foram 71. O estado do Pará continua sendo o estado aonde a violência chegou à cerca de um terço das ocorrências, vindo em seguida, os Estados de Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão. O **Gráfico 03** mostra esta cruel realidade.

Gráfico 03
BRASIL - ASSASSINATOS NO CAMPO - 1986 a 2003*



A CPT, retratando este cenário da barbárie, mostrou os primeiros números desta violência em 2.003:

“De janeiro a novembro a CPT contabilizou 71 assassinatos em conflitos no campo, o maior número nos últimos 13 anos. 77,5% a mais que no mesmo período do ano passado, 40

(43 durante todo o ano de 2002). O Pará é o estado onde a violência contra os trabalhadores continua a ser a maior, 35 assassinatos, dos 71. Pernambuco e Rondônia o seguem com 8 assassinatos cada um, Mato Grosso com 6, e Paraná com 5.

Também cresceram outras formas de violência. Até novembro de 2003, ocorreram 67 tentativas de assassinato, contra 38 em igual período de 2002, 76,3% a mais. O número de feridos em 2003 foi de 50, em 2.002 por sua vez, foram 25, um crescimento exato de 100%. O número de trabalhadores presos foi 265, contra 229 no mesmo período do ano de 2002, ou seja, um aumento de 15%. Os despejos tiveram um crescimento de 227%.

Apesar de estarem surgindo membros do judiciário que incorporaram uma visão social da sua função, no seu conjunto o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto. Os dados sobre os despejos judiciais falam por si só. A prisão de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando já há jurisprudência consagrada que nega que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da "isenção" de boa parte do Judiciário.

O número de famílias despejadas ultrapassou qualquer limite. Foram 30.852 famílias em 138 ordens de despejo. O maior número de famílias despejadas em um ano desde que a CPT iniciou este registro em 1985. No mesmo período do ano passado, os despejos atingiram 9.243 famílias, em 63 ordens judiciais. Um crescimento de 227% no número de famílias e 119% em mandados judiciais. O Estado com o maior número de famílias despejadas foi o de Mato Grosso com 5.155 famílias, seguido de São Paulo com 4.080, depois Goiás com 3.344, Pernambuco com 3.197, Pará com 2.167 e Paraná com 2.080.

O número de famílias expulsa da terra, até novembro de 2003, foi de 2.346, contra 1.249 no ano passado. Crescimento de 87,8%. O Pará foi o estado com o maior número de famílias expulsa, um total de 684, em seguida ficou Pernambuco com 570, Paraíba com 363, e o Paraná com 310."

Dessa forma, pelo caminho da violência, as elites vão procurando impor seu desmando e desrespeito à Constituição Federal, que manda desapropriar as terras improdutivas. Este quadro com a eleição de LULA passou a conhecer contradições interessantes do ponto de vista político. Os movimentos sociais compreenderam o momento histórico novo e novas estratégias de luta foram desencadeadas. A CPT sistematizou as informações sobre o que se desenrolava no campo, e concluiu corretamente:

"VIOLAÇÕES: até novembro de 2003 registra-se o maior número de assassinatos dos últimos 13 anos".

De 1º de janeiro a 30 de novembro deste ano, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. O número é 77,5% a mais do que o registrado no mesmo período do ano passado e o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, 79 camponeses foram assassinados. Este ano houve ainda um crescimento nas tentativas de assassinato, foram 76,3% a mais que em 2002, e no número de famílias despejadas por mandados judiciais, 227% maior. Também foram expulsas da terra 87,8% de famílias a mais do que em 2.002.

Assistiu-se, por outro lado, a um considerável aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos, reivindicando a Reforma Agrária. O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%. A pressão dos movimentos populares do campo. A eleição de Lula para a Presidência da República criou dois processos diferentes no campo. Por um lado, os movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico que viviam era o que possibilitaria a realização da Reforma Agrária. Para mostrar a confiança e para pressionar o governo a, realmente, concretizar a distribuição de terra prometida, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Pelo lado dos fazendeiros a resposta ao aumento destas ações foi o recrudescimento da violência que voltou a níveis nunca vistos nos últimos anos."

Um bom exemplo desta violência, foi o episódio ocorrido em São Gabriel no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores do MST marcharam para acamparem à frente de um latifúndio que o INCRA está desapropriando para fins de Reforma Agrária. Então, os latifundiários do município reuniram-se e montaram um bloqueio para impedir o avanço da marcha, em uma ação que

infringia o direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal. Somente com a ação da Brigada Militar, o bloqueio foi desmontado. A marcha prosseguiu até uma pequena propriedade vizinha do latifúndio, cedida para o acampamento. Os latifundiários reunidos entraram com uma ação na justiça, para invalidar a venda da pequena propriedade a quem cedeu. Conclusão: a justiça agiu para anular a venda, e se não bastasse, o Supremo alegando irregularidade não permitiu o INCRA entrar na posse do imóvel improdutivo. A arrogância e uma espécie de certeza da impunidade, está expressa até na notícia do fato ocorrido:

“Produtores rurais avaliam conflito”.

Assembléia em São Gabriel ... discutiu alternativa para a saída dos sem-terra do município.

Produtores rurais de vários pontos do Estado participaram, na tarde de ontem, de assembléia no Parque de Exposições Assis Brasil, em São Gabriel. O ato, presidido pelo presidente da FARSUL, Carlos Sperotto, reuniu ainda prefeitos e políticos da Fronteira Oeste, além dos presidentes da Assembléia Legislativa, Vilson Covatti (PP), e das comissões de Agricultura e do Mercosul do Legislativo gaúcho, deputados Jerônimo Goergen (PP) e Berfran Rosado (PPS), respectivamente.

O encontro, além de avaliar os conflitos ocorridos na quarta-feira com a Brigada Militar, possibilitou a discussão de alternativas para a saída dos integrantes do MST do município. Eles permanecem acampados em área de 2,7 hectares, localidade de Vacacaí, cedida por um agricultor e cuja compra, formalizada em 27 de novembro, foi considerada ilegítima pela Justiça, tendo em vista se tratar de parte de um total de 21 hectares pertencente a 12 herdeiros e ainda não partilhado em inventário...

Na assembléia, que reuniu cerca de 500 produtores de 30 Sindicatos Rurais, foi deliberada a manutenção da ofensiva contra o MST. Eles querem que o governador Germano Rigotto congele a área ocupada pelos sem-terra para evitar o inchaço do acampamento, tendo em vista o pedido de reintegração de posse que será encaminhado ... Ruralistas acenam ainda com a intenção de realizar ato público em frente ao Palácio Piratini.

Outra deliberação envolve implantação de acampamento em lote lindeiro ao local onde estão os sem-terra. ...”⁴

É a luta de classes se manifestando no cotidiano do país. Ela vai gradativamente eclodindo em diferentes pontos. Nem o direito garantido constitucionalmente, serve com fator limitador da ação.

Dessa forma, o capitalismo no Brasil, produz e reproduz a barbárie, transformando os conflitos e os assassinatos quase sempre violentos, em “solução radical fora da lei das elites” para manter as injustiças presentes no campo. Mas, mesmo em meio à modernidade e à barbárie, os camponeses no Brasil, seguem sua caminhada com paciência porque como está escrito no poema “a vida não para, a vida é tão rara”.⁵

A MODERNIDADE: O LUGAR DO BRASIL NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. O Brasil que é um país que sempre dependeu da importação do trigo, na safra de 2.003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim, as elites capitalistas no Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar.

A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial.

A página na *Internet* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento trouxe no último dia 07/01/2004, informações e dados sobre a Balança Comercial do Agronegócio no Brasil em 2003:

“AGRONEGÓCIO VENDEU US\$ 30,7 BILHÕES AO EXTERIOR E GARANTIU SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL EM 2003”

O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2003. As exportações do setor somaram US\$ 30,639 bilhões no ano passado, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total

⁴ Luclamem Winck *CORREIO DO POVO* - 05/12/2003 - p. 7.

⁵ Lenine e Dudu Falcão, “Paciência”.

supera em US\$ 5,8 bilhões (ou 23,3%) as vendas externas de US\$ 24,839 bilhões do setor em 2002. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9% em 2003. As importações cresceram 6,6%, para US\$ 4,791 bilhões.

O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US\$ 25,848 bilhões – 27% acima do saldo de US\$ 20,347 bilhões registrado em 2002. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global de US\$ 24,824 bilhões da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US\$ 1 bilhão no período. “Em 2004, mantidas as atuais condições internas e externas, devemos ter um superávit entre US\$ 27 bilhões e US\$ 28 bilhões”, diz o ministro Roberto Rodrigues.

Soja lidera - O desempenho positivo das exportações em 2003, deveu-se ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais *commodities* e à abertura de novos mercados. Cabe destacar a liderança do complexo soja. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US\$ 6,008 bilhões para US\$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo em bruto (54,3%). Além do aumento do volume exportado em razão da safra recorde de 52 milhões de toneladas, a elevação dos preços internacionais também contribuiu para ao crescimento das receitas de exportações do setor.

Em alguns casos, cresceram mais as receitas com os produtos do que o volume embarcado. O complexo carne e os produtos florestais foram destaques. No setor de carnes, cujas vendas cresceram de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 4,1 bilhões (+31%), dispararam as vendas de bovinos *in natura*, de US\$ 776 milhões para US\$ 1,154 bilhão (+49%). Em volume, o aumento foi de 44%. Em carne de frango *in natura*, o país saiu de vendas de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão (+28%), exportando 20% acima do volume de 2002. As exportações de café cresceram 7%, para US\$ 1,423 bilhão. Em volume, o aumento foi de apenas 1%.

As vendas de algodão e fibras têxteis vegetais se recuperaram em 2003, crescendo de US\$ 800 milhões para US\$ 1,1 bilhão (+35%). Em trigo, o Brasil passou a exportar. Foram 50 mil toneladas em 2003. Antes, nada era vendido ao exterior. As vendas de 3,5 milhões de toneladas de milho somaram US\$ 375 milhões, um resultado 40% superior a 2002. Nos produtos florestais, as exportações de papel e celulose cresceram 38%, de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões. As vendas de madeira cresceram 18,4%, para US\$ 2,6 bilhões. Houve ainda a performance positiva de sucos de frutas (17,5%); frutas e hortaliças (32,9%); couros, peles e calçados (5,3%); cacau (55,4%); fumo e tabaco (8,1%); e pescados (23,2%).

Novos mercados – As vendas externas foram ainda mais diversificadas em 2003 e houve um expressivo aumento da participação de novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental. Em todos os principais blocos econômicos houve crescimento: Mercosul, 40%; Nafta 17%; União Européia, 22,4%; Europa Oriental, 26,8%; Ásia, 33,3%; Oriente Médio, 34,3%; e África, 9,7%. Mudou a participação desses blocos como destinos das exportações: a UE continuou na liderança, absorvendo 36,4% das exportações totais do agronegócio. A Ásia aumentou de 16,7% para 18,1% sua fatia, alcançando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 19% para 18,1% em 2003. O Oriente Médio aumentou sua participação de 6,2% para 6,8%; a Europa Oriental, de 6,1% para 6,3%; e o Mercosul, de 2,7% para 3,1%. Os países que mais compraram produtos do agronegócio brasileiro foram China (66,2%); Turquia (67%); Romênia (114%); Ucrânia (35,9%); Hong Kong (35,9%); Taiwan (67,3%); Irã (71,7%); Israel (122,9%) e África do Sul (56,8%).”⁶

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas, quis a ironia que em 2.003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além evidentemente,

⁶ www.agricultura.gov.br – acessado 08/01/2004.

do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país.

Mas o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial. Assim, ele se torna moderno, logo destituído da lógica que faz dos brasileiros um povo diferente no mundo. Não se trata de exaltar fora de hora o nacionalismo, mas, se trata de na lógica do mercado, olhar a balança comercial e seus efeitos para a nação. À medida que o país exporta determinados produtos obriga-se, a importar outros. É o caso espetacular do algodão. Enquanto o agronegócio exporta esta fibra, as indústrias nacionais têm que importá-las. Ou, o que é pior, do ponto de vista do conforto corporal, importa-se fibras sintéticas para produzir no Brasil, roupas inadequadas ambientalmente. A lógica e deciframento estão, pois, no mercado, aliás, cada vez mais no mercado mundial.

Quando se observa a pauta das exportações e importações do Brasil e das regiões ou estados, verifica-se esta lógica perversa do mercado. O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros. Em 2.003, entre os 100 principais produtos, o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo) respondeu pelo item de maior valor em dólar na balança comercial com o exterior. Esteve e está à frente das exportações de aviões, minério de ferro, automóveis, terminais portáteis de telefonia celular, alumínio etc. Em sua esteira vêm os tradicionais café e açúcar. Depois deles, aparece a pasta de celulose, os calçados e o couro, a carne de frango, o suco concentrado de laranja, o fumo, a carne bovina, a carne suína, o milho, as madeiras e a castanha de caju.⁷

Quanto às importações, entre os 100 primeiros, o trigo esteve no ano de 2.003, em segundo lugar; a soja importada (é isso mesmo, importa-se para exportar) em décimo nono; arroz em vigésimo quinto; o leite integral em pó (é isso mesmo também) e ainda a pasta de celulose, papel jornal, cacau, borracha natural, etc., etc., etc.⁸

Assim, o agronegócio moderniza o país, já não dependemos mais apenas da importação do trigo, mas, agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia. A página na *Internet* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, (www.mdic.gov.br) tem disponível as tabelas com os números do comércio exterior que ilustram estas páginas.

Quando se investiga a distribuição territorial do agronegócio, vamos encontrá-lo praticamente, em todo território nacional. A região Sul é seu grande paraíso. Na pauta das exportações de 2.003, elas lá estavam ocupando entre os vinte primeiros lugares, dezesseis deles (pela ordem: soja, carne de frango, fumo, couro e calçados, carne suína, madeiras, milho, açúcar, e etc.). Nas importações, pasmem, a Região Sul importou: soja, trigo, milho, arroz, couro e derivados, pasta de celulose, cebola, leite integral, etc.⁹

A região Sudeste por sua vez, exportou respectivamente, pasta de celulose, café, açúcar e álcool, suco concentrado de laranja, carne bovina, soja, papel, couro e calçados, etc. Quanto à importação, a região importou: trigo, borracha natural, pasta de celulose, papel jornal, arroz, etc.¹⁰

⁷ www.mdic.gov.br – 08/01/2004.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ www.fgv.org.br

A região Centro-Oeste, que cada vez mais se torna uma expansão do Sul e Sudeste, exportou entre os cem principais produtos, setenta e oito do agronegócio. A lista começou com a soja, a carne bovina, o algodão, a carne de frango, a carne suína, madeira, couro, milho, açúcar e, terminou com as sementes forrageiras, sorgo, queijo, leite integral, derivados do tomate, milho verde, girassol, café, ervilha, etc.. Quanto às importações, importou: carne bovina, trigo, batata-inglesa, azeite de oliva, ervilha, algodão, soja, etc.

A região Nordeste também tem em sua pauta de exportações o agronegócio. De lá saiu para o exterior: o tradicional açúcar e o álcool, pasta de celulose, castanha de caju, soja, pescado, cacau, couro natural e calçados, frutas (goiaba, manga, melão, uva, etc.), papel, algodão, ceras vegetais, sisal, suco de laranja, banana, mel, sucos de frutas, fumo, etc. Enquanto isso, ela importou: trigo, cacau, algodão, óleo de soja, álcool, pasmem novamente, arroz, óleo de dendê, etc.

A região Norte por sua vez, exportou do agronegócio: madeira, pasta de celulose, soja, pimenta seca, pescado, café, castanha-do-Pará, sucos de frutas, carne bovina, etc. Importou em 2002: trigo, papel, etc.

Este é, pois, o quadro territorial do agronegócio no país. O mercado mundial vai sendo sua meta e limite. Assim, cria-se internamente no Brasil uma nova burguesia internacionalizada. É o capitalismo mundial produzindo no Brasil uma burguesia nacional mundial. Por isso, esta burguesia internacionalizada do agronegócio quer a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Quanto mais inserção internacional maior as possibilidades de seus lucros. Aliás, muitos deles já possuem uma segunda (ou primeira) residência em New York ou, como são pouco cultos (para não dizer ignorantes por excelências) estão em Miami, a “cidade dos contra”.

Mas... Qual é o lugar do agronegócio brasileiro no capitalismo mundializado?

O Brasil exportava em 1964, ano do golpe militar, um total de 1,430 bilhão de dólares. Nesse total, os produtos básicos (onde estão a maioria dos produtos agrícolas) representavam 85,4%, os semimanufaturados 8,0% e o manufaturados apenas 6,2%. Em 1984, último ano do governo militar o país exportava 27,005 bilhões de dólares, ou seja, os produtos básicos participaram com apenas 32,2%, os semimanufaturados com 10,6% e os manufaturados passaram a 56%. Com os governos militares pós 64, teve início, portanto, do processo de inserção maior do Brasil no capitalismo internacional e com ele, o processo de crescimento da dívida externa. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Aliás, em 1964, ela era de 2,5 bilhões de dólares e em 1.984, era de 102 bilhões de dólares. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, foi pago pelo governo militar 30,7 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, pouco mais de 30% de seu montante.

No governo Sarney, as exportações continuaram crescendo e o país chegou ao final de 1.989, com um total de 34,3 bilhões exportados (27,8% de básicos, 26,9% de semimanufaturados e 54,2% de manufaturados). Entretanto, nem mesmo com a fragata da curta declaração da moratória da dívida externa, ela chegou aos 115,5 bilhões de dólares. O que é mais incrível, é que o governo Sarney pagou 67,2 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, 58,2% do montante total devido. Assim, a ciranda da dívida fazia com que o Brasil entrasse, via reunião do “*Consensus de Washington*”, no neoliberalismo. A partir de então, no final do governo Collor/Itamar as exportações atingiram 43,5 bilhões de dólares (25,4% de básicos, 15,8% de semimanufaturado e 57,3% de manufaturados). Mas, como conseqüência, a dívida externa chegou também naquele ano, a 148,2 bilhões de dólares, com um pagamento absurdo de juros no período do governo Collor/Itamar de 80,2 bilhões de dólares, ou seja, mais de 54% do total da dívida.

No governo FHC o cenário não foi diferente. O absurdo crescimento da dívida e dos pagamentos dos juros continuou ocorrendo junto à ampliação das exportações. Estas atingiram em 2.002, um total de 60,3 bilhões de dólares (28,1% de básicos, 14,9% de semimanufaturados e 54,7% de manufaturados). A dívida externa por sua vez cresceu até 1.998, quando atingiu 241,6 bilhões de dólares em plena crise da moeda real. A partir de então, com a transferência de parte da dívida pública para a iniciativa privada via processo de privatização das estatais, a dívida externa passou a declinar chegando em 2.002, a 227,6 bilhões de dólares. Entretanto, durante os oito anos do governo FHC, pagou-se de juros da dívida externa o incrível total de 102,4 bilhões de dólares, ou seja, 45% do total da dívida. É importante registrar também, que FHC, montou sua política de

endividamento fazendo crescer a dívida pública interna que passou de R\$31,6 bilhões em janeiro de 1.995, para R\$557,2 bilhões em 2.002. Em reais, a dívida externa federal era também, no final de 2002, de R\$269,7. O total da dívida pública federal (interna mais externa), era, pois, de R\$826,9.

Dessa forma, do governo Sarney até o governo FHC, o povo brasileiro pagou de juros, um total incrível de 250 bilhões de dólares da dívida externa. Se a esse montante dos juros somar-se às amortizações da dívida realizadas de 1.985 a 2.002 (385,7 bilhões de dólares), chega-se a um total maluco de 635,7 bilhões de dólares pagos. Ou seja, em 18 anos de neoliberalismo (1.985 a 2.002) o Brasil pagou várias vezes o total da dívida.

É nessa teia que entram as exportações. Tomando-se o saldo comercial obtido entre 1.985 e 2.002, as exportações geraram um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Já entre 1.995 e 2.000, gerou um déficit de 24,3 bilhões de dólares. O saldo líquido no período foi de 119,2 bilhões de dólares. Assim, o chamado pelos neoliberais de "espetacular saldo do agronegócio e das exportações brasileiras" não chegou no período à metade do montante pago de juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, mesmo sendo paga várias vezes.

Repetindo, é o cachorro correndo atrás do próprio rabo, ou seja, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou de juros.

A quem interessa esse processo é pergunta necessária neste momento?

Ao setor financeiro internacional que se beneficia dos juros pagos e aos capitalistas nacionais e internacionais que aumentam seus lucros com o crescimento das exportações. Por isso, entre os "funcionários" do governo FHC estava um Ministro da Fazenda que era ex-funcionário do Banco Mundial e um presidente do Banco Central que era ex-funcionário de um dos maiores capitalistas mundiais.

E no primeiro ano do governo LULA, quais foram os resultados?

Durante o primeiro ano do governo LULA, a balança comercial brasileira fechou 2.003, com 73,0 bilhões de dólares em exportações. As importações alcançaram 48,2 bilhões de dólares permitindo assim, um superávit comercial de 24,8 bilhões de dólares. As exportações cresceram 21,1% em relação a 2.002, com aumento absoluto de 12,7 bilhões de dólares. Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram 33,2%, os semimanufaturados com 15,6% e os manufaturados com 54,3%.

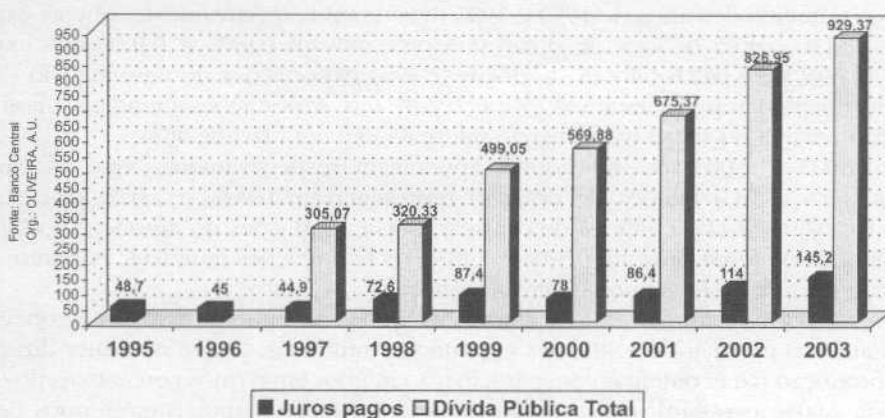
Cabe salientar que por grupos de produtos, o setor de material de transporte foi o que gerou a maior receita de exportação, com vendas totais de 10,6 bilhões de dólares, correspondendo a 14,6% do total das exportações. Neste setor destacaram-se as exportações de veículos de carga, automóveis, autopeças, pneumáticos e motores para veículos. Em segundo lugar, com 11,1% do total ficou o grupo do complexo soja, com exportações de 8,1 bilhões de dólares, e em terceiro lugar com 10%, veio setor metalúrgico com 7,3 bilhões de dólares.

Assim, as exportações do agronegócio e os produtos do parque industrial instalado no país, vão permitindo o crescimento das exportações, pois, os compromissos com a dívida externa continuam. LULA recebeu o país com uma dívida externa de 227,68 bilhões de dólares e tinha que amortizar no ano de 2.003, um total de 34,31 bilhões de dólares e pagar um total de 13 bilhões de dólares de juros. O dado de 2.003, divulgado pelo Banco Central (presidido agora por um também ex-funcionário de um banco norte-americano) sobre a dívida externa, e presente no banco de dados da FGV ¹², indicava que ela chegou a 219,9 bilhões de dólares. A dívida pública federal total que inclui o endividamento externo passou de R\$826,9 bilhões em dezembro de 2.002, para R\$929,3 bilhões no final de 2.003, um crescimento no último ano, de 12%. A quantia de juros paga também cresceu e chegou a R\$145,2 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o total de pagamentos feitos foi de R\$332,3 bilhões (interna R\$293,2 bilhões e externa R\$39,1 bilhões, ou, mais ou menos 13 bilhões de dólares). Assim, como o total da dívida, no final do ano de 2.003 aumentou, foi necessário aumentar mais a dívida para pagar o que venceu. Resumindo, o país devia em dezembro de 2.002, R\$826,9 bilhões, pagou da dívida R\$332,3 bilhões¹² (R\$102,4 bilhões dívida nova e R\$229,9 bilhões de pagamento de fato, incluindo-se aí os R\$145,2 bilhões de juros) e terminou o primeiro ano de governo com R\$929,3 bilhões de dívida total. Logo, o governo LULA pagou cerca de 28% da dívida e mesmo assim, em janeiro de 2.004, ela já era 12% maior do que no início do governo. **(Gráfico 04)**

¹² www.fazenda.gov.br.

¹³ Em janeiro de 1.995, a dívida pública interna era de R\$31,6 bilhões.

Gráfico 04
BRASIL - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL E JUROS PAGOS
(em bilhões de R\$)



Qual foi então a diferença entre o governo FHC e o primeiro ano do governo LULA?

A dívida pública federal era em dezembro de 1.998, um total de R\$320,3 bilhões e, em dezembro de 2.002, era de R\$826,9 bilhões.¹³ O governo FHC em 1.999, efetuou pagamentos de R\$288,8 bilhões referentes à dívida pública federal. Pagou R\$248,3 bilhões em 2.000, outros R\$248,9 bilhões em 2.001 e R\$256,4 em 2.002. Assim, no segundo mandato FHC pagou um total de 1 trilhão e 42,4 bilhões de reais (sendo R\$506,6 bilhões de dívidas novas e R\$535,8 de pagamento de fato, incluindo-se aí R\$365,8 bilhões de juros). Logo, o pagamento do governo FHC referente à dívida no segundo mandato, foi de mais de quatro vezes a dívida, mas mesmo assim, terminou devendo perto de 160% a mais do que em dezembro de 1.998 (56% em 1.999, 14% em 2.000, 18% em 2.001 e 22% em 2.002).¹⁴

No primeiro ano do governo LULA, o total pagamento efetuado foi 30% maior do que em 2.002, e o percentual do crescimento da dívida, 5% maior, uma vez que em 2.002, cresceu 3%. A quantia de juros pagos foi 27% maior do que 2.002. Aliás, o relatório do Banco Central divulgado em 14/01/2004¹⁵, sobre a dívida pública apenas enfatizou a mudança do seu perfil, deixando de lado o que era fundamental, a continuidade de seu crescimento. Ou o governo LULA revê sua estratégia frente à dívida pública federal (interna e externa) ou a ciranda financeira vai continuar: **mais pagamento, para no final do ano de 2.004, ver a dívida maior ainda.** Cabe ressaltar que, mais de 30% da dívida vencerá em 2.004, e para continuar pagando-a será necessário outra vez, mais de R\$300 bilhões. Dessa forma, é inacreditável ver já no início do ano, que se nada diferente for feito, 2.004 poderá ser pior do que 2.003.

Esta é a ciranda financeira da mundialização do capitalismo. Quanto mais se paga, mais se deve. As elites brasileiras e estrangeiras do capitalismo mundializado vendo seus ganhos aumentarem no país, idolatra através da mídia, os resultados econômicos obtidos no primeiro ano do governo LULA, tais como a queda do dólar, do risco Brasil e da inflação, as taxas do superávit primário. Mas, a ciranda financeira continua. O Brasil tem agora um novo lugar no mundo do capital: tornou-se plataforma privilegiada de exportações do setor de transportes, além de continuar sendo um dos principais fornecedores mundiais de produtos básicos que vão do minério de ferro à soja e aos aviões. O Brasil tornou-se parte do capitalismo mundializado e a burguesia brasileira está, portanto, igualmente internacionalizada.

Uma outra pergunta deve ser feita: qual o papel das exportações brasileiras no comércio mundial e em seu interior, qual o papel do agronegócio?

¹⁴ Ministério da Fazenda em 17/01/2004 – www.fazenda.gov.br.

¹⁵ Idem.

Os dados referentes a 1.980 e 1.985 indicavam respectivamente, que as exportações brasileiras (20,1 e 25,6 bilhões de dólares) representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais (1.924,2 e 1.872,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (9,4 e 8,8 bilhões de dólares) representaram 0,48% e 0,47% das exportações mundiais.

Já os números dos anos de 1990 e 1995 mostraram respectivamente, que as exportações brasileiras (31,4 e 46,5 bilhões de dólares) representavam 0,93% e 0,92% das exportações mundiais (3.395,3 e 5.042,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (8,6 e 13,3 bilhões de dólares) representaram 0,25% e 0,26% das exportações mundiais. Assim, caiu a participação relativa do Brasil no comércio internacional em mais de 40%.

Em 2.002 e 2.003, os indicadores apontavam respectivamente, que as exportações brasileiras (60,4 e 73,0 bilhões de dólares) representavam 0,96% e 1,02% das exportações mundiais (6.262,0 e 7.119,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (24,8 e 30,7 bilhões de dólares) representaram 0,39% e 0,43% das exportações mundiais. Portanto, cresceu a participação relativa do Brasil no comércio mundial.

Porém, pode-se afirmar que mesmo em 2.003, as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1.980, nas exportações mundiais. O que isso quer dizer é que se amplia a produção para continuar com participação inferior em termos percentuais do que antes. O Brasil de 2.003, teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1.980: 1,2% contra 1,02%.

Há, portanto, muito mito no papel do agronegócio no Brasil e na economia capitalista mundial. Mesmo assim, é preciso deixar claro que o Brasil foi em 2.002, o 1º produtor mundial de café, açúcar, álcool e suco concentrado de laranja; o 2º produtor mundial de soja (41,9 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos USA que produziram 74,2 milhões de toneladas); o 3º produtor mundial de milho (35,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos USA que produziram 228,8 milhões de toneladas); e o 10º produtor mundial de arroz (10,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar da China que produziu 176,6 milhões de toneladas). Também cabe esclarecer que o Brasil foi em 2002, o 8º país exportador de produtos agrícolas, atrás respectivamente, dos USA, França, Holanda, Alemanha, Canadá, Bélgica e China. Ficou a frente respectivamente, da Austrália, Itália, Espanha, Reino Unido, Argentina, Dinamarca e México.

AS CONTRADIÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: MITOS E VERDADES

Há também, entre os estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato, tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Há autores (e a mídia em geral os repete) que inclusive, chegam a afirmar que não há sentido no interior da lógica capitalista, distribuir terra através de uma política de Reforma Agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala. As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuárias são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, uma política de Reforma Agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua "política vitoriosa de exportações de *commodities* do agronegócio".

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil" e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos, acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim, mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.

A estrutura fundiária concentrada

O Brasil possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2.003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Portanto, a soma total

destas áreas dá um total de 651,0 milhões de hectares, o que quer dizer que há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União. Mesmo se retirarmos 29,2 milhões dessa área ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e ocupadas por rodovias, e posses que de fato deveriam ser regularizadas, ainda restam 170,0 milhões de hectares. Essas terras devolutas, portanto, públicas, estão em todos os Estados do país.

Entretanto, andando pelo país, verificaremos que praticamente (exceto em algumas áreas da Amazônia) não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua. Assim, os que se dizem "proprietários" estão ocupando ilegalmente estas terras. Ou seja, suas propriedades têm provavelmente, uma área maior do que os títulos legais indicam.

Mesmo assim, vamos analisar os dados referentes ao Cadastro do INCRA. No final do ano de 2.003, havia 4.238.421 imóveis ocupando uma área de 420.345.382 hectares.

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades, aquela da Jari S/A que fica parte no Pará e parte no Amapá, tem área superior ao Estado de Sergipe.

Quais são os números dessa brutal concentração fundiária?

Segundo o Cadastro do INCRA, a distribuição da terra está expressa na **Tabela 01**:

Tabela 01. – Estrutura Fundiária Brasileira, 2.003.

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: INCRA – situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003.

Como se pode ver, enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de hectares (43,8%). O que isso quer dizer: muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.

A Lei nº 8.629 de 25/02/1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista na Constituição de 1988 conceituou em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a quatro (4) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais. A área dos módulos fiscais varia de região por região, estado para estado, e mesmo de município para município. Atualmente, o menor módulo fiscal tem 5 (cinco) hectares e o maior possui 110 hectares. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, a até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal e entre 440 hectares e menos de 1.540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1.540 hectares ou mais em municípios do Pantanal.

Assim, é razoável tomar-se como referência os dados estatísticos do INCRA para se classificar neste estudo, em termos médios, a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares; a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 2.000

hectares; e a grande propriedade como aquela que tem 2.000 hectares ou mais. Aplicada esta proposta à estrutura fundiária do Brasil, o resultado está expresso na **Tabela 02**.

Tabela 02 – Síntese da Estrutura Fundiária – 2.003

Grupos de área total		Nº de Imóveis	%	Área em HA	%	Área Média (ha)
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média	200 a menos de 2.000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2	531,2
Grande	2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL		4.238.421	100,0	20.345.382	00,0	99,2

Fonte: INCRA.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como se pode verificar, praticamente 92% das propriedades podem ser classificadas como pequenas e ocupam 29,2% da área total. Estas pequenas propriedades desde que seu proprietário possua uma só, não poderão ser desapropriadas para a Reforma Agrária, mesmo sendo improdutivas (Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 8.629 de 1.993). O mesmo acontece com a média propriedade que ocupa mais ou menos 7,3% dos imóveis e 39,2% da área, ela também não pode ser desapropriada para Reforma Agrária mesmo sendo improdutiva, se seu proprietário não possuir outra propriedade.

Entretanto, as grandes propriedades que representam menos de 1% do total dos imóveis, mas que ocupam uma área de cerca de 31,6%, caso sejam classificadas como improdutivas, poderão ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária (Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1.988).

O Cadastro o INCRA apresenta também os dados sobre o uso da terra e sua função social (art. 184 da Constituição Federal). Os dados sobre a função social da propriedade em agosto de 2.003, indicavam que, apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas enquanto que, 70% foram classificadas como **não produtivas**. Portanto, o próprio cadastro do INCRA, que é declarado pelos próprios proprietários, indicava a presença da maioria das terras das grandes propriedades sem uso produtivo. Os dados (**Tabela 03**) sobre a grande propriedade, definida segundo a Lei nº 8.629 de 25/02/1993, eram os seguintes em agosto de 2.003:

Tabela 03 - Grandes Propriedades (15 módulos fiscais e mais) - INCRA – 2003 (agosto)

TOTAL		IMPRODUTIVO	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº de Imóveis	Área em Hectares
111.495	209.245.470	54.781	120.436.202

Fonte: INCRA

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Deve se esclarecer que, a área das grandes propriedades, segundo o critério dos módulos fiscais, é maior do que aquela referente às propriedades com 2.000 hectares ou mais. Mesmo assim, a rigor, o INCRA se cumprisse a Constituição de 1.988 e a Lei nº 8.629, deveria imediatamente declarar disponível para a Reforma Agrária esses 120.436.202 hectares das grandes propriedades improdutivas existentes no país. Mas não é isto que tem acontecido. Entra governo e sai governo e, a Constituição e as leis referentes à Reforma Agrária, não são cumpridas. É o oposto do que ocorre com as propriedades ocupadas pelos movimentos sociais, pois imediatamente, sempre há um juiz para dar reintegração de posse ao proprietário da terra improdutiva. É preciso que a interpretação da Lei seja invertida, não é o INCRA que tem que provar que uma propriedade é improdutiva, mas sim, seu proprietário é que tem que provar que ela é produtiva. Como é ele que faz a declaração no cadastro sob pena da lei, e se o seu imóvel é classificado como improdutivo, ele tornou-se réu confesso.

Certamente, um bom caminho para o exercício da cidadania seria entrar com uma avalanche de ações civis públicas para que o INCRA cumprisse os preceitos legais, publicasse anualmente a relação dos imóveis classificados como improdutivos e executasse a sua desapropriação.

Mas não cessa aí o não cumprimento da lei pelos governos. O Imposto Territorial Rural ITR é folclórico. Segundo os últimos dados divulgados pela Receita Federal, cerca de mais de 50% dos proprietários com área superior a 1.000 hectares, sonegavam este tributo. Mas, nunca ninguém ficou sabendo se algum deles teve seu imóvel levado a leilão para ressarcimento dos cofres públicos.

As pequenas unidades são as que mais empregos geram no campo.

Para realizar a comparação entre os diferentes tamanhos das unidades produtivas no campo, será tomado como referência também os dados do Censo Agropecuário de 1995/6 do IBGE.¹⁶ Dessa maneira, tomar-se-á também, os estabelecimentos agropecuários como menos de 200 hectares, como sendo denominados de pequenas unidades de produção (que é onde estão as unidades que são oriundas da Reforma Agrária); aqueles de 200 a menos de 2.000 hectares serão considerados médias unidades de produção e aqueles com 2.000 hectares e mais serão chamados de grandes unidades de produção, ou os latifúndios. Esta classificação visa mostrar o papel das pequenas unidades de produção face às grandes no que se refere ao volume da produção.

Esta classificação também pode ser fundamentada no fato de que mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 200 hectares não possuíam nenhum trabalhador contratado, ou seja, predominava entre eles o trabalho familiar segundo o Censo Agropecuário do IBGE.

Quanto ao número e área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do IBGE, havia a seguinte distribuição: os pequenos estabelecimentos representavam 93,8% (4.565.175) e ocupavam uma área de 29,2% (103.494.969 hectares); os médios estabelecimentos eram 5,3% (252.154) em número e sua área ocupada era de 36,6% (129.617.964 hectares); e os grandes estabelecimentos representavam em número apenas 0,5% (20.854) e ocupavam uma área de 120.498.313 hectares (34,2%).

A análise do número de pessoas ocupadas no campo indica que as pequenas unidades de produção geraram mais de 14,4 milhões de emprego ou 86,6% do total. Enquanto isso, as grandes unidades foram responsáveis por apenas 2,5% dos empregos ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho. A **Tabela 04** mostra de forma inequívoca este quadro das relações de trabalho no campo brasileiro.

Tabela 04 – BRASIL – Pessoal Ocupado –1995/6

Pessoal Ocupado	PEQUENA		MÉDIA		GRANDE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	14.444.779	86,6	1.821.026	10,9	421.388	2,5
Familiar	12.956.214	95,5	565.761	4,2	45.208	0,3
Assalariado Total	994.508	40,3	1.124.356	45,5	351.942	14,2
Assalariado Permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
Assalariado Temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
Parceiros	238.643	82,4	45.137	15,6	5.877	2,0
Outra Condição	255.414	71,0	85.772	23,9	18.361	5,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Muitos intelectuais costumam dizer que a relação de trabalho mais praticada nas grandes propriedades é o serviço de empreitada, por isso o pequeno número de emprego gerado na grande propriedade. Entretanto, os dados sobre este tipo de contratação de trabalhadores no campo mostram também que, 85,9% delas foram feitas pelas pequenas unidades produção e não pelas grandes que ficaram com apenas 1,5% das contratações dos serviços de empreitada.

A tecnologia também chegou às pequenas unidades.

Outro mito que os defensores do agronegócio apresentam para justificar o baixo número de emprego na grande propriedade é a sua integral mecanização e conseqüentemente, a não necessidade de muitos postos de trabalho. Assim, a grande propriedade seria a grande consumidora de tratores e outras máquinas e implementos agrícolas. Vamos então analisar a distribuição destes meios de produção pelas diferentes unidades de produção. Em primeiro lugar é preciso verificar o quadro apresentado pelo tão propalado consumo produtivo de tratores. O Censo Agropecuário de IBGE indicava que no total, 63,5% deles estavam nas pequenas unidades de produção e apenas 8,2% nas grandes unidades. Em todas os grupos de potência (CV) as pequenas unidades tinham mais tratores

¹⁶ O IBGE utiliza como unidade estatística censitária o estabelecimento que, por sua vez deriva do uso econômico que se faz de uma área determinada autonomamente. Já o INCRA, utiliza o imóvel que é uma unidade jurídica (com ou sem título de propriedade).

do que as grandes propriedades. Até entre aqueles de alta potência (mais de 100 CV), as pequenas unidades possuíam mais tratores do que as grandes. Os números da **Tabela 05** são meridianos ao demonstrarem que o consumo produtivo de tratores é maior nas pequenas unidades no Brasil.

Tabela 05 - Brasil - Distribuição da Tecnologia - TRATORES - 1995/6

Grupos de área total (Hectares)		Nº Total Tratores	% Nº Tratores Total	% Nº Tratores -10 CV	% Nº Tratores 10 CV a -20 CV	% Nº Tratores 20 CV a -50 CV	% Nº Tratores 50 CV a -100 CV	% Nº Tratores 100 CV e mais
PEQUENA	Menos de 10	65.639	8,2	25,2	21,1	10,7	5,7	2,1
	10 a - 20	86.486	10,8	16,8	20,1	13,2	10,3	3,0
	20 a - 50	167.378	20,8	20,2	24,9	26,2	22,5	7,6
	50 a -100	100.647	12,5	9,9	10,5	12,7	14,2	8,2
	Menos de 100	420.150	52,3	72,1	76,6	62,8	52,7	20,9
	100 a - 200	90.245	11,2	8,2	7,2	10,8	12,3	10,9
MÉDIA	Menos de 200	510.395	63,5	80,3	83,8	73,6	65,0	31,8
	200 e - 500	113.906	14,2	8,7	7,5	12,3	14,9	19,0
	500 e - 1.000	66.103	8,2	4,6	3,8	6,2	8,1	14,3
	1.000 e - 2.000	47.759	5,9	3,1	2,4	3,8	5,4	12,9
GRANDE	200 e - 2.000	227.768	28,3	16,4	13,7	22,3	28,4	46,2
	2.000 a - 5.000	37.656	4,7	1,9	1,7	2,7	4,0	11,7
	5.000 a - 10.000	14.287	1,8	0,6	0,5	0,8	1,4	5,1
	10.000 e mais	13.502	1,7	0,8	0,4	0,7	1,2	5,2
	2.000 e mais	65.445	8,2	3,3	2,6	4,2	6,6	22,0
TOTAL	%	--	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Nº	803.742 (*)	--	37.893	69.906	122.740	447.866	125.337

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração
 Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Quanto às máquinas para plantio e colheita, o quadro não é diferente daquele dos tratores, pois, 71,7% delas também, estavam nas pequenas unidades, enquanto que nas grandes ficavam apenas 5,3%. Com os arados a realidade é a mesma, pois 68,4% dos arados de tração mecânica estavam nas pequenas unidades, sendo que nas grandes ficavam com apenas 5,8% deles. As pequenas unidades têm também a maior parte dos demais veículos de tração mecânica pois, 59% deles, estavam nelas, enquanto que nas grandes, estavam apenas menos de 12% deles, quer fossem caminhões, utilitários ou reboques. A **Tabela 06** apresenta a participação percentual da distribuição destes bens produtivos.

Tabela 06 - Brasil - Distribuição da Tecnologia

Grupos de área total (Hectares)		Máquinas		Arados		% Nº Veículos:				% Nº Embarcações
		Para Plantio	Para Colheita	Tração Mecânica	Tração Animal	Caminhões	Utilitários	Reboques	Tração Animal	
PEQUENA	Menos de 10	9,4	3,7	7,9	29,2	9,1	12,3	7,3	25,3	38,9
	10 a - 20	12,5	7,2	11,9	28,4	8,8	12,1	12,2	23,7	16,5
	20 a - 50	24,2	18,4	23,3	25,7	16,9	21,0	23,5	24,6	18,6
	50 a -100	15,1	14,4	13,8	8,0	12,9	14,4	13,3	10,2	10,6
	Menos de 100	61,2	43,7	56,9	91,3	47,7	59,8	56,3	83,8	84,6
	100 a - 200	10,5	13,6	11,5	4,2	11,8	12,2	11,1	7,4	7,0
MÉDIA	Menos de 200	71,7	57,3	68,4	95,5	59,5	72,0	67,4	91,2	91,6
	200 e - 500	12,1	16,8	13,5	3,0	14,0	12,8	13,1	5,0	3,9
	500 e - 1.000	6,5	9,5	7,3	0,9	8,3	6,3	7,4	1,9	1,5
	1.000 e - 2.000	4,5	7,0	5,0	0,4	6,4	4,0	5,4	1,0	1,0
GRANDE	200 e - 2.000	23,1	33,3	25,8	4,3	28,7	23,1	25,9	7,9	6,4
	2.000 a - 5.000	3,3	5,3	3,7	0,2	6,0	2,9	3,9	0,6	1,0
	5.000 a - 10.000	1,0	1,9	1,1	0,0	2,8	1,0	1,4	0,1	0,4
	10.000 e mais	1,0	2,2	1,0	0,0	3,0	1,0	1,4	0,2	0,6
	2.000 e mais	5,3	9,4	5,8	0,2	11,8	4,9	6,7	0,9	2,0
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

É evidente que embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a sua presença está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos. A **Tabela 07** procura mostrar esta desigualdade. A mais significativa delas é que apenas 11% do total dos estabelecimentos possuíam tratores. Entre as pequenas unidades com menos de 10 hectares somente 2% delas tinham este bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Entre as pequenas unidades, a média é um trator para cada nove. Nas médias unidades de produção a relação é de um trator para cada estabelecimento. Nas grandes unidades, a relação média é de 3 tratores por estabelecimento, chegando naqueles com mais de 10.000 hectares, a 6 tratores por estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também deste bem. Mas, esta relação é média, pois entre os grandes estabelecimentos somente 72,4% declararam possuir tratores. Isto quer dizer que mesmo entre as maiores unidades nem todas possuíam trator.

Já com relação ao uso dos fertilizantes o quadro é crítico, pois, apenas 38,1% dos estabelecimentos estão utilizando-os em suas unidades produtivas. Os demais estão retirando do solo apenas a fertilidade natural dos mesmos. Este cenário pode comprometer em longo prazo a produtividade destes solos. Outro dado curioso é que também entre os pequenos estabelecimentos estão os menores percentuais de uso dos fertilizantes, e simultaneamente, os maiores. Estes são inclusive superiores aos grandes estabelecimentos.

O quadro mais terrível do uso da tecnologia na agropecuária brasileira refere-se ao consumo de agrotóxicos quer para os vegetais quer para os animais. Absurdamente mais da metade dos estabelecimentos informaram que consumiam estes produtos em 95/6. Excetuando-se os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, nas pequenas unidades o uso chega a mais de 80% e entre as médias e grandes unidades, este consumo está acima dos 90% dos estabelecimentos. Este uso generalizado dos agrotóxicos, mostra que ele foi o mais "espetacular resultado da modernização" da agricultura: seu envenenamento gradativo. Em sua maior parte, uma espécie de "indústria das doenças e da morte" a médio e longo prazo. E é óbvio que, a maior parte da "indústria médico farmacêutica agradece pelos seus clientes".

O uso da irrigação na agricultura ainda é reduzido. Seus índices não chegam a 10%. Este uso é maior nas médias e grandes unidades do que nas pequenas.

Tabela 07 - BRASIL - Indicadores de uso de tecnologia - 1995/6

Estratos de área total (Hectares)		% Uso de Tratores	Nº trator em relação Nº total estabelecimentos	% Uso de Fertilizante Total	% Uso de Agrotóxicos	% Uso de Irrigação
PEQUENA	Menos de 10	2,4	1 x 37	30,8	50,0	5,4
	10 a - 20	10,7	1 x 11	52,5	78,7	6,0
	20 a - 50	16,0	1 x 5	46,6	81,2	6,1
	50 a - 100	17,7	1 x 4	39,1	82,5	6,2
	Menos de 100	7,7	1 x 10	38,1	63,4	5,7
	100 a - 200	22,5	1 x 3	38,6	86,5	6,7
	Menos de 200	8,5	1 x 9	38,1	64,6	6,3
MÉDIA	200 e - 500	36,5	2 x 3	43,6	92,9	8,3
	500 e - 1.000	50,8	4 x 3	44,6	95,0	9,2
	1.000 e - 2.000	62,5	3 x 2	47,5	96,2	9,3
	200 e - 2.000	42,8	1 x 1	43,9	93,7	8,6
GRANDE	2.000 a - 5.000	70,1	5 x 2	42,1	95,6	8,7
	5.000 a - 10.000	76,5	4 x 1	37,8	94,9	7,9
	10.000 e mais	80,9	6 x 1	36,0	93,2	9,3
	2.000 e mais	72,4	3 x 1	40,7	95,2	8,7
TOTAL		10,5	1 x 6	38,3	55,1	5,9

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Os financiamentos obtidos por poucos e a distribuição profundamente desigual

Os números do crédito obtido na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade

existente no setor. Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10.000 hectares, obtiveram parcelas médias de mais de um milhão de reais para cada uma. As unidades menores entre as pequenas que receberam financiamentos, tiveram que dividir entre si, apenas entre R\$2.900,00 e R\$20.000,00. Dessa forma, o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira. Em termos gerais, inclusive a maior parcelas dos financiamentos foi para as pequenas unidades e não chegaram a 10% dos agricultores dos grupos de área total que obtiveram estes recursos financeiros (**Tabela 08**). Para se ter uma idéia do quão pequeno foi o total alocado, se fosse distribuído apenas entre os pequenos estabelecimentos, cada um teria recebido R\$800,00. Também entre as pequenas parcelas de produção, há uma desigual distribuição dos recursos oriundos dos financiamentos. Os grupos de área total entre 50 e 100 hectares e entre 100 e 200 hectares ficaram com mais da metade dos recursos destinados às pequenas unidades como pode ser observado na **Tabela 08**. Este processo deriva e gera simultaneamente um processo de diferenciação interna no campesinato, fazendo com que se origine os camponeses pobres, os camponeses médios ou remediados como se diz popularmente, e os camponeses ricos.¹⁷ Esta diferença vai aparecer também nos demais dados referentes à produção agropecuária.

Tabela 08 - Brasil - Financiamentos obtidos

Grupos de área total (Hectares)		% do n° de produtores que obtiveram em relação ao n° total dos estabelecimentos dos grupos de área total	Participação % do n° de estabelecimentos sobre o valor total	Parcela média em R\$ Obtidas por estabelecimento
PEQUENA	Menos de 10	1,9	3,5	2.900,00
	10 a - 20	8,5	5,3	3.300,00
	20 a - 50	9,1	11,2	5.600,00
	50 a -100	8,1	10,0	11.500,00
	Menos de 100	3,9	30,0	4.700,00
	100 a - 200	8,2	11,1	20.300,00
	Menos de 200	4,1	41,1	6.600,00
MÉDIA	200 e - 500	9,3	15,7	38.000,00
	500 e - 1.000	9,9	11,5	73.500,00
	1.000 e - 2.000	10,5	9,8	122.600,00
	200 e - 2.000	9,6	37,0	57.000,00
	2.000 a - 5.000	9,9	11,4	284.200,00
GRANDE	5.000 a - 10.000	8,5	4,8	563.200,00
	10.000 e mais	9,0	5,5	1.044.653,00
	2.000 e mais	9,6	21,7	402.800,00
	TOTAL	5,3	100,0	14.400,00

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Com o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o quadro da desigualdade continua presente. Os camponeses que utilizam o Pronaf "D" e "E" têm ficado com as maiores parcelas dos recursos financeiros alocados. Os dados expressos pela **Tabela 09** testemunham esta evidência.

¹⁷ Lênin, Wladimir I. "O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 1985.

Tabela 09

Desempenho do Crédito Rural para Agricultura Familiar - Quadro Comparativo									
Grupos do PRONAF	Modalidade	2001		2002		2003		Variação % 2002-2003	
		Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Contratos	Montante (R\$ milhões)
A - Crédito para Agricultores Familiares assentados	Investimento	42.655	338,1	55.610	441,3	64.416	568,2	16%	29%
B - Microcrédito	Investimento	106.716	53,3	168.910	84,4	150.711	134,3	-11%	59%
C - Crédito para Agricultores Familiares em transição	Custeio	347.411	414,7	375.189	478,2	497.162	801,8	33%	68%
	Investimento	22.147	160,6	35.225	218,4	30.478	222,8	-13%	2%
D - Crédito para Agricultores Familiares consolidados	Custeio	371.428	1.022,1	288.201	913,9	294.760	1.218,2	2%	33%
	Investimento	20.109	164,6	30.112	268,7	48.677	517,8	62%	93%
E - Crédito para Agricultores Familiares capitalizados	Custeio	-	-	-	-	27.162	250,3	-	-
	Investimento	-	-	-	-	432	7,2	-	-
Compras da Agricultura Familiar - CONAB/MESA	Pré Custeio / Comercialização	-	-	-	-	34.013	81,6	-	-
Sub total	Custeio	718.839	1.436,7	663.390	1.392,1	819.084	2.270,3	23%	63%
	Investimento	191.627	716,6	289.857	1.012,7	294.714	1.450,3	2%	43%
Sub Total Pronaf		910.466	2.153,4	953.247	2.404,8	1.113.798	3.720,6	17%	55%
Total Geral		910.466	2.153,4	953.247	2.404,8	1.147.811	3.802,2	20%	58%

Fonte: Agentes Financeiros (BACEN, BB, BNB, BASA, BANSICREDI e BANCOOB) - Elaboração: SAF/MDA

Fonte: CONAB

Também cabe salientar o crescimento do acesso ao financiamento do grupo do Pronaf "A" e do aumento geral dos recursos financeiros disponíveis. A diferença entre o governo FHC e o governo LULA já aparece de forma nítida na política implementada nos financiamentos. Quanto ao financiamento geral da safra agrícola 2003/2004, o governo alocou R\$32,5 bilhões. Deste total foi reservado R\$5,4 bilhões para o PRONAF.

Comparando-se os recursos financeiros disponíveis para financiamento na agricultura brasileira com a agricultura norte-americana, verifica-se que os subsídios agrícolas acessados naquele país chegam a cinco vezes mais. Os dados da Tabela 10 indicam a situação entre 2.000 e 2.002.

Tabela 10 - Subsídios recebidos pelos agricultores norte-americanos (em milhões de dólares)

Cultura	2.000	%	2.001	%	2.002	%
Milho	9.267,95	18,7	6.549,98	12,7	4.578,72	11,6
Trigo	5.387,93	10,8	3.979,54	7,7	2.610,52	6,6
Soja	4.848,71	9,8	4.522,00	8,7	2.101,41	5,3
Carne bovina	1.426,76	2,9	1.669,90	3,2	1.450,91	3,7
Carne de frango	752,81	1,5	933,67	1,8	822,51	2,1
Carne suína	476,49	1,0	527,13	1,0	414,79	1,0
Subtotal	22.160,66	44,6	18.182,22	35,2	11.978,86	30,3
TOTAL AGRÍCOLA	49.673,37	100,0	51.683,23	100,0	39.558,60	100,0

Fonte: ICONE - Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Aliás, é este sistema de subsídios que garante aos USA soberania e segurança alimentar, além de ser o maior exportador mundial de excedentes agrícolas. Assim, o programa de subsídios na agricultura norte-americana funciona através de uma fórmula complexa:

"O repasse é feito em duas fases: o primeiro, com base no produto e na área plantada, chega até dezembro, ou na data indicada pelo produtor. A segunda parcela é liberada em abril e determinada pelo preço do produto. Isso significa dinheiro direto na conta do produtor. Se o preço de mercado cair, o agricultor recebe a diferença do governo, uma espécie de garantia de preço.

Para ter direito a um pacote de recursos, os candidatos precisam estar em sintonia com os programas governamentais de cuidados ambientais. O não cumprimento dos compromissos pode levar a sanções.

Debaixo de um grande guarda-chuva de apoios, o seguro de safra é outro braço, assim como o incentivo para a preservação ambiental. O diretor executivo estadual da Agência de Serviços do Departamento de Agricultura dos EUA, William Graff, responsável pelo atendimento a 179 mil fazendas do Estado, explica que parte dos subsídios é encaminhada para pagamento dos programas de conservação - tipo de incentivo que a comunidade internacional não considera distorcivo ao mercado. O departamento ainda mantém programas de garantia de preços mínimos de commodities, observa Graff

*- Quanto maior o preço de mercado, menor a quantidade de dólares que mandamos aos agricultores.*¹⁸

Dessa forma, os financiamentos agrícolas vão entrando na ordem do dia do debate internacional e certamente, na OMC – Organização Mundial do Comércio será tema de interesse mundial. Mas, deve-se registrar que a agricultura nos USA, na Europa e no Japão, é fortemente subsidiada. Portanto, é necessário desmistificar a máxima divulgada pelo agronegócio de que aqui não há subsídio. Embora pouco, ele existe, e mais, há também a super exploração dos baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros ou da renda recebida pela grande maioria dos agricultores camponeses que produzem os produtos de exportação.

Enfim, a terra nas pequenas unidades de produção é apropriada com fins produtivos, por isso intensamente ocupada. Logo, elas são também, grandes consumidoras de produtos de origem industrial. Ao contrário, a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. Estes latifundiários não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, a maioria das grandes propriedades no Brasil, está em mãos de grandes empresas industriais, financeiras e de serviços, e muitas vezes, em nomes de seus familiares. Portanto, quem de fato gera emprego no campo são as pequenas unidades, acompanhadas de perto pelas médias. Então, no discurso, os grandes proprietários usam o agronegócio para encobrir suas terras improdutivas. Como se verá pelos dados relativos à produção agropecuária no Brasil, são as pequenas e as médias unidades as que de fato, são responsáveis pelo seu crescimento e destaque, e não as grandes.

As pequenas unidades produzem mais em volume da produção

Os dados do IBGE referentes ao último Censo Agropecuário (1995/6), mostram que são as pequenas unidades quem produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades.

Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14,1% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 34,5% e as grandes com 12,5%. As pastagens por sua vez, ocupavam 177,7 milhões de hectares ou 49,8% da área total dos estabelecimentos e nelas as pequenas unidades ficavam com 34,9%, as médias com 40,5% e as grandes com 24,6%. Já as áreas ocupadas pelas matas e florestas perfaziam 26,5% do total (94,2 milhões de hectares) e as áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas representavam 4,6% (16,3 milhões de hectares).

É necessário neste momento, verificar quanto cada uma dessas unidades produzem. Em primeiro lugar, será apresentado o total dos rebanhos e plantéis da pecuária no país. (Tabela 11)

Tabela 11 – Brasil – Distribuição dos Plantéis

Rebanho	PEQUENA %	MÉDIA %	GRANDE %
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Equinos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muares	63,0	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11,0	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

¹⁸ Jornal Zero Hora – Suplemento Campo & Lavoura, 05/12/2.003, Porto Alegre-RS, p.2.

Como se pode ver, apenas o rebanho de búfalos era maior nas grandes unidades. Mesmo quanto ao rebanho bovino, as pequenas unidades tinham um percentual quase o dobro daqueles dos latifúndios. É preciso repetir que embora a área ocupada seja maior nos latifúndios a terra não é posta para produzir. Ela fica com a função de patrimônio, ou seja, a terra é retida apenas como reserva de valor.

Ainda discutindo a pecuária de bovinos, verifica-se que quanto às matrizes vendidas, as pequenas unidades contribuíram com 38,5% enquanto que os latifúndios com apenas 19,3% (as médias tiveram 42,1%). Também em relação ao gado abatido, as pequenas unidades participaram com 62,3% enquanto que os latifúndios com apenas 11,2% (as médias ficaram com 26,4%).

Quanto à produção de leite a posição das pequenas unidades foi majoritária 71,5%, sendo que os latifúndios produziram apenas 1,9% (as médias ficaram com 26,6%). No que se refere à produção de lã, as pequenas participaram com 27,7% enquanto que os latifúndios produziram apenas 17,7% (as médias produziram 54,6%). Já em relação à produção de ovos 79,3% vieram das pequenas unidades, ficando as médias com 18,5% e as grandes com apenas 2,2%.

Assim, pode-se verificar que em relação à produção de origem animal o volume de produção das pequenas unidades é superior às grandes unidades, portanto, aos latifúndios.

A seguir, será verificada na **Tabela 12**, a participação na produção das lavouras temporárias:

Tabela 12 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Temporárias

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Algodão (herbáceo)	55,1	29,9	15,0
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa(1ª safra)	74,0	20,7	5,3
Batata-inglesa(2ª safra)	76,7	20,9	2,4
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safras)	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	Zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9%
Tomate	76,4	18,5	5,1
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Em termos do volume da produção entre as lavouras temporárias, apenas na cultura da cana-de-açúcar os latifúndios produziram mais que as pequenas unidades, pois mesmo entre as famosas *commodities* – soja e milho - as pequenas unidades produzem um volume maior do que as grandes.

Quanto às lavouras permanentes, (**Tabela 13**) também o cenário não é diferente. As pequenas unidades de produção produziram mais que os latifúndios em termos de volume da produção:

Tabela 13 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Permanentes

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Ágave (fibra)	73,4	23,7	2,9
Algodão (arbóreo)	75,9	20,1	4,0
Banana	85,4	13,6	1,0
Cacau (amêndoas)	75,4	23,7	0,9
Café (em coco)	70,4	27,9	1,7
Caju (castanha)	71,8	15,0	13,2
Chá-da-Índia	47,3	52,7	Zero
Coco-da-baía	67,0	19,9	13,1
Guaraná	92,2	7,5	0,3
Laranja	51,0	38,1	10,9
Maçã	35,4	32,3	32,3
Mamão	60,1	35,1	4,8
Pimenta-do-reino	72,6	23,1	4,3
Uva (para mesa)	87,8	9,1	3,1
Uva (para vinho)	97,0	3,0	zero

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como se pode verificar, também entre as *commodities* (laranja, café e cacau) as pequenas unidades (menos de 200 hectares) tiveram, o maior volume da produção. Neste setor, há que se destacar o café com uma participação das pequenas unidades acima de 70%.

Entre os produtos agrícolas oriundos da horticultura a maioria do volume da produção recaiu massivamente entre as pequenas unidades de produção, pois tradicionalmente são elas as maiores produtoras deste gênero alimentício. O mesmo processo ocorre na floricultura. Esta mesma participação expressiva das pequenas unidades, também ocorreu entre os produtos oriundos do extrativismo vegetal. Neste setor da produção vegetal praticamente mais de 50% do volume vem das unidades com menos de 200 hectares, como pode ser observado pela **Tabela 14**.

Tabela 14 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Extração Vegetal

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Borracha (coagulada)	60,1	20,5	19,4
Carvão vegetal	50,3	27,1	13,6
Castanha-do-Pará	79,1	16,6	2,3
Erva-mate	67,6	25,8	6,6
Lenha	86,9	26,5	6,1
Madeiras em toras	49,7	26,5	23,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O único setor da produção vegetal que os latifúndios tiveram participação hegemônica foi na silvicultura (**Tabela 15**). A razão desta hegemonia decorre da história de sua origem, atrelada às políticas de incentivos fiscais, durante os governos militares.

Tabela 15 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Silvicultura

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Carvão vegetal	11,2	18,1	67,8
Madeiras em tora	10,0	34,8	55,1
Madeiras para papel	8,3	18,6	73,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

As pequenas unidades de produção também geram mais renda no campo

Outro mito comum entre aqueles que analisam a agricultura brasileira, refere-se à participação das diferentes unidades de produção na geração da renda neste setor. Costumam atribuir à grande exploração o papel de destaque. A análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário, mostram exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também, são as pequenas unidades de produção com menos de 200 hectares que ficam com 56,8% do total geral. Os dados percentuais desta participação na **Tabela 16**, são provas inequívocas desse papel:

Tabela 16 – Brasil – Distribuição do VALOR da PRODUÇÃO

Setor	TOTAL GERAL	PARTICI-PAÇÃO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
TOTAL GERAL	100,0	100,0	56,8	29,6	13,6
TOTAL da PRODUÇÃO ANIMAL	39,4	100,0	60,4	28,6	11,2
Animal de grande porte	25,2	100,0	46,4	37,2	16,4
Animal de médio porte	3,8	100,0	85,5	12,9	1,6
Pequenos animais e aves	10,4	100,0	84,8	13,6	1,5
TOTAL da PRODUÇÃO VEGETAL	60,6	100,0	53,6	31,2	15,2
Lavouras Temporárias	42,1	100,0	49,2	33,8	16,7
Lavouras Permanentes	12,6	100,0	70,5	24,3	5,2
Horticultura e floricultura	2,0	100,0	94,7	4,1	1,2
Extração Vegetal	1,6	100,0	67,6	17,9	11,3
Silvicultura	2,3	100,0	16,8	23,4	59,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Quanto às receitas totais geradas pelos estabelecimentos agropecuários, cabe destacar que as pequenas unidades também ficaram com o maior percentual, ou seja, 53,5% do total. As médias ficaram com 31,1% e os latifúndios com apenas 15,4% do total geral (**Tabela 17**). Dessa forma, em praticamente todas as variáveis, as pequenas unidades de produção na agricultura, são

mais produtivas do que os latifúndios. Este cenário indica que a terra na grande propriedade não está sendo posta para produzir, mas sim como já destaquei, destinada às reservas patrimoniais e de valor.

Tabela 17 – Brasil – Distribuição da RENDA LÍQUIDA TOTAL (R\$1.000,00)

Itens	TOTAL	%	%	PEQUENA	%	MÉDIA	%	GRANDE	%
RECEITAS TOTAIS	43.622.749	100,0	100,0	23.359.659	53,5	13.520.289	31,0	6.701.117	15,5
DESPESAS TOTAIS	26.880.701	61,6	100,0	13.481.409	50,2	8.523.594	31,7	4.861.743	18,1
RENDA LÍQUIDA TOTAL	16.742.048	38,4	100,0	9.878.250	59,0	4.996.695	29,8	1.839.374	11,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A distribuição da renda líquida total revela e reforça a tese central de que a pequena unidade de produção é responsável pela maior receita, despesa e volume financeiro dela. O latifúndio, por sua vez, ficou com a menor parcela.

Entretanto, aprofundando mais esta investigação, verifica-se que como o número das pequenas unidades é elevado (88,85% do total), a parcela média obtida por unidade é também pequena. Por exemplo, na **Tabela 18**, a quantia média do valor da produção por estabelecimento entre aqueles que tem área inferior a 10 hectares, variou entre R\$1.130,00 e R\$4.240,00. Entre aqueles que possuem área entre 10 e 200 hectares, a parcela média variou entre R\$6.500,00 e R\$20.500,00. Enquanto isso nas grandes unidades esta parcela média variou entre R\$231.000,00 e R\$827.000,00.

A situação não foi diferente no item das receitas. Enquanto que nas pequenas o valor médio por estabelecimento, variou de R\$1.040,00 a R\$18.800,00, entre as grandes ela variou de R\$236.800,00 e R\$881.000,00. No item despesas o quadro da desigualdade foi semelhante, o que também ocorreu com a renda líquida total média. Como o número dos grandes estabelecimentos é reduzido (0,5%) o resultado por unidade torna-se elevado.

Cabe esclarecer que esta concentração é resultado também da histórica concentração da terra no país e particularmente, pelo fato de que o Brasil continua sendo um país onde parte significativa das exportações é de produtos básicos ou apenas semimanufaturados. Assim, a elite tem se reproduzido, reproduzindo a concentração da terra e da renda. Vender para o mercado mundial mais produtos da agricultura, o que o Brasil fez em toda sua história, agora virou participar do agronegócio. Até a cidade de Ribeirão Preto que foi "*a capital do café*" agora adotou um novo slogan: "*a capital do agronegócio*". Muda-se para não mudar nada. Com todo respeito aos incansáveis trabalhadores desta cidade, mas Ribeirão Preto continua sendo "*um fazendão iluminado*", como afirmou um agente do setor imobiliário de lá.¹⁹ Esta região tornou-se uma espécie de ícone do agronegócio. Aliás, há algum tempo, a Rede Globo fez um programa especial do Globo Repórter, para chamar aquela região de "Califórnia brasileira". Existe pelos menos duas grandes diferenças entre ambas: a distribuição da terra e da renda. Na Califórnia, a sociedade norte-americana desde o século XIX, tratou de fazer cumprir leis que limitaram o tamanho da propriedade da terra no centro e oeste do país: "*Esse processo de abertura do acesso a terra teve início com uma lei de 1820 que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32,3736 hectares) ao preço de U \$ 1,25 por acre (4.047 M²) . Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim, em 1862, foi assinada The Homestead Act, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160 acres (64,7472 ha)*".²⁰

¹⁹ BELTRÃO SPOSITO, M. E. "*O Chão Arranha o Céu: A Lógica da (Re) Produção monopolista da cidade*" – tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH-USP, São Paulo, 1.991.

²⁰ OLIVEIRA, A.U. "*Modo Capitalista de Produção e Agricultura*", 3ª edição, Ed. Ática, São Paulo, 1.990.

Assim, parece que sempre teimosamente, quando a história se repete, ela o faz como farsa. Este conjunto de resultados apresentados referentes aos dados da agricultura brasileira, é mais um indicativo de que a necessária e fundamental melhor distribuição da renda na agricultura passa necessariamente pela redistribuição da terra. Maior acesso a terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral.

Tabela 18 - Brasil – Valor da produção, receitas, despesas e renda líquida média por estabelecimento.

Grupos de área total (Hectares)	Número de estabelecimentos	% do nº de estabelecimentos	Valor da Produção Médio por estabelecimento	Valor Médio das Receitas Totais por estabelecimento	Valor Médio das Despesas Totais por estabelecimento	Valor Médio RENDA LÍQUIDA TOTAL por estabelecimento	
PEQUENA	Menos de 1	512.032	10,5	1.130,00	1.040,00	525,00	515,00
	1 a - 2	471.298	10,0	1.390,00	1.190,00	620,00	570,00
	2 a - 5	796.724	16,4	2.610,00	2.320,00	1.200,00	1.120,00
	5 a - 10	622.320	12,8	4.240,00	3.650,00	1.910,00	1.740,00
	Menos de 10	2.402.374	49,4	---	---	---	---
	10 a - 20	701.416	14,4	6.500,00	5.480,00	2.990,00	2.490,00
	20 a - 50	814.695	16,8	9.000,00	7.760,00	4.500,00	3.260,00
	50 a -100	400.375	8,2	12.600,00	11.160,00	6.460,00	4.700,00
	Menos de 100	4.318.861	88,8	---	---	---	---
	100 a - 200	246.314	5,1	20.500,00	18.800,00	11.530,00	7.270,00
	Menos de 200	4.565.175	93,9	---	---	---	---
MÉDIA	200 e - 500	165.243	3,4	39.000,00	37.400,00	23.140,00	14.260,00
	500 e - 1.000	58.407	1,2	77.000,00	74.900,00	43.600,00	31.300,00
	1.000 e - 2.000	28.504	0,6	130.000,00	129.100,00	79.700,00	49.400,00
	200 e - 2.000	252.154	5,2	---	---	---	---
GRANDE	2.000 a - 5.000	14.982	0,3	231.000,00	236.800,00	151.500,00	85.300,00
	5.000 a - 10.000	3.688	0,1	410.000,00	451.100,00	325.100,00	126.000,00
	10.000 e mais	2.184	0,1	827.000,00	881.000,00	678.000,00	203.000,00
	2.000 e mais	20.854	0,5	---	---	---	---
TOTAL	(*) 4.859.865	(*) 100,0	10.100,00	9.420,00	5.820,00	.600,00	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A estrutura produtiva das principais culturas e o caminho seguido pela agricultura

Também é necessário analisar a diferença estrutural entre a produção agrícola voltada mais para o mercado interno e aquela do agronegócio voltada especialmente para o mercado mundial. Os dados a seguir são sugestivos para se pensar a situação atual e o futuro. Como se pode verificar, o agronegócio está implantado com maior ênfase, na pequena e na média propriedade. Torna-se, portanto, fundamental entender a estrutura produtiva do agronegócio e aquela voltada especialmente para o mercado interno. Para tal, será analisada a realidade oferecida por produtos agrícolas que se constituem em *commodities* do agronegócio e produtos voltados para alimentação básica dos brasileiros.

Mas, antes é preciso eliminar outro mito referente ao “espetáculo do agronegócio”. A pergunta que deve ser feita é: qual é área ocupada pelas atividades agrícolas no Brasil?

Analisando os dados do IBGE, a área total dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1995/6, ocupava 353,6 milhões de hectares, as lavouras (temporárias e permanentes) 50,1 milhões de hectares, as pastagens (naturais e plantadas) 177,7 milhões de hectares, as matas e florestas naturais 88,8 milhões de hectares, a silvicultura 5,4 milhões de hectares, e restava um total de 60,2 milhões de hectares, certamente de terras improdutivas.

As terras ocupadas pelas lavouras estavam 53,0% nas pequenas unidades de produção, 34,5% nas médias e apenas 12,5% nas grandes unidades. Já as terras ocupadas pelas pastagens, 34,9% estavam nas pequenas, 40,5% nas médias e apenas 24,6% nas grandes. As terras das matas e florestas naturais, 20,7% ficavam nas pequenas, 29,6% nas médias e 49,7% nas grandes. As terras da silvicultura ficavam 16,7% nas pequenas, 24,1% nas médias e 59,2% nas grandes. Dessa forma, a maior área destinada à produção agropecuária está na pequena e na média e não grande como se tenta justificar. Apenas as áreas com silvicultura e com matas e florestas naturais e as improdutivas estão predominantemente nas grandes unidades.

Vamos então analisar agora, o quadro apresentado por vários produtos da agricultura para chegarmos à sua realidade estrutural.

A soja

A soja é atualmente a verdadeira vedete do agronegócio, inclusive muitos intelectuais progressistas, atribuem apenas a ela o grande furor das transformações na agricultura brasileira em todo canto e lugar do país. Vamos analisar seus dados e verificar qual sua dimensão e destaque.

A **Tabela 19** indica que o total dos estabelecimentos produtores de soja no Brasil representava apenas 5,0% (242.999) do total (4.859.865) dos agricultores brasileiros. Entre as pequenas unidades de produção que também produziram soja, encontrava-se apenas 4,4% (225.530) do total (4.565.175) dos estabelecimentos pequenos. Nas médias unidades o percentual foi de 6,3% e entre as grandes 7,8%. Cabe salientar, que embora reduzido o número de pequenas unidades produzindo soja, elas representavam em relação ao número total dos produtores desta leguminosa 92,8%. Plantaram também, 36,2% da área colhida, colheram 34,4% do volume da produção em toneladas e ficaram com 36,2% valor da produção.

Tabela 19 - Brasil – Soja em grão

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos estabelecimentos dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Ha)	Participação % número de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	2,4	57.203	195.068	23,5	2,1	1,6	1,8
	10 a - 20	10,1	70.972	498.026	29,2	5,2	4,6	4,8
	20 a - 50	8,0	65.561	1.021.683	27,0	10,8	10,3	10,8
	50 a - 100	5,1	20.615	809.211	8,5	8,5	8,5	8,9
	Menos de 100	5,0	214.351	2.523.988	88,2	26,6	25,0	26,3
	100 a - 200	4,5	11.179	907.803	4,6	9,6	9,4	9,9
MÉDIA	Menos de 200	4,9	225.530	3.431.791	92,8	36,2	34,4	36,2
	200 e - 500	5,7	9.456	1.530.068	3,9	16,1	16,3	16,6
	500 e - 1.000	7,0	4.078	1.321.949	1,7	14,0	14,2	14,3
	1.000 e - 2.000	8,1	2.300	1.213.183	0,9	12,8	13,2	12,7
GRANDE	200 e - 2.000	6,3	15.834	4.065.200	6,5	42,9	43,7	43,6
	2.000 a - 5.000	8,0	1.192	1.102.685	0,5	11,6	12,3	11,4
	5.000 a - 10.000	7,6	282	493.949	0,1	5,2	5,4	4,9
	10.000 e mais	7,0	153	386.171	0,1	4,1	4,2	3,9
	2.000 e mais	7,8	1.627	1.982.805	0,7	20,9	21,9	20,2
TOTAL		5,0	242.999	9.479.893	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Assim, mesmo na produção desta *commodity*, as grandes unidades que participaram com 0,7% do número dos estabelecimentos produtores e plantaram 20,9% da área. Ficaram também, com 21,9% das toneladas colhidas e com 20,2% do valor da produção, quantidades inferiores, portanto, às aquelas obtidas pelas pequenas unidades. As médias unidades responderam pelo maior percentual na área plantada (42,9), volume colhido (43,7%) e valor da produção (43,6%). Aliás, mesmo as pequenas unidades com área inferior a 100 hectares, tiveram maior participação percentual na área plantada, no volume colhido e na renda obtida.

Uma conclusão óbvia destes dados é que há mais de 225 mil camponeses integrados na produção desta mercadoria do agronegócio no Brasil. E mais, eles têm inserção diferenciada neste setor. Vivem contradições e a imensa teia das relações de sujeição a que estão submetidos. Desvendar estas teias pode indicar caminhos de autonomia para estes produtores camponeses.

Quanto ao destino da produção, 50% dos produtores entregaram às cooperativas, 37% das toneladas de soja produzida. Outros 35% entregaram aos intermediários 30% da soja total produzida. Para a indústria 10% dos produtores enviaram 31% da produção. A diferença restante teve outros destinos. Dessa forma, aqui estão três mecanismos diferentes de sujeição dos produtores de soja ao capitalismo mundial. Não custa lembrar que, desde o início da expansão da soja nas décadas de 60 e de 70, as cooperativas foram instrumentos privilegiados da reprodução da subordinação da renda da terra dos camponeses ao capital neste setor.

Também a distribuição da parcela média do valor da produção foi desigual. Os 225.500 pequenos ficaram parcelas médias de R\$1.320,00, R\$2.870,00, R\$7.000,00, R\$18.400,00 e R\$ 37.400,00 respectivamente, para os grupos de área total de menos de 10 ha, 10 a -20 ha, 20 a -50 ha, 50 a -100 ha e 100 a -200 ha. Enquanto isso, 153 dos maiores grandes proprietários (10.000 ha e mais) que produziram soja, obtiveram parcelas médias de R\$1.091.000,00.

Cabe ainda ressaltar, que a área total cultivada com soja no Brasil na safra de 95/6, foi de 9,5 milhões de hectares, ou 1,1% da área total do país. Entretanto, esta leguminosa vem ampliando sua área cultivada, alcançando na safra 2000/01, um total de 13,9 milhões de hectares. Assim, ela ampliou seu percentual de participação entre as lavouras (temporárias e permanentes) que em 95/6 já era de 18,9%. Na safra 2002/03, a área plantada continuou aumentando, chegando a 18,4 milhões de hectares. Na safra 2003/04, a área deve chegar a 20,9 milhões de hectares. A expansão da cultura se faz principalmente no Centro-Sul do país, com destaque para os estados de Mato Grosso (5,2 milhões de hectares), Mato Grosso do Sul (1,7 milhões de hectares), Goiás (2,4 milhões de hectares), Rio Grande do Sul (3,9 milhões de hectares) e o Paraná (3,9 milhões de hectares). Estes estados respondem, portanto, por mais de 80% da área cultivada nesta safra. Esta expansão em área é também, acompanhada por um crescimento no volume de produção que passou de 20,7 milhões de toneladas na safra de 95/6, para 52,0 milhões na safra 2002/3, podendo chegar a mais 58 milhões na safra 2003/04.

A cana-de-açúcar

A cultura da cana-de-açúcar cultivada no Brasil desde os tempos coloniais, tornou-se múltipla depois do advento do Pró-álcool. Destinada à produção de açúcar, hoje ela disputa o mercado dos combustíveis do setor automobilístico, pois o álcool anidro participa da mistura na gasolina. Dessa forma, os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde a plantam. Criaram assim, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra. Afinal, esta cultura ocupa os melhores solos existentes no país, constituindo-se em verdadeiros monopólios territorializados.

Por tudo isso, a cultura da cana-de-açúcar é uma atividade onde as grandes unidades têm participação superior às pequenas. Elas participaram com 31,6% das terras plantadas, 33,1% do volume da produção e 31,1% do valor da produção gerado. Entretanto, mesmo nesta cultura a participação mais expressiva é da média unidade, que ficou com mais de 40% de tudo. Mesmo com a participação de mais de 89% do número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, as pequenas unidades participam com pouco mais de 10% e inclusive, esta participação está mais localizada no Nordeste e no Rio de Janeiro. A **Tabela 20** ilustra com dados detalhados esta cultura. Cabe também esclarecer que eles referem-se apenas à cana industrial, pois a cana forrageira está muito mais disseminada nas propriedades rurais.

Tabela 20 - Brasil – Cana-de-açúcar

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	4,9	116.801	84.588	31,0	2,0	1,0	1,7
	10 a - 20	14,0	98.249	111.263	26,0	2,6	1,6	2,1
	20 a - 50	10,9	89.028	240.824	23,6	5,7	4,3	4,8
	50 a -100	8,2	32.708	246.605	8,7	5,9	5,1	5,4
	Menos de 100	7,8	336.786	683.280	89,3	16,2	12,0	14,0
	100 a - 200	7,8	19.230	364.274	5,1	8,6	7,8	7,8
	Menos de 200	7,8	356.016	1.047.554	94,4	24,8	19,8	21,8
MÉDIA	200 e - 500	8,3	13.719	682.594	3,6	16,2	15,5	14,0
	500 e - 1.000	7,9	4.636	618.271	1,2	14,7	14,9	13,5
	1.000 e - 2.000	6,3	1.806	535.012	0,5	12,7	16,7	19,6
	200 e - 2.000	8,0	20.161	1.835.877	5,3	43,6	47,1	47,1
	2.000 a - 5.000	5,0	743	571.195	0,2	13,6	14,8	13,8
GRANDE	5.000 a - 10.000	4,3	160	327.832	0,1	7,7	8,5	8,8
	10.000 e mais	4,9	107	433.963	0,0	10,3	9,8	8,5
	2.000 e mais	4,8	1.010	1.332.990	0,3	31,6	33,1	31,1
	TOTAL	7,8	* 377.207	*4.215.427	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O total dos produtores de cana-de-açúcar representava também, apenas 7,8% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que a produzem também, apenas 6,9% do total. A área total cultivada com cana-de-açúcar no Brasil era de 5 milhões de hectares, ou 0,6% da área do país na safra 95/96. Na safra 2002/3, a área cultivada chegou a 5,2 milhões de hectares e a um volume de produção de 364,4 milhões de toneladas.

As pequenas unidades (94,4%) participaram com apenas 24,8% da área colhida, 19,8% do volume e 21,8% do valor da produção. As grandes nessa cultura, têm participação maior do que as pequenas unidades.

Na safra 95/6, mais de 94% do volume da produção de cana foi para a indústria (usinas e destilarias). Os maiores produtores (10.000 ha e mais), cerca de 100, ficaram com parcelas médias do valor da produção de R\$4.217.800,00. Enquanto isso, as pequenas unidades por sua vez, ficaram com parcelas médias de apenas R\$3.000,00. Esta é uma cultura onde a diferença na distribuição da renda é mais desigual.

A laranja

A produção da laranja para a produção de suco concentrado é fenômeno relativamente recente na agricultura brasileira. A década de 80 foi o período em que ocorreu a decolagem desta produção. Hoje o Brasil é o primeiro produtor mundial de suco concentrado de laranja. Concentrada territorialmente no Estado de São Paulo, a área plantada na safra 95/6 foi de pouco menos de um milhão de hectares. Na safra de 2002/03, o volume de produção foi de 18,5 milhões de toneladas e área plantada manteve-se praticamente a mesma.

O total dos produtores de laranja no Brasil representava 17,0% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que a produzem também, representavam 17,2% do total. Como a área total cultivada com laranja no Brasil, é de um milhão de hectares, ela representa apenas 0,1% da área total do país. As pequenas unidades de produção representavam 94,9% dos produtores que por sua vez têm 58,6% da área plantada, 51,1% do volume da produção e 58,4% do valor da produção gerado. Enquanto isso, as grandes unidades participaram com apenas 7,1% da área plantada, 10,8% do volume da produção e apenas 8,9% do valor da produção. A **Tabela 21** mostra esta realidade.

Tabela 21 - Brasil - Laranja

Grupos de área total (Hectares)		% do nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	12,4	298.640	68.651	36,1	7,2	4,6	8,0
	10 a - 20	26,6	186.275	71.152	22,5	7,5	5,9	7,1
	20 a - 50	23,0	186.995	156.969	22,6	16,6	14,2	16,5
	50 a - 100	17,9	71.775	129.177	8,7	13,7	12,9	13,0
	Menos de 100	17,2	743.685	425.949	90,0	45,0	37,6	44,6
	100 a - 200	16,5	40.659	128.711	4,9	13,6	13,5	13,8
MÉDIA	Menos de 200	17,2	784.344	554.660	94,9	58,6	51,1	58,4
	200 e - 500	16,1	26.629	168.762	3,2	17,8	18,7	17,2
	500 e - 1.000	15,8	9.207	95.734	1,1	10,1	11,1	8,6
	1.000 e - 2.000	13,6	3.948	60.578	0,5	6,4	8,3	6,9
	200 e - 2.000	15,8	39.784	325.074	4,8	34,3	38,1	32,7
GRANDE	2.000 a - 5.000	12,4	1.856	49.365	0,2	5,3	7,9	5,9
	5.000 a - 10.000	10,3	381	6.974	0,1	0,7	0,5	0,4
	10.000 e mais	9,7	211	10.804	0,0	1,1	2,4	2,6
	2.000 e mais	11,7	2.448	67.143	0,3	7,1	10,8	8,9
TOTAL		17,0	826.875	946.896	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Na cultura da laranja para suco concentrado, predominou e ainda predomina a separação entre os produtores das frutas e as indústrias. Por isso, a participação expressiva e histórica da pequena unidade de produção no setor. Entretanto, em função de disputas na definição do preço da fruta, as indústrias iniciaram o plantio da fruta em terra própria. Assim se explica a expansão da laranja no Triângulo Mineiro. Outro processo que ocorre neste setor é a associação de grandes produtores capitalistas com as indústrias, deste modo vão construindo um processo próprio e específico de territorialização destes monopólios do suco concentrado.

Quanto ao destino da produção, 75% da produção foi entregue às indústrias de suco concentrado, e 20% aos intermediários. A desigualdade na distribuição das parcelas médias do valor de produção também está presente nesta cultura. Elas foram de R\$3.000,00 nas pequenas e de R\$111.000,00 nas maiores entre as grandes unidades.

O café

Outra cultura do agronegócio, o café vem sendo produzido no Brasil desde o século XIX. Primeiro produto de exportação durante longas décadas, ele fez este país tornar-se o primeiro produtor mundial. Como parte da história, o café percorreu uma verdadeira marcha pelo território nacional fazendo de São Paulo seu primeiro grande produtor, depois o Paraná e agora, Minas Gerais e o Espírito Santo.

O total dos produtores de café no Brasil, representava apenas 7,6% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que o produzem também, representam apenas 7,7% do total. A área total cultivada com café no Brasil, era de 1,8 milhões de hectares, ou 0,2% da área total do país na safra 95/96. Na safra 2002/03, a área plantada chegou a 2,4 milhões de hectares e o volume da produção a 2,6 milhões de toneladas, metade em Minas Gerais.

Nesta cultura é espetacular a hegemonia da pequena unidade de produção, pois ela alcança 95,9% dos produtores, 76,5% da área colhida, 70,5% do volume da produção e 69,8% do valor da produção. Enquanto isso, as grandes unidades tiveram a inexpressiva participação de 1,4% da área, 1,7% das toneladas produzidas e 2,2% do valor gerado. A **Tabela 22** a seguir detalha estes dados.

12

Tabela 22 - Brasil - Café em coco

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	5,5	131.654	219.242	35,6	12,1	9,3	8,8
	10 a - 20	9,3	65.176	211.049	17,7	11,7	9,6	8,8
	20 a - 50	10,3	83.727	393.837	22,7	21,7	19,3	18,3
	50 a - 100	11,7	46.774	299.162	12,7	16,5	16,2	15,5
	Menos de 100	7,6	327.331	1.123.290	88,7	62,0	54,4	51,4
	100 a - 200	10,7	26.456	263.299	7,2	14,5	16,1	18,4
	Menos de 200	7,7	353.787	1.386.589	95,9	76,5	70,5	69,8
MÉDIA	200 e - 500	6,9	11.440	257.240	3,1	14,2	17,5	17,8
	500 e - 1.000	4,4	2.555	99.351	0,7	5,5	7,2	7,2
	1.000 e - 2.000	2,8	787	42.906	0,2	2,4	3,2	3,0
	200 e - 2.000	5,9	14.782	399.497	4,0	22,1	27,9	28,0
GRANDE	2.000 a - 5.000	1,8	266	21.847	0,1	1,2	1,4	1,7
	5.000 a - 10.000	1,5	56	2.344	0,0	0,1	0,1	0,2
	10.000 e mais	2,0	43	1.937	0,0	0,1	0,2	0,3
	2.000 e mais	1,8	365	26.128	0,1	1,4	1,7	2,2
TOTAL		7,6	368.961	1.812.250	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração
 Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como o café é cultivado particularmente nas pequenas unidades, elas entregaram aos intermediários 65% da produção, 15% para a indústria e outros 15% para as cooperativas. Quanto à distribuição das parcelas médias do valor da produção, os extremos vão de R\$1.600,00 nas menores e R\$203.000,00 nas maiores. Entretanto, trata-se de esclarecer que 70% do valor da produção são distribuídos com menor desigualdade, entre os pequenos. Eles recebem de R\$1.600,00 entre os com área inferior a 10 ha, e R\$7.900,00 entre aqueles de 100 e menos de 200 ha. Este quadro decorre do fato de que o número de produtores pequenos é muito elevado (mais de 350.000).

Assim, mesmo fortemente subordinada aos intermediários, a pequena unidade tem conseguido ficar com parte da renda da terra obtida com esta cultura. Certamente, parte desta possibilidade acontece porque o café muitas vezes, fica estocado, aguardando melhores preços.

A pecuária de bovinos

A pecuária de corte é outra atividade no campo de história longa. Parceira da cultura da cana desde o período colonial, ganhou fama como "desbravadora de fronteiras". Por isso, é parte constitutiva da estrutura produtiva das elites. Foi também, a atividade econômica, que serviu de instrumento para demarcação de grandes posses e até hoje é a atividade que detém na média, as maiores extensões territoriais do país. Caracteriza-se por ser uma atividade fortemente disseminada no campo. Para os pequenos é uma espécie de "poupança", para os grandes é instrumento para se apoderar de muita terra. Cerca de 2,7 milhões de estabelecimentos (55,5%) exercem esta atividade. Entre os pequenos o percentual exceto os estabelecimentos com menos de 10 ha, estão presentes em mais de 70% das unidades, e entre os grandes em perto de 90% deles. (Tabela 23) É portanto uma atividade hegemônica da grande propriedade. M e s m o assim, a participação das pequenas unidades no número de cabeças do rebanho é de 37,6% (57,6 milhões de cabeças), portanto maior do que as grandes unidades que detém apenas 21,8% (33,3 milhões de cabeças).

Tabela 23 - Brasil - Bovinos - Plantel Total

Grupos de área total (Hectares)		REBANHO TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % nº de estabelecimentos criadores	Número de Cabeças do Rebanho Total	Participação % Rebanho Total
PEQUENA	Menos de 10	33,9	30,2	6.039.646	3,9
	10 a - 20	71,0	18,5	6.639.267	4,3
	20 a - 50	75,3	22,8	14.364.690	9,4
	50 a -100	79,7	11,8	14.123.384	9,2
	Menos de 100	52,0	83,3	41.166.987	26,8
MÉDIA	100 a - 200	83,8	7,7	16.504.085	10,8
	Menos de 200	53,7	91,0	57.671.072	37,6
	200 e - 500	88,9	5,4	25.090.847	16,4
	500 e - 1.000	90,5	2,0	19.296.872	12,6
GRANDE	1.000 e - 2.000	91,2	1,0	17.631.807	11,5
	200 e - 2.000	89,5	8,4	62.019.526	40,5
	2.000 a - 5.000	90,1	0,5	17.156.969	11,2
	5.000 a - 10.000	88,1	0,1	7.499.578	4,9
	10.000 e mais	86,4	0,1	8.660.453	5,7
	2.000 e mais	89,3	0,6	33.316.000	21,8
TOTAL		55,5	100,0	(*)	100,0
		2.698.197		153.058.275	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A análise dos dados sobre o número de bovinos comprados, vendidos e abatidos (Tabela 24), igualmente reforça a tese de que também, na pecuária de bovinos as pequenas unidades tem maior participação. Em número de cabeças, as pequenas unidades foram responsáveis por 32,8% das cabeças compradas, 31,6% das vendidas, e 62,5% das abatidas. Enquanto que as grandes movimentaram apenas, 24,0% das compradas, 24,1% das vendidas e 10,7% das abatidas. A desigualdade na distribuição das parcelas médias do valor da produção repete-se também na pecuária de bovinos onde oscilou no item cabeças vendidas, entre R\$1.000,00 para as menores e R\$265.000,00 para as maiores.

O leilão tem sido instrumento de comercialização mais comum na pecuária de bovinos. Esta modalidade de comercialização, abriu possibilidades de fortes sociabilidades entre os diferentes produtores deste setor. Esta articulação estabelecida entre as diferentes unidades de produção abriu lugar para que as articulações políticas muitas vezes, levassem os pequenos pecuaristas para as posições dos grandes proprietários. A base política da UDR - União Democrática Ruralista tem apresentado esta característica.

A presença significativa da pequena unidade de produção na pecuária de bovinos, é conseqüência também, da crise que tem se abatido sobre a agricultura durante o Plano Real, em função de sua "âncora verde" ²¹. As pequenas unidades em geral cuidam da etapa da cria na pecuária, onde o objetivo principal é o bezerro, e o leite vem com renda adicional, embora também com preços baixos. Também em geral, os médios e grandes proprietários acabam comprando estas crias da pequena unidade realizando as duas outras etapas, a cria e a engorda.

²¹ Parte do Plano que visou manter estável o preço da cesta básica. Com o desigual comportamento dos preços (alta nos preços dos produtos adquiridos pelos agricultores, a redução da renda na agricultura foi inevitável.

Tabela 24 - Brasil - Número de Bovinos - Comprados, Vendidos e Abatidos

Grupos de área total (Hectares)		Compradas		Vendidas		Abatidas	
		Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	4,1	4,9	3,2	3,2	10,4	10,4
	10 a - 20	3,9	4,6	3,2	3,0	12,4	10,8
	20 a - 50	8,0	8,9	7,4	6,5	18,0	16,3
	50 a - 100	7,7	8,3	8,1	7,1	11,3	10,5
	Menos de 100	23,7	26,7	21,9	19,8	52,1	48,0
MÉDIA	100 a - 200	9,1	9,5	9,7	8,9	10,4	10,8
	Menos de 200	32,8	36,2	31,6	28,7	62,5	58,8
	200 e - 500	15,9	15,4	16,7	16,1	11,6	12,0
	500 e - 1.000	13,7	12,9	13,8	14,2	8,2	9,1
	1.000 e - 2.000	13,5	12,6	13,8	14,7	6,6	7,2
GRANDE	200 e - 2.000	43,1	40,9	44,3	45,0	26,4	28,3
	2.000 a - 5.000	13,6	12,8	13,0	14,3	5,6	6,6
	5.000 a - 10.000	5,8	5,6	5,4	5,9	2,0	2,3
	10.000 e mais	4,6	4,4	5,7	6,2	3,1	4,0
	2.000 e mais	24,0	22,8	24,1	26,4	10,7	12,9
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		15.569.258		29.840.376		1.642.093	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O rebanho bovino está concentrado principalmente nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Depois vem, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Paraná, Bahia e Rondônia.

A produção de leite

A pecuária leiteira no Brasil tem também na pequena unidade de produção sua maior produção. Presente em 37,2% dos estabelecimentos agropecuários, a produção do leite atinge nos estabelecimentos entre 10 ha e mais hectares, mais de 50% dos mesmos. As pequenas unidades ficam com 90,4% do número destes estabelecimentos produtores, e 70,8% das vacas ordenhadas. Respondem também por 71,5% do volume do leite produzido e 71,6% do valor da produção. (Tabela 25)

As grandes unidades, por sua vez, têm participação inexpressiva deste produto. Trata-se portanto, de mais uma atividade típica da pequena unidade de produção. Inclusive este dado coincide com a pecuária de corte de bovinos, onde a pequena unidade é tipicamente de cria, portanto, produtora de leite. As parcelas médias do valor da produção no setor variam nas pequenas unidades entre R\$2.000,00 e R\$7.600,00. Isto prova uma certa distribuição da renda no setor.

Tabela 25 - Brasil - Leite

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total grupos de área total	% nº de estabelecimentos Produtores	% número de Vacas ordenhadas	Volume da Produção (mil litros)	% do volume da produção	% do valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	19,0	25,3	8,9	1.403.647	7,8	8,9
	10 a - 20	50,1	19,7	10,1	1.930.372	10,8	10,6
	20 a - 50	54,3	24,4	19,4	3.627.925	20,2	19,8
	50 a -100	57,4	12,7	16,6	2.974.821	16,6	16,4
	Menos de 100	24,8	82,1	55,0	9.936.765	55,4	55,7
	100 a - 200	60,1	8,3	15,8	2.883.288	16,1	15,9
	Menos de 200	35,8	90,4	70,8	12.820.053	71,5	71,6
MÉDIA	200 e - 500	64,7	5,9	16,1	2.966.753	16,5	16,4
	500 e - 1.000	64,7	2,1	7,0	1.197.427	6,7	6,5
	1.000 e - 2.000	64,4	1,0	3,6	601.254	3,4	3,5
	200 e - 2.000	64,7	9,0	26,7	4.765.434	26,6	26,4
GRANDE	2.000 a - 5.000	61,3	0,5	1,9	269.209	1,5	1,5
	5.000 a - 10.000	58,7	0,1	0,4	48.360	0,3	0,3
	10.000 e mais	55,9	0,0	0,2	24.769	0,1	0,2
	2.000 e mais	60,3	0,6	2,5	342.338	1,9	2,0
TOTAL		37,2	(*) 100,0	(*) 100,0	(*)	100,0	100,0
			1.810.041	13.722.613	17.931.249		

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Entre os principais estados produtores, estão Minas Gerais com quase um terço do total, seguido por Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

A suinocultura

A criação de suínos também é uma atividade disseminada no campo brasileiro, pois, 41,3% dos estabelecimentos desenvolvem-na. As pequenas unidades de produção são detentoras 87,3% do plantel. A participação da grande unidade é pouco expressiva 1,7%. Trata-se portanto, de uma atividade típica das pequenas unidades (Tabela 26)

A modalidade da integração tem sido a forma de subordinação, através da qual as indústrias de processamento da carne e de ração submetem as pequenas unidades de produção aos seus objetivos produtivos. Assim, a suinocultura vai cada vez especializando-se. O processo criatório completo que se fazia em todas as propriedades vai sendo substituído pelos especialistas em produzir leitões (cria) e aqueles que fazem a cria e engorda.

Esta subordinação tem levado os suinocultores integrados a terem que ampliar sua área de plantio de milho, de modo a ampliar as relações de sujeição, garantindo assim, o produto básico na composição da ração.

Tabela 26 - Brasil - Suínos - Plantel Total

Grupos de área total (Hectares)		PLANTEL TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % nº estabelecimentos criadores	Número de Cabeças Plantel Total	Participação % Plantel Total
PEQUENA	Menos de 10	36,7	44,0	7.769.142	27,9
	10 a - 20	49,3	17,3	4.483.621	16,2
	20 a - 50	47,5	19,4	6.386.376	23,2
	50 a - 100	44,8	8,9	3.236.627	11,6
	Menos de 100	41,6	89,6	21.875.766	78,9
	100 a - 200	42,1	5,2	2.338.975	8,4
MÉDIA	Menos de 200	41,6	94,8	24.214.741	87,3
	200 e - 500	39,3	3,2	1.816.998	6,5
	500 e - 1.000	37,2	1,1	734.849	2,6
	1.000 e - 2.000	37,2	0,5	517.082	1,9
GRANDE	200 e - 2.000		4,8	3.068.929	11,0
	2.000 a - 5.000	36,5	0,3	307.691	1,2
	5.000 a - 10.000	34,8	0,1	71.483	0,2
	10.000 e mais	33,7	0,1	92.895	0,3
	2.000 e mais		0,4	472.069	1,7
TOTAL		41,3	100,0	(*) 27.811.244	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A Tabela 27 mostra igualmente, a expressiva participação das pequenas unidades de produção no número de cabeças compradas (95,1%), vendidas (88,5%) e abatidas (86,9%). Conseqüentemente, esta participação repete-se no valor da produção: cabeças compradas 93,6%, vendidas 87,5% e abatidas 85,4%. (Tabela 22)

Tabela 27 - Brasil - Número de Suínos - Comprados, Vendidos e Abatidos

Grupos de área total (Hectares)		Compradas		Vendidas		Abatidas	
		Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	25,9	24,4	20,5	18,2	29,0	25,4
	10 a - 20	22,9	21,6	19,9	19,1	18,9	19,4
	20 a - 50	29,7	29,0	29,4	29,8	21,7	22,7
	50 a - 100	11,7	13,2	11,7	12,7	10,7	10,6
	Menos de 100	90,2	88,2	81,5	79,8	80,3	78,1
	100 a - 200	4,9	5,4	7,0	7,7	6,8	7,3
MÉDIA	Menos de 200	95,1	93,6	88,5	87,5	86,9	85,4
	200 e - 500	2,6	3,2	6,8	7,0	5,9	6,5
	500 e - 1.000	1,1	1,4	2,2	2,5	2,4	2,6
	1.000 e - 2.000	0,6	0,9	1,5	1,9	3,3	4,0
GRANDE	200 e - 2.000	4,3	5,5	10,5	11,4	11,6	13,1
	2.000 a - 5.000	0,5	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0
	5.000 a - 10.000	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3
	10.000 e mais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
	2.000 e mais	0,6	0,9	1,0	1,1	1,1	1,5
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		7.873.589		26.625.315		4.611.252	

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A parcela média do valor da produção na suinocultura ficou entre R\$1.000,00 e R\$3.600,00 nas pequenas unidades, que representam a grande maioria dos criadores. Mais da metade do plantel de suínos está na região Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A avicultura

A criação de aves também é uma atividade disseminada no campo brasileiro, aparecendo em mais de 65% dos estabelecimentos agropecuários. Mas a avicultura especializada como atividade econômica, também está concentrada nas pequenas unidades de produção. Elas são responsáveis por 87,7% do plantel. A participação das grandes unidades neste setor é muito pequena também, menos de 1% (Tabela 28). Tal qual na suinocultura, esta atividade tem na integração com as indústrias de processamento da carne e de ração, sua relação de subordinação principal.

Tabela 28 - Brasil - Aves - Plantel Total e Abatido

Grupos de área total (Hectares)		PLANTEL TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % do nº de estabelecimentos criadores	Número de Cabeças Plantel Total (1.000)	Participação % Plantel Total
PEQUENA	Menos de 10	62,8	47,8	184.204	25,7
	10 a - 20	71,1	15,8	117.591	16,4
	20 a - 50	69,7	18,0	173.239	24,1
	50 a -100	67,4	8,5	87.077	12,1
	Menos de 100	65,9	90,1	562.111	78,3
	100 a - 200	64,0	5,0	67.947	9,5
	Menos de 200	65,8	95,1	630.058	87,7
MÉDIA	200 e - 500	57,3	3,0	53.474	7,4
	500 e - 1.000	53,4	1,0	17.837	2,5
	1.000 e - 2.000	52,5	0,5	10.817	1,5
	200 e - 2.000	55,9	4,5	82.128	11,4
GRANDE	2.000 a - 5.000	50,0	0,2	5.550	0,8
	5.000 a - 10.000	47,1	0,1	226	0,0
	10.000 e mais	43,5	0,1	233	0,0
	2.000 e mais	48,8	0,4	6.009	0,8
TOTAL		65,1	100,0	(*) 718.538	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A **Tabela 29** apresenta os dados referentes a expressiva participação das pequenas unidades quanto ao valor da produção do número de cabeças compradas 89,0%, vendidas 88,1% e abatidas 87,0%. A parcela média deste valor da produção na pequena unidade de produção variou entre R\$2.000,00 e R\$6.000,00.

A avicultura de corte foi uma atividade fortemente apoiada durante o Plano Real, o que fez crescer a participação deste setor particularmente na oferta de carne no mercado interno. Atualmente ocupa lugar de destaque na pauta das exportações brasileira figurando entre os dez principais produtos.

Nos últimos anos esta atividade tem expandido-se em direção a região Centro Oeste, em função da forte presença de uma agricultura de grãos. Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso tem atualmente ampliada a presença desta atividade. Mas, a região Sul tem no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mais da metade do plantel nacional.

Tabela 29 - Brasil – Valor da Produção das Aves Compradas, Vendidas e Abatidas

Grupos de área total (Hectares)		Compradas (*)	Vendidas (**)	Abatidas
		Participação % valor da produção	Participação % valor da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	29,4	25,9	32,7
	10 a - 20	16,6	17,2	15,8
	20 a - 50	23,9	24,8	20,9
	50 a -100	11,7	11,6	11,0
	Menos de 100	81,6	79,5	80,4
	100 a - 200	7,4	8,6	6,6
	Menos de 200	89,0	88,1	87,0
MÉDIA	200 e - 500	6,5	7,0	5,8
	500 e - 1.000	1,9	2,2	3,7
	1.000 e - 2.000	1,4	1,4	2,8
	200 e - 2.000	9,8	10,6	12,3
GRANDE	2.000 a - 5.000	1,1	1,2	0,5
	5.000 a - 10.000	0,0	0,0	0,1
	10.000 e mais	0,1	0,1	0,1
	2.000 e mais	1,2	1,3	0,7
TOTAL		100,0	100,0	100,0

(*) Inclui ovos para incubação e pintos de um dia. (**) Inclui apenas pintos de um dia.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A produção de ovos

A produção de ovos também é uma atividade disseminada em grande parte dos estabelecimentos agropecuários (55%). A avicultura de postura porém, está também concentrada nas pequenas unidades de produção (92,2%). Elas são responsáveis por 79,3% do volume da produção e 77,7% do valor da produção. A participação das grandes é inexpressiva (2,2%). (Tabela 30)

O estado de São Paulo e de Minas Gerais respondem por mais de um terço da produção nacional de ovos.

Tabela 30 - Brasil – Ovos

Grupos de área total (Hectares)		Participação % n° de estabelecimentos	TOTAL da Produção (mil dúzias)	Participação % do volume da produção	Participação % do valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	47,3	334.548	17,7	17,8
	10 a - 20	16,0	224.836	11,9	11,4
	20 a - 50	18,1	383.052	20,3	19,5
	50 a -100	8,4	263.237	14,0	13,4
	Menos de 100	87,2	1.205.673	63,9	62,1
	100 a - 200	5,0	290.070	15,4	15,6
	Menos de 200	92,2	1.495.743	79,3	77,7
MÉDIA	200 e - 500	3,0	201.331	10,7	11,4
	500 e - 1.000	1,0	85.461	4,5	4,8
	1.000 e - 2.000	0,5	61.719	3,3	3,9
	200 e - 2.000	4,5	348.511	18,5	20,1
GRANDE	2.000 a - 5.000	0,2	39.990	2,1	2,0
	5.000 a - 10.000	0,1	516	0,1	0,1
	10.000 e mais	0,0	379	0,0	0,1
	2.000 e mais	0,3	40.885	2,2	2,2
TOTAL		(*) 100,0	(*) 1.885.415	(*) 100,0	(*) 100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O milho

Cultura milenar entre os povos indígenas da América, o milho tornou-se outra vedete do agronegócio depois da expansão da produção de ração para a avicultura e a suinocultura. Por isso a expressiva distribuição de sua produção pelos estabelecimentos agropecuários onde alcança a presença em 52,3% do total.

As pequenas unidades representavam 95,8% dos estabelecimentos produtores, 66,8% da área plantada, 54,2% do total produzido e 57,7% do valor da produção. As grandes unidades de produção ficaram com 7,1% da área plantada, 10,8% do volume e 9,6% do valor da produção. A **Tabela 31** tem mais informações estatísticas sobre o setor.

A área total cultivada com milho no Brasil, foi de 11 milhões de hectares, ou 1,3% da área total do país, na safra 96/5. Passando para 12,3 milhões na safra 2.002/03 e um volume de produção de 35,9 milhões de toneladas. A previsão para a safra 2.003/04 é de 13 milhões de hectares plantados e uma produção de perto de 40 milhões de toneladas. Os principais estados produtores são o Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Destacando-se também, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Bahia e o Ceará.

Tabela 31 - Brasil - Milho em grão

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	52,1	1.252.265	1.763.223	49,3	16,7	8,5	9,7
	10 a - 20	58,0	407.122	1.272.003	16,0	12,0	9,9	10,6
	20 a - 50	55,8	454.687	1.901.032	17,9	17,9	15,8	16,6
	50 a - 100	51,4	205.793	1.137.844	8,1	10,7	10,1	10,5
	Menos de 100	53,7	2.319.867	6.074.102	91,3	57,3	44,3	47,4
	100 a - 200	46,9	115.563	1.008.683	4,5	9,5	9,9	10,3
	Menos de 200	53,3	2.435.430	7.082.785	95,8	66,8	54,2	57,7
MÉDIA	200 e - 500	41,2	68.054	1.300.152	2,7	12,3	15,4	14,8
	500 e - 1.000	36,5	21.293	830.859	0,8	7,8	10,6	9,6
	1.000 e - 2.000	32,3	9.212	636.690	0,4	6,0	9,0	8,3
	200 e - 2.000	39,1	98.559	2.767.701	3,9	26,1	35,0	32,7
GRANDE	2.000 a - 5.000	27,8	4.160	495.112	0,2	4,7	7,0	6,2
	5.000 a - 10.000	21,6	797	138.005	0,1	1,3	2,0	1,8
	10.000 e mais	18,7	408	118.596	0,0	1,1	1,8	1,6
	2.000 e mais	25,7	5.365	751.713	0,3	7,1	10,8	9,6
TOTAL		52,3	2.539.892	10.602.850	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O arroz

Um dos produtos básicos da alimentação dos trabalhadores brasileiros, o arroz foi em outros tempos um produto disseminado na maioria dos estabelecimentos agropecuários do país. Entretanto, hoje aparece em apenas 19,1% do total dos estabelecimentos. As pequenas unidades representavam 94,9% dos produtores e 50,9% da área cultivada. Produziram também, 38,9% do volume e 39,6% do valor da produção. As grandes unidades cultivaram apenas 6,8% da área, colheram 18,4% do volume de produção e ficaram com 17,7% do valor de produção. A **Tabela 32** apresenta mais dados sobre a produção de arroz.

A área total cultivada com arroz no Brasil, foi na safra 95/6, de 3 milhões de hectares, ou 0,3% da área total do país. Na safra de 2002/03, a área cultivada foi de 3,1 milhões de hectares

e o volume de produção de 10,4 milhões de toneladas. A previsão da safra de 2003/04 é de 3,3 milhões de hectares cultivados e uma produção de 11,7 milhões de toneladas. O Rio Grande do Sul responde por mais da metade da produção, vindo depois, Mato Grosso, Santa Catarina e o Maranhão.

Fato importante ocorre com a produção de arroz no Brasil, pois praticamente desde o início da década de 90 que o volume de produção não aumenta, e este fato tem gerado a necessidade da importação do produto estrangulando ainda mais o setor, pois em geral, o arroz importado tem preço menor que o produzido no país. A importação em 2.002, foi de 1,5 milhão de toneladas e a necessidade para 2.003 foi semelhante.

Tabela 32 - Brasil – Arroz em casca

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	18,2	437.633	427.910	47,2	14,4	7,9	8,5
	10 a – 20	16,2	113.625	144.186	12,2	4,8	3,7	3,7
	20 a – 50	20,6	167.821	342.783	18,1	11,5	9,1	9,1
	50 a –100	25,2	100.801	306.323	10,9	10,3	8,4	8,4
	Menos de 100	19,0	819.880	1.221.202	88,4	41,0	29,1	29,7
	100 a – 200	24,3	59.874	294.159	6,5	9,9	9,8	9,9
	Menos de 200	19,3	879.754	1.515.361	94,9	50,9	38,9	39,6
MÉDIA	200 e – 500	18,5	30.518	394.543	3,3	13,3	16,9	16,9
	500 e – 1.000	16,6	9.668	283.933	1,0	9,5	13,3	13,3
	1.000 e – 2.000	16,1	4.580	283.017	0,5	9,5	12,5	12,5
	200 e – 2.000	17,8	44.766	961.493	4,8	32,3	42,7	42,7
GRANDE	2.000 a – 5.000	14,9	2.232	239.105	0,2	8,0	9,6	9,5
	5.000 a – 10.000	14,0	518	118.570	0,1	4,0	4,1	3,7
	10.000 e mais	12,2	266	142.413	0,0	4,8	4,7	4,5
	2.000 e mais	14,5	3.016	500.088	0,3	16,8	18,4	17,7
TOTAL		19,1	927.619	2.977.019	(*)	(*)	(*)	(*)
					100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O feijão

Outro produto básico da alimentação dos trabalhadores brasileiros, o feijão aparece cultivado em 36,5% dos estabelecimentos agropecuários. As pequenas unidades de produção representavam 92,8% dos produtores e cultivavam 87,6% da área plantada. Elas ainda, foram responsáveis por 77,6% do volume e 76,9% do valor da produção. As grandes unidades produziram apenas 4,7% do volume da produção. (Tabela 33)

A área total cultivada com feijão no Brasil, na safra 2002/03 foi de 4,3 milhões de hectares, ou 0,5% da área total do país. O volume da produção foi de 3,0 milhões de toneladas e estima-se para 2003/04 uma colheita de 3,4 milhões de toneladas. Entre os principais estados produtores estão: Paraná, Minas Gerais, Bahia e Goiás.

A produção nacional de feijão vive quadro semelhante ao arroz. Sua produção não cresce desde o início dos anos 90, e o país tem também usado da importação para suprir o mercado.

Tabela 33 - Brasil - Feijão em grão

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	37,3	896.195	1.376.442	50,6	33,7	26,5	26,4
	10 a - 20	40,4	283.024	640.803	16,0	15,7	14,2	14,1
	20 a - 50	35,3	287.733	828.050	16,2	20,2	19,1	18,1
	50 a - 100	29,9	119.902	444.747	6,8	10,9	10,3	10,5
	Menos de 100	36,7	1.586.854	3.289.991	89,6	80,5	70,1	69,2
	100 a - 200	23,5	57.967	291.278	3,2	7,1	7,5	7,7
MÉDIA	Menos de 200	36,0	1.644.821	3.581.269	92,8	87,6	77,6	76,9
	200 e - 500	16,7	27.618	248.498	1,6	6,1	8,8	8,9
	500 e - 1.000	11,7	6.855	107.643	0,4	2,6	4,5	4,7
	1.000 e - 2.000	8,5	2.417	73.749	0,1	1,8	4,4	4,6
GRANDE	200 e - 2.000	14,6	36.890	429.890	2,1	10,5	17,7	18,3
	2.000 a - 5.000	5,8	874	46.441	0,1	1,1	2,5	2,6
	5.000 a - 10.000	4,3	158	15.514	0,0	0,4	1,3	1,3
	10.000 e mais	4,3	93	11.682	0,0	0,3	0,9	0,9
	2.000 e mais	5,4	1.125	73.637	0,1	1,8	4,7	4,8
TOTAL	36,5	*1.773.120	*4.085.523	*100,0	*100,0	*100,0	*100,0	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A mandioca

A mandioca, alimento básico desde os povos indígenas, aparece cultivada comercialmente em 36,5% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. As pequenas unidades de produção responderam na safra 95/6 por 97,5% dos produtores de mandioca. Cultivaram também, 92,7% da área, colheram 91,8% da produção e ficaram com 93,5% do valor da produção gerado. É óbvio que, esta chamada "cultura de pobre" não chegou a atingir nem 1% nas grandes unidades. (Tabela 34)

A área total cultivada com mandioca no Brasil, foi na safra 95/6 de 1,5 milhões de hectares, ou 0,2% da área total do país. Na safra de 2002/03, a área plantada foi de 1,7 milhão de hectares e produção de 23,0 milhões de toneladas.

A situação vivida pelos produtores de mandioca é semelhante ao arroz e o feijão. Ela não cresce desde o início da década de 90, inclusive a previsão de queda na produção na safra 2003/04.

Tabela 34 - Brasil - Mandioca

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	26,1	626.926	480.684	54,1	39,0	35,0	35,1
	10 a - 20	28,0	196.273	201.003	16,9	16,3	18,0	19,2
	20 a - 50	23,9	194.862	256.923	16,8	20,8	21,9	21,5
	50 a - 100	18,6	74.311	124.574	6,4	10,1	10,1	10,5
	Menos de 100	25,3	1.092.372	1.063.184	94,2	86,2	85,0	86,3
	100 a - 200	15,6	38.435	78.718	3,3	6,5	6,8	7,2
MÉDIA	Menos de 200	24,8	1.130.807	1.141.902	97,5	92,7	91,8	93,5
	200 e - 500	11,4	18.907	51.920	1,7	4,3	4,2	3,5
	500 e - 1.000	9,9	5.800	19.764	0,5	1,6	1,8	1,6
	1.000 e - 2.000	8,2	2.345	11.098	0,2	0,9	1,4	0,8
GRANDE	200 e - 2.000	10,7	27.052	82.782	2,4	6,8	7,4	5,9
	2.000 a - 5.000	7,0	1.056	5.545	0,1	0,4	0,5	0,4
	5.000 a - 10.000	5,9	217	1.599	0,0	0,1	0,2	0,1
	10.000 e mais	6,6	145	1.249	0,0	0,1	0,1	0,1
	2.000 e mais	6,8	1.418	8.393	0,1	0,5	0,8	0,6
TOTAL	23,9	*1.159.430	*1.233.138	100,0	100,0	100,0	100,0	

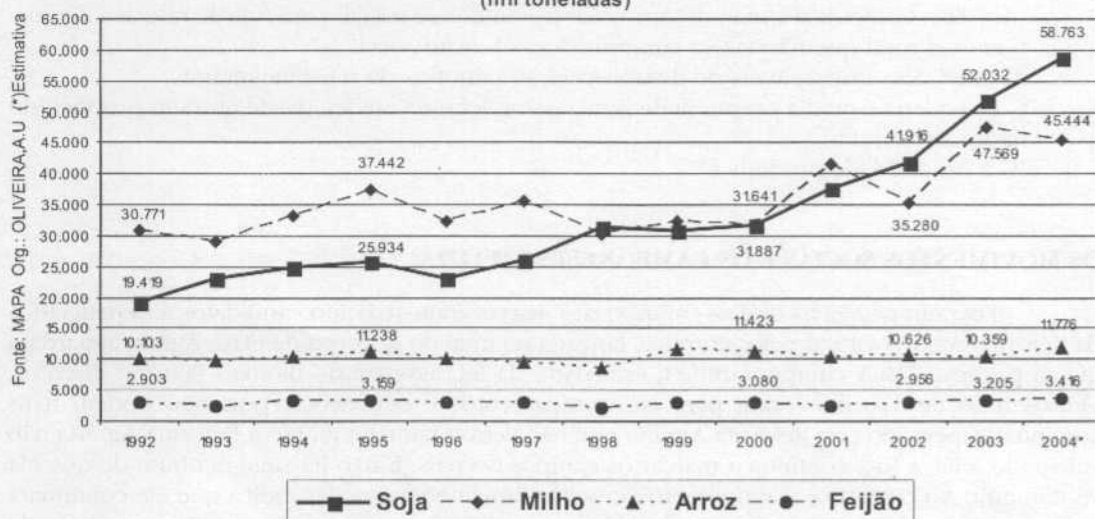
* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

É necessário destacar que a produção dos alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros ficou inteiramente comprometida no governo FHC. O **Gráfico 05** mostra de forma clara a situação crítica vivida pela produção de arroz e feijão no Brasil. Urge, portanto, alterar este quadro, pois, as pequenas unidades de produção são os espaços privilegiados destas produções.

Gráfico 05
BRASIL - Evolução Produção - 1.992 a 2.004*
(mil toneladas)



Assim, a análise do caminho a seguir pela pequena unidade de produção no campo, deve ser refletida entre o voo cego do agronegócio e do mercado mundial ou, entre uma política de soberania alimentar sustentada em sólido mercado interno, com apoio em subsídios públicos, porque é assim, em todo o mundo capitalista. Os recursos do fundo público devem ser destinados aos pequenos camponeses e sobretudo à Reforma Agrária. Os capitalistas mundializados devem arcar com sua condição de capitalista e fazer os investimentos com recursos próprios. Afinal o provérbio é deles mesmo: *"quem não tem competência não se estabelece"*.

Quanto aos sem terra, trata-se de uma dívida histórica. Agora, espero, é chegada sua vez e sua hora.

A REFORMA AGRÁRIA É O CAMINHO, POIS AS PEQUENAS UNIDADES SÃO TAMBÉM, AS QUE PODERÃO GERAR MAIS EMPREGOS

A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregaram 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas e tão somente 2,5%. Quanto a massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%.

Assim, de acordo com todos estes dados provenientes da agropecuária brasileira, os latifúndios "escondem" a terra improdutiva. Na realidade, o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra por eles não é apropriada privadamente para produzir. Este processo tem uma história longa de mais de 500 anos. Mas, a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. E não é isto que se tem verificado com os latifúndios existentes no Brasil.

Ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio.

Assim, uma política de Reforma Agrária ampla e massiva com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas quer para o mercado interno quer para o mercado mundial. Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa necessariamente, por uma Reforma Agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. Como o governo LULA foi eleito, para ser um governo das reformas, este deve ser seu rumo mais adequado. Trata-se portanto, de fazer cumprir o que está expresso na Constituição Federal do país:

“Art. 184. Compete á União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social ...”

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

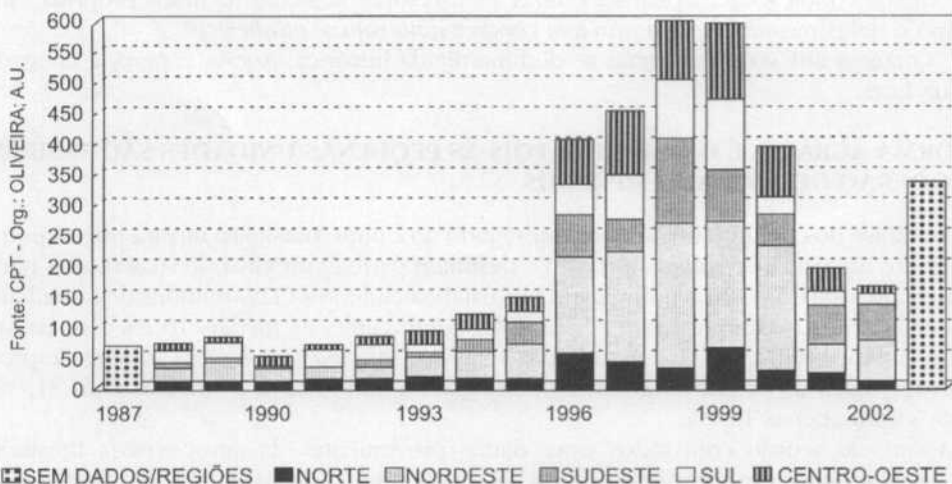
I- a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II- a propriedade produtiva.”

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMPONESES EM LUTA

Foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos a beneficiários da Reforma Agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora, aguardam que o governo LULA cumpra também esta parte da lei, assentando os mais 800 mil inscritos. Outros mais de 170 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando esta Reforma Agrária que não vem. Assim, enquanto a Reforma Agrária não vai sendo feita, a luta continua a marcar os campos do país. E não há sinal nenhum de que ela vá diminuir. Ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que ela continuará a crescer. A queda as ocupações no final do governo FHC, significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta. (Gráfico 06)

Gráfico 05
BRASIL: OCUPAÇÕES DE TERRA - 1987 A 2003
(Número Total - Participação Regional)



Essas lutas trazem à cena os novos personagens da política brasileira como escreveu um dia o brilhante Eder Sader. Os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são portanto, parte constitutiva da modernidade. Trazem à cena novas práticas, novas ações, novos signos e novos sinais. Como tenho escrito repetidas vezes, um bom exemplo disto que estou afirmando são as palavras e concepções do subcomandante Marcos e do zapatismo em Chiapas no México:

*"o zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral que, em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo".*²²

Outra questão central que os movimentos sociais do final do século XX trazem ao cenário político, é a firme convicção política sobre a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas de se fazer política. Em decorrência desta visão não reproduzem os esquemas baseados no princípio de que

*"para mudar o mundo é necessário tomar o poder e, já no poder, organizá-lo como melhor convém ao mundo, isto é, como melhor convém, a quem está no poder. Pensamos que, se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isso produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente dos que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja."*²³

É por isso que o campesinato no Brasil, segue sua já longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie. Caminharam e lutaram contra o governo FHC que, invés de fazer a Reforma Agrária, tentou impor aos movimentos sociais, a barbárie das medidas provisórias inconstitucionais. Continuam a caminhar apesar de que os textos de muitos intelectuais os ignorem ou os "assassinem" querendo vê-los como sujeitos sociais fora do futuro. Por tudo isso também, penso que, o caminho seja continuar a marcha que os poetas cantam:

*"Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
Ir tocando em frente..."*²⁴

E como ainda não perdi a esperança, penso ser melhor continuar cantando os versos do poema canção "A GRANDE ESPERANÇA" que nasceu nos fins de 50 e começo de 60 do século passado com Goiás e Francisco Lázaro, e que tem sido reatualizada pelos movimentos sociais:

²² Atenção – ano 2, nº 8, Editora Página Aberta Ltda, São Paulo, 1996, p. 41.

²³ Idem, p. 32

²⁴ Almir Sater e Renato Teixeira "Tocando em Frente".

²⁵ Goiás e Francisco Lázaro "A grande Esperança".

*A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária
Esta grande crise que há pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em nossas manchesters de ricos imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vivendo apertado ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for assinado
Estará ferindo a Constituição.
A grande esperança que o povo conduz
Pedir a Jesus pela oração
Prá guiar o pobre por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostão.
(A GRANDE ESPERANÇA) ²⁵*

(São Paulo nesta “fria” primeira primavera e início de verão do governo LULA)

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO E MEIO AMBIENTE EM MATO GROSSO

Territorialización del capital, trabajo y medio ambiente en Mato Grosso

Territorialization of the capital, work and environment in Mato Grosso

Júlia Adão BERNARDES

Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais - NUCLAMB.
Correio eletrônico: julia.rlk@terra.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo detectar e analisar os impactos das inovações tecnológicas na reorganização territorial das atividades, dos recursos físicos e humanos do país, em um momento de transição paradigmática, com consequências acentuadas na divisão territorial e social do trabalho. Essas transformações estão sendo acompanhadas mediante a observação dos novos processos que geram mudanças espaciais nas regiões de expansão da soja no estado de Mato Grosso. O perfil dessa região revela a necessidade de se avançar no conhecimento dos recentes processos que ali se desenvolvem, implicando na abertura de novas áreas, na implantação e articulação de novas atividades e na estruturação de complexos agro-industriais. Tendo em vista a complexidade que o tema impõe, coloca-se como objetivo mais amplo a avaliação e sistematização dos efeitos ambientais, econômicos, políticos e sociais que envolvem a produção da commodity soja, implicando em reorganização do território. Os temas em questão estão sendo desenvolvidos a partir de suas relações com a economia mundial, a qual se manifesta através das mudanças científico-tecnológicas.

Palavras-chave: Inovações tecnológicas; cerrado matogrossense; reorganização territorial; commodity soja; divisão territorial do trabalho.

Abstract: This paper has the intention to detect and analyse the impacts caused by the innovation of technologies in the reorganization of territorial activities and of physical and human resources of Brazil in a pragmatic transition period. Provoking important consequences in the social and territorial division of labour. These transformations have been observed through the processes of Soya bean production expansion in the State of Mato Grosso and it's spatial results. The characteristics of this region demonstrate the necessity to advance in the knowledge of the recent processes in development, including the expansion to new areas and the implantation and articulation of these recent activities in the structuring of the agro industrial complexes. Considering the complexion of the subject our general object is to detail and systemise the environmental, economic, political and social effects that involve the production of Soya bean commodity and it's territorial reorganization. The theme is analysed with its relations to world economy and scientific and technological changes.

Keywords: Innovation of technologies; Mato Grosso State; territorial reorganization; soya bean commodity; territorial division of labour.

Resumen: Este trabajo intenta analizar los impactos de las innovaciones tecnológicas en la reorganización territorial de las actividades, de los recursos físicos e humanos del país, en un momento de transición paradigmática, en el cual pueden ser observadas las direcciones asumidas por la penetración de la nueva frente tecnológica y científica, con consecuencias acentuadas en la división territorial y social del trabajo.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 157-167	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

Esas transformaciones están siendo seguidas mediante la observación de los nuevos procesos que generan cambios espaciales en las regiones de expansión de la soja en el cerrado de Mato Grosso. El perfil de esa región señala la necesidad de avanzar en el conocimiento de los recientes procesos que allí se desarrollan, los cuales acarretan la apertura de nuevas áreas, la implantación y articulación de nuevas actividades y la estructuración de complejos agroindustriales. Considerando la complejidad del tema, plantéase como objetivo más amplio la evaluación y sistematización de los efectos ambientales, económicos, políticos y sociales de la commodity soja y sus implicaciones en la reorganización del territorio. Los temas en estudio están siendo desarrollados desde sus relaciones con la economía mundial, la cual se manifiesta a través de los cambios científico-tecnológicos.

Palabras-clave: Innovaciones tecnológicas; cerrado de Mato Grosso; reorganización territorial; commodity soja; división territorial del trabajo.

Introdução

No contexto da globalização, que implica numa nova divisão territorial do trabalho, a natureza é reavaliada e valorizada de acordo com as novas tecnologias. Em se tratando do cerrado, o mesmo apresenta determinadas condições naturais favoráveis para o cultivo de commodities como a soja, a exemplo da temperatura, da distribuição das chuvas, da luminosidade e da topografia, apresentando imensas áreas planas e contínuas, como a Chapada dos Parecis, que favorecem economias de escala, embora os solos necessitem de correção. Tais condições naturais constituem vantagens competitivas no nível do mercado internacional. Nesse sentido, o cerrado constitui uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistem interesses diversos de ordem econômica, política e ambiental, envolvendo as escalas local, regional, nacional e planetária.

É nesse contexto de emergência de novos padrões tecnológicos que procuramos compreender o espaço produtivo do cerrado matogrossense, impulsionado pela dinâmica de reprodução do capital e apreender a nova organização da sociedade e as novas relações emergentes. Nas últimas décadas do século XX grandes transformações ocorreram no planeta, tornando-se o mundo mais unificado em função de novas condições científicas e técnicas.

Um dos traços característicos da contemporaneidade é que a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da produção do espaço e da sociedade, passando os lugares a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional. As vantagens competitivas naturais, embora importantes, vão sendo substituídas pelas vantagens competitivas artificiais, e a aceleração da competição entre lugares resulta no seu envelhecimento rápido, como também do patrimônio técnico. Imensas áreas são descaracterizadas a fim de exercer uma função que lhes foi atribuída por uma nova ordem fundada na acumulação de capital. O geógrafo Milton Santos assinala que nunca antes na história do mundo houve um sistema de técnicas tão invasor, com tal capacidade de difusão e de impor-se aos lugares e aos homens.

O objetivo deste trabalho, portanto, é reconhecer a inovação através de sua materialização na forma de técnica e suas implicações na reestruturação do território matogrossense, procurando fazer uma leitura que não se limite ao nível material, buscando perceber como a técnica altera sentidos, possibilidades das pessoas, tentando contemplar o lado humano.

Cerrado: as novas territorialidades

Nesse contexto, emerge a importância do estudo do território. Acreditamos, como Milton Santos (2002), que tudo o que é essencial hoje no mundo se faz a partir do conhecimento do território. Segundo o autor, "o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (Santos, 2002: 9).

Conhecer o território matogrossense tem sido objetivo das minhas pesquisas. Esse território, hoje domínio da soja e de outras produções agrícolas modernas, de complexos agroindustriais, de redes técnicas, de fluxos de circulação de capital, transporte, mão-de-obra, de relações sociais densas, de vínculos com o comércio internacional, cresce e se expande, estando o

funcionamento dessa sociedade vinculado aos arranjos territoriais derivados de determinados mecanismos de ordenamento.

É o que Santos (2002) denomina de território usado. O território usado matogrossense, onde a soja é o carro-chefe, é o lugar do trabalho, da residência, das trocas, da circulação, da identidade. Em seu crescimento e expansão se identifica cada vez mais com o comércio internacional, conhecendo mudanças que resultam de relações internas e externas cada vez mais complexas e que necessitam da regulação do Estado. A fluidez e a velocidade decorrentes das técnicas da informação, que articulam as demais técnicas, produzem lugares novos, com novos conteúdos. Entretanto, o território também pode ser definido nas suas desigualdades, em função da seletividade dos lugares pelo capital.

Quando afirmamos que o arranjo espacial resulta em boa parte do processo de seletividade do capital, estamos dizendo que o nível local e o regional oferecem tanto as condições de adaptação como resistências à expansão do processo produtivo, ocorrendo o processo de reestruturação com a participação de ações políticas que contribuem para alterar a dinâmica local/regional.

Cada recorte do território matogrossense significa um nível de domínio, de ordem, de ordenamento, de distribuição do poder econômico, das empresas, do político-jurídico, do ideológico, da construção de hegemonias. As distintas territorialidades formam um conjunto complexo de micropoderes, poderes econômicos, das empresas, do jurídico-político, dos órgãos que representam a sociedade civil, onde as tensões e os conflitos estão presentes (Moreira, 2002).

Se o arranjo do espaço da agricultura moderna no Cerrado, centrado na produção de soja, é resultado, por um lado, do processo de seletividade do capital, também é fruto das formas de regulação explicitamente assumidas pelo Estado, que orienta e direciona a organização da sociedade. Por outro lado, os conflitos também conduzem à reestruturação das territorialidades.

Essa reestruturação do território, considerando-se o processo da agricultura moderna, vai ser determinada, em boa parte, pela capacidade de aplicação técnica, que passa a ser um dos elementos básicos para explicar os novos arranjos espaciais e faz parte do movimento do capital em busca de superlucros, no contexto de ampliação do processo de acumulação.

O modelo técnico de reestruturação do espaço adotado no cerrado para a *commodity* soja

Nesse movimento do capital, a produção da *commodity* soja avança alcançando os mais elevados patamares de produção e produtividade. No nível do território nacional a produção de soja atingiu novo recorde em 2002/03, alcançando 50,3 milhões de toneladas, segundo a CESEX e previsões da ABIOVE, enquanto as exportações, nessa safra, se situaram em torno de 20,300 milhões de toneladas de soja em grão, com um valor de US\$ 4.263 milhões. A exportação do farelo de soja situou-se em torno de 14,500 milhões de toneladas, rendendo US\$ 2.538 milhões, enquanto o volume de exportação do óleo de soja totalizou 2,400 milhões de toneladas, no valor de US\$ 1.152 milhões. Esse volume de exportação da soja e derivados rendeu ao país 7.953 milhões de dólares.

Entretanto, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) estimou a produção brasileira de soja para 2003/04 em 60 milhões de toneladas e as exportações em 26 milhões de toneladas, superando os embarques norte-americanos. Essas estimativas vinculam-se à alta de 36% dos preços da soja na bolsa de Chicago (Braz, 2003). Deve-se assinalar que o complexo soja constitui o principal item da balança comercial brasileira.

Os dados da produção na escala do território nacional em 2002/03 revelam que entre os estados que mais contribuíram na superação de metas da produção de soja, destaca-se Mato Grosso (12.831.300 toneladas), seguindo-se o Paraná (10.686.300 toneladas), vindo o Rio Grande do Sul em terceiro lugar (8.902.300 toneladas).

Convém destacar que Mato Grosso apresentou o maior crescimento de arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2003 entre os estados, segundo o BNDES, registrando variação de 34,67% em relação a 2002, o que se vincula à forte expansão do setor agrícola, onde a soja é o maior destaque (Mugnatto, 2004).

Em se tratando do território matogrossense, a distribuição espacial da lavoura plantada

com soja nos mostra que grande parte do território já está ocupado com esse cultivo, restando somente algumas áreas no N, NE, NO e SO.

No que se refere ao total produzido na safra 2002/03, as produções mais elevadas situam-se em Sorriso (1.482.000 toneladas) e em Campo Novo do Parecis (900.000 toneladas). Ocorre ainda uma distribuição expressiva na parte sudeste matogrossense, onde se destaca Primavera do Leste (686.400 toneladas), como também no eixo voltado para o escoamento da hidrovia Madeira-Amazonas, com expressiva contribuição de Sapezal (871.781 toneladas). Na BR-163 deve-se salientar a participação de Nova Mutum (585.000 toneladas) e de Lucas do Rio Verde (572.400 toneladas). As menores produções localizam-se nas áreas de fronteira de expansão da soja, especialmente naquelas localizadas ao norte da BR-163 matogrossense e na BR-158.

A partir desse gigantismo da produção de soja em Mato Grosso e da magnitude dessa expansão cabe pensar se, de fato, estamos dando conta das mudanças na produção do território nesse estado. E não podemos ter um olhar homogêneo sobre os lugares porque as capacidades de criar e recriar são distintas, as dotações dos lugares também.

Em geral o padrão tecnológico em MT de produção mecânico e químico é dominado pelas multinacionais através de suas subsidiárias no país. Já o padrão biológico, com adaptação mais problemática, possibilita a participação dos atores locais através das investigações das novas variedades adaptadas às condições climáticas e de solo de cada região do estado. Em 2.000 a produção de sementes melhoradas se situou em torno de 164.000 toneladas.

À medida que o fator biológico confere certa particularidade aos arranjos espaciais, deve-se destacar a presença das instituições de pesquisa, seja públicas ou privadas, como a EMBRAPA e a Fundação MT. No melhoramento genético, Rondonópolis se tornou pólo difusor de tecnologia. Há leis de sementes e regras para todo o Centro-Oeste, que qualquer produtor licenciado que entrar no programa de certificação tem que seguir. A soja pode ter essa organização porque dá retorno. É uma inovação tecnológica que passa a ter valor de mercado, produzindo e difundindo tecnologia.

No que se refere ao padrão mecânico, o número de máquinas agrícolas comercializadas em 2001 em Mato Grosso foi da ordem de 2.810, englobando plantadeiras, colheitadeiras, retroscavadeiras e tratores em geral, correspondendo a 46% do total de máquinas comercializado na região Centro-Oeste e a 8% do país. Convém destacar o elevado número de empresas autorizadas para comercialização de agrotóxicos nas microrregiões sojíferas, a exemplo de Parecis (18), Alto Teles Pires (30), Primavera do Leste (25) e Rondonópolis (18).

Como assinala Santos "se os atuais sistemas técnicos são invasores, sua capacidade de invasão tem limites. Esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade. Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem" (Santos, 1996:143). No território matogrossense a ação dos motores da economia mundializada é mais eficaz precisamente em função da tendência ao aumento da densidade técnica e da acentuação da divisão do trabalho, facilitando a cooperação.

Nesse contexto, a produtividade, que em 2001 se situava, em Mato Grosso, acima de 3.444 kg/ha, mas que persegue 4.800 kg/ha, depende da pesquisa das novas variedades e de investimentos em máquinas de precisão, de plantar e colher na época certa.

Do ponto de vista da técnica, pode-se afirmar que a soja produzida no cerrado brasileiro compete no mesmo nível de igualdade com o mercado mundial, o que amplia a inserção do local no processo de globalização, processo que se intensifica com o aumento da demanda global, reestruturando a dinâmica produtiva local/regional. Portanto, o saber local, que não é independente do global, permite fornecer elementos de análise reciclados, oferecendo um quadro de reflexão.

Entretanto, a chamada agricultura moderna no Centro-Oeste não foi implantada como uma necessidade interna dos lugares ou das regiões. A adoção desse modelo tecnológico norte-americano, estruturado no modelo mecânico-químico-biológico, resulta de indução externa, já que o Centro-Oeste tinha fartura de terras e mão-de-obra e não precisava de um modelo poupador desses fatores (Peixinho, 2003).

Contudo, a produção de commodities de elevada qualidade a níveis competitivos para o mercado internacional, necessita de mecanismos de crédito. Com a redução dos recursos do

governo, voltados para o financiamento da agropecuária, novas formas de crédito surgiram no mercado. O atendimento das necessidades financeiras no setor agrícola hoje se realiza em boa parte pelos agentes de mercado, reduzindo a dependência exclusiva dos recursos governamentais. Nesse contexto surge a Cédula do Produto Rural (CPR), um título declaratório emitido pelo produtor rural, que exige a entrega da commodity (Braz, 2003). Ou seja, grande parte do financiamento da agricultura moderna é realizada pelas tradings a exemplo da Bunge, Archer Daniel Midlands (ADM), Cargill, entre outras, garantindo, assim, a otimização da comercialização.

Esse subsistema de crédito, por se mostrar mais eficaz, emerge como um subsistema hegemônico, integrando o circuito da produção e da comercialização num conjunto sistêmico comandado por relações mundializadas.

A indústria de esmagamento da soja organizando o território

Cabe verificar agora em que medida a agroindústria constitui um processo de requalificação econômica do cerrado.

As duas grandes esmagadoras presentes em Rondonópolis, são as multinacionais Bunge, e a ADM. A Bunge dispõe hoje de duas plantas, com automação, com capacidade em torno de 5.000 ton/dia, produzindo 21% de óleo degomado e o restante de farelo (4.000 ton/dia), sendo 90% para a exportação.

A ADM ampliou sua capacidade de produção para 3.500 ton/dia e está construindo nova planta, com elevado nível de automação, produzindo óleo refinado (25%) e farelo (75%). O destino do farelo das duas esmagadoras é a Holanda, um país que controla boa parte do mercado mundial da soja.

Na atual fase técnico-científico-informacional as fronteiras geográficas vão perdendo importância em função da emergência em todo mundo de uma organização econômica integrada a qual contempla uma integração geográfica da logística. Segundo DORNIER (2000), logística é a gestão de fluxos entre funções de negócio; entretanto, tal definição hoje engloba maior amplitude de fluxos que antes e inclui todas as formas de movimentos de produtos e informações. Em função das mudanças no ambiente do agronegócio, representadas pelo mercado, a concorrência, a evolução tecnológica e a regulamentação governamental, há necessidade, no território matogrossense, de ajustar as estratégias e a logística, particularmente no que concerne ao armazenamento e ao de transporte.

Cabe destacar a importância do papel da logística no que se refere às indústrias de esmagamento da soja, localizando-se as fábricas, preferencialmente, próximas à produção ou ao transporte. Considerando a proximidade do transporte, no Alto Araguaia, a Coimbra está construindo uma fábrica no terminal com capacidade de 3.500 ton/dia. O Grupo Maggi possui uma fábrica em Cuiabá e outra em Itacoatiara. A Bunge está montando duas fábricas em Sorriso, na BR-163, cada uma com capacidade de 5.000 ton/dia. As quatro multinacionais, ADM, Cargill, Coimbra (Dreyfus) e Bunge controlam o mercado porque dominam o padrão tecnológico.

No caso da localização próxima à produção, significa dispor de unidades de armazenamento. A ADM dispõe de 15 unidades em Mato Grosso, armazenando 90.000 toneladas. A Bunge também armazena 90.000 toneladas em Rondonópolis e o sistema de recebimento da soja está controlado por esta multinacional na BR-163, mantendo 17 unidades entre Nova Mutum e Sinop. Além de outros financiadores, a Bunge assegura a produção financiando fertilizantes e defensivos, dispondo ao todo de 40 unidades de armazenamento em Mato Grosso, entre unidades próprias e arrendadas.

Em termos de graneleiros, o estado dispunha de 662 em 2001, nas suas microrregiões, com maior incidência nas micro-maiores produtoras de soja, com uma capacidade total de 9.781.731 toneladas.

Em suma, a distribuição das coisas, das pessoas, ou seja, a logística, que é estabelecida em função de um plano racionalmente traçado, visando a reprodução de um mesmo processo no âmbito de um espectro de ação econômica, implica num cálculo com o objetivo de reduzir os custos.

Produção de algodão e reordenamento territorial

Por que falar do reordenamento territorial do algodão? Se a soja é o carro chefe da agricultura moderna no cerrado matogrossense, a produção de algodão vem na sua esteira. Embora tenha surgido com o atual nível técnico na safra 96/97, foi implantado por alguns dos grandes produtores de soja, que passaram a diversificar na produção, funcionando o desenvolvimento desta commodity na ótica do mercado externo.

O cultivo do algodão se constitui hoje num dos mais dinâmicos e importantes de Mato Grosso, só superado pela soja, e coexistindo com a mesma, emergindo o estado como o maior produtor de algodão do país, apresentando, em 2002/03 (CONAB), um total de produção em torno de 409.300 toneladas e ocupando 300.300 ha. Os demais estados produtores distanciam-se bastante de MT, destacando-se em segundo lugar Goiás, com uma produção em torno de 114.200 toneladas.

Esse plantio exige maior conhecimento, controle e pesquisa, além de investimentos mais elevados do que a soja, implicando em maior seletividade dos produtores que se especializam nesse tipo de produção. O fato de ninguém se arriscar a plantar algodão sem consultoria revela tal nível de especialização.

O algodão é uma planta mais sujeita a viroses, transmitidas pelo pulgão, sendo necessário muitas aplicações de inseticidas. Há variedades mais resistentes, porém menos produtivas. Segundo a Fundação MT, surge maior profissionalização da agricultura a partir dos problemas do algodão.

Em Mato Grosso as condições naturais são favoráveis a esse cultivo: clima estável, com estações bem definidas e topografia plana. Mas isto não é suficiente: é preciso investir na pesquisa e em alta tecnologia. Os produtores mais especializados e capitalizados utilizam agricultura de precisão controlada por satélite. Os investimentos em máquinas e insumos também são muito elevados. Os investimentos no algodão em relação à soja correspondem a cinco para um. Com este nível técnico é possível atingir 70 sacos/ha em alguns talhões. O rendimento em 2002/03 foi da ordem de 3.540 kg/ha.

Para fazer uma lavoura de algodão em 2002 o custo aproximado era de US\$ 1.200/ha enquanto que a lavoura da soja custava US\$ 300/ha, cabendo no caso do algodão 6 a 7% para despesas com mão-de-obra, 25 a 30% para a adubação, 30 a 35% para inseticidas e herbicidas e 2 a 3% para sementes, 18% para colheita e beneficiamento, além de outros custos, como o transporte.

A expansão do algodão é restrita a algumas áreas do cerrado, destacando-se como grandes produtores em 2002 (IBGE), no sudeste matogrossense, os municípios de Campo Verde (212.363 ton.), Pedra Preta (149.390 ton.), Primavera do Leste (68.450 ton.) e Itiquira (69.606 ton.). Na Chapada dos Parecís, as maiores produções situam-se em Campo Novo do Parecís (55.080 ton.), Sapezal (71.475 ton.) e Diamantino (91.728 ton.).

Nesse processo de produção altamente seletivo, os empresários procuram estabelecer um diferencial no processo de competição, havendo produtores que dispõem de programas próprios de variedades, desenvolvendo uma tecnologia própria, com variedades de fibra longa, estabelecendo, portanto, a pesquisa, o diferencial no mercado.

Os problemas de ordem ambiental decorrentes do cultivo do algodão são gravíssimos, devendo-se destacar aqueles relacionados à contaminação do lençol freático, em virtude da grande quantidade de insumos utilizados nesse cultivo. Nos casos em que a pulverização é feita de avião, pode também ocorrer a contaminação do ar e das águas, além de afetar fortemente a saúde do trabalhador.

Como vimos, as combinações locais no caso da produção do algodão são múltiplas, apresentando certas especificidades na vida agrícola, dotado de certa autonomia, desenvolvendo idéias e situações onde se constrói um discurso próprio e novo, revelando as estratégias do saber local, que não é independente do global, mas que implica na queda do monopólio do saber.

A criação de espaços urbanos

O modelo tecnológico adotado no cultivo da soja no Centro-Oeste não absorveu a mão-de-obra existente na região, nem a que se deslocou de outras regiões. Talvez isso explique o

intenso processo de urbanização que ocorre nessa região, colocando-a como a segunda mais urbanizada do país, com 86,73% de população urbana, só superada pela região Sudeste, com 90,52%.

É interessante observar que as cidades surgem e crescem mais rapidamente em áreas de expansão recente da fronteira agrícola, sendo com frequência os distritos desmembrados dos municípios de origem, grandes produtores de soja. Portanto, o principal responsável pelo notável crescimento das áreas urbanas em Mato Grosso tem sido o processo de produção e expansão da fronteira da soja, podendo-se afirmar que esse é um fenômeno eminentemente urbano.

O espaço urbano estruturado pela agricultura moderna está voltado para o fornecimento das condições gerais exigidas pela produção agrícola, constituindo o suporte material onde se instalam as atividades comerciais voltadas para a agricultura, a exemplo das representações para a venda de insumos e máquinas, de serviços indispensáveis como consultorias, escritórios de planejamento, as redes de informação, a sede do fornecimento de crédito, do mercado de trabalho, assegurando as atividades de circulação, comercialização e gestão, para que se possam realizar as atividades de produção no campo. A cidade também constitui *locus* de cristalização de idéias, situações e construção de um discurso novo.

Assim, a cidade fornece a presidência do mundo rural, mundo que é extremamente vulnerável ao grande capital, resultando no surgimento de distintas territorialidades no interior desses urbanos.

Em outras palavras, não podemos ter um olhar homogêneo sobre a urbanização desses espaços, porque há uma expansão excludente desse fenômeno urbano, que já é criado expulsando, destruindo os espaços de pobres, da mão-de-obra excedente, dos assentamentos dos sem-terra, pois todas as terras devem estar disponíveis para a agricultura moderna. Temos que capturar o fenômeno urbano de maneira crítica. Em muitos desses espaços urbanos, nem chega a ocorrer a desurbanização periférica, que significa a ida dos pobres para a periferia máxima porque esta já está tomada pela produção.

Incidência da expansão da agricultura moderna sobre os recursos naturais

A crise ambiental contemporânea relaciona-se não só com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento fundado no uso e limitado de recursos naturais não-renováveis, mas também com a passagem de uma visão mecanicista-cartesiana, baseada no conhecimento fragmentado, para uma visão holística, apresentando uma dimensão de transformação político-econômica e de busca de um novo paradigma que restitua a unidade rompida entre o homem e a natureza (Capra, 1982). Como afirma Figueiredo

“ao admitir que em tais contradições encontra-se a matriz da questão ambiental contemporânea, parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico constitui causa e efeito imediato desta última, uma vez que funciona enquanto suporte concreto e, simultaneamente, como mediador de conflitos sociais diversos gestados ao longo do processo histórico de apropriação/uso e dominação imposta pelo homem à natureza, mas apoiado em relações estabelecidas entre os homens” (Figueiredo, 1994:2).

Compreender a dinâmica atual da produção de territorialidades em Mato Grosso via agricultura moderna significa entender a questão ambiental e as relações sociedade-natureza e, apesar da criação de novas espacialidades, não se avançou na superação de antigas posturas.

Estimulada pelos lucros econômicos a serem auferidos em curto prazo, pouca atenção foi dada ao uso dos atributos físicos no processo econômico de expansão da soja na fronteira matogrossense, não havendo preocupações com os limites dos recursos naturais, desde que os mesmos estivessem a serviço da expansão do mercado nacional ou internacional.

Na medida em que o domínio sobre a natureza passa pelas relações de domínio entre os homens, e que estas não se realizam de forma equilibrada, o processo que cria valor e mais-valia para a reprodução da sociedade cria também a forma e o ritmo de consumo dos recursos naturais, permitindo a reprodução das relações de poder (Figueiredo, 1994). Nesse sentido, a territorialidade enquanto expressão das relações de poder, constitui elemento fundamental na

compreensão das práticas sobre o território e das questões ambientais.

Uma das variáveis referências para a identificação dos problemas ambientais em Mato Grosso é o nível de desmatamento, a qual tentaremos relacionar com a área cultivada com soja. Nossa metodologia consistiu em verificar os níveis de desmatamento até 2001, nos dez municípios com maior área plantada de soja em 2001.

Vale destacar, em primeiro lugar, que o conjunto de municípios que apresenta em 2001 maior área plantada com soja, também revela elevados níveis de desmatamento, devendo-se ressaltar os percentuais de Sorriso, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde, em torno de 70%, assim como Itiquira, com 60%. Os baixos valores de Sapezal (30%) são explicados porque mais da metade da área municipal está ocupada com a reserva indígena, motivo de impedimento do desmatamento.

Em segundo lugar deve-se assinalar que grande parte do desmatamento desses municípios ocorreu até 1990, que corresponde à fase do primeiro boom da soja em Mato Grosso, destacando-se Sorriso com 40%, Primavera do Leste com 56%, Diamantino com 40%, Lucas do Rio Verde com 53% e Itiquira com 50%. Nesses municípios acreditamos que em boa parte o desmatamento está vinculado ao cultivo da soja. Os dados revelam que a área plantada com soja em 2001 corresponde a 27% da área municipal em Campo Novo do Parecis e a 20% em Sapezal; contudo, em Primavera do Leste ocupa 55% do município, 49% em Lucas do Rio Verde, 46% em Sorriso e 42% em Tapurah.

Em outras palavras, é possível associar em muitos municípios o desmatamento à expansão do cultivo da soja, encontrando-se, atualmente, esses municípios, praticamente com sua expansão limitada, já que a legislação exige que as reservas ocupem 20% da área municipal.

Conforme Books (1992), a sustentabilidade está associada a desenvolvimento local, variando de acordo com as condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais, que determinam os limites e as potencialidades disponíveis para as atividades humanas. Deve-se levar em conta que o que é sustentável em um espaço e tempo, em certo estágio de desenvolvimento, pode não sê-lo em outro. Por outro lado, a forte interação entre sistemas internos e externos, como ocorre no caso da expansão sojifera, reforça a vulnerabilidade do suporte ecológico, devendo-se também considerar que o que pode ser sustentável isoladamente, pode não sê-lo quando sujeito às intervenções externas.

Portanto, as novas territorialidades que surgem na fronteira agrícola matogrossense só podem ser compreendidas no âmbito das práticas de certos segmentos sociais hegemônicos que tentam impor sua lógica empresarial e domínio sobre o espaço, práticas que estão associadas a reacomodações no âmbito do sistema capitalista.

O tema é uma oportunidade para repensar o planejamento e a gestão ambiental, bem como para mobilizar as comunidades locais em torno de objetivos comuns, a fim de encontrar os níveis de compatibilidade possíveis entre agronegócio e recursos naturais.

Mudanças no mundo do trabalho

Não é possível estudar o desenvolvimento econômico de uma região, em um determinado marco histórico, sem analisar o trabalho e as condições exigidas dele para por em ação as forças produtivas. A partir do conhecimento do nível técnico utilizado, é necessário conhecer as características da força de trabalho, quantitativa e qualitativamente, que a técnica necessita, em sua dimensão espacial.

O efeito direto essencial do novo nível técnico é, portanto, a mudança sobre a qualidade e a quantidade da mão-de-obra, enquanto reformulação do espaço produtivo, seja no espaço da fábrica ou do campo, associado a modificações na divisão técnica e social do trabalho e a uma nova hierarquização.

Fernandes, em seu artigo da Folha de São Paulo de 18/01/04 cita David Kupfer (UFRJ) que comenta, com bases nos dados do IBGE que, considerando os 10 setores da economia brasileira, o setor agropecuário foi o que mais perdeu vagas em função de mudanças tecnológicas, totalizando 8.980.000 postos de trabalho entre 1990 e 2001, eliminando o setor de exportações 1.425.104 vagas. No mesmo período a produtividade do trabalho cresceu 5,12% ao ano. Entratanto, as tendências apontam continuidade do processo de modernização e redução do pessoal ocupado no setor agropecuário, que hoje representa 26% do total, muito superior

aos valores detectados nos países desenvolvidos, em torno de 6% a 7% (Fernandes, 2004).

Considerando-se que o item soja contribui substancialmente para esses resultados, impõe-se analisar alguns dados que ilustram os efeitos diretos do nível técnico aplicado nos 10 municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso em 2001, em termos das necessidades de mão de obra em quantidade e qualidade.

Enquanto os dez municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso, em 2001, participam com 65,51% da produção total do estado, utilizam apenas 27,92% da mão-de-obra agrícola total empregada, com carteira assinada, segundo dados da RAIS. Detalhando a análise, deve-se assinalar que alguns dos municípios que mais empregam força de trabalho, como Primavera do Leste (1.043 pessoas), Sorriso (714) e Campo Novo (523), apresentam significativa produção de algodão, atividade que exige maior quantidade de mão-de-obra. Deve-se destacar o pequeno número de pessoas com carteira assinada em Sorriso, 714, apesar de ser o município maior produtor de soja do país.

No que se refere ao total de hectares de soja plantada por trabalhador destaca-se Campos de Júlio com 1.199 ha, Tapurah com 1.052, Sapezal com 828 e Lucas do Rio Verde com 764. Na produção de algodão Campo Verde se destaca com 422 ha por trabalhador com carteira assinada e Rondonópolis com 424.

Quanto ao nível de empregos gerados com ou sem vínculo empregatício em 1999, pela soja e pelo algodão, utilizamos dados da Cooperativa Unicotton (grande região de Primavera do Leste). No que se refere aos empregos diretos, a soja gerou 1204 e o algodão 2955; em termos de empregos indiretos a soja criou 2408 e o algodão 11820. Tais dados indicam que o algodão absorve em relação à soja 2,4 vezes mais mão de obra direta e 5 vezes mais mão de obra indireta, independente de vínculo empregatício.

Pode-se inferir do exposto que, em determinadas condições históricas, apesar da expansão das forças produtivas, as relações de produção podem não alcançar plena coerência, as novas técnicas podem ser acolhidas, significando menos emprego, maior especialização, ocorrendo muitas vezes o desenvolvimento da tecnologia de exploração da força de trabalho, revelando que a dinâmica da modernização em Mato Grosso, no que se refere ao trabalho, é menos de integração e mais de exclusão.

Temos, portanto, na economia moderna, um mundo do trabalho que nega o trabalhador, particularmente o menos qualificado, que o obriga a uma permanente imigração, impedindo-o de criar raízes e identidade. Temos que olhar esse território como recurso, mas não para a acumulação, e sim para a vida.

A logística dos novos corredores de exportação

Logística: palavra de ordem em Mato Grosso. Em nenhuma outra época a logística desempenhou papel tão importante como na contemporaneidade, particularmente em função das novas pressões provocadas pelas mudanças tecnológicas e pelos mercados emergentes, exigindo novas formas de organização do fluxo de matérias-primas ou dos produtos com valor agregado, devido à incompatibilidade das infra-estruturas logísticas pré-existentes. Na raiz dessa evolução encontra-se a busca por melhorias na integração dos lugares, que ultrapassa os limites do tradicional mercado nacional, para situar-se no âmbito das relações globais. Portanto, a logística deve ser considerada no âmbito do novo contexto global (Dornier, 2000).

Nesse sentido, os fatores sistêmicos de competitividade adquirem uma posição estratégica sem precedentes e compreendem tanto o nível empresarial e de mercado quanto o institucional e público, comportando ações tanto privadas como públicas. A competitividade pode ser estimulada pelo aumento da eficiência inovativa como também por fatores que provêm as chamadas externalidades, que envolvem as condições de infraestrutura de transporte, sendo subordinadas, embora não exclusivamente, à ação pública (Possas, 1993). É deste último aspecto que pretendemos tratar.

Um dos corredores de exportação mais importantes atualmente em Mato Grosso é o da BR-163. Neste eixo de escoamento da soja a agricultura é mais tecnificada e competente da porteira para dentro, mas para ser mais independente tem que enfrentar desafios na circulação e na comercialização. A produção, para chegar de Sorriso a Paranaguá via rodovia, percorre 2.179 km, e de Paranaguá a Rotterdam depende de mais 11.600 km. No caso da abertura da saída por

Santarém, a distância de Sorriso a Santarém será de 1.348 km, percorrendo apenas 7.401 km de Santarém a Rotterdam.

Nesta última alternativa, que engloba um pólo de mais de oito municípios responsáveis por 6 milhões de toneladas de soja, além de 3 milhões de toneladas de milho, milheto, algodão e arroz, num raio de 150 km, a diferença de transporte é de 1 dólar por saca. O custo total do frete Sorriso/Paranaguá/Rotterdam é de 78 US\$/ton. e via BR-163, por Santarém, se situa em torno de 60 dólares/ton., sem contar com o ingresso de insumos. Ao que tudo indica, a rodovia Cuiabá/Santarém, ao desenvolver o eixo norte, poderá representar uma das fronteiras mais dinâmicas da expansão da soja.

Outro corredor de exportação importante a ser destacado é o Madeira-Amazonas, que já transporta 1.300.000 toneladas de soja, além de farelo e óleo degomado, através da empresa Hermosa Navegação, do Grupo Maggi. São 930 km de Sapezal a Porto Velho por rodovia, 1.140 km de Porto Velho a Itacoatiara, com transbordo para navios de 55 mil toneladas.

Quando comparamos as diferenças do custo total do transporte entre a Chapada dos Parecis e os portos de Itacoatiara, Santos e Paranaguá, percebe-se que, no caso do escoamento por Santos, o custo fica aproximadamente em R\$ 137,50/ton. e, na saída por Paranaguá, se situa em R\$127,03/ton. Saiendo por Itacoatiara o custo reduz-se sensivelmente, chegando a R\$78,00/ton. estabelecendo-se, portanto, os maiores diferenciais, quando se utiliza o transporte multimodal (rodoviário e fluvial).

A soja escoada em Porto Velho é produzida na Chapada dos Parecis, que tem um potencial de produção de 20 milhões de hectares, desembocando na BR-364, que hoje se conecta com rodovias estaduais em fase de melhoramento.

Em se tratando do mais novo corredor de exportação, o da BR-158, onde a soja se expande rapidamente, municípios como Água Boa, Canarana, Querência, Novo São Joaquim e Paranatinga já apresentavam em 2001 totais de produção expressivos, com saída da produção até o momento para os portos do Centro-Sul. Entretanto, novas vias de escoamento também se encontram em estudo para o caso desse corredor.

Na formação de políticas vinculadas aos novos corredores de exportação, pré-condição para a competitividade no mercado internacional, a ação conjunta do Estado, das grandes empresas e dos produtores é fundamental. Considerando o papel do Estado, os instrumentos disponíveis no quadro atual permitem vê-lo não tanto enquanto redução da sua presença, porém com uma adequação ao seu novo papel, tornando-se progressivamente mais regulatório do que interventivo, fixando normas gerais, articulando parcerias e como gestor dos processos de reestruturação territorial que envolvam conflitos em torno de interesses mais complexos (Possas, 1987).

Considerações finais

Para finalizar, é adequado lembrarmos Weber quando assinala que a economia está voltada para os fins que se propõem a alcançar, sendo o cálculo racional a base da economia. Temos dessa forma o espaço que Santos denomina de racional. Essa racionalidade implica no domínio sobre a natureza e os seres humanos, um domínio científico, calculado, como afirma Habermas. Portanto, em cada situação a técnica é um projeto histórico social, e esse projeto nos diz o que uma sociedade e os interesses nela dominantes tentam fazer com os homens e as coisas.

Nesse sentido, temos que capturar o fenômeno da técnica, da produção moderna, de maneira crítica, desvendando a ideologia da globalização. É necessário trazer à discussão as urbanizações do modelo sojífero, a apropriação das áreas da pobreza, impedindo suas lutas. Precisamos discutir os efeitos dessa globalização perversa que orienta a produção desses espaços e projetar uma vida melhor para todos. Mas para tanto, é preciso ler o território com um novo olhar e nos despirmos dos condicionamentos das velhas formas de olhar. É preciso olhar os processos reais que constroem o território com emoção, e não como uma máquina.

Bibliografia

- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: *Território, territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- BERNARDES, Júlia. Adão. Técnica, trabalho, acumulação e reorganização do território: o caso do cerrado matogrossense. In: *Ciência Geográfica*. Ano VII - Vol. II, nº. 19 (maio/agosto, Bauru: Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2001).
- BERNARDES, Júlia. Adão. *Cambios técnicos y reorganización del espacio en la región azucarera Norte Fluminense - Brasil (1970-1990)*. Barcelona: Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Geografia Humana da Universidad de Barcelona, Espanha. 1993).
- BRAZ, Adriana. Contratos de soja têm potencial para crescer. In: *Futuros agronegócios*. Ano I nº 11, nov., São Paulo. 2003
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix. 1982
- ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.
- FERNANDES, Fátima. *Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos*. Folha de São Paulo, 18/01/2004, p. B1.
- FIGUEIREDO, Adman. H. A questão ambiental e os novos desafios do enfoque espacial. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo. 1994
- GRAZIANO DA SILVA, José. e CAMPANHOLA, C. O novo rural brasileiro - *políticas públicas*, vol. 4. São Paulo: Clayton Campanhola, 2000.
- MUGNATTO, Sílvia. *Arrecadação de ICMS cresce 5% em 2003*. Folha de São Paulo, 17/01/2004, p. B1.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. *Território, Territórios*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2002.
- PEIXINHO, Dimas. Moraes. (Re)estruturação espacial: interação local/global (o exemplo da soja). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo), 2003.
- PISSOLLO, A. L. M. A importância da hidrovia Madeira-Amazonas no escoamento da produção agrícola do Mato Grosso. Curitiba: Monografia do Curso de Ciências Econômicas da FAE BUSINESS SCHOOL, 2001.
- DORNIER, Philippe-Pierre et al. *Logística e operações Globais*. São Paulo: Atlas, 2000.
- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- POSSAS, M. L. *Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POSSAS, M. L. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial. In: *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- SANTOS, Milton. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record. 2002
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- WEBER, Max.. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997.

RACIONALIZAÇÃO E IDEOLOGIA: O DOMÍNIO DO CAPITAL NO ESPAÇO MATO-GROSSENSE¹

Rationalisation and ideology. The capital domain in the mato-grossense space

Racionalización y ideología: el dominio del capital en lo espacio mato-grossense

Silvana de ABREU

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Profª Adjunta do Departamento de Ciências Humanas
Campus de Dourados/UFMS.
E-mail: abreu.s@uol.com.br

Resumo: As políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil têm sido elaboradas com base no discurso de distribuição da renda e superação das desigualdades regionais e do crescimento econômico. Durante as sétima e oitava décadas do século XX, a racionalização dos investimentos, cuja base teórico-metodológica estava calcada no ideário desenvolvimentista (via SUDECO) foi apontada como solução para um crescimento espacialmente "equilibrado" para a Região Centro-Oeste, voltando-se para o setor de infra-estrutura majoritariamente, bem como para a produção de produtos para exportação e equilíbrio da balança comercial. Compreendemos, nesse processo, que a ciência/racionalidade – planejamento – foi incorporada como *uma* ética – isenta e neutra – tendo legitimado, inclusive, a divisão territorial do então Estado de Mato Grosso. Atualmente, *outra* racionalidade vem acompanhando as políticas públicas de desenvolvimento e planejamento regional. Trata-se do desenvolvimento sustentável, que aparece como um novo padrão de desenvolvimento, proposto dentro de um limite possível de recursos e que entendemos como um discurso ideológico, na medida em que a diminuição das desigualdades regionais ocorreria via crescimento econômico e promoção de oportunidades à iniciativa privada. Entre *uma* e *outra* racionalidade, aprofunda-se a concentração da renda, o empobrecimento da população, o desemprego e a sobrevivência pela informalidade no *espaço mato-grossense*.

Palavras-chave: Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste – SUDECO, desenvolvimentismo, planejamento, ideologia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Abstract: The public policies for the regional development in Brazil have been created based on the discourse of the income distribution, on the surpassing of the regional inequalities and on the economical growth. For instance, the rationalisation of the investments, whose theoretical-methodological basis was traced on the developmentism ideology, via SUDECO, within the seventh and eighth decade of the 20th century, was said to be the solution for a spatially balanced growth for the Centre-West region, concerning primarily the substructure department and then also the production of goods not only for exportation but also to limit the trade balance. It can be understood that in this context the science/ rationality – planning – assumed itself as a neuter and free ethic which inclusively allowed the territorial division of the estate of Mato Grosso do Sul to be legitimated. Nowadays, another rationality follows the public policies for the regional development and planning. This deals with the sustainable growth, which appears as a new developmental standard, proposed within a possible limit of resources and which is understood as an ideological discourse assuming that a decrease of the regional inequalities would occur via an economical growth and via opportunities to the free enterprise. From one to the other rationality, there is a deepening in the concentration of the income, the impoverishment of the population, the unemployment and the possibility of living due to the informality in the *mato-grossense* space.

Key words: Superintendence for development of the Center-West Region – SUDECO, developmentism, gubernatorial planning, ideology, development regional, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 169-181	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ O *espaço mato-grossense* foi a denominação criada para a área delimitada e em análise na pesquisa que realizamos no doutorado (Abreu, 2001) e que compreende os limites territoriais dos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no contexto de atuação da SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Resumen: Las políticas públicas de desarrollo regional en lo Brasil tiene sido elaboradas basadas en lo discurso de distribución de la riqueza y superación de las desigualdades regionales y de lo crecimiento económico. Durante las séptima y octava décadas de lo siglo XX, la racionalización de la investidura, teórico-metodológicamente centrada en lo ideario desenvolvimentista (SUDECO), era considerada una solución para uno crecimiento espacialmente "equilibrado" para a Región Centro-Oeste, enderezado para o sector de infraestrutura mayoritariamente, así como para la producción de para exportación y equilibrio da balanza comercial. Comprendemos, en lo proceso, que la ciencia/racionalidad – planificación – fue incorporada como *una* ética – libre e neutra – que hacia legitima, inclusive, la partición territorial de lo antiguo Estado de Mato Grosso. Actualmente, *otra* racionalidad tiene acompañando as políticas públicas de desenvolvimiento e planificación regional. Trata-se de lo "desenvolvimiento sustentable", que aparece como un nuevo padrón de desenvolvimiento, propuesto dentro de un limite posible de recursos y que entendemos como un discurso ideológico, en la medida que a reducción das desigualdades regionales ocurriría pelo crecimiento económico y elevación de las oportunidades à iniciativa privada. Entre *una* y *otra* racionalidad, profundase la concentración de la riqueza, lo empobrecimiento de la población, el desempleo y la supervivencia pela informalidad en lo *espacio mato-grossense*.

Palabras-Claves: Superintendencia do Desenvolvimento da região Centro-Oeste – SUDECO, *desenvolvimentismo*, planificación, ideología, desarrollo regional, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Notas introdutórias

A divisão do *espacio mato-grossense* (Mapa 01) que se constituía no Estado de Mato Grosso, até 1977, foi legitimada no processo de planejamento e de políticas regionais do III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento –, para a penúltima década do século XX, criando duas outras Unidades da Federação: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul implantados em 1979.

No processo de ocupação de seu território, principalmente após o planejamento implementado pela SUDECO na segunda metade do século passado, o Norte e o Sul mato-grossense consolidaram diferenças e semelhanças que foram identificadas e transformadas em argumentação científico-política capaz de justificar a divisão político-administrativa, em 1977.

Não é aleatória, portanto, analisar o *espacio mato-grossense* sob a intervenção direta da SUDECO – instrumento de planejamento oficial para a região Centro-Oeste, de 1967 a 1991 – e que se sedimentou como um órgão de estudos para a formulação das políticas de desenvolvimento implementadas pelos Governos Federal e Estaduais.

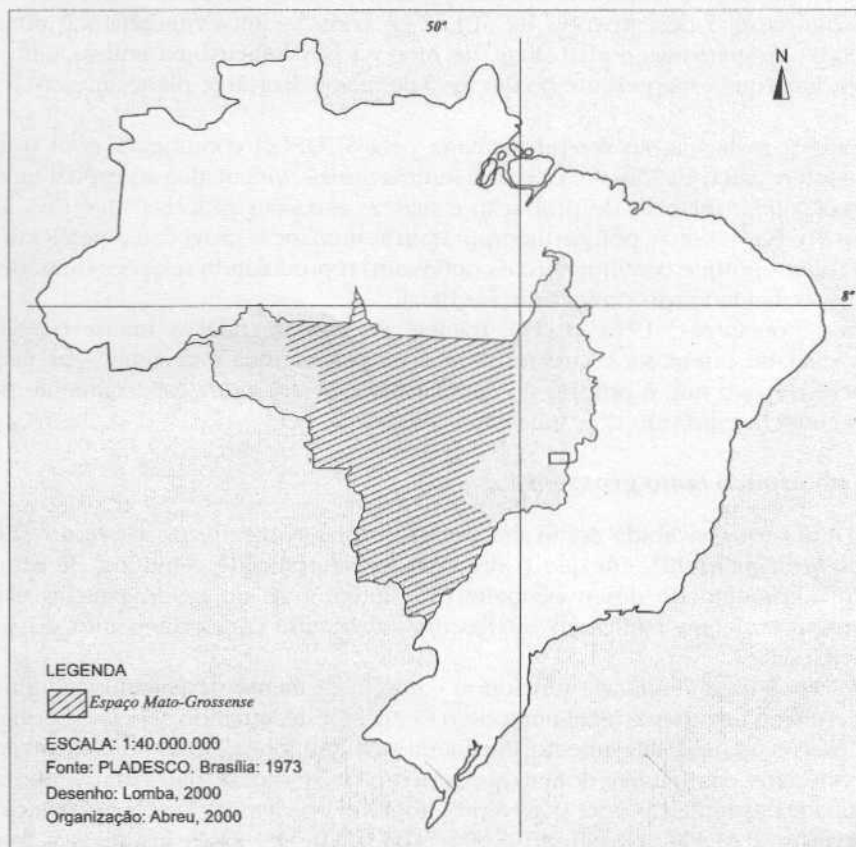
Podemos citar as políticas de colonização e ocupação da Amazônia mato-grossense; a implantação e pavimentação da BR-364; a divisão de Mato Grosso; a modernização da agropecuária e ocupação dos Cerrados pela monocultura da soja; a implantação de distritos industriais nas cidades consideradas pólos de desenvolvimento ou ainda a proposta da Ferronorte e da hidrovía Araguaia-Tocantins etc. Todas são ações pensadas e realizadas (ou em realização) em diferentes momentos históricos e cujos estudos foram elaborados sob os auspícios da SUDECO.

O ponto de partida para a nossa análise poderia ter sido o levantamento dos estudos realizados pela Superintendência (e obviamente das políticas de desenvolvimento já presentes nos vários planos nacionais de desenvolvimento), para resgatar o que foi programado e o que foi efetivamente realizado.

Um primeiro pressuposto foi de que se poderia fazer uma "radiografia" da SUDECO: os planos e programas idealizados e implementados no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; os objetos/instrumentos de ação direta (a construção de rodovias, ampliação da rede de eletrificação e comunicação, construção de armazéns etc) e indireta (os créditos e incentivos pensados e incorporados à base territorial).

Mapa - 01

Localização do *espaço mato-grossense* na área de atuação da SUDECO



Um segundo pressuposto seria relativo à compreensão contextualizada das propostas de ação, passando pela necessária análise da estrutura teórico-discursiva e prática, inerentes à SUDECO e historicamente consideradas. Tratou-se, ainda, de analisar e contextualizar a Superintendência e o papel que ela assumia: Para que foi criada? A serviço de quem? Quais os efeitos de sua presença e atuação no *espaço mato-grossense*?

Contudo, com a extinção da Superintendência e do MINTER – Ministério do Interior – em 1991, parte significativa dos acervos foram totalmente esfacelados e disponibilizados como papel reciclável. Durante dois anos procuramos e coletamos material bibliográfico em várias universidades e centros de documentação e pesquisa regional, bem como na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte - MG. Em 1997, descobrimos parcela importante do acervo da SUDECO no Banco do Nordeste, em Brasília, estando agora sob a tutela da UFMS, no Centro de Documentação Regional/UFMS, em Dourados-MS, e já disponibilizado ao público.²

Compreendemos que a própria dinâmica que envolveu o planejamento e as ações da SUDECO, bem como seu “desmonte”, demonstrou a impossibilidade de um pensar “radiográfico”, tanto porque parte do acervo, conforme salientamos, se perdeu, como porque apesar dos estudos e levantamentos realizados, a Superintendência não tinha autonomia executiva e financeira, dependendo de outros órgãos que seriam parceiros no processo de realização do planejamento e, o mais importante, porque estaria, nessa análise, apenas rotulando, sem compreender a complexidade das relações existentes entre a teoria presente nos planos e programas e a prática, através das ações, incorporação de equipamentos e infra-estrutura.

² São cerca de três mil exemplares contemplando programas, mapas, relatórios, estudos, minutas, livros, transcrições de reuniões, legislação, pareceres técnicos, diagnósticos, reivindicações, entre outros documentos.

Nos aprofundamos, assim, nas reflexões acerca do segundo pressuposto apontado, no sentido da necessária contextualização das proposições, passando pela análise de sua base teórico-discursiva, que devem ser consideradas historicamente, até mesmo para compreender as realizações efetivadas. Para tanto, embora não possamos contar com toda a documentação para analisar *passo-a-passo* o desempenho da SUDECO, consideramos fundamental compreender as intervenções programadas e efetivadas, de modo a possibilitar uma amostragem relativa a prática pretendida (que está presente no discurso de racionalização e planejamento) e a prática realizada.

Esta prática realizada, ao ser programada pela SUDECO comungava com o ideário de propostas de interesses (privados) nacionais e internacionais, vinculados ao capital monopolista, de modo a consolidar relações de produção e marcas espaciais próprias que são, ao mesmo tempo, *novas e velhas* – *novas*, porque incorporaram as mudanças provocadas pelos instrumentos de indução; *velhas*, porque continuaram (e continuam) reproduzindo relações de poder que são próprias às especificidades do capitalismo no Brasil.

Segundo Poulantzas (1990, p.119), trata-se de compreender a matriz espacial que é inerente à sociedade capitalista e cuja reprodução é descontínua e desigual – as disparidades regionais inclusive –, o que é próprio do capitalismo e se reproduz espacialmente do mesmo modo como também é próprio do capitalismo o Estado³.

A SUDECO no espaço mato-grossense...

A SUDECO foi concebida como um órgão de planejamento, no Governo Militar, num contexto *desenvolvimentista*⁴, em que o discurso da neutralidade científica, de interesses de classe e o planejamento do desenvolvimento constituíram-se no esteio para as elaborações programáticas que vieram ratificar o *espaço mato-grossense* como integrante do projeto de integração nacional.

Assim, esta Superintendência funcionou como instrumento de respaldo científico para o projeto de desenvolvimento nacional em todo o Centro-Oeste, atuando sob as determinações da SEPLAN/PR (Secretaria de Planejamento/Presidência da República), que, por sua vez, respondia a reclames oriundos das frações dominantes do capital agroindustrial, geralmente através de algumas entidades estratégicas para o governo, como era o caso da Escola Superior de Guerra e sua Associação, a ADESG (Dreifuss, 1981, 73; Abreu, 2001). Essas instituições fomentavam estudos e participavam ativamente da formação ideológica e intelectual dos tecnocratas, com o qual os superintendentes tinham estreitas relações.

Nesse sentido, é possível compreender o modo como a SUDECO atuava, contribuindo juntamente com outros órgãos para promover a ampliação do campo de atuação do Poder Executivo e para garantir o “pacto da interdependência”⁵ (Covre, 1982) em nome do qual se realizou a intervenção econômica e institucional no sentido de preservar as relações com o Ocidente; reproduzir internamente essa aliança, a partir do tripé (Evens, 1979) e promover a mediação (ainda que sob a repressão) entre as classes sociais.

³ Estado como aquele que exprime na esfera política o que está presente nas esferas econômica e social. Na atualidade, sendo o capitalismo o sistema hegemônico, também é hegemônico o Estado capitalista, traduzindo-se numa lógica geral e assumindo nas particularidades, singularidades, ao mesmo tempo em que estabelece a unidade (a homogeneização).

⁴ Segundo Bielschowsky (1996, p.7), *desenvolvimentismo* é a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida por um projeto econômico cujos principais pontos são: industrialização integral para superação da pobreza; um Estado planejador que defina a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores pelos quais a iniciativa privada não se interessa e/ou seja insuficiente.

⁵ O “pacto da interdependência” significou o alinhamento do Brasil ao bloco ocidental e o sentido ideológico que isso assume é a manutenção do *status quo*. Em nome dele é que se realiza essa intervenção econômica supra-estrutural, controlado (planejado) que vem para: 1º) preservar as relações internacionais; 2º) reproduzir essa coesão internacional, internamente (capital estatal, multinacional e nacional) e 3º) compor a mediação entre as classes sociais.

O Projeto Nacional – *Brasil Potência* –, em pauta, previa o fortalecimento do capital monopolista alicerçado na indústria multinacional que, no *espaço mato-grossense* se realizaria na substituição da agricultura de subsistência e da policultura em favor da monocultura comercial para ampliação do mercado nacional, promovendo transformações que se consolidaram no imaginário popular como “integração nacional”, mas que significava, como já apontamos, a inserção ao “pacto da interdependência”. Nesse sentido, as diferenças de intervenção e de resultados dar-se-ão pela capacidade de se estabelecer a conciliação das frações dominantes de classe no âmbito nacional e regional com os interesses do capital monopolista multinacional, papel que desempenharão, no caso do *espaço mato-grossense*, a SUDECO e em parte a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –, como tributárias para promover os interesses do capital no território nacional.

Essas transformações ocorridas no *espaço mato-grossense*, desde 1975, quando se iniciou o processo de intervenção da SUDECO, através de seus Programas Especiais, refletiram substancialmente no modo de produzir e de viver das pessoas que lá estavam ou que para lá se mudaram. De uma população eminentemente rural até 1970, o Mato Grosso passou, com o processo de intervenção em pauta, a ter uma população majoritariamente urbana. Este aspecto relaciona-se com as mudanças que ocorrem nas áreas rurais, origem da maioria da população das cidades do *espaço mato-grossense* e estão diretamente ligadas a (re)organização da agricultura brasileira subordinada a indústria.

Essas mudanças encontram respostas no modelo econômico implantado já na década de 1950, mas que nos anos pós-1964 se intensificariam promovendo a inserção do *espaço mato-grossense* no âmbito do projeto nacional de desenvolvimento, como um espaço de ocupação necessária, assumindo tanto um caráter geopolítico e estratégico enquanto fronteira a ser consolidada e “caminho” para a conquista da Amazônia brasileira, como, associados à idéia de vazio demográfico, conferia também a função de absorvedora de população.

Nesse sentido, teve um papel importante, definindo para o Centro-Oeste e para o *espaço mato-grossense*, especialmente no aspecto voltado para a migração, ares “propagandísticos” de *reforma agrária*, na medida em que previa a ocupação, principalmente na zona fronteiriça, com pequenas e médias propriedades, o que pudemos perceber, não aconteceu, de modo a desmistificar o discurso de reforma agrária pretendido, inclusive porque grande parte das colonizadoras não efetuaram seus projetos, tendo as empresas incorporado imensas fatias de terra e agregado valor pela infra-estrutura implantada, principalmente as rodovias de penetração.

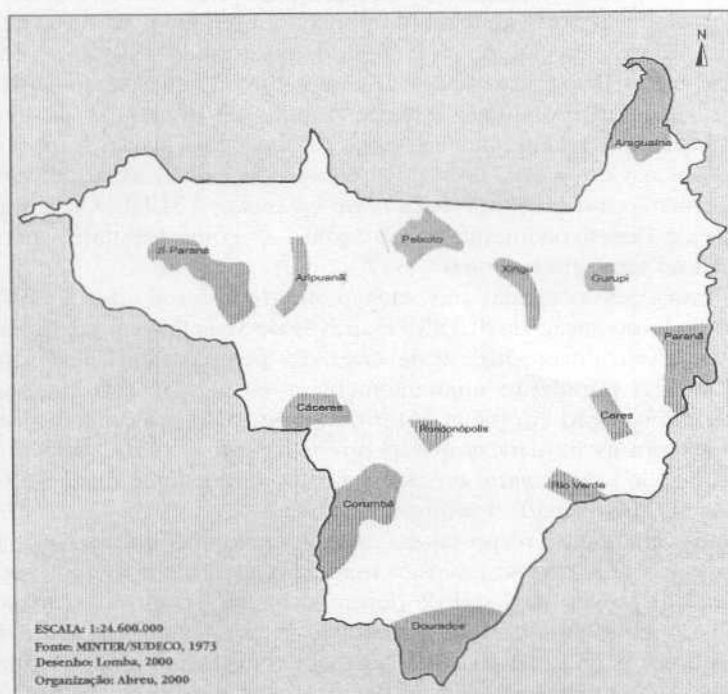
No I PLADESCO⁶, em 1973, que definiu as 13 áreas-programas da Região Centro-Oeste, indicadas no Mapa 02, já fora previsto a promoção e instalação de grandes fazendas, os chamados pólos agropecuários, agroflorestais e agrominerais, para propiciar a exploração das riquezas naturais; sem mencionar a (re)orientação dos fluxos migratórios internamente no País, guiados pelas colonizadoras (Lamoso, 1984,p.10), desde os anos cinquenta.

A política de colonização, em pauta, resultou na baixa utilização produtiva das terras e ainda favoreceu a venda de terras de forma extremamente lucrativa, desconsiderando todas as benesses governamentais recebidas pelas empresas, desde as condições favoráveis para aquisição de glebas a preço quase simbólico, passando pelos créditos e pelos incentivos fiscais.

No ideário planejador do *Brasil-Potência*, o desenvolvimento como crescimento econômico é o objetivo último, em função do qual as ações propostas e realizadas pelos Programas Especiais da SUDECO estavam voltadas para a implantação de infra-estrutura, para a atração de migrantes-trabalhadores, considerados excedentes de população em áreas empobrecidas do Nordeste brasileiro, mas também do Sul e Sudeste. Uma preocupação evidente com a promoção de condições de produção.

⁶ I Plano de Desenvolvimento Econômico-Social da Região Centro-Oeste – primeiro plano elaborado pela SUDECO a partir da realização de diagnósticos e prognósticos para uma programação de ações a serem realizadas a longo e médio prazos.

I PLADESCO - áreas selecionadas



Esse pensar/fazer da SUDECO justificou-se no discurso das disparidades regionais, na distribuição da renda e no necessário combate a pobreza, via geração de empregos, que se realizaria pelas mãos da iniciativa privada incentivada. O que, observamos, não ocorreu nessa lógica, já que como bem argumentou um dos ex-funcionários da SUDECO entrevistados, “a SUDECO estava a reboque da iniciativa privada” e dos interesses do capital monopolista.

A SUDECO realiza isso plenamente através do II PLADESCO (1975-1979)⁷ e seus programas especiais, consolidando-se menos como um órgão de planejamento – propositivo – e mais como um nicho de estudos que eram realizados *a posteriori* das decisões da SEPLAN/PR. Assim, contrariando o discurso racionalizador em pauta e o comprometimento científico que deveriam ter as ações, a SUDECO apresentou pouquíssimas propostas, tendo sido via de regra ignoradas.

Um outro aspecto a ser ressaltado quanto ao caráter geopolítico apontado é a situação de justaposição de domínio territorial da SUDECO e SUDAM. À SUDECO não cabia incentivos, nesse sentido, forças políticas ligadas ao capitalismo urbano-industrial no Centro-Sul que pretendiam fazer das terras Norte-mato-grossenses novos ativos patrimoniais, sob a forma de “reserva de valor” principalmente, encontraram justificativas na integração nacional para manter os incentivos através da sobreposição de áreas. Nesse processo, concluímos que o controle, na verdade, estava com a SUDAM, permeado pelos interesses dos empresários “paulistas”, como eram chamados (Góis, 1969; Abreu, 2001).

Assim, reforçamos que a SUDECO submeteu-se a incorporar ações que viessem a proporcionar as condições para que os empreendimentos da iniciativa privada pudessem realizar-se. Além da incorporação de infra-estrutura, a SUDECO proporcionou o zoneamento das atividades econômicas e das reservas (indígenas, de pesquisa, biológicas entre outras), o que deu amplo respaldo para a ocupação empresarial. Essa realização é evidente nos pólos Aripuanã e Juruena, no Norte mato-grossense, durante o POLAMAZÔNIA e, também, no POLONOROESTE⁸, em Rondônia e no Noroeste-mato-grossense.

⁷ II Plano de Desenvolvimento Econômico-Social da Região Centro-Oeste, 1975.

⁸ Programa de desenvolvimento integrado do Noroeste do Brasil

Na sua parte austral, já havia se consolidado o papel de "extensão do Sudeste", de modo a buscar a ampliação da produção de alimentos e matérias-primas para a indústria, incentivando a incorporação de novas terras à produção agrícola para suprimento do mercado interno e para exportação. Nesse processo, nos anos oitenta, levas de gaúchos e paranaenses, principalmente, adentraram áreas de Campos, normalmente utilizadas para pecuária, introduzindo suas "granjas"⁹ e a produção agrícola com alto grau de tecnificação.

O II PLADESCO¹⁰, trouxe para o Centro-Oeste políticas que estavam inseridas nos princípios do II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento –, quais sejam: integração do território e incorporação ao processo produtivo. É o que a SUDECO chamou de "Fronteira Econômica".

O Cerrado, que já era utilizado como pastagens naturais, passou a ter seu uso incentivado para a produção agrícola, com a inserção de um "pacote tecnológico" a ser importado. Tratava-se do aprofundamento da política de integração nacional nos moldes da incorporação da agropecuária pela indústria e em uma política de migração intensa para promover a ocupação do *espaço mato-grossense* e, ao mesmo tempo, contribuir para o abrandamento de tensões na estrutura fundiária do Sul do País, "oferecendo" aos colonos sulistas a possibilidade de irem para o Norte e produzirem a agricultura moderna tecnificada que já vinham desenvolvendo desde os anos 50.

Assim, apesar da política migratória, o processo de ocupação tomava outros "ares", que não condiziam mais com o de reforma agrária, na medida em que o empresário privado é que vai assumir claramente o processo de ocupação da Amazônia mato-grossense. Mudou o discurso, porque incorpora-se os ditames de modernidade que o capital industrial impunha, na medida em que seria definitiva e claramente o condutor desse processo, seja pela introdução e intensificação das tecnologias no processo de produção, seja porque a produção estaria voltada basicamente para a agricultura comercial e para a pecuária intensiva. Em função disso, também o colono seria selecionado.

O período de 1975 a 1980, justamente o de maiores investimentos nas áreas-programas da SUDECO, promoveu baixo e médio níveis de incorporação de áreas à produção. Além disso, promoveu a concentração fundiária. Tal tendência ocorreu na maior parte do *espaço mato-grossense*, durante a vigência do II PND. Pudemos concluir, em que pesem os recursos dispensados para a infra-estrutura, inclusive urbana, bem como os financiamentos propiciados através dos Programas Especiais como o POLOCENTRO – Programa de desenvolvimento dos Cerrados – e os incentivos do POLAMAZÔNIA – Programa de pólos agropecuários e agromineiros da Amazônia – que, em 1980, a maior parte do *espaço mato-grossense* encontrava-se apenas modestamente incorporado ao setor produtivo prioritário, que era aquele voltado para a produção de grãos e carne. Áreas-programas como Juruena e Xingu-Araguaia, que majoritariamente receberam vultosos incentivos e créditos, não incorporaram mais que 20% das terras de seus municípios com pastagens e lavouras.

A retórica das áreas-programas, embasada no desenvolvimentismo e na teoria dos pólos de desenvolvimento serviu para alimentar a idéia de que a implantação das empresas agropecuárias, capitalizadas e modernas, alimentadas por fundos fiscais e financeiros, seriam vetores de otimização do aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando o emprego de mão-de-obra, o acesso à terra, maior produtividade e a ocupação planejada do território. Não foi o que observamos. O processo de polarização preconizado consolidou-se, antes, em verdadeiros "enclaves", que se estabeleceriam como lucrativos negócios para os empresários dos vários setores que adquiriram seu "quinhão" de terra no Mato Grosso, principalmente.

Os recursos que financiaram os Programas Especiais e boa parte da política de investimento em infra-estrutura e crédito em todo o País foram bancados através de poupança externa. Assim, com imenso endividamento externo e inflação alta o Brasil adentrou a década seguinte, em crise econômica.

⁹ As "granjas" eram a denominação dada pelo migrante gaúcho para a área comprada ou arrendada onde se instalavam para produzir a monocultura.

¹⁰ Programa que criou as Áreas-Programas – POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEGRAN, PRODEPAN e POLOBRASÍLIA.

A crise do ideário *Brasil-Potência* veio no rastro retomando conceitos adormecidos, desde o Golpe Militar, que envolviam direitos humanos e sociais como: a democracia, a reforma agrária e, igualmente, a polêmica ambiental. Idéias expressas no III PND e no seu correspondente regional, o III PLADESCO, entre 1980-1984, que seriam os planos que iriam coordenar as políticas de desenvolvimento para a nova conjuntura advinda com os anos pós-1980.

Referimo-nos a *Nova fronteira* – em que o *espaço mato-grossense* continuava inserido na política nacional como produtor de grãos e carne – que pretendia incorporar novos conceitos ao planejamento como: de *descentralização do planejamento*, de *otimização de recursos e investimentos*, de *especialização da produção* e de *desconcentração industrial*. Base discursiva que vai atuar no *espaço mato-grossense*, legitimando o desmembramento de sua parte austral e a criação de duas unidades da federação: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Tratava-se de incentivar a incorporação de novas e velhas terras ao sistema produtivo comercial, acabando definitivamente com a policultura e intensificando a produção daqueles produtos que tinham peso na balança comercial, como o soja e o trigo, inclusive, que passaram a ser grandemente incentivados.

A descentralização do planejamento impressa, que incorporava os governos estaduais no âmbito de decisão de suas políticas, estabeleceu uma relação paralela entre os Governos Federal e Estaduais, “marginalizando” a SUDECO de modo que os recursos eram repassados diretamente para os órgãos estaduais, concessionários de energia elétrica, água e saneamento, rodovias, armazenamento, entre outros, sem a anuência da SUDECO, que até então fazia normalmente essa distribuição. Essa relação, compreendemos, já era indicativo do enfraquecimento da Superintendência.

Na perspectiva do discurso racional de especialização e descentralização política, a SEPLAN/PR e a SUDECO encontraram respostas para ratificar a divisão do *espaço mato-grossense*. Outros fatores poderiam ser aqui apontados, quais sejam: atender às reivindicações dos agropecuaristas do Sul-mato-grossense, que já se consolidavam como força política e econômica, desde o início do século XX e compensar os poucos recursos para investimento, tendo em vista que, com a divisão, que aparecia como política de planejamento, o Sul concentraria a riqueza gerada, que até então, se pulverizava, para ser aplicada em investimentos de infra-estrutura.

Assim, na perspectiva da *Nova Fronteira*, se fortaleceria a idéia de distribuição de renda, mas que é, na verdade, uma reorientação espacial do setor produtivo; tratava-se do aprofundamento das transformações na produção do setor agropecuário, iniciadas no II PND, mas que, nos anos subseqüentes, internalizariam de forma plena a matriz industrial em fase de superação nos países centrais – as chamadas agroindústrias.

Ao Mato Grosso do Sul foi definido o aprofundamento do processo de agroindustrialização, com a possibilidade de verticalização da produção, ou seja, de atrair unidades industriais para efetivar a desconcentração, como uma política de planejamento do desenvolvimento nacional e da distribuição da riqueza. Ganha força, assim, a idéia de instalação de distritos industriais, muitos até idealizados no II PLADESCO.

Ao norte, no Mato Grosso, o planejamento estaria voltado para a ocupação dos “vazios”, passando todo o território da nova Unidade da Federação a integrar áreas de incentivos da SUDAM, antes limitada pelo paralelo 16° S. Um contra-senso se pensarmos no investimento auferido no contexto do II PND, no POLAMAZÔNIA, que tinha o mesmo objetivo: ocupação dos *espaços vazios*. Assim, mantém-se a política migratória para o Norte do País, agora mais diretamente voltada para o Noroeste Mato-Grossense e Rondônia (POLONOROESTE), como focos direcionadores da população dita excedente de outras partes do País, inclusive de Mato Grosso do Sul, consubstanciando o *espaço mato-grossense* como via de penetração para a Amazônia brasileira. É o que a SUDECO denominou de *Fronteira Agrícola*.

Trata-se, ainda, de tentativas de sobrevivência operacional da própria Superintendência, em plena crise de significado, sendo possível notar mudanças na sua política interna e na sua programação, inclusive do ponto de vista metodológico, no qual o POLONOROESTE é um exemplo, na medida em que incorpora discursos de preservação ambiental, de assentamento social, bem como introduz as agrovilas no lugar das cidades-pólos.

Nessa direção, a SUDECO empreende uma política de *venda da região* e a *Nova Fronteira* passa a ser vista como a *Região Solução*, onde a Superintendência é gestora de uma política

de *marketing* de suas ações, ao mesmo tempo em que oferece explicitamente as opções de investimentos e de exploração para o capital interno e externo. A SUDECO assumiu claramente o papel de condutora desse processo, na segunda metade da nona década, buscando, ao mesmo tempo, elaborar e selecionar as oportunidades de lucro e fazer-se presente na condição de gestora do desenvolvimento regional, no bojo de um período de crise de investimentos e do próprio planejamento. Trata-se de chamar o empresário a investir, através de políticas de créditos e incentivos (no caso de Mato Grosso) e de sobreviver aos descaminhos iniciados com a crise do ideário desenvolvimentista.

A estratégia, contudo, não foi suficiente e a SUDECO foi extinta em 1990. Numa primeira análise, poderíamos dizer que sua extinção teria se dado apenas pela exaustão do modelo desenvolvimentista em pauta. Destarte, percebemos que não existe um caminho delineado para entender esse processo e que outras relações devem ser consideradas. Encontramos explicações tanto na crise do Estado financiador, como na incapacidade da SUDECO, que após 1980, não conseguiu consolidar-se efetivamente como o órgão capaz de promover o desenvolvimento regional pretendido; isto não ocorreu nem com a *Nova Fronteira*, nem com a *Região Solução*.

A partir de 1985, com o fim do regime militar, a SUDECO teve dificuldade para dar vazão ao papel de “pensar/elaborar propostas” dentro da conjuntura de crise que se aprofundava, da retomada do ideário democrático e dos conflitos sociais que se agudizariam e se externalizariam em sua área de atuação, provocados em grande parte pelas políticas e ações que ela própria orientou e para os quais urgia encontrar respostas.

Além disso, nos anos pós-1985, os conglomerados de capital industrial nacional e/ou estrangeiro assumiram explicitamente a (re)organização do processo de produção no *espaço mato-grossense*, imprimindo diversificação e nova dinâmica espacial, até pela impossibilidade do Poder Público continuar conduzindo o processo dentro dos seus interesses.¹¹

A extinção da SUDECO, no Governo Collor, pouco repercutiu nos cenários regional e nacional, em meio às muitas medidas principalmente de caráter econômico tomadas por aquele Governo. Há até quem não saiba, até hoje, sobre sua extinção. Nesse contexto, é preciso considerar a própria inoperância política e técnica para sua manutenção, já que não foi capaz de responder nem aos interesses do capital monopolista industrial e financeiro nos anos oitenta, nem aos reclames de políticos e de frações dominantes regionais, que são prenhes de interesses e conflitos; o que a SUDAM e a SUDENE, como pudemos verificar recentemente, demonstraram realizar, haja vista os escândalos sobre as condutas do planejamento e o envolvimento de alguns políticos das bancadas nordestina e nortista no desvio de vultosos recursos, no uso da máquina pública para benefício de particulares e, principalmente, na convivência dos Governos.

Nesse sentido, a SUDECO, ao que tudo indica se diferenciou das irmãs. Um dos aspectos, certamente, é que não teve a mesma política de incentivos e crédito abundante; segundo podemos dizer que não havia uma política prioritária de industrialização, como ocorria com a SUDENE, principalmente e, em terceiro lugar, ela não tinha autonomia administrativa e financeira.

Um outro aspecto também, que precisa ser considerado para entender especificamente a sua extinção, bem como do MINTER, foi a avaliação negativa que recebeu de órgãos de financiamento externo, que não podem ser desconsideradas. É o caso do Banco Mundial, no que diz respeito ao POLONOROESTE e a aprovação, ainda dentro da SUDECO, do PLANAFLORE – Plano agropecuário e florestal de Rondônia – e do PRODEAGRO – Programa de desenvolvimento agroecológico de Mato Grosso – como ações compensatórias para “resolver problemas sócio-ambientais” criados pela Superintendência, durante a vigência do Programa. Contudo, tais programas apenas foram colocados em ação, com financiamento externo, após a extinção da Superintendência.

Analisando a relação entre a SUDECO e o BIRD, no desenvolvimento do POLONOROESTE, observamos que “o maior obstáculo enfrentado foi mesmo o encaminhamento dado ao planejamento elaborado: a sua execução provocou exatamente os problemas e danos que deveriam ser evitados e que serviam de baluarte de argumentação do Programa, quais sejam os seus aspectos sócio-ambientais.” (Abreu, 2001, p.250)

¹¹ Ver Lamoso & Guedes Silva (1997); Mizusaki (2000); Silva (2000) entre outros.

É fácil imaginar a não-disposição do Banco Mundial em atuar junto a um órgão de planejamento considerado incompetente para realizar as políticas de interesses dos seus associados. Em verdade, as preocupações sócio-ambientais dos organismos internacionais vislumbravam o controle de reservas de riquezas futuras que poderiam ser exploradas, inclusive porque emprestavam recursos a um Governo que não poderia pagar – um Brasil que, em 1984, já devia US\$100 bilhões.

Um desperdício de riquezas foi o que o Banco Mundial e a FAO – Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – viram acontecer sob o comando da SUDECO, no caso do POLONOROESTE.

Desenvolvimento para que e para quem...?

A SUDECO, em sua trajetória de racionalização fomentou políticas e ações, tendo acumulado participações que contribuíram para promover um arranjo espacial, indubitavelmente diferenciado do que existia antes da implementação do modelo desenvolvimentista. O conjunto de seus programas evidenciou uma forma de atuação governamental, que beneficiou a acumulação e a valorização do capital, baseada na promoção da agroindustrialização, na concentração fundiária – principalmente no atual Mato Grosso do Sul, que tinha em sua porção meridional uma estrutura fundiária diversificada, com predominância da pequena e média propriedade, decorrentes de políticas de colonização – e na consolidação do crescimento populacional urbano superior ao rural. É o que Silva (2000) chamou de “reprodução do padrão desenvolvimentista de urbanização”, baseado no esvaziamento do campo, na urbanização acelerada e no crescimento urbano concentrado.

A intensificação do planejamento governamental no Brasil e particularmente no *espaço mato-grossense* foi requisito importante para o encadeamento do processo de oligopolização da economia nacional, “produzindo uma conformação espacial baseada na expansão horizontal, concentração e desigualdade, pois é fruto da produção e concentração de riqueza, de um lado, e da disseminação da pobreza, de outro.” (Abreu, 2001, p.275)

As decisões sobre *o que realizar, onde e para quem*, estabeleceram regras para a aplicação dos recursos, o que beneficiaria alguns, em especial. Todos os Programas Especiais da SUDECO tiveram essa característica.

Ao fornecerem equipamentos infra-estruturais, os Programas viabilizariam uma maior integração do *espaço mato-grossense* à área *core* do País – o Sudeste. Além disso, viabilizariam relações outras, que não foram programadas, estabelecendo traçados específicos de domínio e de resistência.

A análise do *espaço mato-grossense*, nos remeteram a reflexões sobre o planejamento e as políticas de desenvolvimento regional – seu papel – que se materializaram em programações, discursos e prática.

Encontramos em Rouanet (1989, p. 271)¹² subsídios para compreender o planejamento promovido pela SUDECO como “racionalização e ideologia”. *Racionalização*, porque incorpora uma postura de órgão planejador que de fato não é, na medida em que não formula, como quer parecer, as políticas de desenvolvimento para o *espaço mato-grossense* e o Centro-Oeste brasileiro, mas apenas efetua programações para facilitar ações que partem, de fato, das intenções do capital privado; *ideologia*, porque as medidas propostas escamoteiam a luta de classes, internalizando a idéia de que a partir da intervenção e da elaboração de estratégias de desenvolvimento econômico seria possível fomentar as economias “atrasadas” e realizar a distribuição da renda. Omite-se, inclusive, que a preocupação com a distribuição da renda tem implícita a priorização do econômico sobre o social, não alterando a essência da problemática que está calcada na produção de bens de capital e na propriedade privada (Buarque, 1993).

Trata-se de compreender a relação teoria/prática mediada por interesses do capital, para o qual a SUDECO se pôs a serviço, e pelos conflitos advindos das contradições inerentes às ações impostas, papéis assumidos e que, em si mesmo, foram limitadores para a sua existência.

¹² Rouanet (1989), pensando sobre a razão (científica), afirma que existe diferença entre a *razão*, que no seu dizer é sempre crítica, “pois seu meio vital é a negação de toda facticidade”, a *racionalização*, quando está a “serviço da mentira” e *ideologia*, quando está a serviço do poder. Nesse sentido, a *razão* incorporaria o sentido do contradiscurso, na medida em que pressupõe o desmascaramento pela crítica.

Os vários órgãos de planejamento implantados, entre os quais a SUDECO, atuaram no sentido de implementar *uma* "modernidade", através da importação de tecnologia, cada vez mais capaz de ser produzida internamente, via multinacionais principalmente. Além disso, implementaram o fortalecimento do Poder Executivo, centralizado na SEPLAN/PR, de modo que as populações locais, às vezes até as frações dominantes das regiões consideradas atrasadas, foram incorporadas (ou ficaram à margem), sem consulta, à modernidade imposta. No POLAMAZÔNIA, por exemplo, até mesmo alguns donos de garimpos, seringalistas, fazendeiros sofreram o impacto da programação que desconsiderou a realidade e as relações (de produção e culturais) do local (Gois, 1969). Desconsiderou as relações antagônicas existentes entre as classes sociais presentes, tanto no centro industrializado, como no interior do País.

No caso dos PRODEGRAN e POLOCENTRO, o impacto das ações implementadas alterou as relações de produção, o modo de vida, bem como a lógica fundiária, que tinha, como apontamos, principalmente no atual Mato Grosso do Sul, em sua porção meridional, uma estrutura fundiária diversificada, com predominância da pequena e média propriedade – área de colonização oficial e de particulares. Evidentemente, com a introdução da monocultura e das técnicas modernas de produção agrícola, o êxodo rural foi intenso, assim como a concentração da terra e a transformação acelerada de elementos da natureza.

A *racionalização* empreendida pela SUDECO é, portanto, fundamental para se compreender o modo como a ciência, nas diferentes áreas do conhecimento, foi apropriada por uma parcela minoritária da sociedade, usufruindo dos seus resultados e do bem-estar, enquanto a maioria dos cidadãos e cidadãs não tem acesso nem ao resultado da produção promovida, já que, destinava-se a exportação, muito menos a riqueza gerada. Nesse sentido, o desenvolvimento com base no crescimento econômico promovido, consolidou a pobreza de parcela significativa da sociedade e a degradação ambiental.

Algumas idéias conclusivas...

... não sem antes falar sobre *outra* racionalidade

O processo de integração do território nacional pós-1964, como um projeto geopolítico visando adequar a estrutura territorial do Brasil ao projeto de industrialização e valorização do capital em curso nos anos setenta, principalmente através do vetor científico-tecnológico, entra nos anos noventa em crise de significado, assumindo justamente discursos de globalização e de quebra de fronteiras.

As análises aqui esboçadas pretendem contribuir do ponto de vista do conhecimento espacial-regional, para resgatar os processos de domínio do capital no *espaço mato-grossense*, através da SUDECO, e, também, demonstrar que permanece em nossos dias, o *ideal* e a *idéia* de desenvolvimento como justificativa de ações governamentais.

Sob outra capa, permanece a intervenção do Governo Federal (Poder Executivo), que mantém programas de desenvolvimento e que criou inclusive uma agência de desenvolvimento para o Centro-Oeste – a ADCO –, o que pode parecer contraditório com o discurso liberal e de globalização, mas que tem sentido no bojo de muitos interesses, entre os quais os político-partidários e clientelistas, por um lado, e, por outro lado, pode-se concluir, para dar respaldo científico às ações.

Retoma-se, assim, a região e/ou o regional como discursos válidos, que no nosso entender, assumem força de ideologia, na forma indicada por Lencione (1999, p.198), o que, avaliamos, ocorreu no processo de consolidação do *espaço mato-grossense* e da região Centro-Oeste, nas duas décadas de planejamento governamental, tendo assumido o caráter de *Celeiro Agrícola Nacional*, *Nova Fronteira* e *Região Solução*; aspectos mitificadores que ainda hoje são incorporados nos discursos políticos e nas políticas de ações para o desenvolvimento que se pulverizam através de Associações Comerciais, Industriais e dos Poderes Municipais e Estadual.

Apontamos, pois, para uma *outra* racionalidade, presente nos dias atuais, como contraponto ao projeto de intervenção e planejamento a que fizemos alusão nesse trabalho, mas que vem tomando força desde os anos oitenta e que acenam para um novo "padrão de desenvolvimento", proposto dentro do limite de recursos que a realidade impõe. O discurso de desenvolvimento

sustentável começa a fazer parte dos textos da SUDECO desde o III PLADESCO (1980-1984) e esteve vinculado à política de financiamento externo desse período.

Nesse sentido, discutimos esse novo padrão de desenvolvimento no contexto de atuação da SUDECO, mas também como base discursiva das políticas de crescimento econômico pós-SUDECO.

Referimo-nos, pois, ao processo de diversificação da economia no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e ao significado dessa diversificação no processo de consolidação do *espaço mato-grossense* nos anos noventa; bem como aos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração propostos nos Governos de Fernando Henrique Cardoso, que incorporariam antigas temáticas como é o caso das disparidades regionais e retomariam o planejamento como ação válida, criando inclusive, como já fizemos referência, uma Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Os Programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, no bojo da liberalização da economia e do Estado mínimo, incorporariam o discurso de "Custo Brasil", no qual estão as ações de governo que eliminou as restrições ao capital estrangeiro, quebrou monopólios de empresas estatais e procedeu nova regulamentação dos setores de energia, telecomunicações, petróleo e portos. O que está posto como ideologia é a visão de futuro em busca de um "desenvolvimento sustentável" – *equilibrado do ponto de vista regional*.

Qual é o equilíbrio pretendido?

Resposta encontrada nos Programas (PPA) indica para uma "parceria" entre o Poder Público e a iniciativa privada, o que tem passado, tanto pelo investimento direto em infra-estrutura, como é o caso do gasoduto Bolívia-Brasil (que atravessa Mato Grosso do Sul no sentido noroeste-sudeste, com previsão de construção de termelétricas em Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas), da Ferronorte (conectada em Aparecida do Taboado-MS com a FEPASA e daí ao porto de Santos), a Ferroeste (antigo projeto da Ferrovia da Produção, que pretende ligar o Mato Grosso do Sul, a partir de Maracaju - MS, ao porto de Paranaguá - PR), entre outros projetos, como pelo incentivo para que as empresas privadas assumam setores de infra-estrutura como: rodovias, ferrovias, portos, comunicação, energia etc.

Tratou-se de garantir condições para a implementação das privatizações, embasando-se no discurso de que o capital privado vai investir nas áreas de infra-estrutura, assumindo o maior volume de recursos, liberando o Governo para atuar nos setores sociais.¹³

No discurso, percebe-se, pouco mudou. Pode-se observar que há mudanças metodológicas, haja vista algumas diferenças entre pólos de desenvolvimento, que caracterizaram as ações nos anos de 1960 e 1970, e eixos de integração, que vem caracterizando a última década. O que ocorre somente na forma.

Em termos de conteúdo e objetivos a serem alcançados, permanece o ideário de desenvolvimento voltado aos interesses do capital monopolista de modo que os eixos de desenvolvimento acabam por concentrar ainda mais os investimentos. Outra diferenciação, está na incorporação, pela empresa privada, de setores de infra-estrutura, notadamente concentrados nas mãos do capital monopolista estatal, o que tem contribuído para ampliar o leque de possibilidades de consolidação de conglomerados de capital nacional e principalmente estrangeiros, que vêm investindo maciçamente nos setores de telecomunicações, rodovias, energia, exploração mineral, financeiro etc.

São aspectos atuais do capitalismo no Brasil e no *espaço mato-grossense* que encontram respostas em *novos/velhos* discursos e em atitudes e ações que são político-econômicas, respaldando, mais que nunca, o processo de internalização da internacionalização da economia, dentro da qual o desenvolvimento sustentável se consolida como ideologia, ao mesmo tempo em que políticas públicas são implementadas para dar vazão às conquistas que as corporações de capital multinacional têm assumido, inserindo-se, inclusive, em setores antes considerados estratégicos e de função do Estado, portanto, não próprios ao capital privado.

¹³ Sabidamente, os recursos advindos das privatizações não se reverteram em benefícios sociais e a população tem sofrido com a baixa qualidade nos serviços prestados pelas empresas que compraram as estatais e com o aumento nos preços

O resultado tem sido o aprofundamento da concentração da renda e o empobrecimento da população, cuja maior referência é o desemprego e a sobrevivência na informalidade. No caso do *espaço mato-grossense*, pelo seu aspecto fronteiriço, a informalidade tem garras também na criminalidade, no narcotráfico, no contrabando, na prostituição. Aspectos de um cotidiano quase imperceptível, mas que, vez ou outra, encontra ressonância nos canais de televisão e jornais de circulação nacional – esses são “eixos de integração” tão rentáveis para os grandes monopólios transnacionais, quanto os que o Governo Federal defende como proposta para acabar com as disparidades regionais e se espacializam, estabelecendo redes e fluxos próprios.

Referências bibliográficas

- ABREU, S. de *Planejamento Governamental: o papel da SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001. Tese (Doutorado)
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro : 1930-1964*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BUARQUE, C. 4ª. ed. *A desordem do progresso*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- COVRE, M. L. M. “Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática.” In: _____. *Da cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 161-188.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3ª.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 1981.
- EVANS, P. *A triplice aliança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GÓIS, W. *A marcha além do oeste*. S.l.: DEC, 1969.
- LAMOSO, L. P. *Alguns aspectos sobre o processo de ocupação do Estado de Mato Grosso*. 1994, (mimeo).
- LAMOSO, L. P. & SILVA, W. G. da. O complexo agroindustrial da suinocultura no município de Dourados – MS. In: *Revista de Geografia*. Ano III, nº 6. Campo Grande: Edufms/AGB. Jul/dez. 1997, p.31-38.
- LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MIZUSAKI, M. Y. “Dinâmica territorial em Mato Grosso do Sul: o caso da COOAGRI”. *Revista de Geografia*. Campo Grande (MS): Edufms/AGB, nº 12, jul/dez. 2000, p. 63-72.
- POULANTZAS, N. *Estado, poder e socialismo*. São Paulo: Graal, 1990.
- QUEIRÓZ, P. R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado, 599p.)
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, M. C. T. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados (MS)*. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado em Geografia), 2000.

A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS BRASILEIROS

La busca por el desarrollo sostenible en la gestión de recursos hídricos brasileiros

Searching for sustainable development in the management of the brazilian hidric resources

Cristiane Fernandes de OLIVEIRA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP
Correio eletrônico: cadolive@uol.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo levantar a discussão sobre como o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido interpretado e apropriado pelos interesses econômicos capitalistas, visando a super-exploração da natureza e da expropriação das comunidades que dependem dos recursos naturais locais e regionais. Neste contexto, se encontram os recursos hídricos brasileiros, que têm sido cada vez mais pressionados quanto a sua exploração, principalmente por empresas transnacionais, que expandem seus domínios apoiados em políticas neoliberais e nos discursos eco-capitalistas.

Já é possível notar considerações críticas sobre problemas em torno da taxaço em países que adotaram a privatização dos serviços de saneamento básico, mas muitas questões ainda devem ser refletidas, tal como a do choque de interesses entre a necessidade de conservação dos recursos hídricos e o da transformação destes em *commodities* cuja exploração tende a ser ampliada de acordo com os objetivos da lógica capitalista.

Palavras-chave: Recursos hídricos, transnacionalização, desenvolvimento sustentável, saneamento básico.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo abrir la discusión sobre como el concepto de desarrollo sostenible tiene sido interpretado y apropiado por los intereses económicos capitalistas, con la finalidad de súper-explotación de la naturaleza y de la expropiación de las comunidades que dependen de los recursos naturales locales y regionales. Es este contexto, se encuentran los recursos hídricos brasileiros, que han sido cada vez más presionados em relación a su explotación, principalmente por empresas transnacionales, que expanden sus dominios apoyados em políticas neoliberales y en los discursos eco-capitalistas.

Ya és posible notar consideraciones críticas sobre problemas em torno de la tasación em los países que adoptaron la privatización de los servicios de saneamiento básico como modelo de desarrollo, mas también muchas cuestiones aún deben ser pensadas, tal como la del choque de intereses entre la necesidad de conservación de los recursos hídricos y el de la transformación de este em artículos cuya explotación tende a ser ampliada de acuerdo con los objetivos de la lógica capitalista.

Palabras clave: Recursos hídricos, transnacionalización, desarrollo sostenible, saneamiento basico.

Abstract: This article aims to raise the discussion about how the concept of sustainable development has been interpreted and appropriated by the capitalist economic interests, looking for the super-exploration of the nature and the expropriation of the communities that depend on local and regional natural resources. In this context, we can situate the brasilian hidric resources, that have been more and more pressed in relation to their exploration, mainly by transnational enterprises, which spread out their domains supported by neoliberal politics and eco-capitalist speeches.

It's already possible to note critical considerations about problems regarding taxing in countries which adopted the privatization of the sanitation services, but many questions should also be reflected, as the shock of interests between the necessity of conservation of the hidric resources and their transformation in commodities which exploration tend to be amplified according to the objectives of the capitalist logic.

Key words: Hídric resources, transnacionalization, sustainable development, sanitation.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 183-192	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

Introdução

Quando introduzimos o conceito de desenvolvimento sustentável em uma discussão acerca do consumo de recursos naturais devemos, antes de tudo, considerar algumas polêmicas sobre o assunto.

Seria possível o desenvolvimento da sociedade capitalista de forma que seus recursos naturais pudessem ser constantemente reproduzidos? Se sim, poderíamos classificar esta forma de desenvolvimento como sustentável?

Indubitavelmente sustentar o desenvolvimento da sociedade capitalistas nos moldes atuais seria muito difícil. Não somente difícil do ponto de vista da necessidade crescente de recursos naturais para a reprodução do que é consumido, mas principalmente para amenizar as tensões geradas por aqueles excluídos do processo de consumo.

Comumente observamos que o termo sustentabilidade tem sido associado à ampliação da capacidade de reprodução de determinado produto, normalmente com um menor uso de recursos naturais ou com uso de técnicas menos poluentes, quando comparado a um período passado. Porém, poucas são as reflexões acerca do sentido mais amplo que o conceito de desenvolvimento sustentável remete quando se discute as necessidades de consumo das sociedades. Em outras palavras, poucos conseguem discutir sistemicamente a necessidade de se respeitar o equilíbrio do meio ambiente natural e de atender de forma mais eqüitativa as necessidades básicas dos seres humanos, o que inclui, entre outras coisas, principalmente o direito à água potável de boa qualidade.

Neste sentido, outra questão se coloca: a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável induziria à manutenção dos atuais modos de reprodução social dominantes ou à busca de novos paradigmas?

O objetivo deste trabalho, portanto, é o de analisar como o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado por diversos interesses, e cada vez mais, por que não dizer, pelos interesses do grande capital internacional, traduzidos em nossa pesquisa nas grandes corporações transnacionais relacionadas à prestação de serviços de saneamento básico.

A partir destas questões e conforme já apontado por alguns autores como Ribeiro et al. (1996), Leff (2001) e O'Connor (2002), podemos perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável tem servido à diferentes interesses, ou até mesmo tem produzido ações antagônicas, devido a sua característica ambígua.

Em sua crítica ao discurso de "desenvolvimento sustentável" Leff (2001) aponta a racionalidade econômica como principal interessada na dissolução das propostas do ecodesenvolvimento, ficando suas raízes em estratégias mercantis que não respondem em absoluto às questões fundamentais da problemática ambiental contemporânea, tais como a da incapacidade de internalização do descompasso entre o tempo da natureza e o tempo da sociedade.

De fato, notamos que sobre este conceito de "desenvolvimento sustentável" se tem promovido justamente o contrário daquilo pelo que os reais movimentos ambientalistas lutam, ou seja, por modificações reais na estrutura produtiva e de consumo e por uma sociedade mais igualitária, por uma ética dissociada dos interesses capitalistas e pelo respeito às diferenças. Neste sentido, concordamos com a proposta de Ribeiro et al. (1996, p.99) quanto à sua definição do conceito:

"Desenvolvimento sustentável poderia ser, então, o resultado de uma mudança no modo da espécie humana se relacionar com o ambiente, onde a ética não seria apenas entendida numa lógica instrumental, como desponta no pensamento eco-capitalista, mas sim, embasada em preceitos que ponderassem as temporalidades alteras à própria espécie humana, e, porque não, também as internas à nossa própria espécie".

A ambigüidade existente no conceito de desenvolvimento sustentável, assim como no de capitalismo sustentável conforme exposto por O'Connor (2002, p.27), incitaria um oportunismo por parte dos diferentes interessados em usá-lo.

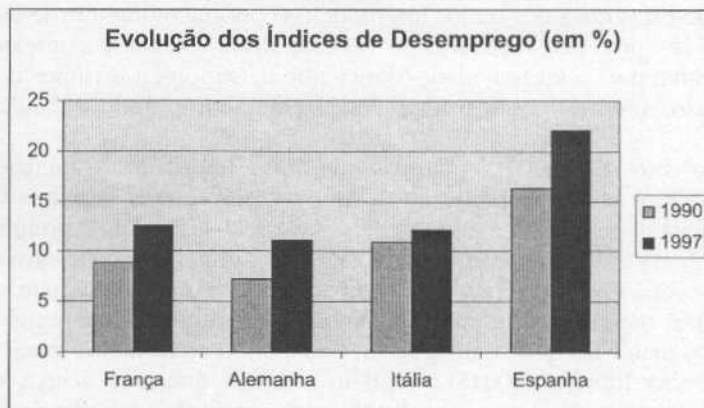
O autor questiona: quem se oporia a um termo que por definição buscaria uma sustentação? Ainda mais se este conceito estiver apoiado em um movimento maior, associado à defesa do meio ambiente, da vida na Terra.

Ficou fácil dessa forma, a apropriação do conceito por parte de grandes empresas privadas, através de um eficiente sistema de marketing e da mídia levar aos olhos e ouvidos humanos a imagem construída de empresas teoricamente comprometidas com o meio ambiente, "eco-

capitalistas", portanto. A realidade, porém, se mostra diversa.

Podemos iniciar nossa argumentação com um dado simples, óbvio. O aumento dos índices de desemprego remete a toda uma adaptação social e política da economia mundial. Neste contexto, os índices de desemprego tem aumentado não somente em países economicamente mais pobres, mas também em líderes em desenvolvimento de novas tecnologias tais como França, Alemanha, Itália e Espanha, tal como ilustrado pelo gráfico a seguir.

Gráfico 1



Fonte: Conjuntura Econômica (Agosto/1999:85)

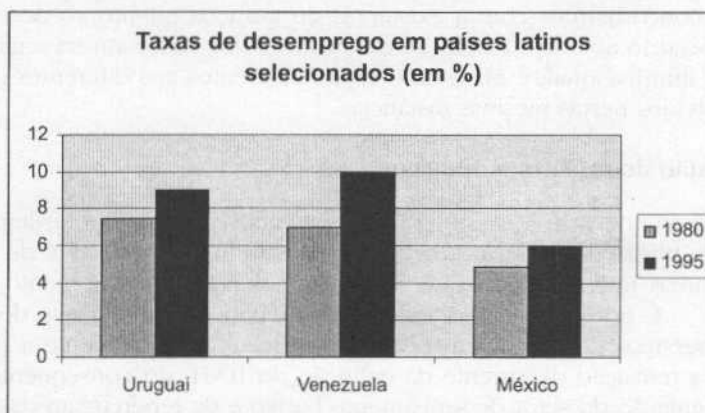
Estes índices nos mostram um dos aspectos que questionam a eficácia da nova estrutura capitalista mundial em lidar com os problemas sociais e, por sua vez, ambientais que são gerados a partir das novas relações construídas nesta conjuntura.

É evidente que no caso dos países economicamente ricos os efeitos do aumento do desemprego são menos sentidos do que nos países pobres, já que nestes últimos se aprofundam os horrores da fome, da favelização, da violência urbana, assim como da exploração e destruição ambiental.

Na América Latina notamos também um crescimento do desemprego, ilustrado no gráfico n.2 a seguir, por países como o Uruguai, a Venezuela e o México, evidenciando um problema constante e, segundo Pochmann (2002, p.44-45), "difícilmente enfrentado de forma adequada".

No caso brasileiro não podemos deixar de mencionar que os índices de desemprego para o ano de 1998 divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE, registraram 9,39% de desemprego no país.

Gráfico 2



Fonte: OIT, 1995 e atualização de POCHMANN (2002)

Seria um erro portanto, uma associação direta entre o crescimento do desemprego nos países economicamente mais ricos sendo provocado por uma transferência de postos de trabalho aos países economicamente mais pobres, através de abertura de grandes corporações transnacionais.

Segundo Pochmann (2002, p.47) se têm buscado as causas para estes índices crescentes de desemprego erroneamente no desenvolvimento tecnológico ou na expansão do comércio externo, pouco se discutindo o cerne da questão, ou seja, o "processo dominante de globalização financeira e de adoção generalizada de políticas neoliberais".

Embasando estas questões temos um modelo econômico que tem se difundido e apoiado nas matrizes do discurso eco-capitalista, o neoliberalismo. É nesse contexto, que Leff (2000, p.44) também atenta para a incapacidade teórica que dá suporte aos rumos do desenvolvimento sustentável, sendo que "as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais".

De acordo com Leis (2001), o discurso de que a liberdade de mercado geraria maiores benefícios para todos os participantes e de que se perpetuaria a paz a medida em que o mercado internacional continuasse a se auto-regular apóia-se em falsas premissas. Como o autor sugere, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, apontava sérias conseqüências ambientais para o desenvolvimento apoiado nos atuais modelos econômicos vigentes e tais modificações exigiriam dos governos um envolvimento maior do que se imaginava, transpondo as fronteiras nacionais.

Neste aspecto Ribeiro (2001a) vai além e lança questões acerca da capacidade de gestão dos recursos naturais vitais no planeta e da evolução dos mecanismos de regulação ambiental por parte de organismos internacionais. Ainda, segundo Ribeiro (2001a, p.14), para compreendermos a ordem ambiental, devemos considerá-la integrante do sistema internacional, em que "os Estados atuam segundo seus interesses nacionais e procuram salvaguardar sua soberania dentro da tradição do realismo político".

A necessidade de salvaguardar a soberania dos Estados traz a tona outra temática intrínseca à discussão da ordem ambiental internacional, a da segurança ambiental.

Para Lê Prestre (2000), a importância que a concepção de segurança ambiental adquire vai além daquela que enfoca o perigo eminente da guerra ou da superexploração dos recursos, voltando-se principalmente para o aspecto político. Neste sentido, como uma nova dimensão das relações internacionais, a segurança ambiental poderia definir opções de governo, influenciar relações de conflito e cooperação entre Estados, assim como mobilizar populações em torno de objetivos de proteção.

A questão que paira no ar é: a soberania dos Estados estaria então salvaguardada por entendimentos políticos, mesmo quando um dos lados interessados tiver maior poder de coerção sobre o outro?

Quanto a isto devemos esclarecer que o poder de coerção pode se dar através de diversos tipos possíveis de exercício: militar, econômico e mesmo pela capacidade de cooptação política. Assim, apesar de concordarmos com a existência de avanços quanto ao desenvolvimento de instâncias de negociação quanto à resolução de questões que esbarram na segurança ambiental do ponto de vista internacional, é necessário estarmos atentos aos diferentes pesos e medidas dos poderes envolvidos nestas mesmas instâncias.

Regulação da gestão dos recursos hídricos

Adentrando na questão da gestão dos recursos hídricos brasileiros, verificamos que as políticas públicas de saneamento básico passaram a ser forjadas de acordo com os interesses econômicos internacionais que regem as linhas de financiamento aos países "em desenvolvimento". É notória assim, a influência do Banco Mundial nas decisões quanto a privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, quando a transição decorrente da extinção do BNH, do conseqüente esfacelamento da estrutura de regulação do setor de saneamento básico e da repercussão das eleições diretas para prefeitos, com a retomada da gestão municipalizada do saneamento, abriram as portas para a implantação do Programa de Modernização do Setor de Saneamento no qual caberia aos poderes públicos estaduais e municipais escolher o modelo a ser adotado, dos quais o da

privatização acenava com o discurso de eficiência e de domínio de novas tecnologias.

Conforme apontado por Brito (2001) no final da década de 1990 os ajustes impostos pelo FMI ao governo Fernando Henrique Cardoso transformaram a anterior proposta alternativa de privatização dos serviços de saneamento básico em diretivas de privatização tal como teria ocorrido com as políticas dos setores de comunicação e energia. É importante frisar que mesmo que houvesse órgãos públicos capazes de arcar com novos financiamentos para o setor de saneamento básico estes foram vedados a eles pela resolução n.2521 do Conselho Monetário Nacional em julho de 1998. Em complementação a este fato é importante citar Brito (2001, p.1090) que lembra que "(...) em 1997 o Conselho Curador do Fundo aprovou a criação do Programa de Financiamento (FCP/SAN) disponibilizando pela primeira vez recursos do referido fundo à iniciativa privada".

É desta forma, através do impulso proporcionado pelo Banco Mundial e pelo FMI, que as empresas públicas de prestação de serviços vão sendo substituídas, não só no Brasil, mas em vários pontos do mundo, muitas vezes sem uma estrutura regulatória adequada para fazer frente a avaliação da atuação de grandes corporações internacionais que têm expandido seu império.

Notemos que além da problemática da fraca regulação dos municípios que já privatizaram seus serviços ao exemplo de Manaus, conforme também exposto por Brito (2001), devemos voltar nossa atenção para a forte atuação na concorrência para a prestação destes serviços no Brasil por empresas transnacionais como é o caso da Suez SA (ex. Lyonnaise des Eaux), Vivendi Universal, RWE e Bouygues .

Mesmo dentro da iniciativa privada, concorrer com empresas do porte das supracitadas é praticamente impossível nas grandes áreas de distribuição, especialmente em relação aos grupos nacionais que não possuem o suporte de recursos financeiros e nem o poder de *lobby* destas corporações. Assim, o desmantelamento da estrutura pública de prestação de serviços de saneamento básico em grandes áreas metropolitanas é esperado ansiosamente por estas grandes corporações transnacionais, pois nestas áreas estão potencialmente as maiores demandas e, portanto, o maior potencial de retorno financeiro.

Neste sentido, pode-se prever que preocupações relacionadas à sustentabilidade quanto a super exploração dos recursos hídricos provavelmente seriam esquecidas.

Isto nos leva a refletir também sobre três outros aspectos: um se refere a questão da qualidade do atendimento destes serviços prestados, outro da equidade dos mesmos e outro se refere ao controle de um recurso estratégico para o país – a água – , o que não pode ser confundido com um simples discurso nacionalista.

Em relação à questão da qualidade do atendimento destes serviços prestados e da equidade dos mesmos devemos estar atentos às experiências estrangeiras para avaliarmos melhor a real capacidade técnica e eficiência das grandes corporações no atendimento das demandas. Sobre isto não podemos deixar de citar o caso da África do Sul em Agosto de 2000, que teve seu sistema de água privatizado, o que resultou segundo o *International Consortium of Investigative Journalists* (2003a) no aparecimento e a expansão do vibrião Colérico, que infectou mais de 250.000 pessoas na costa do Golfinho espalhando-se até as proximidades de Joanesburgo. De acordo com o mesmo artigo, milhões de pessoas vivendo em habitações precárias na região onde se passou a adotar o regime de cobrança privada pelos serviços de abastecimento de água não puderam pagar as taxas cobradas e foram forçadas a procurar água em fontes poluídas, dando início à epidemia.

Na visão estritamente economicista destas corporações que somente vêem o potencial de lucro facilmente obtido pela exploração de um recurso cada vez mais escasso, como é o caso da água, contemplar decisões ambientais ou sócio-culturais em projetos de manejo está fora de cogitação e isto, sem dúvida, foi um dos fatores impulsionadores do desastre Sul Africano supracitado.

Não é necessário ir longe para encararmos outro exemplo de conflito entre o discurso de êxito e a realidade de fracasso consubstanciada por dez anos de espera pelo acesso aos serviços de saneamento básico. O caso de localidades como La Matanza, distrito de Buenos Aires na Argentina ilustra bem esta situação de descaso perpetuada pela privatização dos serviços de saneamento básico desde 1993.

Também inserido em um contexto de pressões advindas do Banco Mundial e do Fundo

Monetário Internacional o governo argentino concedeu por 30 anos a prestação de serviços de saneamento a duas grandes empresas do ramo de saneamento básico: a Suez e a Vivendi.

Segundo artigo apresentado pelo *International Consortium of Investigative Journalists* (2003b), a despeito do crescimento das taxas de prestação de serviços alardeadas pela companhia "Águas Argentinas" (pertencente ao grupo Suez), a empresa não cumpriria as metas prometidas, apoiando-se na própria lentidão das agências do governo responsáveis pela cobrança destas metas e por que não dizer na corrupção institucionalizada dentro do próprio governo Menem, que possibilitou o enriquecimento ilícito de grande parte de seus representantes.

Dentro deste contexto áreas como La Matanza continuam descobertas pelos serviços de saneamento básico há mais de dez anos e outras áreas que, porventura foram contempladas, sofrem com os constantes aumentos em suas taxações.

Em relação ao aumento das taxas é importante que possamos analisar melhor o funcionamento deste mecanismo. Para tanto, é ilustrativo o caso argentino que expõe claramente a influência dos interesses internacionais tais como o Banco Mundial e o FMI em defesa destas grandes corporações privadas.

É notória a crise econômica em que a Argentina se encontra, expressa principalmente neste início de século, apresentando grande empobrecimento da população e decadência em seu padrão de vida. Evidentemente a crise tem pressionado também as instituições privadas entre elas a "Águas Argentinas" que no ano passado ameaçou o governo de Eduardo Duhalde em reduzir seus serviços caso ele não garantisse a empresa empréstimos em dólares americanos. A recusa do governo em ceder a estas ameaças, porém, levou o FMI a intervir e estabelecer a permissão de novo aumento nas taxas cobradas pelos serviços de saneamento como condição da renegociação da dívida externa. Desta forma, no verão de 2002, as taxas de água cobradas pela empresa "Águas Argentinas" tiveram um acréscimo de 10%.

Do ponto de vista econômico, numa percepção simples fica a idéia de que a dívida renegociada, muitas vezes seguida de novos empréstimos, a altos juros (é importante lembrar), continua a financiar o capital privado, seja diretamente, quando as próprias instâncias públicas subsidiam empresas privadas, ou indiretamente, quando as instâncias públicas cedem às imposições destas empresas, como no caso supracitado, que resultou num aumento das tarifas dos serviços prestados e no repasse à população, ou seja, soluciona-se o problema socializando os prejuízos, os quais teoricamente a empresa deveria estar arcando.

A segurança ambiental e a gestão pública dos recursos hídricos

A questão da segurança ambiental está também posta na discussão de como se desenvolve a gestão dos recursos hídricos, já que à medida que a falta de acesso de grande parcela da população à água potável e ao tratamento dos esgotos ou a incapacidade de arcar com o aumento das taxas cobradas podem criar riscos ambientais, ao provocar problemas de saúde pública, o que consequentemente implica ao Estado o surgimento de novas e pesadas despesas.

Notamos nesta situação um exemplo do que Garcia-Tornel (2001, p.88) classificaria de risco criado pelas próprias relações humanas através do desenvolvimento tecnológico. Nas palavras do autor: "La multiplicación de los lugares que se ocupan hoy, cuando habían sido evitados durante siglos, es un hecho evidente; como lo es el gigantismo de las infraestructuras y la presencia humana mucho más allá de los límites óptimos del hábitat de la especie."

Logicamente o desenvolvimento de grandes infra-estruturas de captação e distribuição de água, assim como de coleta e tratamento de esgotos tornaram possível a ocorrência de grandes aglomerações urbanas, de forma que, baseando-se somente nas possibilidades tecnológicas acredita-se que se possa driblar, pelo menos temporariamente, problemas de escassez de água para os grandes contingentes humanos aí concentrados. Porém, o limite que se apresenta neste caso, não é necessariamente tecnológico, mas sim econômico e principalmente político.

Sobre este fato devemos considerar ainda que além do risco de disseminação de doenças veiculadas pelo consumo de água contaminada ou pela falta de acesso à água em si, seja pela incapacidade de pagamento das taxas impostas ou pela ausência de um sistema de saneamento básico que atenda eqüitativamente a população, repousa o perigo de conflitos em torno do acesso a este recurso que podem abalar a segurança interna dos Estados, ou mesmo gerar instabilidades políticas internacionais. Estas instabilidades podem ser vinculadas, entre outras

coisas, com a ameaça de doenças que extrapolam fronteiras internacionais do mundo moderno com grande rapidez, ou mesmo ser advindas de divergências sobre a maneira pela qual se administra uma questão ambiental que pode interferir em escala planetária, exemplificando a discussão de Le Prestre (2000, p.409-478).

Quanto à questão estratégica que permeia o controle público dos recursos hídricos devemos nos remeter não somente à busca da garantia de atendimento das demandas de maneira mais equitativa e qualitativa, mas também à necessidade de conservação, o que ao nosso ver possibilitaria a viabilização de um projeto de desenvolvimento econômico e social nacional, desde que apoiado em uma exploração equilibrada destes recursos, o que contribuiria para garantir sua perpetuidade.

A água é considerada um recurso natural que, apesar de ser classificado como renovável, não consegue mais acompanhar seu ritmo de uso ou mesmo de destruição pela poluição. Isto faz com que, seu volume disponível para o consumo seja na melhor das hipóteses constante, enquanto que sua demanda apresenta contínuo crescimento.

A conscientização desta tendência à escassez tem dividido as atitudes humanas em torno deste recurso natural, pesando por um lado, a busca do lucro sobre esta nova mercadoria em vários pontos do globo, ilustrada pela incursão das empresas privadas de saneamento básico para além das fronteiras nacionais e, por outro lado, pelos esforços governamentais ou de comunidades nacionais e internacionais em garantir espaços de negociações e elaboração de políticas normativas que possam viabilizar a segurança ambiental internacional.

Quanto ao desenvolvimento de normas internacionais não podemos deixar de lembrar que o direito de acesso à água segundo Gleick (1999) somente passou a ser explícito oficialmente a partir da década de 1970, tal como na conferência de Mar del Plata, organizada pelas Nações Unidas. Esta demora pode ser compreendida, em parte como reflexo do lento desenvolvimento dos movimentos ambientalistas que também vieram a se expandir mais fortemente a partir desta mesma década.

Apesar da lentidão não podemos deixar de considerar que o aprimoramento legal, sobre a temática ambiental, mais precisamente em torno da água, tem sido uma constante em todo o mundo o que permite o crescimento da discussão e da construção de uma conscientização mais aprofundada sobre a temática que envolve este recurso.

Em relação ao aspecto normativo quanto à gestão dos recursos hídricos no Brasil Granziera (2001) revela que a efetividade da aplicação das leis dependerá de uma ampla articulação e cooperação entre União, Estados e municípios já que estes são co-responsáveis no gerenciamento da unidade de planejamento que é a bacia hidrográfica. Para auxiliar na administração pública destas unidades de planejamento e na resolução de conflitos é que foram criados os Comitês de Bacia Hidrográfica.

Como a criação das figuras dos Comitês de Bacia e dos Conselhos ainda é muito recente, data do final da década de 1990, não poderíamos, segundo a autora, avaliar seu funcionamento. Porém, ainda segundo Granziera (2001, p.234) observado do ponto de vista que a Lei n.9.433/97 é endereçada à administração pública e que a aplicação desta depende, em última instância, do poder de polícia, ou seja, de fiscalização, de organização, de regulamentação e de aplicação de penalidades, percebe-se que a lei é "adequada, porém não suficiente", sendo ainda necessário o desenvolvimento de políticas públicas ligadas à educação ambiental, à erradicação da pobreza e da organização social.

As tendências, porém, apresentadas pelos governos federal e estaduais a partir do início da década de 1990, como já discutimos, foi a de adotar um caminho que pode levar a uma perpetuação deste estado de degradação dos recursos hídricos, acirrando o empobrecimento e a exclusão social, assim como o da potencialidade de super-exploração, acelerando os processos de escassez para o qual caminha a humanidade.

Como disposto por Ribeiro (2001b) sobre a proposição da Agência Nacional de Águas - ANA e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em relação à regulamentação dos investimentos privados no setor de saneamento básico no Brasil: "Infelizmente o que assistimos é a introdução de um modelo no qual o Estado é escrito com minúscula, que teve sua ação reduzida a mero regulador das chamadas forças de mercado".

Desse modo, contrariamente aos interesses nacionais, a estrutura está sendo montada

para amparar o estabelecimento das grandes empresas privadas transnacionais do setor de saneamento básico no Brasil, empresas estas que estão atentas à minimização de seus encargos quanto ao cumprimento dos contratos de prestação de serviços, atentas às possibilidades de super-taxações, apoiadas em pressões político-econômicas, como verificado no caso argentino e, pautadas em um discurso que se utiliza do risco de escassez para obter maiores lucros, tais como: "People who don't pay don't treat water as a very precious resource".

Se refletirmos sobre preço, surgem algumas questões: qual seria o preço justo que deveríamos cobrar pela concessão destes serviços, tendo em vista que à medida que a situação mundial de escassez em torno da água se acirra o mercado altera os valores de referência? Vender a concessão por um alto preço garantiria o atendimento e a acessibilidade do mercado brasileiro ou estaríamos sujeitos aos preços do mercado internacional? Neste sentido, as perspectivas não são boas, como explicitado por Ribeiro (2001b): "Se valer a lógica de mercado, a preferência cairá por quem pagar mais." Ou ainda: "Em um cenário de serviços de abastecimento de água privatizados, quem garante que uma empresa francesa, inglesa ou de qualquer outra parte não opte por exportar água para países ricos ao invés de abastecer áreas carentes em recursos hídricos no Brasil?".

No plano analítico, quanto a uma reflexão ambientalmente mais adequada ao nosso ver, defendemos uma postura de Estado mais atento à questão dos recursos hídricos, no que tange seu planejamento e sua gestão, cabendo neste último caso a administração pública dos serviços de saneamento básico, com espaço para negociações com comunidades locais e também com a comunidade internacional. Quanto à comunidade internacional as negociações deveriam ser compreendidas principalmente enquanto somatória de ações que produzam resultados positivos, tais como sobre questões de interesses mútuos, a exemplo da necessidade de manejo ambiental na área do aquífero Guarani, que envolve porções do território brasileiro, paraguaio, argentino e uruguaio ou a necessidade de proteção e manejo de áreas de cabeceiras da Bacia Amazônica, também englobando países fronteiriços.

As comunidades usuárias tradicionais destes recursos hídricos devem também ao nosso ver ser mais bem inseridas nos processos de planejamento e implantação de projetos que envolvam estes recursos, já que a exclusão significa invariavelmente uma grande alteração da qualidade de vida destas comunidades, ou mesmo a expulsão destas de seus territórios de origem.

As soluções, para os problemas de escassez pelos quais passam muitas das regiões brasileiras devem ser criadas dentro de uma concepção mais sistêmica, inserida numa ética ambiental holística, com a participação efetiva de representantes organizados das comunidades locais e de um corpo técnico e político capaz, sendo possível assim, equilibrar os interesses locais e os regionais.

Um ditado antigo diz: "a união faz a força", porém, nada mais moderno já que traduz um movimento que Santos (2000) percebeu como pertencente à tônica contemporânea, ou seja, a da fusão. As empresas se unem para acompanhar a velocidade das transformações do mercado, a ciência se une para criar e transformar mais rapidamente, assim, nada mais natural que os Estados afins se unam para superar as dificuldades e também, quem sabe, para transformar a percepção de desenvolvimento em vigor em uma alternativa realmente sustentável.

Considerações Finais

É possível perceber que a busca do desenvolvimento sustentável na gestão dos recursos hídricos brasileiros pode ser permeada por diferentes interesses, apoiada em diferentes éticas, que nem sempre são as de respeito às comunidades envolvidas ou ao meio ambiente seja este natural ou construído.

No momento atual em que a escassez parece ser a palavra da moda, escassez de empregos, escassez de recursos, escassez de água, nos parece lógico a necessidade de modificações nos padrões produtivos e de consumo. O que se observa, porém, contraria esta lógica. Sustentando

Esta expressão foi utilizada por um executivo de uma das grandes corporações transnacionais ao defender o final da obtenção de água de graça, expressão esta discutida em artigo do *International Consortium of Investigative Journalists* (Endereço eletrônico: www.icij.org/water).

uma perspectiva individualista em busca de lucro a qualquer custo estão os interesses privados, representados pelas grandes corporações transnacionais, que hoje já atuam fortemente no negócio do século: a venda de água.

O uso conveniente do conceito de desenvolvimento sustentável pelo *marketing* destas corporações as elevaria à condição de protótipo indicado à resolução dos problemas ambientais globais.

Contudo, o discurso de domínio de técnicas e do suporte financeiro e político por parte de grandes instituições internacionais não têm sido suficientes para garantir o acesso universal e equitativo à água em países que adotaram este modelo de privatização dos serviços de saneamento básico.

Podemos considerar, portanto, que esse fracasso advém da própria tentativa de reprodução de um sistema que já mostrou há muito tempo sinais de exaustão, contrariando a real busca de sustentabilidade.

Nos exemplos tratados da África do Sul e da Argentina, a preocupação com a obtenção da concessão para fins estritos de aumento da demanda pagante, gerou problemas ambientais e de saúde pública que tem levado grandes parcelas das populações, especialmente as mais empobrecidas ao risco de grandes epidemias avassaladoras, que por sua vez cria problemas de segurança ambiental ao país e a seus vizinhos, implicando em grandes perdas, sejam econômicas ou de muitas vidas.

O foco da preocupação deveria ser o da busca de alternativas ambientalmente e socialmente viáveis de uso da água, tais como de desenvolvimento de políticas de saneamento que incentivem o reuso de águas residuárias (após o devido tratamento), de expansão das estruturas de tratamento de água e de educação introduzindo cada vez mais campanhas sobre economia deste bem tão precioso.

É neste sentido que a opção por uma gestão participativa dos recursos hídricos, aliando a possibilidade de inclusão social no processo de planejamento e de implementação das políticas públicas deve ser considerada no processo de gerenciamento do território, minimizando desta forma, as grandes distorções na distribuição e consumo dos recursos naturais envolvidos.

O equilíbrio ao nosso ver somente poderá ser alcançado se nos pautarmos em uma ética de respeito social e não somente individual. Esta ética sim deve ser a base das negociações e da promoção das mudanças necessárias.

Referências bibliográficas

- BRITO, A. L. A regulação dos serviços de saneamento básico no Brasil: Perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências. In: *IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1080-1093.
- GARCIA-TORNEL, Francisco Calvo. *Sociedades y Territorios en Riesgo*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.
- GLEICK, Peter. The Human Right to Water. In: *Water Policy*.1(5), 1999. p.487-503.
- LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito de Águas – Disciplina Jurídica das Águas Doces*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEIS, Héctor Ricardo. *Ambientalismo: Um Projeto Realista-Utópico para a Política Mundial*. In: VIOLA et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo: Ed.Cortez, 3ª ed., 2001. p.15-43.
- O'CONNOR, James. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (Compilador) *Ecología política, naturaleza y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.27-52.
- POCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PRESTRE, Philippe le. A Segurança Ambiental. In: *Ecopolítica internacional*. São Paulo: SENAC, 2000.p.409-478.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RIBEIRO, W.C. et al. *Desenvolvimento Sustentável: mito ou realidade?* São Paulo: Terra livre, n.11/12, 1996. p.91-101.
- RIBEIRO, W.C. Recursos Hídricos e a federação brasileira. In: *53ª Reunião Anual da SBPC. Anais*

da 53ª Reunião Anual da SBPC. V.1, Salvador: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2001. (Meio digital: www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto14.html).

SANTOS, Laymert Garcia dos Santos. A desordem da nova ordem. In: DINIZ, Nilo et al. (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p.27-41.

Referências obtidas em meio eletrônico:

International Consortium of Investigative Journalism. Cholera and de Age of the Water Barons. 2003a. Endereço eletrônico: www.icij.org/dtaweb/water (acesso em 04.06/03).

International Consortium of Investigative Journalism. The Aguas Tango: Cashing In On Buenos Aires – Privatization. 2003b. Endereço eletrônico: www.icij.org/dtaweb/water (acesso em 04.06/03).

A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NO PONTAL DO PARANAPANEMA
- uma apreensão geo-foto-gráfica -

The Construction of the Landscape in Pontal do Paranapanema
- Aprehension Geo-photo-graphy -

La Construcción del Paisaje en el Pontal del Paranapanema
- una aprensión geo-foto-gráfica¹ -

Messias Modesto dos PASSOS

passos@stetnet.com.br

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP-Campus de Pres. Prudente/SP
Membre Associé ao Laboratório Costel-Université Rennes 2/França.

RESUMO: O desmatamento irregular de mais de 240 mil hectares da "Grande Reserva do Pontal", entre 1945-1965, para implantação de grandes fazendas de gado, ou de pequenos sítios de 5, 10 e 15 alqueires, em torno de "núcleos urbanos", ao lado da "preservação" da Reserva Florestal do Morro do Diabo – como verdadeiro "enclave" –, assim como a implantação da Destilaria de Álcool Alcídia S/A – com cerca de 15 mil hectares de terras próprias, a construção das grandes usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera e a atuação do MST pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, criam um mosaico de paisagens e feições regionais, numa área originalmente "homogênea" e, que agora oferece uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas. Nesse artigo, vamos abordar o processo de construção da paisagem, a partir de uma leitura fotográfica/imagem e da apreensão das unidades básicas diferenciadas, sobretudo, a partir da ação antrópica e, ainda, num esforço de síntese, os fluxos, que contribuíram para a evolução paisagística nessa parcela do território paulista.

Palavras-chave: Pontal do Paranapanema – Paisagem – Geo-foto-grafia

ABSTRACT: The irregular deforestation of more than 240 thousands of hectares from the "Grande Reserva do Pontal", between 1945-1965, in benefit of the implementation of great farms of cattle, or small farms of 5, 10 and 15 alqueires, around "urbain locations", besides the preservation of the Reserva Florestal do Morro do Diabo – like a real "interlock" –, as well as the implementation of Distillery of Alcohol Alcídia S.A. – with approximately 15 thousand hectares of proper lands, the construction of the large hidreletric plants of Taquaruçu, Rosana and Porto Primavera and the MST's action for the agrarian reform in Pontal do Paranapanema, create a mosaic of landscapes and regional features in an originally homogeneous area that now offers a set of very interesting aspects and problems, because of its anthropic differentiation. In this paper, it will be addressed the landscape construction process, from the photographic/image reading and the apprehension of the differentiated basic units, mainly; from the anthropic action and, still, in a synthesis effort, the flows that contributed to the landscape evolution in this portion of the paulista's territory.

Keywords: Pontal do Paranapanema – Landscape – Geo-photo-graphy

RESUMEN: La deforestación irregular de más de 240 mil hectáreas de la "Gran Reserva del Pontal", entre 1945 y 1965, para la implantación de grandes haciendas de ganado, o de pequeños sítios de 12, 24 y 36 hectáreas, alrededor de "núcleos urbanos", al lado de la "preservación" de la Reserva Forestal del Morro del Diablo – como verdadero "enclave" –, así como la implantación de la Destilería de Alcohol Alcídia S.A. – con cerca de 15 mil hectáreas de tierras propias –, la construcción de las grandes centrales hidroeléctricas de Taquaruçu, Rosana y Porto Primavera, y la actuación del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST) por la Reforma Agraria en el Pontal del Paranapanema, crean un mosaico de paisajes y aspectos regionales, en un área originalmente "homogénea" y que, actualmente, ofrece una gama variada de aspectos y problemas muy interesantes, en función de sus diferenciaciones antrópicas. En este artículo vamos abordar el proceso

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 193-211	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ Artigo extraído do Relatório Científico (final) referente ao projeto: "Por uma eco-história da raia divisória: São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul". **Processo Nº 99/01296-1 => FAPESP**

de construção del paisaje desde una lectura imagen/fotográfica y de la aprehensión de las unidades básicas diferenciadas, sobretudo, a partir de la acción antrópica y, todavía, en un esfuerzo de síntesis, los flujos, que contribuyeron para la evolución paisajística en esta porción del territorio paulista.

Palabras clave: Pontal del Paranapanema – Paisaje – Geo-foto-grafia

O recorte geográfico

O Pontal do Paranapanema ocupa a porção Extremo-Oeste do Estado de São Paulo. É uma “mesopotâmia”, limitada ao norte pelo Rio Paraná, ao sul pelo Rio Paranapanema, a oeste pela confluência desses dois rios. O seu limite leste, deslocou-se ao sabor do avanço da fronteira agrícola. Atendendo às características do processo de ocupação, optamos pelo Ribeirão das Anhumas – vertente do Rio Paraná – e pelo Ribeirão do Engano ou Santo Antonio – vertente do Rio Paranapanema –, como seu limite leste (Figura 1).

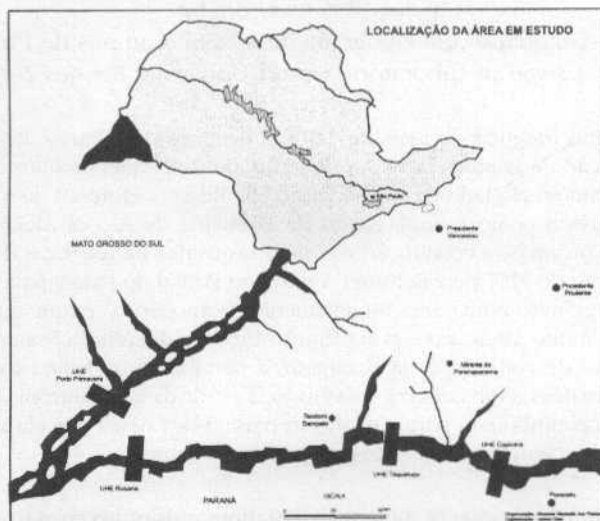


FIGURA 1 - Localização do Pontal do Paranapanema

Podemos chamar essa área – acima delimitada – de “área core do Pontal”, tendo em vista que, no início da década de 40, uma porção territorial maior, englobando os atuais municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Marabá Paulista constituíam um espaço paulista, marginalizado e que preferimos chamar de “Grande Pontal”.

Os “plantadores e pioneiros” do Oeste paulista caminharam junto à linha de ferro que se estabeleceu ao longo dos espigões. Foram surgindo, assim, cidades como Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922), esta última na barranca do Rio Paraná. Dessa forma, a porção mais Sudoeste, distante da ferrovia, ficou marginalizada e, vagamente denominada de Pontal.

Com a chegada da fronteira agrícola (1940) na área do atual município de Mirante do Paranapanema, teve início o processo de desmatamento e ocupação agrícola – baseada essencialmente na cultura do algodão e amendoim. Nesse momento, a fronteira agrícola não ultrapassou os ribeirões Santo Antonio e das Anhumas, que passaram assim a limitar duas porções de ocupação bem diferenciadas: à leste, uma ocupação agrícola que provocou uma morfogênese muito agressiva, resultando num rápido exaurimento do solo, com erosão e assoreamento dos córregos e, a oeste desses ribeirões, a mata semidecídua, que somente mais tarde passa a ser substituída pelas pastagens (1945-1965), com uma evolução dinâmica característica diferenciada da anterior.

Na verdade, a “área core do Pontal” passa a se diferenciar do “Grande Pontal”, sobretudo a partir de 1941, quando o Governo Estadual se interessa pelas suas matas e as transformam em Reserva Florestal. Nesse momento, eram cerca de 284 mil hectares reservados, visando “à conservação da flora e fauna estadual e futuro estabelecimento de florestas protetoras,

remanescentes ou modelos", na forma prescrita pelo Código Florestal de 1934 (Figura 2)

Desses quase 284 mil hectares, hoje só restam cerca de 35 mil hectares, concentrados na "Reserva Estadual do Morro do Diabo", que foi convalidada pela "Lei de Terras" e editada através do Decreto-Lei 14.916 de 6/8/45.

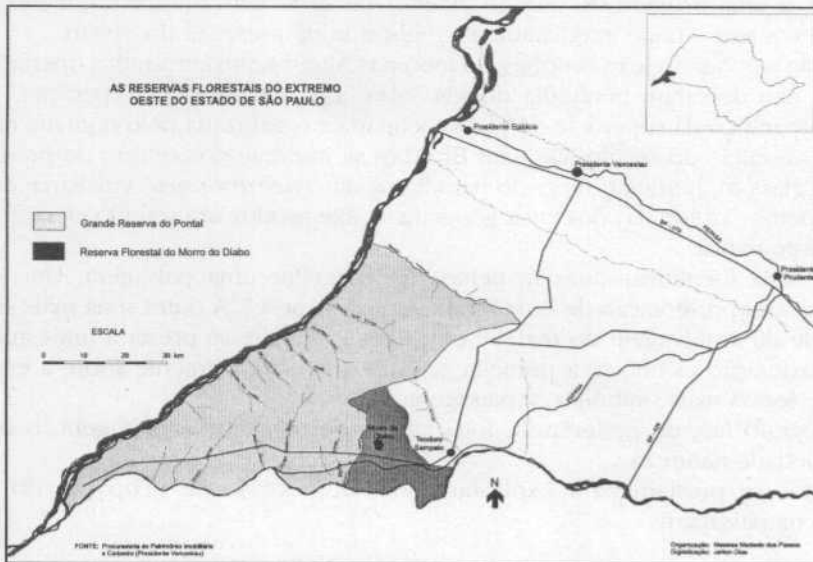


FIGURA 2 – As reservas florestais do Pontal do Paranapanema

O desmatamento irregular de mais de 240 mil hectares da "Grande Reserva do Pontal", entre 1945-1965, para implantação de grandes fazendas de gado, ou de pequenos sítios de 5, 10 e 15 alqueires, em torno de "núcleos urbanos", ao lado da "preservação" da Reserva Florestal do Morro do Diabo – como verdadeiro "enclave" –, assim como a implantação da Destilaria de Álcool Alcídia S/A – com cerca de 15 mil hectares de terras próprias, a construção das grandes usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera e a atuação do MST pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, criam um mosaico de paisagens e feições regionais, numa área originalmente "homogênea" e, que agora oferece uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas.

Nesse artigo, vamos abordar o processo de construção da paisagem, a partir de uma leitura fotográfica/imagem e da apreensão das unidades básicas diferenciadas, sobretudo, a partir da ação antrópica e, ainda, num esforço de síntese, os fluxos, que contribuíram para a evolução paisagística nessa parcela do território paulista.

Por uma leitura fotográfica da paisagem

"...J'ai découvert que lire un paysage, c'était lire le temps"
P. Chaunu, 1988

A fotografia e a paisagem

A fotografia, desde o seu aparecimento, entrou na paisagem. Sua invenção, consecutiva à valorização do quadro pictural, veio para contribuir na renovação de um sistema de representação em mutação. A fotografia não tomou unicamente o lugar da pintura. Ela ao mesmo tempo modificou as especificidades operatórias, o caráter do dispositivo de "artefalização". Nossa sensibilidade em relação aos lugares foi afetada. Nossa cultura paisagística passou a ser informada de maneira diferente. A qualidade do nosso olhar se modificou.

A generalização e o uso utilitário da fotografia constituíram, ao longo dos anos, uma ferramenta de registro e de restituição das paisagens.

A fotografia de paisagem é um ato de presença no mundo. Ela é, por si mesmo, um

dispositivo de expressão.

Qualquer que seja a importância do ato da tomada de uma foto, uma fotografia da paisagem é também uma imagem. Ela se compõe e se propõe segundo um referencial cultural.

Desde 1945, André Bazin atraiu a atenção sobre o fato de que a fotografia permitia, pela primeira vez, a uma imagem do mundo exterior de se formar automaticamente. A superfície fotossensível contém o traço imediatamente registrado da presença do objeto.

Quando o geógrafo Jean Brunhes e o mecenas Albert Kahn lançaram a operação "Arquivos do Planeta", não deixaram nenhuma dúvida sobre a finalidade dessa operação: "realizar um inventário fotográfico da superfície do globo ocupada e organizada pelo homem, tal qual ela se apresentava no início do século XX. Jean Brunhes se inscreve no coração do projeto científico da geografia clássica, herdeira direta do paradigma da "*vue raisonnée*" vidaliana: observar para classificar e pensar as famílias dos fatos geográficos. Ele produz um sentido científico a partir da observação fotográfica.

Poder-se-ia identificar duas maneiras de fotografar uma paisagem. Uma, no registro poético, levaria a apresentação de uma "realidade em gênese". A outra seria mais simplesmente uma atividade de arquivagem do real. Se esta última maneira se presta a um estudo relevante de uma aproximação científica, a primeira se coloca mais diretamente sobre a experiência de explicitar, de forma mais simbólica, a paisagem.

O geógrafo faz, de preferência, fotografias que registram a paisagem, o cotidiano das relações sociedade-natureza.

As fotos se prestam para explicitar como o processo de ocupação do território se materializou na paisagem.

A representação da paisagem

A construção e utilização de representações da paisagem, mesmo compreendidas no quadro de uma reflexão científica, não são jamais neutras. A escolha das visualizações condiciona, e é condicionada, pela análise e se instaura um laço complexo entre o pesquisador, a paisagem estudada, a imagem que é produzida e o público ao qual ela se endereça.

As fotografias de paisagem tomadas sobre o terreno, por exemplo, representam indiscutivelmente uma paisagem real, mas não são menos fortemente dependentes da reflexão dirigida sobre esta paisagem. A escolha do território fotografado, as condições da tomada da foto (distância, época etc.), tudo é determinado em função de uma vontade precisa de análise e de demonstração. Assim, as fotografias apresentadas neste artigo, foram selecionadas entre uma infinidade de clichês possíveis para ilustrar da melhor maneira possível os tipos de paisagens observadas. Não somente a fotografia deve ser representativa da paisagem mas, também, ela deve, se possível, concentrar todos os elementos característicos que são descritos, ainda que eles estejam raramente presentes com densidade e promiscuidade significativas na realidade. Mesmo quando as tomadas de fotos são aleatórias, elas observam sempre um princípio ou um protocolo fixado pela finalidade operacional dos documentos.

A representação da paisagem, qualquer que seja sua natureza, é, pois, fortemente sugestiva. Trata-se, em geral, não de visualizar uma paisagem tal qual ela é, mas, de preferência, de representar uma certa *idéia* dessa paisagem. A interpretação, contrariamente ao que se poderia acreditar, não é totalmente aberta, mas priorizada para certas conclusões. Essa manipulação da imagem da paisagem, como da imagem de todo objeto de estudo científico, faz parte da atitude de pesquisa e está a jusante da fase de apresentação dos resultados: "a prática experimental passa pela pesquisa de um ponto de vista, de um olhar orientado sobre os objetos [...]. E para desvendar, construir, produzir seus objetos científicos os pesquisadores passam seu tempo a arranjar objetos de laboratório (imagens, instrumentos, fichas...) e a realçar os espaços de visibilidade" (MALLARD ³, 1993).

Ver e fazer ver, aqui, o trabalho do pesquisador, não é fundamentalmente diferente daquele do artista que vai também transmitir, através da representação, uma certa *idéia* da paisagem. Que a informação seja de uma paisagem rural ou de uma paisagem urbana, que a ferramenta seja uma imagem de satélite ou uma pintura impressionista, trata-se sempre da análise e de uma projeção mental do homem sobre o território que o cerca. Nesse sentido, as noções de objetividade ou de subjetividade que são associadas a esses dois tipos de imagens da paisagem são relativas. "Uma

representação da paisagem é sempre uma imagem calculada, se não por determinismos estéticos, ao menos por códigos metodológicos que as técnicas impõem". (REGNAULD H., 1993).

Além do *status* da representação da paisagem, as tentativas do cientista e do artista se encontram na busca de um efeito estético. Se a pesquisa estética é evidente e essencial entre os artistas, ela não é estranha à produção de imagens no domínio das ciências. Isso é particularmente sensível no domínio do tratamento de imagens de satélites: a escolha das cores atribuídas aos canais, os histogramas, as combinações coloridas para as equidensidades..., tudo é determinado não somente para fazer realçar melhor a informação mas, igualmente, para produzir uma imagem que atraia o olhar e seja agradável ao observador. As visualizações em teledetecção são trabalhadas para satisfazer o olho e o espírito. Mais geralmente, a produção de um documento cartográfico em geografia responde sempre a normas científicas e a normas estéticas, a carta perfeita sendo ao mesmo tempo: precisa e bela. Os exemplos de fusão entre a representação científica e a representação artística da paisagem são numerosos.

Essas reflexões conduzem não a uma defesa da foto, que ainda é uma formidável ferramenta de conhecimento e de comunicação, mas a uma avaliação sobre sua utilização incondicionada. O debate encontra-se na confluência de três pólos que são: a *realidade*, a *percepção* e o *saber*.

A análise descritiva da paisagem e a colocação em perspectiva da imagem da paisagem nos domínios científicos estão estreitamente ligadas a uma reflexão sobre a complementaridade e a subjetividade dessas abordagens..

O conceito de paisagem é indissociável da percepção subjetiva (e mais precisamente estética) do espaço, pois que o ponto de vista particular que transforma o espaço olhado em paisagem não tem nada de obrigatório e de universal. Assim o aparecimento, relativamente tardio na civilização ocidental² do "sentimento paisagístico" já foi assinalado por numerosos autores (ROGER ³, 1978; LUGINBUHL Y., 1989).

O termo *paisagem*, que já era utilizado nos Países Baixos no século XV, vai aparecer na língua francesa somente em 1549; mais tarde, em 1598, em inglês; em 1675, em alemão e em 1708, em espanhol, portanto bastante recentemente na história dessas línguas. A raiz (*pays*) do termo *paysage*, marca claramente a diferença entre o objeto real (*pays*) e a representação dele (*paysage*) e evita, pois, a confusão inerente ao termo *paysage*.

Essa percepção do *pays* em *paysage*, isto é, o distanciamento entre o indivíduo e o território no qual ele vive, é concomitante de uma mutação socioeconômica (êxodo rural, urbanização, industrialização...) e da profunda revolução cultural e filosófica do século das luzes (LUGINBUHL Y., 1989). O nascimento da modernidade é caracterizado por um olhar descolado (mas refletivo e sensível) do homem sobre o mundo, condição *sine qua non* da aproximação científica mas, também, da aproximação estética da natureza. Essa *transição paisagística* (BERQUE ⁴, 1990, 1991) que coloca o homem no exterior de um mundo (e mais particularmente da natureza) sobre o qual ele pode, à vontade, agir fisicamente e simbolicamente é verdadeiramente a origem da percepção da paisagem.

O aparecimento da sensibilidade paisagística é pois histórica; a evolução dessa percepção se efetua em função de mecanismos datáveis.

A Geo-foto-grafia

Inegavelmente é com Vidal de la Blache que a fotografia ganha um significado maior na representação da paisagem com a publicação, em 1908, da obra *La France. Tableau géographique*, isto é, uma reedição do *Tableau de la géographie de la France*, abundantemente ilustrado de fotografias comentadas³.

Isso representa a valorização de um método particular de análise⁴ que, partindo do projeto icnográfico exposto por Vidal de la Blache no início do livro, examina a maneira como ele representou, ou não, diferentes lugares da França, nessa obra, e os significados que ele produziu associando textos e imagens.

² Notadamente em relação às civilizações asiáticas que desenvolveram desde a antiguidade uma cultura paisagística refinada e rica em símbolos.

³ *La France. Tableau géographique*. Paris: Hachette, 1908.

⁴ Somente partir do último decênio do século XIX é que a livreria Hachette começou a substituir as gravuras por fotografias nas publicações geográficas.

No *Tableau de la géographie de la France* (1903), que é o capítulo de introdução da obra *Histoire de la France des origines jusqu'à la Révolution*, de Ernest Lavisse, coube a Vidal de la Blache elaborar o quadro geográfico dos acontecimentos históricos.

Com a edição ilustrada de 1908, Vidal de la Blache submeteu seu *Tableau* inicial ao testemunho dos olhos. Para conceber a ilustração desse livro, que ganhava dessa vez o *status* de obra, ele solicitou a contribuição icnográfica da maior parte dos geógrafos universitários franceses da época. É assim que os geógrafos Brunhes, Demangeon, Gallois, de Martonne sobretudo, Vacher, Vélain, mas, também, o botânico Flahaut, o agrônomo Hitier e os geólogos Haug e Kilian lhe forneceram o essencial das 244 fotografias que essa edição contém.

Portanto, Vidal de la Blache avança rápido do ponto de vista ilustrativo para o ponto de vista científico, afirmando que "há um método geográfico de interpretar as paisagens". É preciso que a fotografia seja praticada num espírito geográfico, por pessoas que saibam ler a natureza. Não se trata mais do uso da fotografia como ilustração, mas de uma técnica de análise.

Os comentários que Vidal de la Blache associa às fotografias, comportam freqüentemente todos os anéis da cadeia (geologia, clima e geografia humana).

Em geral seu interesse se situa sobre as zonas de contactos geológicos e de contrastes topográficos bem visíveis (Pirineus, Vale do Rhône etc.) mais que sobre os espaços homogêneos. A geografia lablachiana é, sobretudo, excepcionalista.

Dos trabalhos dos homens, La Blache retira somente as culturas que eles desenvolvem, as estradas que eles constroem e, sobretudo, as diferentes formas de habitat rural considerado geralmente como um indicador da prosperidade do modo de vida e, portanto, da adaptação ao meio natural. Aqui, fica evidente a escolha icnográfica vidaliana, que pode ser resumida na sua célebre definição da geografia como "ciência dos lugares e não dos homens".

O discurso vidaliano é portador de numerosas metáforas que esclarecem ou poetizam o olhar. Um outro traço vidaliano pode ser observado no fato de estabelecer, em imagens, tipologias reforçadas visualmente e intelectualmente pela leitura contextual dos diapositivos icnográficos; de onde o hábito, freqüente entre os geógrafos, de apresentar os cortes fotográficos assinalando os contrastes, as oposições ou as semelhanças. Isso foi igualmente observado nos trabalhos de Jean Brunhes tal qual a *Géographie Humaine* cujas diversas edições sucessivas mostram uma elaboração progressiva desse proceder em uma verdadeira técnica de comunicação e de pesquisa científica⁵. Jean Brunhes, nas suas numerosas expedições fotográficas, tomava sistematicamente inúmeras fotos panorâmicas de todos os lugares que ele visitava. E, *a priori*, dando mais ênfase demonstrativa às imagens da geografia física.

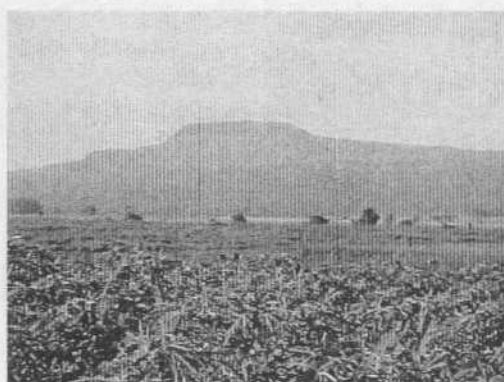
Jean Brunhes e Emmanuel de Martonne foram os herdeiros, em linha direta, da prática icnográfica vidaliana. Este último foi também um grande utilizador de documentos fotográficos e um dos promotores da fotografia aérea na França. Aplicando ao pé da letra a metodologia descrita por seu mestre, ele introduziu em todos seus comentários uma objetividade marcante. Os textos dos seus dispositivos icnográficos são curtos, sem artifícios, sem vida mesmo. Sua especialização em geografia física o conduziu a colocar sobre as paisagens um olhar analítico muito especializado e, portanto, necessariamente redutor. É preciso lembrar, na sua obra, a substituição progressiva dos blocos diagramas pelas fotografias e, nota-se que, sobre esses desenhos modelizadores, De Martonne foi bastante prolixo.

Para Jean Brunhes "a fotografia é mais mostrativa que demonstrativa. O texto se limita freqüentemente a nominar os objetos; ele contém mais nomenclatura que verbos. Brunhes atomiza o mundo em uma combinação sistemática dos fatos, enquanto que Vidal ativa as correspondências entre os fenômenos. Aquele constitui um catálogo analítico (de objetos geográficos) e fala à nossa inteligência, enquanto que este elabora um álbum cinematográfico (de paisagens) e solicita nosso reconhecimento.

A paisagem é a fisionomia de uma região. É nela que as relações sociedade-natureza se materializam. As fotos são reveladoras de como a estrutura sócio-econômica, atuou e atua

⁵ J. Brunhes, *La Géographie humaine. Essai de classification positive. Principes et exemples*, Paris, F. Alcan, 1910 e sua reedição ampliada de 1925 (três volumes). Cf. D. Mendibil, "Jean Brunhes: photo-grafie-icnographie", in: *Autour du monde, Jean Brunhes. Regards d'un géographe, regards de la géographie*, Paris, Vilo, musée Albert Kahn, 1933, p. 140-151.

sobre a estrutura geocológica para construir a paisagem atual. O pouco tempo de permanência de um mesmo modelo/padrão de ocupação regional é o grande responsável pela ausência de sinais mais marcantes da história paisagística nessa parcela do território paulista.



Morro do Diabo/Sudoeste de São Paulo, visto a partir do Noroeste do Paraná. Passos.



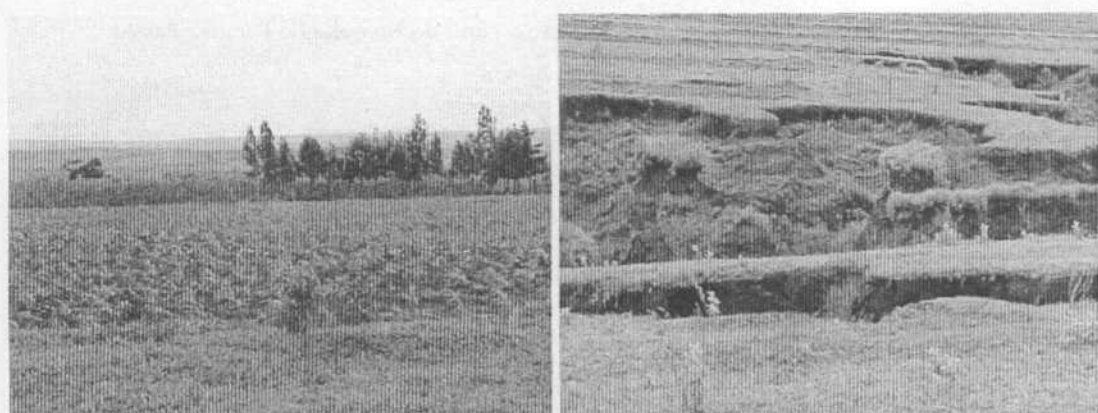
Córrego Santo Antônio ou do Engano/Mirante do Paranapanema (a 500 m a jusante da ponte/SP-613). O leito principal se encontra totalmente assoreado e a lâmina d'água não atinge usualmente mais de 40 cm de profundidade na estação chuvosa. A drenagem apresenta-se anastomosada – em vários trechos desse córrego –, devido à incompetência do curso d'água em transportar todo o material sedimentar que vem de montante, após o desmatamento processado no início da ocupação agrícola (anos 50).



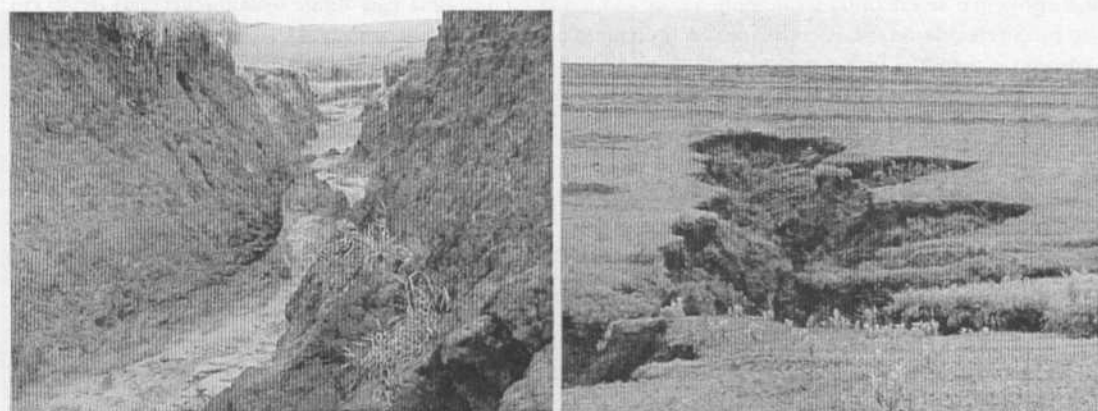
Córrego - município de Mirante do Paranapanema – revelador da excepcionalidade do regime fluvial regional: as águas de verão têm energia suficiente para erodir o terraço fluvial, enquanto que na estação seca (abril-setembro) observa-se desperrenização em alguns trechos.



As condições geopedológicas (arenito e terraços fluviais hidromorfizados) associadas à ação antrópica negativa desencadearam o agressivo processo de lesionamento da paisagem.



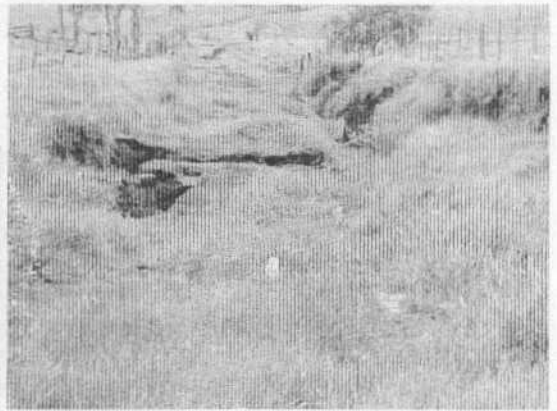
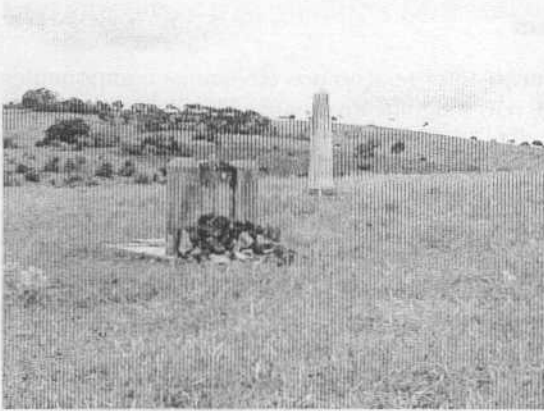
O uso do solo nas pequenas propriedades, resultantes da reforma agrária (esquerda) e em muitas das grandes fazendas no Pontal do Paranapanema (direita).



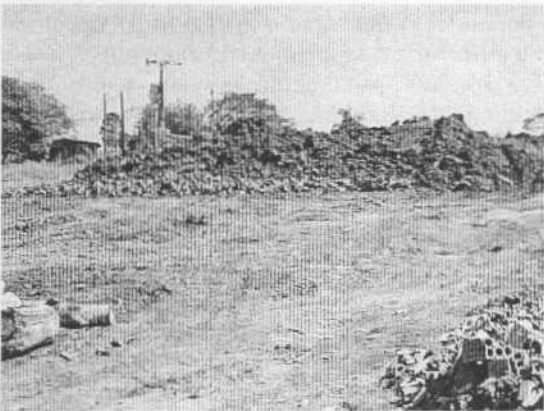
Apesar da alta potencialidade erosiva do arenito da Formação Caiuá, os grandes proprietários de terras no Pontal do Paranapanema pouco atuam no sentido de reverter o processo de lesionamento da paisagem, cujos impactos socioambientais são extremamente negativos ao desenvolvimento local-regional.



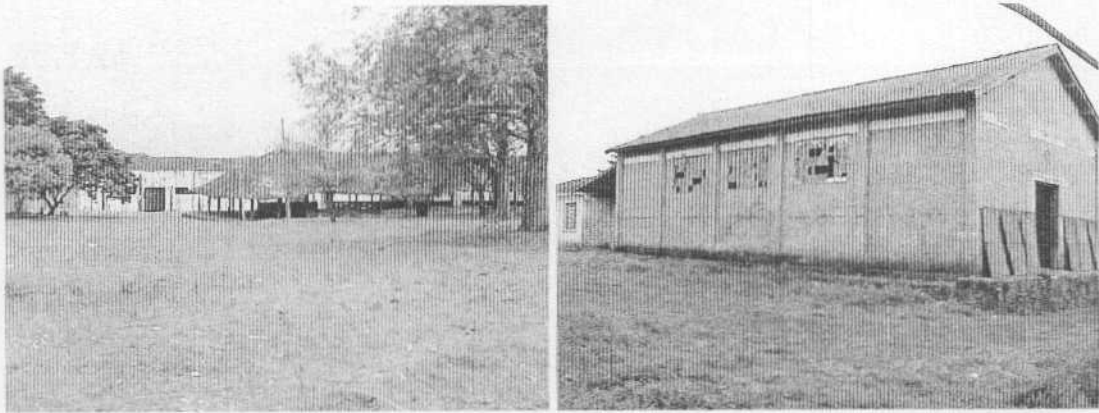
“Morros” arredondados e com vertentes convexas atestam o afloramento do Arenito Bauru carbonatado. O solo mais fértil e a maior densidade das nascentes atraíram os plantadores de algodão, no início da ocupação do território.



Os inúmeros cemitérios de ex-bairros, completamente abandonados no meio das pastagens, e as estradas vicinais “desativadas” atestam o forte processo de desterritorialização provocado pela crise da cultura do algodão no município de Mirante do Paranapanema (denominada de “Capital do Pontal” e de “Capital do Ouro Branco”), no início dos anos 60.



Olaria Santa Cruz, município de Teodoro Sampaio: (a) depósito de argila, retirada da área de inundação da UHE de Rosana e depositada no “pátio” da olaria, em obediência ao acordo firmado entre a CESP e os proprietários das olarias; (b) forno a lenha.



Barração da Braswey (esq.) e da Sanbra (dir) no município de Mirante do Paranapanema: dois símbolos da importante fase de produção algodoeira (1950-1965). O abandono desses estabelecimentos, atesta o processo de decadência e crise das economias locais-regionais observadas no Sudoeste Paulista.

A teledeteção aplicada ao estudo da paisagem

Somente um bom conhecimento da integração\inter-relação dos elementos componentes da paisagem permitirá determinar o que é e o que não é significativo para o uso da Teledeteção aplicada ao estudo da paisagem.

A Teledeteção inova sob dois aspectos em relação aos métodos mais antigos de observação: a escala tempo-espacial da percepção e a natureza mesmo dessa percepção.

Quanto à escala tempo-espacial da percepção da paisagem, os satélites fornecem uma informação praticamente sincrônica sobre extensas áreas e, ainda, têm a vantagem da repetitividade automática que, malgrado as numerosas lacunas resultantes da falta de transmissividade atmosférica ou da insuficiência de memória dos satélites, permite a confrontação de situações diferentes e sincrônicas sobre grandes extensões.

A multiplicação de captadores aumenta a possibilidade de registrar frações de comprimento de ondas cada vez mais numerosas do espectro electromagnético. Simultaneamente, as informações podem ser realizadas a partir de plataformas mais variadas. A resolução também se aperfeiçoa (SPOT em relação aos LANDSAT) e a estereoscopia já é possível sobre o SPOT. Assim, a quantidade e a variedade das informações disponíveis evoluem muito rapidamente.

Diante do grande número de informações disponíveis e do aumento da capacidade de percepção satelitar, temos que concentrar os nossos esforços sobre aquelas que atendam melhor aos objetivos do estudo da paisagem.

O processo de avaliação da Teledeteção depende da definição da *assinatura espectral*. No início (1970), a *assinatura espectral* era "determinada" de maneira puramente visual e qualitativa, com as fotografias infravermelho coloridas. Atualmente, ela é determinada quantitativamente, com medidas, em vista do tratamento numérico. Tais medidas servem ao estabelecimento, pelos físicos, de modelos de transmissividade atmosférica que permitem afinar a exploração quantitativa da teledeteção.

A avaliação das informações começa pela identificação dos objetos que compõem as paisagens. Pode-se ficar no nível da identificação descritiva\fisionômica dos objetos\elementos paisagísticos.

Ao lado da "precisão" científica das *assinaturas espectrais*, é necessário estarmos atentos à identificação empírica, mesmo que esta seja pouco satisfatória e imprecisa.

As evidências indiretas fornecidas pela Teledeteção, multiplicam-se com o progresso técnico e a diversificação dos captadores. Sua identificação e, conseqüentemente, sua utilização repousam sobre a abordagem sistêmica da paisagem. Essas evidências indiretas não existem, senão na medida, em que nós identificamos as interações entre os componentes da paisagem.

A aplicação da Teledeteção ao estudo da paisagem requer o conhecimento de cada detalhe em si mesmo e, ainda, da integração dos elementos do meio natural.

Tais pesquisas devem se fundar, principalmente, sobre a óptica naturalista. Na verdade,

a natureza das interações no interior das paisagens difere segundo os tipos de meios naturais. Será, pois, ilusório e incorreto querer estabelecer um tipo de catálogo de descrição das paisagens identificáveis sobre os diversos tipos de Teledetecção.

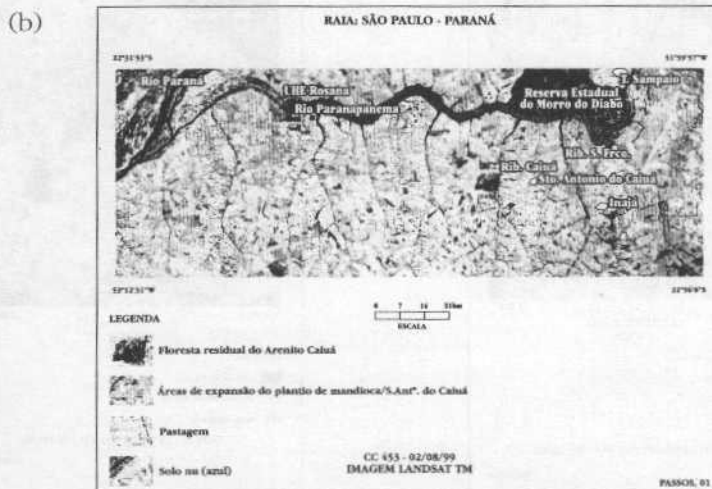
É bom lembrar que o uso da Teledetecção não é totalmente válido e eficaz, senão quando inserido no conjunto dos nossos conhecimentos sobre a dinâmica da paisagem.

O satélite e seus captadores, como também seu sistema de transmissão de dados e as estações terrestres de recepção representam uma grande realização técnica que oferece grandes possibilidades à pesquisa. Contudo, para que essas possibilidades sejam plenamente utilizadas, é preciso que os pesquisadores, entre eles os geógrafos, desenvolvam métodos que lhes permitam tirar proveito do arsenal técnico disponível.

Nós vamos abordar a paisagem captada/visualizada a partir do satélite LANDSAT TM, de modo descritivo e interpretativo, objetivando demonstrar as transformações paisagísticas e o arranjo atual da paisagem no Pontal do Paranapanema/Sudoeste do estado de São Paulo.

Para tal, após observações e análises de todo o recorte geográfico – Pontal do Paranapanema (figura 1), escolhemos/definimos algumas unidades básicas para efeito de leitura da paisagem nessa parcela do território paulista:

FIGURA 3 – (a) Extremo Sudoeste Paulista (1986) / (b) raia: São Paulo – Paraná (1999):



A análise comparativa, entre duas unidades “diversas”, tem como objetivo maior chamar a atenção para as mudanças de uso do solo, ocorridas no período 1986-1999. Ao mesmo tempo, o presente estudo chama para si, a responsabilidade de ressaltar as unidades e o todo da paisagem.

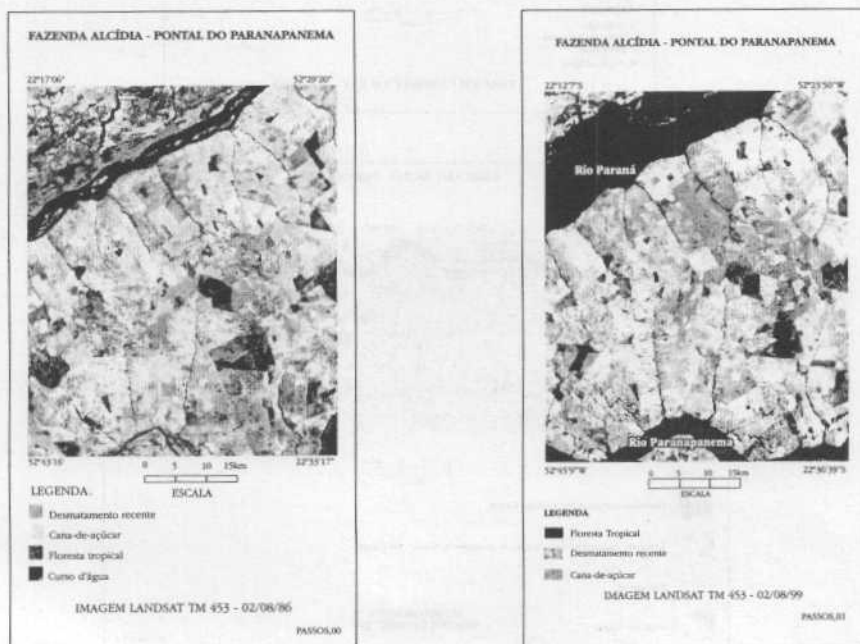
Em relação ao Extremo Sudoeste Paulista/1986 – Figura 3 -, observamos:

- no espigão, ao longo da SP-613, áreas desmatadas/Gleba XV de Novembro (azul);
- áreas significativas de florestas tropicais do arenito Caiuá. A área de floresta/nordeste da imagem (vermelho), acima da Gleba XV de Novembro já estava sendo eliminada para introdução da cana-de-açúcar/Destilaria Alcídia S.A. A outra área de floresta, ao sul desta, apresenta parcela significativa de desmatamento recente (vermelho claro);
- o lado paulista (margem direita do rio Paranapanema), apresenta, à jusante do então canteiro de obras da UHE de Rosana, ampla área de planície de inundação, até a confluência com o rio Paraná – no Varjão do Paranapanema -;
- ao norte, aparece o rio Paraná, com destaque notável para (a) o canteiro de obras da barragem, em Porto Primavera; (b) a larga planície de inundação, à nordeste e (c) a planície revestida por vegetação, relativamente densa e arbórea à jusante; com destaque para as lagoas temporárias (pequenos círculos).

A imagem de 1999 tem como objetivo mostrar o alargamento do rio Paranapanema, a montante da barragem a UHE de Rosana – Figura 3 -. O maior impacto desse reservatório se deu com o desmatamento de cerca de seis mil hectares da Reserva Estadual do Morro do Diabo. À jusante da barragem, houve resposta imediata com redução do leito do rio, atingindo a ictiofauna e também, as áreas de inundação.

Apesar da construção da ponte e da barragem, sobre o rio Paranapanema, serem muito importantes para os fluxos regionais, observa-se, até o presente momento, pouca dinamização dos fluxos por algumas razões, entre as quais destacamos: (a) as condições precárias, de abandono mesmo, das estradas “asfaltadas” do extremo Noroeste do Paraná; (b) o predomínio das pastagens e da cana-de-açúcar, nessa área; (c) os conflitos pela posse da terra, no Pontal do Paranapanema, ao mesmo tempo em que lançam a região na mídia nacional a isola em relação às perspectivas de atuação dos agentes regionais/inter-regionais.

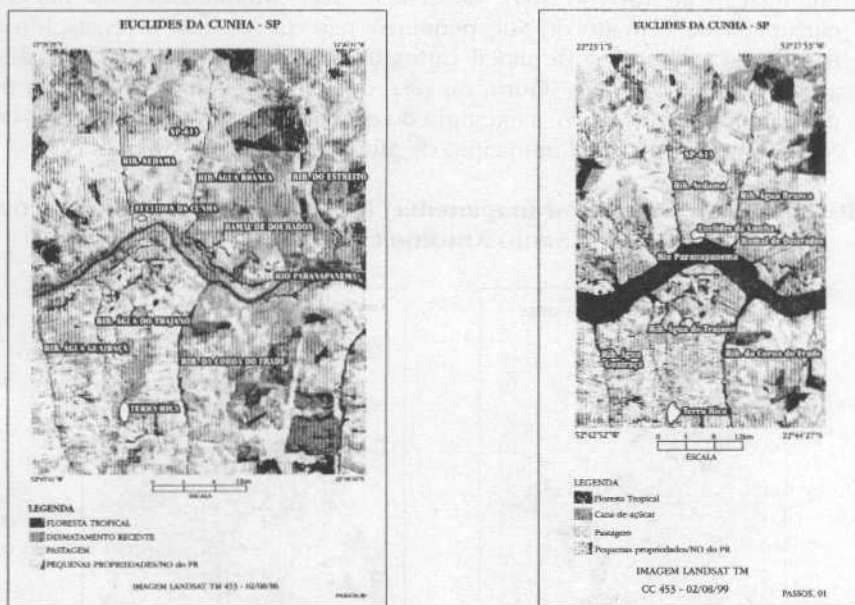
FIGURA 4 - Fazenda Alcídia – Pontal do Paranapanema (1986) / Fazenda Alcídia – Pontal do Paranapanema (1999):



Esta unidade foi escolhida em função da introdução da cana-de-açúcar, pela primeira vez e em grande escala no Pontal do Paranapanema, a partir de 1976, ou seja, no início do Proálcool, objetivando atender às necessidades nacionais frente à crise provocada pelo aumento do preço internacional do petróleo.

Observa-se que, o uso do solo, predominantemente com cana e pastagens pouco se alterou, nessa unidade, no período 1986 – 1999. O grande impacto da implantação da usina de álcool se deu, no início, quando significativa área de floresta tropical foi eliminada.

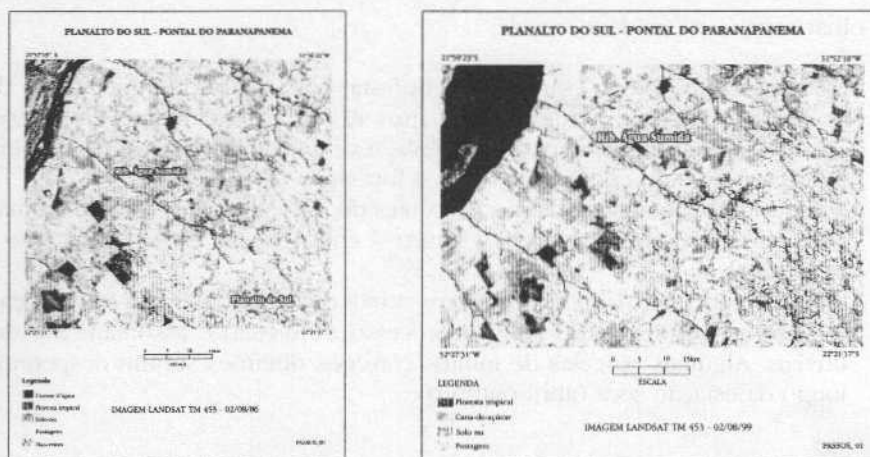
FIGURA 5 - Euclides da Cunha – SP (1986) / Euclides da Cunha – SP (1999):



As duas imagens revelam/reforçam os argumentos de que as grandes mudanças – no uso da terra – aconteceram de modo muito rápido e extensivo, em todo o Pontal do Paranapanema, no período de 1955 – 1965, quando as reservas foram ocupadas, ilegalmente, e eliminadas para a formação das atuais fazendas. A estratégia, adotada pelos posseiros e grileiros, consistiu basicamente em eliminar a floresta e formar os pastos, na presunção de garantir a posse da terra.

As mudanças – no uso da terra -, ocorridas no período de 1986 – 1999, consistiram essencialmente no assentamento de camponeses sem terra, em áreas de pastagens, cujas mudanças são pouco perceptíveis nas imagens satelitares.

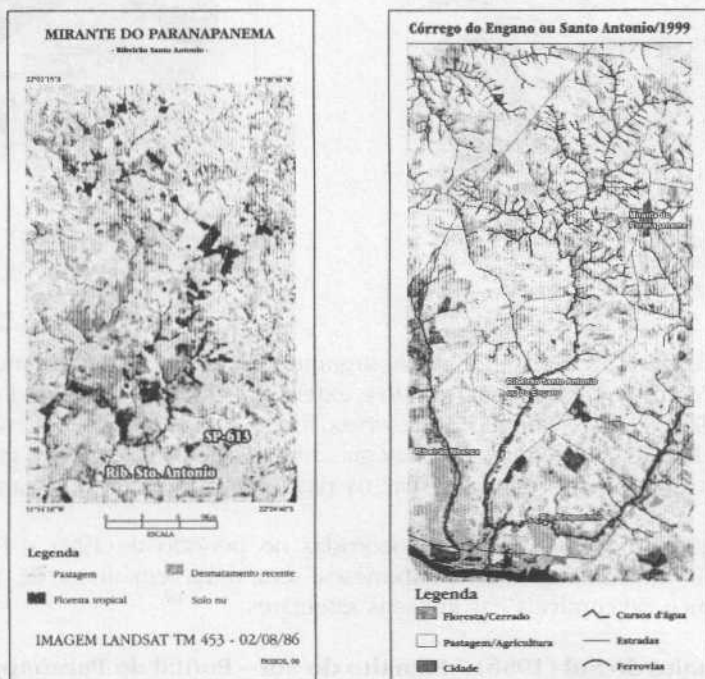
FIGURA 6 - Planalto do Sul (1986) / Planalto do Sul – Pontal do Paranapanema (1999):



A unidade Planalto do Sul, uma das "portas de entrada" para as terras devolutas do extremo Sudoeste paulista, no final dos anos 40, chama atenção por alguns elementos:

- predomínio das áreas de pastagens;
- presença de pequenas manchas de mata;
- dendritificação das nascentes do Ribeirão Água Sumida e das outras cabeceiras, ao leste – acusando a presença do Arenito Bauru, menos permeável. Ao contrário, as nascentes dos ribeirões a oeste do Água Sumida, apresentam-se pouco hierarquizadas, com insignificantes ramificações, próprias dos arenitos permeáveis do Caiuá.
- em relação ao uso do solo, observa-se, nas proximidades do núcleo urbano/curruptela de Planalto do Sul, pequenas parcelas de uso diversificado (mamona, mandioca, milho etc.) de difícil cartografia. A altitude mais elevada dessa área e a ocorrência do arenito Bauru, ou seja, de solo mais fértil, orientaram o início do povoamento espontâneo, a exemplo do que ocorreu junto às nascentes do Ribeirão Santo Antonio, no atual município de Mirante do Paranapanema.

FIGURA 7 - Mirante do Paranapanema (1986) / Córrego do Engano ou Santo Antonio (1999):

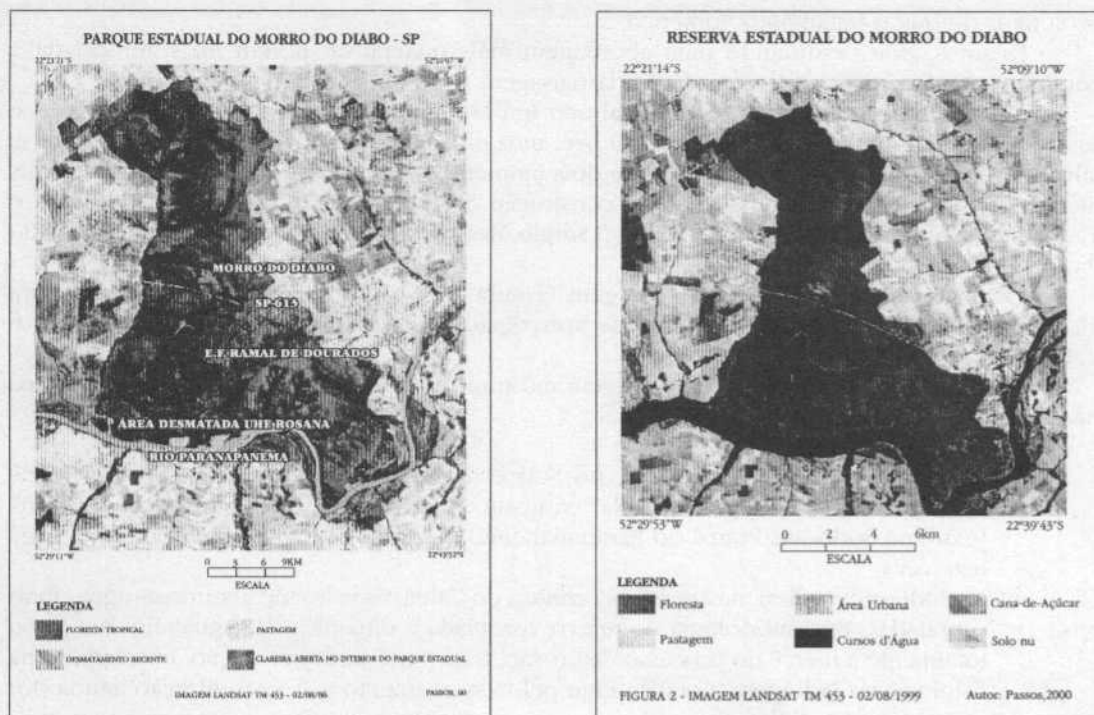


O olhar sobre esta unidade, revela:

- eliminação quase que completa da floresta, para efeito de implantação da cultura do algodão, a partir de meados dos anos 40 e, acentuadamente, entre 1950 – 1960. É bom lembrar que a ocupação agrícola, teve um caráter mais agressivo, em relação à floresta, quando comparados com a formação das pastagens;
- a dendritificação acentuada das nascentes do córrego Santo Antonio é uma resposta "natural" à presença do arenito Bauru – com teor de cimento calcáreo e pouco permeável -;
- o tom azulado das margens dos baixos cursos dos ribeirões acusa a presença de areias quartzosas, resultante do intenso processo de erosão e assoreamento dos cursos fluviais. Algumas parcelas de muitos córregos/ribeirões sofrem desperenização ao longo da estação seca (abril-outubro);

- as mudanças no uso do solo, no período de 1986 – 1999, são pouco significativas. No entanto, a forte desterritorialização, observável no abandono das estradas vicinais, no desaparecimento dos bairros rurais e no descaso em relação aos cemitérios, comprovam a fragilidade/inexistência dos agentes locais;

FIGURA 8 - Parque Estadual do Morro do Diabo (1986) / Parque E.M. do Diabo (1999):



A unidade “Parque Estadual do Morro do Diabo” –1986/1999 – se presta à visualização e explicitação de significativos elementos da paisagem:

- no desenho da reserva estadual do Morro do Diabo, estão evidentes alguns problemas – herdados do passado - e não solucionados até o momento: (a) o seccionamento da biomassa florestal por duas barreiras físicas relevantes: a rodovia asfaltada SP-613 é o corte da “ferrovia” (ex-Ramal de Dourados); (b) a inexistência de uma área tampão, expondo toda a borda da floresta (exceção do limite sul/rio Paranapanema) às queimadas, muito freqüentes nos meses mais secos do ano (julho-agosto), quando acontece a prática de “refazer os pastos”, nas propriedades vizinhas;
- na imagem de 1986, observa-se a área desmatada (margem direita do rio Paranapanema) para atender ao reservatório da UHE de Rosana. Na imagem de 1999, essa área já se encontra inundada.

Um esforço de síntese

No Sudoeste paulista, a ocupação, a principio motivada pelo avanço do café e da ferrovia, no início do século XX, é “redefinida” a partir do uso das terras areníticas e terá na cultura do algodão – a partir dos anos 40 – a sua maior motivação. No extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema, o caráter de apropriação ilegal das reservas florestais, caracterizou-se por elevada agressividade, onde o desmatar foi a única forma de “legitimar” a posse (Passos, 1988).

O nosso objetivo maior foi o de entendermos o dinamismo do processo de construção da paisagem – num esforço de síntese - e de suas relações com os contextos socioeconômicos e políticos nacionais, até porque, trata-se de uma “região” comandada por decisões externas.

Estamos muito próximos da realidade ao afirmarmos que o Sudoeste Paulista apresenta-

se como um espaço de baixa fluidez, de lentidão e opaco⁶.

Deixamos de lado os indicadores numéricos/estatísticos, apesar de, num primeiro momento, termos elaborado gráficos e tabelas, a partir das informações extraídas do BIM – Base de Informações Municipais do IBGE, 1999 - e de outras fontes. Priorizamos a análise eco-histórica.

As análises das imagens satelitares, os registros fotográficos, as observações sobre o terreno, as entrevistas etc. se prestam melhor – acreditamos – à explicitação dos processos evolutivos do que o tratamento numérico.

Estamos, pois, assumindo uma abordagem mais qualitativa, porém mais apropriada à compreensão do processo de construção da paisagem.

O esforço de síntese nos levou a elaborar um esquema de fluxos, cuja análise, esclarece as divergências e, ao mesmo tempo, aponta para uma dinamização dos fluxos e das atividades e, talvez, de integração a partir da atuação de dois momentos: o pioneiro e o pós CESP – Centrais Elétricas de São Paulo – materializado na construção dos reservatórios das UHEs de Rosana e Taquaraçu, no Rio Paranapanema e de Eng^o Sérgio Motta/Porto Primavera no alto curso do Rio Paraná.

O esquema de evolução da paisagem (Figura 9) e dos fluxos de atividades (Figura 10) devem ser vistos como um esforço de aproximação e de síntese da história territorial e paisagística do Pontal do Paranapanema.

Os esquemas de evolução da paisagem mostram, já na identificação de seus elementos naturais, alguns condicionantes importantes:

- a ocorrência do Arenito Bauru, no Sudoeste paulista, condicionou um modelo de ocupação marcadamente agrícola, enquanto que, nas áreas de ocorrência do Caiuá (extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema) predominou, desde o início, a pecuária extensiva;
- no Sudoeste paulista, na área de ocorrência do Caiuá, os vales são abertos, as águas mais espalhadas. Essa morfologia do relevo, associada à dinâmica das águas fluviais, ficou totalmente à mercê do processo de erosão, transporte e sedimentação, interferindo na fisiologia da paisagem, notadamente pelo assoreamento e desperenização aguda dos pequenos cursos fluviais.

A combinação dos elementos naturais define uma estrutura geoecológica que foi marcante no desenho do espaço ocupado:

- as áreas de relevo mais rugoso (topos) estão estreitamente relacionadas à ocorrência do arenito Bauru carbonatado. Os primeiros pioneiros – menos preparados tecnicamente e economicamente – ocuparam essas áreas mais elevadas, autênticas “bocas-do-sertão”⁷, resultando num caráter mais agressivo de lesionamento da paisagem.

⁶ Termos emprestados de Santos, M. e M. L. Silveira: O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI; capítulo XII – As diferenciações do território, p. 259.

⁷ No atual município de Mirante do Paranapanema, o povoamento “efetivo” deu-se a partir da chegada de cerca de 40 imigrantes (tchecos e húngaros), em 1926, que desmataram a machado, construíram as moradas, desenvolveram uma agricultura de subsistência e viveram em total isolamento até a chegada da frente pioneira que subsistiu na euforia das boas colheitas de algodão.

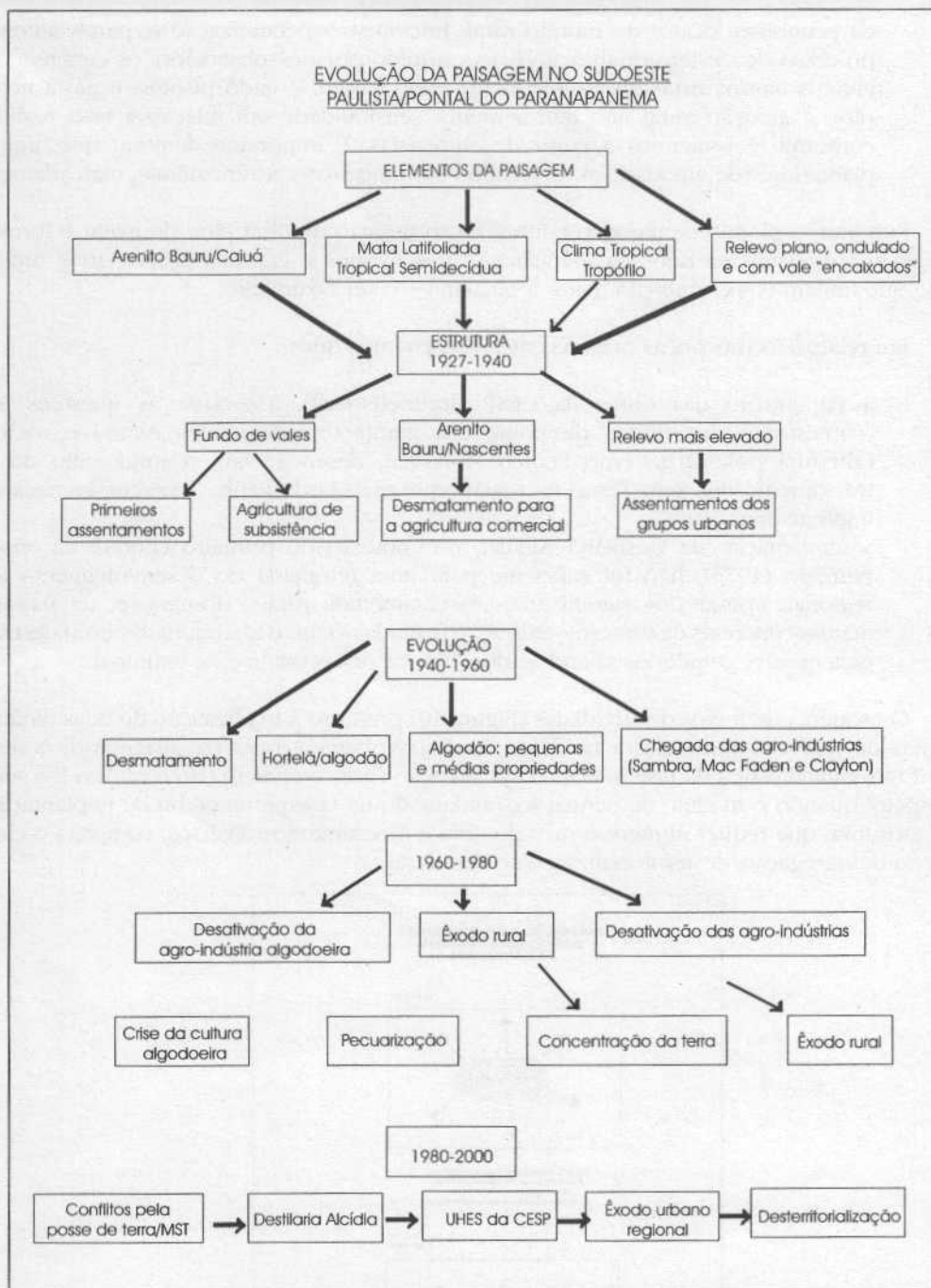


FIGURA 9 – Esquema de evolução da paisagem no Sudoeste Paulista

A evolução do uso do solo é determinante para o padrão paisagístico atual:

- a frente pioneira que chegou, de forma mais agressiva, no início dos anos 40 do século passado, produziu – em consonância com os anos da Segunda Grande Guerra –, hortelã e algodão e, mais tarde (início dos anos 50), foi contemplado com a chegada das indústrias beneficiadoras de algodão. Essas mesmas indústrias paralisaram as suas atividades pouco tempo depois (início dos anos 60), após terem motivado a eliminação da mata tropical. A partir desse momento, observou-se a desagregação

da economia local e do mundo rural. Iniciou-se a pecuarização e, paralelamente, o processo de desterritorialização mais estúpido por nós observado: os cemitérios dos antigos bairros rurais estão encobertos pelo capim, o gado pisoteia e pasta neles e, pior, a geração atual não tem a menor sensibilidade em relação a essa realidade, conforme constatamos a partir de entrevistas. É importante lembrar que, aqui, os plantadores de algodão sobreviveram como meeiros e arrendatários, marcadamente.

Portanto, o plantio de algodão e a utilização de mão-de-obra para desmatar e formar as pastagens já estavam inseridos na mentalidade dos médios e grandes proprietários rurais da região que tinham como ambição maior a pecuária – o ser fazendeiro.

Em relação às mudanças mais recentes constatamos que:

- a paralisação das obras da CESP (hidroelétricas), associada às questões locais (contestação dos títulos de posse das grandes propriedades rurais) e nacionais (abertura política/governo Franco Montoro), desencadeiam o surgimento do MST (Movimento dos Sem Terra) na região, que mais tarde ganha repercussão nacional e internacional;
- a implantação da Destilaria Alcídia, no contexto do primeiro choque da crise do petróleo (1973); não foi suficiente para uma retomada do desenvolvimento local-regional; apesar dos significativos assentamentos rurais, observa-se, na paisagem, marcas concretas da desterritorialização (estradas vicinais abandonadas e/ou destruídas pela erosão, cemitérios abandonados, bairros rurais totalmente extintos).

O esquema de fluxos de atividades (Figura 10) presta-se à explicitação de duas dinâmicas próprias de regiões submetidas a modelos de desenvolvimento pouco sustentável: o sentido centrífugo, característico da fase inicial da apropriação (*mise en valeur*) do território e o sentido centrípeto, quando o modelo de ocupação, implantado na fase pioneira, ou de implantação de infra-estrutura, que requer numerosa mão-de-obra e investimentos diversos, completa o ciclo e, então, a desagregação/desterritorialização se manifesta.

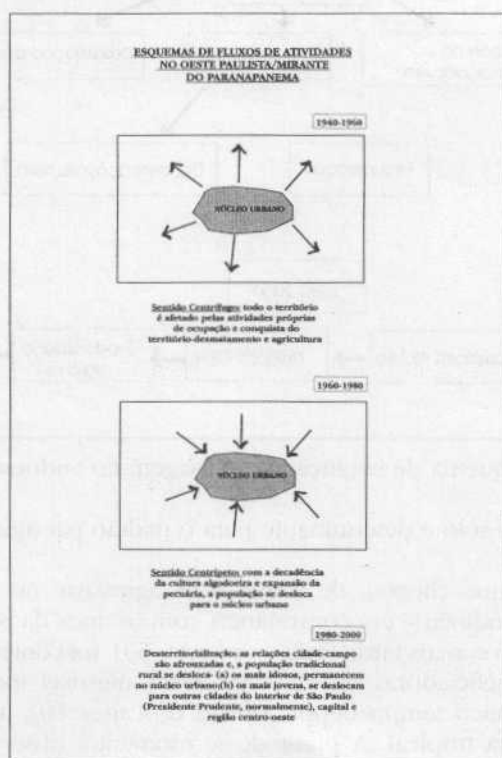


FIGURA 10 – Esquema de fluxos de atividades no Sudoeste Paulista

Bibliografia:

- BERQUE, AGUSTIN Médiance: de milieux em paysages. Montpellier/Paris, Reclus/*Documentation française*, 1990;
- . *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel, Champs Vallon, 1991;
- "Paysage et modernité". *L'Espace Géographique*, t.21, n° 2, pp. 137-138, 1992;
- *Les raisons du paysage*, Hazan, Paris, 1995;
- BONN, F., ROCHON, G. *Précis de télédétection*. Québec: Université du Québec, 1992. (Principes et Méthodes, 1). 341p.;
- BRET B. et THÉRY H., *Le Brésil, de la croissance au développement?*. La Documentation française, 1996;
- CHAUNU P., *l'Apologie par l'Histoire*. Paris: Presses des Editions Téqui, 618 p. 1988;
- CORBIN, ^a. 1988 *le territoire du vide, l'Occident et le decir du rivage 1750-1840*. Paris: Collection Champs. Flammarion, 407 p.;
- LE DU, LAURENCE, 1995 *Images du Paisages (Télédétection, intervisibilité et perception. L'exemple des Côtes d'Armor)*. Thèse de Doctorat Université Rennes 2/Costel;
- LUGINBUHL Y. 1989 *Sens et sensibilité du paysage*. Thèse pour lê doctorat de 3ème cycle em Géographie. Université de Paris I Panthéon-Sorbonne 2 vol.;
- MALLARD ^a, 1993 Paysage et image dans les laboratoires scientifiques. In: *Les échelles du paysage – Paysages et espaces urbains*. Rennes, Ecole des Beaux-Aarts de Rennes, pp. 9-24;
- Marie-Claire Robic, *Le tableau de la géographie de la France* Les Carnets du paysage. *Actes SUD/ENSP*, n. 2 – hiver 1998;
- Marielle Brunhes-Delamorre et. Al., Jean Brunhes autour du monde, regards d'un géographe/ regards de la géographie. Vilo, Paris, 1993;
- PASSOS, M.M. DOS *O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 326p., 1988;
- FAPESP: *Por uma eco-história da raia divisória – São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul* Relatório de Pesquisa, 464 p., 2003;
- REGNAULD H., 1993 "Emboitements d'échelles et temporalités différenciées". In: *Les écheles du paysage paysage – Paysages et espaces urbains*. Rennes, Ecole des Beaux-Aarts de Rennes, pp. 28-37;
- ROGER A., 1978 *Nus et paysages, essais sur la fonction de l'art*. Paris: Aubier, 322p.;
- RONAI, M. 1976 Paysages. Hérodote, n° 1, pp. 125-159.

EMPRESAS NA PESCA E AQUICULTURA: ANOTAÇÕES DO USO DO TERRITÓRIO

Empresas en la pesca y acuicultura: anotaciones del uso del territorio

Enterprises of fishing and aquaculture: note of use of the territory

César Augusto Ávila MARTINS

Professor no Departamento de Geociências da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Mestre em Geografia Humana/USP
Doutorando em Geografia/UFSC
cavilamartins@yahoo.com.br

Resumo: O texto objetiva resgatar a possibilidade analítica apresentada pela elaboração baseada na formação sócio-espacial, apresentando um nexo entre o uso do território e as empresas de pesca e aquicultura no Brasil. Ao apontar alguns limites e possibilidades dos estudos sobre a constituição das redes, discute o papel do Estado na construção do parque industrial pesqueiro brasileiro, encaminhando questões sobre o reordenamento das políticas estatais para o setor na década de 1990 e as estratégias e ações de empresas que fazem parte de grupos econômicos que desenvolvem especialmente a carcinocultura no Nordeste.

Palavras chaves: território; empresa; pesca; aquicultura.

Resumen: El objetivo del texto es rescatar la posibilidad analítica representada por las formulaciones basadas en la formación socio-espacial, demostrando los nexos entre el uso del territorio y las empresas de pesca y acuicultura en Brasil. Al señalar algunos límites y posibilidades de los estudios sobre la conformación de las redes, se discute el papel del Estado en la construcción del parque industrial pesquero brasileño, enfocando cuestiones sobre el reordenamiento de las políticas estatales para el sector en la década de 1990 y las estrategias y acciones de empresas que hacen parte de grupos económicos que desarrollan la carcinocultura, especialmente en el Nordeste de Brasil.

Palabras claves: territorio; empresas; pesca; acuicultura.

Abstract: The text objectifies to retrieve the analytical possibility presented through the elaboration in the socio-spatial formation, presenting a connection between the use of the territory and the enterprises of fishing and aquaculture in Brazil. When pointing some limits and possibilities of studies about the organization of the nets, it discusses the role of the State in the construction of the Brazilian fishing industrial park, posing questions about the reordering of the state politics for the sector in the 90s and the strategies and actions that are part of economical groups that develop specially the crustacean culture in the northeast.

Key words: territory; enterprise; fishing; aquaculture.

Introdução

As investigações sobre o trabalho dos pescadores, dos proprietários de barcos e das fábricas de pescado, bem como dos trabalhadores fabris do setor e as relações entre os diversos agentes e as políticas estatais são relativamente escassas no Brasil.

Ao apontarmos tal situação, não indicamos que seria pertinente a realização de estudos panorâmicos como por exemplo, o de Besançon (1965) que, ao sugerir uma "geografia da pesca", descreve as diferentes formas de organização das pescarias e de processamento do

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 213-223	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

pescado e traça uma linha evolutiva das capturas mais simples ao cultivo do pescado. A análise demonstra as capturas extrativas realizadas de formas mais um menos tecnificadas, baseadas em relações contratuais ou não e encaminha para uma forma mais avançada de produção, caracterizada pelo cultivo, em que o domínio, o controle da reprodução e do crescimento de determinadas espécies em condições artificiais garantem a minimização dos limites dos tempos naturais de cada espécie. Afirmamos, entretanto, com o autor que o entendimento da atividade pesqueira deve considerar o Estado e a concentração de capitais apoiados por bancos (p. 158 e segs.) como centrais para o desvendamento de suas especificidades e articulações com processos sociais e econômicos territorializados.

A última década do século XX demonstrou que, apesar do quase colapso nas capturas de algumas espécies e de insistentes anúncios da necessidade da imposição de cotas de capturas cada vez mais rígidas e, por vezes, declinantes para algumas pescarias (Jackson et alii, 2001; Myers e Worm, 2003), os volumes capturados pela pesca extrativa aumentaram de 12 % entre 1996 e 2000 e representam cerca de 73 % de todas as pescarias. Porém, é a aquicultura que apresentou taxas de crescimento elevadas e aumentou sua participação de doze por cento em 1990 para 27 % do pescado produzido mundialmente em 2000.

A leitura proposta para a chamada atividade pesqueira pretende demonstrar que, além da comprovação ou não de uma visão panorâmica e das previsões de desempenhos positivos ou negativos de uma atividade realizada pelo Homem desde a fase média do Estado selvagem com a "divisão do trabalho absolutamente espontânea" (Engels, 1977) e que, pelo menos desde 2000 a.C na China e 1.900 a.C no Egito, havia práticas que objetivavam a reprodução em cativeiro de espécies aquáticas passíveis do consumo humano, é possível circunscrever uma questão baseada, em no mínimo, três variáveis articuladas: as políticas estatais, a disponibilização e/ou a criação de recursos vivos e a organização empresarial.

Em todas as formações sócio-espaciais com certa organização do aparelho de Estado, a atividade pesqueira, como atividade essencialmente extrativa, é fortemente regulada. Extrativa de recursos vivos, a pesca é dependente de muitas variáveis produzidas socialmente, como derramamento de resíduos, construção de eclusas, intensificação do desmatamento ou uso de equipamentos que intensificam as capturas em determinados períodos do ano. Além disso hoje, é relativamente dependente dos ritmos e de eventos extremos da Natureza como, por exemplo, as alterações nas temperaturas como efeito/causa de fenômenos como El Niño e La Niña ou a maior ou menor precipitação em determinadas estações do ano. É regulada basicamente em dois sentidos: um pelo financiamento de determinados agentes e práticas e outro pela determinação de quem, como, quando e onde pescar. As regulações não estão mais circunscritas apenas com os territórios nacionais, mas envolvem complexas e contraditórias relações pelo direito de uso das águas internacionais, dos mares territoriais de alguns Estados por embarcações de outros Estados e do estabelecimento de cotas e normas de comercialização internacionais.

A fina ironia de Marx (1983: 151), que no século XIX afirmou que ainda não se inventara técnica de pescar onde não há peixes, é em grande medida ajustada à atualidade. Todavia, indica que a pesca como a silvicultura ainda se achavam na fronteira para o avanço das relações capitalistas que encontravam em outros setores da economia maiores possibilidades de reprodução ampliada.

As capturas, além de quintuplicarem no último meio século, demonstram que a aplicação de ciência e técnica nas pescarias, como o uso de equipamentos desenvolvidos para a guerra como sonares, radares e equipamentos de comunicações, utilizados em embarcações de grandes empresas, exponencializou a capacidade de captura, de autonomia e de captura de espécies de grandes profundidades. Sinteticamente, Diegues (1983) demonstrou que, desde o pós-guerra, políticas estatais dos países centrais contribuíram para a concentração e centralização da propriedade no setor. Para Couliou (2001), a alavancagem da atividade atuneira francesa, na costa africana, realizada por armadores da Bretagne-Sud a partir do final da década de 1980 ocorreu com a perda do controle local para grupos financeiros e para firmas do grupo estadunidense Heinz.

Conjuntamente à extração intensa dos pescados, na última década tem sido possível pescar em locais onde naturalmente não existem peixes: empresas seletivizam espécies naturais ou não de determinados ambientes e constroem fazendas de criação. Os territórios criados podem ser

para a engorda ou para a produção de determinadas espécies. Como exemplo do primeiro caso, empresas japonesas montam jaulas no litoral Sul da Espanha para engordar atuns capturados jovens e enfrentam a resistência dos pescadores locais e grupos ambientalistas. Do segundo, são as empresas instaladas, sobretudo no Nordeste brasileiro que, com uso intensivo de ciência e tecnologia, controlam a fase laboratorial, a sanidade, o manejo, a despesca e a comercialização de uma espécie exótica de camarão para o mercado externo e mercados nacionais tipificados. A intensificação do trabalho dessas empresas vem acompanhada de conflitos abertos ou não, com a legitimidade e legalidade do uso de alguns ambientes e com a possibilidade da segregação de populações que viviam secularmente em alguns territórios.

Neste sentido, colocamos a seguinte questão: em que medida as políticas estatais da última década do século XX podem contribuir para uma nova dinâmica da atividade pesqueira no Brasil baseada essencialmente no uso do território por empresas que podem estar organizadas em rede?

Territórios e empresas como possibilidade analítica na formação sócio-espacial

Parte significativa dos estudos recentes balizados pelo conceito de território possuem seu ponto inicial em Souza (1995) que, ao fazer uma trajetória possível do conceito de território para operacionalização de estudos sobre o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, considera o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 97). No entanto, o caminho que estamos trilhando remete para o pequeno resgate anteriormente realizado por Moraes (1984).

Moraes, ao retomar uma elaboração de Ratzel no sentido de que a sociedade, ao se organizar para defender o território, tende a formar o Estado, estabelece o diálogo com a elaboração de Marx para as chamadas formações pré-capitalistas, nas quais a produção do território é definida pelo seu uso. Na análise de diferentes sociedades (Roma, Germânia, Eslavos, Celtas, Ameríndios), demonstra que os diversos usos que elas fazem dos pedaços do planeta transformam-nos em territórios (Marx, 1985). Usos marcados com conflitos e que, mais tardiamente, com a consolidação do Estado moderno permitirão esboçar a abordagem dos diferentes tempos e espaços que se articulam desigual e combinadamente, permitindo compreender a noção dos limites do modo de produção, a “lei da formação econômico-social como lei do desenvolvimento desigual e combinado” (Martins, 1996: 17).

Especificamente na Geografia, Milton Santos vinha delineando desde as décadas de 1970 e 1980 um projeto para compreender a formação sócio-espacial brasileira¹. Recentemente, ao retomar o projeto de reinscrição da formação sócio-espacial no meio técnico-científico-informacional, afirma que a “divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir, das pessoas, das firmas, das instituições” (Santos e Silveira, 2001: 21). Insistimos na relevância dessa abordagem, pois podemos analisar o território como um campo de tensão entre as potências de agentes de forças desiguais, constituídas historicamente, portanto, como território usado.

Neste ensaio, o agente social privilegiado são as empresas de pesca. Com o objetivo de simplificar a exposição, entendemos empresas como sinônimo de firmas/grupos como Gonçalves (1991). Para o autor, não havendo um corpo teórico orientado para a definição de firma e grupo econômico, podemos tratá-los como um “conjunto de firmas, submetidas ao mesmo poder controlador” e como *locus* da acumulação, possuidoras de quatro estratégias centrais: especialização, diversificação, integração vertical e conglomeração.

Pelo menos desde a metade dos anos de 1990, uma parte da literatura vem indicando como uma característica recente dos grupos econômicos a organização em rede. Yeung (1994), ao realizar uma revisão da literatura indica que a interpretação das organizações empresariais como redes é o único meio pelo qual se pode compreendê-las de forma integrada, coordenada, em que as relações são baseadas na confiança e na solidariedade entre os agentes. O autor insiste que, se a realidade das relações é sempre composta por cooperação e competição, é o

¹ Ao menos em textos como *Sociedade e espaço: uma formação social como teoria e método*. In: *Espaço e método*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27; *Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico*. In: *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-60.

poder um elemento central da rede. Poder expresso pelo menos em três formas: determinando e determinado pela participação em mercados, pelas relações com as políticas e políticos como, por exemplo, para garantir algum privilégio e pela densidade e extensão da própria rede. Li (1995), ao identificar que muito raramente a Geografia foi considerada nas análises das redes corporativas em seu estudo de quinze redes de grupos econômicos de diversos setores (indústria, varejo, serviços financeiros e setores públicos), define que o "papel crítico da rede corporativa no processo é solucionar a tensão entre a centralização de poder e a descentralização de responsabilidades e atividades" (p.1638). Ora, Dias (1995) já indicava o processo de emergência do conceito de redes entre os conceitos da Geografia, e alguns manuais de Geografia Econômica analisam que as melhorias dos transportes e comunicações contribuem para que empresas se convertam em empresas-rede e de redes de empresas "especializadas e interdependentes, que estabelecem relações de mercado (compra/venda) ou alheias ao mesmo (intercâmbio de informações, colaboração em projetos ...), objetivando a redução de custos e as vantagens na aglomeração"(Mendez, 1997: 66).

No Brasil, alguns estudos sobre as novas dinâmicas e estruturas do chamado complexo agro-industrial (CAI) tentam demonstrar que haveria um processo de superação dessa organização para "organizações em rede". O estudo de Mazzali (1999) sobre as cadeias de soja/óleo/carnes e da laranja é síntese dessa abordagem, na qual a organização em rede "não conheceria qualquer tipo de fronteira-geografia, setorial ou empresarial" e envolveria "interações sistemáticas que traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos" (p. 156-157). Paulillo (2000), em trabalho sobre o que chama de território citrícola no Estado de São Paulo, demonstra que, após a conclusão da desregulamentação do setor no começo dos anos de 1990, é possível a criação de redes de solidariedade entre os diversos agentes (produtores, associações de produtores, indústrias e instituições estatais e privadas fornecedoras do aparato técnico) que possuam como nó uma câmara territorial que articularia a diversidade de interesses que seria constituída como um espaço interprofissional.

Entendemos que se não é possível compreender as formas, os conteúdos e as relações internas e externas das empresas e suas complexas relações tal como eram antes do aumento e de certa disseminação das facilidades informacionais e das desregulamentações de diferentes aparatos estatais ocorridos pelo menos desde o último quartel, é necessário tomar cuidado para evitar a sedução pela não-historicidade de determinados conceitos, fatos e fenômenos, pela generalização de formulações para estudos específicos e suas desvinculações com as lógicas de funcionamento da economia capitalista territorializada em diferentes formações sócio-espaciais. Neste sentido, são pertinentes as preocupações de Cunha (2003), ao sugerir que a rede não pode ser considerada como novo paradigma para estudos de uma nova fase do capitalismo, pois ela é apenas uma das diversas formas de interação. São razões históricas específicas que podem ou não favorecer sua organização e a centralização ou não em torno de um agente na rede. A rede pode ser uma ferramenta analítica que "tem como prescrições específicas em termos dos fenômenos que é capaz de exprimir com vantagens sobre a análise de cadeias baseada nos custos de transação" (p. 11).

Acrescentamos duas outras limitações: a fraca imbricação da História com a formação sócio-espacial e a história dos agentes constituintes da rede que, em se tratando de empresas em suas metamorfoses, são resultado do enfrentamento intercapitalista e entre o capital e o trabalho.

A leitura da atividade pesqueira deve incluir a análise de como determinados agentes sociais são produtores e se reproduzem territorialmente.

Organização empresarial do setor industrial pesqueiro brasileiro: anotações iniciais sobre o uso do território

Admite-se a inexistência de estudos sistemáticos sobre a história da indústria da pesca no Brasil. Essa lacuna pode ser considerada como fundamental para que os poucos estudos relevantes sobre o setor como o realizado por Giulietti e Assumpção (1995) considerem acertadamente seu desenvolvimento muito articulado com políticas estatais, porém equivoquem-se em considerar que, até a década de 1910 a indústria da pesca brasileira, estava somente vinculada à pesca da baleia e que seria alavancada com a política de subsídios e isenções fiscais do Decreto

221/1967, cujo objetivo central era transformar a atividade em indústria de base e fazer emergir e consolidar um conjunto de empresários que desenvolveriam suas atividades com relações cada vez mais formalizadas e com modernos instrumentos de trabalho desde a extração até a comercialização.

Dada a diversidade e inconstância dos dados da atividade pesqueira, bem como os limites da pesquisa e desta exposição inicial, apresentaremos a imbricação entre o território e a organização das empresas em dois momentos da história brasileira: o primeiro, representado pelo crescimento exponencial da indústria de conservas de sardinha entre o final da década de 1960 e os anos de 1980, com a atual concentração em um pequeno número de empresas; e o segundo, marcado pelo desenvolvimento da aquíicultura na década de 1990.

Apesar das precariedades, os Censos Industriais de 1907 e de 1919 indicavam a exportação para os mercados internos e externos de pescado salgado de diversos portos brasileiros e da existência de indústrias de conservas de peixes no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Distrito Federal e em São Paulo.

Na década de 1930, são fundadas duas empresas em São Gonçalo/RJ que ainda hoje enlatam pescado: em 1934, a Rubi, atualmente empresa do grupo Tecplan de São Paulo/SP e a Coqueiro fundada em 1937. Esta foi adquirida em 1973 pela Quaker Oats dos Estados Unidos e desde novembro de 2002 é integrante do grupo Pepsico². Ambas localizadas junto à Baía da Guanabara que se constituía em território de trabalho de pescadores que produziam uma das fontes de matéria-prima (a sardinha) dessas indústrias. A sardinha, capturada pelo menos desde a década de 1910 por pescadores portugueses e espanhóis, pode ser considerada, desde a pesca colonial de baleias, a primeira espécie capturada em ritmo fabril no Brasil, a qual se constituiria numa das bases do crescimento do parque industrial pesqueiro implantado com o Decreto 221/1967.

O Cadastro Industrial do IBGE publicado na década de 1960 reflete a condição do setor de industrialização de conservas de sardinhas anterior aos resultados das políticas estatais pós-1967. Apresenta 22 empresas no setor: dez no Rio de Janeiro, seis em Santa Catarina, uma no Paraná e cinco em São Paulo. São empresas nacionais caracterizadas por gestões familiares, concentrando praticamente todas as suas atividades na industrialização (são raros os casos de tentativas de verticalização no sentido de, por exemplo, montar frotas de embarcações) e que, dada a escassez de meios técnicos eram muito dependentes do ritmo naturais das capturas, pois em 1968 das 141.055 embarcações registradas no Brasil somente 7.438 eram motorizadas.

Até o começo dos anos de 1970, não encontramos registros de articulações corporativas intra e extra-empresa e há uma escassa rede de relações com as esferas do poder estatal. A leitura dos documentos arquivados em Juntas Comerciais estaduais e entrevistas com diretores e ex-diretores de algumas empresas indicaram que cada uma estabelecia suas estratégias e realiza sua produção de acordo com as possibilidades racionalizadas pelos seus núcleos diretivos.

Consideramos como Diegues (1983) e Abdallah (1998) que o Decreto 221/67 é um marco inflexivo no setor pesqueiro nacional como uma forma de modernização. Do ponto de vista dos incrementos produtivos houve saltos: as capturas passam de 377.008 toneladas em 1964 para 815.720 toneladas em 1974, chegando a 971.537 toneladas em 1984; o número de fábricas que enlatam pescado sobe das 22 empresas de 1965 para quarenta em 1976 (dezesseis no Rio de Janeiro, onze em São Paulo, oito no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina); o consumo aparente de pescado duplica entre 1964 e 1984; o saldo da balança comercial do setor de pescado torna-se positivo; são instalados cursos superiores e instituições de pesquisa voltados para o estudo dos ambientes aquáticos e para a criação de tecnologias de pesca e industrialização de pescado; são criadas e impostas normas de sanidade para a produção e consumo de pescado. Somados a esses resultados, Diegues (1983) indica que, além do comprometimento de várias espécies pela intensificação das capturas, a negligência com a pesca artesanal, mais do que comprometer estoques, desestruturou o modo de vida de muitas

² A aquisição realizada pela Quaker ocorre num período em que inicia o declínio da prosperidade pós-1945. A luta entre os grandes grupos econômicos contra o esgotamento dos mercados e as lutas dos trabalhadores conduziram à queda na taxa de lucro nos países centrais. A partir da segunda metade dos anos de 1960, uma das alternativas foram os investimentos no exterior e a procura de uma certa diferenciação em novos mercados (Beaud, 1994).

localidades. Cardoso (2001) demonstra que, passadas mais de três décadas de um modelo de modernização que privilegiava, sobretudo os agentes hegemônicos do setor, em diversos pontos do Brasil, os pescadores artesanais se articulam para resistir e apresentar propostas de suas territorialidades, marcadas pela utilização de instrumentos simples de trabalho que, ao garantir sua reprodução simples, também podem produzir pescado de qualidade para diferentes mercados e colaborar na manutenção de determinados estoques³.

Os dados sobre a liberação de recursos entre o ano de 1967 e 1973 (período de liberação de 65 % do volume de recursos liberados entre 1967 e 1986) indicam que 137 empresas de todo o Brasil receberam Cr\$ 629.530.369,82, enquanto o patrimônio líquido total das 35 maiores empresas do setor de pescada (pesca e industrialização) era de Cr\$ 631.414.000,00⁴. Ou seja, a constituição do parque industrial brasileiro contou com o trabalho de pescadores, empresários e trabalhadores fabris para demonstrar a vida dos recursos distribuídos desigualmente no território, é também resultado de uma planejada ação estatal e foi brevemente mediada pela constituição em 1972 por entidade corporativa do empresariado do setor, a Associação Nacional de Empresas de Pesca- ANEPE, que segundo um ex-diretor: “depois de 1975-76, quando os recursos da SUDEPE começara a escassear e vimos que muitos projetos eram somente para pegar o dinheiro, a entidade foi-se esvaziando”⁵.

O modelo implantado e executado entre o final dos anos de 1960 e a metade da década de 1980 contribuiu para a criação de um dos maiores parques industriais do mundo: em 1973, 95 % da capacidade industrial de produção de 1.670.000 latas/dia estava distribuída em dezesseis enlatadoras de sardinha no Brasil. O esgotamento do modelo adotado redefiniu a organização empresarial e territorial do setor com o fechamento de inúmeras firmas e com a desestruturação de grandes parques fabris assentados na dependência de matéria-prima insuficiente para seu abastecimento, na proteção das importações e nas facilidades de acessar recursos estatais⁶. Atualmente a Quaker, a GDC e a FEMEPE detêm cerca de 78 % dos valores comercializados do mercado brasileiro de pescada enlatado⁷.

A retirada dos recursos estatais, a extinção da SUDEPE em 1989, a passagem de suas delegações para o IBAMA, órgão com características mais conservacionistas do que fomentadoras de atividades produtivas, e a abertura do mercado brasileiro para produtos pesqueiros de outros países abrem uma lacuna para os representantes de um setor umbilicalmente vinculado a políticas estatais. A desestruturação do aparato estatal inviabilizou inclusive, durante quase uma década, a coleta sistemática de dados do setor. Somente em 1998 o governo federal, com a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura no Ministério da Agricultura (DPA/MAPA),

³ Talvez o exemplo mais recente seja o estabelecimento de parcerias dos coletores/produtores de bivalvos organizados em cooperativas no litoral paulista para abastecimento da rede de supermercados Pão de Açúcar.

⁴ Visão - quem é quem na economia brasileira. São Paulo, 1973; Anuário da Pesca. São Paulo, 1974. A Coqueiro, no começo dos anos de 1970, era administrada por um banco representante de um *pool* de credores. A aquisição da Coqueiro pela Quaker ocorreu no período de maior liberação de recursos estatais. A empresa conseguiu liberar 99,97 % de suas solicitações e foi a oitava beneficiada entre as 137 empresas solicitantes.

⁵ Entrevistado solicitou não ser identificado (Niterói/RJ, outubro de 2002). Uma avaliação do Decreto 221/67 indicou que dos 137, projetos aprovados, 21 nem chegaram a fazer uso dos incentivos, 52 deixaram de obter liberações e dos 64 restantes, a maioria apresentava situação precária” (IPEA/COMIF, 1986). Em 1974 o governo federal, o Fiset/Pesca (Fundo de Desenvolvimento Setorial/Pesca) para tentar corrigir os erros e desvios na política adotada. A ANEPE foi substituída por entidades de existência efêmera a partir da metade dos anos de 1980. Em 1999, foi criado o Conselho Nacional de Pesca Empresarial que, no mesmo ano, teve seus estatutos alterados para contemplar as empresas de aqüicultura, constituindo o Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura. A direção eleita em 2003 espelha a atual organização do setor pesqueiro brasileiro: um representante de uma grande indústria enlatadora (Gomes da Costa- GDC), um dos armadores de pesca do Nordeste e um de uma empresa que também realiza cultivo (Bahia Pesca).

⁶ Em Rio Grande/RS, das 35 empresas de pescada da década de 1970, restavam apenas seis operando legal e constantemente no começo desta década. O complexo fabril pesqueiro instalado entre Niterói/São Gonçalo/Rio de Janeiro que foi composto por 25 empresas em 1976 está reduzido para um número que varia entre oito e dez empresas.

⁷ AC Nielsen, *Tendências do mercado brasileiro*. Cotia, 2002.

reinicia a atuação sistemática no setor baseada em dois pressupostos: o incentivo às pescarias de alto mar com a flexibilização de contratos de arrendamento de embarcações estrangeiras por parte de empresas nacionais e da aquicultura⁸. Por outro lado, o governo federal, colocou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante financiador estatal do setor pesqueiro e indica a pertinência da análise que estamos elaborando. O volume de recursos liberados pelo BNDES durante na primeira metade da década de 90 demonstra a eficácia dos agentes do setor de cultivo em captar recursos que permitiram implantar a infraestrutura produtiva (tabela 1).

TABELA 1- Desembolso para o complexo pesca – 1990/1995 (mil dólares)

Complexo Pesca	1990-1995	1996-2000
Pesca	136	5.988
Aqüicultura	15.472	27.487
Indústria da pesca	12.830	14.605

Fonte: Elaboração do autor com base no banco de dados do BNDES.

A reorganização da entidade representativa do empresariado, os investimentos de grupos internacionais em empresas de enlatamento (Quaker/Pepsico na Coqueiro e investidores como a TCW/GDC Associates, Dislupa e Valle Miranda S/A na GDC), a liberação de arrendamentos de embarcações estrangeiras por parte de empresas brasileiras para atuar sobretudo sobre os novos estoques de alto-mar e algumas restrições ambientais que levam o poder judiciário a impedir a liberação de fazendas de cultivo em muitos Estados contribuem para que os setores de pesca e industrialização aumentem a captação de recursos.

Um dos resultados imediatos dessa política de financiamento foi que, mesmo com o aumento das 632.451 toneladas de pescado capturadas extrativamente em 1996 para 666.846 toneladas em 2000, a sua participação relativa na produção de pescado cai de 91,2 % em 1996 para 79,1 % em 2000. A aquicultura triplicou sua produção, chegando a 176.530 toneladas em 2000, representativas de 20,9 % do total do volume total de pescado produzido no Brasil.

A inexistência de dados sistematizados da produção dos estados impede a demonstração de quais cultivos estaduais apresentaram maiores crescimentos. Dispomos apenas de informações do ano de 2000 que, combinadas com a decomposição dos dados sobre o financiamento, permitem refletir sobre como o território pode estar sendo usado por um novo agente formado por diversas empresas criadas recentemente e marcadas pela tendência em se constituírem como diversificação de capitais e investidoras na aquicultura de cultivo e que, após experiências de quase uma década, seletivizaram uma espécie de camarão do Pacífico (o *Latopenaeus vannamei*). Instaladas no Nordeste, produzem cerca de 97 % do camarão cultivado no Brasil e exportam 80 % de sua produção para o mercado externo.

Consideramos as empresas de aquicultura como um novo agente no setor em relação à manutenção de empresas, fundadas há várias décadas para serem empresas de pesca, remanescentes do período anterior e produtoras essencialmente de sardinhas em lata que resistem à queda das capturas e às oscilações cambiais que em diversos momentos inviabilizaram a importação. O recurso essencial da indústria sardineira (a *sardinela brasilienses*, conhecida como sardinha verdadeira), insumo que chega a representar 50 % do custo final da mercadoria, sofreu significativas quedas nas capturas nas últimas décadas: as médias anuais de cerca de 141.900 toneladas no período 1969-1986 caíram para cerca de 25.000 toneladas em 1999 e

⁸ A política de liberações de embarcações por parte do DPA/MAPA foi revista pelo governo Lula. Uma das primeiras medidas da recém criada SEAP (Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca) foi a revisão de contratos e a suspensão dos pedidos de liberação. Entre o empresariado do setor e seus órgãos representativos também havia e há posições divergentes sobre o tema. Como por exemplo, veja-se que, na eleição de novembro de 2001 para o Sindicato da Indústria da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI), um dos temas centrais em debate era a concessão de licença para a atuação de embarcações estrangeiras. A chapa vencedora presidida pelo sr. Antônio Carlos Monn, afirmou que, “estamos prontos para continuar na vanguarda das mudanças e na defesa do setor pesqueiro nacional” (Revista do SINDIPI, ano I, n. 3, dezembro de 2002).

18.000 toneladas em 2000. No Brasil, existe um parque industrial com capacidade de enlatar aproximadamente 2.800.000 latas/dia⁹. E no setor não há somente algumas pequenas empresas e mais antigas, como a Rubi, a Atlantic, a Piracema e a Santa Iria. Há empresas como a Coqueiro que pertence ao grupo Pepsico. Quando a Pepsico, interessada em um produto do portfólio da Quaker- o Gatorade, comprou todo o grupo não havia interesse em manter a fábrica de pescado de São Gonçalo. Porém, a fábrica não foi somente mantida, mas há indicações de investimentos e reforço da marca de Coqueiro de sardinhas e atuns enlatados junto com carros-chefe do grupo como a Elma Chips.

Esse novo agente se ajusta com um projeto de modernização do setor cujo objetivo combina a ampliação das capturas de alto-mar, especialmente de atuns e afins de largas possibilidades de comercialização no mercado externo, com um novo destino para os resíduos produzidos nas indústrias pesqueiras ou mesmo de espécies pescadas extrativamente e consideradas de menor qualidade: a produção de rações para o abastecimento das fazendas de cultivo (a produção de ração para cultivo de pescado subiu de 600 toneladas em 1992 para 35.000 toneladas em 2000).

A indicação de uma articulação que permite compreender a força do novo projeto, pode ser exemplificada no Prêmio Jovem Cientista de 1999. Na categoria graduado, foram premiados um estudo sobre uma das espécies de atum (o chamado bonito listrado - *katsuwonus pelamis*) mais utilizada pela indústria conserveira e dois trabalhos sobre cultivo de camarões e mexilhões. Na categoria estudante, o concurso contemplou um trabalho sobre a pesca de espinhel para atuns e espadartes no Nordeste, um sobre cultivo de camarão e outro que versa sobre a possibilidade do uso de uma espécie de pescada (*macrodon ancylodon*) para a produção de surumi.

O significado das empresas de cultivo começa a ser identificado quando, em 1991, uma empresa de cultivo, a Maricultura da Bahia, figura entre as 46 maiores empresas do setor de pescado do balanço da Gazeta Mercantil. Entre os anos de 1996 e 1999, apenas uma empresa de aqüicultura é citada anualmente no referido balanço. Por outro lado, no balanço de 2001, das 22 maiores empresas do setor, oito são aqüicultoras de camarões (Valença Maricultura/BA, Bramex/PE, Cina /CE, Aquamaris/PB, Artemisa/CE, Netuno/PE, Bahia Pesca/BA e CPA Piauiense/PI) e uma (Ipecea/CE) estabeleceu contrato de arrendamento, a Cina do Ceará.

Sinteticamente podemos afirmar que esses novos agentes possuem sua capacidade organizativa em três níveis:

1. são, essencialmente, firmas que fazem parte de grupos econômicos de dentro ou de fora do setor que, usando da estratégia da conglomeração (dispersão para setores com pouca ou nenhuma conexão), combinam a especialização de algumas firmas com múltiplas localizações. Citamos quatro exemplos: a Bramex S/A, sediada em Recife/PE, faz parte do grupo pernambucano Fernandes Vieira controlador de dezenove empresas dos setores de saúde, agronegócios e transporte. Entre essas empresas está a Atlantis Aqüicultura que possui unidade de larvicultura, fábrica e uma fazenda na Ilha do Tiriri em Goiânia/PE; a MPE Agronegócios, criada em 2001 com sede no Rio de Janeiro/RJ, controla a Agromon S/A, a Carroll's Food do Brasil S/A, a Maricultura Brasil S/A e a Valença da Bahia Maricultura S. A. Esta controla fazendas no Sul da Bahia e projeta a produção de tilápias em consórcio com produtores estadunidenses em Paulo Afonso/BA; o Grupo Netuno, criado em 1989 em Recife/PE, para a importação e comercialização de pescado. Este grupo, desde 1998 diversifica as atividades, com estabelecimento de contratos com 450 barcos lagosteiros e 150 produtores de camarão. Em 1999, estabeleceu parceria com o Frigorífico Litoral Pescados do Maranhão para exportação de pescados e, em 2001, arrendou as instalações da Pescal de Rio Grande/RS (uma das três maiores empresas do setor no início da década de 90 cujas atividades encerraram em setembro de 1998)

⁹ Considerando apenas a capacidade produtiva (latas/dia) instalada existe a seguinte distribuição entre as empresas: Quaker em São Gonçalo/RJ(1.000.000/dia); GDC em Itajai/SC (900.000/dia); FEMEPE em Navegantes/SC (600.000/dia); Rubi em São Gonçalo/RJ (120.000/dia); Piracema em São Gonçalo/RJ (90.000/dia); Santa Iria em Niterói/RJ (70.000 dia). Desde o ano de 2001, as empresas Atlantic (Niterói/RJ) e Sul Atlântico (São Gonçalo/RJ) envolvidas com problemas com órgãos ambientais e econômico-financeiros não operam permanentemente.

e obteve empréstimos de R\$ 3,8 milhões do BNDES; o Grupo E.Vieira; com investimentos em comércio atacadista, em laticínios e terminais portuários nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, controla a Aquática Maricultura do Brasil que, em junho 2002 recebeu R\$ 9,8 milhões do BNDES. A Aquática, administra uma fazenda em Porto do Mangue/RN e em parceria com a Zeigler Bros. Inc. (EUA) produz rações na fábrica localizada em Pendências/RN.

2. apresentam forte capacidade para estabelecer relações:

2.1. com o aparato estatal: para evitar problemas como aqueles apontados por IPEA/COMIF (1986), foram constituídas várias firmas especializadas na montagem e implementação de projetos, bem como na assessoria de negociações. Além de uma série de incentivos e isenções estaduais, elas garantem a supremacia dos recursos desembolsados pelo BNDES para o setor no complexo pesca. Observada a divisão macro-regional do Brasil, constata-se que as empresas da região Nordeste captaram entre 1996-2000, 67,8 % do total dos recursos do BNDES e que os agentes do setor instalados no estado do Ceará e de Pernambuco obtiveram, respectivamente, 29,2 e 22,0 % dos recursos totais;

2.2. com instituições de pesquisa: além de garantirem força de trabalho qualificada, mantêm intenso fluxo de informações. Como, por exemplo, por meio da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), empresas como a Artemisia e COMPENSAL são parceiras do Grupo de Estudos do Camarão Marinho do LABOMAR da Universidade Federal do Ceará. Assim, garantem padrões considerados de excelência com as regulações sanitárias e ambientais internas e externas. A opção em produzir uma mercadoria extremamente perecível, que é exportada congelada ou fresca para o mercado externo, exige que as empresas realizem gastos e investimentos na sanidade. A minimização dos custos pode ser alcançada com constantes aumentos de produtividade (de 1,0 mil kg/hectare em 1997 para 5,4 mil kgs/hectare), com a intensificação do uso da força de trabalho e a utilização de terras de baixo preço. A expansão das áreas de cultivo com alta produtividade e as agressivas estratégias no mercado internacional vêm reduzindo o preço médio do camarão. Como um primeiro sinal das limitações desenhadas, as empresas brasileiras em 2003 devem enfrentar uma petição formal de ação *anti-duping* dos pescadores de camarão estadunidenses junto ao Ministério do Comércio dos Estados Unidos;

3. intensos fluxos materiais e não materiais para a realização do processo produtivo. Depois de cerca de dez anos para a escolha de uma espécie mais rentável, essas empresas conseguem realizar três despesas anuais, acelerando o ritmo de reprodução dos capitais investidos. A integração entre laboratórios, produção de rações, estratégias e controle de parâmetros durante o cultivo (tratamento do solo dos viveiros, berçários intensivos, berçários secundários, utilização de bandejas fixas para alimentação e areação artificial), a despesa, o processamento e os despachos para comercialização envolvem não somente deslocamentos materiais mas, sobretudo, de informações e ordens entre os pontos que constituem a rede da empresa.

A manutenção de empresas conserveiras com distintas tipologias, tributárias da intervenção estatal da década de 1960, articuladas com as atividades das empresas de cultivo e consolidadas nos anos de 1990, são indicativos da combinação de desigualdades demonstrativas do uso do território na consolidação do poder dos agentes hegemônicos.

Conclusão

A temática está em constante interação com a emergência e a interação de conceitos e de ferramentas analíticas. Procuramos demonstrar que a existência de lacunas em estudos sobre a atividade pesqueira não impede que eles sejam realizados e a reconstrução de sua história pode contribuir para reflexão sobre o uso atual do território. O uso atual que no setor pesqueiro terá novamente como um agente central, o aparelho de Estado, não somente como financiador através do BNDES e de algumas iniciativas estaduais, mas com formatação de mediador e regulador de ações e estratégias com nome e endereço definido: a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Brasília.

O ensaio foi apresentado como um momento do movimento de estruturação de uma

pesquisa. Assim, consideramos que está em curso uma profunda transformação no uso e dos abusos do território (instigante metáfora usada por SOUZA et alii, 2003) e apresentamos quatro questões que podem conduzir a investigações futuras:

1. os novos agentes podem ser considerados como um novo poder nas relações intra e extra setoriais?
2. quais as conseqüências sobre a organização territorial pré-existente na intensificação da especialização produtiva?
3. quais os conteúdos para os outros agentes sociais e a natureza artificializada das estratégias e ações no uso do território?
4. há pertinência na realização de estudos dos novos usos do território por firmas/empresas de cultivo em diálogo com as teorizações sobre a estruturação de empresas-rede ou rede de empresas?

Bibliografia

- ABDALLAH, P. R. *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1998. 137 p. (Tese, doutorado em Economia).
- BEAUD, M. *História do capitalismo: de 1500 até nossos dias*. Brasiliense: S.Paulo, 1999. 408 p.
- BESANÇON, J. *Geographie de la pêche*. Paris: Gallimard, 1965. 523 p.
- CARDOSO, E S. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. S.Paulo: FFLCH/USP, 2001. 149 p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Física).
- COULIOU, Jean-Pierre. Le développement international d'une activité de production á ancrage local, l'exemple de la pêche thonière tropicale française. *Annales de Géographie*, Paris, n. 617, p.38-56, jan.-feb 2001.
- CUNHA, Altivo R. de A. A. *Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar*. B.Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003. 13 p. (texto para discussão, 187).
- DIAS, L. C. D. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E. et alii. *Geografia: conceito e temas*. R.Janeiro: Bertand, 1996, p. 141/162.
- DIEGUES A. C. S. *Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar*. S. Paulo: Ática, 1983. 247 p.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 215 p.
- FAO. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura*. Roma: diversos anos.
- GIULIETTI, N. e ASSUMPÇÃO, R. Indústria pesqueira no Brasil. *Agricultura em S.Paulo*, S.Paulo, v. 42, n. 1, p. 95-127, 1995.
- GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, R.Janeiro, v. 45, n. 4, p.491-518, out. 1991.
- IBAMA. *Estatísticas da pesca: grandes regiões e unidades da federação*. Tamararé: MMA/IBAMA, julho de 2002.
- IPEA/COMIF. *Relatório de avaliação dos incentivos fiscais regidos pelo decreto-lei n. 1376 (12/12/74)*. Brasília: IPEA, 1986.
- JACKSON, J. B. C. et alii. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. *Science*, v. 293, p. 629-638, July 2001.
- LI, F. Corporate network and the spatial and functional reorganizations of large firms. *Environment and Planning*, vol. 27, p. 1627-1645, 1995.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. S.Paulo: HUCITEC, 1996, p. 14-23.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. R.Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. *O Capital: Vol. 1*. S. Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. S.Paulo: EDUNESP, 2000. 175 p.
- MÉNDEZ, R. *Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997. 384 p.
- MORAES, A. C. R. O que é território? *Orientação*, S.Paulo, n. 5, p. 91, 1984.
- MYERS R. A., WORM, B. Rapid worldwide depletion of predatory fish communities. *Nature*, 423, p. 280-283, May 2003

- PAULILLO, *Redes de poder & territórios produtivos*. S.Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000. 189 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. R.Janeiro/S.Paulo: Record, 2001. 174 p.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- SOUZA, M. A. A. (org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas. Edições Territorial, 2003. 610 p.
- SOUZA, M. J.L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. et alii. *Geografia: conceito e temas*. R.Janeiro: Bertand, 1996, p. 77/116.
- YEUNG, Henri Wai-Chung. Critical reviews of geographical perspectives on business organizations and organization of production: towards a network approach. *Progress in Human Geography*, n. 18 (4), p. 460-490, 1994.

DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO GLOBALITÁRIO: O CASO DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO¹

Deterritorialization of violence in globalized capitalism: the case study of Brazil and Espírito Santo

La desterritorialización de la violencia en el capitalismo globalizado: las situaciones de Brasil y de Espírito Santo

Cláudio Luiz ZANOTELLI

Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFES
Doutor em Geografia Humana, Econômica e Regional
Universidade de Nanterre-Paris X, França.
claudiozanotelli@npd.ufes.br

Resumo: A axiomática do capitalismo é aquela da violência extrema, decodificação dos fluxos sociais e rebatimento deles sobre os fluxos monetários. A violência da moeda que é aquela de começar com o dinheiro e finalizar com o dinheiro destrói as bases mesmas dos códigos das sociedades ditas tradicionais. Os fluxos do capital abstratos decodificados tornam-se concretos na apropriação da produção e na instauração de assimetrias entre classes sociais e entre nações ou bloco de nações. Ao equivalente geral da moeda como violência *sacrificial* global corresponde um equivalente geral de subjetividade engendradora de violência. Os processos mundiais de proliferação das multinacionais e as guerras associadas à apropriação do corpo da terra têm seus desdobramentos em todas as esferas sócio-espaciais do planeta. Mas a violência é imanente a todas as estruturas sociais; por isso tentaremos seguir seu traço através da narrativa de Deleuze e Guattari, com referências, também, em diversos outros autores e ilustrando, a partir de pesquisas aplicadas, com dados brasileiros e capixabas a *concretude* da violência do sistema capitalista, em outras palavras da globalização.

Palavras-chave: Desterritorialização, globalização, capitalismo, violência, Brasil e Espírito Santo

Abstract: The axiom of capitalism is one of extreme violence, of decoding social relations, and of the effects of the monetary flow on social relations. 'Monetary violence', which consists in 'starting out with the money and ending up with the money', invalidates the very basis of the codes that have been set up in the so-called 'traditional cultures'. Decoded abstract capitalistic flows become concrete in product output appropriation and in the determination of the asymmetries between social classes, as well as between nations or blocs of nations. To the general equivalent of money as globalized sacrificial violence there corresponds a general equivalent of violence-begetting subjectivity. The globalized proliferation of multinationals and the wars associated with land ownership and control have a direct bearing upon all the social-spatial spheres of our planet. Violence, however, is immanent to all social structures; for that reason, we will attempt to follow its tracks through the narrative of two great thinkers, Deleuze and Guattari, making further reference to several other authors and illustrating the *concreteness* of capitalistic violence with examples extracted from applied research regarding Brazil and one of its southeastern states, Espírito Santo.

Key words: Deterritorialization, globalization, capitalism, violence, Brazil and Espírito Santo.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 225-240	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ Texto adaptado a partir de uma apresentação realizada em uma Mesa Redonda no Seminário de História da Universidade Federal do Espírito Santo – História, violência e imaginário político, que ocorreu entre os dias 18 e 21 de novembro de 2003.

Resumen: El axioma del capitalismo es la extrema violencia, la decodificación de la fluidez monetaria y sus efectos sobre las relaciones sociales. La violencia ocasionada por el propio dinero— o sea, iniciar con dinero y culminar con dinero— anula los propios fundamentos de las llamadas culturas tradicionales. La fluidez del capital decodificado abstracto se convierte en concreto al adjudicarse la producción y la instauración de asimetrías entre clases sociales, entre naciones o conjunción de naciones. A la equiparación general monetaria como violencia, como sacrificio global, corresponde una equiparación general de subjetividad, suscitadora de violencia. El proceso mundial de proliferación de empresas multinacionales y las guerras asociadas a la apropiación o control territorial tiene sus consecuencias directas sobre todas las esferas socio-espaciales de nuestro planeta. Sin embargo, la violencia es immanente a todas las jerarquías sociales; por este motivo, intentaremos seguir su marca a través de la narrativa de dos grandes pensadores, Deleuze y Guattari, citando además algunas referencias de otros autores, demostrando la concreción de la violencia del sistema capitalista, de la globalización, con ejemplos obtenidos a partir de pesquisas aplicadas tanto en Brasil como en el estado brasileño de Espírito Santo.

Palabras-clave: *desterritorialización*, globalización, capitalismo, violencia, Brasil y Espírito Santo.

Introdução

Procuraremos tratar, neste texto, inicialmente, de questões conceituais sobre o processo de construção das bases estruturais das sociedades. Basear-nos-emos em diversos pensadores; no entanto, a espinha dorsal de raciocínio será fundada no livro *Capitalismo e esquizofrenia - o Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1976). Essa obra seminal marcou época e é extremamente estimulante e de profundidade ímpar associando a reflexão filosófica a outros diversos campos do saber (a antropologia, a economia política, a sociologia, a psicanálise, a geografia e a história). Por isso mesmo, tomamo-lo como ponto inicial, pois parece que pensar a violência na globalização, portanto no capitalismo, somente seria possível a partir de uma abordagem estrutural que leve em consideração a história desse fenômeno à luz da construção, destruição e composição de diferentes sociedades. Deleuze e Guattari propõem, em um dos capítulos do livro citado, uma abordagem segundo a qual a constituição das sociedades foi dividida em três grandes momentos (os selvagens, os bárbaros e os civilizados) que não são necessariamente diacrônicos e nem estanques entre si, ou seja, há combinações, junções e disjunções possíveis entre esses diferentes momentos. O texto, de outro lado, não supõe qualquer valoração moral ou preconceituosa quando usa essas designações.

Tentaremos, aqui, fazer uma genealogia esquemática das estruturas sociais ao longo do tempo a fim de nomear os diferentes momentos em que a violência foi constitutiva da organização dessas mesmas sociedades. Partiremos, assim, de uma tipologia já consagrada e adaptada pelos dois autores citados que seguem um *filum* das sociedades ditas selvagens até as sociedades ditas civilizadas passando pela sociedade déspota ou bárbara. Ao fim dos argumentos, procuraremos introduzir pontos que nos venham à atualidade ou que possam ajudar a esclarecê-la. Por fim, como ilustração dos argumentos avançados, serão fornecidos alguns dados sobre a violência globalitária no Brasil e no Espírito Santo.

1-Os “selvagens”, os “bárbaros” e a “civilização”

Os “selvagens”

Deleuze e Guattari (1976) dizem que o capitalismo assombrou todas as formas de sociedade, mas ele as assombrou, e assombra, como seu pesadelo terrificante, o medo pânico que elas têm de um fluxo social que se furtaria a seus códigos. Desse modo, o processo poderia ser descrito da seguinte maneira: a terra é a superfície sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, registram-se os objetos, os meios e as forças de trabalho, distribuem-se os agentes e os produtos. Essa máquina social tem como peças os homens e se constitui como máquina territorial nos dizeres de Deleuze e Guattari.

É o capitalismo que engendra um regime de produção técnica semi-autônoma, que tende a apropriar-se da memória e da reprodução, e modifica, assim, as formas de exploração do homem, esse regime capitalista supõe um dismantelamento das grandes máquinas sociais precedentes.

Aproximando do tema violência (a crueldade é uma forma de violência), Deleuze e Guattari dizem que a sociedade não é primeiramente um meio de troca onde o essencial é circular, mas um *socius* de inscrição onde o essencial é marcar e ser marcado na própria carne. As sociedades de iniciação compõem um corpo, inscrevem-no no corpo da terra com seus pedaços ofertados aos deuses ou reproduzidos em figuras, estátuas, máscaras e outras representações que são órgãos objetos-parciais, nesses espaços as unidades nunca estão em pessoas, mas em séries que determinam as conexões, disjunções e conjunções de órgãos. Os fantasmas são fantasmas de grupo, é o investimento coletivo de órgãos que liga o desejo no *socius* e reúne num todo, sobre a terra, a produção social e desejante. Há uma imanência – que existe sempre ou está contido em um dado objeto e é inseparável dele – do homem com a sociedade e com a terra, com a natureza. Vê-se, aqui, que tudo é social e ao mesmo tempo associado à terra, à natureza, pois o homem vive sob o peso da vida em grupo e ao mesmo tempo é ator de uma crueldade que busca domar as pulsões e encarnar as crenças.

As sociedades modernas, ao contrário, procederam a uma vasta privatização dos órgãos, o que corresponde, ao mesmo tempo, à série de decodificação dos fluxos que se tornam, assim, abstratos.

A globalização seria o des-investimento coletivo nos corpos concretos e um investimento abstrato em órgãos parcelares erguidos como constitutivos da sociedade e dos homens: priorizando os indivíduos e as representações abstratas do poder por meio do *falus* e por meio da representação abstrata do dinheiro como equivalente geral e como representante da circulação do desejo pelo consumo dos objetos – fetiches – que acolhem as projeções coletivas.

A máquina territorial primitiva codifica os fluxos, investe os órgãos, marca os corpos. O circular (trocar) é uma atividade secundária em relação a essa tarefa que resume todas as outras: marcar os corpos que são da terra. A essência do *socius* registrador, enquanto ele se atribui as forças produtivas, e distribui os agentes de produção, reside em tatuar, excitar, incisar, recortar, escarificar, mutilar, cercar, iniciar.

Nas sociedades primitivas o criminoso é privado de órgãos, segundo uma ordem de investimentos coletivos, não somente aquele que deve ser comido o é, segundo regras sociais tão preciosas quanto as que recortam e repartem um boi; mas o homem que goza plenamente de seus direitos e de seus deveres tem todo o corpo marcado sob um regime que refere seus órgãos e seu exercício à coletividade (a privatização dos órgãos só começara com a “vergonha que o homem experimenta à vista do homem”).

A história do homem foi uma história de inscrição na carne da memória, para paliar a faculdade ativa de esquecimento do homem, a necessidade de lembrá-lo da cultura, a escrita na carne foi a escrita da constituição das culturas. A crueldade não tem nada a ver com uma violência qualquer ou natural, encarregada por nós de explicar a história do homem, ela é o movimento da cultura que se opera nos corpos e se inscreve neles, arando-os. É isso que significa crueldade. Essa cultura não é movimento da ideologia: ao contrário, ela põe, à força, a produção no desejo, e, inversamente, ela insere, à força, o desejo na produção e na reprodução sociais. Porque até mesmo a morte, o castigo e os suplícios são desejados e são produções (cf. a história do fatalismo). (Ibid, p.184).

Assim, a máquina territorial primitiva é a inscrição sobre os corpos das bandeiras da terra, é a *territorialização* do lugar sobre os corpos, sob a forma de inscrição e de produção de linguagem e cultura, subdivide o povo, mas sobre uma terra indivisível. Nessas sociedades fundadas sobre uma complexa rede de parentesco por sangue ou por aliança, busca-se evitar na realidade aquilo que as assombra, a idéia de um chefe supremo; tanto é que se instaura uma mais-valia de códigos onde o processo das dádivas e contra-dádivas é a forma permanente de se reinstalar uma simetria impossível em um espaço que tem um desequilíbrio funcional (conflitos e crises), mas as dívidas são finitas e reestruturáveis, passando pelo jogo das alianças. Assim, o ato de ser chefe exige a busca de prestígio por meio dos dons, há uma espécie de sacrifício que coloca a ambigüidade de ser chefe e o controle que a sociedade faz sobre ele. É para funcionar bem que uma máquina social não deve funcionar! A máquina territorial selvagem segmentaria conjura a fusão pela cisão, e impede a concentração de poder, mantendo os órgãos de chefia numa relação de impotência com o grupo: a sociedade selvagem presente a subida do bárbaro imperial que chegará de fora.

Nessas sociedades a crueldade se inscreve na busca de um equilíbrio jamais alcançado na relação pagador/devedor, o criminoso deve pagar com sua dor o dano causado, mas Nietzsche se interroga na Genealogia da Moral (1971): como pode se ser “pago” com sofrimento? Ele responde: pelo olho, pois ele tira da dor que contempla uma mais-valia de código! O castigo e a crueldade têm ares de festa, isso tudo se inscreve na mais-valia de código primitivo, é a “justiça primitiva”. Mas eis que chega o “cão Estado desconstruindo as sociedades tradicionais”.

Os “bárbaros”

Quando há um movimento de formação do Estado, há *desterritorialização* da máquina territorial selvagem, quando há divisão da terra mesmo em virtude de uma organização administrativa territorial e residencial não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, muito pelo contrário, vemos o efeito do primeiro grande movimento de *desterritorialização* sobre as comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de uma natureza totalmente diferente, unidade de Estado; o corpo pleno não é mais o da terra, mas o do Déspota, que se encarrega agora da fertilidade do solo, da chuva e da apropriação geral das forças produtivas.

É a época do surgimento do déspota ou do *socius* bárbaro, o déspota paranóico, os cruéis senhores feudais, senhores de guerra. Estabelece-se o movimento da formação dos impérios, empresa militar e religiosa de conquista, os conquistadores são os representantes dessas estirpes, há neles uma filiação direta da sociedade com o déspota e desse com Deus e não mais as alianças múltiplas instáveis e frágeis da sociedade selvagem com seus blocos de práticas concorrentes e de aliança-filiação complexa. Deleuze e Guattari nos dizem que o corpo pleno como *socius* deixa de ser a terra e passa a ser o corpo do déspota ou de seu deus, o déspota está no cume da mega-máquina do Estado, nos escalões intermediários se encontra o aparelho burocrático e na base os aldeões, os camponeses. Por meio dos tributos instaurados pelo Estado os blocos de dívida se tornam relações infinitas, inextinguíveis. Toda mais-valia do código é objeto de apropriação. O Estado opera um princípio de inscrição e de residência levando a uma *desterritorialização* que divide a Terra como um objeto e submete os homens a uma nova inscrição imperial a um novo *socius*, a territorialidade primitiva, a associação com a máquina terra, é sabotada. Assim, a morte do sistema primitivo vem sempre de fora, a partir de alianças territoriais exógenas ao grupo, a história é a das contingências e dos encontros, o déspota ocupa assim o lugar do chefe supremo que os primitivos recusavam, in fine as sociedades ditas primitivas já tinham uma tendência à formação de castas a partir do acúmulo de capitais específicos simbólicos e materiais como diria Bourdieu ou de mais-valia de código como escrevem Deleuze e Guattari.

Nessa fase o Estado substitui os signos da terra – os animais, as plantas, as pedras e os corpos – nas significações coletivas pelos signos abstratos, há uma *pseudo-territorialização*, a terra é um objeto de propriedade de Estado, principalmente dos seus servidores e funcionários ricos. Ou, de outro lado, o Estado é garante da propriedade privada de uma classe dominante que se distingue dele. O dinheiro e a circulação do dinheiro foi um meio de tornar a dívida infinita por meio dos impostos e pelo comércio controlado, uma dívida da existência. Uma outra forma desse despotismo é o monoteísmo que engendra uma dívida nunca paga a deus, a dívida é interiorizada e espiritualizada com deus, advém daí a má consciência e a culpabilidade, estamos em dívida com a morte de Cristo e por mais que façamos nunca a pagaremos, tal é o leitmotiv das religiões cristãs.

O Estado se transforma, desse modo, em instituição dos dominantes, em objeto concreto, como as máquinas técnicas. O Estado é uma fantástica máquina de repressão, é sujeito e objeto de desejo. A lei é imanente ao Estado. Por todas as características vistas podemos ver em filigrana o aparecimento dos marcos, ainda que provisórios e não determinantes, do nascimento do capitalismo (centralização, abstração, dívida infinita, lei imanente, comércio e circulação do dinheiro, impostos). Mas, mesmo na época feudal a propriedade privada, o afluxo monetário, o crescimento das cidades, a renda senhorial em dinheiro ou locação contratual da mão de obra, não produzem uma economia capitalista, ao contrário há um reforço das relações feudais na aliança da burguesia comercial com ela.

O encontro e as contingências históricas não deterministas e nem evolucionistas dos

fluxos de produção, de dinheiro e de trabalho engendraram o nascimento do capitalismo em condições bem particulares. O capitalismo cria a máquina de produzir por produzir na associação da produção industrial, do comércio e das finanças.

Capitalismo e “civilização”

O capitalismo tem sua essência no capital industrial, mas somente funciona por aliança com o capital comercial e financeiro, o banco sustentando o sistema por meio da moeda de crédito e da moeda de pagamento. O sistema é centralizado e se serve da centralização do Estado no período anterior. A moeda se transforma em equivalente geral por meio de moedas homogêneas que asseguram a convertibilidade do sistema, há uma assimetria re-instaurada sem fim entre a força de trabalho e os capitalistas, a primeira sendo captada pela moeda na realização da mais-valia e na distinção entre o salário e o capital.

Kurz nos diz que a corrida armamentista associada à criação das armas de fogo nos Estados despóticos levou a um crescimento da indústria e a um fortalecimento do Estado Centralizador, em consequência e como forma de impor sua vontade os Estados se apóiam em exércitos permanentes. A produção de mercadorias e a economia monetária ganharam impulso no início da era moderna (1500-1700) por meio da liberação da economia militar e armamentista. Assim, a economia militar está no coração do capitalismo.

No capitalismo, no entanto, a baixa tendencial do lucro é sem fim, há uma relação também infinitamente recomeçada entre o capital e o trabalho, uma dívida nunca paga, é incomensurável a relação entre o fluxo de riqueza do capital de um lado e o do trabalho, de outro lado. A dívida é travestida pela captura que realiza a moeda na realização do valor-mercadoria. O capital parece ser miraculoso e faz o valor parecer sair do seu corpo e não do trabalho coletivo.

A crise se instala no capitalismo como imanente ao modo de produção e como sua necessidade básica, se instaura um processo de mais-valia por meio dos fluxos dos códigos das máquinas da técnica e da ciência que associados ao trabalho humano se relacionam em um campo de forças. No capitalismo a máquina social se substitui aos antigos códigos e organizações, todos os fluxos decodificados – ciência e tecnologia inclusive – o são em proveito dos capitalistas e a serviço dos seus fins. Há uma mais-valia *maquinica* (relativa) e uma mais-valia humana (absoluta). O processo de equivalência geral e de abstração dos processos do capital atravessa a sociedade e transforma o mundo.

Nesse ponto, nós podemos a partir da introdução ao Livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação – As origens políticas e econômicas de nosso tempo*, em francês, de Louis Dumont (1972)-, pensar na grande ruptura que foi a descontinuidade radical entre a modernidade e o que se convencionou chamar primitivo, bárbaro ou ainda em outra vertente tradicional. Modernidade, bem entendido, que é representada pelo capitalismo, particularmente no seu processo de mudança da natureza dos mercados, das relações de trocas e das relações de inscrição social no corpo da terra e no corpo dos sujeitos dessa sociedade, tão bem relatada por Deleuze e Guattari. O mercado abstrato nasce da unificação, extensão e emancipação que o capitalismo imprimiu na sociedade, criando um mercado unificado que leva a um mercado abstrato com seu equivalente geral fundado na moeda que quer representar todas as dimensões do mundo e que transforma todas as coisas em mercadoria. Antes, como vimos, havia em outras sociedades diferentes mercados: mercados locais e externos, mercados diferentes; mas a utopia liberal se fundando nesses mercados e na decodificação dos processos e fluxos sociais e de mercadorias das sociedades tradicionais cria as bases do liberalismo econômico e da democracia contemporânea; há de qualquer jeito nesse processo uma conjunção entre comunidade e sociedade ou entre moderno e tradicional, um dependendo ou se apoiando no outro, esses dois termos sendo opostos, mas se encontrando, muitas vezes, juntos.

No limite a máquina do capital, conjunção da máquina territorial e da máquina social primitiva decodificando e recodificando os códigos das sociedades, *desterritorializando* e *reterritorializando* os processos sociais no corpo da terra cria a abstração dos processos representada pelo equivalente geral e pela moeda – a moeda como “novo” sacrifício. Esse movimento engendra um pesadelo que é o da autoregulação – o funcionamento em mecanismo próprio e autogerador do mercado, a *marchandização* do mundo. O capitalismo nesse processo

chega a sua própria contradição pelo fato de que no ato de tudo transformar em mercadoria e cada vez mais e intensamente, com ganhos de produtividade, ele leva a diminuição da base do próprio consumo (o assalariado), assim ele poderia retirar os próprios fundamentos de sua acumulação que é a realização do valor-mercadoria. No entanto, ele paralisa o movimento de sua falência esperada em reproduzindo crises cíclicas de destruição, como as guerras e o processo de engendrar a violência nas cidades e nos Estados por meio das destruições dos aparelhos produtivos e pelo investimento na especulação financeira como capital fictício.

Assim, o mercado é o último valor do mundo. A globalização surge a partir da referência ao déspota ou chefe de Estado ou de empresa, banco ou gestores de fundos de investimento e fundos de pensão, etc.. Eles se apropriam da riqueza coletiva, do espaço público e das culturas locais, que são anexadas e transformadas/adaptadas a ele.

Como disseram Deleuze e Guattari "É a moeda e o mercado a verdadeira polícia do capitalismo". A economia capitalista está perpetuamente a ser monetizada, multiplicam-se os meios e os papéis, os imateriais, os capitais fictícios; é assim que o sistema funciona. É assim que ele é. A moeda está submetida à internacionalização financeira – o mercado de troca de moedas cresce com a internacionalização das firmas e das trocas, mas ele evolui, sobretudo com a especulação que transforma a própria moeda em mercadoria.

O dólar moeda do império representa 66% das reservas dos Bancos Centrais e é a referência dominante para 104 países, 82% das operações em moeda pelos diversos especuladores tinha em 1998 uma duração de 7 dias somente: curtíssimo prazo. Os atores privados são mais potentes que as reservas de divisas de inúmeros países, assim em 2001 se negociava 1,1 trilhão de dólares por dia nos mercados de moeda, as reservas do Brasil atuais estão em torno de 50 bilhões de dólares. Dessa maneira há uma grande fragilidade dos países que entraram nesse mercado e que dependem dele, dentre outros parâmetros, para fixar sua taxa de juros para atrair capitais voláteis.

Outro fator que exemplifica a *financiarização* do mundo é o próprio nível da dívida que ultrapassou a nível mundial em 2000 o PIB global – 87% dessa dívida está contraída em dólar, Euro e Ien (Carroué, 2002, p.25). Essas dívidas são controladas a altura de 95% pelos países da tríade (Estados Unidos, Japão e Europa). Assiste-se, também, à globalização dos mercados de títulos do tesouro dos países que são cada vez mais controlados pelos fundos de pensão, fundos mútuos de investimento americanos, britânicos e japoneses. A capacidade dos países a reembolsarem a dívida e definida por uma escala de riscos que determina a taxa de juros para os empréstimos. O mecanismo da dívida é geral, os mais endividados são os países desenvolvidos, no entanto eles têm solvabilidade e a capacidade de reembolsar que repousa sobre sua potência política, militar e econômica e de intervenção dos Estados para evitar uma bancarrota ou crise sistêmica.

Mas os países em desenvolvimento se encontram em uma situação estrutural frágil por causa da dependência dos capitais externos, a dívida dos países do sul passou de 8,4% do PIB em 1970 a 37,4 do PIB em 2000 e representava 9% das exportações em 1970 e em 2000 passou a representar 19,2% (Carroué, 2002, p.26-27). A América Latina tinha 809 bilhões de dólares de dívida em 2000, o serviço da dívida correspondia à 167 bilhões de dólares, 17% das exportações, o Brasil como sabemos tem uma dívida que corresponde a mais de 250 bilhões de dólares. Países como a Bolívia, Uruguai, Peru e Argentina têm uma dependência enorme do dólar, um percentual de mais de 82% dos depósitos bancários da Bolívia são em dólar, o Peru 64%, a Argentina 43,9. (Ibid, p.24-25). Situação de dependência e impotência que explicam em muito as explosões sociais que estamos assistindo no continente sul-americano nos últimos dois anos.

Portanto, é a um nível geral dos fluxos que podemos perguntar como se chega a desejar a potência e a própria impotência para povos inteiros, países inteiros? Como um campo social como este pode ser investido pelo desejo? Pois, são os fluxos monetários e não ao nível da ideologia que se faz a integração do desejo e, assim, cria-se uma dependência que passa pela moeda e pela dívida. Que vias para tirar desse impasse culturas, países e regiões inteiras?

Enquanto milhões na América Latina não têm trabalho, não têm o que comer, não podem mais pagar a dívida, submetem sua economia à um regime de recessão para poder pagar os juros infundáveis da dívida, a capitalização das bolsas dos países desenvolvidos correspondia

a 30,8 trilhões de dólares (Ibid, p.29-30) – mais de 60 vezes o PIB do Brasil – essas bolsas, também são submetidas à fluidez e o Estado não pode intervir, ao contrário protege o mercado, estimula o mercado e é parte constitutiva desse próprio mercado.

As funções reguladoras do Estado não implicam, segundo Deleuze e Guattari, em nenhuma espécie de arbitragem entre classes, do ponto de vista do capitalismo somente há uma classe com vocação universalista a burguesia. O capitalismo é sem dúvida hoje com a chamada globalização o universal de toda sociedade, mas apenas na medida em que ele é capaz de levar até um certo ponto sua própria crítica, “quer dizer, a crítica dos procedimentos pelos quais ele re-encadeia o que nele tendia a liberar-se ou a aparecer livremente”. Ora, como essa possibilidade de crítica está limitada, as crises cíclicas tendem a se repetir e o impasse se encontra instalado: socialismo ou barbárie?!

As vias não são muito numerosas: ou a crise permanente do sistema e sua barbárie ou uma partilha da riqueza coletiva para toda a sociedade mundial.

Assim, a história com suas contingências armou a estrutura do capitalismo que encerra figuras abstratas e fluxos de moeda, ações, trabalho, produção e consumo. Imanência entre essas figuras e o capital que constroem um espaço e um tempo do desejo e elaboram fantasmas e desejos coletivos, provocando pulsões de morte e negatividades sociais: dialética e dualismo capital x trabalho, dualismo mercadoria, dinheiro x destruição, guerras, fome, etc...Portanto está na ordem do dia a Crítica à razão dualista: no Brasil particularmente o tipo de acumulação instaurado se fundou e se funda na suposição de um colocar de fora do processo de acumulação as classes dominadas a fim de melhor explorá-las, ou seja, o mercado “informal”, a pobreza e a disponibilidade de uma força de trabalho numerosa é condição necessária para a realização de uma acumulação bárbara que engendra uma grande desigualdade social (cf. Oliveira, 2003).

A grande transformação na vida dos homens que foi o capitalismo e o liberalismo, o estabelecimento do interesse, do cálculo glacial do lucro, como fim em si mesmo, foi bloqueada por um processo de terremoto político, social e econômico que representou o entre as duas grandes guerras mundiais. O querer interpretar ou retirar à totalidade social a prioridade na definição das esferas do econômico como uma das esferas da vida, onde como indicava Mauss com o conceito de *Dádiva* se implicava toda a sociedade, pelas marcas sociais que se instaurava e as dívidas sem cessar renovada numa perspectiva simbólica mais que material nas sociedades ditas primitivas, levou e está levando novamente o mundo rumo a uma catástrofe.

A violência da era globalitária

O mundo está tecido, segundo Louis Dumont (Apud Polanyi, 1983), de interação de culturas, há uma relação entre o local e o global, entre o particular e o universal, auto-penetração das culturas dominadas e das culturas dominantes, o que alguns autores chamam de *glocal* ou que ainda poderíamos designar como o lugar por onde se atualizam as diferentes escalas das ações dos homens. Mas, Polanyi nos indica que a Grande Transformação engendrada pelo capitalismo teve a sua resistência nos regimes fascistas e nazistas que buscaram uma adaptação do particular ao universal, dos dominados aos dominantes, buscando recuperar o tempo perdido no capitalismo “nacional” por uma economia dirigida, totalitária, destrutiva e produtora de guerras. Paradoxo dos regimes fascistas, buscar sair do sistema capitalista para melhor aplicá-lo!

Segundo Dumont, o modelo sobre o qual os nazistas se inspiraram foi o próprio regime bolchevique que tentou, por meio de uma interpretação rápida e “etapista” do pensamento marxista, recuperar de maneira unilinear e evolutiva o “atraso” da economia soviética no início do século XX.

Poderíamos aqui discordar do autor e invocando Hannah Arendt (Apud SOREL, 1995, p.17) considerar que os regimes totalitários obedecem a uma classificação que leva em consideração as ditaduras de partido único, o monopólio do poder nas mãos de um líder, terrorismo policial, monopólio dos meios de comunicação de massa e da luta armada e ideologia oficial presente em todos os aspectos da vida, nesse sentido é a partir da era stalinista que a ex-URSS poderia ser classificada como totalitária, pois até a tomada do poder por Stalin não se configurava na ex-União Soviética um regime de controle total do poder e da vida sob o comando de um déspota líder. No entanto, como Sorel indica (ibid, p.18), Castoriadis considerava todos os regimes

comunistas como totalitários pelo fato que o partido e a burocracia acabavam ocupando o papel do líder déspota à frente do Estado.

Esses regimes e particularmente o regime nazista lançaram mão de processos de destruição de populações inteiras se inspirando da mercantilização dos corpos e na sua redução pura à matéria simples.

Para deter o desenrolar desenfreado do capitalismo-rei se integrou à ele e em sua lógica um processo de liquidação da humanidade. O nazismo foi a continuação ditatorial e totalitária dos processos desenvolvidos pelo capitalismo liberal de tornar o corpo mercadoria e, portanto, podendo ser usado e jogado fora. Bela páginas foram consagradas ao nazismo por Hannah Arendt (Eichmann em Jerusalém) e Primo Levi (Se isso é um homem), sobretudo no que diz respeito à instrumentalização do homem e à sua redução à peças da maquinaria de exterminação. A banalização da vida das populações fazia com que os homens aceitassem as liquidações coletivas e adorassem os chefes supremos, déspotas, construindo um regime bárbaro. Portanto, em plena modernidade, em um processo de reação se construiu um regime fundado na filiação direta de um povo a um chefe, usando-se todos os artifícios da mais-valia dos códigos capturados pelo Estado centralizador.

Mas, no entanto, não resta dúvidas, esse regime se inscreveu na linha direta do capitalismo e na transformação dos corpos em unidades abstratas onde eram registros nas câmeras de extermínio dos campos de concentração. Unidades abstratas bem concretas nos interesses de *instauração de uma barbárie moderna*. O apelo dos nazistas às massas e aos desejos coletivos exemplifica aquilo que já vimos sobre as instituições déspotas.

Mas, hoje, poderia se repetir esse despotismo, esse congelar da história por meio de uma reação ao processo de globalização do capitalismo por intermédio da violência atroz e o ressuscitar de novos déspotas?

Questão complexa e que merece reflexão em vista do que tem acontecido em nível internacional nos extermínios coletivos nos anos 1990 na Ex-Iugoslávia, no Ruanda, no Burundí, na Angola e no Zaire na África, no Iraque, no Irã e no Afeganistão na Ásia e em tantos outros países da periferia dominada. Processo que pode estar se repetindo nas nossas barbas no Brasil por meio dos grupos de extermínio, esquadrões da morte, liquidações e outros adjetivos² com os quais identificamos os homicídios cotidianos em todo o território brasileiro e para além na Colômbia, Venezuela e outros países da América Latina.

A grande violência no sentido simbólico e concreto que engendrou a mercantilização do mundo há apenas 50 anos, bem como a pressão do mundo dito socialista, levaram no pós-guerra para um realinhamento dos países europeus e, depois, de uma parcela dos países do resto do mundo, às reivindicações sociais dos trabalhadores, surgindo assim a social-democracia européia e o Welfare State. Mecanismos que buscavam frear a autoregulação capitalista liberal. No entanto, o Estado de Bem Estar Social está em crise permanente depois da era da restauração conservadora dos anos Reagan/Tatcher, os direitos trabalhistas são atacados na maioria das nações do mundo. Os mecanismos de destruição dos homens na sociedade contemporânea começa, como indicou Dejours (1999), a partir do momento que se instaura uma concorrência entre as pessoas nos locais de trabalho com medo de perder o trabalho, se esfacela a noção de solidariedade o que engendra sofrimento, se aceita cada vez mais as humilhações nos espaços de trabalho, mesmo processo instaurado na Alemanha nazista em relação aos judeus, ciganos, estrangeiros em geral e outras "minorias" dentro da sociedade e dos campos de concentração.

Esse processo de "exclusão" no Brasil segundo Sorel (1995)³ em seu texto *Exclusão social no Brasil contemporâneo – um fenômeno sócio-cultural totalitário?* encontra quatro motivações fundamentais: a privação material (a não integração ao mundo do trabalho, a pobreza); o isolamento total da sociedade (não ter nenhum lugar que possa ser seu); a dimensão política

² Marilena Chauí faz interessantes observações sobre o uso indiscriminado de certas expressões como chacina e massacre para se referir ao assassinato em massa de pessoas indefesas no Brasil como uma tentativa de ocultamento dos fundamentos dessa violência. CHAUI, (2003)

³ Agradeço ao Cientista Social da UFES Fábio Alves Araújo pelo fato de me ter feito conhecer esse texto de importância relevante para a discussão do conceito de exclusão como fenômeno sócio-cultural totalitário a partir de sua monografia de fim de curso em Ciências Sociais na UFES que foi defendida em 2003.

(trajetória precária no exercício dos direitos e a não representação na esfera pública); destituição de direitos e a não integração à sociedade dominante (o não reconhecimento, a estigmatização e a indiferença no âmbito social). Assim, se constrói a lógica do ser desfilhado. Transforma-se a condição de pobreza em estigma, os direitos se transformam em ajuda, a participação em tutela estatal e a justiça em caridade, a pobreza é *culpabilizada, criminalizada* e tutelada. Como indica Marilena Chauí (In Camacho (org.), 2003, p.46) citando Alain Badiou

(...) enquanto na ética é a idéia do bem, do justo e do feliz que determina a autoconstrução do sujeito ético, na ideologia ética, é a imagem do mal que determina a imagem do bem, isto é, o bem torna-se simplesmente o não mal (não ser ofendido no corpo e na alma, não ser maltratado no corpo e na alma é o bem).

É graças ao espetáculo do mal, da banalização da violência, da *vitimização* que a ideologia da ética justifica-se e justifica as ações humanitárias culpabilizadoras, ao invés de se reunir os homens em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade passando a ação do sujeito individual ao sujeito coletivo, essa ideologia se serve da passividade e da imagem negativa da violência e do Outro como um instrumento para apelar à solidariedade, que muitas vezes é de pura forma, e reafirma a posição de não sujeito de parcela das classes dominadas.

O conceito de exclusão foi utilizado entre aspas pelo fato das críticas que se pode fazer a ele, notadamente pela impressão que passa de normatizar a situação social constatada e, portanto, reafirmar o sentimento comum de que aqueles considerados excluídos estão fora da sociedade e, assim, não seriam de nossa responsabilidade. Ora, Sorel o utiliza no sentido de bem marcar a forma como os pobres são excluídos para melhor serem eliminados e não no sentido de reafirmar as percepções complacentes da sociedade com o fenômeno de desconsiderar aqueles que estão fora do mundo dominante. Para evitar mal entendido, preferimos ao conceito de exclusão o de desfiliação (Castel, 1995) que desse modo reafirma a noção de ligação com a sociedade, mas em um processo que pode ser declinado de forma progressiva ou não a partir da distância com a filiação total à sociedade. O risco de fato com esse conceito é que ele seja reificado e no processo de se denunciar a exclusão esteja embutida uma espécie de discurso piedoso para "salvar" os excluídos de uma perdição e, dessa forma, reafirmar a percepção preconceituosa do estar fora (*o eles* e *o nós*) e levar a um estigma, mesmo que involuntariamente. Além do que a exclusão se refere a uma suposta anomia social – desaparecimento de normas e valores comuns a membros de uma comunidade – quando no fundo a anomia é a regra geral do capitalismo tal como ele se estrutura e não uma norma particular de um grupo particular.

No Brasil, por meio dos processos de *espetacularização* da violência se criou, contra as pretensões explícitas de seus difusores, uma espécie de marcador social da violência, se associando grupos sociais à ela. Assim se justifica uma "ação preventiva" das forças da ordem contra certas categorias e espaços sociais, desse modo esse comportamento pode ser comparado à prática totalitária que diz "todo o crime que o governante possa conceber como viável deve ser punido, tenha sido cometido ou não" (Arendt apud Sorel, 1995). Desse modo percebemos estruturas sociais proto-totalitárias em processo na sociedade brasileira, mesma ação que se constatou com as "guerras preventivas" dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. O crime possível permite identificar, mesmo fora de regimes totalitários, a existência de movimentos de estereótipos sociais, grupos sociais são *criminalizados* por antecipação. Assim, as populações *desfilhadas, ou desinseridas*, se encontram expulsas de uma "modernidade" suposta e da vida considerada normal, são animalizadas, portanto, matar, mandar matar ou deixar morrer não faz muita diferença. Encontramos, dessa maneira, cadáveres vivos, aqueles que buscam sua simples manutenção biológica e que na briga pela vida são descartáveis.⁴

⁴ Nesse sentido, Francisco de Oliveira (2003) nos fala da "funcionalização da pobreza" operada pelo governo Lula no Brasil dando continuidade aos programas de assistência do governo Fernando Henrique Cardoso, essa busca de manutenção dos desfilhados é uma maneira de sustentar parte da população no limite da sobrevivência como exército de reserva para a acumulação do capital. Claro não se está aqui desconsiderando a ajuda fundamental mínima muitas vezes para a simples sobrevivência que um programa tipo Fome Zero pode trazer aos oprimidos, mas a interrogação que se faz é sobre as políticas ditas estruturais do atual governo que não buscam mudanças substanciais na redistribuição da riqueza produzida coletivamente.

Sorel (1995) não busca retirar a especificidade histórica e conceitual dos regimes totalitários (especificidade já vista mais adiante), mas sim utilizar o referencial teórico e os processos históricos de conformação do totalitarismo para identificar traços sociais que conduzem a um processo de "exclusão" da vida. A "exclusão" social totalitária pode emergir, segundo Sorel, não apenas através de campos de concentração, mas como formas cotidianas e permanentes de extermínio de determinadas categorias sociais. Os fenômenos com tendência totalitária podem existir em países formalmente democráticos.

A luta pela sobrevivência submete os seres humanos às piores humilhações e à aceitação do inaceitável: delações, submissão aos controles os mais diversos, imposição pela força de uma ordem. A divisão em individualidades não orgânicas das populações desfiladas não favorece uma politização e uma construção da cidadania, ainda que a organização dos desempregados em países europeus e a organização dos sem-teto e dos sem-terra no Brasil demonstrem que capacidades de ação existem, mas quando elas emergem são imediatamente criminalizadas pelos dominantes.

A partir da banalização do outro, do seu não reconhecimento, de sua expurgação para um espaço imaginário e material que não é aquele dos dominantes, mas o da relegação à monstruosidade, engendra-se uma atmosfera social de conformismo e de aceitação do destino dos desfilados, da indiferença com o sofrimento. O indivíduo pobre sequer é notado e a pobreza passa a ser naturalizada, faz parte de nossa paisagem cotidiana, já não nos revoltamos ou nos indignamos diante de espetáculos cruéis e bárbaros que assistimos em direto pela televisão ou nas ruas.

Os grupos sociais pobres são no Brasil submetidos à violência cotidiana, são agentes da violência, vítimas e instrumentos executores da violência. Esse processo está inscrito na lógica exploratória e de denegação de identidade individuais e coletivas, características de uma sociedade que nega o trabalho do conflito e vive supostamente na busca de um paraíso perdido da cordialidade.

Violência no Brasil e no Espírito Santo

No Brasil, o processo de violência tem aumentado exponencialmente - 50% entre 1991 e 2000, passando de 30.566 homicídios em 1991 a 45.919 homicídios em 2000. Em uma década o número total chegou a 371.128 homicídios, dado bem superior a diversas guerras que aconteceram no mundo nos anos 90 (cf. WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência III, 2002 p.30).

Na realidade aquilo que já podemos chamar de *A questão dos homicídios e da violência* no Brasil é um fenômeno que se encontra em franca progressão desde o fim da década de 70. Assim, os dados de registros dos locais de ocorrência de óbitos por homicídio coletados pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM-DATASUS - Ministério da Saúde) no período de 1979 a 2000, 21 anos, são probantes. Os dados para o Brasil em geral e em particular para certos estados como o Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília, cresceram de maneira quase que constante, o incremento anual da taxa de homicídio no período para o Brasil foi de 0,789 e para o Espírito Santo 2,011 (o segundo maior do Brasil depois do Rio de Janeiro). O Brasil tinha uma taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes em 1979 e passou para uma taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, o Espírito Santo partiu de uma taxa no entorno de 15 homicídios por 100 mil habitantes para uma taxa de 46,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2000 (Boletim de Indicadores de Criminalidade no ES, Vitória, 7 de setembro de 2002).

Essa evolução é simultânea ao processo de fim da ditadura e de uma conversão de certos setores da *Comunidade de Informação* - ou seja, dos esbirros da ditadura e/ou setores da polícia política - em Esquadrões da Morte ou em uma reciclagem e continuidade em setores da própria Polícia Civil, Militar e Federal de métodos de tortura, assassinato e repressão do regime militar. O processo de aceleração dos homicídios é paralelo também a uma aceleração da urbanização e é acompanhado das duas décadas perdidas na economia com suas crises a repetição e o aumento do desemprego e da chamada economia "informal".

No Espírito Santo entre 1991 e 2000, o número de homicídios passou de 975 a 1446, ou seja, uma evolução de 48,3% em 10 anos, o total nos dez anos foi de 12.564⁵ - média de 1.256 casos por ano - (3,38% dos homicídios do país) (cf., J. J. Mapa da Violência III, 2002). O

Espírito Santo se manteve nesse período entre os quatro primeiros estados com maiores taxas de homicídios no Brasil.

A taxa de homicídio do Espírito Santo era de 46,7 por 100 mil habitantes em 2000 foi a terceira maior do Brasil, somente sendo superada pelo estado de Pernambuco e pelo Rio de Janeiro (Waiselfisz J. J., Mapa da Violência III, 2002).

Segundo a OMS – organização Mundial de Saúde - o Brasil é o país que apresenta a segunda maior taxa de homicídios no mundo (27 homicídios por 100 mil habitantes), sendo o primeiro país em mortes por armas de fogo (18,4 por 100 mil habitantes). (Almanaque Abril, 2003 apud do relatório do Fórum Reage Espírito Santo, 2003).

Em média o Brasil tem 2,7 vezes mais homicídios que os Estados Unidos (Julita Lemgruber, O Globo, 09/10/1997) – a taxa americana era em 1997 de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Quando comparamos esses índices aos países europeus a situação é bastante desigual, a França que tinha uma população de 60 milhões de habitantes em 1999, foi o palco em 2001 de 1046 de homicídios – na imensa maioria crimes passionais (O Globo, 30/06/2003). Considerando a população constante entre 1999 e 2001 a taxa da França foi então de 1,7 homicídios por 100 mil habitantes, quase 16 vezes inferior à do Brasil.

Se procurarmos comparar as taxas brasileiras com as da América Latina, certamente encontraremos uma maior confluência com o caso do Brasil, pois os processos de ditadura e de desestruturação sócio-econômica que aconteceram nesses países foram semelhantes ao caso brasileiro.

Em quatro municípios da Grande Vitória – Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica - o número de homicídios em 2001 foi de 855 (conforme dados dos jornais coletados no banco de dados do Banco de Dados da Violência/MNDH⁶). Esse total corresponde a 74% (média mais ou menos estável ao longo dos anos) dos homicídios do Espírito Santo que foram constatados no banco do MNDH. A região da Grande Vitória com cinco municípios considerados – incluindo os quatro mais importantes já citados mais o município de Viana - sobre 7 da Região Metropolitana, tinha uma população de 1,33 milhões de habitantes em 2000 (IBGE, 2000), ou seja 43% da população do estado: percebe-se uma concentração de homicídios bem superior que a concentração populacional na aglomeração.

A população da aglomeração é 45 vezes inferior à da França, a França tinha uma taxa de 1,7 homicídios em 2001 contra uma taxa da Aglomeração, incluindo os 5 municípios, no mesmo ano, de 64,3 homicídios por habitante – a taxa da França é 37,8 vezes inferior à da Grande Vitória.

Somente em Vitória em 2000 aconteceram 230 homicídios (Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência III, 2002), a população do município era em 2000 de apenas 292 mil habitantes (IBGE, 2000), ou seja, uma taxa de 78,7 homicídios por 100 mil habitantes. Em um período de 10 anos a evolução dos homicídios na capital foi de 39%.

Na imensa maioria não se sabe ou não se quer saber quem cometeu os homicídios (75,2% em 2000 no Espírito Santo) e a média é, em geral, ao longo dos anos superior a 50% (Banco de dados MNDH-ES, 2001), quando se sabe quais são os autores dos homicídios eles não são condenados, pois somente uma pequena parcela é julgada e a taxa dos que são condenados é menor ainda. Um dado relevante é que 72% (Banco de Dados MNDH-ES, 2001) desses homicídios no Espírito Santo foram cometidos com armas de fogo. A média do Brasil é da 68% dos homicídios por arma de fogo (Fórum reage Espírito Santo - Execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias, 2003). Ao contrário do Brasil onde o controle sobre armas de fogo não é rígido – no que pese a recente aprovação da lei do controle de armas que ainda não entrou em vigor - e a ilegalidade é corrente no porte de armas, na França o controle é muito rígido. Mas, os Estados Unidos são muito tolerantes com as armas de fogo, além do que a sociedade estimula reações de desconfiança em direção do outro e uma concorrência sem freio que pode levar à violências epidêmicas – ver a esse propósito o filme americano *Massacre em Columbine* de Michel Moore (2002).

Os homicídios que acontecem no Brasil localizam-se em maioria nos espaços periféricos ou segregados, nos bairros que acolhem as classes dominadas – as taxas médias desses espaços são superiores àquelas dos bairros das chamadas classes médias e dos bairros onde residem as classes dominantes em geral (sobre o Espírito Santo ver Zanotelli e Coutinho, 2003), no Espírito

Santo- e aparentemente em outros lugares - os atingidos são sobretudo os jovens, negros e homens (90,5% eram homens em 2001) entre 12 e 35 anos (64,9% em 2001) - o número de jovens entre 15 e 24 anos se manteve sempre em torno de 1/3 dos homicídios entre 1994 e 1999 (cf. relatório MNDH-ES, 1999).

Um problema que acrescido aos acidentes automobilísticos - em 2002 o número de homicídios no Espírito Santo foi de 1.775 e o número de mortos por acidente de carro foi de 865 pessoas - tem em certas regiões do país provocado uma diminuição importante do número de jovens homens levando a uma crise econômica e social de diversas comunidades, particularmente aquelas, mais uma vez, mais pobres. Ver sobre a mortalidade nos morros e periferias cariocas no Rio de Janeiro os livros *Cidade de Deus* de Paulo Lins, (2002) e *Abusado o dono do morro Dona Marta*, Caco Barcellos (2003).

O despotismo e crueldade descritos nos livros referenciados mais acima nos impressionam pela *re-territorialização* em um determinado espaço das relações despóticas fundadas nas vinganças, nas desconfiças as mais diversas, nos rememorando das disputas de poder, traições e execuções dos Borgia em Florença na Itália do Renascimento, ou mesmo das situações descritas na *Ilíade* de Homero na Grécia antiga. Para ficar em exemplos brasileiros do passado próximo podemos nos referir à violência regulada ou não, perversa, dos bandos de Lampião e de outros grupos tanto no sertão nordestino quanto em outras áreas do Brasil.

Dessa forma se associa o que se chama de modernidade ou de "civilização" - no sentido de Deleuze - a um processo que recupera a cultura selvagem: marcas nos corpos, como no Caso descrito por Barcellos (2003), dos tribunais sumários da quadrilha controlando o morro Dona Marta na cidade do Rio de Janeiro, onde em determinados períodos de maneira justificada ou não os chefes do bando que controlavam o morro naquele momento decidiam da vida das pessoas e muitas vezes as marcavam com um tiro nas mãos ou por espancamento.

Há uma Associação, também, com a prática bárbara da imposição da lei não escrita do "respeito" aos chefes desse enclave urbano agarrado nas encostas de um morro da zona sul carioca. Através do chefe do momento a comunidade dos bandidos e a população do local se associam a uma identidade onde a relação passa pelo corpo e pelas práticas dos déspotas. Finalmente, a "civilização", representada pelo consumo, desemprego e exploração da população abandonada a sua própria sorte pelo Estado, envia a polícia e comenta, glosa, os fatos que ocorrem no morro e é evidentemente parte participante tanto pelas causas como pelas conseqüências do que acontece. O curioso, no caso do morro Dona Marta no Rio de Janeiro, descrito por Caco Barcellos, é que há quase que uma identidade entre parte dos policiais e os bandidos, os códigos de valores, de vingança, ou a traição são os mesmos, bem como certas práticas, muitas vezes antigos policiais se transformam em membros das quadrilhas. Tudo é possível a todo instante, a máquina despótica pronta a irromper com sua barbárie, associada à profunda injustiça social e à desigualdade que coloca o Brasil entre os dez países de pior distribuição de renda no mundo e que faz do tráfico, do roubo e do seqüestro uma atividade econômica que "compensaria" a miséria e a falta de oportunidade para parte dessas populações.

Portanto, há uma nítida conformação de violência de classe se fizermos uma leitura do espaço da violência em termos de homicídios e de outras violências e criminalidade no Brasil e no Espírito Santo.

Em um estudo de *vitimização* realizado em 2002 - abril e maio - em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Vitória (Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS) pelo Ilanud por conta do gabinete de Segurança Institucional do governo federal e coordenada por Túlio Khan, foram entrevistadas 2.800 pessoas de mais de 16 anos, 700 pessoas por cidade, por meio de um sorteio probabilístico, constatou-se que 50% dos entrevistados de Vitória declarou ter sido vítima de algum tipo de crime nos últimos 5 anos, 1/3 no último ano - o que é equivalente às outras cidades onde a pesquisa foi efetuada.

Nessa mesma pesquisa podemos perceber que os crimes contra o patrimônio atingem os de maior renda e os de menor renda, no entanto os primeiros são nesse item os mais atingidos.

Os crimes são função de uma situação econômica e social. Essa constatação é corroborada pelo fato que 77 % dos entrevistados em Vitória reconheceram a falta de emprego e renda como

causa da criminalidade – maior média entre as cidades e primeira causa declarada na cidade de Vitória. Não podemos esquecer, no entanto, que os mais pobres são, também, vítimas dos crimes, assim dos que ganham até 400 reais por mês 18% declararam ter sido vítimas de roubo/furto de moto e 20% de roubo e furto de bicicleta, percentual a comparar com os que têm renda superior a 1.400 reais mensais 24% e 19% respectivamente.

Os crimes na maior parte foram cometidos na própria casa ou perto de casa, demonstrando um *lôcus* do crime que deveria ser melhor analisado quanto às políticas de prevenção.

Na mesma pesquisa somente 1/3 dos casos foram notificados à polícia, os ilícitos que menos são comunicados são aqueles relacionados a roubo, agressão e tentativa de arrombamento. O que é a representação de uma desconfiança na ação da polícia. Apenas 41% dos entrevistados se mostraram satisfeitos com a polícia em Vitória.

Dos entrevistado 57% declararam que nas agressões físicas ou sexuais que foram vítimas conheciam os agressores. O que demonstra que as relações inter-pessoais são importantes nas taxas de criminalidade.

Do total dos homicídios de 2001, 42,4% aconteceram em vias públicas e um número importante em residências (22,09%), dado semelhante aos anos anteriores. O espaço dos homicídios é preferencialmente público, mas se encontra fortemente presente nas casas, mostrando uma associação global da violência na casa e na rua.

As armas são usadas como ameaça em roubos (91%) em Vitória, em São Paulo e no Rio de Janeiro essa taxa girou entre 95 e 93% e em agressões físicas em 73% dos casos em Vitória. Um percentual que gira em torno de 80% dos entrevistado em todas as cidades concorda que uma política para reduzir o crime deveria ser o controle sobre as armas de fogo. A insegurança é tal no meio da população entrevistada nas quatro cidades que o estudo constata que (p.27)

Dois terços julgam-se prováveis vítimas de algum furto ou roubo até o próximo ano, 57 % afirma ter mudado de comportamento por razões de segurança e um terço dos entrevistados sente-se inseguro na própria vizinhança e conversou sobre crimes nas últimas duas semanas. A sensação de insegurança aparenta ser mais forte em Recife e menos no Rio de Janeiro, mas é um traço comum a todas as cidades pesquisadas.

Há como que um processo de criminalização coletiva e mais particularmente de morte coletiva atingindo prioritariamente os mais pobres que moram nos espaços periféricos e onde não podem se proteger ou pagar um segurança que supostamente poderia lhes dar proteção – essa tipologia é mais ou menos a mesma em todas as grandes cidades brasileiras. Resta-nos a fazer narrativas sobre a situação de diversos espaços segregados da Grande Vitória para conhecermos melhor o cotidiano desses bairros.

Existem características particulares no que diz respeito à criminalidade em geral (já visto com a pesquisa citada mais acima) e em particular aos homicídios – sobre os quais as informações são escassas mas que podem ser aproximados das análises sobre a criminalidade feitas pela pesquisa de *vitimização* e suas causas sociais - em cada estado e em cada cidade, mas os processos de homicídios são semelhantes e são alimentados por um certo número de causas aparentes: impunidade, facilidade do acesso às armas de fogo, o envolvimento do aparelho de Estado por meio de policiais em diversos homicídios, a existência de grupos de extermínio, os crimes de mando e bem evidentemente os conflitos inter-pessoais (ciúmes, vinganças diversas, crimes banais) e entre bandos de quadrilhas mais ou menos organizados pelo controle de certas áreas urbanas.

Esses últimos se inscrevem numa perspectiva de desvalorização da vida e de desconsideração do outro, processo inculcado pela própria maneira como a sociedade é controlada e inocula a *desculpabilização* pela morte dos “menos que nada”, basta vermos que quando acontece um assassinato de indivíduos saídos das classes dominantes a mobilização da polícia e a repercussão na imprensa é enorme, mas em relação àqueles que moram nas periferias a imprensa *instrumentaliza* o medo, mas muito pouco investiga o caso. A própria polícia que invoca falta de meios – o que é verdade somente em parte dos casos – não consegue encaminhar a contento as investigações. Mas mesmo os homicídios famosos ou que tiveram grande repercussão no Espírito Santo – prefeito Feu Rosa da Serra, caso Maria Nilce e outros não foram solucionados oficialmente por resistência de parte do aparelho policial que protegia pessoas e grupos envolvidos incluindo policiais (Zanotelli, 2002). A grande questão está, no

caso da Grande Vitória e do Espírito Santo, no desconhecimento dos autores de crimes, das causas, e no não julgamento das pessoas que os cometeram – associados à justiça expeditiva, às vinganças as mais diversas de bandos controlando certos espaços ou organizando atividade ilícitas bem como à parte criminosa da própria polícia que comete homicídios: em 2 anos e meio (1999 ao primeiro semestre 2001) 97 homicídios foram cometidos oficialmente pela Polícia Militar do Espírito Santo (Rodrigues, Miranda e Amaral, 2001), o que correspondeu no período a 2,58 % dos homicídios no estado. A maioria das vítimas são jovens e negros, 29 desses homicídios apresentavam tiros na nuca, com pelo menos um orifício no lado posterior da cabeça (31,18% dos homicídios cometidos por policiais) (Ibid, p.91). Essa última informação nos fornece indícios de possíveis execuções cometidas pelos representantes da Polícia Militar.

Em 1999, segundo o MNDH, houve 47 homicídios cometidos por grupos de extermínio no Espírito Santo (3,2% do total dos homicídios).

A população tem medo de testemunhar, medo fundado nas ameaças e em um regime social de terror que as populações dos bairros pobres vivem tanto em relação aos que cometem os crimes que em relação aos policiais. As chamadas “desovas” sempre acontecem em terrenos ermos ou em lugares de moradia precária. O espaço é *criminalizado* e o apelo à intimidação é freqüente, os crimes são muitas vezes horrendos e as pessoas pela sua repetição e pelo mecanismo que descrevemos os banalizam. Uma das questões que contribui para esse quadro é o sentimento de insegurança, como visto, que leva a sociedade à busca da segurança privada.

A propósito do papel da polícia na segurança, podemos constatar a contradição que existe entre policiais que trabalham em segurança privada em busca de salários complementares. O papel de policiais-seguranças, trabalhando ilegalmente com suas próprias armas de serviço, e sendo os primeiros interessados, evidentemente, em uma desestabilização e em um medo social é a ressaltar, sobretudo quando o mercado da segurança cresce (Vulpi Júnior et all, 2001). Assim, os conflitos de interesse entre segurança pública e privada é evidente. Em uma pesquisa realizada em uma Companhia da Polícia Militar de Vitória (Ibid), de um total de 119 policiais foram entrevistado 66, desses entrevistados 59% (39 policiais) declararam realizar um trabalho extra, dos quais a imensa maioria (37) em segurança privada, ¼ no comércio

A violência e a criminalidade são construções sociais que geram a necessidade capitalista de abrir novas frentes de produtividade e geram a possibilidade de diminuir o volume dos eternos desempregados da ordem mercantil globalitária por meio dos investimentos na segurança e na produção da *indústria do medo* (anti-produção).

A segurança privada no Espírito Santo virou um negócio rentável, com 4.784 vigilantes trabalhando legalmente e a mesma quantidade trabalhando ilegalmente – contando com a participação de policiais, inclusive como proprietários das empresas. O número desses seguranças é superior aos efetivos da polícia militar no Espírito Santo (entorno de sete mil e quinhentos homens).

O setor representou no Espírito Santo 67 milhões de faturamento por ano, em comparação o governo gastou 40 milhões de reais em 2 anos para projetos de segurança (cf. A Tribuna, data? Citado em Ibid, 2001).

No Brasil, segundo o mesmo jornal citando a *Conferência dos Vigilantes* – órgão das seguranças privadas no país - o número de seguranças seria de 700 mil legais e 800 mil ilegais, avaliação difícil de ser verificada, no entanto que pode servir como base pelo fato de ter sido objeto de declaração de responsáveis oficiais dos seguranças e membros da própria Polícia Federal.

O legal se associa ao ilegal para proteger-se do ilegal, bela confusão. Podemos, com uma certa precaução até haver provas, afirmar que uma parte dessa segurança privada pode estar envolvida nos assassinatos inexplicáveis que acontecem todos os dias, pois é conhecido o envolvimento desses seguranças – podendo formar bandos - com certos comerciantes.

Assim, os baixos salários da polícia, nem tão baixos assim em relação aos salários médios da sociedade - a média dos salários dos policiais da própria Companhia pesquisada que foi citada mais acima é próxima de 1000 reais – alimentam um setor criado em função da própria crise do capitalismo que, desse modo, não somente emprega no Brasil por volta de 1,5 milhão de pessoas como contribui para matar uma parte dos 40 mil homicídios anuais: homicídios da sociedade?!

Conclusão

A genealogia que buscamos fazer das sociedades ao longo dessa exposição culminou em um processo atual neoliberal do capitalismo, intensificado a nível mundial e no nosso caso particularmente no Brasil. O processo social fenômeno de extermínio ou auto-extermínio de determinados grupos sociais se inscreve, também, em uma característica da sociedade brasileira que é uma sociedade paternalista calcada sobre suportes tradicionais clientelistas que se acentuaram com as crises a repetição dos últimos 25 anos. No entanto, esse processo *violencial* foi particularmente acentuado pela ditadura militar de 1964 a 1984, com o seu seqüito de horrores e de despotismo ela imprimiu na sociedade uma marca indelével. As práticas de desrespeito ao outro, levadas a cabo com a cumplicidade dos dominantes pela “comunidade policial e da informação” foi fundadora de um novo-velho modo de governar por meio das torturas, mentiras, censuras. Aqueles que fizeram resistência ao regime eram caçados, julgados e executados pelos seus algozes sob as ordens dos déspotas chefes. Essas são as marcas do totalitarismo visto por Arendt. Esse momento brasileiro se transformou, há vários anos, em prática nas delegacias de vários lugares do Brasil. Assim, diversas organizações não governamentais denunciam torturas nas cadeias e prisões, execuções sumárias, bem com a falta de confiabilidade na justiça – conforme a última polêmica entre o judiciário e a representante da ONU para os direitos humanos.

De outro lado, a moeda e a luta pela moeda na sociedade capitalista, levou à criação de um mercado planetário de capitais e a uma desterritorialização dos mercados financeiros no nível planetário, provocando uma fragilização dos ainda reservados espaços nacionais e a desestabilização dos lugares dentro da nação. Esse processo é motor das guerras e das disputas pela hegemonia do espaço mundial em relação à obtenção de energia e de matéria prima e os processos de criminalidade financeira e de toda sorte que são condicionantes ao próprio funcionamento do capitalismo, o lado da não lei para que a lei funcione (Zanotelli, 2002).

As guerras, pela anexação de novos espaços submetidos à lógica capitalista e pela absorção do excedente de força de trabalho no processo de destruição, encontra-se no coração do capitalismo e é engendradora de violência, de barbárie. Essa guerra encontra seu equivalente territorial nos espaços das periferias brasileiras, enclaves que têm o rosto da barbárie capitalista.

Poderíamos considerar a nossa sociedade como tendo fragmentos e/ou setores inteiros ainda compostos de déspotas ao lado de parcelas “selvagens” no interior de uma “civilização” com ares nacionais e globais. No limite, poderíamos declinar os diferentes aspectos da composição do campo de força da sociedade brasileira como constitutivo de diferentes culturas políticas e sociais associadas a culturas criminosas que enviam a aspectos gerais daquilo que descrevemos como a tríade selvagens, déspotas e civilizados.

Esse processo de destruição, não nos iludamos, está presente no nosso cotidiano pelos fluxos, decodificações e recodificações imanentes que o capital – nesse caso como “selvagem” – realiza entre a moeda, o desejo e o político permitindo no seu coração o nascimento da anti-produção, da destruição e a volta deformada de mecanismos despóticos, como os diferentes exemplos de senhores da guerra na Europa e na África recentemente nos demonstraram ou ainda como os pequenos e grandes déspotas nas fábricas, burocracias, bandos, bairros etc. do mundo e, particularmente, do Brasil e no Espírito Santo. O sistema cria os desfiliaados desprezando boa parte dos trabalhadores colocados fora do mercado de trabalho, processo que atravessa a subjetivação dos sujeitos com as pulsões de morte re-acionadas permanentemente e declina o desejo em desejo de repressão e de morte.

Essa situação de segregação sócio-espacial apenas esboçada aqui é produto do medo coletivo fundado na não-cidadania e na divisão que se faz dos dominados no espaço e na sociedade. Ela pode ser colocada no mesmo plano estrutural que os processos de desolidarização nos locais de trabalho e de guerra econômica entre multinacionais, nações, cidades etc. A luta de todos contra todos, a produção da mercadoria pela mercadoria e a penetração do dinheiro em todas as esferas da vida, eis onde estamos.

Bibliografia

- ARENDDT H. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy-Pocket, 1983.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Banco de Dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – E-S – 1998, 1999, 2000, 2001*. Vitória, mimeografado,
- Banco de dados Movimento Nacional dos Direitos Humanos/UFES*, Vitória: Proex/Ufes, 1994/2002.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado. O dono do morro Dona Marta*. São Paulo-Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Boletim de Indicadores de Criminalidade no ES*, Vitória, 7 de setembro de 2002, IPES – Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, disponível no site: <http://www.ipes.es.gov.br/boletim/criminalidade/2002>
- CAMACHO, Thimoteo (Org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória,: Edufes, 2003.
- CARROUÉ, Laurent. *Géographie de la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 2002.
- CHAUI, Marilena. *Ética, política e violência*. In CAMACHO, Thimóteo (org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes, 2003, p.39-59.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *O anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- ESCOREL, Sarah. Exclusão social no Brasil contemporâneo – um fenômeno sócio-cultural totalitário? *XIX Encontro anual da ANPOCS – GT – Cidadania, conflito e transformações urbanas*, Caxambu, outubro de 1995.
- Fórum Permanente contra a violência e a impunidade Reage Espírito Santo. *Execuções sumárias extrajudiciais ou arbitrárias*. Mimeografado, Vitória, setembro de 2003.
- KAHN, Túlio, BESEN, Jacques, CUSTÓDIO, Rosier Batista. *Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – PIAPS*. Ilanud - FIA – USP Gabinete de Segurança Institucional, 2002.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: vozes, 1997.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- MARX K. *Le capital*. Livre I e livre III. Paris: Champs-flammarion, 1985.
- MAUSS, Marcel. *Essais sur le don – forme et raison de l' échange dans les sociétés archaïques*. In Sociologie et Antropologie. Paris : PUF, 1966.
- Nietzschu, Friedrich. *La généalogie de la morale*. Paris : Gallimard, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo : Boitempo, 2003.
- POLANYI, Karl. *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris : Gallimard, 1983.
- RODRIGUES, Andrey, MIRANDA, Jailsom, AMARAL, Marcus A. K. *O uso da força letal da ação policial militar no Espírito Santo*. CCJE/CIESP/UFES, 2001. 109p. (Monografia de especialização).
- VULPI JÚNIOR, L. E. et all. *Análise da atividade extra profissional em serviço de segurança privada, "bico", dos militares estaduais da 6ª. Companhia do 1º. Batalhão da Polícia Militar*. CFA/Polícia militar, Cariacica, 2001. 112p. (Monografia de fim de curso).
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ZANOTELLI, Cláudio COUTINHO, Luiz Amadeu. *Atlas da criminalidade violenta da Grande Vitória 1993-2002*. Vitória: Proex, 2003, p.215-236.
- ZANOTELLI, Cláudio. A CPI do narcotráfico e as redes criminosas no território brasileiro: um balanço provisório do caso do Espírito Santo. *Dimensões, Revista do Departamento de História da UFES, Edufes*, Vitória, 116-127, 2001.
- ZANOTELLI, Cláudio. Globalização, Estado e culturas criminosas. *Terra Livre*, São Paulo, vol.1, n.18, p.47-62, jan.-jun. Ano 18, 202.

MAPEAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA EM ÁREAS URBANAS: CONCEITOS E METODOLOGIAS

Mapping of life quality in urban areas: concepts and methodologies

Mapeamento de la calidad de vida en áreas urbanas: conceptos y metodologías

Rúbia Gomes MORATO
Fernando Shinji KAWAKUBO
Ailton LUCHIARI

Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto
Departamento de Geografia da USP
Correio eletrônico: rubiagnm@estadoa.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar a diversidade de conceitos associados à expressão qualidade de vida em áreas urbanas e termos correlatos. Diferentes metodologias e instrumentos de análise são apresentados, com ênfase às metodologias de mapeamento dos níveis de qualidade de vida. As metodologias são classificadas segundo as técnicas utilizadas, no presente estudo.

Palavras-chave: Qualidade de vida – qualidade ambiental – geoprocessamento – sensoriamento remoto

Abstract: The purpose of this work is to show diversity of quality of life and correlates concepts in urban areas. Different methodologies and analysis tools are present, with emphasis of the quality of life level mapping methodologies. This methodologies are classified according to employed techniques.

Key words: Quality of life – environmental quality – geoprocessing – remote sensing

Resumen: El objetivo de este trabajo es mostrar la diversidad de conceptos asociados a la expresión de la cualidad de vida en áreas urbanas y otros términos relacionados. Presentamos diferentes metodologias e instrumentos de analisis, com ênfasis em las metodologias de mapiamiento de los niveles de cualidad de vida. Estas metodologias son clasificadas de acuerdo em las técnicas utilizadas em el presente estudio.

Palabras-clave: Calidad de vida – calidad ambiental - geoprocessamiento - percepción remota

Introdução

Diversas áreas do conhecimento, como a economia, a estatística, as ciências sociais, o urbanismo, a psicologia, a medicina, a saúde pública e a geografia, têm se dedicado ao estudo da qualidade de vida. Cada qual, entendendo-a segundo suas metodologias e instrumentos de análise.

Além disso, conceitos mais ou menos correlatos muitas vezes são utilizados indistintamente. São os casos de *nível de vida*, *padrão de vida*, *condições de vida*, *bem-estar e desenvolvimento humano*. Em direção oposta, mais próxima à ausência de qualidade de vida, se situam conceitos como os de *exclusão social*, *vulnerabilidade social*, *privação social*, etc. Há ainda, a subdivisão da qualidade de vida baseada em diferentes segmentos da população. Então, tem-se a *qualidade de vida urbana*, a *qualidade de vida no trabalho*, a *qualidade de vida na terceira idade*, a *qualidade de vida dos pacientes com determinada doença*, etc.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 241-248	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

Em relação às áreas urbanas, os estudos sobre a qualidade de vida são cada vez mais numerosos. É de se esperar esta tendência em virtude da crescente concentração da população nas cidades em escala mundial. Por outro lado, o próprio padrão de urbanização, freqüentemente desordenado é um gerador de problemas que influencia nas condições de vida da população (SANTOS e MARTINS, 2002, p. 7).

“...o crescimento rápido das cidades não pode ser acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento de infra-estrutura para melhoria da qualidade de vida. A deficiência de redes de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, de pavimentação de ruas, de galerias de água pluviais, de áreas de lazer, de áreas verdes, de núcleos de formação educacional e profissional, de núcleos de atendimento médico-sanitário é comum nas cidades” (p. 217).

A principal contribuição da Geografia nos estudos sobre a qualidade de vida é o mapeamento. Os padrões de distribuição espacial da qualidade de vida são de essencial importância para o processo de planejamento, em escala local, municipal, metropolitana, estadual ou nacional.

Além do poder público, o setor privado e os movimentos sociais organizados podem beneficiar-se do mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas. O setor privado porque estes mapas podem fornecer informações valiosas para pesquisas de mercado em diversas aplicações. Estas aplicações incluem a escolha de pontos para instalações comerciais e de serviços, a localização de potenciais clientes para determinado produto, ou a valorização de empreendimentos imobiliários, por exemplo. Os movimentos sociais organizados porque os mapas podem ser instrumentos legitimadores de suas reivindicações, etc.

O objetivo deste trabalho é analisar algumas metodologias para a avaliação da qualidade de vida nas áreas urbanas por meio do mapeamento. São abordados temas como os conceitos de qualidade de vida de forma genérica e em áreas urbanas, os indicadores adotados para a medição por metodologias internacionais e brasileiras, a importância da escala para o mapeamento e, finalmente, é realizada uma classificação das metodologias de mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas segundo as técnicas utilizadas.

Os conceitos de qualidade de vida em áreas urbanas

De forma genérica, vários de conceitos de qualidade de vida poderiam ser citados sem grande dificuldade. Restringindo-se às áreas urbanas, a definição de conceitos torna-se rarefeita. A maioria das metodologias enumera indicadores que são considerados mais ou menos relevantes, discute-se sobre os pesos atribuídos a cada indicador, as cidades e metrópoles são classificadas e hierarquizadas segundo a qualidade de vida. Entretanto, tanto entre pesquisadores internacionais como brasileiros, é muito mais comum a adesão a um conceito já formulado seguida pela proposição de metodologias de avaliação ou medição da qualidade de vida urbana.

Para Maslow apud Ribeiro e Vargas (2001) a definição de qualidade de vida sustenta-se na teoria das necessidades básicas. Segundo este autor, as necessidades humanas apresentam-se hierarquicamente da seguinte forma: necessidades fisiológicas: fome, sono; necessidades de segurança: estabilidade, ordem; necessidades de amor e pertinência: família, amigos; necessidades de estima: respeito, aceitação; e necessidades de auto-atualização: capacitação.

O Serviço de Administração Pública americano vê a qualidade de vida não como um conceito, mas como uma noção, ligada ao bem-estar das pessoas - principalmente em grupo, mas também como indivíduos -, bem como o bem-estar do ambiente em que estas pessoas vivem. Essa noção inclui perspectivas econômicas, sociais, psicológicas, ambientais e os diferentes estilos de vida (BOOZ-ALLEN, 1973).

Para Liu apud Lo e Faber (1997), a qualidade de vida inclui as dimensões psicológicas e sociológicas, habitação adequada; a participação em atividades culturais, de entretenimento, tempo para leitura; satisfação nas relações interpessoais e um bom convívio familiar; o conhecimento e os recursos para se adaptar aos tempos de mudança, a igualdade de oportunidades para influenciar na direção e na velocidade das mudanças.

A Unidade de Pesquisa de Qualidade de Vida da Universidade de Toronto, considera que a qualidade de vida é o estágio em que uma pessoa desfruta de possibilidades importantes para sua vida. As possibilidades resultam das oportunidades e limitações que cada pessoa tem em sua vida e reflete a interação de fatores pessoais e ambientais. O usufruto tem duas componentes: a experiência de satisfação e posse ou realização. Os três maiores domínios identificados são: ser, pertencer e tornar-se, conforme a Tabela 1 (GDRC, 2002).

Tabela 1
Domínios da qualidade de vida da Unidade de Pesquisa de Qualidade de Vida da Universidade de Toronto

Ser (being)	Pertencer (belonging)	Tornar-se (becoming)
<p>O domínio do <i>ser</i> inclui aspectos básicos de <i>quem alguém é</i> e tem três subdomínios. O <i>ser físico</i>, que inclui aspectos de saúde física, higiene pessoais, nutrição, exercícios, roupas e aparência física. O <i>ser psicológico</i> inclui a saúde psicológica da pessoa, sentimentos, avaliações sobre si mesmo e autocontrole. O <i>ser espiritual</i> reflete valores pessoais, padrões pessoais de conduta, e comportamento espiritual, que podem ou não estar associado com organizações religiosas.</p>	<p>O pertencer inclui a adaptação da pessoa com seus ambientes em três subdomínios. O pertencer físico é definido como as ligações da pessoa com seu ambiente físico, como sua casa, seu local de trabalho, vizinhança, escola ou comunidade. O pertencer social inclui as ligações com o ambiente social e incluem os sentimentos de aceitação pelos outros: família, amigos, colaboradores, vizinhos e comunidade. O pertencer comunitário representa o acesso a recursos normalmente disponíveis para os membros da comunidade, como renda adequada, serviços sociais e de saúde, emprego, programas educacionais e recreacionais e atividades comunitárias</p>	<p>O tornar-se diz respeito a seguir objetivos propostos para realizar objetivos pessoais, expectativas e desejos. O tornar-se prático descreve as ações do dia-a-dia, como atividades domésticas, do trabalho, da escola ou atividades voluntárias, tendo em vista as necessidades sociais e para a saúde. O tornar-se lazer, inclui atividades que promovem o relaxamento e a redução do estresse. Inclui jogos de castas, caminhadas pela vizinhança, visitas à família, ou atividades de maior duração como as férias ou feriados. O tornar-se crescimento promove atividades que aperfeiçoam o conhecimento e a experiência.</p>

Fonte: GDRC (2002)

Já o *desenvolvimento humano*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD et al, 1998), é definido como um processo abrangente de expressão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas destas escolhas são básicas para a vida humanas. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente. Isso não significa que outras escolhas, como aquelas referentes à participação política, a diversidade cultural, aos direitos humanos e à liberdade individual não sejam igualmente importantes. Entretanto, algumas escolhas humanas são consideradas básicas porque à medida que são alcançadas, abrem caminho para as demais.

Sen e Nussbaum dividem as metodologias de avaliação da qualidade de vida em três grupos, as que enfatizam os bens, utilidades e a satisfação das necessidades básicas. A focalização em bens é a favorita dos economicistas, percebendo que o desenvolvimento não ocorre sem prosperidade material. A visão utilitarista enfatiza excessivamente os estados mentais das pessoas e negligencia outros aspectos de seu bem-estar. O enfoque nas necessidades básicas busca estabelecer as oportunidades para o pleno desenvolvimento físico, mental e social da personalidade humana, entretanto, deixa imprecisões acerca de quais são estas necessidades e de como as necessidades podem variar individualmente (CROCKER, 1993).

Outro termo muito utilizado é bem-estar, que em português e espanhol, apresenta-se de forma única, mas em inglês, temos *welfare* e *well-being*. MAZZONI (1998, p.7) ressalta as diferenças entre os termos. *Welfare* se refere ao sistema de assistência social, que inclui as teorias de bem-estar, as quais postulam como elemento primordial a satisfação das necessidades e o prazer (utilitarista). Para pessoas que possuem uma expectativa modesta em relação à suas vidas, pouco pode ser satisfatório. Ao contrário, para pessoas mais exigentes, atingir um grau de satisfação pode ser mais difícil. O segundo termo, *Well-being*, se relaciona mais com a condição da pessoa. Quando empregam *well-being*, os autores de língua inglesa fazem referência a aspectos como capacidade, as oportunidades, as vantagens e rechaçam as teorias que haviam predominado sobre o bem estar (em sentido limitado), além de mencionar muitos elementos impossíveis de quantificar. Em português ou espanhol, os termos são utilizados em ambos os sentidos.

Os indicadores considerados para a avaliação da qualidade de vida em áreas urbanas

Apesar da diversidade de significados que o conceito de qualidade de vida pode assumir, para fins de mapeamento, as metodologias tradicionalmente utilizam-se preponderantemente de dados objetivos e de abrangência coletiva.

A Tabela 2 mostra que, para fins de mapeamento, os indicadores de qualidade de vida mais utilizados são referentes à infra-estrutura urbana, à qualidade ambiental e às características demográficas e sócio-econômicas.

Tabela 2: Indicadores considerados para o mapeamento da qualidade de vida urbana

Metodologias	r	e	p	d	a	ed	fe	ev	s	j	ma	mc	i	l	mi	cp	v	if	pp	da	a	es	cl	ee	pv	u	dp	t	av	te	sa
Carvalho et al (1997)	X				X	X												X		X	X	X									
Ceccato (1994)	X							X									X	X			X	X		X	X				X		
Forster (1983)																												X	X		
Gomes e Lins (2000)	X	X				X		X	X	X				X	X		X	X				X	X		X						
Lima et al (2002)																															X
Lo e Faber (1997)	X					X																					X		X	X	
Morato (2005)	X				X	X												X			X	X	X						X		
Paes et al (2003)																										X		X	X		
IDH-M (PNUD et al 1998; Pedroso, 2003)	X				X	X							X																		
Exclusão Social (Sposati, 1996)	X	X	X	X	X	X						X	X					X	X		X	X	X				X				
Exclusão Social (Campos et al 2003)		X	X	X	X	X				X							X														
Vulnerabilidade Juvenil (Seade, 2003)	X						X			X	X						X	X													
Vulnerabilidade Social (CEM-CEBRAP, 2003)	X					X				X			X																		
Weber e Hirsh (1992)																										X		X	X		

Legenda - r: renda; e: emprego; p: pobreza; d: desigualdade social; a: alfabetização; ed: escolaridade; fe: frequência à escola; ev: evasão escolar; s: saúde; j: presença de jovens; ma: mães adolescentes; mc: mulheres chefes de família; i: presença de idosos; l: longevidade; mi: mortalidade infantil; cp: crescimento populacional; v: violência; if: infra-estrutura urbana; pp: propriedade domiciliar; da: domicílios alugados; a: abastecimento de água; es: destino do esgoto; cl: coleta de lixo; ee: energia elétrica; pv: pavimentação; u: classe de uso da terra nas áreas vizinhas; dp: densidade da população; t: tamanho da residência; av: áreas verdes; te: temperatura; sa: grau de satisfação da população

Em relação a todo o conjunto de metodologias, pode-se perceber que os indicadores mais utilizados estão relacionados com a renda, a educação e a presença de áreas verdes.

Comparando-se as metodologias internacionais e brasileiras, é possível notar que os indicadores selecionados para uma mesma dimensão se adaptam à condição da população em questão. Para a dimensão educação, por exemplo, metodologias de países mais avançados utilizam, por exemplo, a proporção de graduados em nível superior, a presença de pós-graduados ou os anos de estudo, enquanto as metodologias brasileiras utilizam freqüentemente a proporção de analfabetos.

É compreensível também a preocupação das metodologias brasileiras com a desigualdade e a pobreza. Serviços essenciais, universalizados em países avançados, como abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo são muito freqüentes nas metodologias brasileiras.

Em síntese, os índices de qualidade de vida dos países mais pobres tendem a supervalorizar aspectos materiais e serviços essenciais. Os índices dos países mais desenvolvidos, ao contrário, não os valorizam, ou mesmo os omitem, reservando muito mais espaço para aspectos imateriais, ligados às atividades culturais, ao entretenimento, ao lazer, à participação política e a satisfação de seus habitantes.

O número de indicadores utilizados para a medição da qualidade de vida é muito variável. Um maior número de indicadores não necessariamente torna o índice de qualidade de vida mais eficiente. O mais importante é o quão eficazes são os indicadores para descrever a realidade da população em questão. Quando poucos indicadores conseguem descrever a população de maneira satisfatória, a introdução de novos indicadores tende a fornecer pequenas contribuições.

Existindo dados a custos relativamente baixos, como os do censo do IBGE e dispondo-se de grande capacidade de armazenamento e processamento dos dados, o uso de vários indicadores não representa um problema. Entretanto, quando há a necessidade de levantamento dos dados, as exigências de recursos humanos e financeiros podem ser variáveis, de acordo com o tipo de dado a ser levantado, a amostragem utilizada, a maior ou menor margem de erro considerada como tolerável, etc.

A importância da escala no mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas

Um fator muito importante na avaliação da qualidade de vida em áreas urbanas é a escala. A Tabela 3 agrupa algumas metodologias de avaliação da qualidade de vida segundo a unidade geográfica adotada para a análise.

Tabela 3: Unidades Geográficas de Análise de algumas Metodologias de Avaliação da Qualidade de Vida

Metrópole	Município	Distrito	Setores Censitários
<i>Pesquisa de Condições de Vida</i> (Seade, 1998)	<i>IDH-M</i> (PNUD et al 1998)	<i>Exclusão Social</i> (Sposati, 1996)	Carvalho et al (1996)
Sufian (1993)	<i>Índice de Condições de Vida</i> (PNUD et al 1998)	<i>Vulnerabilidade Juvenil</i> (SEADE, 2003)	<i>Vulnerabilidade Social</i> (CEM-CEBRAP, 2003)
	Gomes e Lins (2000)	Pedroso (2003)	Morato (2003)
	Weber e Hirsh (1992)		

Quanto maior a extensão da unidade geográfica, há maior facilidade de coleta de dados em diversas fontes, como institutos de pesquisas, levantamentos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Isto é válido principalmente para as principais regiões metropolitanas.

Tomando-se o município ou distritos municipais como unidades de análises, a obtenção de diversos dados continua fácil. Entretanto, não é possível ter informações de sua diversidade interna.

Utilizando-se unidades geográficas pouco extensas, como os setores censitários do IBGE, é possível chegar-se a um bom detalhamento espacial, mas a diversidade de dados que podem ser utilizados diminui consideravelmente. Então, é preciso escolher entre trabalhar com os dados disponíveis ou investir na coleta de novos dados.

Em geral, as metodologias que adotam unidades geográficas mais extensas, como a Pesquisa de Condições de Vida (Seade, 1999), o Índice de Condições de Vida (PNUD et al, 1998) e o Mapa da Exclusão/Inclusão Social (Sposati, 1996) utilizam um grande número de indicadores, chegando à ordem das dezenas.

Em sentido contrário, as metodologias que adotam unidades geográficas pouco extensas, como as de Carvalho et al (1997) e o Mapa da Vulnerabilidade Social (CEM-CEBRAP, 2003), o número de indicadores diminui.

É muito importante ter clara a relação entre a escala do mapeamento e os indicadores a serem utilizados. Isso é necessário porque as áreas urbanas abrigam infra-estruturas e serviços cujos raios de atuação podem ser locais, distritais ou regionais. O mapeamento a partir de unidades geográficas incompatíveis com a escala dos indicadores selecionados pode ocasionar equívocos capazes comprometer a qualidade dos mapas produzidos. Uma situação que pode propiciar esse tipo de problema é a utilização de dados de diferentes fontes, coletados segundo padrões não conciliáveis.

Classificação das metodologias de mapeamento da qualidade de vida

É possível agrupar as metodologias de mapeamento da qualidade de vida segundo as técnicas utilizadas:

Nas metodologias baseadas exclusivamente em técnicas de sensoriamento remoto, como as de Forster (1983) e Paes et al (2003), a indicação da qualidade de vida é determinada pela proporção relativa entre as classes de uso da terra. Fatores físicos e ambientais, como o padrão de urbanização e a presença de vegetação são valorizados.

As metodologias baseadas na utilização de Sistema de Informação Geográfica, como as de Sposati (1996) e Carvalho et al (1997) baseiam-se em indicadores sócio-econômicos. Fatores ambientais, como a arborização urbana, são suprimidos. A vantagem destas metodologias é a possibilidade de se utilizar por unidades de governo (como distritos, administrações regionais, subprefeituras etc.), ou em maior escala, bairros ou setores censitários, fornecendo-se diretamente informações importantes para a gestão municipal. A desvantagem, é que, cada unidade espacial é considerada homogênea. Quando as unidades são extensas, ou muito populosas, pode haver a agregação grupos sociais distintos (favelas e áreas nobres), o que pode tornar o indicador selecionado uma média entre grupos populacionais diferentes, não sendo representativo em relação à nenhum dos grupos.

É importante ressaltar embora sejam crescentes as metodologias que utilizam SIG para a avaliação da qualidade de vida em áreas urbanas, poucas são as que se valem dos recursos de análise espacial. Na verdade, a grande maioria utiliza-se apenas do banco de dados e apresenta os resultados sob a forma de Cartografia Temática. O verdadeiro uso do SIG, como resalta Martin (1996), é muito mais raro.

Quando há a integração entre Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica, como em Weber e Hirsh (1992), Ceccato (1994), Anjos et al (1996), Lo e Faber (1997) e Morato (2003), são consideradas tanto as variáveis ambientais como as sócio-econômicas. Weber e Hirsh (1992, p.3251) ressaltam que como os dados orbitais não possuem limites administrativos, é possível estudar o ordenamento real dos fenômenos urbanos. Em outras palavras, as rupturas físicas ou espaciais e continuidades reais no sistema urbano podem ser analisadas por meio dos dados orbitais, o que não é possível utilizando apenas os dados censitários.

Considerações finais

A avaliação da qualidade de vida em áreas urbanas, deve ser cuidadosa em relação a vários fatores como a qualidade dos dados adotados, a escolha das técnicas utilizadas para o mapeamento, os critérios para a seleção dos indicadores, a relação entre a escala de mapeamento e os indicadores empregados, o quão significativos são os indicadores para a população em estudo e os custos de obtenção das informações consideradas relevantes. Esta não é uma tarefa fácil, mas pode ser determinante para o sucesso de qualquer índice de qualidade de vida.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Pró-Reitoria de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto (Lasere) do Departamento de Geografia da USP e ao Prof. Reinaldo Paul Pérez Machado e à Isabel Utimura.

Referências bibliográficas

- ANJOS, R. B.; LOURENÇO, R. W.; FERREIRA, M. C. Mapeamento da Qualidade de Vida em Áreas Urbanas através de um Modelo de Dados Espaciais implementado em SIG. In: Simpósio Internacional sobre Novas Tecnologias Digitais em Geografia e Cartografia. 1996, São Paulo, Anais..., Lemadi – Departamento de Geografia – FFLCH - USP: São Paulo, p.165.
- BURNELL, J. D.; GALSTER, G. Quality-of-life Measurements and Urban Size: An Empirical Note. *Urban Studies*. Princeton: American Behavioral Scientist, v.29, n.5, p.727-735, 1992.
- CAMPOS, A. et al. (orgs.) Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003. 167p.
- CECCATO, V. A. Proposta metodológica de avaliação da qualidade de vida urbana a partir de dados convencionais e de Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica e de um Banco de Dados Georrelacional. 1994. 122p. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (Dissertação, mestrado em Sensoriamento Remoto e Aplicações).
- CEM-CEBRAP Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2003. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/index_sas.html>. Acesso em 06 de maio de 2003.
- CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sem e Nussbaum. *Lua Nova*. São Paulo, n.31, p.99-133, 1993.
- FORSTER, B. Some Urban Measurements from Landsat Data. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*. Washington, v.49, n.12, p.1693-1707, 1983.
- GDRC. Notes on "Quality of Life". The Global Development Research Center. 2002. Disponível em <www.gdrc.org/uem/qol-define.html>. Acesso em 08 de setembro de 2002.
- GENOVEZ, P. C.; MONTEIRO, A. M. V.; CÂMARA, G. Diagnóstico das Áreas de Exclusão/Inclusão Social através de Sistema de Informação Geográfica na Área urbana de São José dos Campos In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. X, 2001, Foz do Iguaçu, Anais..., Foz do Iguaçu: Inpe, 9p.
- GIANNIAS, D. A. A Quality of Life Based Ranking of Canadian Cities. *Urban Studies*. Princeton: American Behavioral Scientist, v.35, n.12, p.2241-2251. 1998.
- GOMES, E. G.; LINS, M. P. E. Uso Integrado de Sistemas de Informação Geográfica e Programação Linear Multiobjetivo na Seleção do Município Ideal. In: Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. XXXII, 2000, Viçosa, Anais..., Viçosa: p.235-251.
- JENSEN, J. R.; COWEN, D. C. Remote Sensing of Urban/Suburban Infrastructure and Socio-Economic Attributes. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*. Washington, v.65, n.5, p.611-622, mai. 1999.
- LIMA, R. F. P.; OLIVEIRA, R.; CARVALHO, J. B. Avaliação de Atributos de Qualidade de Vida em Ambiente urbano, utilizando Métodos da Cartografia temática quantitativa – Estudo de caso em Florianópolis, SC. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2002, Florianópolis, Anais..., UFSC: Florianópolis, 9p.
- LO, C. P.; FABER, B. J. 1997. Integration of Landsat Thematic Mapper and Census Data for

- Quality of Life Assessment. Remote Sensing of Environment. New York, n.62, p.143-157.
- MARTIN, D. Geographic Information Systems: Socioeconomic applications. Londres/Nova York, Routledge, 210p. 1996.
- MAZZONI, R. R. Nota de Tradução. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. La Calidad de Vida. México: Fondo de Cultura Económica Económica, 588p. 1998.
- MORATO, R. G. Avaliação da Qualidade de Vida por meio de Técnicas de Geoprocessamento. 2003. 103p. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- PAES, F. C.; PINTO, S. A. F.; DUTRA, L. V. Um estudo exploratório para obtenção de Índices de Qualidade de Vida Urbana (IQV) utilizando imagens de alta resolução do satélite Ikonos II. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, X, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Inpe, 2003, p.1907-1914.
- PEDROSO, M. M. Desenvolvimento Humano no Município de São Paulo (2000): uma cartografia socioeconômica como contribuição ao planejamento de políticas públicas. 2003. 129p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros. Brasília, 1998, 140p.
- RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de uma Definição. In: VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. (org.) Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana. São Paulo: Edusp, 2001, p.13-19.
- ROSS, J. L. S. A sociedade industrial e o ambiente. In: ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995, p.211-218.
- SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto. Working Papers da FEP, Porto, n.116, 24p. mai. 2002. Disponível em: <<http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2002.
- SEADE. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. São Paulo: Fundação Seade, 2002. Disponível em: <www.seade.gov.br/ivj/principal.html>. Acesso em 06 de março de 2003.
- SEADE. Primeiros Resultados da Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo e Interior Paulista: Viver em São Paulo – 1998. São Paulo: Fundação Seade. 1999. 333p.
- SIQUEIRA, L. M.; COSTA, S. M. F.; DI MAIO, A. C. Geoprocessamento e a Análise da Qualidade de Vida na Cidade de São José dos Campos: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, X, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Inpe, 2003, p.1951-1958.
- SPOSATI, A. (org) Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 1996, 126p.
- STOVER, M. E.; LEVEN, C. Methodological Issues in the Determination of the Quality of Life in Urban Areas. Urban Studies. Princeton: American Behavioral Scientist, v.29, n.5, p.737-754. 1992.
- SUFIAN, A. J. M. A Multivariate Analysis of the Determinants of Urban Quality of Life in World's Largest Metropolitan Areas. Urban Studies. Princeton: American Behavioral Scientist, v.30, n.8, p.1319-1329. 1993.
- ÜLENGİN, B.; ÜLENGİN, F.; GÜVENÇ, Ü. A multidimensional approach to urban quality of life: The case of Istanbul. European Journal of Operational Research. Amsterdam : Elsevier Science, n.130, p.361-374. 2001.
- WEBER, C.; HIRSH, J. Some urban measurement from SPOT data: urban life quality indices. International Journal of Remote Sensing. London, v.13 n.17, p.3251-3261. 1992.

A NATUREZA NOS INTERSTÍCIOS DO SOCIAL – UMA LEITURA DAS IDÉIAS DE NATUREZA NAS OBRAS DE MILTON SANTOS¹.

The nature in the social intervals – a lecture of ideas about nature in
Milton Santos works

La naturaleza en los intervalos del social – una lectura de las ideas de
naturaleza en las obras de Milton Santos

Wendel Henrique

UNESP-Rio Claro

Rua 1-A, 1188 CEP 13500-146 Rio Claro/SP

wendelh@rc.unesp.br

Resumo: Este trabalho é uma leitura epistemológica de obras do Professor Milton Santos, tendo como objetivo a análise das idéias e conceitos de natureza trabalhadas por este grande geógrafo brasileiro. Em relação à temática estudada, buscamos resgatar as influências de Karl Marx, de Alfred Whitehead e da geografia clássica francesa na obras de Milton Santos. Os pontos centrais apresentados a respeito das idéias e conceitos de natureza foram relacionados aos seguintes aspectos: a inserção da natureza à vida social, onde a natureza passa a ser cada vez mais social do que natural, com a transformação da primeira natureza numa segunda natureza; a passagem do meio natural para o meio técnico-científico-informacional e o papel das técnicas como 'modos de fazer'; o cidadão transformado em consumidor e a mercantilização da natureza; e a possibilidade de mudança nas relações sociais e nas relações da sociedade com o território, incluída a natureza humanizada, a partir da instauração de um Período Popular na História.

Palavras-chave: Natureza, Epistemologia, Milton Santos, Incorporação da Natureza, Técnicas.

Abstract: This paper is an epistemological view of some Milton Santos's works, who was one of the greatest Brazilian geographers. We analyzed his standpoint about ideas e concepts of nature and the influences of Karl Marx, Alfred Whitehead and the French Classical Geographers on Milton Santos's works. The focus of this paper are the following points: the incorporation of nature in the social life, when the nature became more social than natural, with the transformation process of the first nature into second nature; the transformation of the natural middle into a technical-scientific-informational middle and the role of the techniques as 'ways to produce'; the transformation of the citizens in customers and the transformation of nature as a commodity, a merchandise or an article to trade; and the possibilities to change the social relations and the relations between society and territory, included the social nature, starting a Popular Period in the History.

Key words: Nature, Epistemology, Milton Santos, Incorporation of Nature, Techniques.

Resumen: Este artículo es un estudio epistemológico de los trabajos de Milton Santos, uno de los más grandes geógrafos brasileños. Nosotros analizamos su punto de vista acerca de las ideas y conceptos de naturaleza y las influencias de Karl Marx, Alfred Whitehead y los Geógrafos Clásicos franceses en los trabajos de Milton Santos. El enfoque central de este artículo es: la incorporación de naturaleza en la vida social, cuando la naturaleza se volvió más social que natural, con el proceso de transformación de la primera naturaleza en segunda naturaleza; la transformación del medio natural en un medio técnico-

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 249-262	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ O tema que apresentamos é um dos capítulos da tese de doutoramento - "Idéias e Conceitos de Natureza na Geografia" - que estamos desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp - Rio Claro, sob orientação do Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho.

científico-informacional y el enfoque en las técnicas como las 'maneras de producir'; la transformación de los ciudadanos en consumidores y la transformación de naturaleza en una mercancía o un artículo de comercio; y las posibilidades de cambiar las relaciones sociales y las relaciones entre la sociedad y territorio, incluyendo la naturaleza social, empezando un Período Popular de la Historia.

Palabras claves: Naturaleza, Epistemología, Milton Santos, Incorporación de la Naturaleza, Técnicas.

Introdução

As técnicas, a produção, as indústrias e a cultura, possibilitam a incorporação da natureza à vida social dos homens. A proximidade com a natureza instiga a pensarmos, cada vez mais, em seus conteúdos e limites.

A natureza carrega consigo um peso simbólico e ao mesmo tempo contraditório e complexo, sendo entendida diferentemente por diversas formas de pensamentos, ideologias e culturas.

A modificação do mundo natural em território humano, legitimada pelas necessidades, requerimentos, desejos e esperanças dos homens, pode ser vista tanto como um projeto de emancipação coletiva ou como pela realização do conforto na vida individual.

O avanço técnico transforma a Natureza em algo cada vez mais social do que natural. A ação humana sobre a natureza permitiu e permite ao homem produzir sua história. O processo histórico - social e não natural - controla, incorpora e produz naturezas, enquadrando-as nas qualidades humanas.

A reificação da natureza, enquanto um objeto a se tornar mercadoria, necessitou de formas sofisticadas de conhecimento para que se pudesse manipular o mundo natural segundo os propósitos humanos e, até mesmo, para explorá-la no mercado de trocas e vender suas qualidades de acordo com um 'design', um desígnio, uma vontade humana.

Define-se um período em que o homem passa a se relacionar não mais com uma natureza pura, mas sim com uma natureza socializada e inserida no território. O entendimento geográfico dos conteúdos deste período pode ser analisado a partir contribuição de Milton Santos. Assim, consideramos importante uma análise ampla da sua contribuição, à temática epistemológica e prática da natureza, enquanto categoria, na sua trajetória e no processo de elaboração de suas teorias.

Nesta direção, uma visão epistemológica das obras de Milton Santos permite entender criticamente os processos de incorporação da natureza à vida social, bem como, sua mercantilização da natureza no período atual e a confusão aparente em torno da natureza enquanto categoria. A leitura de suas obras também revela alternativas e possibilidades para a construção de outras relações, menos perversas, entre a Sociedade e o Território, onde está incluída a natureza.

Epistemologia e Geografia

A natureza se configura muito mais enquanto uma categoria analítica do que como um conceito. Uma categoria de análise, para Silva (1986), é definida a partir de uma postura filosófica, ou seja, de um método. A categoria é o conteúdo do conceito, "a categoria define os modos de ser, enquanto o conceito define a Idéia ou conjunto de Idéias a respeito de alguma coisa ou fenômeno". (...) "reflete os aspectos mais gerais e essenciais da realidade, assim como os nexos e relações entre os objetos" (p.27). Nota-se que a categoria é sempre um processo e um conceito uma definição, uma categoria é o movimento do todo e o conceito é um fragmento estanque, é sempre uma realidade passada congelada. Assim, as categorias são o ponto inicial do pensamento sobre a realidade material do mundo, e em nosso caso, sobre a natureza.

Ortega y Gasset (1973), explica as maneiras para que se penetre em algum assunto, idéia ou conceito, através do exemplo de uma folha. Se o objetivo é saber o que uma folha é, e se ela for observada, irá rapidamente se notar que a idéia prévia sobre a folha não coincide com a folha real, pela simples razão que não se pode determinar onde a coisa que está se chamando de folha termina e onde outra coisa começa. Descobre-se, em fato, que a folha não termina em si mesmo, mas continua no ramo, e o ramo por sua vez continua no caule e o caule nas raízes. A folha, então, não é em si mesma uma realidade que pode ser isolada do resto.

Devemos nos manter atentos para que não transformemos em dogmas algumas categorias, perdendo o verdadeiro fundamento das categorias analíticas que são suas bases na realidade provisória do mundo, evitando-se, assim, a cristalização de idéias envelhecidas. A dogmatização é algo muito encontrado nas análises sobre as idéias e conceitos de natureza.

Seguindo estas considerações, não se busca apenas fazer uma lista das idéias e conceitos de natureza, a partir de uma leitura de obras de Milton Santos, mas sim ligá-las ao conjunto do movimento da história do homem, com uma visão geográfica. Deve-se aprofundar a partir de uma simples palavra ou conceito e penetrar no seu sistema de relações, tentando dar um significado com o menor grau de ambigüidades.

Para Japiassu (1977, p.16), Epistemologia é "o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais". Já Blanché (1975), escreve que são três as tarefas da Epistemologia, a descoberta (empíria), a justificação e a reconstrução.

Uma reflexão epistemológica tem como principal objetivo situar e localizar os problemas/idéias/conceitos, em sua abrangência, profundidade, especificidade ou exclusão, conforme a prática – teórica e técnica – dos cientistas e dos intelectuais.

A Epistemologia escapa ao controle e elaboração dos filósofos e passa a também ser feita dentro dos próprios ramos do conhecimento, e de acordo com Blanché (1975), este fato é decorrente de um forte processo de renovação e crise que se abateram sobre as disciplinas, fazendo com que aqueles que as praticavam buscassem um retorno aos princípios básico e fundamentos de seus respectivos ramos do conhecimento.

De acordo com os geógrafos Bailly & Ferras (1997), ao defendem uma Epistemologia na Geografia e realizada por geógrafos, afirmam que a Geografia raramente de depara com discussões no âmbito epistemológico, contentando-se com as divergências sobre os limites entre a Filosofia e a Geografia. Entretanto, ainda segundo os autores, o debate se dá pela negação dos trabalhos, ou seja, não são considerados nem geográficos nem filosóficos.

Moraes (1985) aponta alguns pontos importantes na relação da Epistemologia com a Geografia:

- a Epistemologia como um 'acerto de contas' como passado, como uma forma de compreensão dos caminhos e trajetórias da Geografia, e suas imbricações ideológicas;
- a busca pelos conteúdos sociais presentes nos discursos e práticas dos geógrafos;
- o desvendamento dos conteúdos das categorias e dos conceitos trabalhados pela Geografia.

Uma Epistemologia dentro da Geografia e elaborada pelos próprios geógrafos, implica, ainda segundo Bailly & Ferras (1997), na retomada da 'velha questão' das relações do homem com a terra. Tratamos esta questão a partir da incorporação da natureza ao território bem como de sua própria produção pela sociedade através das técnicas, da cultura, do trabalho, da política e do mercado.

Tem-se assim, uma preocupação epistemológica num horizonte mais amplo, não apenas restrito a uma listagem de idéias e conceitos. Nem tampouco procederemos a uma visão atomista, cujo intuito é isolar os sistemas de idéias e conceitos procurando corporificar, materializar, solidificar as coisas, cada vez mais reduzidas, o que para Bachelard (1983), se configuraria com um estudo 'das coisinhas'.

Espaço, sociedade e naturezas

O espaço geográfico, cerne de toda obra de Milton Santos, é constituído a partir de um aspecto relacional da sociedade com o seu meio, com a natureza colocada no interior da vida social. Santos (2000b, p.47), escreve que "a herança dita marxista da dialética sociedade-natureza não tem sentido, porque não há uma dialética entre o social e a natureza natural. A dialética é com o espaço e não com a natureza". E nesta interação que se dá uma dialética possível no espaço. Para Santos [1996]²:

² O ano entre colchetes refere-se à data da primeira edição da obra tratada e o que se encontra entre parênteses, à data da edição consultada.

"a dialética no espaço supõe que sejam separadas, as categorias de paisagem e de espaço propriamente dito, a maneira da oposição complementar, entre *natura naturata* e *natura naturans*, a natureza resultado, produzida e a natureza se produzindo, isto é, em processo" (1999, p.136).

Como nesta transformação da primeira para a segunda natureza, vários autores se utilizam a idéia de Spinoza - *natura naturans* e *natura naturata* - achamos interessante reproduzir esta idéia. Spinoza (1952) entende por *natura naturans* o que é em si mesmo e considerado através de si mesmo, ou aqueles atributos da substância os quais expressam a essência eterna e infinita. Mas por *natura naturata* ele entende tudo o que segue a partir da necessidade da natureza de Deus, ou qualquer um dos atributos de Deus, considerados como coisas que estão em Deus, e as quais não pode ser concebidas nem existirem sem Deus.

Assim, Santos (1978a, p.172) escreve que:

"o conceito 'natura naturata' representa uma realidade que não se pode conceber na idéia, nem realizar-se de fato, sem as condições oferecidas pela outra realidade que o conceito de 'natura naturans' representa. Essa realidade que, geneticamente, é a primeira, não é imóvel e se destina inexoravelmente a transformar-se em 'natura naturata'. Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço".

Milton Santos irá insistir em várias obras [1982, 1985, 1988] na questão da constituição de uma segunda natureza e na dialética entre a sociedade e o espaço e não entre a sociedade e a natureza.

"Em realidade, Natureza e Espaço são sinônimos, a partir do momento em que se considere a natureza como uma natureza transformada ou socializada, uma *Natureza Segunda*, para utilizar uma expressão de Marx para a qual nem os marxistas não geógrafos, nem os geógrafos marxistas parecem ter dado a merecida atenção" (Santos, 1978a, p.201).

Já em '*A Natureza do Espaço*' [1996], o autor coloca que:

"apenas, a natureza se tornando natureza e a natureza feita natureza já não são mais a natureza natural, mas a natureza historicizada. E não há precedente a busca entre *natura naturans* e *natura naturata*. Cada qual, ao seu tempo, dá origem e explica a outra" (1999, p.95).

A transformação da natureza, da primeira para a segunda natureza, se dá pelo uso das técnicas e ferramentas como prolongamento do corpo humano. Assim, a sociedade coloca sua marca sobre a natureza. A partir desta transformação, o homem passa não só a modificar a natureza, como também produzir espaço. Na sua ação relacionada à produção não é possível distinguir esta ação em si e o ato de produzir o espaço. Segundo Santos (1978a, p.163):

"pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teilhard de Chardin chama de 'ecossistema selvagem'. É por essa forma que o espaço criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço".

Além disto, torna-se difícil encontrar a natureza primeira, remanescentes da natureza bruta, natural. Fato mais perceptível na cidade e nas terras agrícolas onde a presença humana se materializa mais intensamente e mais difícil em áreas remotas.

A natureza pode ser vista em alguns momentos da obras de Milton Santos, a partir de sua observação da associação entre objetos naturais, que juntamente com os objetos sociais - fabricados pelo homem - assumem uma posição na configuração da paisagem. Assim, para Santos [1982a], "a paisagem compreende dois elementos: 1- Os objetos naturais, que não são

obra do homem nem jamais foram tocados por ele; 2- Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente" (1997, p.37). Apesar de admitir uma existência de objetos naturais, os quais nunca foram tocados pelo homem, Milton Santos, em outros momentos irá negar esta constatação, pois no período atual todos os recantos do mundo estão direta ou indiretamente colocados sob as vistas do homem.

Em algumas obras mais voltadas para a questão da urbanização, a natureza aparece como sinônimo de sítio, como em '*A cidade nos países subdesenvolvidos*', de 1965. O sítio, nesta análise, apresenta-se primeiramente como um elemento estético que 'afeiçoa a paisagem urbana' e também coloca a necessidade da cidade de adaptá-la, como no caso do Rio de Janeiro e seus 'pães-de-açúcar' e morros, ou Salvador e seu plano de falha que corta a cidade em dois patamares. Em ambos exemplos, a natureza atua como um elemento esteticamente diferenciador da cidade. Isto, porque, segundo Santos em '*O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*' [1978b], "o espaço real, total não se organiza fora de seu assentamento geográfico, cuja fisionomia e fisiologia mudam a cada dia. Não se realiza, tampouco fora dos fluxos de toda natureza que nele vem se chocar e se deformar ao contato das influências e fluxos locais" (1996, p62).

A natureza é vista como um dado fixo do espaço, base para os processos de urbanização, objetos geográficos, que, como os objetos artificiais, tornam-se capital constante. Milton Santos [1996], apresenta uma distinção entre duas categorias muito utilizadas na referência à natureza, a primeira é 'coisa' que é definida como obra da natureza e a segunda 'objeto' que é fruto do trabalho humano.

"No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor" (1999, p.53).

A natureza também é vista como recurso, cuja produção coloca a cada dia uma maior pressão sobre sua atualização, impondo novas configurações ao espaço geográfico. A atual forma de estruturação econômica, baseada numa dimensão mundial, condiciona, impõe uma força vertical que definirá formas de utilização dos recursos naturais, e de acordo com Santos [1982], isto é um aprofundamento de uma situação já observada no final do século XIX. Ainda sobre esta idéia da natureza enquanto recurso, escreve Santos (2000b, p.20), que "os recursos naturais se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais".

A natureza, juntamente com o homem e as relações sociais, é uma categoria fundamental em todos os períodos da história. Mas esta natureza que se coloca, não é aquela natureza natural, da natureza dos meios naturais primitivos, mas sim de uma natureza transformada pelo trabalho humano. Com a inserção da natureza na vida social, o que antes era natural passa a ser sinônimo de social.

"Da mesma forma que podem ser assimilados os vocábulos natureza e espaço. Quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que se recusa sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são, de fato, sociais" (Santos, 1978a, p.130).

Mesmo sendo uma entre várias categorias fundamentais para a geografia, em alguns momentos houve uma exacerbação do valor dos elementos da natureza na configuração espacial, desenvolvendo-se um determinismo natural. Como conseqüências deste fato, de acordo com Santos (1978a), houve uma redução do "papel do geógrafo ao de intérprete das condições naturais" (p16), fazendo que a geografia ficasse viúva do espaço, por abarcar outros elementos que não o espaço, como a história dos historiadores, a natureza 'natural' e a economia. Uma das formas de superação deste fato, é a análise a partir da Formação sócio-espacial, definida por Santos (1978a, p.195), como:

“o espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis - internacional, nacional, local. As noções de totalidade e de estrutura, de universal e de particular, deverão ser unificadas em um mesmo movimento conjunto no qual a sociedade seria reconhecida em seu diálogo com a natureza transformada, não apenas como agente transformador mas também como um dos seus resultados”.

A Natureza e as formas naturais são incorporadas à formação socioespacial como trabalho morto.

Santos (2000b) coloca que há uma intensa relação entre a sociedade e o território, sendo o dado fundamental que a fração do território que se destaca é o território usado efetivamente pela sociedade. Santos [1996], escreve que as formas por si só não participam do jogo dialético.

“Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo” (1999, p.88).

Neste diálogo, entre a sociedade e o território usado, estão inseridos os objetos naturais e artificiais, as cristalizações presentes no espaço e suas rugosidades, tudo isto sendo movimentado pela própria sociedade que é quem dá vida e anima as formas. Este diálogo entre o homem e a natureza, no período atual inserida dentro do território usado, é definido também através do trabalho humano, da sua intenção e também pela suas invenções, o que o difere do contato realizados pelos animais com a natureza, onde apenas repetem um mecanismo. A partir desta constatação, para Santos (1988, p.88):

“o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto à natureza”.

Nota-se claramente, nesta citação acima, as idéias de Marx, que o homem modifica a natureza ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo. Mas este não será o único elo de contato da obra de Milton Santos com Marx.

Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional

A visão histórica e dialética da natureza que nos fala Milton Santos, deve-se à influência na sua obra, entre outras³, além das idéias de Karl Marx, às de Alfred Whitehead. Para Whitehead (1955), a natureza, enquanto processo, muda e se diversifica, porque no seu refazer-se mudam os seus elementos e ela mesma em seu todo, desenvolvendo assim o que chama de 'diversidade natural'. Para Santos (1978a, p.158):

“a natureza pode ser definida como o conjunto de todas as coisas existentes, ou, em outras palavras, a realidade em sua totalidade. A natureza se encontra em estado de movimento permanente e cada um dos seus momentos é fugaz. Por isso mesmo, a definição do presente é sempre difícil”.

De acordo com Santos [1996]:

“no início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais” (1999, p.117).

O desenvolvimento da técnica e sua interação com a ciência e a indústria aceleram este processo. Amplia-se a esfera da diversificação da natureza (descrita por Whitehead, 1955), agora não mais operada pelos ciclos naturais, mas sim pelas forças sociais. Entretanto, se a artificialidade dos objetos sociais e sua eficácia o distancia das incertezas das coisas da natureza, a técnica propicia a estandardização dos objetos e também das ações, ou seja, do próprio território.

Nesta evolução histórica do uso da natureza, num primeiro momento, o que havia era um meio natural, marcado pelo ritmo do tempo lento da natureza e dos primeiros grupos sociais, ou daqueles que habitam áreas ainda não fortemente tecnificadas. Neste meio comandado pelo tempo lento da natureza, de acordo com Santos & Silveira (2001:27), "a unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana, buscava adaptar-se aos meios naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural".

Neste meio natural a busca do homem era a de 'amansar' os ritmos da natureza, usando para isto as técnicas que dispunha. "As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação" (Santos [1996], 1999, p.188).

O meio natural era um mundo das condições naturais, colocadas ou impostas, na base da vida do homem, uma herança ou algo dado, uma porção da superfície comandada caracterizada pelos tempos lentos. Mas este meio natural não existiria mais, pois, de acordo com Santos (1988, p.64), "se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e intenções econômicas e políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social".

A partir deste meio natural, onde se inicia timidamente uma ação mediada por objetos técnicos rudimentares, o que era um desejo latente de sobreposição dos caprichos da natureza pela vontade humana começa a se corporificar. Criam-se condições para instauração de um período técnico, cujas características são a inserção de um espaço que se mecaniza e uma sobreposição do tempo do homem sobre o tempo da natureza. Assim, escreve Santos (1978a, p.162):

"para que o animal homem se torne o homem social é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. (...) A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir".

Uma das invenções técnicas mais marcante da história da humanidade foi à irrigação. Na interpretação de Santos (1988), a irrigação e suas tecnologias apresentam profundas marcas não só na esfera técnica, mas também na econômica, política, social e cultural. É um aspecto fundamental para que se entenda a evolução dos sistemas de engenharia que permitiram a conquista da natureza, dotando-a mais e mais de *próteses* que passam a povoar esta natureza que se artificializa. Santos (1988, p.79) acrescenta ainda outro exemplo, o domínio "das águas salgadas num país como a Guiné-Bissau, que é ainda mais pobre e economicamente atrasado, é algo de extremamente ilustrativo dessa capacidade de afeiçoar a natureza como a construção de diques, para dessalgar a terra e plantar arroz".

O próximo período aparece com a junção entre a ciência e a técnica, a partir da Segunda Guerra Mundial, para uma parte do mundo e a partir da década de 70 para outra. Neste período, novos conteúdos são acrescentados ao meio.

"Os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio *técnico-científico-informacional*" (Santos [1996],1999, p.190).

Analisando as transformações do meio geográfico no território brasileiro, Santos e Silveira (2001, p. 52-53), escrevem que se “impõe novos comportamentos, graças as enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional”. Define-se, para Santos [1996] um tecnocosmo “uma situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente. Segundo Ernest Gellner (1989), ‘a natureza deixou de ser uma parte significativa do nosso meio ambiente’.” (1999, p.191).

Os limites da natureza

A lógica da natureza artificializada busca imitar e superar a natureza natural, a partir da imposição de um certo rigor matemático, criando espaços da racionalidade. A diferenciação entre os lugares se dava de acordo com a natureza e hoje de acordo com o grau de tecnificação do território – um neodeterminismo do espaço artificial?

Segundo Santos [1982]:

“dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de *período tecnológico*. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações com as classes sociais entre si e as relações entre nações” (1997, p.11).

O espaço, enquanto um sistema de objetos e ações, apresenta-se mais e mais carregado de artificialidade, as quais muitas vezes não apresentam nenhuma relação horizontal com o grupo social que habita este espaço. Produz-se, desta maneira, uma configuração espacial ou territorial que nega com mais força a natureza primitiva dos meios naturais e torna-se claramente fruto de uma ação histórica e intencional dos homens. Nesta natureza inteiramente humanizada, as “plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia”, conforme escreve Santos [1996] (1999, p. 242). Mas deve-se ter uma certa cautela neste processo, pois a força que o move é o comércio, mercado, consumo e produção, associados à busca, apenas da satisfação individual.

Além disto, tem-se a “detecção do mundo a partir de satélites. É a primeira vez na história do homem que o mundo se torna realmente conhecido, o mundo no seu conjunto e no seu detalhe, em função de seu formidável progresso técnico” (Santos, 2000b, p.28). A natureza passa a ser caracterizada como uma força produtiva e todos os lugares do mundo foram atingidos por este fato direta ou indiretamente. Para Santos [1996], “o fato simples de reconhecer e nomear um objeto supõe um aprendizado, explícito ou implícito” (1999, p.53).

Assiste-se ao aumento da humanização da natureza, que a torna mais culturalizada, mais artificializada e mais tecnificada. “As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas” (Santos, 1988, p.89). Entretanto, cria-se uma diferenciação entre os lugares de acordo com o grau de instrumentalização técnica da natureza. Assim, para Santos (1988, p.65), é possível reconhecer:

“as diversas gradações do artifício, como o império do cultural se tornando cada vez mais marcante e significativo. Este parece ser o caminho da evolução. Hoje por isso, diante de uma grande cidade como São Paulo, Nova York, Paris, Londres, Buenos Aires, torna-se difícil distinguir o que é natural do que é artificial. (...) Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos, etc. são acréscimos à natureza sem os quais a produção é impossível. A cidade é o melhor exemplo dessas adições ao natural”.

Já no campo, sobre as relações entre técnica e natureza, escreve Santos (1994, p.143), que:

"foi o período técnico-científico-informacional da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto [de gente e produção], como o cerrado, na região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja".

Torna-se impossível ao homem comum definir os limites entre as obras da natureza e a dos homens, entre onde finda o natural e onde se inicia o técnico/social. Descobrir o grau de naturalidade de um objeto requer a compreensão de sua história e não apenas a observação de sua aparência, isto porque todas as sociedades por mais simples que sejam seu modo de vida – comparado com as civilizações ocidentais – possuem formas de engenharia para o domínio da natureza.

Neste ponto torna-se central a tese de Santos [1996], das técnicas como 'formas de fazer', como "formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução" (1999, p. 141). As técnicas também possibilitam novas e multiplicadas formas de produção e apropriação da natureza.

O homem, sua inteligência, suas técnicas e seu conhecimento analítico, passam a abranger toda a natureza, e desta forma atinge-se, de acordo com Santos (1988), a possibilidade concreta de utilização de todas as coisas que se colocam na superfície do planeta, a cognoscibilidade planetária, torna imperioso que as disciplinas se renovem neste processo de instauração de uma nova fase das relações do homem com o espaço, no qual se insere a natureza socializada. Cria-se de fato uma universalidade com a presença humana em todas as partes do planeta, que efetivamente se mundializa. "O homem se torna capaz de gerar eventos naturais e de produzir fatos físicos ou então de mudar, por sua ação, a significação, o alcance, as conseqüências dos fenômenos naturais, incluindo-os na corrente de uma história humana universalizada" (Santos [1996], 1999, p.128).

Toda esta transformação leva Milton Santos (2000b, p.18), a colocar que:

"de certo modo, acabou a natureza. Bem, dizer que a natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa. Na realidade, a natureza, hoje é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu valorizo em função de sua história. Isso já ocorria antes, mas hoje é muito mais evidente. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados de naturais".

"vejam-se os números de ONGs que se criam e que são financiadas para mobilizar a boa vontade e o talento dos jovens, todos voltados para esse endeuamento da natureza, que inclui como *slogan* a crença de que a natureza sempre foi boazinha, quando freqüentemente ela foi chata e perversa também". (Santos, 2000b, p.19)

Outra crítica de Milton Santos refere-se ao uso como sinônimos de meio ambiente e natureza.

"Quando o 'meio ambiente', como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza 'cibernética' ou 'sintética' substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral". (Santos, 1994, p.24)

A natureza como produto social

Desde o início nos preocupamos em apresentar uma visão histórica da inserção da natureza à vida social, a partir das ações humanas, quer seja na agricultura, associada a um modelo religioso/cultural ou ao comércio e à produção, e que esta ação se dá como forma de superar os condicionamentos, obstáculos e dificuldades que a natureza apresentava a vida humana, ou seja, realmente a natureza nunca foi 'boazinha' para com o homem.

Em todo este processo passamos de um período mítico, de uma natureza plena e hostil, para produção de uma natureza humanizada, mas que em muitos aspectos se torna 'hostil' (acessível apenas para aqueles que possuem condições econômicas para comprá-la). Entende-se que o problema não seja a ação coletiva do homem (como um projeto de emancipação coletiva) sobre um quadro orgânico natural, mas a instauração de uma racionalidade mercantil individualista (preocupada com a satisfação individual). Sobre isto, escreve Santos (1988, p.44):

"agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. (...) Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza o saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático".

Na ação do homem na natureza, escreve Santos (2000b, p.19-20):

"Que há muita coisa a ser inventada no reino chamado natural. As invenções são produto da necessidade e não o contrário. Então, imaginar que vai faltar água, fazer terrorismo com a camada de ozônio, isso realmente não me causa insônia, sobretudo porque grande parte da água é gasta com coisas desnecessárias e seu uso poderia ser racionalizado. O que me preocupa é, antes de tudo, a contribuição que um certo tipo de 'ecohisteria' dá para desmanchar o entendimento do que é o mundo, atribuindo um papel muito grande ao que realmente já não existe, que é a natureza natural".

Além disto, assistimos a um progresso contínuo na criação de novos objetos, de novas ferramentas, de novas técnicas que, cada vez mais, buscam adquirir as 'virtualidades' da natureza.

Apesar da visão do homem como o 'centro do universo' e sujeito, a partir do qual a natureza é valorizada, Santos (1988) escreve que ainda não se está plenamente livre de alguns condicionamentos impostos pela natureza. Isto obriga o homem a buscar incessantemente, pela ação física e intelectual, a modificação do quadro natural. Como exemplos podemos citar: a previsão de alterações do quadro natural, com o desenvolvimento da meteorologia e a elaboração de sistema de proteção a possíveis danos causados pelos elementos do quadro natural.

O mundo da mercadoria e do consumidor

Tem-se também a inserção da natureza cheia de artifício no mundo da mercadoria e do consumo. A água, o ar puro, ou menos poluído, as árvores, os animais, os parques tornam-se objetos de consumo, e que ainda se torna mais grave, devido a sua raridade em alguns lugares passam a ser considerados artigos de luxo. Segundo Santos [1987], "Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais" (2000a, p.48).

Aparece desta forma o consumidor e sua busca desenfreada pelos objetos que irão satisfazer suas necessidades e que ocupa o lugar do cidadão. Nunca na história do homem os objetos foram tão prenhes de intencionalidade, criados especificamente como portadores de um objetivo previamente definido. Para Santos [1996], "isto eles devem à possibilidade de desenhá-los previamente para serem portadores de uma informação... (1999, p.174)".

A inserção de um determinado objeto no território se dá com vários cenários futuros vislumbrados. Assim, conforme apresentado por Henrique (2003), pode-se extrapolar este entendimento para os empreendimentos imobiliários que se associam a uma idéia de natureza, carregam uma intencionalidade mercantil e também simbólica, e quanto mais distantes da natureza mais perfeitos os objetos são.

O consumo de bens materiais produz ilusões que viram realidades como símbolos – a casa, o carro, as coisas que dão status; já o consumo de bens imateriais – cultura, viagens, diversão – possibilitam um conhecimento efetivo do mundo, apenas apresentam sua camada superficial. De acordo com Santos [1987]:

"a casa própria insere o indivíduo no circuito do consumo e da mercadoria, fetichizando no ato de compra e de venda o que é necessidade social essencial. A ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população. (...) O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. (...) Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor" (2000a, p.126).

"O próprio quadro da vida, a natureza e o entorno humano, carregado de significações sobrepostas, cheio de artifícios, é uma tela de enganos. A natureza artificializada, instrumentalizada ao extremo, recusa-se a se deixar entender diretamente. Os homens não vêem o que enxergam" (Santos [1987], 2000a, p.51).

Desta forma, neste período técnico-científico-informacional constatamos a presença humana cada vez mais na essência do que ainda é Natural, ou seja, tem-se um processo de incorporação da Natureza cada vez mais complexo, mais profundo, cada vez mais chegamos a alma da Natureza? Após este processo de incorporação da Natureza ao tecido social, parte-se para criação de técnicas que possibilitem a produção de 'outras' Naturezas, através de suas estruturas ainda naturais. Esta intervenção ocorre em duas escalas: a global (mudanças climáticas) e na micro-escala, a escala da célula, da 'penetração' nas estruturas celulares. Já enquanto ciência, tem-se hoje uma evidenciação da genética, que também se atrela à escala microscópica o que também ocorre com a informação quando estamos diante de um noticiário que cada vez mais se dedica aos avanços na decodificação da informação genômica. Transforma-se cada vez mais eficientemente os desígnios da Natureza em signos da Sociedade humana.

O período popular - a utopia da emancipação do cidadão

Paralelamente ao processo de artificialização da natureza, outra grande preocupação de Milton Santos é a própria artificialização do homem, sua transformação em objeto de consumo, sua ação apenas enquanto consumidor e a imposição de um mundo do tempo rápido para homens de tempo lento.

A constatação da instalação do ideal do consumo em todas as esferas da vida social, é a grande perversão do período atual, que tem o poder de transformar o cidadão em consumidor. Segundo Santos [1987], vê-se uma glorificação do consumo na mesma proporção que uma glorificação do individualismo cruel e opressor, que destrói os traços da individualidade, da personalidade, levando assim, a uma padronização do consumo, dos desejos, dos ideais, a uma perda da diversidade que é uma das riquezas da vida em sociedade. Esta constituição de um individualismo exacerbado, irá produzir uma dependência do consumidor ao novo mundo dos objetos, o que:

"limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidades dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. (...) A socialização capitalista, originária da divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando penas conseguem identificar o que os separa e não o que os une" (Santos, 2000a, p.17).

Neste mundo do consumo, a produção da natureza vincula-se a instauração de um modelo de produção de objetos associados a uma economia capitalista, criando um mundo de objetos preñes de intencionalidades e significações. Além disto, esta produção de objetos passa a se dar em escala mundial. De acordo com Santos [1985]:

"expressividade da forma veio chocar-se com dois inimigos principais: os modelos universais e a semantização universal. Trata-se de fato, de processo e resultado, tendo como causa motriz a necessidade de transformar tudo em valor de troca. (...) É o objeto

manufaturado, carregado de significações 'atribuídas', falseado por uma significação das coisas para além das próprias coisas, é a arquitetura como mass media, prenhe de intencionalidades e simbolismo" (1997, p.24).

Para Santos (2000b), todo um mundo de objetos passa a ser produzido seguindo os ditames de uma ideologia, mais ou menos perceptíveis aos olhos incautos. "Somos cercados por coisas que são ideologias, mas que nos dizem ser a realidade. (...) É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro desfaz-la na idéia, por meio da análise" (p.9). Segundo Santos [1996], "a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que freqüentemente tomam a forma de objetos" (1999, p.101).

Neste processo de produção de objetos cheios de simbolismo e ideologias, a propaganda adquire um valor muito grande, e, para Santos (2000b, p.10), "pagamos para sermos enganados. paga-se o processo de engano que acompanha e que precede a produção das coisas, das relações e das imagens". Em um momento anterior, Santos (1978a, p.216), já afirmava que:

"o domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir também é o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O marketing do espaço impõe o engano como se fosse a verdade".

Como mostra Milton Santos [1985]:

"em nossos dias, o conhecimento mercantilizou-se como tudo o mais, e as idéias são 'designed' antes de serem fabricadas; já não representam as coisas como tal elas existem; procuram criar um nova existência pela fabricação de objetos dotados de uma finalidade submetida a lei de mercado" (1997, p.24).

Neste sentido, entende-se que no período atual, a idéia de Natureza está sendo produzida a partir de uma a valorização do espaço, quer seja para uso turístico ou imobiliário, criando 'uma espécie de mentira funcional', onde todas as paisagens – cartões-postais – remetem muito mais a um fetiche de Natureza, do que a idéia propriamente dita.

Nesta visão emancipatória dos vícios da época da produção capitalista, o homem, segundo Santos (1979, p.291), deve colocar a produção a serviço da humanidade, sendo necessário:

"antes de tudo, que a idéia de produtividade econômica ceda lugar à idéia de produtividade social. As tecnologias teriam então um papel subordinado. O crescimento não teria sentido se não estivesse a serviço de todos. A procura do lucro apagar-se-ia diante das preocupações com a equidade. O consumo não seria mais comandado pelas necessidades do aparelho produtivo, mas este seria ordenado em função de um consumo cuja definição coincide com o bem estar coletivo".

Considerações finais

Em '*Pensando o Espaço do Homem*' [1982], Milton Santos mostra a dificuldade em se aprender todos os elementos do espaço, principalmente diante de uma paisagem, que a partir das modificações na 'arquitetura das cidades' representa um abandono da Natureza enquanto modelo de beleza, e uma imposição de padrões estéticos universais e um 'design' global.

Pode-se pensar que enquanto ideal estético a Natureza remetia a uma escala simbólica local, ou seja, estava associada ao padrão de uma paisagem local. Já esta nova estética, simbolismo de uma sociedade global remete a uma aparência relacionada muito mais a estrutura e funcionamento da sociedade, do que uma identidade afetiva. A Natureza local é uma identidade cultural endógena – uma horizontalidade – uma emotividade, uma contraracionalidade; a Natureza global (padronizada) é uma identidade funcional exógena – uma verticalidade – uma racionalidade.

A emancipação possível é nos colocarmos contra esta racionalidade presente, e nos prepararmos para a instauração do tempo lento, do período popular, do período dos pobres, do espaço solidário.

Enfim, a instauração de um Período Popular na História, que pode ser lido de acordo com a nossa abordagem da emancipação coletiva. Neste processo torna-se fundamental uma desfeticização do homem, entendido, na perspectiva de Santos [1982], como o ato de revalorização do próprio homem e de seu trabalho, apagando qualquer traço dos símbolos que escondam a riqueza de sua ação. Não considerar o homem apenas como um valor de troca. A desfeticização do homem e do espaço passa por uma 'desnaturalização' dos processos sociais.

"Para isto, é fundamental viver a própria existência como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia" (Santos, 2000c, p.116).

O dado imprescindível para a leitura geográfica do Período Popular é o entendimento do Espaço como realidade relacional, a partir da natureza mediatizada pelo trabalho da sociedade. Um espaço que una os homens entre si e com a natureza, mesmo uma natureza já plenamente socializada, que pode se tornar ainda mais rica e interessante do que aquela natureza bruta. Um espaço cheio de vida, um espaço para todos e não um espaço excludente.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer as contribuições, discussões e sugestões que as professoras Mônica Arroyo (USP) e Samira Peduti Kahil (Unesp-Rio Claro), fizeram a partir da leitura do que viria a ser este artigo.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- BAILLY Antoine & FERRAS, Robert. *Éléments d'épistemologie de la géographie*. Paris: Armand Colin, 1997.
- BLANCHÉ, Robert. *A Epistemologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- HENRIQUE, Wendel. A Natureza na Cidade. A apropriação de idéias de natureza pelos empreendimentos imobiliários em São Paulo. *Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana*, Recife. 2003.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977 (2.ed).
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Epistemologia e Geografia. *Orientação*, São Paulo, n.6, p. 75-79, nov.1985.
- ORTEGA Y GASSET, J. *An Interpretation of Universal History*. New York: W.W. Norton & Cia. Inc., 1973.
- SANTOS, Milton. *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978a.
- SANTOS, Milton [1987b]. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996 (4.ed.).
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton [1982]. *Pensando o Espaço do Homem..* São Paulo: Hucitec, 1997 (4. ed).
- SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton [1987]. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000a (5. ed.).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton [1996]. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999 (3.ed.).
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b (2. ed).
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. São Paulo: Record, 2000c.

SANTOS, Milton & Silveira, Maria Laura. *O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M. & SOUZA, M.A.A. de (orgs.). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SPINOZA. *Great Books of the Weastern World*. Londres: Enciclopidea Britannica, 1952.

WHITEHEAD, Alfred North. *The Concept of Nature*. Cambridge: University Press, 1955.

MAPEAMENTO DO CRESCIMENTO URBANO EM ÁREAS DE VÁRZEA NA PASSAGEM DO RIO CORUMBATAÍ POR RIO CLARO/SP*

Andréia Medinilha PANCHER

Geógrafa, Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental
Doutoranda em Geografia, na Análise da Informação Espacial - UNESP/Rio Claro
Av. 62 A, nº 141, Jardim América, CEP 13.506-056, Rio Claro - SP
Fone: (19) 3535-4708 e-mail: medinilha@linkway.com.br

Maria Isabel Castreghini de FREITAS

Engenheira Cartógrafa. Profa. Dra. do Departamento de
Planejamento territorial e Geoprocessamento - IGCE/UNESP
Av. 24 A, nº 1515, Bela Vista, CEP 13.506-900, Rio Claro - SP
Fone/Fax: (19) 3524-9622 e-mail: ifreitas@rc.unesp.br

Resumo – Este artigo apresenta a influência do crescimento urbano do município de Rio Claro/SP, em direção à mata ciliar do rio Corumbataí, através de um mapeamento dos aspectos físicos e antrópicos da área urbana, utilizando recursos de cartografia digital. Tomando por base o programa AutoCAD R.14, realizou-se a digitalização das cartas existentes. O mapeamento da mata ciliar foi feito utilizando-se técnicas de interpretação de fotografias aéreas em meio digital através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) IDRISI for WINDOWS 32. Dentre os resultados, destaca-se que a área coberta por mata ciliar em 1995 era de 603.586m², contra 1.616.470m² correspondente à área de preservação estabelecida pela legislação ambiental brasileira. Portanto, a mata ciliar existente correspondia a apenas 37% da proporção legal, denotando forte intervenção da expansão dos loteamentos da cidade e sérios danos ao meio ambiente e à população local.

Palavras-chave: Expansão Urbana; Cartografia Digital; Mata Ciliar; IDRISI; SIG.

Abstract - This paper presents the influence of the urban growth of the municipality of Rio Claro/SP, in the riparian vegetation along Corumbataí river. In this way, a mapping of the physical and antropics aspects of the municipality's urban area, specifically in the neighborhoods along the river, was done using digital cartography aerophotogrammetry. The digitalizing of existent maps was done through AutoCAD R.14 and the mapping of riparian vegetation through interpretation of aerial photographs in a digital environment using Geographic Information System (GIS) IDRISI for WINDOWS 32. As results, it is highlighted that the area with riparian vegetation, in 1995, was of 603.586m² against 1.616.470m² correspondent the area of preservation established through brazilian environmental legislation. Therefore, the vegetation riparian extant correspond only 37% of the legal proportion. This value, although significant, hides a strong intervention of the surrounding neighborhoods expansion, causing serious damage to the environment and the local population.

Key-words: Urban Expansion; Digital Cartography; Riparian Vegetation; IDRISI; GIS.

Resumen- Este artículo presenta la influencia del crecimiento urbano del municipio de Rio Claro/SP, en dirección a la mata ciliar del río Corumbataí, a través de un mapeamiento de los aspectos físicos y antropicos del sitio urbano, utilizando recursos de cartografía digital. Teniendo como base el programa AutoCAD R.14, se realizó la digitalización de las cartas existentes. El mapeamiento de la mata ciliar fue hecha utilizándose técnicas de interpretación de fotografías aéreas en el medio digital a través del Sistema de Información Geografía (GIS) IDRISI for Windows 32. Entre los resultados, se destaca que el sitio cubierto por la mata ciliar en 1995 era de 603.586m², contra 1.616.470m² correspondiente al sitio de preservación establecida por la legislación ambiental brasileña. Por lo tanto, la mata ciliar existente corresponde solo a 37% de la proporción legal, señalando la fuerte intervención de la expansión de los loteamientos de la ciudad y graves daños al medio ambiente y la población local.

Palabras de explicación: Expansión Urbana; Cartografía Digital; Mata Ciliar; IDRISI; SIG.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 263-279	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

*O presente artigo faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada: "A degradação da mata ciliar e os impactos nos recursos hídricos desencadeados pela expansão urbana de Rio Claro/SP no entorno do rio Corumbataí", defendida no dia 22 de outubro de 1999, CRHEA/EESC/USP - São Carlos/SP

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil, assim como na maioria dos países subdesenvolvidos, teve origem com o desenvolvimento industrial e com a mecanização do campo. A invasão das modernas máquinas e equipamentos gerou o aumento da produtividade agrícola, porém, dispensou um elevado contingente populacional, desencadeando o *êxodo rural*, ou seja, a saída do homem do campo em direção às cidades.

Com isso, o crescimento da grande maioria das cidades brasileiras ocorreu de forma rápida e desordenada, sem qualquer planejamento. Tais cidades não estavam preparadas para o repentino crescimento populacional e as indústrias não conseguiram absorver este elevado número de trabalhadores, sem contar que a população rural não estava tecnicamente preparada para exercer a atividade industrial. Como conseqüência desse processo, a população carente, sem acesso às áreas residenciais já instaladas e com infra-estrutura, passou a ocupar áreas de risco ou de preservação ambiental devido ao seu baixo valor imobiliário, disseminando moradias precárias e desrespeitando totalmente a legislação de ocupação do solo, de proteção à mata ciliar, de rios e córregos.

Dentre as leis destaca-se a nº 898, de 18/12/75 que regulamenta o uso do solo para proteção dos mananciais da área metropolitana de São Paulo e visa a preservação dos recursos hídricos da área. Suas disposições levaram em consideração a necessidade de corrigir as inadequações profundas e crescentes entre o processo de desenvolvimento populacional e da produção e o meio ambiente. Através do disciplinamento do uso do solo, visa proteger a água de maneira harmônica e como fator de indução do desenvolvimento.

No caso da mata ciliar, faz-se necessário abordar o artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, do Código Florestal, modificada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, o qual considera que são áreas de preservação permanente "as florestas e demais formações de vegetação natural localizadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja de:

- 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;
- 50 metros para os cursos d'água de 10 a 50 metros de largura;
- 100 metros para os cursos d'água com 50 a 200 metros de largura;
- 200 metros para os cursos d'água de 200 a 600 metros de largura;
- 500 metros para os cursos d'água com largura superior a 600 metros;
- ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais;
- nas nascentes, incluindo as intermitentes, e nos chamados olhos d'água, em qualquer situação topográfica, num raio mínimo de 50 metros de largura";

A Constituição da República Federativa do Brasil, com base na Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989, artigo 1º, considera de preservação permanente, respaldada pela Lei nº 4.771, as florestas e qualquer outra forma de vegetação natural nas nascentes dos rios.

Para a Legislação Estadual, na seção I, cap. IV, artigo 193, a promoção e manutenção do inventário e do mapeamento da cobertura vegetal nativa, visa adotar medidas especiais de proteção, como também promover o reflorestamento, principalmente às margens de rios e lagos, garantindo a sua perenidade. O artigo 197 estabelece que são áreas de proteção permanente as nascentes, os mananciais e as matas ciliares.

Quanto aos recursos hídricos, a Resolução CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986, estabelece um sistema de classes de qualidade para as águas doces, com base no uso preponderante a que se destinam, e define como enquadramento dos corpos d'água o estabelecimento do nível de qualidade (classes) a ser atingido e/ou mantido em um segmento do corpo d'água ao longo do tempo. As classes são:

- *Classe Especial*, destinada principalmente ao abastecimento sem prévia ou com simples desinfecção;
- *Classe 1*, destinada principalmente ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado;
- *Classe 2*, destinada essencialmente ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional;
- *Classe 3*, destinada especialmente ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional;

➤ *Classe 4*, destinada à navegação, dentre outros.

Apesar da existência de leis, a expansão urbana irregular, intensificada a partir da década de 1970, tem causado o desmatamento da mata ciliar, que atua como protetora das margens dos rios, interferindo diretamente na dinâmica dos recursos hídricos, comprometendo a quantidade e a qualidade das águas.

O planejamento urbano é fundamental para reverter a situação de degradação das matas ciliares e dos rios e córregos, considerando-se a realidade existente e suas interações no desenvolvimento futuro, sob a perspectiva do meio físico, social e econômico. Para isso, deve-se "planejar o uso e a ocupação das terras em comum acordo com a preservação das características topográficas, de solo, de drenagem da água e da vegetação natural do local". (MOTA, 1980)

Segundo LILLESAND et al. (1987), é comum o uso de fotografias aéreas e imagens orbitais para mapear a cobertura vegetal e o uso do solo de grandes extensões territoriais. O uso de fotografias aéreas de escala média tem sido uma prática consagrada desde a década de 40.

Também, o uso de sistemas computacionais facilita muito a tarefa de gestão territorial, sob a perspectiva do planejamento e da execução dos planos de trabalho, pois possibilita, de maneira interativa e rápida, a análise de informações indispensáveis às decisões político-administrativas concernentes ao gerenciamento dos recursos naturais renováveis de uma bacia hidrográfica. (FERRAZ, 1996)

Para FONSECA (1996), a habilidade dos Sistemas de Informações Geográficas para armazenar, integrar, analisar e exibir atributos sócio-econômicos e dados ambientais tem levado os mesmos a uma crescente aplicação para avaliação de impactos ambientais.

Diante destas considerações, o presente artigo teve por objetivo fundamental analisar a interferência da expansão urbana do município de Rio Claro/SP em direção à mata ciliar do rio Corumbataí-SP. Nos últimos anos a expansão urbana de Rio Claro/SP tem se desenvolvido próxima às margens deste rio causando forte pressão sobre a mata ciliar. Assim, efetuou-se um mapeamento destacando-se as diferentes características da área de estudo, a fim de se perceber como ocorreu a expansão urbana de Rio Claro e as repercussões deste crescimento.

Para este propósito, utilizou-se material cartográfico analógico, correspondente à área urbana de Rio Claro/SP para a digitalização dos aspectos físicos e antrópicos da área de estudo, através do programa AutoCAD R.14, da empresa Autodesk. Segundo BORGES e FONSECA (1995), os sistemas de Computer-Aided Design (CAD) representam um recurso essencial para a criação e manipulação de informações cartográficas em computador. Tais informações foram fundamentais para a análise da evolução urbana do município, destacando-se os bairros Conjunto Habitacional Boa Vista, Novo Jardim Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Maria Cristina, Nova Veneza, Jardim Nova Rio Claro e Jardim das Palmeiras, que estão invadindo a área de várzea do rio e provocando o desmatamento da mata ciliar.

Para o mapeamento da vegetação, utilizou-se fotografias aéreas da área, as quais foram transformadas em arquivos digitais para que fosse possível o mapeamento da vegetação através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) IDRISI, versão 32. Segundo EASTMAN (1995), o Idrisi, introduzido desde 1987, é um Sistema de Informação Geográfica e um software de processamento de imagem, baseado na forma *raster* de representação de dados, desenvolvido pela escola de graduação de Geografia, a Clark University, Massachussets.

MATERIAL E MÉTODOS

Localização e Caracterização Geral da Área de Estudo

O município de Rio Claro/SP, com área de 498,7km², é o mais desenvolvido da bacia do rio Corumbataí e localiza-se na Média Depressão Periférica Paulista, entre as coordenadas 22°21' S e 22°27' S, 47°32' W e 47°36' W (figura 1).

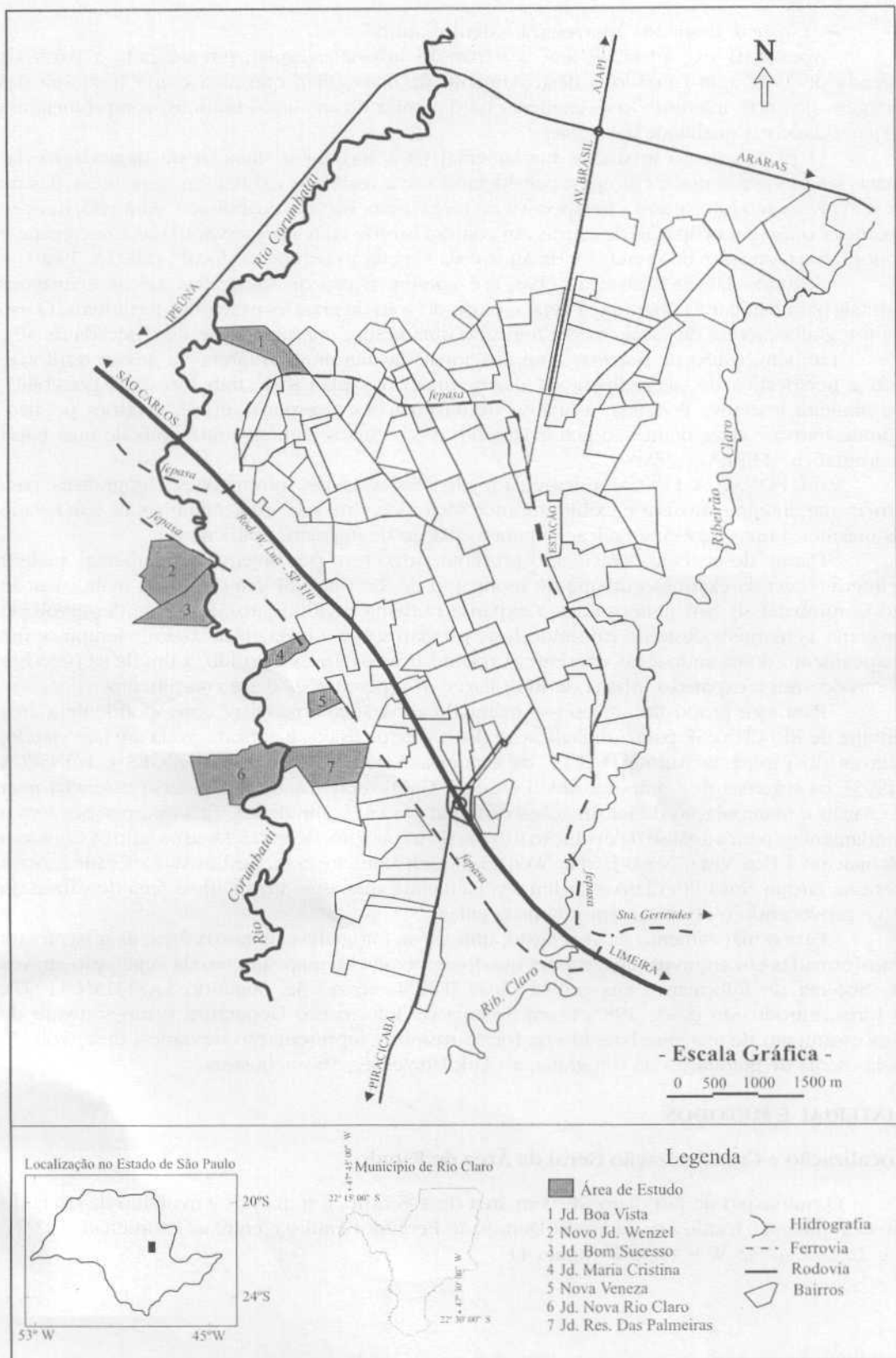


Figura 1 - Localização da área de estudo e setor urbano de Rio Claro/SP na várzea do Rio Corumbataí

As características geomorfológicas correspondem a colinas tabuliformes levemente convexas e patamares suavemente inclinados. Quanto aos aspectos geológicos, o interflúvio onde se situa a maior parte da cidade e o Distrito Industrial é constituído pela Formação Rio Claro.

As encostas do ribeirão Claro e do rio Corumbataí se assentam sobre a Formação Corumbataí, ao passo que os vales são formados por sedimentos holocênicos. Estas formações geológicas deram origem aos solos Latossolo-Vermelho-Amarelo (fase arenosa), no interflúvio; Latossolo-Vermelho-Escuro (fase arenosa), nas encostas do ribeirão Claro e do rio Corumbataí, e Hidromorfo nos vales fluviais (TROPMAIR, 1978).

Com base em CASTRO (1995), a maior parte da área urbana de Rio Claro está situada no interflúvio tabuliforme entre o rio Corumbataí e o ribeirão Claro, cuja topografia varia de 600 a 625 metros de altitude, incluindo toda área central. A porção Leste da cidade localiza-se na encosta do ribeirão Claro, abrangendo 575 a 600 metros, e no interflúvio, entre 625 a 650 metros. A Sudeste, distante aproximadamente um quilômetro, encontra-se o "sill" de diabásio recoberto pelo Horto Florestal Navarro de Andrade alcançando 723 metros de altitude.

As áreas Sul, Oeste e Noroeste da cidade situam-se sobre o interflúvio, entre 600 e 625 metros de altitude, estendendo-se rumo aos vales fluviais. Na porção Oeste, existem alguns bairros entre as altitudes 535 e 550 metros, no vale do rio Corumbataí. Ao Norte, a altitude varia entre 610 e 625 metros, aumentando gradativamente em direção ao Distrito Industrial (625 a 650 metros). Ainda na porção Noroeste, entre o interflúvio e as encostas do ribeirão Claro e do córrego Cachoeirinha, as altitudes oscilam entre 550 e 610 metros (CASTRO, 1995).

Com relação as águas do rio Corumbataí, podem ser classificadas como da classe 2, para uso doméstico após tratamento convencional. Em escala local o alto curso é de classe 1, ao passo que em alguns pontos, após o lançamento de esgotos domésticos e industriais, principalmente nas proximidades da cidade de Rio Claro, é de classe 3 e até 4. Em decorrência deste despejo, há a poluição em alguns trechos, locais onde ocorre a destruição ou alteração dos ecossistemas fluviais com o desaparecimento de numerosas espécies vegetais e de peixes. Quanto à demanda, Rio Claro, retira do ribeirão Claro e rio Corumbataí 1.200 l/s para uso urbano. (TROPMAIR, 1992)

Dentre as principais fontes de poluição das águas do rio Corumbataí destaca-se: o lançamento de esgotos domésticos "in natura" por todas as cidades da bacia; o parque industrial de Rio Claro, embora algumas indústrias tenham tratamento parcial de seus efluentes, o desaparecimento da mata galeria que desempenha papel filtrante entre o corpo d'água e as atividades agrícolas praticadas nas margens e vertentes. (TROPMAIR, 1992)

Quanto à ocupação urbana, Rio Claro/SP apresenta alta densidade de edificações, principalmente na área central. A expansão urbana, desordenada e sem planejamento eficaz, levou a população de baixa renda a habitar áreas próximas ao rio Corumbataí, desencadeando o desmatamento da vegetação ciliar. Portanto, evidencia-se que a manutenção e recomposição das matas ciliares da cidade de Rio Claro/SP, no entorno do rio Corumbataí, representam medidas de fundamental importância, a fim de garantir às futuras gerações da bacia do rio Corumbataí, água em qualidade e quantidade compatíveis com a demanda crescente.

Material

Visando o mapeamento através de técnicas de cartografia digital e SIG, selecionou-se o seguinte material para a execução deste trabalho:

- Nove cartas topográficas da área urbana de Rio Claro/SP - IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico), de 1979, escala 1:10.000, projeção Universal Transversa de Mercator (UTM);
- Uma planta cadastral da área urbana de Rio Claro/SP baseada na Carta IBGE (restituição aerofotogramétrica de 1978), atualizada para o ano de 1998 pela coordenadoria de Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, escala 1:10.000, projeção UTM;
- Dez plantas cadastrais do setor urbano de Rio Claro/SP - DAAE - Cadastro Técnico, edição de 1993, escala 1:2.000, projeção UTM, selecionadas para o georeferenciamento das fotos;

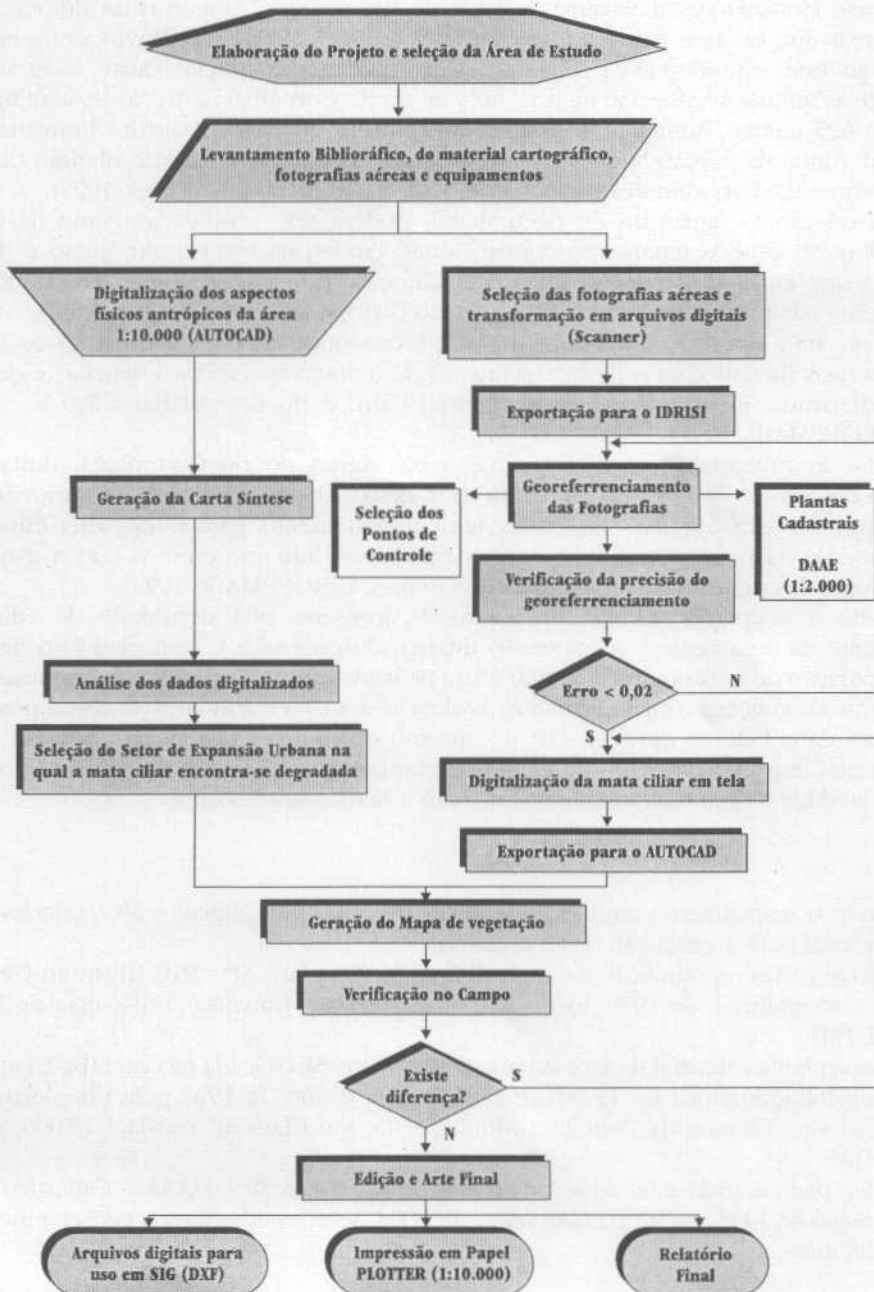
- Nove fotografias aéreas, escala 1:5.000, geradas pela empresa Base Aerofotogrametria em 1995;

Além disto, foram utilizados os programas computacionais AutoCAD R.14; Corel Draw 9.0; Photo Paint 7.0; o SIG IDRISI for Windows 32; bem como um computador Pentium 200 com Mesa Digitalizadora Digigraf, modelo Velasquez, tamanho A0; Scanner ScanJet 4c (600 dpi) e acessórios.

Metodologia

A metodologia aplicada neste trabalho serviu de base para analisar as características do setor da área urbana localizada no entorno do rio Corumbataí-SP. Considerando-se que este trecho do rio ainda apresenta áreas consideráveis de mata ciliar, faz-se necessário um planejamento urbano adequado adotando medidas para preservá-la e para recompor as áreas degradadas.

As etapas de trabalho adotadas visando a aplicação da metodologia estão destacadas no fluxograma à seguir.



DIGITALIZAÇÃO DAS CARTAS TOPOGRÁFICAS

A área urbana de Rio Claro/SP, que inclui a área de estudo deste projeto de pesquisa, abrange 8 cartas topográficas do IGC, 1:10.000, 1979, entre as coordenadas E= 230.000m a 237.000m e N= 7.515.000m a 7.527.000m. Estas cartas serviram de base para a digitalização das feições de Drenagem, da Ferrovia e o traçado da grade UTM.

Para a digitalização das feições da Malha Urbana e das Estradas, optou-se por utilizar a Planta Cadastral do município, atualizada até fevereiro de 1998. Com base neste material cartográfico e com o auxílio do programa computacional AutoCAD R.14 e de mesa digitalizadora, foi possível digitalizar cada feição de interesse, num mesmo arquivo, separadas por níveis de informação ("layers") distintos.

Para GUIMARÃES et. al. (1998), a técnica de digitalização permite a extração das feições de interesse, a qual é realizada por um operador analista por meio de funções que possibilitam a geração de pontos, linhas e polígonos a serem inseridos no mapa atualizado. Todas estas funções são utilizadas com base num sistema de coordenadas do próprio mapa. A partir daí, os resultados de uma atualização são registrados num arquivo de entidades gráficas de forma que podem ser visualizados no monitor de um computador ou então exportados num arquivo de formato público (por exemplo, o DXF do AutoCAD).

De acordo com o exposto, os mapas foram fixados na mesa e digitalizados separadamente. Para a calibração da mesa selecionou-se primeiramente as coordenadas do extremo inferior à esquerda e, em seguida, o par do extremo superior à direita. Este tipo de calibração é o que apresenta menor desvio-padrão na análise das medidas de interseções, distribuídas uniformemente no quadrícula UTM e no sistema CAD. (MENEGUETTE et al., 1995)

As principais etapas da digitalização de Cartas Topográficas utilizando-se o programa AutoCAD são apresentadas à seguir:

a. Digitalização das Feições

A digitalização foi efetuada por nível de informação, utilizando-se critérios de desenho (pline), continuidade (endp), visualização (zoom), modificação das características da feição, como por exemplo a cor (change).

b. Edição dos Mapas

Após a digitalização de todas as feições, efetuou-se a edição dos mapas, utilizando-se critérios para juntar ou quebrar linhas (pedit), fechar ou abrir polígonos com função de aproximação (snap), a fim de corrigir erros da digitalização e preencher polígonos (hatch) como, por exemplos áreas de represas, rios, etc.

Além disso, foram feitos dois recortes na área digitalizada, visando selecionar um setor que abrange o bairro Conjunto Habitacional Boa Vista, entre as coordenadas UTM, em metros, $(E_1, N_1) = (232.496, 7.522.450)$ e $(E_2, N_2) = (233.417, 7.523.510)$, pois ao longo do rio o mesmo encontra-se isolado, e outro que engloba os bairros Novo Jardim Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Maria Cristina, Nova Veneza, Jardim Nova Rio Claro e Jardim das Palmeiras, correspondendo às coordenadas $(E_1, N_1) = (231.510, 7.516.391)$ e $(E_2, N_2) = (234.413, 7.520.364)$, à medida em que esses apresentam uma continuidade espacial. Tais recortes foram necessários pois essa pesquisa considera a influência da área urbana na mata ciliar e no rio Corumbataí, portanto, somente foram selecionados os bairros localizados no entorno do rio.

c. Interpretação da Carta Topográfica

Concluída a digitalização e a edição, obteve-se o registro, em meio digital, de Carta Topográfica contendo aspectos físicos e antrópicos da área de estudo. Com base na Carta, foi possível analisar esses aspectos e seu confronto com a posterior interpretação da vegetação ciliar.

Assim, a drenagem da área dos sete bairros analisados, abrange uma extensão de 8.197,06m do rio Corumbataí e 13.617,11m de comprimento total de seus afluentes. Vale ressaltar, que a

mata ciliar está intimamente vinculada à drenagem, portanto este aspecto é muito importante para identificação dessa vegetação.

Com relação à Malha Urbana, observa-se que este foi um dado extremamente relevante para este trabalho, pois mostrou a recente configuração urbana do município, a direção da expansão da cidade e, essencialmente, permitiu visualizar o desenvolvimento dos bairros rumo à várzea do rio Corumbataí.

Com base nos dados fornecidos pelo setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, foi possível elaborar um cenário (figura 2) com o objetivo de analisar a direção da expansão urbana ao longo das décadas, apresentando portanto, a configuração da área urbana de Rio Claro/SP. Tais dados abrangem o ano ou a década de fundação de cada bairro da cidade. Para a elaboração desse cenário os bairros foram agrupados de acordo com os seguintes períodos: até 1939; de 1940 a 1949; de 1950 a 1959; de 1960 a 1969; de 1970 a 1979; de 1980 a 1989 e; após 1990. Assim, cada período recebeu uma cor, visando diferenciar os grupamentos.

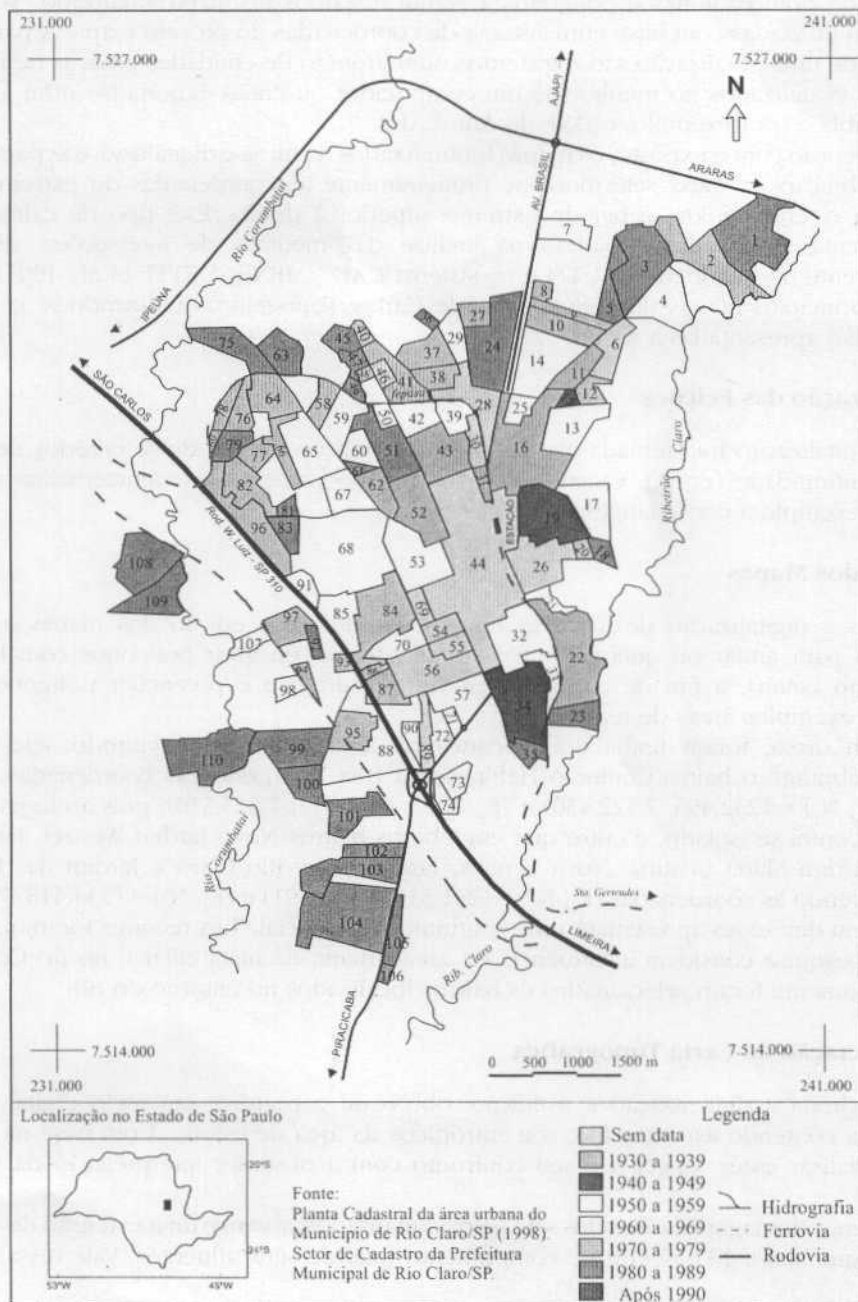


Figura 2 - Expansão urbana de Rio Claro/SP

De modo geral, de 1930 a 1979 a cidade cresceu, gradativamente, no entorno da área central. Após 1979, houve uma ampliação mais esparsa, à medida que os bairros passaram a se localizar em diversos pontos, distantes do núcleo central. Esta nova disposição representou mais custos em termos de saneamento básico, transporte e outros serviços urbanos. Além disto, a população dos bairros mais longínquos acabou ficando à margem da área mais desenvolvida, dificultando a locomoção de suas casas até o local de trabalho e à zona central.

Um fato que agrava ainda mais a situação é o crescimento de bairros na margem oposta do rio, ocupando áreas ilegais e causando sérios impactos. Considerando-se que a área urbana é dinâmica e o crescimento é contínuo, muitas vezes sua expansão escapa ao previamente planejado pela administração pública. Certamente os bairros que estão se formando ao longo do rio Corumbataí se ampliarão, estimulando o aparecimento de novos loteamentos. Com isto, as áreas que ainda apresentam considerável densidade de mata ciliar poderão ficar comprometidas caso a administração municipal não depreenda enérgica ação de controle à ocupação destas áreas.

FOTOINTERPRETAÇÃO VISUAL DA MATA CILIAR

A Mata Ciliar no entorno do rio Corumbataí, dentro da área urbana de Rio Claro/SP, foi digitalizada no SIG – IDRISI, com base nos seguintes procedimentos:

a. Digitalização das Fotografias Aéreas

De acordo com PORTUGAL et al. (1995), os dispositivos de aquisição destinam-se à transformação de imagens analógicas em digitais. Tais dispositivos têm a finalidade de discretizar a imagem analógica em um conjunto de pequenas células, fornecendo a cada uma destas um atributo numérico, de modo que possam ser armazenadas em meio magnético. Quanto aos atributos numéricos, estes são relacionados a uma tabela de cores ou tons de cinza tornando possível a reprodução da imagem original.

Para CINTRA e SANTIAGO (1995), o produto no formato digital agiliza a manipulação, manutenção, pesquisa, armazenamento e atualização dos dados cartografados.

No caso do presente trabalho, a transformação das fotografias aéreas em arquivos digitais foi efetuada através do *scanner* de mesa, com resolução de 600 dpi, cuja leitura da imagem é realizada automaticamente, gerando arquivos de dados em estrutura *raster*. O mesmo lê a imagem analógica, colocada sobre uma superfície plana, através do detector eletrônico que varre a imagem em duas direções ortogonais (X, Y).

b. Georreferenciamento das Fotografias Aéreas

"A operação do registro geométrico tem como objetivo compatibilizar dados espaciais que se referem à mesma região geográfica. Com isto, os conjuntos de dados registrados estarão referenciados ao mesmo sistema de coordenadas. As operações de registro mais comuns são realizadas entre IMAGEM X MAPA e IMAGEM X IMAGEM" (GUIMARÃES et al., 1998).

No procedimento de georreferenciamento, recomenda-se coletar pontos de controle em escala superior a do mapeamento. Neste sentido, para a realização do georreferenciamento das fotografias aéreas utilizou-se plantas da área urbana de Rio Claro/SP (1993), na escala 1:2.000, fornecidas pelo DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto) do Município. Vale ressaltar que os bairros analisados situam-se em áreas de expansão urbana e de precária infra-estrutura, dificultando a obtenção dos pontos de controle.

Para o propósito, coletou-se pontos de controle, como cruzamentos de ruas, pontes sobre os rios e cantos de quadras, que garantissem a qualidade do georreferenciamento. Além disto, buscou-se na seleção dos pontos a melhor distribuição possível, visando uma geometria interna mais adequada. Foi possível selecionar para cada foto 8 pontos de controle que foram relacionados com a planta, buscando visualizá-los precisamente. Calculou-se as coordenadas de carta para cada ponto, através da interpolação.

Nesse momento, é essencial citar o Decreto nº 89.817 de 20 de junho de 1984, o qual estabelece as instruções reguladoras das normas técnicas da cartografia nacional. Assim, no que

diz respeito à exatidão, o artigo 8º coloca que as cartas devem obedecer ao Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC), um indicador estatístico de dispersão, relativo a 90% de probabilidade, que define a exatidão dos trabalhos cartográficos, onde 90% dos pontos de controle bem definidos numa carta, quando testados no terreno, não deverão apresentar erro superior ao padrão estabelecido.

Também, foram selecionados 8 pontos de verificação em cada fotografia para se avaliar o grau de precisão do georreferenciamento. Para a transformação utilizou-se a função de mapeamento *linear* (primeira ordem) e o interpolador *vizinho mais próximo*. A operação de registro foi efetuada entre IMAGEM (foto digital) X MAPA (Planta Cadastral), onde os pontos foram localizados nas fotos, diretamente na tela do computador, com o auxílio do mouse e paralelamente medidos com uma régua nas cartas, visando calcular as coordenadas x e y dos mesmos. Em seguida, utilizaram-se as equações 1 e 2 para calcular o Erro Médio Quadrático (EMQ) das coordenadas x e y, respectivamente.

$$EMQ_y = \sqrt{\sum y^2/n} \quad \text{Eq. (1)}$$

$$EMQ_x = \sqrt{\sum x^2/n} \quad \text{Eq. (2)}$$

Os valores obtidos para o EMQ das coordenadas x e y foram de 3.22m e 3.94m, respectivamente. Considerando-se que o Padrão de Exatidão Cartográfica do Decreto nº 89.817 para a escala 1:10.000 é de 5m, verifica-se que os valores obtidos foram adequados à escala utilizada na pesquisa.

c. Mapeamento da vegetação Ciliar

Para a fotointerpretação das feições de vegetação é necessário que se considere os elementos como a cor ou tonalidade, textura, altura e forma. No caso das fotografias aéreas a tonalidade da mata é predominantemente cinza médio sendo que a variedade das espécies vegetais, com alturas diversas, fornece à mata uma textura grosseira, diferenciando-a, por exemplo, de um reflorestamento de eucaliptos. Apesar da altura das árvores permitir maior visibilidade, este não é um elemento essencial para a identificação. Quanto às matas ciliares, a forma sinuosa acompanhando os cursos d'água representa o principal elemento para sua identificação. (CERON e DINIZ, 1966)

Vale a pena acrescentar que, segundo VERGARA e KURKDJIAN (1998), com a utilização de ferramentas de digitalização dos Sistemas de Informação Geográfica facilita-se a identificação e a digitalização exata de grande parte das feições e amplia-se a quantidade de informação extraída das imagens, quando se compara com a fornecida pelos dados originais. Contudo, este procedimento não descarta as fontes de dados complementares, que são oriundos do processo de fotointerpretação de imagens.

Diante destas premissas, as feições de mata ciliar das fotografias aéreas foram digitalizadas no IDRISI, através da interpretação visual em tela. A mata foi digitalizada ao longo do rio Corumbataí nas áreas de contato com os bairros Conjunto Habitacional Boa Vista, Novo Jardim Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Maria Cristina, Nova Veneza, Jardim Nova Rio Claro e Jardim das Palmeiras.

A nitidez das fotografias aéreas e a escala de detalhe (1:5.000) contribuíram muito para distinguir os diferentes elementos. Um fato que auxiliou sobremaneira a interpretação das fotos foi o efeito da sombra, pois permitiu uma ampla percepção do formato das árvores, o que contribuiu para uma digitalização mais precisa.

d. Edição dos arquivos DXF no Programa computacional AutoCAD R.14

Os arquivos vetoriais foram inseridos no AutoCAD R.14, formando um mosaico único da vegetação ciliar. A partir daí, iniciou-se a edição das informações, a qual possibilitou a junção dos arquivos, o fechamento dos polígonos, eliminação de erros e sobreposições, bem como o preenchimento das manchas de mata através de hachuras. A edição permitiu também a elaboração de um nível de informação completo da mata ciliar, bem como a verificação de falhas ocasionadas na fase da digitalização. Concluída a edição, realizou-se a sobreposição desse nível de informação aos aspectos físicos e antrópicos da Carta Topográfica, o que permitiu verificar o avanço dos bairros em direção à mata ciliar.

c. Verificações de Campo

Os trabalhos de campo possibilitaram verificar a qualidade do mapeamento e as condições da mata ciliar da área, levando-se em conta que a expansão urbana é contínua e as fotografias aéreas de 1995 já apresentavam defasagem.

Assim, foram constatados graves problemas do ponto de vista da urbanização e a interferência deste processo na degradação da mata ciliar do rio Corumbataí. De modo geral, observou-se que a maioria dos bairros são constituídos por habitações precárias, sem infraestrutura adequada, denotando um processo de marginalização da população carente em áreas degradadas e distantes do centro da cidade. Em toda a área notou-se que os bairros foram instalados sem nenhum planejamento prévio.

Vale ressaltar, que durante a pesquisa (cerca de 3 anos) houveram sérias modificações na área, destacando-se a ampliação de loteamentos e construções próximas à vegetação ciliar do rio Corumbataí e afluentes existentes em alguns bairros, o cultivo de milho em alguns locais próximos à mata e a deposição de entulhos e lixos próximos à vegetação.

Com isto, houve forte pressão sobre a mata ciliar causando o desmatamento de extensas porções da vegetação. A mata ciliar original foi intensamente alterada para dar passagem às atividades de reflorestamento de eucaliptos, agropecuárias, etc. Hoje, estas áreas estão cedendo espaço para a expansão urbana que também está interferindo diretamente na vegetação e intensificando ainda mais a degradação. Apesar destas condições, ainda há setores da mata que apresentam considerável densidade e necessitam de medidas de recomposição, antes que esta vegetação, indispensável ao equilíbrio do rio, desapareça por completo.

f. Análise comparativa entre a Mata Ciliar real com a estabelecida pelo Código Florestal

As feições drenagem, mata ciliar e bairros foram exportadas do AutoCAD (na extensão DXF) e importadas no IDRISI. Posteriormente, os níveis de informação drenagem e mata ciliar foram convertidos de arquivos vetoriais para raster. A imagem drenagem serviu de referência para a geração de um buffer de 50 metros de largura para o rio Corumbataí, pois o mesmo apresenta-se com largura superior a 10 metros nas imediações dos bairros, e de 10 metros para os afluentes.

A superposição entre a largura de mata ciliar estabelecida pelo Código Florestal e a realidade (1995) foi efetuada através do comando OVERLAY do IDRISI, selecionando-se uma das operações booleanas, o dispositivo de soma. Essa operação matemática gerou um imagem com manchas de mata esparsas (real), que abrange 603.586m², contradizendo totalmente com a proporção de vegetação determinada pelo Código Florestal de 1.616.470m². Observando-se as figuras 3 e 4 percebe-se que a mata ciliar apresenta intensa alteração, sem contar que os dados são de 1995, portanto, o desmatamento pode estar ainda mais avançado. Vale ressaltar que para a manutenção dos recursos hídricos, bem como para a preservação da fauna, a mata ciliar deve ser contínua, aspecto comprometido na área considerada.

A MATA CILIAR NO BAIRRO BOA VISTA, RIO CLARO/SP



Figura 3 - A Mata ciliar do rio Corumbataí, na área urbana de Rio Claro/SP

A MATA CILIAR NO SETOR URBANO DE RIO CLARO/SP

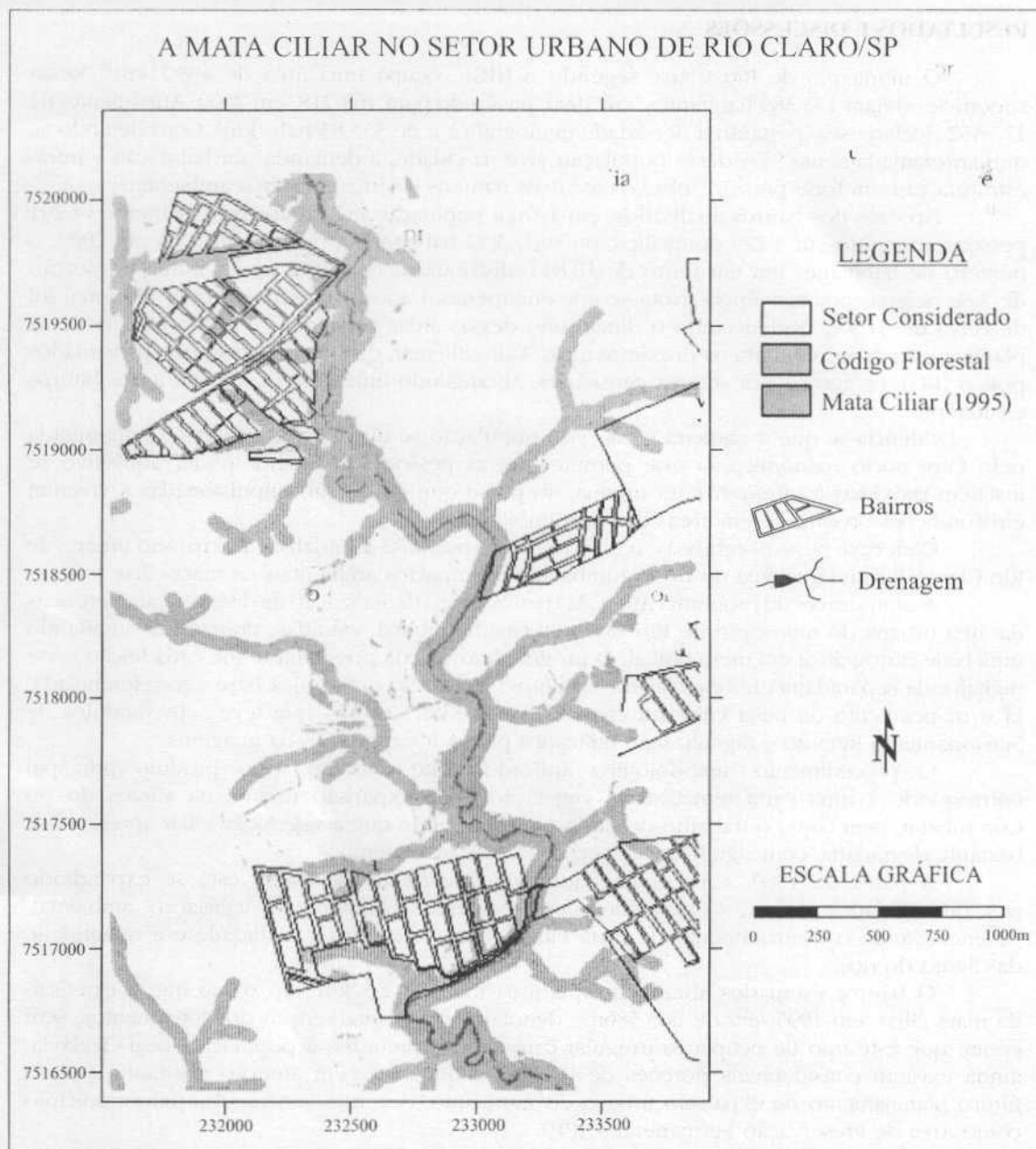


Figura 4 - A Mata ciliar do rio Corumbataí na área urbana de Rio Claro/SP

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Rio Claro, segundo o IBGE, ocupa uma área de 498,7 km². Nessa superfície, viviam 153.389 habitantes, em 1996, passando para 168.218, em 2000. Atualmente, há 177.452 rioclarenses, portanto a densidade demográfica é de 355,83 hab./km². Considerando-se que aproximadamente 97% dessa população vive na cidade, a demanda por habitação e infraestrutura causam forte pressão sobre os recursos naturais e sérios impactos ambientais.

No caso dos bairros analisados, em 1996 a população era de aproximadamente 14.291 pessoas, morando em 4.179 domicílios, ou seja, 3,42 habitantes por residência. Já em 2000, o número de habitantes era em torno de 18.844, distribuídos em 4.882 casas, numa proporção de 3,86 pessoas por residência. Nota-se que em apenas 4 anos o crescimento populacional foi de cerca de 31,9%, evidenciando o dinamismo dessas áreas periféricas e a importância de se planejar essa expansão para os próximos anos. Vale salientar, que esses dados são aproximados pois o IBGE os agrupa por setores censitários, abrangendo uma área maior que a dos bairros estudados.

Evidencia-se que a maneira como esta população se distribui no espaço é determinada pelo fator sócio-econômico, o que permite que as pessoas de melhor poder aquisitivo se instalem próximas à infra-estrutura urbana, ao passo que outras são impulsionadas a viverem em condições precárias e em áreas de risco ambiental.

Com base nessas premissas, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a expansão urbana de Rio Claro/SP rumo à várzea do rio Corumbataí e os impactos ambientais na mata ciliar.

Assim, através do programa AutoCAD realizou-se a digitalização de diversas características da área urbana do município de Rio Claro/SP (malha urbana, estradas, drenagem) originando uma base cartográfica em meio digital. O programa AutoCAD possibilitou que cada feição fosse digitalizada separadamente (em "layers" distintos) formando uma única base georreferenciada. Já o mapeamento da mata ciliar foi efetuado no IDRISI, um SIG que teve seus módulos de Sensoriamento Remoto e digitalização utilizados para a interpretação da imagem.

O procedimento metodológico aplicado neste trabalho, cujo produto principal corresponde a uma carta temática de vegetação e da expansão urbana na várzea do rio Corumbataí, bem como o trabalho de campo, evidenciaram que a vegetação ciliar apresenta-se bastante degradada, com significativas porções de desmatamento.

A partir de 1980, constatou-se que a cidade de Rio Claro/SP está se expandindo nas proximidades do rio Corumbataí, desrespeitando totalmente a legislação ambiental, desencadeando o desmatamento da mata ciliar, comprometendo a qualidade e a quantidade das águas do rio.

O bairros estudados abrangem uma área total de 2,37km², ao passo que a extensão da mata ciliar, em 1995, era de 603.586m², denotando forte intervenção dos loteamentos, sem contar que este tipo de ocupação irregular causa sérios prejuízos à população local. Todavia, ainda existem consideráveis porções de vegetação que merecem atenção prioritária para o futuro planejamento de expansão urbana do município, devendo ser tratadas pelo município como Área de Preservação Permanente (APP).

Como resultado, ilustra-se através da Figura 5 a ocupação da várzea do rio Corumbataí.

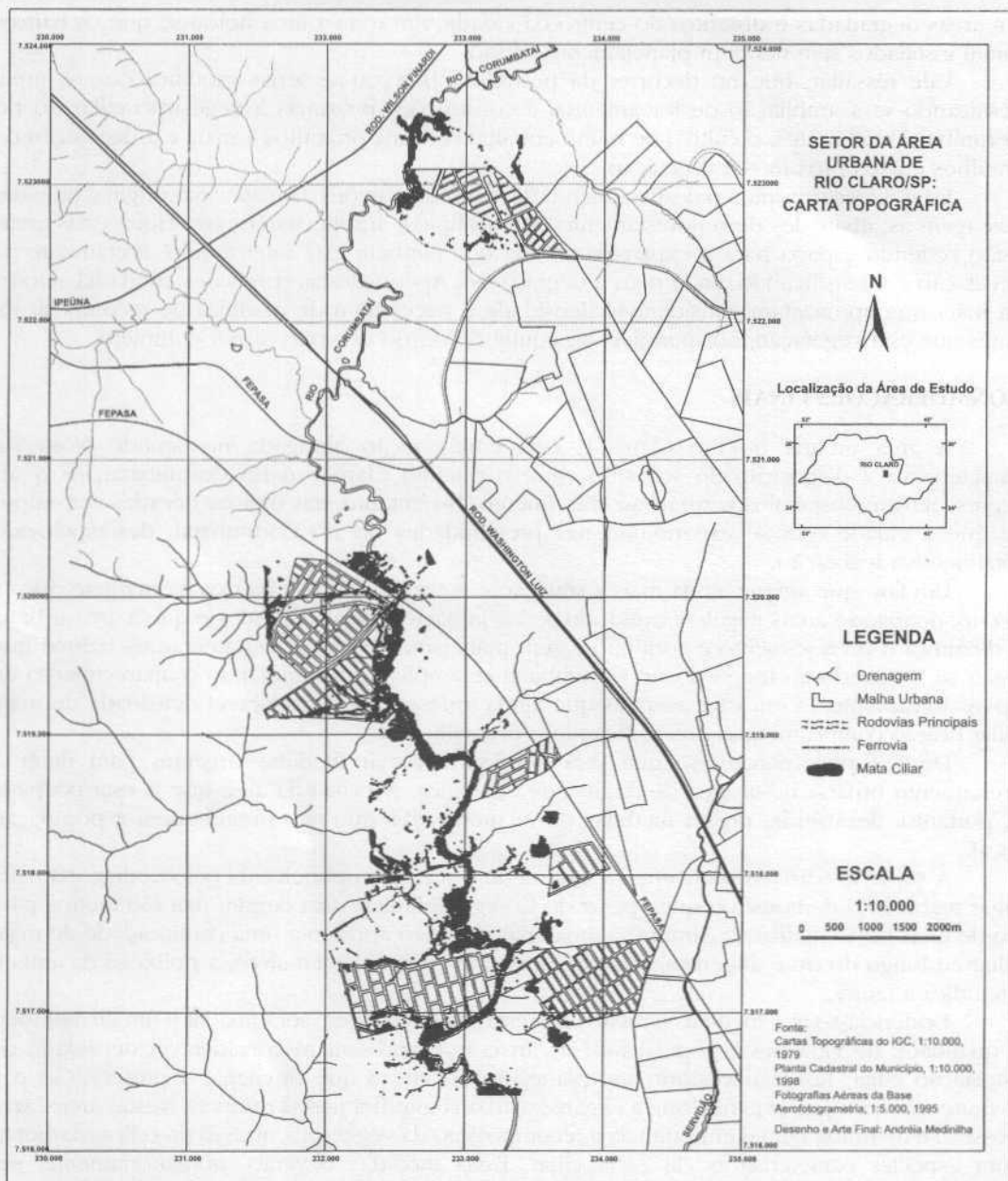


Figura 5 – Carta topográfica de um setor da área urbana de Rio Claro/SP

Com a sobreposição da mata ciliar aos dados da base cartográfica, foi possível identificar quais os bairros que estão invadindo à mata ciliar e a várzea do rio Corumbataí e a intensidade do desmatamento.

Constatou-se que dos 7 bairros analisados, 5 deles estão localizados junto ao rio Corumbataí - Jardim Boa Vista, Novo Jardim Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Nova Rio Claro e Jardim das Palmeiras. No entanto, o Jardim Maria Cristina e o Nova Veneza, apesar de não se localizarem junto ao curso d'água, indicam uma tendência de se expandir rumo à várzea do rio Corumbataí, se nenhuma medida de planejamento de ocupação for tomada.

Ao longo dos trabalhos de campo, foram constatados graves problemas do ponto de vista da urbanização e a interferência deste processo na degradação da mata ciliar do rio Corumbataí. De modo geral, observou-se que a maioria dos bairros são constituídos por habitações precárias, sem infra-estrutura adequada, denotando um processo de marginalização da população carente

em áreas degradadas e distantes do centro da cidade. Em toda a área notou-se que os bairros foram instalados sem nenhum planejamento prévio.

Vale ressaltar, que no decorrer da pesquisa observou-se sérias modificações na área, destacando-se a ampliação de loteamentos e construções próximas à vegetação ciliar do rio Corumbataí e afluentes, o cultivo de milho em alguns locais próximos à mata e a deposição de entulhos e lixos próximos à vegetação.

Estas ações causaram o desmatamento de extensas porções da mata ciliar original para dar passagem às atividades de reflorestamento de eucaliptos, agropecuárias, etc. Hoje, estas áreas estão cedendo espaço para a expansão urbana que também está interferindo diretamente na vegetação e intensificando ainda mais a degradação. Apesar destas condições, ainda há setores da mata que apresentam considerável densidade e necessitam de medidas de recomposição, antes que esta vegetação indispensável ao equilíbrio do rio desapareça por completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área urbana de Rio Claro/SP, cuja configuração alongada no sentido Norte-Sul caracterizava a disposição do seu sítio entre o ribeirão Claro e o rio Corumbataí, os quais representavam obstáculos naturais ao crescimento. No entanto, nas últimas décadas constatou-se que a cidade está se expandindo nas proximidades do rio Corumbataí, desrespeitando totalmente a legislação.

Um fato que agrava ainda mais a situação é o crescimento de bairros na margem oposta do rio, ocupando áreas ilegais e causando sérios impactos. Considerando-se que a área urbana é dinâmica e o crescimento é contínuo e sem planejamento eficaz, certamente os bairros que estão se formando ao longo do rio Corumbataí se ampliarão, estimulando o aparecimento de novos loteamentos. Com isto, as áreas que ainda apresentam considerável densidade de mata ciliar ficarão comprometidas, intensificando o desmatamento.

Desta forma, percebe-se que será necessário tomar medidas urgentes para deter o crescimento urbano nesta área de fragilidade ecológica. No caso da área que já está ocupada e, portanto, desmatada, urge medidas de recomposição que não prejudiquem a população local.

A superposição realizada entre a largura de mata ciliar estabelecida pelo Código e a mata ciliar real (1995) demonstrou que apesar do Código delimitar uma largura fixa (50 metros para rio de mais de 10 metros de largura) a área analisada não apresenta uma continuidade de mata ciliar ao longo do rio e afluentes, fato que acelera os processos erosivos, a poluição da água e prejudica a fauna.

Evidencia-se que medidas para reverter esta situação devem ser tomadas a fim de melhorar a qualidade de vida desta população. Nas áreas que apresentam considerável densidade de vegetação ciliar, faz-se necessário um planejamento eficaz que privilegie a preservação e a manutenção da mata, evitando que a expansão urbana interfira nestas reservas. Nestas áreas, será possível e de fundamental importância a recomposição da vegetação, através do reflorestamento com espécies características de mata ciliar. Estas medidas deverão, obrigatoriamente, ser implementadas nas nascentes, garantindo a qualidade e a quantidade das águas do rio.

O ideal seria recuperar totalmente a vegetação com espécies nativas de mata ciliar associando as características de densidade. No entanto, quando se trata de área urbana, torna-se muito complexo recompor as características originais da vegetação, pois a população já está vivendo às margens do rio e a recomposição da mata envolve o aspecto de segurança dos bairros.

Desse modo, torna-se necessário um planejamento urbano associado ao planejamento ambiental, para que os impactos sociais e ambientais não sejam intensificados ou reproduzidos em outras áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, K. A. V. & FONSECA, F. T. Sistemas de Informações Geográficas X Representação Cartográfica: uma visão do futuro. *Anais. XVII Congresso Brasileiro de Cartografia*. Bahia, p. 899-902, 1995.

- CERON, A. O. & DINIZ, J. A. F. O uso das fotografias aéreas na identificação das formas de utilização agrícola da terra. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 65-77 abril-junho, 1966.
- CINTRA J. P. & SANTIAGO, L. A Informatização da carta de base do IGC. *Anais. XVII Congresso Brasileiro de Cartografia*. Bahia. p. 1262-1268, 1995.
- DECRETO nº 89.817. *Normas Técnicas da Cartografia Nacional*. 20 de junho de 1984.
- EASTMAN, Ronald. *Idrisi for windows. User's guide, version 3.2*. Worcester, MA, may, 1995.
- FERRAZ, Angela R. G. *Modelo decisório para a outorga de direito ao uso da água no estado de São Paulo*. São Paulo, 1996. 187p. (Dissertação de Mestrado).
- GUIMARÃES, R. G. et al. O. Sistema de atualização cartográfica apoiado por computador. *Cdroom*. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Santos (SP), 1998.
- LILLESAND, Thomas M. & KIEFFER, Ralph W. *Remote sensing and image interpretation*. New York, Chichester, Brisbane, Toronto & Singapore: John Wiley & Sons, Inc., 2ª ed., 1987.
- MENEGHETTE, A. A. C. et al. Proposta metodológica para a elaboração de uma base cartográfica digital para utilização em Sistemas de Informações Geográficas. *Anais. XVII Congresso Brasileiro de Cartografia*. Bahia, p. 1042-1051, 1995.
- MOTA, F. S. B. *Disciplinamento do uso e ocupação do meio ambiente*. São Paulo: USP, 1980, 254p. (Tese de Doutorado).
- PORTUGAL, J. L.; SÁ, L. A. C. M. de & CARNEIRO, A. F. T. Dispositivos de aquisição de dados e edição de informações. *Anais. XVII Congresso Brasileiro de Cartografia*, Bahia, p. 1067-1075. 1995.
- SCHUMACHER, D. H.; LOCH, C. & LOCH, R. E. N. Metodologia para a produção de mapas a partir de fotografias aéreas de pequeno formato. *Anais. XVII Congresso Brasileiro de Cartografia*, Bahia, p. 1130-1138, 1995.
- VERGARA, O. R. & KURKDJIAN, M de L. N. de O. Fotointerpretação assistida por computador para atualização de Cartas Topográficas na escala 1:50.000. *Cdroom*. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Santos (SP), 1998.

RESENHA

DINÂMICA REGIONAL E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL

Eliseu Savério SPOSITO

Professor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP

Campus de Presidente Prudente

Coordenador do GASPERR (Grupo de Pesquisa

Produção do Espaço e Redefinições Regionais)

Pesquisador CNPq

E-mail: essposito@prudenet.com.br

Este texto tem o objetivo de apresentar ao leitor as principais idéias expostas e debatidas em uma sessão de defesa de tese. Mais do que uma contribuição original sobre o tema, cabe aqui arrolar a confrontação de opiniões e questões suscitadas pela leitura de uma tese de doutorado. É com o espírito de contribuir, principalmente para doutorandos e mestrandos, para a análise da temática e de como se realiza uma sessão de defesa de tese, que resolvi publicar as observações apresentadas nesta resenha. É com o propósito de estabelecer um diálogo com mestrandos e doutorandos, principalmente, mas não esquecendo de pesquisadores da Geografia e de áreas afins, dos diferentes programas de pós-graduação no Brasil, que organizei este texto.

No dia 26 de setembro de 2003 participei de sessão de defesa de tese na Universidade de Paris I – Sorbonne-Panthéon. A tese, defendida por Áurea Breitbach, pesquisadora da Fundação de Economia de Porto Alegre, é intitulada *Une dynamique régionale fondée sur la diversification industrielle. L'expérience de la région de Caxias do Sul (Brésil)*.

A arguição que apresentei foi baseada em pré-relatório enviado, em junho de 2003, ao Serviço de Teses da referida universidade, informando, entre outras coisas, que a tese poderia ir a sessão de defesa pública. O texto do pré-relatório inicia-se por uma apreciação técnica, pela análise das articulações internas e externas seguida de algumas informações sobre as qualidades e insuficiências da tese, terminando com algumas questões relativas a aspectos mais amplos em relação ao texto apresentado. No final, apresentarei algumas preocupações dos outros membros da banca.

Eu começo por definir o texto como de uma grande tese. Com 439 páginas, 43 quadros e 14 figuras, seguidas de uma bibliografia bem representativa com importantes autores estrangeiros e brasileiros, a tese fornece a matéria prima necessária para compreender a temática e uma abordagem sobre a industrialização brasileira, apesar da existência de outras regiões e de outras interpretações em escalas regional e nacional.

A tese é dividida em três partes: na primeira, expõe-se o espaço de referência e as causas do dinamismo da indústria regional. Na segunda parte, faz-se a comparação entre as regiões de Caxias do Sul e do Vale dos Sinos por causa das suas diferentes características de diversificação e especialização industriais respectivamente. Na última parte, a autora discute as noções de espaço e o desenvolvimento local para mostrar as desigualdades da distribuição regional da indústria no Brasil.

A propósito das principais articulações da tese, podemos dizer que sua base teórica é definida pela excelente revisão bibliográfica, baseada em obras que fundamentam as discussões conceituais, apesar do conjunto das obras sobre o desenvolvimento industrial brasileiro ser pequeno em relação ao que já se publicou no país porque se sublinham, principalmente, autores do Estado do Rio Grande

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 281-284	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ A tese foi escrita em francês. Para facilitar a leitura, todas as citações foram traduzidas para o português.

do Sul.

Na discussão do espaço de referência, chamado de realidade em movimento, emerge o conceito de região como uma entidade geográfica "muito mais como uma realidade que como um conceito" (p. 30) e a noção de "território como um espaço socialmente apropriado" (p. 33)¹.

Este raciocínio é completado pelos "aspectos econômicos do dinamismo regional [que] são enfatizados porque eles exercem o papel preponderante" (p. 41) e demonstram que sua principal característica é a "origem endógena de seu desenvolvimento" (p. 43).

Esse raciocínio é completado pelos "aspectos econômicos do dinamismo regional [que] são enfatizados porque eles exercem papel preponderante" (p. 41), e demonstrando que sua característica importante é "a origem endógena de seu desenvolvimento" (p. 43).

A propósito da *representação mental* da região (p. 69), seria melhor falar de uma *representação social* porque a imagem da Região Sul assim chega para todo mundo no Brasil inteiro. E isso, é importante afirmar, faz grande diferença na concepção de Geografia.

Do ponto de vista histórico, é nítida a apresentação da região de Caxias do Sul considerando-se seus aspectos físicos e históricos, comandada pela cidade, industrial por excelência, onde são importantes os setores de metalurgia, material de transporte, móveis, vestimentas e calçados e produtos alimentares, completados pelas complementaridades industriais concernentes aos setores de borracha e plástico que respondem à demanda das indústrias de material de transportes (p. 114).

Importante, também, é a relação indústria-campo, ou seja, os operários como camponeses: seu salário era sempre uma poupança para pequenos investimentos em sua propriedade rural porque eles já possuíam a casa, a comida, enfim, o território de reprodução e de produção de sua subsistência. Isso ainda acontece atualmente? Isso leva a outro questionamento: há exemplos de convivência entre formas de produção das diferentes revoluções industriais em Caxias do Sul? As PME, diferentes das grandes fábricas, são diferentes, também, em relação às inovações tecnológicas? A relação permanece, sempre, no mesmo sentido?

A autora sustenta a idéia segundo a qual a origem local do capital e a diversificação industrial da região, resultado do artesanato, muito mais como ruptura do que como simples evolução, e da fixação de uma população camponesa de imigrantes italianos, baseada no trabalho familiar, protegem-na das incertezas da conjuntura internacional, mesmo que as exportações sejam feitas, predominantemente, para um único mercado, o dos Estados Unidos. Este quadro se completa porque a força da região se faz além da diversificação, o que é demonstrado pelas relações fora da região, com a busca de novos mercados como fundamento do mecanismo regional. A esse propósito, é preciso sublinhar a abertura da economia brasileira ao exterior e as características dos atores locais, isto é, seu espírito de iniciativa desde os tempos das atividades artesanais, apesar dos baixos salários e do conservadorismo político e dos sindicatos.

A discussão conceitual da temática está baseada nos escritos de autores como André Fischer, Antoine Bailly, Bonnemaison, Frémont, Matteaccioli, Hervé Théry, Jean Roche, Bernard Pecqueur, Becattini, Pierre Veltz, Philippe Aydalot entre outros, e pela discussão da realidade brasileira, a partir das idéias de Gervásio Neves, Costa, Gonçalves, Frizzo, Mammarella, Guimarães Neto entre outros.

Neste ponto, salientamos um importante traço metodológico da tese: a exposição do texto segue o raciocínio dedutivo porque o caminho vai da escala do país, até mesmo internacional, para chegar à região de Caxias do Sul e seus diferentes características internas.

Uma outra importante articulação da tese é o cumprimento dos objetivos: mostrar como e por quê a região de Caxias do Sul, situada no contexto industrial de um país subdesenvolvido bem conhecido por suas desigualdades regionais confirmadas pelos níveis de desenvolvimento humano, integra-se ao novo quadro econômico internacional e nacional, apesar do aumento do poder de centralização de São Paulo (tanto o estado quanto a cidade, considerada uma cidade global no hemisfério sul), onde estão os principais pólos tecnológicos e os investimentos estatais em pesquisa e desenvolvimento.

A última articulação remarcável da tese, são as conclusões para demonstrar o comportamento dos atores, a noção de inovação tecnológica e a presença de pequenas e médias empresas inovadoras operando em rede e aproveitando a formação das redes de informática articuladas pelas fibras óticas, o que une as empresas no sistema bancário, por exemplo.

A propósito das qualidades da tese, pode se dizer que a mais importante é demonstrar que a diversificação industrial é um dado importante para o desenvolvimento regional cuja realidade é interpretada a partir das explicações dos fenômenos observados em campo, mesmo que elas sejam

baseadas em obras apoiadas pelos dados estatísticos de fontes oficiais que representam a coluna vertebral da tese.

Além disso tudo, há outra qualidades. Elas são identificadas pelas opiniões da autora sem se apoiar somente nas obras utilizadas. É por isso que podemos ler a tese a partir de cada uma de suas partes, independentemente da ordem estabelecida no sumário.

Em seguida, a contextualização da região de Caxias do Sul em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro desde o final do século XIX em suas diferentes fases, isto é, o Brasil era voltado para a exportação de seus produtos primários; depois da Segunda Guerra Mundial, sua indústria consegue realizar exportações por causa da substituição de importações (têxtil e bebidas) para o mercado interior, e os aspectos positivos da década de 1990: estabilidade financeira, queda da inflação e organização do sistema financeiro.

A estratégia adotada pelos empresários industriais de Caxias do Sul é tanto defensiva quanto imitativa, utilizando-se das benesses do Estado, isto é, dos terrenos doados e da infraestrutura de base e modernização via internalização das inovações tecnológicas.

O tema é analisado pela abordagem demográfica da região, destacando as características da população como fonte de trabalho e como base de sua forte urbanização, mesmo que não seja em benefício da população, a qualidade de vida sendo um ponto que se deteriora progressivamente, e a abordagem econômica, demonstrada pela evolução comparativa do produto interior bruto, seu papel no conjunto industrial do Rio Grande do Sul, sublinhando-se, de uma parte, a dimensão dos estabelecimentos, a repartição dos empregos, a qualificação da mão de obra e, por outra parte, a precarização do trabalho dado pela rotação da mão de obra e sempre mal remunerada, o trabalho em tempo parcial ou temporário, a insegurança das relações capital-trabalho e o crescimento do setor informal.

A comparação com a região do Vale dos Sinos, uma região fortemente urbanizada e especializada com custos de mão de obra pouco elevados, onde a rentabilidade das empresas tem causas estreitamente ligadas aos territórios mais que dependem da estabilidade do mercado americano, que teve suas origens históricas baseadas na imigração européia dos séculos XIX e XX, mas com diferentes circunstâncias e resultados, por exemplo, a noção de "sistema produtivo localizado", determinada pela tecnologia e pela inovação.

Enfim, percebe-se uma teorização na ciência regional quando se discute a noção de espaço e de flexibilidade da produção, portanto da mão de obra, como um imperativo para a indústria.

No entanto, a pesar de suas importantes contribuições teóricas e empíricas, a tese tem algumas insuficiências que vou citar.

A confrontação de dados de diferentes fontes que, nem sempre, têm as mesmas referências territoriais ou temporais carregam sua debilidade empírica.

Se há, no Brasil, vários autores que estudaram exaustivamente o processo de industrialização, a autora utiliza, principalmente, textos publicados no Rio Grande do Sul, o que diminui as possibilidades de interpretação do país a partir de pensadores mais "nacionais", se se considerar, por exemplo, que o "motor" da indústria brasileira são os setores automobilístico, de informática e aeronáutico, situados na região Sudeste (São Paulo, certamente), que possuem maior capacidade de competição internacional por causa dos altos valores agregados.

Terminada a análise, algumas questões ficaram no ar.

Em primeiro lugar, numa possível futura publicação, será preciso considerar a defasagem em relação a obras mais recentes. Há, claramente, uma defasagem temporal entre a situação atual do Brasil e o momento quando a tese foi escrita, como foi demonstrado pelas transformações econômicas mais recentes.

Outra questão que a autora deve considerar é saber por quê, entre as quatro colônias de imigrantes italianos no sul do Brasil, a região de Caxias do Sul teve sucesso mas, pelo contrário, a quarta colônia viveu um processo de desenvolvimento em tempo lento ou quando mesmo um processo de subdesenvolvimento.

Finalmente, se nós temos várias possibilidades de interpretação das transformações territoriais brasileiras, como o paradigma de eixos de desenvolvimento e dos pólos tecnológicos no Estado de São Paulo, o paradigma da relação indústria-campo no Vale do Itajaí, porque não se fez a análise entre o desenvolvimento da região de Caxias do Sul em relação aos ciclos de expansão e de retração da economia brasileira?

Neste ponto, vou lembrar o que os outros membros da banca observaram sobre a tese. Jacques Malezieux² lembrou que faltou um mapa que expusesse a região de Caxias do Sul e do fenômeno estudado, e faltaram fotos para que o leitor conheça melhor o que está sendo analisado, salientando que um mapa e uma foto em tese de Geografia deve ser, sempre, demonstrativo e não ilustrativo. Do ponto de vista teórico, faltou examinar melhor o que é um *sistema industrial*, conceito amplamente estudado pelos autores citados na bibliografia da tese. Em contraposição e como insuficiência da tese, a investigação empírica foi insuficiente em relação ao que poderia ser feito, porque seria preciso demonstrar, com mais clareza e com mais intensidade, a realidade estudada.

André Fischer³, por sua vez, afirmou que faltou articular, mais claramente, os conceitos de espaço econômico e espaço geográfico. Além desse problema básico, para ele, outros aspectos são remarcáveis: 1) a análise seria mais elucidativa se se partisse da escala regional para a escala mundial; 2) faltou o sentido crítico no texto, que poderia ser alcançado confrontando-se a realidade estudada com modelos teóricos conhecidos; 3) como a autora é economista, ficou claro que faltou a análise geográfica que poderia ser facilitada se ela fosse geógrafa. Ele salienta um vício de linguagem que, ao nosso ver, repete-se, constantemente, em teses e dissertações: a reprodução, na descrição, do que já está demonstrado nas tabelas e quadros, e a utilização de expressões como "nós vamos fazer..." ou "nós fizemos...".

Outro membro da banca, Laurent Carroué⁴, elogiou a análise crítica às escolas de modelização, muito comuns na bibliografia francesa sobre Geografia Econômica, e a necessidade de se buscar novas explicações para o modo de especialização (em curto termo) na diversificação (em longo termo) econômica porque não se pode compreender a economia "encaixada" em si, considerando-se a escala escolhida. Por outro lado, qual seria a escala mais adequada para se demonstrar o conceito de região? Seria o Sudeste, o Sul do Brasil, a micro-região administrativa, a mesorregião, ou outra escala? Essa pergunta persiste para que todos nós nos debruçemos sobre ela. A região prescinde ou não, para sua compreensão, da hierarquia urbana?

Em seu pré-relatório, Laurent Carroué afirmou que a terceira parte da tese "inscreve-se numa reflexão sobre a emergência de novas relações dialéticas entre novo espaço local e economia espacial" (p. 2).

Bernard Bret⁵, por sua vez, enfatizou as qualidades da tese ao se procurar relacionar economia e território. Depois de observar erros primários de utilização do francês (*décade* no lugar de *décennie*, por exemplo), afirmou que há diferença entre a palavra e o conceito de região, o que pode ser procurado em Deleuze. As questões que ele deixou foram: 1) o sucesso da região de Caxias do Sul produz estruturas sociais específicas? 2) a dimensão cultural do fenômeno econômico é importante para a explicação da dinâmica regional? 3) não seria importante avançar na discussão do conceito de centro-periferia para a compreensão do objeto da tese? 4) é preciso explicar o Rio Grande do Sul pela nova conformação territorial, delineada, por exemplo, pela produção vinícola, entre outras.

Todas as contribuições apontadas acima demonstram que a leitura de uma tese pode ter várias "portas de entrada" e que, uma vez cotejadas umas com as outras, teremos um panorama mais amplo do recorte, das propostas e da explicação da realidade que está proposto no texto.

Outro aspecto a salientar é que, embora no Brasil, principalmente, atualmente com 27 programas de pós-graduação (dez deles com nível de doutorado) a produção de teses e dissertações seja grande, ainda não há uma rede constituída através da qual se pode ter acesso aos últimos textos para intercâmbio de idéias e de experiências. No atual estágio do desenvolvimento tecnológico e da rapidez da obtenção de resultados de pesquisas nas universidades, não se pode mais ignorar que há muitos trabalhos realizados que ainda não são do conhecimento da comunidade geográfica e de profissionais próximos.

² Professor aposentado da Université de Paris I – Sorbonne-Panthéon, foi coordenador do CRIA – Centre de Recherches sur l'Industrie et l'Aménagement. Suas pesquisas versam, principalmente, sobre temas da Geografia Industrial e das dinâmicas das empresas.

³ Professor aposentado da Université de Paris I – Sorbonne-Panthéon, foi coordenador do CRIA – Centre de Recherches sur l'Industrie et l'Aménagement. Suas principais pesquisas foram realizadas sobre ligados à Geografia Industrial e ao *Aménagement* do território.

⁴ Professor da Université de Paris VIII – Saint-Denis, tem publicações sobre temáticas ligadas à Geografia da Globalização.

⁵ Bernard Bret é professor da Université de Paris IV-Créteil e tem vários estudos sobre o Brasil.